

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses
Volume 73

A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA

ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
1863

Título
Arqueologia & História

13ª Série

Volume
73

Ano de Edição
2022

Ano Associativo AAP
2021

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252
secretaria@arqueologos.pt
www.arqueologos.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
José Morais Arnaud e Andrea Martins

Design gráfico
Flatland Design

Fotografia da capa
Inscrição paleocristã, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (fotografia de José Paulo Ruas)

Impressão
Europress, Indústria Gráfica

Tiragem
300 exemplares

Depósito legal
73 446/93

ISSN
0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

5 Editorial
José Morais Arnaud

A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA

9 Encontro Internacional: *A Península Ibérica entre os Séculos V e X – Continuidade, Transição e Mudança*. Apresentação
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

11 Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval
António Manuel S. P. Silva, Manuel Luís Real

37 Contextos Tardios no teatro romano de Lisboa: reconversão de espaços monumentais
Lídia Fernandes, Marco Calado, Carolina Grilo

47 Defensa de la muralla augustea de Emerita
Miguel Alba

67 Troia e a ocupação tardo-antiga no baixo vale do Sado
Ana Patrícia Magalhães

83 Da luz e das sombras. O caso da *villa* da Horta daTorre (Cabeço de Vide, Fronteira) e a desestruturação da paisagem rural antiga
André Carneiro

97 A cidade romana de Balsa – novas e velhas evidências do período final da cidade
João Pedro Bernardes, Vítor Silva Dias

107 Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia
Virgílio Lopes

121 O Castro S. João das Arribas. Novos dados para a longa história nas Arribas
Mónica Salgado, Pedro Pereira, Susana Cosme

131 A ocupação tardo-antiga e alto-medieval no concelho de Santa Comba Dão (Viseu)
Pedro Matos, Helena Catarino

143 *Olysipona*, entre o Império e o Islão
Jacinta Bugalhão

157 El paisaje humano del territorio emeritense entre los siglos V al X
Bruno Franco Moreno

169 O que nos dizem do século VIII (algumas fontes coevas)
João António Ferreira Marques

177 Campesinos del entorno de Toledo en época emiral temprana (inicios s. VIII a mediados s. IX d.C.)
Alfonso Vigil-Escalera Guirado

187 Poblamiento emiral en el Garb al-Andalus
Susana Gómez Martínez

207 A presença cristã antiga e os primeiros tempos islâmicos no Castelo de Silves
Rosa Varela Gomes

221 Continuidad y cambio en la producción y consumo de la cultura material en Córdoba: siglos VII-X
Elena Salinas

235 Reflexiones sobre el mundo rural mozárabe. Materialidad, rituales y hábitos del poblado y cementerio de Tózar, Granada
Luca Mattei, Cristina Martínez Álvarez

245 Casa Branca, uma aldeia alto-medieval dos arredores de Évora
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Telmo Pinheiro Silva

265 Os primeiros vidrados no Gharb al-Andalus no século IX-X: análises arqueométricas e interpretação histórica
Elena Salinas, Carmen Iñiguez, Mª. José Gonçalves, Susana Gómez

ARTIGOS

275 Lisboa pelos olhos de Endovélico: o potencial de uma base de dados para o conhecimento das populações passadas
Filipa Neto, Cristina Barroso Cruz

285 Instrumentos Cirúrgicos Romanos na Quinta de Crestelos (Meirinhos-Mogadouro)
Luísa Batalha, Aaron Lackinger, Enrique Paniagua Vara, Sérgio Simões Pereira

COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

299 Apresentação – Colóquio de homenagem ao arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

303 Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior
Ana Margarida Ferreira

307 Tavares Proença Júnior e a Covilhã – um trabalho por acabar…
Carlos Manuel Dias Madaleno

315 Contributos para a Carta Arqueológica do Concelho do Fundão. Inventários arqueológicos do Concelho do Fundão: de Francisco Tavares de Proença Júnior a 2016
Joana Bizarro

323 Arqueologia do concelho de Penamacor. Do inventário de 1910 ao inventário de 2016
Sara Ferro

331 Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte após Francisco Tavares Proença Júnior
Elisabete Martins Robalo

RELATÓRIOS

341 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2021
José Morais Arnaud

347 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins

353 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021. Plano de Actividades para o Ano 2022
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

355 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2021
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida

359 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2021
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva

361 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2021
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

EDITORIAL

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

O presente volume tem como tema principal o colóquio internacional organizado pela Secção de História sobre "A Península Ibérica entre os séculos V a X – Continuidade, Transição e Mudança", o qual teve lugar no auditório do Museu Arqueológico do Carmo em Março de 2019. Apesar dos esforços da organização no sentido de obter os textos das 13 conferências e 23 comunicações então apresentadas, só foi possível recolher 20. Estes textos, embora não assegurem uma cobertura exaustiva do vasto e diversificado território peninsular, referem-se a investigações arqueológicas desenvolvidas nos últimos anos por investigadores portugueses e espanhóis nos principais núcleos urbanos da Península Ibérica, oferecendo uma importante contribuição para o conhecimento de um período ainda de certo modo obscuro da Arqueologia e da História peninsulares. A relativamente escassa atenção que o mesmo período tem despertado entre os investigadores peninsulares dever-se-á, por um lado, à escassez de documentação e ao facto de se tratar de um período de grande continuidade populacional, sem grandes inovações ou ruturas no modo de vida das populações. Daí a importância dos dados arqueológicos, apesar da sua relativa escassez e dispersão, para se aprofundar o conhecimento deste período de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

A segunda parte deste volume inclui um conjunto de artigos apresentados à Secção de História no âmbito de um Colóquio de Homenagem a Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916), intitulado "Carta Arqueológica do distrito de Castelo Branco – contributos para uma revisão cem anos depois", que teve lugar no dia 11 de Outubro de 2016, e que só agora surgiu oportunidade de publicar, para o que pedimos a melhor compreensão dos autores que entregaram os seus textos dentro dos prazos estabelecidos.

Publicam-se ainda neste volume dois textos apresentados na Secção de História que não se enquadram em nenhum colóquio, mas que, pela sua importância e originalidade, se considerou oportuno publicar neste volume. Trata-se de um texto sobre a importância e a necessidade de normalização e sistematização dos dados bio-arqueológicos já incluídos ou a incluir na base de dados Endovélico, nos termos da legislação em vigor, para que se possam preservar, valorizar e utilizar os restos antropológicos recolhidos em contextos arqueológicos para um melhor conhecimento das populações que habitaram o território português ao longo dos tempos.

Merece ainda referência o estudo sobre o extraordinário conjunto de 20 instrumentos cirúrgicos atribuídos à época romana encontrados no sítio de Quinta de Crestelos (Mogadouro), no decurso de escavações arqueológicas realizadas entre 2011 e 2014 no âmbito do Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, os quais sugerem a existência de um sofisticado cirurgião naquele local remoto há cerca de 2000 anos, o que não deixa de ser surpreendente.

A completar este volume, publicam-se, como é habitual, os relatórios de actividades da Direcção, bem como das Secções de Pré-História e de História, das Comissões de Estudos Olisiponenses e de Arqueologia Profissional, e do Projecto VNSP3000, referentes a 2021.

A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA

ENCONTRO INTERNACIONAL: *A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA*. APRESENTAÇÃO

João Marques[1], Teresa Marques[2], Carlos Boavida[3]

[1] Presidente da Secção de História da AAP
[2] Vice-Presidente da Secção de História da AAP
[3] Secretário da Secção de História da AAP
historia@arqueologos.pt

Como explicitar as mudanças estruturais e as continuidades que ocorreram na Península Ibérica no período de cerca de quinhentos anos que medeia entre os séculos V e X?

Na perspectiva de Peter Brown (1989, p. 226), entre os séculos II e IV, no longo período que medeia entre os reinados de Marco Aurélio (161-180) e de Justiniano (527-565), ocorreram «mudanças» e «alterações» no mundo centrado no Mediterrâneo, que «atravessou assim uma série de profundas mutações que afectaram o ritmo de vida, a sensibilidade moral e simultaneamente o sentido do «eu» dos habitantes das cidades e do campo circundante». Brown acrescenta ainda que «a principal alteração durante o período da Antiguidade Tardia foi a lenta mudança de uma forma de comunidade pública para outra – da cidade antiga para a cristã».

Quanto à «continuidade» ou ocorrência de «continuidades» nos séculos V a VIII – período que considera como «Early Middle Ages» –, Chris Wickham (2005, pp. 11-12) esclarece que o conceito «continuidade» é enganador, tendo vindo a ser mal utilizado, pois é invocado para coisas específicas, distintas das mudanças sociais. Pode assumir-se que se houve, sem grandes dúvidas, continuidade da população houve igualmente «continuidade» dos ritmos diários, das práticas agrícolas, de muitos dos rituais, da maioria dos elementos das trocas sociais (Wickham, 2005, p. 12). No entanto, nenhum destes contraria a existência de uma crise noutros elementos do sistema social, nas estruturas estatais, ou nas redes de trocas, que têm de ser perspetivados em conjunto para serem avaliados como um todo, se se quiser ter o sentido da forma como na globalidade se deu a mudança social. No período que medeia entre 400 e 800, os camponeses, que constituíam cerca de 90% da população, na maior parte das regiões quase não sentiram essas mudanças. Não é que não tenha mudado nada para eles (Wickham, 2005, p. 12): por vezes mudavam os senhorios, que por vezes também desapareciam; em alguns locais pagavam menos rendas e a intensidade da sua exploração diminuiu temporariamente, como também diminuíram em número e, provavelmente, em muitos casos, tiveram menor acesso a produtos artesanais e de qualidade decente. Há, no conjunto, para este período, mudanças substanciais, mas não são radicais, nem fundamentais para as sociedades camponesas ou a economia familiar.

Entre os séculos V a X prevalece, um pouco por todo o sul peninsular, a antiga aristocracia hispano-romana, que se adapta à nova realidade e será umas das principais razões para orientalização cultural da população.

A peste terá sido um importante fator conjuntural na instabilidade e desagregação do Mediterrâneo na Antiguidade, cuja demografia ocidental, entre o século VII e a primeira metade do século VIII, deve ter conhecido o seu ponto mais baixo desde o Alto Império Romano, segundo Le Goff & Biraben (1969, pp. 1499). Entendem estes investigadores que se pode especular sobre os efeitos demográficos, financeiros e políticos que a peste justiniana produziu no vasto espaço em que tocou.

A historiografia debruçada sobre os séculos V a X é hoje um espaço amplo de discussão, em que ganham crescente relevância os dados arqueológicos, dada a escassez das fontes escritas, e em que as ideias de co-

lapso social e económico no século V tem vindo a ser substituídas pela ilustração de uma realidade matizada e complexa.

Neste sentido a Secção de História da Associação de Arqueólogos Portugueses organizou o Encontro Internacional "A Península Ibérica entre os séculos V e X: continuidade, transição e mudança", que decorreu, nos dias 21 e 22 de março de 2019, no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, de que se publicam as presentes atas neste volume da revista *Arqueologia & História*.

Este Encontro contou com a participação de setenta investigadores nacionais e estrangeiros e teve como objetivo apresentar então os mais recentes dados arqueológicos e discutir o problema da continuidade, transição e mudança, nesta longa duração que medeia entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média na Península Ibérica.

Durante aqueles dois dias em que decorreu nas ruínas da Igreja do Convento do Carmo, foram efetuadas 13 conferências, uma mesa-redonda sobre a continuidade, transição e mudança durante os séculos V a X, e apresentadas 23 comunicações, abordando, quer aspetos da cultura material, quer questões complexas, como as migrações e a demografia, economia, cultura material, política e religião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Peter (1989) – Antiguidade tardia. In ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges; VEYNE, Paul, dir. – *História da Vida Privada. Do Império Romano ao ano mil*. Porto: Afrontamento, Volume I, pp. 225-299.

LE GOFF, Jacques; BIRABEN, Jean-Nöel (1969) – La peste dans le Haut Moyen Âge. In *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. [Em linha]. Ano 24, 6, pp. 1484-1510. [Consultado a 21 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1969_num_24_6_422183>.

WICKHAM, Chris (2005) – *Framing the Middle Ages*. Oxford University Press, 990 p.

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO NO PERÍODO TARDO--ANTIGO E ALTI-MEDIEVAL

António Manuel S. P. Silva[1], Manuel Luís Real [2]

[1] CITCEM, Univ. do Porto / amspsilva@hotmail.com
[2] CITCEM, Univ. do Porto; IEM, Univ. Nova de Lisboa / manuelluisreal@gmail.com

Resumo
É ensaiada uma revisão dos dados arqueológicos e das fontes historiográficas relativas à vida da cidade do Porto entre os finais do domínio romano e o início do séc. XII, focando as alterações do poder político-militar e eclesiástico, assim como as transformações ao nível do povoamento e de aspetos da cultura material. Ao longo desses séculos, iluminado por escassas fontes escritas e por um registo arqueológico muito pontual, o núcleo urbano de *Portucale* – situado estrategicamente no eixo viário que ligava *Olissipo* a *Bracara* e servindo de porto de abrigo nas rotas marítimas, em recuperação ao longo da Alta Idade Média – acabou por afirmar a sua importância regional e jogar um papel decisivo no processo da fundação de Portugal, enquanto nação. Destacam-se os principais elementos da topografia histórica da cidade, na sua relação com um quadro geográfico mais amplo, onde os seus interesses e articulações podem ser melhor compreendidos.
Palavras-chave: Porto, Portucale, Tardo-antiguidade, Alta Idade Média.

Abstract
This paper attempts to review the archaeological data and historiographical sources associated with life in Oporto city from the late period of Roman rule to the beginning of the 12th century, focusing on changes in political-military and ecclesiastical power, as well as on population shifts and changes in certain aspects of material culture. Throughout these centuries, as shown by scarce written sources and a very sparse archaeological record, the urban settlement of *Portucale* – which was strategically located on the main road that connected *Olissipo* to *Bracara* and served as a port of refuge on maritime routes, witnessing a recovery throughout the High Middle Ages – ended up affirming its regional importance and playing a decisive role in the process of the foundation of Portugal as a nation. The main elements of the city's historical topography are highlighted in their relationship with a broader geographical framework, thus allowing the interests and points of articulation of the city to be better understood.
Keywords: Porto, Portucale, Late Antiquity, High Middle Age.

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980 que a arqueologia urbana tem vindo a revelar crescentes elementos sobre o passado da cidade do Porto, multiplicando-se exponencialmente as intervenções a partir dos começos deste século, em consequência do incremento das operações urbanísticas motivado, em particular, pela circunstância do Porto ser actualmente um destino turístico de eleição. Não obstante isso, a grande maioria das intervenções arqueológicas (que ascendem já a mais de dois milhares) correspondem a ações de salvaguarda, prévias às operações urbanísticas. Neste contexto, os trabalhos resumem-se quase sempre a sondagens arqueológicas de pequena extensão ou a simples acompanhamento arqueológico de obras, pelo que são relativamente poucos os casos onde se pode recolher substancial informação planimétrica ou estratigráfica. Do mesmo modo, sendo os custos das intervenções suportados pelos promotores urbanísticos e sendo os respectivos orçamentos, de ordinário, minimalistas, os estudos monográficos e a análise dos materiais provenientes das escavações são praticamente inexistentes (Silva, 2022: 118-129).

Com esta nota introdutória e pelas razões apontadas, recordamos que não estamos ainda em condições, de apresentar ou discutir contextos estratigráficos seguros, séries de material arqueológico e, muito menos, estruturas arquitectónicas evidentes que possam relacionar-se com o longo período temporal que seleccionámos. Este medeia entre os começos do século V e os princípios do século XII. Ou seja, desde a instalação de grupos populacionais, exteriores aos limites do agonizante Império Romano, modificando a ordem político-administrativa vigente, até à nova reorganização dos poderes resultante da expansão da monarquia astur-leonesa e que desencadeou o processo que viria a dar origem ao Reino de Portugal. Em suma, começamos com o primeiro reino cristão do ocidente construído nas ruínas do Império, o dos Suevos, para concluir nas vésperas da formação da nacionalidade.

2. O PERÍODO SUEVO-VISIGÓTICO

Como em textos recentes observámos (Real; Silva, 2018; Silva, 2022: 471-514), as fontes escritas que expressamente mencionam *Portucale* ou eventos aí ocorridos durante o período em questão, são muito escassas e resumem-se praticamente a dois documentos, distanciados entre si cerca de um século: a *Crónica* do bispo flaviense Idácio, concluída no ano de 469 ou pouco tempo depois (Silva, 2022: 510); e o *Parochiale* suevo ou *Divisio Theodemiri*, relacionado com as supostas actas do Concílio de Lugo e de redacção provável entre 572 e 582 (David, 1947:68) ou entre 569 e 572, como J. Alarcão (2015) propôs (Silva, 2022: 512).

Na crónica idaciana, a região portuense é mencionada no âmbito dos conflitos e guerras civis ligadas à prisão de Requiário (448-456). Após a derrota deste rei nas proximidades de Astorga, frente ao rei godo Teodorico II (456), Idácio anota que Requiário se teria refugiado no «*locum qui portumcale appellatur*» (Tranoy, 1974, I: 156-7, § 175), ou seja, no sítio «chamado» *Portumcale*. A generalidade dos autores situa-o na actual cidade do Porto, relacionando esta passagem com a menção de um parágrafo anterior da mesma Crónica, segundo a qual, Requiário, ferido, teria fugido do rio Orbigo «*ad extremas sedes Gallaeciae*» (*Idem*: 154, § 173). Em contraponto, Jorge de Alarcão tem vindo a suscitar pertinente discussão sobre o local de refúgio e prisão de Requiário, aventando a hipótese de tal ter ocorrido no núcleo fronteiro, a actual Vila Nova de Gaia. Na verdade, esse ponto «mais extremo» da *Gallaecia* poderia bem ser, na narrativa de Idácio, a cidade de *Bracara*, como aliás deixa claro o parágrafo § 174 da Crónica (*Idem, ibid*.; Diaz, 2011: 130; Alarcão, 2005: 304-5; 2019: 11-2; Silva, 2022: 512). Daí, segundo o citado autor, o rei suevo teria procurado refúgio na margem esquerda do Douro. Requiário é então aprisionado e morto por Teodorico, tendo a maior parte do exército suevo morrido ou sido obrigada a render-se. Sendo certo que não foi ainda nessa altura que «*regnum destructum et finitum est Sueuorum*», como o límico interpretou estes sucessos (Tranoy, 1974, I: 156, § 175), a morte do rei suscitou uma grave crise e a luta pelo poder entre a nobreza sueva. No imediato, Agiulfo e Maldras encabeçaram as principais facções candidatas à sucessão de Requiário, embora não seja consensual o papel e a dominação geográfica de cada um daqueles líderes militares (Real; Silva, 2018: 206). A verdade é que, como informa Idácio, Agiulfo morre em *Portucale*, em 457 (*Idem*: 160-1, § 187) e Maldras passa a discutir a realeza com Framtano, aparentemente situado nos territórios a norte do Douro, ao passo que o seu adversário dominaria na Lusitânia (Díaz, 2011: 84ss.). Nos anos de 458 e 459, grupos às ordens de Maldras saquearam tanto a Lusitânia como a região da margem direita do Douro e, seguindo ainda a Idácio na sua última referência ao Porto, este chefe suevo «*Portumcale castrum idem hostis inuadit*», isto é, invadiu como inimigo o *Portumcale*

castrum (Tranoy, 1974, I: 160-3, § 190, 195)[2].

Alguns autores sustentam mesmo que, no quadro destes eventos, a capitalidade do reino suevo ter-se-á deslocado de Braga para *Portumcale* (Porto) (López, Lovelle, 1997: 206, nota 11; López, 2004: 42, 94-5) ou, pelo menos, terá sido compartilhada por ambas as cidades (López, Martínez, 2017: 32-33), o que as fontes naturalmente não esclarecem (Silva, 2022: 510--512). Todavia, esta ideia vai de encontro ao aumento de importância estratégica, militar e política da urbe portuense a partir da segunda metade do século V (Diaz, 2011: 131), como veremos a seguir.

No último quartel do século VI, a lista das dioceses e "paróquias" da igreja sueva, o conhecido *Parochiale*, fornece uma controversa informação que tem estado na origem de um prolongado debate (Silva, 2010; 2012: 512-514), ao identificar «*Portucale castrum antiquum*» como uma das sete paróquias da diocese de Coimbra, enquanto «*ad sedem Portugalensem*» registava a igreja principal como localizada «*in castro novo*» (David, 1947: 34-7; Renzi, Mariani, 2020). Traduzindo uma cópia ou versão do *Parochiale* que se encontraria na livraria do mosteiro de Alcobaça, Frei Bernardo de Brito (1569-1617) explicita que «a Igreja Catedral do Porto (…) está edificada no Castelo novo dos Suevos», enquanto na jurisdição da «Igreja Conimbriense» se achava «Portugal, o Castelo antigo dos Romanos» (Brito, 1690: 269-270), adjetivação que não se encontra em qualquer das outras fontes do *Parochiale* e na qual Brito sustém a tese da cidade da margem norte constituir uma fundação sueva, o «novo Portugal» contraposto ao «antigo Portugal que floresceu em tempo de Romanos» (*Ibid.*, 272), alimentando uma corrente historiográfica que levou a que durante muito tempo se considerasse «sueva» a cerca muralhada medieval mais arcaica do Porto, questão recentemente abordada (Silva, 2010--2011) e à qual não precisamos de voltar de momento.

A localização do núcleo indígena de *Cale* tem sido objecto de vastíssima discussão, que não pretendemos retomar neste texto, remetendo os interessados para sínteses bibliográficas (Silva, 2010 e, em especial, 2022) ou para as reflexões recentes de J. Alarcão (2019). Retemos, para efeitos práticos, que o povoado que existiu no morro da Sé do Porto e nas zonas baixas adjacentes se designava, pelo menos a partir do século V, como *Portucale* ou *Portumcalem*, na flexão que surge em Idácio, independentemente de tal designativo poder, ou não, corresponder também ao núcleo da margem esquerda do Douro, como indicia o *Parochiale Suevorum* (Silva, 2022: 471-690, *passim*).

Na transição do século VI para o seguinte, contamos ainda com menções a *Portocale* como centro emissor de, pelo menos, onze exemplares de trientes visigóticos, correspondentes aos reinados de Leovigildo (576-586), Recaredo I, Liuva II, Sisebuto e Suintila (621-631) (Pliego, 2012: 75), surgindo no cunho a variante *Portucale* no período deste último monarca (Correa, 2006: 230; e Barbosa, Miranda, 2006: 188--9). Naturalmente, a generalidade dos especialistas em numária e história visigodas consideram *Portocale* como uma das numerosas cecas da *Gallaecia*, correspondendo à cidade do Porto.

Esgotadas praticamente as fontes históricas coevas, resta-nos compulsar sinteticamente as informações arqueológicas, não tão explícitas como gostaríamos, em grande medida pelas razões apontadas no início deste texto. Na verdade, entre as numerosas centenas de trabalhos arqueológicos realizados no território da cidade do Porto (com especial enfoque na área do Centro Histórico, mas não exclusivamente), contam-se já mais de 150 ocorrências – a maior parte das quais em resultado de sondagens arqueológicas – com vestígios de estruturas construídas ou espólio móvel, correspondentes ao período da ocupação romana (Silva, 2022: vol. 2). Entre estas, *são* relativamente escassas as que positivamente podem datar-se do Alto Império. Temos assim, um significativo conjunto de achados e locais que os relatórios das intervenções classificam como «tardo-romanos», do «Baixo--Império» ou expressões similares. Em muitos casos, a pobreza do espólio exumado, apenas relativo a materiais de construção e alguma cerâmica comum muito fragmentada, impede maior precisão cronológica. Noutras circunstâncias são a falta de estudo, a própria impreparação de alguns arqueólogos ou as condições minimalistas e inadequadas em que decorrem as intervenções que não permitem rastrear entre o espólio (numária, vidros, *sigillatae* ou material anfórico) os elementos que eventualmente possam sinalizar contextos tardo-antigos (Silva, 2022: 518-582).

São, por isso, raras as escavações arqueológicas feitas no Porto em que tenham sido identificados depósitos estratigráficos ou materiais quantitativamente relevantes, que possam atribuir-se ao período suevo--visig*ótico*. Tal não obsta a que elenquemos algumas das principais (Figura 1), quanto mais não seja para servir de incentivo a estudos futuros.

[2] Alarcão vê neste qualificativo de *Portumcale castrum* um eventual reforço da interpretação de que este local (o Porto) poderia ser distinto do *locum qui portumcale appellatur*, onde Requiário se refugiou inicialmente (Alarcão, 2019: 12; Silva, 2022: 512).



Figura 1 – Principais sítios arqueológicos com vestígios tardo-antigos mencionados no texto.

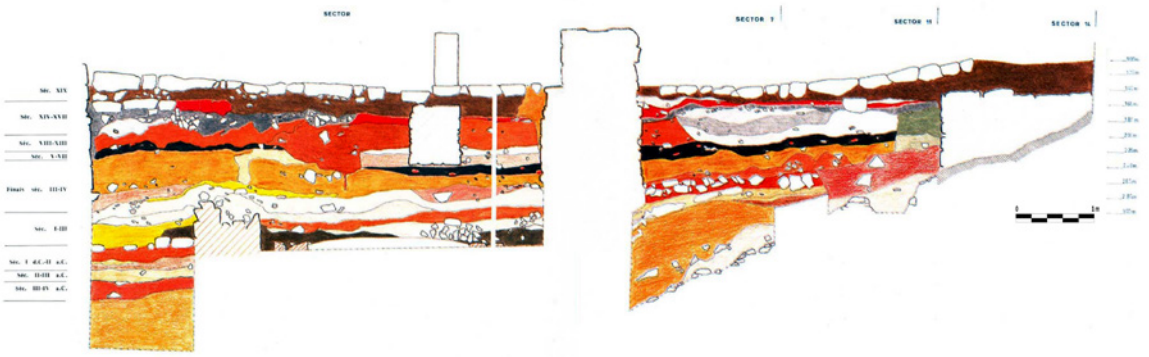


Figura 2 – No arqueossítio da Rua D. Hugo, 5 conserva-se a mais extensa sequência estratigráfica da cidade, do século XX a meados do primeiro milénio a.C. Um conjunto de depósitos (marcados com tom mais escuro no terço superior do corte estratigráfico) correspondem a níveis de destruição datáveis do período tardo-antigo (reprod. de Real; Osório, 1993: 16-7).

As escavações da Rua D. Hugo, nº 5 (1984-1987), para além de constituírem a primeira intervenção de carácter extensivo feita no Porto, continuam a ser as que permitiram registar a mais completa sequência estratig*ráfica da cidade, desde níveis proto-históricos até ao século XX* (Figura 2). Entre os depósitos escavados – mantidos como testemunho num dos perfis conservados – contam-se uma série de níveis atribuídos aos séculos V-VI, nomeadamente a camada 6, uma densa camada de incêndio, com evidências de derrube de telhado que os responsáveis pela escavação associaram mesmo, hipoteticamente, aos conflitos registados no Porto a partir da morte de Requiário e aos quais fizemos menção (Real *et al.*, 1985-1986: 19-20, 26, 31)[3]. Muito embora não se tivessem identificado estruturas desta época, não deixa de ser curioso, como foi assinalado, que estes níveis de incêndio e destruição sejam contíguos a um trecho da muralha mais antiga da cidade, de que se encontrou um tramo de paramento interno com datação do séc. III, pelo espólio associado (*Idem*: 19-20; Silva, 2010-2011).

Outro local certamente emblemático para esta época é o da tradicional «Casa do Infante», onde a partir de 1990 e durante mais de uma década se desenvolveu uma das mais amplas escavações feitas na cidade. A diacronia estratigráfica mais antiga não é aqui tão longa quanto no arqueossítio da rua D. Hugo, mas nos níveis basais encontraram-se estruturas, correspondentes a muros ou valas de fundação de paredes de vários edifícios de época tardo-romana (Figura 3). Aquele que se encontra melhor conservado, com orientação NO./SE., mostra uma planta ortogonal ocupando cerca de 24 por 20 metros, com um pátio central rodeado por quatro alas de compartimentos. A ala Norte

[3] Hoje em dia, na sequência do estudo aprofundado do espólio desta camada (Veloso, 2020; 2021) julga-se, como mais provável, a existência de vestígios de uma antiga ferraria.

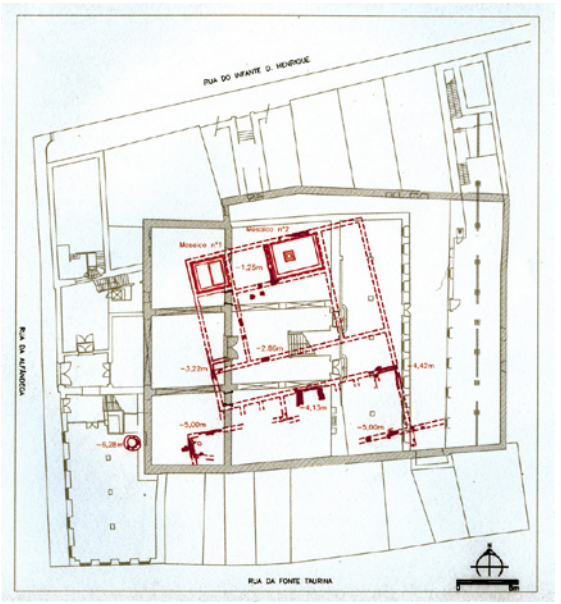


Figura 3 – Ruínas de uma *domus* do Baixo Império, sob a planta da «Casa do Infante» (reprod. de Gomes, 2011).

subdivide-se em quatro espaços, observando-se pavimentos em mosaico policromo em duas salas (Gomes, 2011). Embora estes contextos arqueológicos não se encontrem ainda completamente estudados, foi sublinhado por um dos responsáveis pela escavação que «o espólio que se associa à fase de construção, utilização e ruína destas estruturas concentra-se nos séculos IV a VI», intervalo cronológico aferido particularmente com base na *terra sigillata* tardia norte africana e focense (Gomes, 2011: 838-839; Real, 2000; Silva, 2011; v. Figuras 4-5), a par dos achados em vidro ou da numismática; podem igualmente datar-se do século IV os pavimentos musivos (Gomes, 2011: 838), se bem que uma fase alto-imperial de ocupação do local deva ser equacionada, mormente pela presença de alguma cerâmica fina daquele período (Gomes, *ibid*.; Silva, 2022: 553-554, 569).

Um achado da maior importância nesta intervenção arqueológica respeita à numismática e consiste na identificação de duas *siliquae* de prata cunhadas em Braga, por ordem do rei suevo Requiário (Cabral, Metcalf, 1997: 43-4, 235-7; Marques, 1998: 107-15; Mendes-Pinto, 1999: 413; Barroca, 2017a), tendo uma delas sido recolhida num contexto de derrube com materiais tardo-antigos (Figura 6). A circunstância de serem provenientes do edifício romano da Casa do Infante dois dos cinco exemplares conhecidos desta cunhagem de Requiário de 453-456, segundo a mais recente revisão do assunto (Barroca, 2017a), sugere fortemente a ocupação daquele espaço como ambiente de elite durante as primeiras décadas do reino suevo.

No quarteirão urbano da Casa do Infante, nos últimos anos, têm vindo a ser intervencionados arqueologicamente outros imóveis, situados a Nascente. Destacam-se os afectos a um vasto estabelecimento hoteleiro, que proporcionaram estruturas e espólio de cronologia tardo-antiga ainda praticamente inéditos (Teixeira, 2011) ou ainda com estudos preliminares





Figuras 4 e 5 – Cerâmica fina tardia da Casa do Infante. Taça de TSCD, Hayes 97 (1.ª met. séc. VI); prato de LRC, Hayes, 4 (finais séc. V-inícios VI). Fotos: M. Araújo/DMAH-CMP.



Figura 6 – Uma das duas *siliquae* suevas aparecidas nas escavações arqueológicas da Casa do Infante. Fotos: M. Araújo/DMAH-CMP.

(Nogueira *et al.*, 2017; 2018; 2019). Pela orientação e escala das ruínas identificadas, parece claro que as mesmas se articulam planimetricamente com as exumadas na Casa do Infante, correspondendo talvez a um quarteirão de residências privilegiadas, desde os tempos tardo-imperiais (Silva, 2022: 552-558, *passim*).

Um pouco mais a Norte destes locais, no sopé ou já a meia encosta do morro da Sé, outros trabalhos arqueológicos têm revelado vestígios de cronologia tardo-antiga, como sucedeu por exemplo na Rua de Mouzinho da Silveira, 54-56, onde os responsáveis pela escavação assinalaram a presença de níveis de ocupação e abandono «tardo-romanos ou alto-medievais» (Garcia, Pereira, 2009), na Rua dos Mercadores, 116-122, aqui com referência a cerâmica comum atribuída aos séculos IV-V (Cosme, Abranches, 2006) ou na Rua de Santana, 25, onde se documentou o ângulo de uma construção associada a materiais dos séculos IV-V (Silva, Ribeiro, Barbosa, 2006). A cota superior, a escavação do Largo do Colégio, 9-12 proporcionou importante volume de materiais tardo-antigos e aquela que é, até à data, a única sepultura romana da cidade, feita com base e paredes laterais de *tegulae* e cobertura do mesmo material em duas águas, tipologia que, junto à circunstância de se achar dentro do perímetro da muralha romana, permite atribuir-lhe uma cronologia do século V (Cleto, Varela, 2000; Varela, Cleto, 2001; Silva, 2010: 230, 252)[4].

Estes elementos, a par de outras referências historiográficas, levaram a que recentemente fizéssemos uma primeira proposta da topografia essencial de *Portucale* na época tardo-antiga, incluindo, além dos edifícios religiosos, as áreas de residência privilegiada ou funções públicas como as dos banhos (Real, Silva, 2018). Em áreas mais afastadas do centro urbano, há evidência de estabelecimentos rurais igualmente de cronologia tardia, como sucede por exemplo junto à Igreja de Lordelo do Ouro, onde se localizou uma extensa área de ruínas ainda em estudo (Nascimento, Delgado, Sousa, 2004; Silva *et al.*, 2021).

Importaria igualmente olhar um pouco para a outra margem do rio, na qual têm vindo a ser identificadas importantes evidências de ocupação tardo-antiga, nomeadamente na área do Castelo de Gaia (Silva, 2017; 2020; 2022: 583-599), embora naturalmente se repliquem aqui os condicionalismos de investigação observados na cidade do Porto. Ainda assim, podem destacar-se significativos conjuntos de materiais cerâmicos importados, como ocorreu numa intervenção no antigo espaço de um clube nocturno (Silva, Pina-Burón, Prieto, 2017; Ramos, Carvalho, 2020) ou na igreja do Bom Jesus (Guimarães, 1989; 1995a; 1995b; Ramos, 2017, 2020).

No plano arquitectónico, sublinhe-se o resultado de duas escavações. Nas primeiras, feitas na Igreja do Bom Jesus de Gaia, foram identificadas ruínas de duas construções sobrepostas, caracterizadas como «um edifício paleocristão, violentamente destruído no século VI, sobre o qual [se detectou] a existência de um edifício da Alta Idade Média, também violentamente destruído e incendiado» (Guimarães, 1995a: 132-9). Mais recentemente, numa plataforma a noroeste da elevação do Castelo de Gaia, uma intervenção na Quinta de Santo António pôs a descoberto os muros do que parece ser um vasto templo, com necrópole de sarcófagos e outras sepulturas (Nascimento, Sousa, Silva, 2008), trabalhos entretanto interrompidos pelos condicionalismos do projecto imobiliário que suscitou os trabalhos.

Por fim, um pouco mais a montante no rio Douro, recorde-se o importante complexo arqueológico de Crestuma, que terá constituído, nos séculos V e VI, um fundeadouro complementar à navegação e comércio dos dois núcleos de «*Portucale*» e onde recentes trabalhos arqueológicos evidenciaram relevantes conjuntos de ânforas, *sigillatae* e outras cerâmicas tardo-antigas (Silva, Guimarães, 2013; Silva, 2014; Silva, Pereira, Carvalho, 2015; Silva *et al.*, 2015), assinalando a excepcionalidade de um sítio que se manteria activo em tempos subsequentes, como veremos.

3. DEPOIS DE SUEVOS E VISIGODOS

Após um período de lutas internas, a monarquia visigoda acabou por abrir caminho à conquista árabe da Hispânia. De acordo com Al-Maqqari, o noroeste peninsular – através de Viseu e Lugo – teria sido conquistado por *Mûsâ b. Nusair* e «os cristãos prestaram obediência, avieram-se à paz e ao pagamento do tributo pessoal» (Coelho, 1989: II, 53). Outras fontes atribuem a conquista da região a *Tariq Ibn Zaid*, logo no início da invasão. É um tema bastante inseguro, mas, quanto a *Portucale*, um "Memorial Latino Anónimo" atribui a *Abd al-'Aziz* a conquista de cidade, no ano de 716 (Viguera Molíns, 2000: 126). Sabe-se que a região veio a ser colonizada por populações de origem berbere, se bem que os cristãos continuassem a ser o grupo maioritário. Durante as primeiras décadas, o do-

[4] Para uma atualização e perspetiva geral sobre a ocupação romana da cidade, veja-se Silva, 2022: em especial as págs. 547 a 690).

mínio árabe seria relativamente precário, o que é comprovado pela necessidade de realizar investidas sobre a *Yillîqiyya,* como a que ocorreu em 734-5. E, logo seis anos depois, alastra a grande revolta berbere, cujos chefes reivindicavam, dos governantes omíadas, melhores recompensas para as populações magrebinas que estavam a dar apoio à expansão do Islão. A revolta é reprimida no ano 742, mas iria deixar sequelas no domínio árabe do Noroeste. Segundo a cronística asturiana, o recuo forçado da frente islâmica para sul do Douro terá sido aproveitado por Afonso I e pelo seu filho, Fruela, para ocuparem cidades debilitadas na sequência da insurreição berbere, como *Bracara* ou *Portucale* e, desse modo, alargarem consideravelmente as fronteiras do reino ovetense. Esta narrativa é posta hoje em causa, sendo considerada uma invenção com o intuito legitimador da monarquia, ao tempo do Rei Magno (Escalona, 2004).

Apesar de ser incerto o âmbito da expansão asturiana durante aquele período, pode dar-se como segura a fragilidade da implantação árabe na região. É assim que, decorrido praticamente um século sobre estes acontecimentos, voltamos a encontrar o litoral duriense sob pressão. E são dessa altura as primeiras referências históricas relativamente seguras sobre *Portucale*, na alta Idade Média. Tudo terá começado com as revoltas de Mérida dirigidas contra o emir Abd al-Rahman II, entre os anos 830-834 (Manzano, 1991:329). Congregando descontentes de diversos credos e etnias, os chefes da rebelião (o muladí *Sulaymân b. Martin* e o berbere *Mahamud ibn Abd al--Djabbar*) são obrigados a fugir: aquele para os lados de Trujillo e Mahamud em direção à costa atlântica. Segundo Ibn Hayan, depois de deambular algum tempo, o berbere é derrotado próximo de Lisboa, no ano de 839, e empreende depois uma marcha até território cristão, para pedir asilo ao rei Afonso II, o Casto. Este recebê-lo-á, entregando-lhe um castelo «na região do Douro, em direção ao Atlântico» (Barroca, 2016: 36). Embora o corónimo árabe possua um significado mais abrangente do que a tradicional Galécia, é possível que uma algara muçulmana do ano anterior contra a *Yillîqiyya* – que quebra a suposta trégua acordada há quase uma década entre Córdova e Oviedo – seja já o prenúncio de que algo de grave se passaria nesta zona, vindo a facilitar o acolhimento de Mahamud na região do Porto. Mário Barroca, em nossa opinião com acerto, nega que o castelo cedido pelo rei asturiano ao líder berbere possa coincidir com o atual monte de Mafamude, em Vila Nova de Gaia (Barroca, 2017b: 236-8). Na verdade, os três documentos do séc. X que aludem ao «*castro Mafamudi*» ou «*mons Mahamut*», em território Portucalense, todos eles referem o nome desta fortificação para localizar a *villa* de Aldoar, sita bastante a norte da foz do Rio Douro (LP, 208, 366 e 526). Localizada num fértil vale que a arqueologia está a confirmar como sendo de povoamento muito antigo, tal herdade é descrita, em 944, como tendo pertencido ao pai do monge que (re)construiu a igreja local[5]. A onomástica inserida neste documento ilustra bem a convivência de gente com diferentes raízes linguísticas: latina, germânica e árabe. Mas devemos acrescentar que não nos repugna que o monte de Mafamude, situado na margem esquerda do Douro, possa também ter algo a ver com citado caudilho berbere. Porém, não como o seu reduto principal. É bem possível que este último se localizasse precisamente em *Portucale*, a decadente urbe de origem romano-goda, que, apesar de tudo, continuaria a ser o lugar mais propício para a sua instalação. Na verdade, o chefe berbere, ao tempo súbdito do monarca asturiano, poderá ter-se fixado no Baixo Douro ainda por alguns anos, o que levou H. Livermore (1980) a considerar esta região, no segundo quartel do século IX, como a «colónia de Mahamut». Seguindo tal raciocínio e na mesma óptica do que se pensa acerca do significado do topónimo gaiense, ousamos considerar a presença de um «castro Mafamudi» a norte de Aldoar, como outro possível vestígio da passagem do rebelde berbere por estas paragens. O nome original perdeu-se aí, mas na décima centúria a memória encontrava-se ainda muito viva. Esta fortificação, tal como, certamente, a elevação da margem esquerda do Douro, podiam ter sido atalaias que integravam o sistema defensivo do território administrado por Mahamud.

No citado estudo de Mário Barroca chama-se a atenção para a cartografia dos inícios do séc. XIX, onde se mostra a «presença de uma elevação ao lado da Igreja de S. Martinho de Aldoar, hoje parcialmente anulada pelo desenvolvimento urbano da zona» (Barroca, 2016: 36; *Idem*, 2017b: 235-8, onde este assunto é mais desenvolvido).

Em nossa opinião, o castro de Mafamude referido nos documentos do "Livro Preto", sob dependência do qual se encontrava a *villa* de Aldoar, deve corres-

[5] Pensamos que possa ter existido um templo mais antigo, dedicado a S. Martinho, sendo a menção de um segundo orago («*ecclesiam vocabulo Sancti Martini, episcopi, et Sancti Michaeli archangeli*») fruto da devoção por S. Miguel, cujo culto se expande na Alta Idade Média, associado ao avanço das forças cristãs para Sul.

ponder ao chamado monte de S. Gens que deu o nome ao lugar de Custóias, topónimo bem explícito sobre a sua antiga função de atalaia, "custodiando" a foz do rio Leça (Vitorino, 1943)[6]. Praticamente desmantelado pela pedreira que forneceu a construção do porto de Leixões, este monte elevava-se a 137 metros de altitude e serviu de sentinela à costa, para aviso das populações em redor, assim como as do interior, eventualmente, através da Serra do Facho (Aguiar de Sousa). Em 1484, o rei D. João II ordenou que se instalasse (ou retomasse) aí uma atalaia, dotada de um facho para comunicar com a cidade do Porto e com Vila do Conde (Marçal, 1964: 26-27) [7]. Esta ligação ao Porto[8], potenciada pela proximidade à *via veteris*, poderá ser muito antiga e é significativa a sua documentada relação com S. João da Foz, a cujos moradores incumbia velar no monte de S. Gens (Vitorino, 1943; Marçal, 1964: 26-27). Resta referir que a povoação de Santiago de Custóias está rodeada por uma série de topónimos de origem altomedieval, alguns dos quais de possível raiz árabe, como Almeiriga. Além disso, a uma escassa légua de S. Gens fica o lugar de Cutamas (S. Mamede de Infesta), que invoca precisamente o nome de uma tribo berbere – a dos *Kutama* – à qual poderão ter pertencido os seguidores de *Mahamud ibn Abd al-Djabbar*.

A concessão do Douro inferior a Mahamud parece ter tido uma razão estratégica, favorável para a monarquia asturiana, já que servia de tampão para eventuais investidas muçulmanas sobre o Noroeste, a partir de Coimbra ou Viseu, e possibilitaria uma melhor vigilância da costa. A presença do chefe berbere nestas paragens veio a ser interrompida inesperadamente, pois foi morto nos arredores de Lugo (840 d.C.), por se ter posto em contacto com o emir de Córdova e o rei asturiano temer que estivesse a cometer alguma deslealdade. É possível que remonte ao mesmo período a criação da *Almenara* ou *Almeara* do Canidelo, sobre a barra do Douro (Figura 9) e que aparece documentada já em 1145 (BF 26; *vd*. também 13 e 245). A navegação atlântica nunca se chegou a extinguir completamente e, tanto a pesca, como o transporte de cabotagem, continuavam a exigir sinalização a partir da costa. Por outro lado, o mar não era apenas usado por árabes e galaico-asturianos. No séc. IX começaram a aparecer no horizonte as embarcações vikings, com tripulações aguerridas, que viviam da pilhagem e do resgate de prisioneiros. O primeiro contacto conhecido data de 844 d.C., quando a costa atlântica foi cruzada por uma frota de 80 navios que se dirigiram a Lisboa e Sevilha (segundo Ibn Idhari), não sendo de rejeitar a eventualidade – não documentada – das embarcações terem entrado no rio Douro, na mira do saque (Pires, 2017:62-7).

É provável que a construção de um *rîbat* muçulmano, junto à barra do Douro, tenha surgido precisamente nesta altura. O topónimo "Arrábida", na margem direita do rio, induz a concluir que aí existiu um complexo religioso de origem islâmica, que, ao mesmo tempo, serviria de posto de observação fronteiriço (Barroca, 2016: 36)[9]. O assassinato de Mahamut pode ter enfraquecido a posição avançada do reino astur na costa atlântica e sabe-se que, devido às incursões normandas, as autoridades cordovesas estenderam ao longo da costa múltiplos conventos de monges guerreiros, que serviam de atalaia contra qualquer incursão inimiga. A situação instável de *Portucale* ter-se-á agravado com a presúria de Tui pelo conde Afonso Betotes, em 854. Quatro anos depois, os vikings voltam a pilhar a costa da Galiza, sendo derrotados pelo conde Pedro [Theon]. E uma parte deles deve ter seguido depois para sul, dado que, segundo a *Crónica Profética*, Lisboa é atacada no Verão do mesmo ano (Pires, 2017: 67-70). Também entre 858-859 terá sido aprisionado, por guerreiros normandos, o muladi *Sa'dun Ibn Fath al-Surunbâqui*, cujo resgate foi pago por um judeu (González, 2014: 245, 274 e Rei, s.d.). Não se sabe em que condições foi tornado refém, mas, duas décadas mais tarde, ele encontra-se instalado em *Portucale*, como súbdito do rei Afonso Magno.

A presúria de *Portucale* por Vímara Peres parece ser, por conseguinte, mais complexa do que a historiografia tradicional nos dá a entender. Ela dá-se quando ainda o rei Magno tinha pouco mais de um ano de

---

[6] É de referir que Mário Barroca, não obstante isolar um *Castro Mafamudi* na freguesia de Aldoar, acaba por considerar a *villa Alduari* integrada no espaço territorial do castelo de Custóias (Barroca, 2017b: 235).

[7] Aparentemente, as ruínas de um baluarte terão chegado ainda ao século XX. Cfr. Barroca, 2017b: 235-6; Pires, 2018: 104--5 e, em especial, a ficha de carta arqueológica sobre São Gens (código de inventário nº 1101) que nos foi gentilmente facultada pelo Gabinete de Arqueologia do Município de Matosinhos.

[8] Eventualmente através do estratégico Monte Cativo, já assinalado em 1120, como eminência limítrofe do couto do Bispo («*Montem Cautivis*» – DR 53).

[9] De modo algum pode ser atribuído ao período de Almançor, pois o caudilho árabe, não obstante se ter servido da cidade de *Portucale* durante os preparativos do assalto a Santiago de Compostela, nunca chegou a controlar militarmente o Baixo Douro.



Figura 7 – Portal principal da igreja de São Martinho de Cedofeita. Epígrafe setecentista evocando uma anterior inscrição fundacional. Foto: M. Real



Figura 8 – Igreja de São Martinho de Cedofeita. Interior da capela-mor. Foto: M. Real



Figura 9 – Dominando a foz do Douro, as elevações da Arrábida, a norte, e da Alumiara na margem sul, podem conservar a memória toponímica dos tempos de ocupação muçulmana da região (pintura de J. Holland, reprod. de Harrison, W. H. – *The tourist in Portugal*. London: Robert Jennings: printed by Maurice, Clark, and Co., 1839).

governo. Após o falecimento de seu pai, Ordonho I, o príncipe Afonso teve de fugir de Oviedo devido ao golpe do conde de Lugo, Froila Bermudes. Sufocada a revolta, Afonso III é coroado em finais de 866 e, logo no ano seguinte, teve de fazer face à rebelião dos Vascos. Ao mesmo tempo, o emir Muhammad, querendo aproveitar a débil situação do jovem monarca, envia um poderoso exército comandado pelo príncipe herdeiro al-Mundir. O rei asturiano alcança, porém, a sua primeira grande vitória. Por isso, o ano de 868 d. C. será crítico, tanto para o monarca cristão, como para o próprio emir que, para além de derrotado nas veigas de Leon, passou a confrontar-se com o reinício das sublevações muladis, a partir de Mérida.

Atendendo ao contexto, é de admitir que a surtida de Vímara Peres sobre *Portucale*, se bem que associada à política de presúrias levadas a cabo pela monarquia asturiana, possa ter correspondido a uma atitude algo espontânea da parte do nobre galego, que, na notícia analística do evento, nem sequer é nomeado "conde", ao contrário do que sucederá – na mesma fonte – com o presor de Coimbra, figura de destaque na corte de Oviedo. É também incerto o papel do rei anos mais tarde, que está em *Vama* (actualmente Bama, na Galiza) quando morre Vimara Peres, não se sabendo se por morte natural ou assassinado. E é de lembrar que um irmão do presor Portucalense, Hermenegildo Peres, irá liderar uma das principais rebeliões contra Afonso Magno. A suspeita de uma acção autónoma por parte de Vímara adensa-se pela constatação da provável retirada do governo de *Portucale* à linhagem dos "Vimaranis". Tal função terá sido entregue a Hermenegildo Guterres, que num documento relativo ao ano de 899, é designado como «*comes Tude et Portucale*» (ES 14: 442; Sánchez, 1981: 517-29).

É enigmático, porém, o papel de *Sa´dun al-Surunbâqui* na apropriação definitiva de *Portucale* para o lado cristão. O certo é que, segundo fontes árabes, ele estava mais tarde sediado em *Burtuqâl* (*Portucale*) com seus companheiros e sob a protecção de Afonso III, apesar deste ter chegado a desconfiar da sua lealdade[10]. De facto, em 874-875, quando Ibn Marwân –

[10] É altura de desfazer uma confusão sobre a hipotética mesquita referida pelo anónimo de Rabat e aceite por Garcia Domingues, que a relaciona com a cidade de *Portucale*. No *Dhikr Bîlad al-Andalus* diz-se que «Portugal é uma cidade muito antiga…[e] existiu nela uma grandiosa mesquita aljama, transformada pelos cristãos quando dominaram a cidade». Concordamos com António Rei quando afirma tratar-se de um equívoco do autor árabe, ao querer referir-se a Coimbra, a capital do reino de Portugal desde Afonso Henriques, senão mesmo, episodicamente, com o conde D. Henrique. Na verdade, logo a seguir o texto acrescenta que era a capital do cristão *Al-Rink al-Rumi*, ou seja, de «Henrique, o Romano [=Cristão]» (Rei, 2009: 499). Acresce que a referência a certas árvores de fruto, nomeadamente à amendoeira, é pouco compatível com o clima portuense.

outro caudilho muladí, seu aliado – se viu sob cerco de forças omíadas, no castelo de Alanje, e pediu auxílio a al-Surunbâqui, este só saiu para o socorrer depois de alcançar autorização do rei Magno (Manzano, 1991: 190,196-201). A circunstância de *Portucale* funcionar na década de 70 como protetorado entregue a um muladí, faz crer que a corte asturiana voltou a socorrer-se de forças rebeldes contra o emir, conferindo-lhes funções de guarda avançada na fronteira duriense. E o facto de isso estar a acontecer depois da morte de Vímara Peres (873 d. C.), pode até entender-se como uma eventual solução de recurso, para preencher temporariamente o vazio gerado pela ausência de uma liderança no condado.

A estabilização do governo condal – na hipótese, mais que provável, do afastamento dos "Vimaranis"[11] – só parece estar resolvida com a nomeação de Hermenegildo Guterres para *dux* regional (a. 883). É possível que o conde estivesse então assessorado, como *tenens* em *Portucale*, pelo seu filho Guterre, que se terá provavelmente estabelecido em Salas, na região de Santo Tirso. Não é por acaso que datam também dessa altura as primeiras referências a bispos portuenses: Justo (881-886?) e Froarengo (890? -918). No séc. X, até finais da década de cinquenta, conhecem-se ainda os nomes dos bispos Hermogio, Ordonho e Visando (?) e Diogo.

Pela mesma época, na margem esquerda do Douro está documentado o mosteiro de Santa Marinha, talvez já em 947[12]. Confirmando o que já se sabia de época sueva, a arqueologia parece testemunhar a importância da colonização das duas margens, cujo enquadramento socio-económico e religioso estaria assegurado por uma rede precoce de comunidades religiosas. São de assinalar, do lado sul, confirmações arqueológicas na já mencionada igreja do Bom Jesus (Guimarães, 1989; 1995a; 1995b) e no complexo religioso descoberto na Quinta de Stº António (Nascimento, Sousa, Silva, 2008; Silva, 2017:107, 114-16), ambos locais em redor do castelo de Gaia. Na área urbana do Porto devem apontar-se, antes de tudo, os vestígios encontrados na Sé Catedral e a parte inferior da cabeceira de S. Martinho de Cedofeita, igreja antiquíssima, mas apenas documentada em 1087 (Figura 7). Existem ainda indícios seguros em Stº Ildefonso[13], S. Pedro de Miragaia, S. João da Foz, S. Martinho de Aldoar (mosteiro doc. em 944) e S. Salvador de Campanhã (mosteiro doc. em 1058 e 1072). Relativamente a Miragaia, apenas se conhece uma imposta pré-românica, que reproduz claramente o modelo asturiano (Real, 1984: 30-32), e um inédito elemento de fresta com arco em ferradura (Figuras 10-11)[14]. No interior do castelo da Foz apareceram os fundamentos da primitiva igreja paroquial, de uma só nave e cabeceira rectangular, cuja primeira fase remontará à Alta Idade Média (Osório, 1993: 25-33). Junto a este local existe a Praia do Ourigo, nome derivado do antropónimo "Honorigo", bem documentado no século XI. Tratar-se-á possivelmente de Honorigo Gonçalves (1057-1061), filho de Gonçalo Viegas de Marnel e, pelo lado de sua mãe, Toda, neto de Gonçalo Trastamires da Maia. Estas duas linhagens estiveram aliadas, desde o reinado de Afonso V de Leão, no esforço de reconquista das cidades de Viseu e Coimbra, pelo que não é de admirar certa ligação de um dos herdeiros da casa de Marnel à Foz do Douro, senhorio maiato que irá ser doado ao mosteiro de Santo Tirso.

Merecem nota os achados altomedievais da Sé Catedral, cuja basílica devia possuir três naves. Delas podem ter chegado até nós as suas quatro colunas[15], embora os primeiros estudos não as relacionassem com este período (Brandão, 1963; 1964; Silva, 2010:

[11] Sobre este assunto *vd.* Real, 2018: 308-10 e 313-14.

[12] Assim o considera Domingos A. Moreira, mas aceita a data de 897 d.C. (Moreira, 1989-1990: 42). Trata-se do célebre diploma referente à fundação de vários mosteiros, por Gondesindo Eris, cuja data foi revista por Almeida Fernandes (937) e Sanchez Albornoz (947). José Mattoso opta pela cronologia avançada pelo investigador espanhol (Mattoso, 1981: 129), enquanto A. de Almeida Fernandes considera o DC 12 "de data errada, com toda a evidência, devendo ser de 937" (Fernandes, 2001:155). Deve acrescentar-se, porém, que não nos parece segura a identificação *supra*, pois a passagem do documento de Gondesindo Eris refere-se expressamente à "villa abientes" (Avintes). É certo que o orago da igreja de Avintes, desde a baixa Idade Média, não era dedicado aquela santa, mas sim a S. Pedro. Daí a tentativa de identificar com o templo de Gaia «*o monasterium in ipsa uilla uocabulo sancta marina*». *Por sua vez, sem de todo rejeitar esta identificação, José* Mattoso alerta para a possibilidade de o documento de 947 poder estar a referir-se a Sª Marinha de Crestuma, situada a menor distância da actual povoação de Avintes (Mattoso, 2002: 53-54). De qualquer forma, a igreja de «Sancta Marina de Purtugal» *já figura num documento de 1116*, citado pelo mesmo Domingos Moreira (*Idem, ibid*.).

[13] Cabeceiras de sepultura com marcação de uma cruz ladeada de alfa e ómega, que são descritas no *Anacrisis Historial*, obra setecentista de Manuel Pereira de Novais (1913: 185).

[14] Fotografado por um dos signatários na parede de uma casa da Rua Arménia, próximo da igreja, e que desapareceu após a respectiva obra de restauro.

[15] Em território português conhece-se a planimetria de algumas basílicas coevas com três naves – Lourosa, Balsemão e Prazo – cuja aula dispõe apenas de dois pares de colunas (Real, 2018: 316-7).




Figuras 10 e 11 – Imposta e fresta com arco em ferradura, identificadas nas imediações da igreja de Miragaia. Fotos: M. Real.




Figuras 12 e 13 – Capitel moçárabe da igreja de Cedofeita e colunelo localizado perto da sé catedral. Fotos: M. Real e F. Noronha/ DMPC-CMP.

248). É provável que tenha aparecido também uma parte da cabeceira, nas escavações arqueológicas dirigidas por J. Arguello, P. Dórdio Gomes e M. Capela, mas não foi possível confirmá-lo com total segurança, devido à escassez da área escavada (Gomes, 2005: 28-9; Real, 2017: 49-50). Mas o que mais se destacaria, neste templo, era o uso de colunas e capitéis em calcário (Real, 2017: 51-2), uma característica que fez escola na região. Nas imediações da Sé encontrou-se um fragmento dessas colunas, decorado com laçaria, e na igreja velha de Cedofeita sobreviveram dois capitéis[16], seguramente integrados na mesma corrente (Figuras 12-13). Trata-se de um fenómeno importado do sul moçárabe, não apenas no que diz respeito à matéria prima – o calcário brando – mas também pela sua notável decoração, inspirada na arte omíada. A importância que lhe era reconhecida nos alvores da nacionalidade explica o facto de os escultores românicos da região terem continuado a copiar, no granito, os mesmos motivos ornamentais (Real, 2017: 47-57).

Admitimos que, nos derradeiros anos do reinado de Afonso Magno, quando o seu poder definhava perante a pressão dos respectivos filhos, Lucídio Vimaranes tenha ascendido ao governo de *Portucale*. Exige cuidada análise o documento da concessão de dote à igreja de S. Miguel de Negrelos (DC 5 e LM 65). O diploma vem erradamente datado de 870 d.C., no "Livro de Mumadona", mas não sabemos se tal terá sucedido apenas por confusão com a data da presúria da *villa*, por acção de Fromarigo, Xelemondo, e respectivas mulheres. O certo é que tal documento não deve ser anterior a 897, ano em que, pela primeira vez,

[16] A fase mais antiga da actual igreja românica corresponde ao edifício sagrado em 1087, pelo bispo de D. Pedro, mas os capitéis estão reutilizados. Nem se ajustam bem ao diâmetro das semi-colunas. E foram, mais tarde, copiados em granito, no alto da nave.

aparece o bispo Gomado[17]. Para além da dedicação do templo ter tido lugar ainda em vida de Afonso III e sendo conde Lucídio Vimaranis[18], chama a atenção a circunstância de o sagrante ser o bispo de Viseu, havendo titular na cátedra portuense (Froarengo). Braga não tinha bispo residente, desde a transferência da sede para Lugo. Em contrapartida, está comprovada a estreita relação da estirpe vimaranense a Viseu-Lafões e Lucídio era próximo de Gomado, a quem fez doação da igreja de Formoselha (Montemor-o-Velho), em 915. Deve ainda ter-se em atenção que o conde Lucídio, após um período em que praticamente desaparece da documentação oficial, apenas surge em 910 como *tenens* em Lugo. E, logo no ano seguinte, ele figura em posição de destaque, ao lado de Ordonho II na *congregatio magna* de Aliobrio, e é nomeado *previsor* dos termos de Dume (Mattoso, 1981:107), decerto por estar já investido em novas funções na terra Portucalense.

Estamos assim tentados a arriscar o período entre 905 e 910 para a datação do documento da *villa* de Negrelos (hoje S. Miguel do Paraíso)[19]. Esta herdade situava-se junto ao rio Ave, no conc. de Guimarães, fazendo parte do «*territorio bracharensis urbium portugalensis*». É de realçar este detalhe coronímico, já que, no sentir da época, o lugar de Negrelos integrava território bracarense, que hierarquicamente dependia da urbe de *Portucale*. Quanto ao topónimo "Guimarães", parece derivar mais de *Vimaranis*, do que de *Vímara*. Embora o uso do genitivo não possa ser totalmente afastado do nome do presor de *Portucale*, a verdade é que nenhum documento o liga objectivamente a Guimarães. Assim, estamos em crer que tal relação se ficou a dever a seu filho, o conde Lucídio, no momento em que terá conseguido recuperar, para a sua estirpe, o governo condal de *Portucale* e decidiu mudar-se para o interior do território. Como uma das razões da transferência da sede do condado para Guimarães tem sido invocado o medo das incursões normandas. Sem rejeitar completamente tal argumento[20], parece-nos mais relevante o simbolismo da aproximação à antiga sede metropolitana[21], com o cuidado de não afrontar a autoridade dos bispos de Lugo e os interesses da Igreja Compostelana, que por doação régia recebera já, em Braga, diversos bens de grande significado religioso. Por outro lado, a *villa Vimaranis* encontrava-se estrategicamente bem situada, no eixo viário que ligava o norte da Galiza a Viseu e a Mérida, na altura mais importante do que a via do litoral. Jorge Alarcão coloca a hipótese de Rodrigo ou Alvito Lucides, terem sucedido a seu pai no governo Portucalense (Alarcão, 2019: 19-20). Mas a sede do condado só ficará consolidada, em Guimarães, com Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias, que constroem o seu paço em Sª Marinha da Costa e a condessa, já viúva, funda o mosteiro de Sª Maria e manda erguer o castelo de S. Mamede. A partir deste momento, a linhagem dos condes de *Portucale* passou, por via varonil, à descendência de Afonso Betotes, sendo mesmo «provável que os territórios entre a Ria de Vigo e o Vale do Lima tenham sido aglutinados a *Portucale* numa única jurisdição política» (Ferreira, 2016: 91).

[17] A conclusão é de M. Carriedo Tejedo, que fez a revisão sistemática dos episcopológios portugueses nos sécs. IX e X. Além disso, conseguiu eliminar as confusões existentes a respeito do bispo Gomado, determinando que apenas foi bispo em Viseu, entre 897-912 (Carriedo, 1998-99: 320-1 e 379, n.123).

[18] O texto do diploma é algo ambíguo neste ponto. Em nossa opinião, o conde é aqui mencionado, não enquanto presor da *villa*, mas antes como a autoridade regional quando se dá a sagração do novo templo. Lucídio reaparece como conde no discutido documento de 922, segundo o qual Ordonho II visitou o bispo Gomado, que se retirara para o mosteiro de Crestuma. Carriedo Tejedo, citado na nota anterior, não põe em causa a data do documento. Mas além de defender que Gomado era bispo resignatário de Viseu, propõe que a visita de Ordonho terá ocorrido antes de 917, talvez mesmo em 915. O autor não deve estar longe da verdade, posto que na cúria régia de Aliobrio, em 911, Gomado já estaria debilitado, pois nota-se a sua ausência, ao contrário dos bispos de Coimbra e Portucale. E tem, assim, credibilidade a razão da visita de Ordonho, atendendo à documentada ligação entre Lucídio Guimarães e o bispo Gomado – como a seguir se verá – e ao respeito que o monarca teria pelo velho prelado, que não pôde comparecer à sua primeira reunião magna em território portucalense, enquanto rei da Galiza.

[19] Sánchez Albornoz situa este documento entre 880-905; Torquato de Sousa Soares alarga o leque cronológico entre 873--905; e Avelino J. da Costa aceita a data de 880 (Costa, 1997--2000: vol.2, 145, nota 101). Para M. Rubén Garcia Alvarez, a menção do bispo Gomado, a cronologia pessoal de Lucídio Vimaranis e «dada la forma de estampar la era», tal documento deverá ser do ano 905 (Garcia Alvarez, 178: 153).

[20] É de lembrar a coincidência do conde Guterre Mendes ter também escolhido afastar-se da costa atlântica, escolhendo residência em Salas (Santo Tirso). Aí viveria com Ilduara por volta de 907 – ano do nascimento de S. Rosendo – quando teve de acorrer a Coimbra, presumivelmente para ajudar seu irmão, Arias, contra mais uma tentativa islâmica de recuperar a cidade. O filho mais velho de Hermenegildo Guterres deve ter assumido a tenência de Portucale, em nome do seu progenitor, quando este governava o extenso condado situado, no entender de João Martins Ferreira (2016), entre os rios Douro e Verdugo, já que incluía a *comisso* de Tui.

[21] Braga fica separada de Guimarães apenas pela serra da Falperra, o chamado «*monte Custodias*» de 1095, sobranceiro à *villa* de Santa Tecla, já no lado de Braga (LF, 326).

Apesar da sede condal se ter transferido para o «*territorio bracharensis*», o receio de investida dos "gentios" não diminuiu. A construção do castelo de Guimarães (968) é justificada precisamente desse modo. Na verdade, no mesmo ano, uma poderosa armada aportou à Ria de Arousa, sob o comando de Gunderedo, tendo-se os guerreiros vikings internado profundamente em território galego. Saiu-lhes ao caminho o bispo Sisenando, de Iria, que morre no campo de batalha. E uma fonte árabe testemunha a colaboração entre autoridades cristãs e islâmicas, para fazer frente a uma nova armada nórdica, que entrara no Douro a 8 de Julho de 971 (Pires, 2017: 99-101 e 118-23). Mas não se pense que a costa atlântica era apenas visitada por embarcações vikings. Lentamente, a navegação internacional começava a recuperar. Só assim se explica que, no tempo do bispo Froarengo, tenham feito escala em *Portucale* os navios que transportavam colunas e outros materiais de espólio, colhidos em terra árabe, com destino à reconstrução da basílica de Compostela (a. 899). E o rei Ordonho II também aportou ao Douro, com importante comitiva, para visitar o bispo Gomado, que se havia recolhido no mosteiro de Crestuma. Como acima se disse**[22]**, M. Carriedo Tejedo estima que tal possa ter ocorrido por volta de 915-917. Também o incremento do culto das relíquias acaba por nos fornecer relatos que mostram contactos a longa distância, com o cruzamento da costa atlântica feito por embarcações cristãs. É o caso de uma passagem da *Crónica Silense*, que dá conta de que no tempo do Rei Casto (791-842) os moçárabes sublevados de Toledo, perante a eminência de uma investida por parte de forças cordovesas, levaram a Arca Santa até à costa, em segredo, e a transportaram por barco «ad portum Asturiae», que o cronista denomina «*Subsalas*» (González Garcia, 2014: 241). E o périplo atlântico, de ligação entre o Mediterrânio e a Bretanha, é-nos igualmente descrito através das transferências das relíquias de S. Mauro de Parenzo e do apóstolo S. Mateus. A propósito destas últimas, conta-se que terão sido levadas primeiro da Etiópia até à península da Armórica (Gália), no ano 855, e décadas mais tarde uma frota italiana tê-las-á transportado à Lucânia, donde finalmente foram transferidas para Salerno. É de salientar a alusão de que os marinheiros que disso se encarregaram, as fizeram aportar «a pretexto de mercadoria, como fora habitual» (*quidam viri nautici, mercimonia causa, ut solita fuerant, applicuerunt*). Esta nota parece mesmo revelar que se trataria de um navio mercante, cuja tripulação já estava habituada a viagens de longo curso (Cassard, 1988: 31, 36). Tendo em conta as dificuldades que a navegação atlântica implicava, naquela época, é bem provável que o bem resguardado ancoradouro de *Portucale* tivesse desempenhado uma função de escala quase obrigatória para embarcações "amigas". Mas deve acrescentar-se que não estarão também ausentes de águas nortenhas as esquadras omíadas, com missões de patrulhar a costa (Picard, 1997: 75-6, 81, 348)**[23]**. E a crescente importância da posição atlântica de *Portucale* e do Douro navegável, é confirmada pela estratégia concebida por Almançor, para reunir as suas tropas, vindas por terra e por mar, nos preparativos do ataque a Santiago de Compostela, no ano de 997.

O condado de *Colimbria* entra então em colapso e o governo de *Portucale*, que, nas últimas décadas se havia enredado nas lutas políticas pelo trono leonês, consegue apesar de tudo sobreviver, graças ao conde Mendo Gonçalves. Este mantem o prestígio da estirpe, enquanto tutor do príncipe herdeiro, mas vê-se confrontado com um período de grande turbulência, a começar pelas lutas que precederam a ascensão de Afonso V ao trono de Leon. Chegou a perder temporariamente o castelo da Maia, para Veila Gonçalves, no rescaldo da incursão de Almançor (Mattoso, 1981: 145-7). E tem-se levantado suspeitas sobre as razões da sua morte, em 1008. Entretanto, as algaras muçulmanas terão continuado, como aquela de 1009 contra a *Yilliqiyya*, sob o mando de Abd al-Rahman Sanyul (Pérez, 2014: 82). E os normandos prosseguiram as suas depredações ao longo da costa, duvidosamente em 1008, mas com grandes estragos no maior ataque conhecido para a região, entre Julho de 1015 e Março de 1016**[24]**. Nessa altura, chegaram a entrar no Douro

[22] V. nota 15.

[23] Dispensamo-nos de citar exemplos de peças de origem muçulmana encontradas no norte da Europa, cujos meios de transmissão podem ter sido diversificados. Porém, merece salientar-se a notícia de que, no séc. IX, foi avistado junto à ilha de Yeu, na Bretanha, um «enorme» navio sarraceno (Cassard, 1988: 31). Do mesmo modo que embarcações islâmicas visitavam zonas de influência cristã, ocorrem também viagens no sentido inverso, como o do peregrino Fidelis, que terá partido da Irlanda por volta do ano 800 d. C. e, depois de passar por Itália, visitou o Egipto e Jerusalém, para finalmente regressar às Ilhas Britânicas (McCormick, 2001: 911).

[24] A este respeito veja-se o recente estudo sobre as incursões vikings no norte de Portugal, onde os autores realçam a sua particular atracção pelo território entre os rios Douro e Ave, assim como a possibilidade da Mota de Adaúlfo, em Perafita (Matosinhos), poder estar relacionada com um temporário assentamento normando (Marques *et al.*, 2018: 152, 176-8).

e, durante nove meses, pilharam e fizeram cativos em razias praticadas desde *Portucale* até ao rio Ave. Passado muito pouco tempo, a 6 de Setembro, voltam à foz do Ave e atacam o castelo de Vermoim, o que terá sido fatal para o conde Alvito Nunes, já que no ano seguinte há notícia de um novo conde (Pires, 2017: 117-26).

Finalmente, a nobreza Portucalense vê-se envolvida no processo da reconquista leonesa, tendo como foco o condado de Coimbra. É assim que um descendente de Vímara Peres, o conde Mendo Luz, irá reconquistar Montemor-o-Velho, pouco antes de 1019. A referida praça volta a ser perdida pouco tempo depois e caberá ao senhor da Maia, Gonçalo Trastemires, em 1034, o mérito da conquista definitiva de Montemor para o lado cristão, vindo a facilitar o assalto final a Coimbra (Mattoso, 1981: 110, 209-10).

Entretanto, no meio de tantas incertezas, a vida seguia o seu curso no burgo Portucalense e seu entorno imediato. Enquanto a diocese de Braga mantinha vazia a cátedra episcopal, no Porto, após um período em que se desconhece o nome dos seus bispos[25], estão documentados vários prelados na primeira metade do século XI: Afonso? (1018), Énego (1024-1028), Fernando? (1033) e Sisnando (1049-1075?)[26]. É possível que a revitalização da vida eclesiástica na região se tenha ficado a dever ao esforço do rei Afonso V, de Leon, para reverter a anarquia criada pelas incursões de Almançor (Marques, 2017: 179). É também este monarca que levará os exércitos cristãos a cercar Viseu e tomar Montemor. O recrudescimento da luta pela posse da faixa territorial entre o Vouga e o Mondego levará o abade da Vacariça e refugiar-se no Norte. Ele irá ser acolhido no mosteiro de Leça, a partir do qual será estabelecida uma federação monástica entre vários cenóbios "portucalenses", dos quais, além de Leça, são conhecidos os de Anta, Vermoim e Aldoar (Mattoso, 2002: 293). A acção de Tudeíldo, continuada pelo seu sucessor em Leça, o abade Randulfo, e pelos demais priores confederados[27], demonstra como, no meio de tanta adversidade, a hierarquia eclesiástica se mantinha mobilizada, ensaiando experiências congregadoras e de desenvolvimento territorial. Um papel importante terá sido desempenhado pelo bispo portuense Sesnando (1049-1075?), cuja possível ligação à emergente estirpe dos Ribadouro[28] atesta bem a aliança entre a nobreza regional e a Igreja, na reorganização do condado, após as terríveis provações que este atravessara nas últimas décadas[29]. No dizer de André E. Marques, o bispo D. Sesnando «esteve presente nos concílios de Coyanza (1055) e Compostela (1056 ou 1059?), cujas normas – comprometidas com a tentativa de repor a tradição visigótica de um forte controlo episcopal sobre os mosteiros da diocese – se terá esforçado por implementar. Vemo-lo assim a receber uma profissão monástica (de Velino, fundador do mosteiro de Pendorada), consagrar uma igreja abacial (do mesmo cenóbio), defender o padroado de um mosteiro (Soalhães), consentir na eleição de um abade (de Vairão)» (Marques, 2017: 178).

Ao reportarmo-nos à actual área urbana do Porto, verifica-se que a malha de povoamento se foi densificando ou, pelo menos, que começa a constar da documentação um cada vez maior número de lugares (Figura 14): recrudescem as referências a Aldoar (oito vezes até ao final do século) e surgem menções a Gondarém (*Canderedi villar*, 1021 – LP 142), Paranhos (*hereditate de Paramio*, 1035 – LP 184), *Cauno*, Vilar e Lordelo (pesqueiras – *idem*), Campanhã (*villa Campaniana*, 1058 – DC 409), Cedofeita (*Sancti Martini de Citofacta* – 1087: LF 602), *Revelles* (em Aldoar «discurrente rivulo Lanar», 1099 – LP 125), etc. Outros topónimos, como Cantareira (*Cantararia*), Contumil (*Gontemir*), Foz do Douro (*Focem Dorii)*, Lordelo (*Loordelo*), Massarelos (*Mazarelos*), Nevogilde (*Louvigildus*), ou Requesende (*Requisendi*), que aparecem já mencionados nos sécs. XII-XIII, devem ter origem anterior, confirmando a acentuada dispersão do povoamento rural.

Entretanto, a degradação do governo foi-se acen-

---

[25] Entre 881 e 959 estão documentados os bispos Justo, Froarengo, Hermogio, Ordonho, Visando(?) e Diogo (Carriedo, 1998-99: 343). Segue-se um largo período em que se desconhece o nome de bispos do Porto. A partir de final do século é bem provável que tenha tido influência a anarquia que se seguiu às campanhas de Almançor. Mas, anteriormente, a ausência documental pode ser fortuita, não obstante também se tratar de um período de grande instabilidade política para o reino leonês.

[26] *Idem*: 342 e Marques, 2017:177, n. 50.

[27] Conhece-se o nome do abade Pedro, de S. Martinho de Anta (Espinho). Este mosteiro situava-se na Terra de Santa Maria, a qual fazia parte da diocese do Porto, apesar de disputada pelos bispos de Coimbra.

[28] O mesmo se dirá do antecessor Énego, ambos possivelmente irmãos de Mónio Viegas (Marques, 2017: 178, n.52)

[29] Se é certo que se parece visível uma certa proximidade entre algumas famílias agora em ascensão e a Igreja local, é notória já a emergência de certa conflitualidade com a velha aristocracia portucalense, por exemplo, na tentativa da condessa Ilduara de se apoderar da igreja de Aldoar, com a oposição do abade Tudeíldo. Ela vê-se obrigada a renunciar ao seu intento, em 1041, e a confirmar ao mosteiro de Leça a respectiva posse (LP, 363).



Figura 14 – Principais locais de interesse para a ocupação alto-medieval referidos no texto.

tuando, não apenas devido às dificuldades causadas pelas incursões normandas e muçulmanas, mas também devido à morte prematura do conde Mendo Gonçalves, à qual se sucederam anos em que o poder passou a ser exercido por mulheres e crianças, situação que se agravaria com a própria evolução política do reino leonês. A subida ao trono de Fernando Magno, contrariada por sectores da nobreza tradicional, fez com que este se procurasse apoiar em famílias de condição nobiliárquica intermédia, que aproveitaram o momento para subir na hierarquia e se aproximar da Corte. Não é por acaso que, durante os preparativos para a reconquista das Beiras, o rei tenha vindo pessoalmente angariar apoios em terras da família da Maia, ficando na «*sua villa*» de Touguinha, em 1053, onde julgou questões relativas à posse de bens reclamados por Gonçalo Viegas, em Beiriz (DC 384). É provável que tenha estado também no Porto, onde exercia influência a linhagem emergente dos de Ribadouro, que deve ter proporcionado dois bispos à diocese, já referidos, e detinha interesses patronais no mosteiro de Cedofeita, em que um dos patronos foi Egas Ermiges (1071-1095), o futuro governador de Anegia-Arouca e Lamego[30].

Chama a atenção o facto de o nome do conde Nuno Mendes estar ausente dos relatos da reconquista de Coimbra, que tão marcante foi para o futuro do Condado Portucalense. Fica a ideia de que o conde estaria agastado com o entendimento existente entre o monarca e alguma nobreza de segunda linha, que, aos poucos, estava a engrandecer o seu património e a ocupar cargos por nomeação régia, sobre os quais Nuno Medes sentia direito tutorial. A autoridade do conde estava a ser posta em causa, mas este não se sentiria com forças suficientes para afrontar o poderoso rei leonês. Todavia, julgou encontrar oportunidade de se afirmar após a morte deste último, quando o Reino foi dividido pelos filhos. Ao primogénito coube a Galiza, na qual estava inserido o condado de *Portucale*. Avisado decerto das intenções do conde Nuno Mendes, o rei Garcia atravessou o rio Minho, com a intenção de tomar Braga, onde a família condal estanciaria no seu paço de Nogueiró. Reunindo as forças que lhe eram fiéis, o conde tentou fazer frente ao exército galego, em Pedroso, já na margem esquerda do Cávado e às portas da cidade. Porém, o encontro foi fatal para Nuno Mendes, que é morto no campo de batalha (Mattoso, 1982: 13-5, 20-1 e 34-5; Gouveia, 2013: 153-87). Com ele desaparecia a dinastia condal que, durante século e meio, governou o território de *Portucale*.

Deve-se ao rei Garcia a decisão política de restaurar a diocese de Braga, vista certamente como um instrumento para pacificar e reorganizar o território Portucalense, cuja administração estava fragilizada. Esta iniciativa teve consequências para a diocese do Porto, que, após o falecimento do bispo Sesnando, conheceu um prolongado período de sede vacante, talvez com o intuito de favorecer a consolidação da antiga cátedra arquiepiscopal. A Igreja portuense passou a ser representada por um Arcediago[31], mas sob a autoridade do prelado bracarense. É neste contexto que, em 1087,

[30] Embora não seja decisivo para comprovar a passagem de Fernando Magno pela região do Porto, há a referir que o documento original daquele acto público veio a ingressar no vizinho mosteiro de Pedroso, que nos finais do séc. XI estava na posse dos senhores de Marnel, estirpe a que pertencia Gonçalo Viegas.

[31] Conhecem-se, nesta função, os nomes de Galindo Alvites e Rodrigo Bermudes (Marques, 2017: 180).

o bispo D. Pedro de Braga virá presidir à sagração da renovada igreja de Cedofeita. Desta fase conserva-se ainda a arcaria cega da capela-mor, em estilo proto-românico (Figura 8). Após a resignação compulsiva de D. Pedro, a tutela deve ter transitado, temporariamente, para o bispo conimbricense, D. Crescónio, o qual veio sagrar a igreja monástica de Pendorada e confirmou a eleição do abade Gaudemiro, de Santo Tirso, que se deslocara a Coimbra para receber a bênção abacial. Sublinhe-se que o múnus episcopal deve ter sido acompanhado de outras medidas organizativas, como a suposta preparação de um Censual, para registo das rendas eclesiásticas e hoje desaparecido (Marques, 2017: 179 e 183), assim como a aquisição de livros litúrgicos. Destas iniciativas, resta-nos um único testemunho material, nos quatro fólios de um velho Antifonário, em pergaminho, reaproveitados como capa de um caderno do séc. XVI, do cartório da Câmara, que, na altura, funcionava ao lado da Sé (Figura 15). Ele apresenta a notação musical e os textos correspondentes aos ofícios de Santa Cecília (22 de Novembro) e de S. Saturnino (29 do mesmo mês) e, segundo M. Diaz y Diaz, pertencerá aos últimos decénios do séc. XI, ou, quando muito, aos primeiros anos do século XII (Díaz y Díaz, 1983: 438-9).

Em suma, ao findar do século XI e no virar da centúria, *Portucale* encontra-se à mercê das vicissitudes da política leonesa, com especial incidência no plano eclesiástico. Primeiro, através do esvaziamento dos poderes do seu episcopado. E no segundo decénio do séc. XII, pelo contrário, com o inesperado reforço da respectiva autonomia, em nome dos interesses do poderoso arcebispo de Compostela, Diego Gelmirez. A nomeação de D. Hugo (1112/1113), se é certo que tinha como objectivo criar uma frente "portucalense" contra as ambições da sede arquiepiscopal de Braga, acabou por se transformar no início de um processo de afirmação do burgo[32], que se reorganizará do ponto de vista institucional e assistirá a um inusitado desenvolvimento urbanístico e comercial, lançando o germe de reivindicações sociais que virão, mais tarde, alterar a própria dinâmica da gestão administrativa da cidade.



Figura 15 – Fólio de um Antifonário anterior à restauração da diocese do Porto, que terá pertencido à Sé e foi reutilizado como capa de um livro da Almotaçaria da Cidade. Foto: DMAH-CMP.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes documentais

BF – *Le Cartulaire du Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XIe-XIIe siécles)* (Introduction et notes de Robert Durand). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

CA – Crónica Albeldense: In: *Cronicas asturianas* (Introdução e ed. crítica de Juan Gil Fernández; trad. de José L. Moralejo; estúdio preliminar de Juan Ruiz de la Peña). Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 1985, p. 151-188 e 223-263.

DC – *Diplomata et Chartae. Portvgaliae monvmenta historica : a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... Diplomata et Chartae*. Olisipone : Typis Academicis, 1868-1873.

DR – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios* (Introdução diplomática e notas por Rui de Azevedo), vol 1, tomo 1. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958.

ES – FLOREZ, Henrique – *España Sagrada*, 2ª ed., v. 14, Madrid: Of. de Pedro Marin, 1786.

LF – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa; reed. melhorada e ampliada por José Marques, 2 Tomos. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016.

[32] O bispo D. Hugo era originário da Borgonha. No seu tempo ter-se-á intensificado a colonização de francos na região do Porto, como o comprovam vários topónimos documentados no século XIII, como a *Rua Francisgena*, no interior do burgo, ou as «villas» de *Francus* (Francos) e *Ramhualdus* (Ramalde).

LM – *Livro de Mumadona: Cartulário do mosteiro de Guimarães* (Edição crítica, coord. por Luís Carlos Amaral). In *Portugaliae Monumenta Historica*, Nova série, vol. VII. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016.

LP – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. (Apres., introd., not. e bibliog. Manuel Augusto Rodrigues; pref. critérios transcrição e aparatos críticos Avelino de Jesus da Costa. Ed. crítica). Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

LT – *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*. León: Caja España de Inversiones: Archivo Histórico Diocesano de León, 2008.

BRITO, Bernardo de (1690) – *Segunda parte da Monarchia Lusytana. Em que se continuão as Historias de Portugal…* Lisboa: Na Impressão Craesbeekiana [1ª ed., 1609].

Collectio Canonum Ecclesiae Hispaniae ex probatissimis ac pervetustis codicibus. Madrid: Typographia Regia, 1808.

CUNHA, Rodrigo da (1623) – *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez, impressor.

IBN HAYAN (1981) – *Crónica del Califa Abdarrahman III na-Nasir entre los Años 912 y 942 (al-Muqtabis V).* Trad. de Maria Jesús Viguera e Federico Corriente. Zaragoza: Anubar Ediciones.

IBN IDARI (1904) – *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée al-Bayano l'Mogrib*. Vol. 1, Ed. de R. Dozy. Vol. 2, trad. francesa e notas de E. Fagnan. Alger: Imprimerie Orientale Pierre Fontana.

'ISA IBN AHMAD AL-RAZI (1967) – *Anales Palatinos del Califa de Cordoba Al-Hakam II (360-364 H. = 971-975 J. C.)*. Trad. de Emilio García Gomez. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones.

MOLINA, Luis – ed., trad. e estudo (1983) – *Una descripción anónima de al-Andalus = Dikr bilād al-Andalus*. Madrid, Instituto Miguel Asín, 2 v.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de (2005) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8 (2). Lisboa, pp. 293-311.

ALARCÃO, Jorge de (2013) – Percursos de Ibn Maruán. *Portvgalia*, Nova Série, 34, Porto, pp. 137-49.

ALARCÃO, Jorge de (2015) – Os limites das dioceses suevas de *Bracara Augusta* e *Portucale*. *Portugalia,* Nova Série, 36, Porto, pp. 35-48.

ALARCÃO, Jorge de (2019) – O nome e os lugares de *Portucale*. *Revista de Portugal*, 16. Vila Nova de Gaia: Confraria Queirosiana, pp. 8-15.

ALMEIDA, Fortunato de (1967) – *História da Igreja em Portugal* (Nova edição [3ª] preparada e dirigida por Damião Peres). Vol. I. Porto: Portucalense Editora. Ed. orig. 1910.

AZEVEDO, Carlos Moreira (2001) – Porto, Diocese do. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. P-V, Apêndices. Lisboa: Círculo de Leitores; Univ. Católica Portuguesa, pp. 5-56.

BARBOSA, Pedro; MIRANDA, José (2006) – *Marcas de poder. Moedas visigóticas em território português*. Lisboa: Banco de Portugal.

BARROCA, Mário J. (2016) – Muçulmanos e cristãos no Douro Português (séc. VIII-XI). In: 4as Conferências do Museu de Lamego / CITCEM, p. 33-48. Disponível em: http://www.museudelamego.gov.pt/wp-content/uploads/2016/12/Atas4asConferenciasML_CITCEM.pdf.

BARROCA, Mário J. (2017a) – Os seis exemplares da *Siliqua* de Requiário. *Nummus*, 2ª série, 40, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, pp. 29-45.

BARROCA, Mário J. (2017b) – *Prope litore maris*. O sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (Séc. IX a XII). In: AMARAL, Luis C. (coord) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Cabido Portucalense; Universidade Católica Portuguesa, pp. 199-243.

BRANDÃO, Domingos P. (1963) – Notas de arqueologia portuense: Novos achados arqueológicos no 'Morro da Sé' do Porto. *Lucerna*, 3. Porto, pp. 236-45.

BRANDÃO, Domingos P. (1984) – Inventário de objectos do período da romanização encontrados na cidade do Porto. *Arqueologia,* 10. Porto, 13-8.

CABRAL, J. Peixoto; METCALF, David (1997) – *A Moeda Sueva – Suevic Coinage*, Porto: SPN.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-1999) – Los episcopológios portugueses en los siglos IX y X a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927) y su situación a comienzos del siglo XI. *Bracara Augusta*, 48,101-102 (114-115). Braga, pp. 311-401.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel (2013) – La capitulación de la *Gallaecia* visigoda (11 de novembrie de 714?). *Diversarum Rerum*, 8. Ourense, pp. 337-60.

CASSARD, Jean-Christophe (1988) – Les navigations bretones aux temps carolingiens. In *Actes des congrès de de la Societé des Historiens Médiévistes de l´Enseignement Superieur Public* (*17e Congrés, Nantes, 1986*) – *L´Europe et l´Océan au Moyen Age*, p. 19-36. Vd. www.persee.fr/issue/shmes_1261-9078_1988_act_17_1.

CLETO, Joel; VARELA, José (2000) – Largo do Colégio, 9-12: entre a muralha romana e a românica? *Al-madan*. 2ª Série. 9. Almada, pp. 133-5.

COELHO, António B. (1989) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Caminho. 2 vol.

CONCEIÇÃO, M. R. (1931) – *Antiguidades Lusitanas ou O desabar dum* Êrro *Histórico (Origem e fundação da velha Igreja de Cedofeita e seu Mosteiro antiquíssimo).* Porto: Ed. A.

CORREA RODRÍGUEZ, Jose A. (2006) – El latín de las monedas visigodas. In: ARIAS ABELLÁN, Carmen (coord.) – *Latin vulgaire--latin tardif VII: Actes du VII Colloque international sur le latin vulgaire et tardif, (Sevilla, 2-6 septembre, 2003)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 219-42.

COSME, Susana; ABRANCHES, Paula (2006) – *Intervenção arqueológica na Rua dos Mercadores, nº 116-122. Relatório final*. Perosinho: Archeo'estudos.

COSTA, Avelino J. (1997-2000) – *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2ª ed., Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

DAVID, Pierre (1947) –Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe *au XIIe siècle*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.

DÍAZ, Pablo C. (2004) – Acuñación monetaria y organización administrativa en la Gallaecia tardoantigua. *Zephyrvs*, 57. Salamanca, pp. 367-75.

DÍAZ, Pablo C. (2011) – *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal.

DIAZ Y DIAZ, Manuel (1983) – *Codices visigóticos em la monarquia leonesa*. Leon: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro; Caja de Ahorros y Monte de Piedad; Archivo Historico Diocesano.

ESCALONA, Julio (2004) – Family memories: Inventing Alfonso I of Asturias. In: ALFONSO, Isabel; KENNEDY, Hugh; ESCALONA, Julio (eds.) – *Building legitimacy. Political discourses and forms of legitimation in medieval societis*. Leiden/Boston: Brill, p. 223-62.

FERNANDES, A. de Almeida (2001) – *Portugal primitivo medievo*. Arouca: Assoc. Defesa Património Arouquense.

FERREIRA, J. Augusto (1923) – *Memórias Archeologico-históricas da Cidade do Porto (Fastos Episcopaes e Políticos). Séc. VI – Séc. XX*. Tomo I. Braga: Cruz & Comp.ª Eds.

FERREIRA, João P. Martins (2016) – *A nobreza galego-portuguesa da Diocese de Tui (915-1381*). Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GARCIA, Nuno; PEREIRA, Gabriel (2009) – *Sondagens arqueológicas na Rua de Mouzinho da Silveira, 54-56, São Nicolau, Porto. Relatório Preliminar.* Vila Nova de Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda.

GARCIA ALVAREZ, Manuel Rubén (1978) – Jimeno Diaz y Adosinda Gutiérrez. *Bracara Augusta*, 32 73-74 (85-86), Braga, pp. 143-180.

GOMES, Paulo Dordio (2005) – Projecto de estudo histórico--arqueológico da Sé do Porto – o cemitério. *Património: Estudos*, 8. Lisboa, pp. 26-34.

GOMES, Paulo Dordio (2011) – Os Mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano na zona ribeirinha do Porto. In: *O mosaico romano nos centros e nas periferias: originalidades, influências e identidades: actas do X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA)...* [Lisboa]: Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 837-47.

GONZÁLEZ GARCÍA, Alberto (2014) – La proyección europea del reino de Asturias: política, cultura y economia (718-910). *El Futuro del Pasado: Revista Electrónica de Historia*. 5, [S. l.]. pp. 225--98. Disponível em <https://www.elfuturodelpasado.com/ojs/index.php/FdP/article/view/182/179>. Acesso em 10.10.2019.

GOUVEIA, Mário (2013) – Nuno Mendes (?-1071): o último conde de *Portucale*. *Revista Portuguesa de História*, 44. Coimbra, p. 153-187.

GUIMARÃES, Joaquim G. (1989) – Escavações arqueológicas na Igreja do Bom Jesus de Gaia. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, 28. V. N. Gaia, pp. 17-25.

GUIMARÃES, Joaquim G. (1995a) – Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha. Porto: Univ. Portucalense.

GUIMARÃES, Joaquim G. (1995b) – Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia. In: *Actas da IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispânica* (Lisboa, 1992). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Univ. Nova de Lisboa, pp. 429-41.

LIVERMORE, Harold (1980) – O Baixo Douro no século IX: A colónia de Mahmud ibn Cabd Al-Djabbar. In: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, 5, Guimarães: Câmara Municipal, pp. 145-52.

LÓPEZ PEREIRA, José (1993) – Mármoles romanos de la iglesia de Santiago de Alfonso III: determinación de su procedência. *Madrider Mitteilungen*, 34. Mainz am Rhein: Verlag von Zabern, pp. 275-81.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2004) – *El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estruturas de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X).* S.l.: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; LOVELLE, Mónica (1997) – Algunas notas sobre el monetario suevo-visigodo y su importancia para el estudio de las civitas y la red viaria en el Noroeste. *Revista de Guimarães*, 107. Guimarães, pp. 203-18.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (2017) – Deconstruyendo a los bárbaros: entre el mito y la realidade. In: LÓPEZ QUIROGA, Jorge; MARTÍNEZ TEJERA, Artemio (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de occidente*. Ourense: Deputación provincial, pp. 17-45.

MANZANO MORENO, Eduardo (1991) – *La frontera de Al--Andalus em época de los omeyas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

MARÇAL, Horácio (1964) – *Castelos e atalaias militares do antigo Julgado de Bouças*. Matosinhos [Sep. "Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos", 11, Ago. 1964].

MARQUES, André (2017) – A autoridade episcopal e a construção da rede paroquial na diocese do Porto (Séculos X-XIV). In: AMARAL, Luis C. (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido* Portucalense. Porto: Cabido Portucalense; Universidade Católica Portuguesa, pp. 163-196.

MARQUES, André; BARROCA, Mário J.; AMARAL, Luís C. (2018) – As incursões vikings no Norte de Portugal. In BARROCA, Mário J.; SILVA, Armando C. F. (coord) - *Mil anos da incursão normanda ao castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM, pp. 143-184.

MARQUES, Mário G. (1998) – *A Moeda Peninsular na Idade das Trevas*. Sintra: Instituto de Sintra.

MATTOSO, José (1981) – *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa.

MATTOSO, José (1982) – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: a nobreza portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães & Cª.

MATTOSO, José (2002 [1968]) – *O Monaquismo ibérico e Cluny* [Obras completas, 12]. Lisboa: Círculo de Leitores.

MCCORMICK, Michael (2001) – *Origins of the European economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

MENDES-PINTO, José M. (1999) – Circulação monetária em torno a *Cale* no Baixo-Império. *In* CENTENO, Rui; GARCIA BELLIDO, Maria; MORA, G. coord. – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania* [Anejos Archivo Español de Arqueología, XX]. Madrid: CSIC, pp. 401-13.

MOREIRA, Domingos A. (1972) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 35 (1-2). Porto, pp. 141-237.

MOREIRA, Domingos A. (1973) – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. I Parte – Introdução histórica geral*. [Sep. "Bol. Cult. Câmara Municipal do Porto", 34, 1971]. Porto: Câmara Municipal.

MOREIRA, Domingos A. (1984) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica (Fascículo B-F). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 2. Porto, pp. 7-86.

MOREIRA, Domingos A. (1985-1986) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica. (Fascículo G-O). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 3-4. Porto, pp. 61-157.

MOREIRA, Domingos A. (1987-1988) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação onomástica. (Fascículo P). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 5-6. Porto, p. 7-53.

MOREIRA, Domingos A. (1989-1990) – Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Fascículo R-V (Conclusão). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, 7-8. Porto, pp. 7-117.

NASCIMENTO, André; DELGADO, Carlos; SOUSA, Laura (2004) – *Sondagens arqueológicas na Rua das Condominhas, nº 701, Lordelo do Ouro, Porto. Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos*. V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda.

NASCIMENTO, André; SOUSA, Laura; SILVA, Nuno (2008) – *Intervenção Arqueológica QSA-VNG.07. Quinta de Santo António. Santa Marinha, Vila Nova de Gaia. Relatório de Progresso. 2ª e 3ª Fases*. V. N. Gaia: Empatia, Arqueologia, Lda.

NOGUEIRA, Sandra; LEMOS, Paulo; COSTA, Rita; SILVA, João (2017) – Alargamento do Hotel Carris Porto Ribeira. Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos. *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*. 10. Lousada, pp. 103-20.

NOGUEIRA, Sandra; LEMOS, Paulo; COSTA, Rita; SILVA, João (2018) – Ampliação do Hotel Carris da Ribeira, Porto. Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos. In: HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Noelia; LARRAZABAL GALARZA, Javier; PORTERO HERNÁNDEZ, Rodrigo (coord.) – *Arqueologia en el valle del Duero: del Paleolítico a la Edad Media 6 - Actas de las VI Jornadas de Arqueología del valle del Duero (Oporto, 2016)*. Valladolid: Glyphos Publicaciones, pp. 428-38.

NOGUEIRA, Sandra; LEMOS, Paulo; COSTA, Rita; SILVA, João (2019) – *Alargamento do Hotel Carris Porto Ribeira, Porto. Escavação Arqueológica. Acompanhamento Arqueológico. Junho 2015 – Setembro 2017. Relatório Final*. Braga: Ed. dos Autores. Texto dactilog.

NOVAIS, Manuel Pereira de (1912-1915) – *Collecção de manuscriptos inéditos agora dados à estampa. IV. Anacrisis historial*. 4 vols. Porto: Biblioteca Pública Municipal.

OSÓRIO, Maria I., coord. (1993) – *O Porto das mil idades: Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, Gabinete de Arqueologia Urbana.

PÉREZ MARINAS, Iván (2014) – Aceifas andalusíes e cristianas a través de la mitad sur del valle del Duero, Um estúdio quantitativo. *Estudios Medievales Hispánicos*. 3, Madrid, pp. 71-128.

PICARD, Christophe (1997) – *L'Océan Atlantique Musulman: De la conquête arabe à l' époque almohade: : Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal--Espagne-Maroc)*. Paris: Maisonneuve et Larose; UNESCO.

PIRES, Conceição (2018) – *Matosinhos do Paleolítico ao Séc. X*. Porto: Seda Publicações.

PIRES, Hélio (2017) – *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões nórdicas medievais no Ocidente ibérico*. Sintra: Zéfiro.

PLIEGO VÁZQUEZ, Ruth (2012) – *Gallaecia* en tiempos del reino visigodo de Toledo: sus emisiones monetárias. In: CEBREIRO

ARES, F. (ed.) – *Introducción a la historia monetária de Galicia (s. II a.C. – XVII d.C.).* La Coruña: Labirinto de Paixóns, pp. 65-105.

RAMOS, Joaquim T. (2017) – *Estágio no Solar Condes de Resende. Contributo para o estudo das cerâmicas finas tardias da Igreja do Bom Jesus de Gaia*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RAMOS, Joaquim T. (2020) – Cerâmicas e vidros da antiguidade tardia do edifício sob a igreja do Bom Jesus (Vila Nova de Gaia). In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1479-1491. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25 1/arqa109.

RAMOS, Rui; CARVALHO, José (2020) – O sítio do Rei Ramiro: contributo para o conhecimento das ocupações antigas no Monte do Castelo (Vila Nova de Gaia). *Apontamentos de Arqueologia e Património.* 14 (abr. 2020). Lisboa: Era Arqueologia, SA, p. 67-81. Em linha: http://www.nia-era.org/publicacoes/cat_view/1-revista-apontamentos.

REAL, Manuel Luís (1984) – Inéditos de arqueologia medieval portuense. *Arqueologia*. 10. Porto, pp. 30-43.

REAL, Manuel Luís (2000) – Prato paleocristão. In: *Cristo, fonte de esperança. Exposição do grande Jubileu do ano 2000. (...) Catálogo*. Porto: Diocese do Porto, p. 192.

REAL, Manuel Luís (2012) – Materiais de construção utilizados na arquitectura cristã da Alta Idade Média, em Portugal. In: MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria Carmo (coord.) – *História da construção: os materiais*. Braga: CITCEM, LAMOP, pp. 89-126.

REAL, Manuel Luís (2017) – A Sé Catedral do Porto no momento da restauração da diocese e a subsequente reforma românico-gótica. In: AMARAL, Luis C. (coord), *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Cabido Portucalense; Universidade Católica Portuguesa, pp. 49-117.

REAL, Manuel Luís (2018) – O papel das elites na definição progressiva do território: A sua presença na senhorialização da «Fronteira Beirã» (séculos IX-XI). In: TENTE, Catarina (ed.) – *Do Império ao Reino: Viseu e o território entre os séculos IV a XII*. Viseu: Câmara Municipal, pp. 297-339.

REAL, Manuel Luís; OSÓRIO, Maria I. (1993) – A cidade: lugares primeiros. Rua D. Hugo, nº 5. In: OSÓRIO, Maria I., coord. – *O Porto das mil idades: Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal, Gabinete de Arqueologia Urbana, pp. 15-24.

REAL, Manuel Luís; SILVA, António Manuel S. P. (2018) – *Portumcalem Castrum Novum* na época sueva. In: *In Tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585) (...). Volumen de Estudios.* Ourense: Diputación Provincial, pp. 205-10.

REAL, Manuel Luís; TÁVORA, Maria José; OSÓRIO, Maria Isabel; TEIXEIRA, Filipe (1985-86) – Escavações arqueológicas no Morro da Sé. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2ª Série (3/4) Porto, pp. 7-60.

REI, António (2009) – Coimbra e sua região, segundo as fontes geográficas árabes. In ANDRADE, Amélia; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João (coord.) – *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, p. 493-99. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 493-99.

REI, António (s.d.) – *Cronologia. Gharb al-Andalus (711-1250)*. Disponível em: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/cronologia_gharbalandalus.pdf [Consulta em 15.11.2019].

RENZI, Francesco; MARIANI, Andrea (2020) – Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o *Parochiale Suevorum* e a diocese de *Magneto*/Meinedo (sécs. VI-VII). *Portugalia*, Nova Série, 41. Porto, p. 91-121. DOI: https://doi.org/10.21747/09714290/port41a5.

SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio (1981) – Sobre el acta de consagracion de la Iglesia de Compostela em 899. In: *Estudios sobre Galicia en la temprana Edad Media*. La Coruña: Fundacion Pedro Barrie de la Maza, pp. 517-29.

SILVA, António Manuel S. P. (2010) – Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa. *Gallaecia*. 29. Santiago de Compostela, pp. 213-62.

SILVA, António Manuel S. P. (2010-2011) – As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico. *Portvgalia*. Nova Série. 31-32. Porto, pp. 43-64.

SILVA, António Manuel S. P. (2011) – *Prato paleocristão (sécs. V-VI).* ("Peça do Mês", Mar., 2011). Porto: Câmara Municipal; DMAH/Casa do Infante, desdob.

SILVA, António Manuel S. P. (2014) – El Castillo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Portugal). Entre la romanidad tardia y la edad media: los retos de un sitio complejo. In: *Las fortificaciones en la tardoantigüedad: Elites y articulación del territorio (siglos V-VIII d.C.).* Madrid: La Ergástula, pp. 389-99.

SILVA, António Manuel S. P. (2017) – As construções do lugar. História(s) e Arqueologia(s) do Centro Histórico de Gaia. In SILVA, António Manuel S. P. (coord.) – *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação. Conferência internacional de Vila Nova de Gaia, 2015*. Vila Nova de Gaia/Porto: Gaiurb, EM/Afrontamento, pp. 100-37.

SILVA, António Manuel S. P. (2020) – O Castelo de Gaia, um sítio arqueológico excecional e um valor cultural a potenciar. In: Santa Casa da Misericórdia do Porto (coord.) – *Pessoa(s), Arte, Benemerência. IV Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: SCMP, pp. 519-536, ilust. em extra-texto

SILVA, António Manuel S. P. (2022) – *Cale* e os *Callaeci.* Territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela.

SILVA, António Manuel S. P.; GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2013) – *Castelo de Crestuma: a arqueologia em busca da história*. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM/ASCR-Confraria Queirosiana.

SILVA, António Manuel S. P.; MORAIS, Rui; PINA-BURÓN, María; PRIETO DE LA TORRE, Roger (2017) – Cerâmica romana importada na foz do Douro: uma escavação arqueológica no Castelo de Gaia (V. N. Gaia, Norte de Portugal). In: ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana; BARREIRA, Hugo – *Genius Loci: lugares e significados; places and meanings*. Vol. 2. Porto: CITCEM-FLUP, pp. 315-31.

SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa (2015) – Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal): primeiros elementos para uma sequência longa (Sécs. IV-XI). In: *Actas do X Congresso Internacional "A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo" (Silves, 22-27 de Outubro de 2012)*. Silves: Câmara Municipal; Campo Arqueológico de Mértola, pp. 401-19.

SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa; PINTO, Filipe; SOUSA, Laura; (2015) – O Castelo de Crestuma (V. N. Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da *Lusitania*. In: QUARESMA, José; MARQUES, J. (coord.) – *Contextos estratigráficos na Lusitania (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 149-67.

SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela; BARBOSA, Sandra; (2006) – *Rua de Santana, 25. Porto. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica*. Porto: Câmara Municipal.

SILVA, António Manuel S. P.; SOUSA, Laura; RIBEIRO, Manuela; BARBOSA, Sandra; RODRIGUES, Miguel; (2021) – *Trabalhos arqueológicos na área prevista para a construção do Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Lordelo do Ouro – Porto. Relatório Final*. Porto: Câmara Municipal.

TEIXEIRA, Sofia S. (2011) – *INF9.09. Intervenção efectuada no âmbito da construção do Hotel Carris –Ribeira, Porto. Intervenção arqueológica nos Edifícios B e C. Relatório de Progresso*. S.l.: Ed. A.

TRANOY, Alain (1974) – *Hydace. Chronique*. [Introduction, texte critique, traduction]. Paris: Editions du Cerf.

VARELA, José; CLETO, Joel (2001) – *Intervenção arqueológica no edifício do Largo do Colégio, nº 9/12 (Freguesia da Sé, Porto). Relatório dos trabalhos realizados*. Porto: Ed. A.

VELHO, Martim (1981) – Ibn Marwan (Ibn al-Djilliki) e Sa 'Dun Surunbãqui. In: PETERS, Rudolph (ed.) – *Proceedings of the 9th Congress of the Union Européenne des Arabisants et Islamisants*. Leyden: Brill, pp. 270-87.

VELOSO, João L. (2020) – «*Portucalem Castrum Nouum*». Entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o estudo dos materiais cerâmicos alto-medievais do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, n.º 5 (Porto). In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1619-1625. DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa119.

VELOSO, João L. (2021) – *Ocupação e Consumos no Porto através do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, Nº. 5 (séculos V-VIII)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

VIGUERA MOLÍNS, Maria (2000) – Entre Douro e Mondego nas fontes árabes medievais, In: SIDARUS, Adel (ed.) – *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, pp. 117-40.

VITORINO, Pedro (1943) – O Monte de S. Gens. *Douro Litoral*, 6, Porto, pp. 3-9.

ANEXO – CRONOLOGIA COMENTADA SOBRE *PORTUCALE* (SÉC. V – SÉC. XII)

Anos	Factos/fontes
453-456	Cunhagem em Braga, das duas *siliquae* de Requiário, encontradas nas escavações arqueológicas da Casa do Infante (Barroca, 2017a, com revisão do tema).
456	Após a derrota com Teodorico, Requiário refugia-se no *locum qui portumcale appellatur* (Tranoy, 1974, I: 156-7, § 175). Cfr. Alarcão (2005: 304-5) sobre em qual das margens do Douro terá ocorrido a prisão do rei suevo.
457/06	Agiulfo, pretendente ao trono suevo, morre em *Portucale* (Tranoy 1974; I, 160-1, § 187)
458-459	Às ordens de Maldras, os suevos invadem o *Portumcalem Castrum* (Tranoy, 1974, I: 160-3, § 190 e § 195).
559/11/12	Data da sagração da igreja de Cedofeita pelo arcebispo Lucrécio, segundo a inscrição de época moderna, existente no templo. (Conceição, 1931: 56-7).
c. 569-631	*Portocale* é centro emissor monetário no reinado de Leovigildo (c. 569 [585]-586), assim como nos reinados de Recaredo e Liuva II (586-603), voltando aí a cunhar-se moeda no tempo de Sisebuto e Suintila (612-631), opinando Pablo Diaz que este facto significa que a monarquia visigoda respeitou a estrutura eclesiástica e administrativa sueva presente no *Parochiale* (Díaz, 2004).
[572-582]	A *Diuisio Theodemiri* ou *Parochiale* refere como *castrum antiquum* o aglomerado urbano da margem sul do Douro, de obediência ao bispado de Conimbriga; por sua vez, o núcleo da margem oposta era designado como *Portugalensem in castro nouo* (David, 1947: 34-7, 68).
572	Viator, bispo de Magneto, comparece ao 2º Concílio de Braga em 572 (*Collectio canonum*…, col. 612), não havendo outra notícia sobre esta figura (Ferreira, 1923: 63). Meinedo (Lousada) é considerada por alguns Autores como uma sé temporária (deslocada do Porto) e por outros como uma diocese diferente, extinta na década de 580 para dar lugar à portucalense (Renzi; Mariani, 2020). Desconhece-se a data da fundação da diocese e do início do episcopado de Viator, mas a diocese *magnetensis* extinguiu-se antes da redacção do *Parochiale Suevorum* (onde consta como mera "paróquia" de *Portucale*) e Viator não terá sobrevivido depois de 585, ano da conquista visigoda, uma vez que o rei Leovigildo impôs um novo bispo ariano (Argiovito) existindo já um prelado católico na diocese, que era Constâncio (Almeida, 1967 [1910]: 68; Ferreira, 1923: 62, 65; Azevedo, 2001: 5).
589	Ao 3º Concílio de Toledo (589) – onde a diocese «*Portucalensis*» é mencionada pela primeira vez – foram convocados tanto o bispo católico de *Portucale*, Constâncio, como o ariano, Argiovito (*Collectio canonum*…, col. 358). P. Diaz interpreta a presença simultânea destes bispos em *Portucale*, com a possibilidade de Argiovito ser uma espécie de "bispo-capelão", associado a guarnições godas, enquanto Constâncio assistiria as populações residentes (Diaz, 2011: 247), mas a historiografia portuguesa considera que Constâncio, bispo de *Portucale*, teria sido afastado por imposição do rei godo Leovigildo, que impusera na diocese um bispo ariano, Argiovito (Almeida, 1967 [1910]: 68; Ferreira, 1923: 65, 89), levando porventura ao desterro do anterior (Cunha, 1623: 59-60; Almeida, 1967 [1910]: 36). Neste concílio, Argiovito converteu-se ao catolicismo niceno (*Collectio canonum*…, col. 346), tendo de seguida sido destituído (Almeida, 1967 [1910]: 68) ou, segundo outros Autores, mantido o seu múnus (ou pelo menos a dignidade) episcopal em simultâneo com Constâncio e sucedendo-lhe após a morte deste (em data desconhecida), pelo menos até 610 (Ferreira, 1923: 65, 72, 89; Azevedo, 2001: 5).
633-638	Ansiulfo, bispo de *Portucale*, está presente nos 4º e 6º Concílios de Toledo (*Collectio canonum*…, col. 392, 411; Ferreira, 1923: 78-9).
656	Flávio, bispo de *Portucale*, assiste ao 10º Concílio de Toledo (*Collectio canonum*…, col. 464; Ferreira, 1923: 80).
675-688	Froarico, bispo de *Portucale*, está presente no 3º Concílio de Braga (675) e nos Concílios XII (681), XIII (683) e XV de Toledo, em 688 (*Collectio canonum*…, col. 636, 503, 525, 554), presumindo J. A. Ferreira que tivesse sido instalado na cátedra portucalense antes de 670 (Ferreira, 1923: 80-1).
693	Félix, bispo de *Portucale*, participa no 16º Concílio de Toledo, onde é elevado a metropolita de Braga (*Collectio canonum*…, col. 580, 583; Ferreira, 1923: 81-4).
fin. 713 – in. 714	No quadro da conquista da *Gallaecia* por parte dos muçulmanos (março 714), também *Portucale* terá sido submetido aos invasores (Carriedo, 2013).

s. VIII Algaras islâmicas contra a *Yilliqiyya*, de data conhecida, algumas das quais podem ter passado pela região do Porto: 734-5, 750-1, 754-5, 767, 791 (Pérez, 2014: 75).

739-757 Informação cronística sobre o rei Afonso I das Astúrias, cuja acção teria chegado a *Portucale*. A veracidade desta informação tem sido posta em causa (Escalona, 2004).

c.800 O peregrino Fidelis partiu da Irlanda em direcção a Itália, Egipto e Jerusalém, tendo posteriormente regressado às Ilhas Britânicas (McCormick, 2001:911). Teria, seguramente, feito o périplo atlântico da Hispânia, sendo possível que tivesse feito escala em *Portucale*.

808-814 Segundo a *Cronica Silense*, a Arca Santa teria sido levada por moçárabes de Toledo até à costa, em segredo, e a transportaram por barco até às Astúrias (González Garcia, 2014: 241-242). A ser verdade, teria passado por *Portucale*.

844 Primeira vaga conhecida de vikings, que terão passado em frente à Foz do Douro, não se sabendo se terão aqui feito escala (Pires, 2017: 57-67).

855 As relíquias do apóstolo São Mateus teriam sido transportadas por um barco mercante, desde a Etiópia até à Gália, contornando a costa atlântica. Décadas mais tarde, uma frota italiana tê-las-á ido buscar, transferindo-as para a Lucânia, donde finalmente foram transferidas para Salerno (Cassard, 1988: 31 e 36). É bem possível que, nestas três viagens, tais embarcações tenham procurado fazer escala em *Portucale*.

858-859 Segunda investida viking, durante a qual foi capturado, pelos normandos, Sa'dun Ibn Fath al-Surunbaqi – senhor do Porto e aliado do rebelde Ibn Marwan de Badajoz – que foi resgatado por um comerciante judeu, segundo Ibn Hayyan, *Al-Muqtabis* III, 23 (González, 2014:245 e 274; e Rei, s.d.).

868 Presúria de *Portucale* por Vímara Peres: «*Era DCCCCVIª prenditus est Portugale ad Uimarani Petri*» ("Chronicon Laurbanense" in *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, 2008: 591).

Povoamento de *Portucale* pelo rei Afonso Magno: «*Hurbes quoque I Bracarensis, II Portucalensis,* [etc]*…a Xprianis populantur*». (CA, p. 176-7 e 255).

Eduardo Manzano sugere que a presúria teria, sobretudo, o sentido de "enquadramento" desta povoação, então com administração autónoma, dentro do espaço político-administrativo astur-leonês (Manzano, 1991: 197).

868-873 Vímara Peres, 1º conde de *Portucale*.

874-875 O rebelde Ibn Marwan, cercado pelo exército omíada no castelo de Alanje, pede auxílio a Sa'dun al-Surumbaqi, que então habitava na cidade de *Burtuqal*. Segundo Ibn Hayyân, depois de pedir autorização ao rei Afonso Magno, de quem se tornara vassalo, o muladí al-Surumbaqi partiu para o sul, em auxílio do seu aliado (Manzano, 1991: 191, 196-7). Ver, a propósito, as opiniões diversas de M. Velho (1981), que localiza *Burtuqal* a sul do Douro e de Alarcão (2013: 140), que não discutindo a localização de *Burtuqal* duvida da presença aí de Surumbaqui nessa data.

876 Depois de uma expedição a Juromenha, onde se reúne com outro rebelde muladí, Makhul, perde-se temporariamente rasto de Sa'dun al-Surumbaqui. Há um período de trégua, em que Ibn Marwan é autorizado a retirar-se para Badajoz. Porém, as hostilidades reacendem-se e este caudilho volta a pedir a al-Surumbaqui que vá ter com ele ao castelo de *Karkar*, cuja identificação é ainda controversa. Estando ambos aí sitiados, Sa'dun – o senhor do Porto – consegue iludir o cerco e vai atacar Coimbra, cidade governada por berberes aliados do emir. Com a conquista da cidade e, pouco depois, com a derrota que infligiu ao próprio exército omíada, fazendo prisioneiro o príncipe Hisham, Sa'dun abrirá caminho à presúria de Coimbra, em 878, pelo conde Hermenegildo Guterres (Manzano, 1991: 198-202).

881-886? Justo, bispo de *Portucale*, mencionado na Crónica Albedense (Carriedo, 1999).

890?-918 Froarengo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-1999).

a. 899 Com vista à reedificação da basílica de Compostela, o rei Afonso Magno decidiu importar de «terra de mouros», colunas de mármore e outras peças resultantes do espólio de monumentos antigos. Tais peças vieram da cidade de *Eabeca* (designação insólita que, ultimamente, tem sido interpretada como se referindo a Cória). A ser verdade tal interpretação, os materiais terão descido o rio Tejo, em barcas, tendo depois sido transportados por mar até à Galiza e passado pela cidade do Porto. Aqui devem ter feito escala vários navios, com esse carregamento: «*de oppido Portucalense ratibus deportatas adduximus*» (López Pereira, 1993; Real, 2012: 110-1).

899 Nas actas da sagração da basílica de Compostela figura o conde Hermenegildo Guterres, que aí é designado como conde de Tui e de *Portucale*: *Ermenegildus Tudae et Portucale Comes.* (Sánchez Albornoz, 1981: 517-29).

S. IX Cruzamento de navios. Com ou sem utilização do estuário do Douro, o périplo atlântico continua a ser efectuado por navios árabes, italianos, normandos e galaico-asturianos. Nessa centúria foi avistado um grande navio sarraceno junto à ilha de Yeu, junto à foz do Loire. As relíquias de S. Mauro de Parenzo e do apóstolo S. Mateus são levadas para a Bretanha, por mar (Cassard, 1988: 31).

Passaram em frente à foz do rio Douro – desconhecendo-se se terão, ou não, entrado na barra – várias frotas vikings, nomeadamente em 844 e 859 (Pires, 2017: 55-69). Segundo Hugo Pires, a progressão relativamente lenta da sua navegação para sul (cuja cronologia se conhece com algum pormenor), faz pensar que tenham feito paragens noutros locais hoje desconhecidos.

Algaras islâmicas datadas contra a *Yilliqiyya*, algumas das quais podem ter passado pela região do Porto: d.801, 807-8, 837-8, 840, 840-841, 865-6, 877-8 (Pérez, 2014: 77-78). A última, por exemplo, foi efectuada «pela porta de Coimbra», pelo que, muito provavelmente, terá passado por *Portucale*.

881-886? Justo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 319 e 343).

890?-918 Froarengo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 317-321, 343).

903 Cruzamento de navios. Uma frota italiana aporta a Saint Pol de Léon, na Bretanha, para levar as relíquias de S. Mateus até Lucânia, donde mais tarde seguirão para Salerno (Cassard, 1988: 31).

910? Lucídio Vimaranes, filho de Vímara Peres, tem sido relacionado com a administração do condado de *Portucale*, mas tal é difícil de comprovar.

923?-927? Hermógio, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 321-329, 343).

922 [1115-16] Segundo o controverso documento nº 25 dos DC, o rei da Galiza e Leão Ordonho II deslocou-se ao Mosteiro de Crestuma, fazendo generosas doações ao bispo Gomado, que aí residiria. Como o bispo não admitisse deixar o mosteiro para ir ao encontro do rei em *Portugale*, este, com a sua comitiva, «*excitabit naues in Portugale*» para deslocar-se a Crestuma. Segundo Carriedo (1998-99: 379, n.123), esta visita poderá ter ocorrido entre 915 e 917 e o mesmo mosteiro poderá também estar mencionado em 947 (DC, 12), de acordo com J. Mattoso (2002: 53-54).

926-943 Hermenegildo Gonçalves, marido de Mumadona Dias, possível conde de *Portucale*.

931 Ordonho, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 343).

937-938 Visando (?), bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 343).

943-950 Após a morte de Hermenegildo Gonçalves, Mumadona Dias terá governado o condado *Portucalense*.

944-990 3 documentos referem uma fortificação designada como *Castro ou Monte Mahamudi*, que M. Barroca (2017b: 236--8) propõe ter existido na área de Aldoar, Porto, relacionado com a via *per loca marítima*.

944 Refª mais antiga à igreja de São Martinho e São Miguel de Aldoar. Em documentos posteriores só se refere a invocação de São Martinho e em 1044 é localizada *subtus mons custodias* (Moreira, 1972:76). Mattoso dá o mosteiro como praticamente extinto em 1021 (2002: 14).

950-999 Gonçalo Mendes, conde *Portucalense* (997: *magnus dux Portucalensium*).

956?-959 Diogo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 343).

968 Carriedo (1999: 332-3) refere que o forte ataque viking á Galiza, neste ano (Pires, 2017: 87-97) teria de algum modo desarticulado as estruturas de poder e impedido a nomeação de novos bispos para *Portucale* neste período.

971/07/08 Embarcações viquingues entram no Douro e eventualmente terão pilhado a zona ribeirinha do Porto, mas as fontes (Anais Palatinos de al-Hakam II, nº 11) não fornecem pormenores (Pires, 2017: 99-101).

997 Quando a frota de Almançor (a caminho de Santiago) chegou ao Porto, os barcos subiram o rio procurando um ponto de atravessamento para as tropas que vinham por terra, chegado ao qual «as naves serviram de ponte junto ao castelo [o de Gaia] que se erguia naquele ponto» (Ibn Idari (al Marrakusi), *al-Bayān al-mughrib,* uma crónica árabe datada de cerca de 1312 (*Histoire de l'Afrique*…1904. Usamos a tradução de Coelho, 1989, II: 190).

Segundo a mesma fonte, tomando de Ibn Hayyan, «cuando llegó Almanzor a la ciudad de *Glisiya* [se refiere a Porto…], vinieron junto él um gran número de condes [*al-qawamis*, pl. de *qumis*: *comes*] que se mantenían em su obediência, [acudiendo] com sus hombres y com su mayor pompa, marchando com el ejército de los musulmanes, yendo com ellos em la expedición» (Viguera, 2000: 130).

999-1008 Mendo II Gonçalves, conde *Portucalense*.

S. X Algaras islâmicas contra a *Yilliqiyya*, algumas das quais podem ter passado pela região do Porto: 943-4, 947?, 950-1, 951-2 (quatro vezes), 957, 964, c. 965-6 (Pérez, 2014: 79-81).

1008-1016 Alvito Nunes, conde de *Portucale* (em conjunto com Tutadona Dias, esposa de Mendo II).

1009 Algara islâmica contra a *Yilliqiyya*, comandada por Abd al Raahman Sanyul, não se sabendo se passou pela região do Porto (Pérez, 2014: 81).

1015/07 a 1016/03 Durante 9 meses os *Normandos* (Viquingues) entraram no Douro e saquearam o território entre o Douro e o Ave, no que terá sido o maior ataque viquingue às costas Portucalenses; terão montado uma base algures no Baixo Douro, onde invernaram (doc. do mosteiro de Moreira, cit. Em Pires, 2017: 118-123).

1016/09/00 Em setembro de 1016, os nórdicos atacaram e terão destruído o Castelo de Vermoim (Famalicão), o que significa que continuavam ainda ativos na região (Pires, 2017: 123-6).

1016-1028 Nuno Alvites, conde de *Portucale*.

1018 Afonso (?), bispo de *Portucale*? (Carriedo, 1998-99: 342).

1024?/ 1025-1028 Énego ou Iñigo, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 342).

c. 1026 Um documento dos PMH, de 1026, regista compensações pelo resgate de duas mulheres feitas cativas pelos nórdicos, o que sugere que por essa altura poderão ter existido novos ataques, desta vez à margem sul do Douro (Pires, 2017: 143-6).

1028-1050 Mendo Nunes, conde de *Portucale*.

1033 Fernando?, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 342).

1035 Primeira refª ao lugar de *laurdello* (Lordelo), mas à igreja – *sancti Martini de loordelo* – apenas em 1222 (Moreira, 1985-1986: 104).

1049-64 ou 1075? Sesnando, bispo de *Portucale* (Carriedo, 1998-99: 342; Mattoso, 2002: 58; Marques, 2017: 177, nota 50).

1050?- 1071/02 Em fev. de 1071, morte de Nuno Mendes, o último conde de *Portucale* (na batalha de Pedroso, Braga, contra Garcia II, rei da Galiza e *Portucale* (Gouveia, 2013).

1058 1ª refª à *uilla azebeto*, em Campanhã (Moreira, 1972: 236).

1058 1ª refª ao *monasterio fundato in uilla campaniana (…) in sancte maria ipsius iglesie* (Moreira, 1984: 28). O topónimo é anterior (994, *ribulum campaniana*) na mesma fonte.

1059 Refª à igreja de São Martinho do Porto, em Campanhã, antecessora da atual matriz (Moreira, 1973: 156-7, com fontes e bib.).

1065-1071 Unificação de *Portucale* com o Reino da Galiza. Garcia II é o 1º rei.

1071-1072 Sancho II, rei de Leão, Castela e Galiza (incluindo o condado Portucalense).

1072 «*asisterio sancto salbatoris et sancto iacobu apostolo sancta maria uirginis qui est fundata uilla campaniana*»; e em 1084 o mesmo mosteiro é dito sob invocação de *sancto christoforo et sancta maria* (Moreira, 1984: 29).

1072-1093 Afonso VI, rei de Leão e Castela, e também da Galiza, governa o condado.

1075-1091 Pedro, bispo de *Portucale*, também bispo de Braga [não reconhecido na cronologia oficial da diocese; informação muito incerta – cfr. Marques, 2017: 179).

Mead. déc. 1080 A diocese do Porto está sob administração de um arcediago da arquidiocese de Braga (Marques, 2017: 179, com bib.).

1087 1ª refª a *Sancti Martini de Citofacta*, Cedofeita (LF 602; Moreira, 1984: 44), um templo presumivelmente monástico e de origem anterior. Nesta data, a igreja é sagrada pelo bispo de Braga, D. Pedro, decerto na sequência de uma reedificação arquitectónica. Nessa ocasião é-lhe entregue o dote canónico, por membros de duas famílias patronais (os Ribadouro e os senhores de Grijó), da qual fazem parte Egas Ermíges, Ero Soares e mais dez indivíduos da respectiva parentela (Costa, 1997-2000: v. 2, p.411-2; Mattoso, 1981: 187-8, 233-4; Mattoso, 1982: 73).

1088 *Uilla paramio* (Paranhos), mas *sancti ueriximi de paramio* apenas em 1123 (Moreira, 1987-1988: 27).

1093-1096 Raimundo governa o condado Portucalense.

1096-1112 Henrique governa o condado Portucalense.

Séc. XI Cruzamento de navios: embarcações vikings passam em frente ao estuário do Douro, em c. 1026 (atacando em Sª Mª da Feira) e a. 1086 (fazendo reféns na zona de S. Julião de Mondego) (Pires, 2017: 143-146 e 152).

Fins s. XI Fragmento de Antifonário reutilizado como capa de um *Livro da Despesa e Receita das portas e postigos de 1567,* do Arquivo Municipal, cuja sede ficava, à época, defronte da Catedral. Contem uma parte do ofício de Santa Cecília, de 22 de Novembro, e o ofício integral de S. Saturnino, de 29 do mesmo mês (Diaz y Diaz, 1983: 438-9).

1112/1113 Nomeação de D. Hugo, colaborador de D. Diogo Gelmirez, como bispo de Porto.

1120 Campanhã: *ecclesia sancti petri e Rotundella e Busto e castro quod a vulgo dicitur Luneta*, que em 1124-1158 se especifica: *sancta maria de campanaam (…) sub castro quod apellatur gondemar et ex parte castro de luneta* (Moreira, 1972: 236).

Séc. XII Seg. al-Idrisi o caminho por terra desde Coimbra a Santiago de Compostela, depois de passar as alcarias de *Abo* e *Wutayro*, «corta entonces a lo ancho la tierra de Portugal durante um dia, [hasta encontrar] allí la alquería de Villaboa de Quires (*Buna Qar*) [poderá ser confusão com Gaia], a orillas del río Duero, que es el río de Zamora, que por allí se atraviesa en embarcaciones dispuestas para cruzarlo» (Viguera, 2000: 123).

CONTEXTOS TARDIOS NO TEATRO ROMANO DE LISBOA: RECONVERSÃO DE ESPAÇOS MONUMENTAIS

Lídia Fernandes[1], Marco Calado[2], Carolina Grilo[3]

[1] Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC / lidiafernandes@egeac.pt
[2] Colaborador do Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC / arqueólogo independente
[3] Arqueóloga do Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC / carolinagrilo@egeac.pt

Resumo

O fenómeno de abandono e reconversão de equipamentos lúdicos em finais do império e na Antiguidade Tardia é comum às províncias da *Hispania*. Entre a desativação do teatro romano de *Olisipo* e a *Olysipona* goda, existe mais de século e meio de incertezas no registo arqueológico.

Apresentam-se neste artigo os dados relativos à escavação do espaço do *vomitorium* do teatro romano, identificado pela primeira vez nas campanhas arqueológicas conduzidas entre 1989 e 1993. Em 2015, este local foi objeto de uma segunda intervenção por dois dos signatários (L.F. e M.C.), registando-se o seu reaproveitamento para a instalação de uma área habitacional, a partir da segunda metade do séc. V d.C.

Palavras-chave: Teatro romano, Reaproveitamento, Arquitetura, *Vomitorum*, Cerâmica.

Abstract

The abandonment and reconversion of ludic equipment's at the end of the empire and Late Antiquity is common to the provinces of *Hispania*. Between the deactivation of the Roman theatre of *Olisipo* and the visigod *Olysipona*, there is more than a century and a half of uncertainties in the archaeological record.

This article presents data on the excavation of one of the Roman Theatre´s *vomitoria*, first identified in the archaeological campaigns between 1989 and 1993. In 2015, this area was re-excavated by two of the signatories (L.F. and M.C.), registering its reuse for the installation of a housing area, from the second half of the 5th century AD.

Keywords: Roman theater, Reuse, Architecture, *Vomitorum*, Ceramics.

1. O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A intervenção arqueológica realizada entre 1989 e 1993, pelo então Gabinete Técnico do Teatro Romano, teve como objetivo a escavação da Rua da Saudade, assim como os dois edifícios localizados a norte daquela artéria (com os antigos números de polícia 16 a 24).

A mesma colocou a descoberto estruturas arqueológicas de cronologia baixo-medieval, mas, especialmente de época pré-pombalina, estas últimas destruídas pelo terramoto de 1755, evidenciando um urbanismo intenso nesta área da cidade. Tais edificações apresentavam uma orientação distinta daquela que os novos edifícios iriam adotar após a reconstrução da cidade (Figura 1). Assim, estruturas de orientação sudoeste / nordeste abrangiam todo o leito da atual Rua da Saudade evidenciando que a antiga artéria viária que passava a norte, o antigo "Beco do Bugio Com Sahida", teria uma implantação dissonante da atual Rua da Saudade, sua sucedânea (Fernandes, Almeida, 2013, p. 111-122; Fernandes, Almeida, Loureiro, 2014, pp. 19-33).



Figura 1 – Vista geral das escavações do Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa, 1992 (Foto: Museu de Lisboa – Teatro Romano).

Em alguns casos conservavam-se os pavimentos destas estruturas habitacionais, como ocorreu numa habitação localizada no limite nascente da área de intervenção (coincidente com o atual limite do sítio arqueológico musealizado), ainda que em outros casos tais pavimentos já não se mantivessem. Assim, a metodologia arqueológica então implementada foi a de manter a totalidade das estruturas, intervencionando em profundidade, as áreas entre as mesmas.

Foi deste modo que foram sendo colocadas a descoberto algumas estruturas pertencentes ao monumento cénico. Na maior parte da área foram revelados troços da infraestrutura das bancadas, realizados em *opus caementicium* os quais, em conjugação com os vestígios identificados num dos edifícios a norte da Rua da Saudade, também intervencionado na altura, permitiram delinear a planta das infraestruturas das bancadas do teatro. Foi deste modo reconhecido um sistema que se articulava com muros radiais e semi-concêntricos estando os primeiros orientados ao eixo do teatro.

Sensivelmente a meio do leito da Rua da Saudade foram identificadas duas grandes estruturas, paralelas entre si, que se revelaram constituir um dos *vomitoria* da *cavea* do teatro, isto é, uma das entradas / saídas que permitiam o acesso, através de corredores abobadados, à *imma cavea* (anel inferior). Estes dois muros radiais estabeleciam, na parte sul, um estrangulamento, tornando o corredor mais estreito, local onde se localizavam dois degraus que possibilitavam o acesso ao *praecintio* (corredor) de distribuição que separava a *imma* da *media cavea*. (Figura 2).

Foi precisamente neste espaço, relativamente reduzido e formado pelos dois muros radiais, que foi identificada em 1990 uma pequena área habitacional. Foi reconhecido um pavimento que reutilizou materiais pétreos, provavelmente oriundos do monumento cénico. A compartimentação do espaço foi conseguida pela edificação de dois pequenos muros. Um a norte e outro a sul, criando aqui uma pequena antecâmara entre o compartimento da habitação (ou a habitação propriamente dita) e os degraus que, a um nível superior, conduziam ao corredor da *cavea* do teatro (Figura 3).

O acesso entre estes dois espaços efetuar-se-ia por uma porta localizada no limite poente do muro sul. Uma ombreira comprova a existência desta porta, a qual possuiria um vão de 1,30 m.

Da intervenção então realizada (1989/1993), não resultou qualquer relatório ou publicação exaustiva sobre estas estruturas[2]. Em 2015 tivemos oportunidade de intervencionar novamente a área norte do sítio arqueológico. Procedeu-se então à remoção das estruturas arqueológicas de cronologia posterior ao monumento cénico, opção equacionada dada a profunda dificuldade de leitura causada pelo imbrincado das diversas estruturas existentes. A reabertura pública do

[2] Intervenção arqueológica dirigida por Dias Diogo e onde participou uma das signatárias (LF). Da autoria do responsável da intervenção, o "relatório de escavação" entregue à tutela resume-se a 4 páginas. Ao longo do presente trabalho far-se-á oportunamente, referência aos trabalhos publicados sobre o material cerâmico recolhido naquela intervenção.



Figura 2 – Planta das estruturas arqueológicas e da reconstituição do monumento cénico. Desenho de Carlos Loureiro (Museu de Lisboa / EGEAC).



Figura 3 – Vista de sul da entrada do *vomitorium* do teatro romano. (Fotografia de José Avelar – Museu de Lisboa / EGEAC).



Figura 4 – Perspetiva da área da estrutura de combustão no interior do *vomitorium*. (Fotografia de José Avelar – Museu de Lisboa / EGEAC).

museu, após o seu encerramento entre 2013 e 2015, propiciou igualmente esta decisão. A criação de uma nova exposição de longa duração e a musealização das estruturas arqueológicas no interior do museu obrigaram a repensar numa metodologia idêntica para as estruturas do sítio arqueológico. A convivência de vestígios de vários períodos temporais, todos eles em deficiente estado de conservação, reforçou a opção de privilegiar as estruturas de época romana (Fernandes, 2017, pp. 193-211; Fernandes, 2017-a, pp. 7-20).

Deste modo, após o devido registo, as estruturas de época moderna e contemporânea foram desmontadas e intervencionados os contextos subjacentes. No que respeita ao espaço do *vomitorium* existia uma pequena área, sob a tubagem de drenagem que não havia sido integralmente escavada. O espaço foi limpo e escavado, tendo sido identificada uma área de lareira (Figura 4), com argila ruborizada em seu redor, que se localizava ao lado do pavimento já identificado, composto por elementos pétreos reutilizados (Figura 5).



Figura 5 – Vista do pavimento da habitação no interior do *vomitorium*. (Fotografia de José Avelar – Museu de Lisboa / EGEAC).

2. A HABITAÇÃO INSTALADA NO *VOMITORIUM* DO TEATRO ROMANO

Como acima mencionado, a pequena unidade habitacional instalou-se entre dois muros radiais que conformavam uma das entradas da *cavea* do monumento cénico. Sabemos da existência de uma porta a sul, que daria acesso a um pequeno espaço antes dos muros radiais diminuírem a distância entre eles e acomodarem dois degraus que conduziriam ao *praecintio*. Uma ombreira, em biocalcarenito, de bom talhe, testemunha a existência daquele vão. De facto, a qualidade da peça permite colocar a hipótese de se tratar de um elemento reaproveitado de época anterior.

Esta porta abre-se num muro com apenas 0,45 m de espessura e 1,30m de comprimento adossado ao muro radial do *vomitorium* do lado nascente. A mesma teria originalmente cerca de 1,14 m largura, o que indica uma dimensão acentuada para um compartimento tão pequeno, o que pode ser explicado pela funcionalidade do espaço. Com efeito, a localização de uma área de fogo junto à porta poderá ter exigido um vão maior para a saída dos fumos.

O aparelho evidenciado nesta estrutura é de fraca qualidade, recorrendo a pedras e tijolos reaproveitados, não aparelhados, de pequeno módulo e de formato sub-retangular (Figura 6). Na parte superior observam-se pedras de maior calibre, embora não se registem fiadas regulares, tendo sido dada maior consistência ao aparelho através de preenchimento das juntas com argila.

Do lado norte, implanta-se um outro muro composto por fiadas de pedra de maiores dimensões, não aparelhadas, com uma fiada de tijolos também reaproveitados, a separar as duas fiadas. Um dado curioso é que a parte inferior desta estrutura se encontra a um nível mais alto que a estrutura do lado sul acima descrito, evidenciando cotas distintas de utilização a norte e a sul do compartimento. O pavimento (Figura 5) que se observa encosta ao muro radial poente, sendo composto por pedras reaproveitadas, como acima referido. Um desses elementos, fragmentado, apresenta dois cantos arredondados e uma pequena moldura de idêntica morfologia. O conjunto cerâmico e a lareira onde as peças foram exumadas encontrava-se imediatamente a sul da área de pavimento.

Os sedimentos subjacentes ao pavimento assim como às duas estruturas que delimitam o compartimento, são de matriz argilosa, de cor esverdeada, com alguns materiais cerâmicos. Da área inferior ao muro situado a norte foi recolhido, numa limpeza do local em



Figura 6 – Pano de muro em "*opus mixtum* irregular". Face interna do muro sul do compartimento em análise. (Fotografia de José Avelar – Museu de Lisboa / EGEAC).

2006, um balaústre de capitel jónico. Conserva cerca de metade do balaústre (*pulvinus*) decorado com folhas de água imbricadas que se dividem do centro para o exterior a partir de um *balteus*. Frontalmente possui uma voluta ornamentada por roseta quadripétala com botão central. De claro efeito naturalista e talhe bem executado, atribuímos este exemplar ao período entre a segunda metade do séc. I e o séc. II d.C. (Fernandes 2011, p. 274).

O comprimento deste compartimento é de 2,53 m (norte / sul e distância medida entre os dois muros tardios). Desconhecemos se existe alguma abertura nesta estrutura norte, uma vez que grande parte permanece sob parte do leito da Rua da Saudade, ainda não intervencionado arqueologicamente. Caso não exista nenhum vão desse lado do compartimento encontramo-nos perante uma unidade habitacional de exíguas dimensões. Naturalmente que outros espaços poderiam existir a nascente e a poente, mas não se reconhecem vãos de ligação, pelo que a comunicação entre eles teria de ser feita, obrigatoriamente, pelo exterior deste compartimento.

Existe uma pequena antecâmara com 43 cm de largura entre o muro sul do compartimento e o limite norte do *vomitorium*, local onde os muros radiais alargam, formando um corredor onde se implantam dois degraus (Figura 7).

Esta antecâmara revelou, no lado oposto à porta, uma ânfora partida, cujos fragmentos do bojo se encontravam cuidadosamente uns sobre os outros. Repousando sobre o último fragmento[3] foram reconhecidos materiais osteológicos pertencentes a um nado

[3] O maior destes fragmentos, que conserva o bico fundeiro encontra-se em exposição no Museu de Lisboa – Teatro Romano.

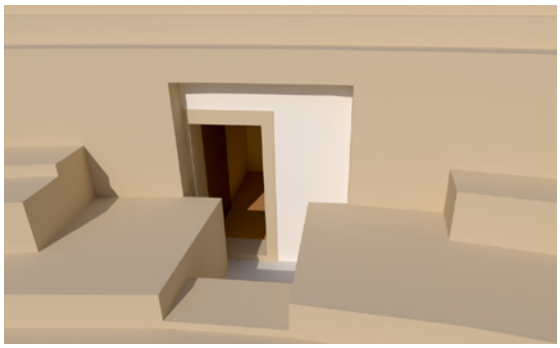


Figura 7 – Reconstituição hipotética da área habitacional no interior do *vomitorium* do teatro romano. Desenho de reconstituição elaborado por Carlos Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

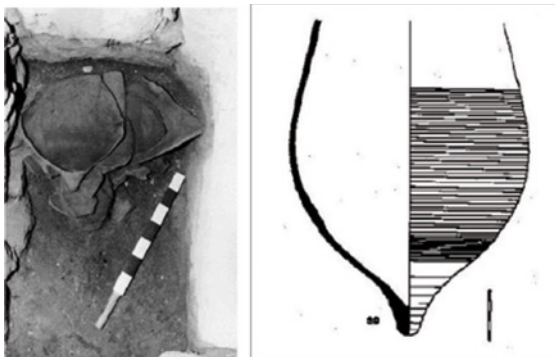


Figura 8 – Fragmentos anfóricos *in situ* no interior da antecâmara da habitação no *vomitorium* (Reproduzido de Diogo, 2000) e desenho do fragmento de fundo de ânfora (*Idem*, 2000).

morto ou a uma criança recém-nascida. Infelizmente, tais vestígios não se preservaram, nem subsistem registos fotográficos dos mesmos[4], somente existindo uma imagem dos fragmentos anfóricos já sem o material osteológico (Figura 8). Este contexto, encontrava-se depositado a uma cota inferior à ombreira de porta, não se encontrando à vista aquando da utilização da unidade habitacional de que falamos.

3. ESPÓLIO CERÂMICO

O espólio agora apresentado diz respeito aos materiais exumados na campanha de 2015, conduzida pelos dois primeiros signatários e é oriundo do nível de lareira localizada no espaço a norte, associada ao pavimento desta habitação, composto por elementos pétreos reaproveitados.

[4] A informação que aqui partilhamos foi por nós diretamente observada tendo participado na escavação da área em causa (LF).

No total, foram aí recolhidos 20 fragmentos, (6 NMI), distribuídos por ânforas, cerâmicas de cozinha, armazenamento e mesa.

As primeiras estão representadas por um único exemplar de produção oriental, pasta bege rosada de textura grosseira, com elementos de quartzo bem patentes. Apresenta uma curvatura com as típicas caneluras destas produções embora o facto de se tratar de um fragmento de parede iniba uma classificação cronológica precisa (Figura 9, nº 1). Corresponde a um dos diferentes modelos anfóricos produzidos no Mediterrâneo oriental, bem documentados nos contextos olisiponenses da Antiguidade Tardia.

No âmbito da cerâmica comum destacam-se dois exemplares de formas de cozinha: um exemplar do tipo pote/panela de bordo voltado para o exterior, colo curto e perfil tendencialmente globular (Figura 9, nº 2), forma bastante difundida nos contextos tardios da cidade de Lisboa até meados do séc. V d.C. (Grilo, Fabião, Bugalhão, 2013) que se prolonga, pelo menos, até aos finais da centúria seguinte. Está bem representado em contextos próximos como as Escadinhas de S. Crispim (Quaresma, 2014, fig. 11, nº 73) em níveis coevos dos finais do século V/inícios do século VI d.C., na Sé Catedral, integrando o tipo 1 das formas designadas como panela, onde é um dos mais representados (Gaspar e Gomes, 2015, p. 857, fig. 10, nº1), ou no Palácio dos Condes de Penafiel, embora aí já maioritariamente de produção manual, em contextos de finais do século VI d.C. (Silva, de Man, 2015). A pasta possui vestígios de sobre cozedura e as superfícies externas alisadas possuem vestígios de polimento. Outro exemplar muito provavelmente deste tipo, (Figura 9, nº 5) de fundo plano e perfil ligeiramente ovoide, não asado, integra também este grupo, apresentando como o anterior igual acabamento e vestígios de combustão nas paredes exteriores.

As pastas destes exemplares assemelham-se aos grupos de produção local e regional conhecidos da região, com cozeduras oxidantes, heterogéneas, ligeiramente friáveis e com presença de quartzos, micas e óxidos de ferro, de calibres variados.

Os exemplares 3 e 4 integram o grupo das cerâmicas de mesa (Figura 9, nsº 3 e 4). O primeiro corresponde a um fragmento de bordo direito e asa de jarro de secção oval alongada e possui uma pasta de textura heterogénea, com presença de quartzo e micas. As superfícies são alisadas, com uma aguada castanho avermelhada da cor da pasta. Formalmente, encontra paralelos com exemplares exumados nas Escadinhas de São Crispim (Quaresma, 2014, fig. 12, nº 85), igual-

mente de colo curto e ligeiramente achatado. Já o segundo parece corresponder a um fragmento de jarro ou cântaro, com uma pasta de tonalidade alaranjada, muito semelhante às produções de cerâmica comum de tradição romana do Vale do Tejo.



Figura 9 – Espólio cerâmico exumado no nível da lareira do interior da habitação do *vomitorium*. (Desenhos e fotografia de Carolina Grilo – Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC).

Este conjunto deverá ser lido em conexão com os conjuntos dados a conhecer em 1993 por António Dias Diogo resultantes da escavação inicial desta área, que permitem postular uma cronologia de abandono deste espaço habitacional balizada entre a segunda metade do século V e a primeira metade do século VI d.C. (Diogo, 1993). Aí se menciona a recolha de materiais no nível de pavimento da habitação resultante da reconversão do antigo *vomitorium*, entre os quais formas de *TSAfr D* Hayes 99 e 87 A e *sigillatas* focenses Hayes 3 (Diogo, *idem*, p. 222-224, fig. 11). O mesmo autor, em publicação de 2000, refere igualmente como oriundos de um contexto bem definido do *vomitorium* (camada 8) alguns fragmentos de ânforas de produção oriental: paredes, um colo com asa e um fundo (2000, p. 174, fig. 3). Este último foi classificado como Late Roman 2/Keay LXV, (Calado; Ramos, 2011, p. 4), devendo hoje integrar o grupo de ânforas sob a designação de Ágora M273 /Late Roman 8. É um contentor de média a pequena dimensão e forma cilíndrica, mais largo na base, com o fundo terminando num pontal mais ou menos alongado.

Entre outros dados que sustentam uma ocupação ou uma frequência do antigo teatro romano de *Olisipo* quer neste lapso temporal, como em momentos anteriores, este autor refere ainda outros conjuntos, oriundos dos trabalhos sob a sua direção, do então Gabinete Técnico do Teatro Romano (1993; 2000; Diogo e Sepúlveda, 2000) e das escavações da década de 60 efetuadas por Irisalva Moita. Entre os primeiros, sem contexto definido, provenientes de aterros ou revolvimentos, dois fragmentos de asas de ânfora Late Roman I / Keay LIII, uma produção da costa da Turquia, de Rodes e de Chipre, cronologicamente balizada entre o século V e os inícios do VII (Diogo, 2000, p. 164 e 174, fig. 5, nº 26 e 27), um fundo do tipo Keay LXI ou LXII, com cronologia possível dos meados do século V a meados do VI, originária da Tunísia (Diogo, 2000, p. 174, fig. 6 nº 32), assim como cerâmicas finas e lucernas, estas últimas também integradas em cronologias coevas (Diogo e Sepúlveda, 2000, fig. 2) (Figura 10).

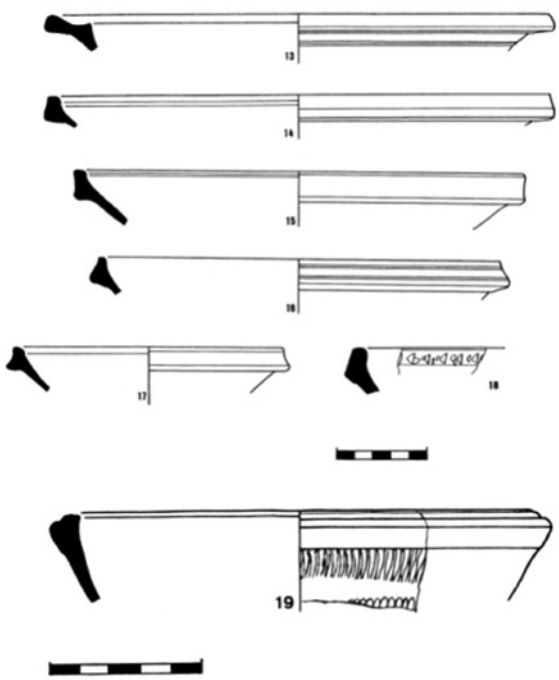


Figura 10 – Materiais oriundos das escavações do teatro romano de Lisboa. Cerâmicas finas: 13 – Hayes 5 A, 14 a 18 Hayes 5, 19 – Hayes 2. (Reproduzido de Diogo, Trindade, 1999).

Já das campanhas conduzidas em 1966-67 por Irisalva Moita, são mencionadas as formas Hayes 91B e 91C e Hayes 87 A (Diogo & Trindade, 1999, p.90, fig. 4 e p. 89, fig. 3, nº 7), assim como exemplares de

sigillatas focenses Hayes 3 e 5[5]. Além destas foram ainda identificados exemplares de *sigillatas* cipriotas tardias, testemunhadas pela forma Hayes 2, (*idem*, 1999), forma característica do período de apogeu daquela produção, situada entre os meados do século V e o segundo quartel do VI d.C. (Hayes, 1972, p. 375).

Mais difícil será determinar a cronologia de estabelecimento deste espaço habitacional e de abandono do monumento cénico. Com efeito, embora não subsistam, no estado atual dos conhecimentos, contextos arqueológicos diretamente relacionados com estes processos, a informação disponível sugere efetivamente uma continuidade ocupacional do espaço do antigo teatro, praticamente de forma ininterrupta, à semelhança de outros processos de reconversão de antigos espaços públicos da cidade de *Olisipo*, que se redesenham adquirindo novas funções, no âmbito do domínio privado.

Por outro lado, é igualmente evidente a relação dos conjuntos artefactuais desta fase com outros contextos materiais da antiguidade tardia observados no casco urbano de *Olisipo*, quer ao nível das cerâmicas finas, como nas produções de cariz regional, onde se assiste a uma tendência para a linearidade formal dos modelos cerâmicos de tradição romana e, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de produções de diferentes características tecnológicas e novos modelos decorativos (Diogo, Trindade, 1999; Diogo, Trindade, 2000; Silva; De Maan, 2012; Grilo *et al.*, 2013).

Contextos desta fase estão igualmente reconhecidos nas imediações do teatro romano: na Sé de Lisboa, onde parte da antiga via pública é reconvertida em espaço habitacional e outras áreas anexas são abandonadas no século VI d.C. (Amaro, 1995; Gaspar, Gomes, 2015) e nas Escadinhas de São Crispim, (Quaresma, 2014), ambos com paralelos para o conjunto de cerâmicas comuns agora apresentado, ou ainda no Palácio dos Condes de Penafiel (Silva, De Maan, 2015).

Paralelamente, a zona da "Baixa" também tem vindo a fornecer dados importantes para uma maior caracterização dos momentos tardo-antigos da cidade, estando registados níveis da segunda metade do século V e inícios do séc. VI d.C. no NARC (Grilo, Fabião e Bugalhão, 2013), na Rua de São Nicolau (Casimiro, Silva, 2013), na Praça da Figueira (Silva, 2012) e nos antigos "Armazéns Sommer" (Gomes, Gaspar, 2007), estes últimos associados a reformulações e reorganizações dos antigos espaços públicos.

Finalmente, na fábrica de preparados piscícolas da Casa do Governador da Torre de Belém é também reconhecido um conjunto de elementos que permitem postular a frequência daquele espaço após a desativação da unidade fabril, em pleno século VI d.C., tendo sido aí recuperado um *pentanummium* de Justiniano I, cunhado na oficina nº 1 de Constantinopla, a par com fragmentos de ânforas orientais do tipo LR 1 e um A2 de Teodósio, da série *Gloria Romanorum*, encontrados em estratos sobre as camadas de derrube das coberturas das últimas cetárias em uso naquela unidade (Fabião, 2009, p.26).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se tratem na sua maioria, de contextos parcelares e de uma amostragem reduzida, obrigando às devidas cautelas, parece certo que se observa ao longo destes momentos a reocupação e reconversão de diferentes espaços entretanto desativados e de algumas parcelas de edifícios públicos da antiga cidade romana, como atestado no teatro romano.

Da mesma forma, a presença de materiais importados, atesta a manutenção de alguns dos circuitos comerciais anteriormente estabelecidos, embora esta pareça ocorrer em menor escala e com novas orientações. No que respeita ao abastecimento dos produtos alimentares, sobressai o comércio de bens oriundos dos mercados orientais, suplantando, em alguns casos já trabalhados, as importações africanas, que eram majoritárias em momentos anteriores. Este parece ser o caso dos contextos dos "Armazéns Sommer" datados dos finais do século V e inícios do VI d.C., onde as ânforas orientais representam cerca de 25% do conjunto anfórico, ultrapassando largamente as importações africanas com cerca de 11% (Fabião, Pimenta, em publicação; Morais, Quaresma, 2012, p. 380).

Nas cerâmicas finas, a presença de importações orientais e, em menor número, do Mediterrâneo central e do norte de África, é também reveladora de uma dinâmica comercial continuada, embora também com menor intensidade que nos séculos anteriores. Esta tendência, já sublinhada por alguns autores, parece estar também relacionada com o papel que a cidade desempenharia na rota de ligação do Mediterrâneo central ao Atlântico Norte e ao abastecimento das cidades da costa atlântica (Fabião, 2009; Fernández, 2010, p. 380; Silva; De Man, 2015).

[5] De sublinhar que nas reservas do Museu de Lisboa – Teatro Romano subsistem apenas exemplares de fundos de algumas destas produções, nomeadamente das formas Hayes 99 e Hayes 3 e 5, cujas características morfológicas permitem uma classificação formal nestes tipos.

Cabe assim sublinhar que o antigo edifício cénico, à luz da cidade tardia é reconfigurado e reconvertido, numa nova lógica urbanística e arquitetónica, que condiciona a sua envolvente. O mesmo parece acontecer, por exemplo, com as termas dos Cássios, localizadas a poente e a sul do teatro. Estes dois edifícios constituem-se como marcas do território, enquadrando novas edificações que vão surgindo. Em trabalho anterior tivemos oportunidade de analisar vários elementos arquitetónicos identificados entre estes dois monumentos romanos (Fernandes, Fernandes, 2014, p. 225-243). O estudo possível desse espólio, o qual, na sua grande maioria surge descontextualizado, permite concluir por uma dinâmica construtiva e decorativa da cidade desde a Antiguidade Tardia até aos primeiros séculos da Idade Média. Não obstante, reconhecem-se influências, correntes ornamentais e contextos socioculturais mais variados que aqueles até agora identificados entre a Antiguidade Tardia e a época de domínio visigótico (*idem*, p. 227).

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino (1995) – Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa, in *IV Reunião de Arqueologia Cristã* (Lisboa, 28-30 de Setembro / 1-2 de Outubro de 1992), Barcelona, Institut D´Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, U.N.L. (Col. Monografies de la Secció His-pórico-Arqueològica, IV), pp. 337-342.

CALADO, Marco; RAMOS, Maximino (2011) – *Desativação dos equipamentos lúdicos romanos (o exemplo de um contexto tardo-romano do teatro romano de Lisboa).*Trabalho efetuado no âmbito da licenciatura em Arqueologia na FCSH de Lisboa. Policopiado.

CASIMIRO, Luísa; SILVA, Rodrigo Banha da (2013) – Enterramentos infantis tardo-antigos na rua de S. Nicolau (Lisboa). *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: AAP, pp. 859-863.

DIOGO, António Dias (1993) – O teatro romano de Lisboa. Notícia sobre as atuais escavações. *Cuadernos de Arquitetura Romana,* n.º 2 – Teatros Romanos de Hispania. Múrcia, Collegio de Arquitetos de Múrcia, pp. 217-224.

DIOGO, António Dias (2000) – As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa. Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. 3:1, pp. 163-179.

DIOGO, António Dias.; TRINDADE, Laura (1999) – Ânforas e sigillatas tardias (claras, foceenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, pp. 83-95.

DIOGO, António Dias; SEPÚLVEDA, Eurico de (2000) – As lucernas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol 3 nº 1, pp 153-161.

FABIÃO, Carlos (2009) – O Ocidente da península Ibérica no século VI: sobre o *pentanummium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 4.

FERNANDES, Lídia (2011) – A decoração arquitectónica de época romana do municipium olisiponense. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 14, pp. 263-311.

FERNANDES, Lídia (2017) – Museu de Lisboa – Teatro Romano: um museu e um monumento romano na cidade. *I Encontro de Arqueologia Urbana: uma cidade em escavação* (Teatro Aberto, 26-28 novembro 2015). Lisboa, pp. 193-211.

FERNANDES, Lídia (2017 a) – Teatro Romano de Lisboa: as ruínas e o seu museu ou como a arqueologia promove o diálogo educacional. *Revista Temporis [ação]*: 17, nº 2, pp. 7-20.

FERNANDES, Lídia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2013) – Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade. *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna* (6-9 Abril, FCSH da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa, pp. 111-122.

FERNANDES, Lídia; ALMEIDA, Rita Fragoso de; LOUREIRO, Carlos (2014) – Entre o teatro romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina. *Revista de História de Arte*, Volume 11. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, pp. 19-33.

FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida (2014) – Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 17, pp. 225-243.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2010) – Resultados Preliminares del Estudio de la T.S. Focense (LRC) aparecida en Vigo (Galiza, España). In Rei Cretariae Romane Fautorum, Acta 41. pp. 375-384.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2015) – As cerâmicas da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo: Actas do X Congresso Internacional* (pp. 851-861). Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2017) – O espaço público de época romana dos Armazéns Sommer. *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos históricos de Lisboa*, Lisboa: EGEAC/Museu de Lisboa, pp. 104-105.

GRILO, Carolina, FABIÃO, Carlos; BUGALHÃO, Jacinta (2013) – Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), Lisboa. *Arqueologia em Portugal*. 150 anos. Lisboa: AAP, pp. 849-857.

HAYES, J. (1972) – *Late Roman Pottery*. The British School at Rome, London.

OPAIȚ, A. (2014) – The baggy amphora shape: a new fashion? LRCW 4 *Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry. The Mediterranean: a market without frontiers*. Volume I, pp. 441-450.

PIMENTA, João; FABIÃO, Carlos (em publicação) – Ânforas orientais em Olixippona (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana. In Simpósio "A costa portuguesa no panorama da rota atlântica durante a época romana". Peniche, 16 a 18 de novembro de 2006.

QUARESMA, João C. (2014) – Late Contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal): Escadinhas de São Crispim. *LRCW 2*.

QUARESMA, João C.; MORAIS, R. (2012) – Eastern Late Roman fine ware imports in Bracara Augusta (Portugal). *XXVIIth Congress of the Rei Cretariae Romanae Fautores* (19 a 24 de Setembro de 2010, Belgrado), RCRF. Acta 42, pp. 373-384.

SILVA, Rodrigo B. D., & de MAN, Adrian (2015) – Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo: Actas do X Congresso Internacional*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 455-460.

DEFENSA DE LA MURALLA AUGUSTEA DE EMERITA

Miguel Alba

Consorcio de la Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida / ORCID: 0000- 0002- 7801- 6518 / miguelalba@consorciomerida.org

Mi agradecimiento a João Marques por las facilidades prestadas para la publicación de este trabajo y por tender un puente de encuentro entre arqueólogos portugueses y españoles.

Resumen

En relación a Augusta Emerita, sigue abierto el debate de si fue concebida como una gran ciudad desde su fundación cercada por un *pomerium* de amplio recorrido ejecutado en época augustea o si creció progresivamente, a impulsos, acometida con sucesivas ampliaciones del recinto hasta alcanzar, a finales del siglo I (o más tarde), la extensión que ocupa el perímetro amurallado. La división de criterios no afecta solo al hecho diacrónico o sincrónico de la muralla, también al sentido e imagen con que se proyecta la ciudad a través de un elemento que la mayor parte de los autores definen como de prestigio y representación cuestionando su efectividad defensiva. A partir de los vestigios de la muralla y de nuevos tramos y elementos defensivos descubiertos como los fosos, se argumentará con qué pruebas arqueológicas contamos para dirimir la cuestión. La muralla es un elemento de pervivencia en la tardoantigüedad y en la alta edad media.

Palabras-clave: Augusta Emerita, Muralla, Fosos defensivos, Fundación augustea, Vitruvio.

Abstract

In relation to Augusta Emerita, the debate is still open as to whether it was conceived as a great city from its foundation, enclosed by a wide *pomerium* built in the Augustan period, or whether it grew progressively, in fits and starts, with successive enlargements of the enclosure until it reached, at the end of the 1st century (or later), the extension occupied by the walled perimeter. The division of criteria does not only affect the diachronic or synchronic fact of the wall, but also the sense and image with which the city is projected through an element that most authors define as an element of prestige and representation, questioning its defensive effectiveness. On the basis of the remains of the wall and the new sections and defensive elements discovered, such as the moats, we will argue what archaeological evidence we have to settle the question. The wall is a surviving element in late antiquity and the early Middle Ages.

Keywords: Augusta Emerita, Walled, Defensive moats, Fundation by August, Vitruvio.

1. PRESENTACIÓN

La muralla romana de Mérida fue reforzada con un grueso forro de sillares en el siglo V y sufrió diversas destrucciones y reparaciones en el siglo IX, hasta su arrasamiento en el año 868. La muralla es un ejemplo de pervivencia constructiva romana hasta la Alta Edad Media. En estas páginas nos detendremos en el carácter eminentemente defensivo con que fueron concebidas en la fundación augustea. A su resguardo se resistió al asedio de las tropas de Muza en el año 712-13 y transcurren varios episodios de rebelión en el siglo IX.

Sobre el perímetro defensivo romano (Figura 1) hay dos posiciones contrapuestas, que siguen vigentes en nuestros días: una defiende la ciudad como un proyecto fundacional de gran envergadura, en que las murallas se conciben con el amplio recorrido que conocemos. La otra postura propugna, por el contrario, que fue resultado de un crecimiento progresivo, que conllevó sucesivas ampliaciones de la cerca. La primera hipótesis fue planteada por el profesor Ian Richmond en los años treinta, pero no se daría a conocer hasta que José Álvarez Sáez de Buruaga la divulgara con motivo de las actas del bimilenario de Mérida en 1976. Hasta entonces la idea unánime era un crecimiento por etapas, con posibilidades diversas. Inclusive se llegó a plantear que hubiera vestigios de una cerca defensiva indígena anterior a la llegada de los veteranos licenciados. En los trabajos resultantes de las grandes excavaciones en los edificios de espectáculos a comienzos del siglo XX, José Ramón Mélida plantea esta posibilidad por el aparejo semiciclópeo que reconoce en el tramo de muralla contiguo al Anfiteatro (Mélida, 1925, p. 117) que, sin embargo, no suscribe su colega Macías, omitiendo la referencia al tratar sobre las evidencias prerromanas en el solar urbano (Macías, 1929, p. 8). El arqueólogo emeritense publicaba ya en su primera edición de 1913 un plano de la ciudad firmado por el sobrestante Antonio Galván, con el extenso recorrido murado y el reticulado de las cloacas. Emerita mostraba así sus límites, pero ¿habían sido estos desde el principio? La respuesta a esta pregunta tiene mucho que ver con la importancia que Augusto habría concedido a la nueva colonia creada en Lusitania, en los confines occidentales de Hispania.

Pocas ciudades conocen su año de nacimiento, como el caso de Mérida (Ventura, 2009). Por información de Dion Casio se lleva al 25 a C. su génesis, planificación y elección del emplazamiento. En el 24 se habría realizado el ritual de trazar el surco que marca el *pomerium* al modo de la fundación mítica de la metrópolis y habrían empezado los repartos de tierra; entre ese año y el 23, comienzan las primeras acuñaciones monetales y, en el 21, los primeros comicios para elegir a los máximos magistrados cuyo listado se inicia un año después, según permite deducir una inscripción hallada en el foro colonial (Stylow & Ventura, 2009, p. 462 y 520). Su población está formada por legionarios que han combatido en las guerras Cántabras, eméritos de las legiones V y X, que le dan nombre a la ciudad. En poco tiempo recibe progresivamente el estatuto de colonia romana y el rango de capital de la Lusitania no antes del año 19 (Saquete 1997; Arce, 2004, p. 11).

Parece factible aceptar la fecha del año 25 a C. para los preparativos hasta dar inicio a las obras en un proceso necesariamente lento en el esfuerzo de acometer la creación de toda una ciudad, siguiendo un planeamiento, una organización con prioridades semejantes a la construcción de un campamento militar estable, solo que muy sobredimensionado. Por lo que el proceso "fundacional" debió alargarse y bien podríamos extenderlo a más allá del cambio de era dentro de la etapa augustea. Resulta sensato que en tantos años de ejecución se incorporasen modificaciones y mejoras, inicialmente imprevistas. Ya en tiempos post-augusteos así lo ejemplifican los cambios experimentados en relación a las áreas forenses que se desarrollan a costa de espacios que habían sido residenciales (Mateos, 2007; Ayerbe, Barrientos & Palma, 2009), mientras que otros como la supuesta ampliación de las murallas son más controvertidos, según trataremos en estas páginas.

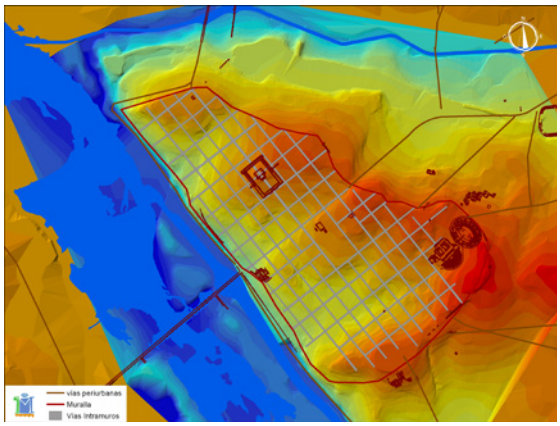


Figura 1 – El trazado de la muralla augustea discurre por los puntos altos de la topografía, lo que determina la forma urbana de Emerita (Documentación Consorcio de Mérida).

Emerita es una fundación ex-novo, sin previo asentamiento indígena, ni republicano romano a tenor de la falta de pruebas arqueológicas en uno y otro sentido. Habría obedecido a un plan de política Imperial promovida por Augusto en el que concurren muchas circunstancias a la hora de explicar la conveniencia e idoneidad del lugar: de índole económico, militar y estratégico nudo de comunicaciones (Álvarez, 1981; Calero, 1986); por necesidades de nueva vertebración territorial (Rodríguez, 2010) y avanzar en la romanización de la Lusitania (Fabião, 2014), convertida en centro de explotación minera de metales preciosos y otros recursos (Saquete, 2010 & 2011), foco industrial (Alba, 2011; Bustamante, 2013) y despensa de suministros cosechados en las fértiles vegas del Guadiana y tierra de Barros para aprovisionamiento del ejército y de los asentamientos de veteranos en el norte peninsular y, más adelante, extrapeninsular (Alba, 2018 a).

La generosidad de Augusto se manifiesta en conceder a los veteranos para su sustento el doble de lote de tierras que se solían asignar, en terrenos muy fértiles, repartidos en centuriaciones que la investigación ha logrado identificar (Gorges & Rodríguez, 2011). Se advierte también un trato de favor hacia los veteranos en el hecho de asentarlos alejados del escenario inestable de las guerras del norte peninsular, y por establecerlos en unas condiciones climáticas muy similares a las del sur de Italia. El entorno de la ciudad cuenta con tierras propicias para el cultivo de la vid, el trigo y el olivo, complementada por una zona geológica de transición apta para los pastos, la ganadería y la caza, rica así mismo en materias primas para la construcción (Feijoo & Alba 2008). Su situación se beneficia de la cercanía de la romanizada Bética, provincia senatorial con delimitación al sur de la línea del Guadiana, hacia Tierra de Barros, desde que Augusto decida crear la provincia de Lusitania, distinguiendo a Mérida con la capitalidad (Saquete, 1997 & 2010). La ciudad se crea en un entorno saludable sobre un solar abundante en acuíferos, que se implementan con acueductos (Feijoo, 2002; Álvarez, 2011) y otras monumentales obras públicas favorecidas por canteras de granito inagotables (Pizzo, 2011). La ciudad va a materializarse siguiendo el ideario augusteo, como un espejo idealizado de Roma y con especial atención a sus símbolos, empezando por las murallas.

2. BREVE RECORRIDO HISTORIOGRÁFICO

Las murallas romanas de Mérida han sido objeto de atención por la mayor parte de los eruditos, historiadores y arqueólogos que han ejercido sus funciones en la ciudad (Velázquez, 2010). Por primera vez su recorrido es indicado por Moreno de Vargas, con más aciertos que errores, a partir de vestigios todavía visibles a comienzos del siglo XVII y noticias de hallazgos, como cuando se extraen sillares del refuerzo para la reparación del puente romano cortado por una crecida (Moreno de Vargas, 1633, p. 56). Su información y la propia observación sobre el terreno servirán de referencia a las sucesivas planimetrías que aparecen desde el siglo XVIII al XX (Figura 2).



Figura 2 – Versiones del amurallamiento romano en los siglos XVIII (Fernando Rodriguez), XIX (Gregorio Fernández) y XX (José Sáenz de Buruaga).

La muralla romana comprende unos 4 km de recorrido, aunque solo conocemos algunos lienzos discontinuos de conservación desigual y con testimonios de haber sido objeto de obras de restauración, refuerzo, reforma, reaprovechamiento, etc., pues fue una de las estructuras romanas más longevas en servicio, sufriendo daños y destrucciones hasta llegar al estado en que aparece en las excavaciones (en el peor de los casos arrasada hasta la roca). Se marca su restitución hipotética con una línea de puntos y trazos que conectan los lienzos seguros localizados en las intervenciones arqueológicas. En los años ochenta y noventa se han sacado a la luz importantes tramos en la zona del río con las excavaciones de Huerta de Otero y el interior de la Alcazaba (Hernández, 1998, p. 38-9) y los casi 200 m del solar de Morería (Alba, 1997, p. 292), que han permitido definir una parte mal interpretada por Moreno de Vargas y todos los que lo siguieron al considerar que el amurallamiento era el dique y su continuidad lineal más allá de los extremos en que dejaba de ser visible. Esta banda de terreno extra "intramuros" se reprodujo en los primeros planos en los que se referenciaban los restos arqueológicos, como es el de Laborde a comienzos del siglo XIX.

Los tramos incorporados por las intervenciones del Consorcio no han sido pocos, publicados en las Memorias y vertidos en un SIG elaborado por el departamento de Documentación (Barrientos, Arroyo & Marín, 2007). Reunidos estos datos junto con los de las excavaciones antiguas se han ido referenciando en planimetrías que reflejan la topografía y el urbanismo romano (a los que se superpone el parcelario actual) que ha contado con ayuda prospecciones geofísicas con radar en algún trayecto ambiguo como el del solar de los Columbarios (Mateos, 2004, p. 42; 2011 p. 129).

Pese a que aún presenta fluctuaciones en su trayectoria, poco a poco se va definiendo el recorrido. Todavía hay importantes tramos dudosos, aunque la línea de puntos cada vez marca el recorrido con más testigos lineales, debido a lo cual la extensión real de la ciudad intramuros sigue siendo una aproximación. Basta seguir los planos de la ciudad publicados por el Consorcio de la Ciudad Monumental en las Memorias de excavación para evidenciar la incertidumbre y los cambios. Así, por ejemplo, en la zona de la Plaza de Toros, en el cerro de San Albín el trayecto de la muralla se ha marcado por dentro, por fuera y por la mitad del coso, sin que sepamos todavía por donde verdaderamente va. La misma imprecisión se constata en las planimetrías tradicionales al circunvalar las zonas del Calvario y Atarazanas (por ejemplo, adviértase el recorte de su perímetro en el plano elaborado por Julián Hernández, 1998, p. 14, respecto a la propuesta expansiva de Álvarez Sáenz de Buruaga, 1976).

De igual manera que hubo que replegar la trayectoria de la muralla desvinculándola del dique, en otras zonas se han documentado sorprendentes repliegues como en la zona próxima al Museo Romano, donde las previsiones de su emplazamiento eran a un lado de la calle y el retranqueo se adentra hacia la actual calle Hernán Cortés (Bejarano, 2007). En otras partes ha sido al revés, se ha ampliado el espacio urbano intramuros. Por ejemplo, en el tramo de la zona de Ensanche, se conoce como "la muralla" un tramo elevado del acueducto de Cornalvo, pero nada tiene que ver con la defensa pues va separada de la conducción más de 8 m según se documentó en las excavaciones del cuartel de la Guardia Civil, allí próximas (Alba, Bejarano & Méndez, 2022, p. 75). Es interesante seguir estas variaciones del recorrido murado, comparando las planimetrías decimonónicas que siguieron a los croquis del siglo XVIII, recogidas en la historia del desarrollo urbanístico local (Barbudo, 2006).

Tales versiones tienen el mérito de haber plasmado, con pocos restos emergentes y mucha intuición, la restitución del perímetro deducida de los desniveles del terreno, un indicio que sabemos poco fiable por la acumulación de depósitos extramuros que ha modelado la topografía (Acero, 2018, sobre los residuos). Así, la persistente ocupación de la ciudad ha modificado la cota de tránsito de época romana en muchos puntos, en especial en el perímetro externo a las murallas por echadizos de escombros y basuras atenuando las pendientes de las laderas y colmatando las vaguadas. La trayectoria de la muralla, en fin, no siempre se delata por el punto de inflexión del terreno. Se puso de manifiesto cuando hubo que decidir el lugar de dos sondeos para intentar localizar la puerta romana de la Villa. Donde el terreno estaba más alto y parecía más propicio (a la altura de la fuente dedicada a los arqueólogos) el sondeo resultó negativo, y donde estaba más bajo descendiendo hacia la calle Santa Eulalia, fue el punto donde se encontró.

A modo de muestreo, veamos algunas interpretaciones sobre el recinto (Figura 2).

– En el croquis de Fernando Rodríguez de 1796 (Morán, 2015, p. 82-3), se recurre a tramos segmentados rectilíneos (que forman ángulo en los encuentros), con torres muy separadas pero equidistantes, presentes en cada requiebro y con cuatro puertas monumentales a eje, torreadas con

mucho espacio entre ellas (fig. 2, arriba). Se infiere que desconoce la puerta de las monedas al dibujarlas con un solo vano. Interpreta como parte de la muralla el dique y, proyectándolo en línea recta, propone que el flanco de la ciudad tenía las murallas hasta el rio, siendo bañadas por él (es decir, sin camino de circunvalación en este trayecto).

– El plano de Laborde, publicado en 1808 (Caballero, 2004, p. 117), plasma todos los restos visibles por lo que se explica que omita la mayor parte de la muralla, salvo en tres tramos indicados con los números 13, 20 y 21 y la leyenda "muralla antigua"; localizados en el río, en la Alcazaba por dentro y fuera (al confundirla con el dique, como ya hiciera Rodríguez y dijera Moreno de Vargas) y en la actual calle Augusto, al lado de un camino que subía a la ermita del Calvario desde el río.
– Francisco de Coello, en su plano de 1854, nada consigna de la muralla, aunque indica varias ruinas, lo que da una idea de que no afloraba y el mérito de los autores que le siguieron que, sin verla, la dedujeron por meros cambios en la topografía.
– Ivo de la Cortina de 1867 (Barbudo, 2006, p. 48), con una lógica topográfica, restituye con línea continua el recorrido de la muralla (y la medieval). Se distingue con gran acierto entre el muro del dique y el defensivo por dentro de la Alcazaba y la Huerta de Otero. En el recorrido de la defensa predominan los tramos rectos pero el cambio de trayectoria se resuelve gradualmente con líneas curvas.
– El plano de Ivo tiene un precedente a modo de croquis que iba a ser publicado en la obra de Gregorio Fernández Pérez, autor de *Historia de las Antigüedades de Mérida*. El libro estaba terminado en 1837 pero no fue editado hasta 1857, ilustrado con varios dibujos de monumentos al final del texto, excluyendo el croquis de la ciudad (fig. 2, medio). La versión original tenía un texto más amplio e incluía dicho dibujo de la población que han sido publicados en nuestro tiempo, salvados gracias a José Manuel Novoa, un bibliófilo que adquirió el manuscrito en Canadá. En el plano inédito se consignan las leyendas "muro de los romanos" y "línea del muro que se construyó por los moros" (Novoa, 2021: 33). Así pues, Ivo de la Cortina lo que habría hecho es verter los conocimientos de Gregorio Fernández en su plano, reproduciendo el croquis. Interesa destacar que por primera vez retrae la muralla disociándola del dique, pero tanto que, si bien acierta en el tramo de la Alcazaba, deja extramuros la mayor parte del Área de Morería.
– López Alegría de 1878, señala pocos restos arqueológicos, pero vuelve a considerar el dique como parte de la muralla con continuidad en la actual Avenida Fernández López, donde el salto de cota marcaba su trazado hasta la altura del molino de Pan Caliente. Desde la torre albarrana en la calle Almendralejo hasta el Calvario marca con puntos discontinuos "vestigios de la muralla", atravesando el solar de los Blanes (sin embargo, la intervención arqueológica reveló que era un espacio extramuros y que la muralla debe discurrir aproximadamente por la acera izquierda de la calle Almendralejo).
– El ya mencionado de Galván de 1913 ilustra la obra de Maximiliano Macias en la 1ª edición de *Mérida bosquejo histórico* (mientras que queda anónimo en la 2ª edición de 1929). En este plano se mantiene como error considerar la muralla el dique y el tramo de acueducto cercano a los Columbarios, sin embargo, se retranquea a la altura de la calle José Ramón Mélida, más adentro que la calle Moreno Nieto, lo que es correcto, como han demostrado los trabajos arqueológicos en la zona (Bejarano, 2007).
– Por último, en el plano adjunto en el artículo de Sáenz de Buruaga sobre la fundación de Mérida (1976: encartado entre las pags 24 y 25) se plantea una extensa muralla con torres equidistantes en gran número (77!). Se acierta en gran medida en el recorrido, pero hay zonas ultrapasadas que explican las 80 hectáreas que se dice llega a alcanzar la ciudad y estos terrenos de más se deben a mantener la idea de que la fachada muraria llegaba hasta el dique y a la ampliación desde la zona de la calle Anas hasta la Plaza de Toros donde la línea de muralla se representa cortada por la carretera nacional V.

Toda esta información gráfica ha sido tenida en cuenta por los autores que han estudiado específicamente la muralla como José Ángel Calero (1981), Julián Hernández (1998) y José María Álvarez Martínez (2007) a cuyos trabajos nos referiremos insistentemente en estas páginas. Así mismo, remitimos a los apartados historiográficos más actualizados de las últimas grandes monografías como la de Antonio Pizzo (2010) y Jesús Acero (2018) dedicadas respectivamente a analizar la arquitectura pública (con atención a la muralla) y la red de saneamiento, entre otros temas.

3. DE LA *URBS QUADRATA* AL AMURALLAMIENTO AMPLIO VERSUS PROVISIONAL

Definir el límite urbano de la muralla emeritense trazada mediante el ritual fundacional de la metrópolis resulta transcendental para valorar el grado de importancia que se le concedió desde su origen. Representa la imagen de la ciudad, su fortaleza, y al mismo tiempo, la de Roma y el buen gobierno del *princeps*. El mensaje está expresado simbólicamente en las monedas fundacionales. Mérida es la primera fundación augustea en Hispania de una larga lista de ciudades pobladas por veteranos. Los autores valoraron de diferente forma en qué se concretó su materialización inicial.

Para José Ramón Mélida, el primer recinto de Mérida debió rondar las 19 hectáreas, una extensión coincidente o cercanas con las propuestas de Schulten (1922) y Alberto Balil (1971). Fue incrementada por Antonio García Bellido (1966) en 26 hectáreas y en 28 por Octavio Gil Farrés (1946), a su vez extensión compartida por José Mª Blázquez (1975). Todas estas versiones se basaban en la idea de un recinto de dimensiones y forma rectangular propia de un campamento legionario.

En el ya citado artículo sobre los primeros tiempos de la Colonia, de Álvarez Sáez de Buruaga, se marca la planta rectangular correspondiente a la de un *castra* (fig. 2, abajo) como génesis de la ciudad augustea aunque reconoce honestamente que nada había aparecido de ese recinto más pequeño (1976, p. 20 y 31). La idea del campamento inicial se mantuvo hasta los años ochenta con el convencimiento de que era una cuestión irresoluble, pues, pareciendo lo más lógico para un asentamiento inicial, ninguna prueba arqueológica permitía demostrarlo, salvo la identificación de las primitivas puertas "fosilizadas" en el Arco de Trajano y el topónimo de la calle Arco Cimbrón en el eje norte -sur y, en el otro eje de la cruceta, puertas que debían estar vecinas al puente y la de la Villa, al final de la calle Santa Eulalia. Según la autoridad de Martín Almagro "*nada seguro se puede precisar. Seguramente Mérida, como otros núcleos urbanos, debió crecer desde su fundación de tipo romano castramental, a lo largo de todo el Imperio, hasta convertirse en una ciudad abierta y extensa*" (1983, p. 13 y 27).

Ante la carencia de testimonios arqueológicos, fue ganando crédito la teoría de Ian Richmond (1930) que había defendido décadas atrás que Mérida se habría fundado a lo grande, abarcando unas 80 hectáreas. Álvarez Martínez defiende en varios de sus trabajos la idea de una planificación augustea amplia de la ciudad concebida con idea de futuro, de modo que se abarcara un gran espacio que, siguiendo al autor británico, fue en torno a las 85 hectáreas dejando espacios sin construir (Álvarez, 1981, p. 228; 2007; Álvarez y Nogales, 2010, p. 536). En esta misma idea, pero con diversidad de cálculos en hectáreas tenemos las 75 de Almagro (1979); 72 de Feijoo y Alba (2008); 70 de Palma (2018) y 67 de Calero (1986). Sobre la misma idea de un recinto grande, todo augusteo puede verse Hernández, 1998: 21; Alba, Sánchez & Sánchez, 2014, p. 89; Sabio & Murciano, 2018; Nogales, 2021, p. 41, entre otros.

Paralelamente, superado el planteamiento de la forma castramental, se propone una Mérida que crece mediante sucesivos impulsos, incorporando espacios que estuvieron fuera del perímetro amurallado original, recurriendo a ampliaciones de la defensa como pudo haber ocurrido con el cerro del Calvario (Mateos, 1995: 134; Palma, 2004: 45) y la zona donde se encuentran los edificios de espectáculos (Bendala & Durán, 1995; Mateos, 2004: 30 y 2011: 174). En particular el tramo que flanquea al Anfiteatro (fig. 3). Secundan la idea de ampliación progresiva, al menos en la zona de los edificios de espectáculos: Jiménez, 1976; Berrocal, 1987, p. 42; Rodríguez, 2004, p. 395; Pizzo, Márquez 2010, p. 135; De la Barrera, 2014 y Canto, 2017, p. 367, entre otros.

Consideran que el tramo de flanqueo al Anfiteatro es posterior, pero nada se dice de por dónde discurriría la muralla precedente. En este sentido, no se ha encontrado resto de amurallamiento primigenio por dentro del perímetro conocido que dejase extramuros a los edificios de espectáculos. Porque de haber existido, aunque hubiera sufrido un total arrasamiento, aún quedaría el foso para testificarlo (del que trataremos más adelante), lo que no ha podido ser probado.



Figura 3 – El Anfiteatro se adosa a la muralla conservada a tramos intermitentes, con restos de dos torres de planta semicircular, una puerta y donde se localizó el foso (foto Jesús Rueda).

Para los defensores de la macrofundación, el trazado de la muralla lo determina la topografía. Por requisitos elementales de la polioercética, es decir, de la defensa para hacer frente a ataques y asedios, coronó los puntos elevados de los promontorios marcando la forma particular de Mérida (Calero, 1995, p. 307; Feijoo, 2000, p. 571; Alba, Sánchez & Sánchez 2014, p. 89; Álvarez & Nogales, 2010, p. 536). Es decir, la muralla sigue un imperativo y a su vez condiciona el urbanismo que se proyecta en el interior. Como dato indirecto, la uniformidad de la retícula de calles con sus pórticos (Alba, 2001; 2002) y la unidad constructiva de la red de cloacas (Acero, 2018, p. 153), es un todo homogéneo, sin "extraños" cambios de orientación, a diferencia de la parte residencial que se desarrolla extramuros en que las calles siguen otras trayectorias emancipadas de la retícula interior.

La ausencia de pruebas arqueológicas deja sin visos de realidad a la *urbs quadrata* augustea, la ciudad primigenia cesariana y al *oppidum* indígena. Pasemos a tratar las evidencias que fundamentan (o no) la ampliación del recinto amurallado.

4. EL POMERIUM Y UN TRAMO POLÉMICO

Si nos atenemos a la autoridad de Vitruvio, las murallas urbanas han de erigirse para que resulten efectivas a la defensa: "*La construcción se divide en dos: una tiene por objeto la edificación de murallas y edificios públicos; la otra la de las casas particulares. En las obras públicas hay que atender a tres finalidades: a la defensa, a la religión y a la comodidad del pueblo. Las obras hechas para la defensa y seguridad de las ciudades, como son las murallas, las torres y las puertas, han de ser pensadas de manera que resulten a propósito para resistir los asaltos de los enemigos*" (libro I, cap. III). En el cap. IV da a entender que la primera obra que se emprende es la muralla, siguiendo el mismo procedimiento que en la rutina de levantar campamentos, pues advierte: "*Antes de echar los cimientos de las murallas de una ciudad habrá de escogerse un lugar de aires sanísimos*". También al comienzo del cap. VI: "*Una vez acabado el recinto amurallado, resta por hacer la distribución del área o solar en el interior y las adecuadas vías* (...)".

El recorrido de la muralla que da la forma urbana a Mérida (fig. 1) responde a un patrón defensivo elemental. Transcurre por las elevaciones de la topografía abarcando la cima de varios cerros y promontorios (Álvarez, 1981, p. 228; Feijoo, 2000, p. 571), incluida la zona de edificios de espectáculos cuyas gradas apoyan en las laderas, aunque es en este trayecto donde se ha planteado una ampliación muraria acogiendo al Teatro y Anfiteatro avanzado el siglo I. Ateniéndonos a los hechos, es incuestionable que el Anfiteatro se adosa al muro defensivo (pues su argamasa fraguó contra el paramento) y existen dos grandes inscripciones en soporte granítico datadas en el año 16 y 8 a C. que conmemoran la construcción del Teatro y Anfiteatro, costeados respectivamente por Agrippa y Augusto. Así, con dataciones anteriores al cambio de era y teniendo en cuenta que la muralla acoge el flanco del Anfiteatro, parecía claro que la muralla estaría entre las primeras obras fundacionales como, por otra parte, se deduce que así fuese por la representación de una de sus puertas monumentales en las primeras acuñaciones monetales (Trillmich, 2018). Sin embargo, la publicación de una o dos incineraciones romanas, encontradas bajo el graderío del Anfiteatro, iba a cambiar radicalmente este relato a favor de que inicialmente ese espacio había sido extramuros. El autor del trabajo, Alejandro Marcos Pous (1961) las dató entre el año 25 y el 8 a C., es decir, precedentes a la construcción augustea del Anfiteatro, sin poner en duda el edificio y la inscripción. Pero, posteriormente, al estudiar otros autores la tipología de tres ungüentarios de vidrio que se asociaban a una de las urnas, la cronología de las incineraciones fue desplazada a mediados del siglo I, empujando a su vez la datación del Anfiteatro a fechas posiblemente correspondientes a la etapa flavia (Bendala & Durán, 1995, p. 256). En consecuencia, sobre estos terrenos que estaban extramuros y en los que se había emplazado una necrópolis de las que esas dos incineraciones eran una muestra, se habría construido un anfiteatro que recordaba a un primer edificio augusteo extramuros, siendo el que conocemos una obra de época flavia en su integridad del que solo resta la inscripción (Mateos 2018, p. 291) o era parcialmente augusteo que se habría ampliado entonces hasta alcanzar la muralla (Rodríguez, 2004, p. 391). Además, se cuestiona la asignación augustea de la muralla, porque en este tramo su aparejo es diferente a otros lienzos como los conservados en Morería o en la Alcazaba (Pizzo, 2010, p. 121, 133- 4). Zanjaba el asunto la aparición de dos nuevas incineraciones localizadas bajo un pórtico que mediaba entre el espacio del peristilo del Teatro y la vía que flanqueaba el Anfiteatro (Mateos & Márquez, 1999, p. 309) que confirmaban la existencia de un área funeraria más extensa marcada en un plano hipotético (Márquez, 2000, p. 526) y garantizaba la validez cronológica de la incineración de Marcos Pous. La discusión, sin embargo, no había concluido.

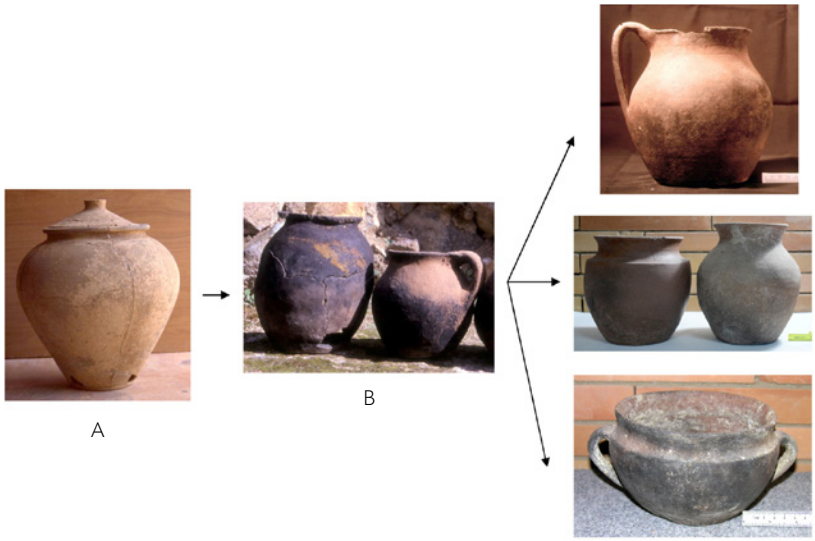
A partir del año 2005, el Instituto de Arqueología y el Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida van a realizar varias campañas de excavación en toda el área de los edificios de espectáculos, sin que se haya documentado vestigio alguno de esta necrópolis. Se ha intervenido dentro y fuera del Anfiteatro en la zona indicada por Marcos Pous, sin resultado, aunque los materiales del relleno de un canal que discurre en paralelo al edificio ha proporcionado abundante material de época flavia (Mateo & Pizzo, 2018: 23) en sintonía con la datación que se sigue atribuyendo al edificio. También, se ha excavado en la zona contigua al segundo lugar de las supuestas incineraciones con igual desenlace, salvo por la presencia de restos de residuos metalúrgicos (Ayerbe & Peña, 2018, p. 267) y otros vertidos con manchas de carbones y desechos cerámicos documentados por Santiago Feijoo en la excavación previa a las obras de la actual rampa de acceso instalada entre el Teatro y el Anfiteatro. Con anterioridad habíamos cuestionado la interpretación de las "evidencias" funerarias, argumentado además la invalidez cronológica de las vasijas publicadas por Marcos Pous que las descarta como incineraciones (Alba, Sánchez, Sánchez & Sabio, 2014). Las "incineraciones" de Márquez carecen de urnas y cajas, tampoco hay ajuar ritual (colocado), son acumulaciones de ceniza y carbones vertidos en superficies amplias, afín a hogueras o/y vertidos con presencia de cerámicas que no casan entre sí, representadas por un solo fragmento (salvo un plato con tres trozos).

No hay objeción a que el canal que contornea el Anfiteatro sea de finales del siglo I, pues claramente es posterior al edificio, si bien toda conducción es susceptible de reparaciones y limpiezas que pueden incorporar materiales en el relleno de la zanja que distorsionen su datación primigenia. Sin embargo, el hecho de que, después de las intervenciones arqueológicas llevadas a cabo en esta zona del monumento, dentro de los vomitorios y en el graderío, sin encontrar testimonio funerario alguno, se siga dando validez a las incineraciones (Mateos & Pizzo, 2018: 15) fuerza a volver a las "pruebas" aportadas por Marcos Pous, tanto a partir de su publicación como analizando las vasijas que se encuentran depositadas en los fondos del Museo Nacional de Arte Romano.

El autor denomina "urnas" a las dos vasijas (Figura 4), para especificar más adelante que una es una olla corriente (Marcos Pous, 1961, pp. 94 y 103), mientras que la segunda no llega a decir que se trata de un cántaro, un receptáculo infrecuente para el servicio funerario que además carece de ajuar. Se centra en la olla en la que hay que suponer que contenía los tres ungüentarios junto con las cenizas del difunto. Ciertamente, se emplean ollas para recibir los despojos de las incineraciones, pero las ollas romanas no tienen esa tipología que sin embargo pertenece al menaje paleoislámico (Figura 5). Se trata de una olla con perfil en "S" y característica asa ascendente que parte desde la boca, realizada con torno rápido y de fabricación local (Alba & Feijoo, 2001; una igual en fig. 11 n.º inv. 7010-ue2-308). Su pasta también lo delata. Por otra parte, llama la atención el pequeño tamaño del envase para una urna cineraria: 17,5 cm de alto, 12,7 cm de diámetro para la boca y 10 cm para la base. Es una ollita ¿y además los ungüentarios estaban en su interior? Respecto a la otra pieza, se trata de un cántaro reutilizado que había perdido la boca y el asa antes de ser desechado. Las vasijas de época visigoda mantuvieron los formatos romanos, pero progresivamente se impuso el modelado completamente manual o a torneta con predominio de los cuerpos globulares y de panza baja. La segunda "urna" tiene un perfil que encaja con la descripción antedicha. No obstante, hasta el siglo IX se mantuvo la tradición de las cerámicas visigodas, con lo que no sería extraño que se encontrara junto con la vasija anterior. Si estos continentes no son romanos huelga dar sentido a los contenidos, es decir, a los tres recipientes de vidrio. ¿Los reunieron accidentalmente en el almacén? Por lo pronto deben ser revisados por especialistas y, en cualquier caso, disociarlas de las cerámicas y de un sentido funerario. No obstante, *a priori* no habría que descartar por completo una cronología emiral. Se recoge en el compendio de relatos del Almuqtabis II-1 la noticia de que, en tiempos de Al-hakam I (años 796- 822), el sabio de Al-Andalus Abbas b. Firnas desarrolló la industria del vidrio (Ibn Hayyan



Figura 4 – Las supuestas "urnas" funerarias, son vasijas altomedievales: una olla emiral y un cántaro. Un error que va a condicionar la interpretación de toda la zona de espectáculos y la cronología de la muralla (foto MNAR).



A B C

Figura 5 – A) Olla romana (forma frecuente usada como urna funeraria en el siglo I). B) Ollas de época visigoda modeladas a mano y a torneta. C) Formatos de ollas emirales modeladas a torno rápido, de fabricación local (fotos M. Alba).

p. 138) y la forma se conoce en cerámica con la misma función (Alba & Feijoo, 2001, en fig. 24, n.º inv. 9034-ue153-72).

Con todo respeto, no se pretende desacreditar al arqueólogo, de trayectoria más que reconocida. Se cuestiona la información debido al riesgo implícito que tiene ocuparse de materiales fuera de contexto. Se trata de poner de manifiesto un error clave sobre el que se ha cimentado la teoría de que ni el Anfiteatro ni la muralla pueden ser augusteos. Los datos aportados no se basan en un trabajo de excavación dirigido por Marcos Pous. De hecho, ni si quiera estuvo presente cuando se produjo el hallazgo (ni se encontraba en Mérida). Las labores carecieron de metodología arqueológica al no tener tal finalidad los trabajos de restauración que se estaban acometiendo dirigidos por Menéndez Pidal. Marcos Pous recrea el contexto interpretando lo que le cuentan los albañiles que intervienen en las obras. Nos dice que el hallazgo se produce en 1956 (cinco años antes de su publicación) bajo "*un gran bloque de hormigón*" (Marcos Pous, 1961, p. 91) en la *cavea media*, en su sector sureste. Dibuja una sección a modo de croquis en la que queda patente que estaba subterránea y con presencia de carbones que diferencia en su entorno en color oscuro. Con una incineración en la mente, en su croquis representa un contexto sellado que "corta" a la estratigrafía.

Entre los dibujos de Menéndez Pidal, hay una sección del graderío medio perteneciente a la zona del hallazgo donde el arquitecto ha escrito "elevar" un bloque de argamasa inclinado y bajo él tierras (Figura 6). Es el lugar donde estaba la "urna". Pero no son tierras pertenecientes al terreno natural sino echadizos compactados que rellenan los grandes cajones de mampostería y ladrillo en los que se asentaba el graderío del que restaban los argamasones; un sistema constructivo, fácil, económico y rápido, también utilizado en la construcción del *podium* del templo de Diana. Hay pues, un problema de cotas para una "incineración" situada en un lugar recrecido por niveles antrópicos, muy elevado respecto al terreno natural (exterior e interior al monumento). En conclusión, la vasija estaba en niveles de tierra aportados por los constructores del Anfiteatro, es decir, sería necesariamente posterior al edificio y nunca anterior. Si la tipología del envase se data entre muy avanzado el siglo VIII y mediados del



Figura 6 – Dibujo de Menéndez Pidal donde se especifica la intervención de "elevar los argamasones" en la zona del polémico hallazgo de las "urnas".

IX ¿qué sentido tiene una o dos vasijas altomedievales en este lugar y relacionadas con carbones? Una explicación posible es que se encontrase dentro de un silo junto con carbones y cenizas tan habituales en ellos al ser abandonados, de forma que a los albañiles les habría parecido "enterrada" en un lugar con mucha ceniza. A poca distancia de allí, en la Palestra, fueron excavados varios silos con esta misma cronología y Mélida comenta la reocupación del Anfiteatro con fines residenciales o/y militares, según Rafael Sabio (2020, p. 129 y 143).

Sin las cuatro incineraciones y recordando la necesidad de buscar los puntos altos del terreno para el asiento de la muralla queda despejada la reticencia a considerar todo este espacio intramuros. Con todo, la prueba concluyente de que la muralla es augustea en el tramo del Anfiteatro se debe a un elemento indispensable para la defensa: el foso o los fosos, recientemente documentados, asunto que trataremos más adelante.

Siguiendo con la muralla de esta parte, ya apuntamos que suscitó versiones muy dispares, desde el origen celtíbero propuesto por Mélida, a una asignación contrapuesta tardía, apuntada por García Sandoval en su estudio sobre la casa del Anfiteatro: "*En la primera decadencia de Mérida, bien en la segunda mitad del s. III, como consecuencia de la invasión franca que asoló la Galia y gran parte de Hispania, bien ya en los comienzos del siglo V, la ciudad reduce su extensión. Probablemente en una de esas épocas se construye la muralla de la que se ha descubierto restos en la zona del ensanche y que es la misma que tapona algunas puertas del Anfiteatro* (…)" (1966: 14). Por su parte, la profesora Alicia Canto ha escrito que el muro está sobre un suelo romano de mortero hidraúlico anterior que invalidaría la asignación augustea (2017, p. 368) pero desconoce que el paramento en cuestión es una restauración del siglo IX.

Se postula la cronología postaugustea por tener una fábrica diferente, caracterizada por una mampostería formada por grandes piedras (Figura 7). En el tramo cercano a la Casa del Anfiteatro, el relleno es de tosca desmenuzada con poco empleo de argamasa de cal, mientras que en el contiguo al Anfiteatro el núcleo se liga con cal abundante como es lo habitual. El aparejo tiene piedras de gran tamaño, pero ¿hay tantas diferencias respecto al resto?

El tramo que nos ocupa tiene un grosor de 2,86 m (Mélida, 1930: 117); 2,50 m a 2,60 m en la Alcazaba y Huerta de Otero (Hernández, 1998, p. 39); sobrepasa los 3 m en la zona trasera del Teatro, en el cuartel de la Guardia Civil (Alba, Bejarano & Méndez, 2022, p. 75).



Figura 7 – Paramento de grandes piedras en la zona del Anfiteatro (foto M. Alba).



Figura 8 – Primera hilada de grandes piedras en el tramo de Morería (foto M. Alba).

En los 200 m de trayecto en Morería es de 2,70 a 2,85 m (Alba, 1997, p. 292), en el tramo de la Puerta de la Villa hasta la torre Albarrana es de 3,05 m (Sánchez Barrero, 2017, p. 40). Por consiguiente, no hay una medida estricta, pero coincide con la de Morería. También en el área arqueológica de Morería vemos grandes piedras, pero solo en el basamento (Figura 8), una particularidad que no se repite en otros tramos y pone de manifiesto que la obra engloba realidades diversas en su coetaneidad.

Vitruvio aconseja que "*la anchura de la muralla, a mi juicio, debe ser tal que si se cruzasen dos hombres armados puedan ambos pasar sin que uno moleste al otro*". Si le restamos 0,5 m por contar con un almenado, la muralla de Mérida cumple con la holgura recomendada y posibilitaría emplazar máquinas de guerra.

Los constructores buscaron el firme rocoso para asentarla. El tipo de roca del subsuelo de Mérida había sido identificado como gabros por autores del siglo XIX como Luján y Vilanova y, en tiempo cercanos a él, por geólogos como Weitel en 1955, mientras que

Servaye, en 1959, cree que por composición han de denominarse anfibolitas (SOS, 1965: 40-1). Sos Baynat prefiere englobarlas todas en dioritas de diferente composición, admitiendo que se las suele relacionar con los gabros. Los arqueólogos, convencionalmente, llamamos dioritas a las piedras del río azuladas y negruzcas de grano muy fino y extraordinaria dureza, mientras que designamos gabros a las de color gris o verdegrisáceas de grano más grueso.

Las primeras hiladas que van a quedar bajo tierra, llevan la piedra de mayor tamaño y profundizan más en su paramento que en el núcleo. Así se observa en una sección en Morería (Figura 9). Esta misma peculiaridad también se ha documentado en el tramo de las traseras del graderío del Teatro (Alba, Bejarano & Méndez, 2022, p. 75).



Figura 9 – Sección de la muralla con los paramentos más profundos y un núcleo de piedra troceada predominantemente menuda (foto M. Alba).



Figura 10 – Tres tongadas visibles en el paramento augusteo (última hilada de restauración) con diferentes tipos de piedra, gasto en la cantidad de cal y formas de colocarlas. Restauraciones en el paramento indicadas con círculos. Por delante, el refuerzo de sillares del siglo V (foto M. Alba).

La forma de construirla consistía en levantar los paramentos poco a poco y por tongadas, rellenando simultáneamente el interior con piedra más pequeña y empleando argamasa de cal. Este sistema se ejecutaba de dos maneras: una, colocando la mampostería con cuidado de mantener la horizontal de los dos paramentos levantados al unísono, ajustando bien las piedras y valiéndose de la argamasa de cal para mantener la rasante, al tiempo de rellenar simultáneamente con materiales menudos, bien tupido sin dejar huecos (casos de Morería, la Alcazaba, la zona de la Puerta de la villa, del centro de interpretación del mosaico y del tramo vecino a la Casa del Anfiteatro -el de las grandes piedras de la fig. 7– y junto al Anfiteatro). El otro era levantar dos muros en paralelo con piedra bien careada solo en la superficie visible y, cuando se había alcanzado una cierta altura, rellenar el interior con piedras y cal, que fraguan en este "cajón". Desde el punto de vista del resultado final no debían apreciarse las diferencias en su aspecto, pero el segundo sistema, si bien permite avanzar más rápido es a costa de restarle cohesión o trabazón a la obra. El primero crea un bloque compacto, el segundo queda "compartimentado". Este sistema parece menos utilizado, pero lo tenemos en el Calvario (Palma, 2004, p. 39), en el "Corralón de los Mosquera" (Hernández, 1998, p. 42) y en el tramo del cuartel de la Guardia Civil (Alba, Bejarano & Méndez, 2022, p. 75). Hay que considerar que fueron dos criterios compatibles, sincrónicos (quizá tenga algo que ver que los eméritos pertenecieran a dos legiones y reprodujeron las maneras de hacer a las que estaban acostumbrados). Su eficacia quedó testada durante el asedio de las tropas musulmanas en el año 713, cuando los textos árabes narran que se intentó picar "el muro de argamasa" sin conseguir avanzar, abandonando los trabajos.

El muro se levanta mediante tongadas de 1,40 m como se observa en el tramo de la Alcazaba en el que resultan llamativas las diferencias claras entre las mismas, no solo por el color o tipos de piedra, también por la forma de colocarla, la cantidad de argamasa de cal empleada y la separación de las juntas (Figura 10). En otros tramos se procura mimetizar las tongadas, ejemplo, una vez más, de criterios variables.

A la construcción de las murallas Vitruvio dedica el cap. V del que tomamos algunas notas que vemos reflejadas en la Colonia. Después de haberse cerciorado de la idoneidad saludable del lugar "(…) *se procederá a echar los cimientos de las torres y murallas, lo que se hará de esta manera: se cavará hasta hallar terreno firme (…) pero dando a los cimientos un espesor mayor*

que el de las paredes que se alzarán sobre ellos, y se irá rellenando el hueco de una manera muy compacta y con piedra lo más dura posible".

Que el cimiento sea más ancho se cumple en Morería donde la piedra de la primera hilada es de gran tamaño y sobresale ligeramente respecto a la del paramento (Figura 8). En el tramo vecino de la Alcazaba, la muralla presenta una progresiva reducción en altura a costa de inclinar muy ligeramente el paramento interior, adquiriendo una cierta inclinación ataludada que no se repite en las partes restantes.

En suma, hay una unidad en el planteamiento, dentro de una llamativa heterogeneidad en la fábrica de tramos vecinos y, lo que es más sorprendente, en alzados del mismo paramento. Una diversidad compatible. Lo atribuimos a la gran extensión e identidad de la obra, en la que intervendrían numerosas cuadrillas, con diferentes maneras de trabajar y una mano de obra en su mayoría no cualificada (prisioneros de guerra convertidos en esclavos). Los paramentos requieren conocimiento para colocar la piedra pero los interiores son meros rellenos.

La construcción se hizo con piedra cuarcítica, de color parduzca a rojiza, y los gabros, anfibolitas y dioritas del subsuelo urbano de color predominantemente grisáceo, resultado de los desmontes para adecuar los solares y de la excavación del foso (Feijoo, 2000, p. 572). La ciudad crea canteras a cielo abierto de las que se han documentado dos en el cuartel de Artillería y una en la zona sur (colmatadas con escombros, basuras y hasta restos humanos). Por consiguiente, parte de la piedra utilizada en los paramentos tiene una procedencia local mientras que la cuarcita procedería de las pedreras del entorno que abundan en las laderas de las sierras como la de San Serván. Allí serían seleccionadas de acuerdo con su cara lisa y "retocadas", golpeadas con precisión por los canteros para darles la forma y el tamaño adecuado (mediano y pequeño, muy manejables) consiguiendo así una cierta regularidad de formas tendentes a un módulo de cara vista cuadrangular, rectangular y alargados como un ladrillo que se reconoce en otras obras públicas augusteas y en las primeras viviendas con zócalos de mampostería (unida con tierra que daban asiento al tapial). Se procura mantener hiladas horizontales para lo que es conveniente el concurso de piedras pequeñas para calzos y rellenar huecos. A veces la junta se remata con un encintado, solución que vemos de manera intermitente y a diferente altura a criterio de quien coloca la piedra. El resultado es una obra heterogénea si la observamos de cerca, con rastros de muchas manos participando en su construcción. Las diferencias pueden ser patentes en un mismo alzado (Figura 11). A cierta distancia la labor más o menos meticulosa o apresurada es inapreciable al ojo, uniformada por la mampostería multicolor.



Figura 11 – Aparejos diferentes (ambos augusteos) en la forma de trabajar la piedra y en la forma de colocarla. Prueba de diferentes manos y concepciones en la labor de un mismo lienzo (foto M. Alba).

Sobre su altura se puede hacer una estimación que tiene en cuenta la proporción, de tres veces su anchura. No se ha conservado en ningún punto, pero los árabes que la conocieron en pie nos dicen que se alzaba entre 6 y 8 m, teniendo en cuenta que la parte emergente y la oculta variarían según las zonas de la ciudad. En Morería conserva hasta 4 m de altura y nada hay más antiguo que la muralla, salvo el terreno natural. El interior de su fábrica no contiene cerámicas u otros materiales datables, ni está encima de estratos con artefactos, al igual que el tramo al que se adosa el Anfiteatro, es la estructura primigenia.

Como bien argumentan los técnicos del Museo Romano, Rafael Sabio y José María Murciano "*su verificación directa requeriría de un contexto material cerrado y determinante que, vinculado a las defensas de la zona, probara de algún modo su datación en el momento de la fundación de la colonia*" (Sabio & Murciano, 2018, p. 152). Puesto que, como advierten, resultaría extremadamente difícil (y poco fiable) encontrar materiales bajo la muralla o dentro de ella…

"*la atención del investigador ha terminado por dirigirse hacia la posible existencia de un foso vinculado a la cerca fundacional, cuya vaguada, ante su abandono y colmatación, sí sería más suceptible de ofrecer materiales claros relacionados con la datación* (…)".

5. LOS FOSOS

La existencia de un foso en la muralla fue planteada por primera vez por Santiago Feijoo para explicar el salto mediante un arco de porte monumental que posee el acueducto de Rabo de Buey en las inmediaciones de la muralla, del que sobresale un caño pétreo con forma de cabeza de león, todo lo cual le llevó a reflexionar sobre la existencia de un foso seco anegado a voluntad cuando obligase la necesidad (Feijoo, 2000). Por otra parte, Feijoo relacionó este elemento defensivo citado por Vitruvio en la fundación de ciudades con diversos profundos cortes que habían quedado sin interpretar en otras zonas aledañas y perimetrales a la muralla.

Vitruvio escribe que donde el terreno sea llano y el enemigo pueda llegar a atacar los muros "(…) *en ese caso se deben hacer primero fosos profundos y anchos*". Su finalidad era tanto para entorpecer a los atacantes e impedir la aproximación de torres de asalto y máquinas de guerra como por evitar que el enemigo excavara minas para descalzar la muralla o pasar por debajo de ella.

Los fosos de Mérida (pues, como documenta Feijoo, era doble) son profundos, excavados en el firme que es una roca de resistencia variable en la superficie, pero muy dura a medida que gana profundidad, por lo que no es apta para abrir minas. En este sentido Vitruvio refiere el caso de lo ocurrido en Marsella "(…) *estaba sitiada la ciudad y el enemigo había abierto galerías subterráneas en número de más de treinta, dirigidas contra ella. Los marselleses sospechándolo, dieron más profundidad al foso que circuía la muralla y de esa forma todas las galerías del enemigo tenían su desembocadura en el foso*" (lib. X, cap. XXII). Desde el Bajo Imperio Flavio Vegecio recuerda estos conocimientos para la defensa recomendando que "*las zanjas* [en plural] *sean anchas y profundas para que los sitiadores no puedan rellenarlas y cegarlas*" y evitar las galerías o minas "*haciendo las zanjas muy profundas y llenándolas de agua*" (lib. IV- cap. V). Estas galerías que Vegecio llama "conejeras" tienen el propósito de pasar por debajo de la muralla, como ya se ha dicho, o desplomarla socavando sus cimientos o quemando el entibado de apeo que montaban los zapadores para abrir así brechas (lib. IV. -cap. XXIIII).

Sobre este particular, Santiago Feijoo intervino en 2014 y 2015, durante dos campañas de los cursos de verano del Consorcio, en la zona extramuros muy próxima al Anfiteatro (indicado en fig. 3) documentando por primera vez dos cortes en "V" abiertos en la roca, de trayectoria paralela y diferentes medidas: el primero, a 5 m de separación de la muralla, de 3 m de anchura y 2 m de profundidad; el segundo mayor, pero del que únicamente se pudo conocer la primera línea de talud, confirmando una vez más esta defensa que ahora se revela doble como era habitual en los campamentos (a la espera de dar a conocer los resultados detallados en el informe de excavación). Este autor también ha podido intervenir en 2020 en el corte iniciado por José María Álvarez bajo el acueducto de Rabo de Buey (cercano al Anfiteatro) confirmando su hipótesis planteada dos décadas atrás. Por primera vez se publican cerámicas de la etapa augustea guardadas en los fondos del MNAR procedentes de la antigua excavación de este foso (Bustamante & Sabio, 2014).

En 2016 los técnicos del Museo, Rafael Sabio y José María Murciano acometen los trabajos arqueológicos inconclusos en el solar que acogerá la ampliación del Museo Nacional de Arte Romano, donde documentarán los fosos que surcaban en sentido transversal la ladera que culminaba la muralla determinando una mayor altura por este lado (5 m) que por el contrario de la contraescarpa (3 m), con medidas de 3 m de profundidad y 11 m de anchura, para el corte mayor, y el menor de unos 3 de ancho y 2 de profundidad, a casi 5 m de separación de la muralla y el grande casi al doble de distancia. Se registran detalles constructivos de gran interés como el enlucido intencionado de las escarpas que uniforma la superficie de la roca con una capa de arcilla compacta en un lado y envuelta con tosca machacada en el otro como medida defensiva adicional de efecto resbaladizo (Sabio & Murciano, 2018, p. 161 y 164). Los materiales más antiguos depositados en él son cerámicas desde el cambio de era al primer tercio del siglo I, junto con monedas de la ceca local fundacional, lo que demuestra su cronología augustea y abandono/ colmatación en la etapa julio claudia (Ibidem, p. 167).

Otros tramos de fosos se han documentado a la altura del colegio Giner de los Rios, dentro de sus instalaciones (Perez Maestro, 2005) y en otra área cercana a la anterior excavación en la que se pudo documentar completo (Figura 12), con 2,20 m de profundidad y 3,75 m de ancho, despejando las dudas sobre si no serían fosos medievales, pues aparecieron tumbas tardorromanas sobre el mismo, así como la interesante



Figura 12 – Foso augusteo de sección en "V" que defendía la muralla en la zona próxima al Anfiteatro (foto M. Alba).

relación física de estar cruzado (cortado) por el acueducto de Cornalvo (Alba, Sánchez, Sánchez & Sabio, 2014). En relación al acueducto, se ha vinculado con la inscripción AQVA AVGVSTA que certificaría su cronología fundacional (Álvarez, 2011, p. 169). Al respecto, se ha propuesto que la obra debió haber concluido en tiempos de Tiberio por los materiales hallados en relación a un tramo excavado cerca de Mérida (Chamizo, 2015, p. 364) lo que no es compartido por otros trabajos de excavación realizados en la misma conducción que se inclinan por defender su adscripción augustea (Palma, 2019, p. 710). Pero es patente que el foso es anterior a dicho acueducto. Por último, ha sido documentado por Sara Rodríguez en las intervenciones del cine M.ª Luisa y en un solar de la calle Augusto (zona del Calvario).

En conclusión la cava es fundacional como lo es la muralla a la que se antepone, pues son partes indisociables de la misma defensa con presencia probada en el tramo que había suscitado dudas. El foso augusteo invalida la posibilidad de la necrópolis en el área del Anfiteatro. En la zona hay suficiente espacio despejado para poder emprender nuevas excavaciones.

A favor de la hipótesis de Santiago Feijoo de que el foso no existiría en la fachada del rio pues ya contaría con natural defensa hay que decir que solucionaría la cuestión de cómo se compatibilizaba con la salida de las cloacas que vertían al Guadiana pues necesariamente lo cortarían. Con todo, mantenemos la duda de que el talud excavado en la roca en Morería (cerca de una de las puertas de la muralla) pertenezca al foso más próximo a la cerca.

Sumados la altura del muro y la profundidad de los fosos, la muralla debía presentar un aspecto imponente, inexpugnable. Sin embargo, en el siglo V sería asaltada la ciudad por estar soterrados los fosos (y perdida su memoria) y por las muchas puertas que la hicieron vulnerable, la mayoría sin torres para defenderlas.

6. LAS PUERTAS

Aclara Plutarco: "*¿Por qué consideran pura y sagrada toda muralla, pero tal consideración no afecta a las puertas? (…) Parece ser que Rómulo mató a su hermano porque intentó saltar por encima del lugar inviolable y sagrado convertido así en algo profano y posible de atravesar. En cambio, las puertas no pueden ser tenidas por sagradas porque por ellas, a parte de otras muchas cosas necesarias, se saca también a los muertos. Por eso quienes fundaban una ciudad delimitaban con un arado, al que habían uncido un toro y una vaca, el terreno que necesitaban para levantarla*" (Plutarco, Cuestiones romanas, nº 27).

De las puertas principales se ha identificado la del puente con la imagen de las acuñaciones fundacionales al corresponder con un doble vano (Álvarez, 2004, p. 164). La puerta de la Villa tenía otra morfología, al ser de gran vano central flanqueada por dos portillos y las torres a cada lado (Sánchez Barrero, 2005, p. 438). Las otras dos permanecen inéditas, con dudas a si se encontró la meridional (Hernández, 1998, p. 43).

Se pensaba que en tan gran recorrido murario era normal que hubiera algún portillo aliviando el tráfico de las cuatro puertas monumentales situadas en los extremos del *decumanus maximus* y del *cardo maximo*. Pero la excavación de Morería aportó un dato insólito: ahí donde una calle llegaba a la muralla, existía una puerta de diferente ancho para cruzarla (se documentaron cuatro). Siguiendo esta cadencia, excavamos en el recinto de la Alcazaba el lugar que correspondería a la puerta con resultados positivos (Figura 13). Esta entrada accesible a un carro es la mejor conservada hasta el presente, con 3,10 m de anchura y unos 3,5 m de altura (restituida) estaba coronada por un arco de medio punto de ladrillo, aunque con el paso del tiempo sucesivas obras de recrecimiento del nivel de tránsito de la calle acortaron su alzado. Las puertas secundarias cuentan con paragolpes de bloques de granito en las jambas y, como se ha dicho, ladrillos para las dovelas (Figura 14).

El hecho de tener tantas puertas cuestiona la efectividad de la cerca para la defensa por lo que da pie a pensar en murallas de tipo propagandístico, de representación y prestigio; sin embargo, el foso apunta a lo contrario. ¿Cómo conciliar estas circunstancias? Si se valora con una perspectiva diacrónica, puede entenderse. Por ritualidad es preciso levantar en primer lugar



Figura 13 – Puerta secundaria, en este caso progresivamente acortada en altura (foto M. Alba).



Figura 14 – Jamba de una de las cuatro puertas menores conservadas en Morería. Como paragolpes, en la base llevan una pieza de granito sobresaliente, lateral de mampostería y remate en arco de medio punto con dovelas de ladrillo (foto M. Alba).

las murallas, pero estas se convierten en un obstáculo para el trasiego de todo lo necesario que debe entrar (materiales) o salir (como los rebajes de terreno y desmontes) para construir la ciudad. Puesto que no se trata de un campamento militar y se está en un territorio fuera de peligro, el sentido práctico se impone para dejar aberturas, como accesos provisionales, tantas como sean los puntos del *pomerium* de los que parta una calle (y algunas más donde no se vayan a edificar casas) para, concluidas las obras, clausurarlas y dejar las imprescindibles que, sin comprometer la defensa, den acceso complementario a las puertas principales. Tal vez, estos puntos habrían servido para, mediante escaleras de fábrica, tener acceso a la parte alta de la muralla, pero se habrían sacrificado a favor de la comodidad de los ciudadanos, convirtiéndolas en puertas definitivas.

Utilizamos los términos "augusteo" y "fundacional" como equivalentes, con un punto de partida que comienza con el *sulcus primigenius* y le suceden varios años para ejecutar una obra ingente de excavación y construcción de la defensa. La duración de los trabajos hasta concluirla no depende únicamente de la cantidad de mano de obra y el dinero invertido. Debió prolongarse a varios años alternada con paréntesis de suspensión de obras a la espera de retomar los trabajos cuando se hubieran resuelto otros pendientes en el interior de la ciudad. Hubieron de transcurrir varias décadas para levantar toda una ciudad, abordando una correlación de obras públicas, según prioridades y oportunidades (como lo fueron el Teatro y el Anfiteatro) de acuerdo con una planificación y proyección de futuro. Un proyecto que en su realización está abierto a introducir cambios inicialmente imprevistos, como pasó con los accesos de obra que se convirtieron en puertas y portillos. Para ello es posible que se levantara la muralla por fases, hasta cierta altura (tal vez algún día haya tecnología para medir el tiempo de la interfaz) y se dejaran las aberturas a la espera de dar salida las cloacas proyectadas. Entre tanto, eran puertas provisionales y, acostumbrados a ellas después de tanto tiempo, pasaron a ser definitivas. La prueba de esta decisión *a posteriori* es que no se programaron torres para defender estas puertas secundarias. Una deficiencia que hubo que solventar en el bajo Imperio con el añadido de ellas en aquellos vanos que se consideraron más importantes.

7. LAS TORRES

"*Las torres deberán proyectarse de manera que sobresalgan de los muros, a fin de que, si alguna vez los enemigos quisieran acercarse a ellos para asaltarlos, se vean atacados con ímpetu por la derecha y por la izquierda (…). Sobre todo deberá cuidarse mucho de dificultar todo lo posible los asaltos enemigos mediante lo arduo del acceso a las murallas, rodeándolas de fosos (…)*". Y más adelante aconseja "*Las distancias entre las torres se han de fijar de manera que no estén separadas la una de la otra más de un tiro de flecha, con el fin de que si una de ellas fuera atacada por el enemigo, este pueda ser rechazado por las torres que*

estén a la derecha e izquierda, mediante escorpiones y catapultas y toda clase de armas arrojadizas". (…) han de construirse en forma circular o poligonal, pues las cuadradas son fácilmente destruidas por las máquinas, porque los arietes, con sus golpes, rompen fácilmente sus ángulos; en cambio, en las de forma redonda, las piedras labradas como cuñas, resisten mejor los golpes, que no hacen otra cosa que apretarlas hacia el centro cada vez más" (Vitruvio, lib. I, cap. V).

La forma de las torres emeritenses siguen la recomendación de Vitruvio, en la misma idea que los tajamares redondeados en las pilas del puente augusteo se defienden de la fuerza del Guadiana.

Tan solo contamos con dos vestigios de torres semicirculares visibles en el tramo cercano y contiguo al Anfiteatro, así como también tienen esta planta las torres que defendían las puertas principales del puente (Álvarez, 2006) y la de la Villa (Sánchez Barrero, 2005), emplazadas respectivamente en los extremos del *decumanus maximus* y del final de la calle Santa Eulalia. En este último lugar, una de las torres de flanqueo a la puerta ha sido recuperada en su totalidad y está pendiente de ser integrada en la pequeña plaza, junto con un paño de la muralla con su refuerzo tardío de sillares (Chamizo, 2019).

Se conocen otros ejemplos de torres redondeadas en la calle José Ramón Mélida y en la calle Anas (Hernández, 1998, p. 40 y 53). Caso diferente son las torres cuadrangulares que se adosan al lienzo. Estas pertenecen al Bajo Imperio, cuando se añaden algunas torres situadas junto a algunas puertas relevantes del perímetro defensivo. Aunque están construidas con mampostería y argamasa de cal semejante a la factura de las fundacionales, en su fábrica reutilizan materiales y se arriman al paramento augusteo. Es el caso de la torre de Morería (Figura 15) que defendía la puerta de 4 m que daba acceso a la calle que conducía a las traseras del llamado Foro Provincial, casi coincidente con la actual calle Almendralejo y el de la torre hallada por Gilberto Sánchez en la calle Hernán Cortes (hoy integrada dentro de una farmacia). Hay otras torres parecidas pero no iguales por ser huecas y altoimperiales, como las dos existentes cerca del Anfiteatro y en el colegio Giner de los Ríos, que requerirían un estudio especifico. La primera ha sido interpretada como un "*acceso a la cavea media y suma* [del Anfiteatro] *desde el exterior del recinto y, probablemente, desde el espacio extramuros*" (Mateos, 2018, p. 18). Se trata de un acceso, en efecto, pero únicamente al adarve de la muralla y cerrado al exterior (por eso no existe una vía

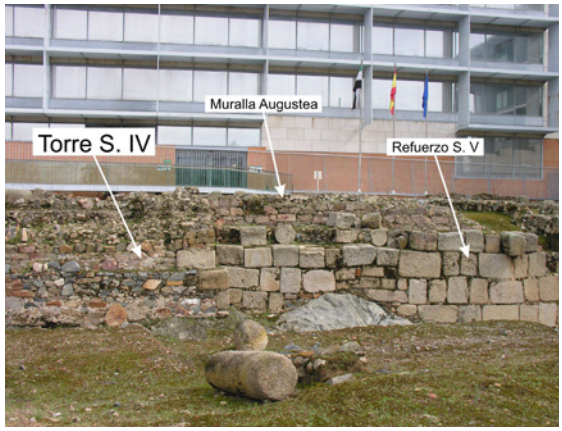


Figura 15 – Torre rectangular bajoimperial adosada al lienzo augusteo (foto M. Alba).

pavimentada -por dentro y por fuera-). La solución ciega uno de esos huecos provisionales dejados durante las obras referidas más arriba. Esta clausura se habría repetido cada 82 m (distancia entre las calles) de no haber optado por los portillos.

Durante el periodo tetrártico se construyen poderosos amurallamientos en ciudades asociadas al acopio de la *annona militaris* como Astorga, León, Gijón, Braga, Lugo, etc (Fernández Ochoa; Morillo & Salido, 2011). Sin embargo, Mérida ya contaba con formidables murallas que no necesitan rehacer, solo restaurar y mejorar. Son estos indicios puntuales las evidencias arqueológicas de esa época y no el refuerzo de sillares que se acometerá en el siglo V, utilizando como cantera todos los edificios públicos forenses y de espectáculos, sumados a los bloques conseguidos del desmantelamiento de las áreas funerarias (Alba, 1998, p. 200). En la etapa tetrártica, las áreas funerarias paganas nunca se habrían desmontado como tampoco la arquitectura pública que, antes al contrario, se mantiene y engrandece.

En el siglo IV, igual que se restauran todos los edificios de espectáculos, también se hacen refracciones en la muralla. Se adereza el paramento exterior (el interior había quedado inaccesible por las viviendas que se adosaban a él), afectado por el paso de los siglos, con recalzos de hiladas de ladrillo en su basamento, según se observa en Morería, y rellenos de algunos desconchones con argamasa de cal, piedras y tacos de ladrillo, como se observa en el tramo conservado dentro de la Alcazaba (fig. 10, indicado con círculos). Hubo restauraciones y mejoras como fue la de introducir unas torres que no existían en puertas especialmente concurridas.

8. CONCLUSIONES

Las primeras acuñaciones monetales de la colonia plasman el ritual para marcar el *pomerium* con los bueyes y el arado al modo de los pasos seguidos para la fundación mítica de la metrópolis. Mérida, más que el calificativo que se le ha dado de "una segunda Roma", sería como una parte de ella en la distancia, por decisión y magnificencia de Augusto. El surco del arado y la tierra que queda a un lado reproducen la idea emparejada del foso y el *vallum*. Una muralla que, disintiendo de la opinión de la mayoría de los autores, no es solo de prestigio y mera representación. Se plantea como defensa preventiva siguiendo los preceptos poliorcéticos para hacerla efectiva y mostrar fortaleza: un trazado siguiendo los puntos altos del terreno, un grosor sobresaliente (que supera al promedio de las murallas medievales levantadas en contextos bélicos), la protección de sus puertas principales con torres semicirculares, además de situar otras torres en los paños donde el trazado sea más vulnerable por causa de la topografía, y, según los últimos datos arqueológicos, complementada por una doble línea de fosos.

El tramo que se cuestiona como augusteo es donde el terreno exterior era de pendiente más suave, de modo que la defensa se concibe para que muestre mayor fortaleza, con torres, dos fosos y un paramento de grandes piedras que daban un aspecto más acorazado que el resto.

Las murallas emeritenses siempre llevaron aparejado un fuerte simbolismo a su preceptivo sentido defensivo, que mutó con los tiempos, adaptándose a las necesidades que imponían las coyunturas históricas y las mentalidades cambiantes de cada tiempo (Alba, 2014). Desde que fueron erigidas con amplio recorrido en época augustea, manifestaron el poder militar, el estatus de la Colonia y la imagen de una nueva Roma en Lusitania. Un símbolo que todavía sigue siendo el emblema que representa a la ciudad de Mérida.

Si el siglo V, el refuerzo de la muralla quiere ser émula de "la Ciudad de Dios", en el siglo IX se le despoja de sus sillares para edificar la Alcazaba y es destruida la puerta del puente, su símbolo urbano, pese a lo cual la muralla augustea se estimará lo suficientemente segura como para promover nuevas insurgencias que marcarán el detino de la ciudad.

BIBLIOGRAFÍA

ACERO, Jesús (2018) – *La gestión de los residuos en Augusta Emerita*. Anejos de AespA LXXXII, Instituto de arqueología de Mérida.

ALBA, Miguel (1997) – Ocupación diacrónica del Área arqueológica de Morería (Mérida)". *Excavaciones Arqueológicas en Mérida 1994-1995*, *Memoria nº 1*. Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp. 285-316.

ALBA, Miguel (1998) – Consideraciones arqueológicas en torno al siglo V en Mérida: repercusión en las viviendas y en la muralla. *Excavaciones Arqueológicas en Mérida 1996*, *Memoria 2*. Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp. 361-385.

ALBA, Miguel (2001) – Características del viario urbano de Emerita entre los siglos I y VIII. *Excavaciones arqueológicas en Mérida 1999, Memoria 5*. Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp 397-423.

ALBA, Miguel; Feijoo, Santiago (2001) – Cerámica emiral de Mérida. *Garb. Sitios islámicos del sur peninsular*. Instituto Portugués del Patrimonio Arquitectónico y Junta de Extremadura, pp. 328-375.

ALBA, Miguel (2002) – Datos para la reconstrucción del paisaje urbano de *Emerita*: las calles porticadas desde la etapa romana a la visigoda. *Excavaciones arqueológicas en Mérida 2000, Memoria 6*. Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp. 371-396.

ALBA, Miguel (2011) – La industria artesana en Augusta Emérita. Actas Congreso Internacional *1910-2010, El Yacimiento emeritense*. Badajoz, pp. 345-367.

ALBA, Miguel; SÁNCHEZ, Gilberto; SÁNCHEZ, Pedro Dámaso; SABIO, Rafael (2014) – Sobre la muralla augustea de Emerita (defendida por un foso). Actas XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica. *Centro y periferia en el mundo clásico*, Vol. 2 Museo Nacional de Arte Romano. Mérida, pp. 1731-1736.

ALBA, Miguel; SÁNCHEZ, Pedro Dámaso; SÁNCHEZ, Gilberto (2014) – Augusta Emerita: Avances arqueológicos para su caracterización en el Alto Imperio. *Ciudades Romanas de Extremadura*. Stvdia Lusitana, nº 8. MNAR, Mérida, pp 85-112.

ALBA, Miguel, (2018 a) – AVGVSTA EMERITA, una puerta en Lusitania para suministro del ejército. *Stvdia Lusitania*, n.º 11. MNAR, Mérida, pp. 113-148.

ALBA, Miguel (2018 b) – Secuencias en la transformación de Augusta Emerita (siglos I-IX). Tres concepciones distintas de ser ciudad. *Entre civitas y madina. El mundo de las ciudades en la Península Ibérica y en el norte de África (siglos IV-IX)*, Collection de la Casa Velázquez, nº 164. Madrid, pp. 51-74.

ALBA, Miguel; BEJARANO, Ana; MÉNDEZ, Guadalupe (2022) – Resultado de las excavaciones en el *antiguo cuartel de la Guardia Civil*. *Excavaciones Arqueológicas en Mérida 2012-2014*,

Memoria nº 14. Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp. 43-101.

ALMAGRO, Martín (1979) – La topografía de Augusta Emerita. VI congreso de Estudios Extremeños, Arqueología. Ministerio de Cultura. Mérida, pp. 115-134.

ALMAGRO, Martín (1983) – *Mérida, guía de la ciudad y de sus monumentos*. Mérida. Décima edición, corregida y aumentada con los últimos hallazgos. Valencia.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (1981) – El puente y el urbanismo de augusta Emerita. Tesis doctoral. Mérida – Madrid.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2004) – Aspectos del urbanismo de Augusta Emerita. *Augusta Emerita, territorios, imágenes y gentes en la Lusitania romana*. Monografías emeritenses 8. MNAR, pp 129-169.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2006) – Los accesos al recinto de la colonia Augusta Emerita. La Puerta del Puente. Puertas de ciudades. Tipo arquitectónico y forma artística. Mainz & Rhein, pp. 221-251.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2007) – Consideraciones acerca del recinto amurallado emeritense. *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio*. Lucus Augusti *como paradigma*. *Lugo,* pp. 651-667.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2011) – Obras públicas e infraestructuras en la colonia Augusta Emerita. Actas congreso internacional *1910 – 2010. El yacimiento emeritense*. Badajoz, pp. 145-171.

ÁLVAREZ SÁENZ de BURUAGA, José (1976) – La fundación de Mérida. Actas del *Bimilenario de Mérida*. Madrid, pp. 19-32.

ARCE, Javier (2004) – Introducción histórica. *Las capitales provinciales de Hispania. Mérida Colonia Augusta Emerita*. Vol. 2 "L´Erma" di Brestschneider. Roma, pp. 7-13.

AYERBE, Rocio; BARRIENTOS, Teresa; PALMA, Félix (2009) – *El Foro de Augusta Emerita Génesis y evolución de sus recintos monumentales*. ANEJOS de AEspA LIII; Instituto de Arqueología. Mérida.

AYERVE, Rocio; PEÑA, Antonio (2018) – El Teatro y Anfiteatro de Augusta Emerita. Aspectos arqueológicos, cronológicos y urbanísticos. *La SCAENAE FRONS del Teatro Romano de Mérida*. Anejos de AEspA LXXXVI, Mérida, pp. 259-289.

BARRIENTOS, Teresa; ARROYO, Isidoro; MARÍN, Berta (2007) – Proyecto de renovación del sistema de gestión de datos arqueológicos del Consorcio. El SIG de patrimonio emeritense. *Excavaciones Arqueológicas en Mérida 2004, Memoria 10*. Consorcio de Mérida, pp. 551-575.

BALIL, Alberto (1971) – Casa y urbanismo en la España Antigua. Boletín del seminario de Arte y Arqueología de Valladolid, n.º XXXVII, pp. 62-72.

BARBUDO, Francisco (2006) – *Mérida, su desarrollo urbanístico*. Desde los planos de alineaciones al plan especial del conjunto histórico-arqueológico. Asamblea de Extremadura. Badajoz.

BEJARANO, Ana (2007) – Una domus extramuros en los límites de la ciudad: nuevos aspectos de la urbanística y el trazado de la muralla de Augusta Emerita en la zona nororiental. *Merida Excavaciones Arqueológicas 2004, Memoria 10*. Consorcio de Mérida, pp. 233-256.

BENDALA, Manuel y DURÁN, Rosalía (1995) – El Anfiteatro de Augusta Emerita: rasgos arquitectónicos y problemática urbanística y cronológica. *Bimilenario del Anfiteatro Romano de Mérida. El Anfiteatro en la Hispania Romana*, pp. 247-264.

BERROCAL RANGEL, Luis (1987) – La urbanística de Augusta Emerita (I). *Revista de Arqueología* nº 71. Madrid, pp. 35-45.

BLÁZQUEZ, José María (1975) – *La romanización*. Vol II, Madrid.

BUSTAMANTE, Macarena (2013) – El trabajo artesanal en Augusta Emerita durante los ss I- IV d. C. Zephyrus, LXXII. Universidad de Salamanca, pp. 113-138.

BUSTAMANTE, Macarena; SABIO, Rafael (2014) – Fragmentos de bandeja cuadrada en Campaniense C localizados en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). Ex Officina Hispana, n.º 5, pp. 14-16.

CABALLERO RODRÍGUEZ, José (2004) – *Alejandro Laborde y Mérida. Pequeña historia de grandes grabados*. Artes gráficas Rejas, Mérida.

CANTO, Alicia (2017) – Treinta años de reflexiones sobre la Emerita cesariana. *Lusitania romana, del pasado al presente de la investigación*. IX Mesa Redonda Internacional de Lusitania. MNAR, Mérida, pp. 341-391.

CALERO CARRETERO, José Ángel (1986) – *La muralla romana de Augusta Emerita: estudio, contexto histórico y arqueológico*. Tesina, Universidad de Extremadura, Cáceres.

CALERO CARRETERO, José Ángel (1992) – La muralla de Augusta Emerita: apuntes para una bibliografía crítica de los estudios sobre el recinto. Revista de Estudios Extremeños. LIX, 1. Badajoz, pp. 259-275.

CALERO, José Angel (1995) – La planta del Anfiteatro de Augusta Emerita. Bimilenario del Anfiteatro Romano de Mérida. *El Anfiteatro en la Hispania Romana*, pp. 301-310.

CHAMIZO DE CASTRO, Juan José (2015) – La conducción romana de Cornalvo en Augusta Emerita, nuevos datos cronológicos y constructivos. *Merida Excavaciones Arqueológicas 2005, Memoria 11*. Mérida, pp. 327-367.

CHAMIZO DE CASTRO, Juan José (2019) – Nuevos datos de la Puerta de la Villa: diacronía del acceso oriental de Augusta Emerita. *Merida Excav. Arqueol 2009- 2011, Memoria 13* (Vol I). Mérida, pp. 155-170.

DE LA BARRERA, José Luis (2014) – Augusto y su ideario político. *Augusto y Emerita*. MNAR. Mérida, pp. 45-62.

FABIÃO, Carlos (2014) – La creación de la provincia romana de Lusitania. *Augusto y Emerita*. MNAR. Mérida, pp. 63-77.

FEIJOO, Santiago (2000) – Generación y transformación del espacio urbano romano de Augusta Emerita al exterior de la muralla. *Mérida Excavaciones Arqueológicas en Mérida* 1998, *Memoria 4. Mérida,* pp. 571-581.

FEIJOO, Santiago (2002) – Aspectos sobre las obras públicas romanas de Augusta Emerita. I Congreso de *Obras Públicas Romanas en Hispania*. Mérida, pp. 11-22.

FEIJOO, Santiago y ALBA, Miguel (2008) – Consideraciones sobre la fundación de Avgusta Emerita. *Congreso Nacional de ingeniería romana*. Lugo Guitiriz, Colegio de Ingenieros Técnicos de Obras Públicas, pp. 97-124.

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO, Ángel, SALIDO, J. (2011) – Ciudades amuralladas y annona militaris durante el Bajo Imperio: una cuestión a debate. *Horrea D'Hispanie et de la Méditerraneé Romaine*. Colección de la Casa de Velázquez, n.º 125. Madrid, 2011, pp. 265-286.

GARCÍA BELLIDO, Antonio (1968) – *El urbanismo en España. La edad Antigua*. Madrid.

GARCÍA SANDOVAL, Eugenio, (1966) – *Informes sobre las casas romanas de Mérida y excavaciones en la Casa del Anfiteatro*. Excavaciones Arqueológicas en España, n.º 49, Madrid.

GIL FARRÉS, Octavio (1946) – ¿Cúal fue la extensión de la Mérida romana? *Archivo Español de Arqueología* 65. Madrid, pp. 361-363.

GORGES, Jean-Gérard y RODRÍGUEZ MARTíN, Fº German (2011) – "Le territorie Antique de Mérida: Un état de la question du territorium emeritense".Actas Congreso Internacional *1910-2010, El Yacimiento emeritense*. Badajoz, pp. 267-290.

HAYYAN – *Almuqtabis II-1, Crónica de los emires Alhakam I y Abderraman II entre los años 796-847*. Traducción de Makki y Corriente, Serie Estudios Islámcos, Zaragoza, 2001.

HERNÁNDEZ RAMÍREZ, Julián, (1998) – *Augusta Emerita. Estructura urbana*. Colección arte/ arqueología. Badajoz.

JIMÉNEZ, Alfonso (1976) – Problemas de los acueductos emeritenses. *Habis* nº 7, Sevilla, 1976, p. 276.

MACÍAS, Maximiliano, (1929) – *Mérida Monumental y Artística*. Barcelona

MARCOS POUS, Alejandro (1961) – Dos tumbas emeritenses de incineración. Archivo español de Arqueología, n.º 34. Madrid, pp. 90-103.

MARQUEZ, Juana (2000) – "Aportaciones al estudio del mundo funerario". *Mérida Excavaciones Arqueológicas en Mérida* 1998, *Memoria 4. Mérida,* pp. 525-547.

MARQUEZ, Juana (2010) – Los suburbios de Augusta Emerita en perspectiva diacrónica. Las áreas suburbanas en la ciudad histórica. Topografía, usos, función. Monografías de Arqueología Cordobesa n.º 18. Córdoba. pp. 135-152.

MATEOS, Pedro y MÁRQUEZ, Juana (1999) – Nuevas estructuras urbanas relacionadas con el Teatro romano de Mérida: El pórtico de acceso. *Excavaciones Arqueológicas en Mérida 1997, Memoria 3*. Mérida, pp. 301-320.

MATEOS CRUZ, Pedro (2004) – Topografía y evolución urbana. *Las capitales provinciales de Hispania. Mérida Colonia Augusta Emerita*. Vol. 2 "L´Erma" di Brestschneider. Roma, pp. 27-39.

MATEOS CRUZ, Pedro (2007) – *El "Foro Provincial" de Augusta Emerita: un conjunto monumental de culto imperial*. Anejos de AEspA XLII , Madrid.

MATEOS CRUZ, Pedro (2011) – Topografía y urbanismo en Augusta Emerita. Actas congreso internacional *1910 – 2010. El yacimiento emeritense. Badajoz*, pp. 127-144.

MATEOS, Pedro; PIZZO, Antonio (2018) – El Teatro y Anfiteatro de Augusta Emerita. Aspectos arqueológicos, cronológicos y urbanísticos". *La SCAENAE FRONS del Teatro Romano de Mérida*. Anejos de AEspA LXXXVI, Mérida, pp.13-38.

MÉLIDA, José Ramón (1921) – *El Anfiteatro y el Circo romano de Mérida. Memoria de las excavaciones arqueológicas en 1919 y 1920*. Madrid.

MÉLIDA, José Ramón (1925) – *Catálogo monumental de España: Provincia de Badajoz 1907-1910*. Madrid.

MORÁN SÁNCHEZ, Carlos J. (2015) – Fernando Rodríguez, dibujos de arquitectura y antigüedades romanas. AEspA LXXIII. Instituto Arqueología de Mérida.

MORENO de VARGAS, Bernabé (1633) – *Historia de la ciudad de Mérida*. Edición del Patronato de la biblioteca Municipal y Casa de la Cultura (reedición de 1987), Mérida.

NOGALES BASARRATE, Trinidad; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2014) – Colonia Augusta Emerita. Creación de una ciudad en tiempos de Augusto. Stud. Hist. Antig. n.º 32. Universidad de Salamanca, pp. 209-247.

NOGALES, Trinidad (2021) – Colonia Augusta Emerita. Ciudades romanas de Hispania. Hispania Antigua, Serie Arqueológica 13.L'ERMA di BRETSCHNEIDER, Roma, pp. 33-61.

NOVOA PÉREZ, José Manuel (2021) – *El manuscrito perdido de la Historia de la Ciudad de Mérida*. Ayuntamiento de Mérida.

PALMA, Félix (2004) – La muralla romana: ampliaciones a su conocimiento y un debate cronológico. *Excav. Arqueológicas en Mérida 2001, Memoria 7*, pp. 35-53.

PALMA, Félix (2018) – La fundación de Augusta Emerita. Mérida, los inicios de una fascinante historia. *Historia de Mérida*, Tomo I,

De los antecedentes de Augusta Emerita al fin del medievo. Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp. 311-353.

PÉREZ MAESTRO, Carmen (2005) – Nuevas aportaciones para el conocimiento de las secuencia ocupacional del área periurbana de Mérida. Intervención arqueológica en el colegio de Giner de los Ríos, Barriada República Argentina. *Excavaciones Arqueológicas en Mérida 2002, Memoria 8*. Mérida, pp. 227-245.

PIZZO, Antonio (2010) – *Las técnicas constructivas de la arquitectura pública de Augusta Emerita*. Anejos de AespA LVI, Mérida.

PIZZO, Antonio (2011) – Las canteras de granito de Augusta Emerita. Actas congreso internacional *1910 – 2010. El yacimiento emeritense*. *Badajoz*, pp. 365-389.

PLUTARCO, *Cuestiones romanas*, nº 27. Editorial Gredos, Madrid.

RICHMOND, Ian Archivald (1930) – The first years of Augusta Emerita. *Archaeological Journal* 87, pp. 99-116.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2004) – El paisaje urbano de augusta Emerita: reflexiones en torno al Guadiana y las puertas de acceso a la ciudad. Revista Portuguesa de Arqueología, vol. 7, nº 2, pp. 365-405.

RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2010) – Reflexiones en torno a la elección del solar para la ubicación de Augusta Emerita: diacronía en la vertebración del territorio. Origen de la Lusitania Romana (siglos I a C. -I d C.).Tolouse – Mérida, pp. 117-140.

SABIO, Rafael; MURCIANO, José María (2018) – El foso fundacional de la colonia Augusta Emerita. Stvdia Lusitania, n.º 11; MNAR. Mérida, 2018, págs. 149-172.

SABIO, Rafael (2020) – El Anfiteatro de Mérida y su reocupación desde la Antigüedad Tardía. *Reciclando Emerita*. Cuadernos Emeritenses n.º 47, MNAR,. Mérida, pp. 127-143.

SÁNCHEZ BARRERO, Pedro Dámaso (2005) – Seguimiento en la Puerta de la Villa. *Merida Excavavaciones Arqueológicas 2002, Memoria 8*, pp. 433-440.

SÁNCHEZ BARRERO, Pedro Dámaso (2017) – Nuevos detalles sobre la muralla fundacional de Augusta Emerita y su refuerzo tardío. *Merida Excav. Arqueol. 2006- 2008, Memoria 12* (vol I), pp. 33-44.

SAQUETE, José Carlos (2010) – "La génesis de Lusitania y los intereses económicos del Emperador". *Origen de la Lusitania Romana (siglos I a C. -I d C.)*.Tolouse – Mérida, pp. 392-403.

SAQUETE, José Carlos (2011) – Aspectos políticos, estratégicos y económicos en la fundación de Augusta Emerita. Actas del congreso Internacional *1910-2010. El yacimiento emeritense*. Badajoz, 111-124.

SAQUETE, José Carlos (2014) – Augusto y su ideario político. *Augusto y Emerita*, MNAR. Mérida, 21-30.

SOS BAYNAT, Vicente (1965) – "Geología de las inmediaciones de Mérida (Badajoz)". Boletín del Instituto Geológico y Minero de España, Tomo LXXV. Madrid, pp. 215-311.

STYLOW, Armin; VENTURA, Ángel (2009) – "Los hallazgos epigráficos". *El Foro de Augusta Emerita Génesis y evolución de sus recintos monumentales*. ANEJOS de AEspA LIII; Instituto de Arqueología y Archivo Español de Arqueología. Mérida, pp. 453-523.

TRILLMICH, Walter (2018) – Los orígenes de la Colonia Augusta Emerita a través de las monedas. Studia Lusitania, n.º 11; MNAR. Mérida, pp. 85-111.

VELÁZQUEZ, Agustín (2011) – *Repertorio de bibliografía arqueológica emeritense III. Emerita* 2010. 100 años de excavaciones arqueológicas. Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida. Mérida.

VEGECIO, Flavio (s. IV) – *Compendio de Técnica Militar*. Edición de David Paniagua publicada en 2010. Cátedra, Letras Universales nº 338, Madrid.

VENTURA, Ángel (2009) – Fasti duovirales Coloniae Augustae Emeritae: Reflexiones sobre la concepción, gestación y nacimiento de la ciudad de Mérida. Zeitschrift für papyrologie und epigraphik. Bonn, pp. 215-246.

VITRUVIO (s. I) – *Los diez libros de Arquitectura*. Traducción de Agustín Blánquez, edición 1991. Editorial Iberia, Barcelona.

TROIA E A OCUPAÇÃO TARDO-ANTIGA NO BAIXO VALE DO SADO

Ana Patrícia Magalhães

CECH – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra / Investigadora FCT (SFRH/BD/145422/2019) / a.patriciamagalhaes@gmail.com

Resumo

O centro de produção de preparados piscícolas do Baixo Vale do Sado foi um dos maiores do Império Romano, exportando e recebendo mercadorias com grande dinamismo entre o século I e o século V d. C. O colapso da produção de salgas verifica-se a partir do segundo quartel do séc. V d. C., mas o estudo da cerâmica das escavações realizadas no séc. XX revela a existência, ainda que esparsa, de peças de importação mais tardia, cuja datação pode atingir o séc. VII d.C.

O sucesso e a longevidade deste centro produtor terão sido determinados pela complementaridade económica vivida entre as duas margens, com olarias, fábricas, salinas e portos de pesca, essenciais para o negócio das salgas e molhos de peixe.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia, Lusitânia, Troia, Baixo Vale do Sado, Preparados Piscícolas, Comércio.

Abstract

The fish salting production centre of the Low Sado Valley was one of the largest of the Roman Empire, importing and exporting merchandise with a strong dynamism between the 1st and the 5th century. The collapse of the fish salting production is recognised from the 2nd quarter of the 5th century, but the ceramic study from the excavations of the 20th century reveals the existence, even if infrequent, of late imported vessels that might reach the 7th century.

The progress and longevity of this production centre came out from the economic complementarity that existed between the two margins, with pottery kilns, fish salting workshops, salt marshes and fishing harbours, decisive for the salted fish and fish sauces business.

Keywords: Late Antiquity, Lusitania, Troia, Lower Sado River Valley, Fish-salting, Trade.

1. INTRODUÇÃO

O rio Sado e a sua biodiversidade constituíram o cenário geográfico ideal para a ocupação romana das suas margens, que aproveitou os recursos naturais aí existentes, numa rede de povoamento complementar, formada por cidades e pequenos núcleos dependentes com atividades diversificadas, com destaque para a produção de ânforas e de preparados piscícolas, direta ou indiretamente associadas (Figura 1).

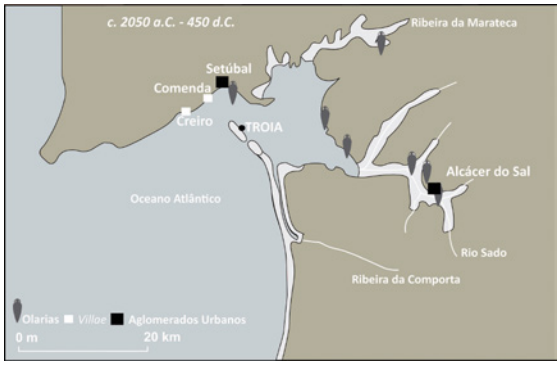


Figura 1 – O estuário do Sado em época romana (adaptado de Soares & Tavares da Silva, 2018, p. 15, fig. 6).

Troia foi o expoente máximo da produção de preparados piscícolas no Baixo Vale do Sado, com 25 oficinas de salga publicadas e outras por caracterizar, perfazendo 1429 m^3 de capacidade de produção, que lhe confere o estatuto de maior centro de produção de preparados de peixe conhecido até ao momento no Império Romano (Pinto, Magalhães & Brum, 2014, p. 150, fig. 11). Para além dos edifícios de tipologia "industrial" foram ainda descobertas termas, uma área residencial, basílica e várias necrópoles, característicos de um aglomerado que alcançou carácter urbano (Étienne, Makaroun & Mayet, 1994).

Alcácer do Sal, *Salacia*, a capital da *civitas*, seria o principal porto a ocidente de Cádis (Alarcão, 2011), mas os dados conhecidos indicam o seu declínio no Baixo-Império (Viegas, 2014 e Pimenta, Sepúlveda & Ferreira, 2015), quando é aparentemente substituída por Setúbal, *Caetobriga*, na embocadura do Sado, e que poderá ter constituído uma cidade polinucleada, associada a Troia, onde se centralizaria o polo industrial (Soares & Tavares da Silva, 2018, p. 15-16).

Na margem direita do rio Sado existe ainda um conjunto de olarias (Mayet, Schmitt & Tavares da Silva, 1996; Mayet & Tavares da Silva, 1998) e de *villae*, com fábrica de salga, ou com *pars rustica* (Faria, 2002), que complementam a leitura deste território. Para além dos sítios arqueológicos conhecidos haverá outros por descobrir, assim como um conjunto de salinas, muito provavelmente nos mesmo locais das que eram usadas no século XIX e na primeira metade do séc. XX, e que seriam indispensáveis às atividades subsidiárias da prática haliêutica.

2. CONTEXTOS TARDIOS DE TROIA

O faseamento do Complexo Industrial corresponde ainda, de grosso modo, à interpretação de R. Étienne, Y Makaroun e F. Mayet, que estabeleceram três fases de ocupação/atividade de produção. A terceira e última fase foi integrada entre os séc. IV e V d.C. (1994) e, como veremos adiante, tem vindo a ser afinada e sistematiza pelos contextos recentemente escavados em Troia (Pinto, Magalhães & Brum, 2016; Magalhães, Pinto & Brum, 2020).

O Projeto de Valorização que a empresa Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A. tem desenvolvido sob a direção de Inês Vaz Pinto desde 2006 reativou as intervenções arqueológicas no sítio, possibilitando um conhecimento cada vez mais completo e abrangente do complexo industrial romano de Troia (Figura 2).

Algumas paredes mais grosseiras sobre áreas de produção já abandonadas, nomeadamente na Oficina 2, confirmam a sua reutilização posterior, e evidenciam outra(s) fase(s), pós-produção de salgas de peixe, pelo menos numa ótica de exportação em larga escala (Pinto, Magalhães & Brum, 2014; Pinto, Magalhães & Brum, 2016: 326-327).

Apresentam-se os contextos tardios escavados pela equipa de arqueologia da Troiaresort, e na qual a autora se integra, que sejam mais relevantes para a caracterização dos derradeiros momentos de ocupação de Troia. Pontualmente, será referido um contexto das escavações luso-francesas e outro das campanhas sob a direção de M. Heleno, passíveis de enquadramento e que rematam a interpretação arqueológica dessas áreas.

2.1. O aglomerado urbano

A riqueza e prosperidade que se denota na terceira fase de produção, é visível não só pela quantidade de cerâmicas importadas no séc. IV mas pelo investimento em dois núcleos principais, a área residencial da Rua da Princesa e a denominada basílica paleocristã.

O núcleo imortalizado como Rua da Princesa dá o nome à única área residencial conhecida em Troia. Esta área foi interpretada como uma *domus* por J. de Alarcão (2011, p. 337), e apesar de ter sido o primeiro núcleo a ser escavado no sítio arqueológico de Troia,

CRONOLOGIA		CONTEXTOS		CERÂMICAS
Finais do IV/ Princípio do séc. V		Tanque 19 da Oficina 1		Ânfora: regional (Almagro 50, Almagro 51c e Sado 1 var. A e B). *Terra Sigillata*: TSA C (Hayes 52 B e Hayes 71) e TSA D (Hayes 59 B, Hayes 61 A e Hayes 67 B e El Mahrine 14).
		Último piso da Oficina 1 (U.E. [490])		Ânfora: africana (Africana I, Keay 25.2 e 25.3) e regional (Almagro 51c var. B e C e Sado 1 var. B). *Terra Sigillata*: TSA D (Hayes 67 B). Lucernas: africana (*Atlante* VIII).
Séc. V	**2º quartel do séc. V**	Lixeiras da Oficina 1 (U.E. [488] e [519])		Ânfora: Mediterrâneo oriental e levantino (Late Roman 1a); bética (Dressel 23 e Keay 16); africana (Africana IID, Keay 25 e Keay 35 B) e regional (Almagro 50, Almagro 51c var. B e C, Sado 1 var. A e B, Sado 2, Sado 3, Lusitana 9 e 10, "Sado 4" e Almagro 51a-b var. A). *Terra Sigillata*: TSG (Drag. 27); TSH (Drag. 27); TSA D (Hayes 59 A e B, Hayes 60, Hayes 61 A, A/B1, A/B3 e próx. A/B4, Hayes 67 A e B e El Mahrine 14, Hayes 62/El Mahrine 5, Hayes 62/64, variante Fulford 6, Hayes 63, Hayes 71, Hayes 73, Hayes 76; Hayes 80 A e B/81 B e Hayes 91). Lamps: africana (*Atlante* VIII A1 a-b/A2a e B). CAC: Hayes 182 C e Hayes 197.
		Tanque 5 da Oficina 2 (U.E. [232])		Ânfora: bética (Keay 19) e regional (Almagro 51c, Almagro 51a-b var. A). *Terra Sigillata*: TSA D (Hayes 59 B, Hayes 63, Hayes 67 A e Hayes 76) e TSL (Lamb. 1/3).
		Tanque 1 da Oficina 2 (U.E.'s [144]; [152]; [157]; [158]; [165]; [176]; [183] [191] e [193])		Ânfora: africana (Keay 25.2); bética (Keay 16, Keay 19 e Keay 23) e regional (Almagro 51c var. A, B e C). *Terra Sigillata*: TSH (Drag. 27); TSA D (Hayes 59 B, 61 A e A/B4, El Mahrine 14, Hayes 63, Hayes 71 e Hayes 76). CAC: Hayes 195 e Hayes 197.
		Tanque 13 da Oficina 1		Ânfora: regional (Almagro 51c B e C). *Terra Sigillata*: TSA D (El Mahrine 14; Hayes 70var., Hayes 80 A e Hayes 91 A/B) e TSHt (Drag. 37t).
	2º quartel/ 3º quartel do séc. V	Tanque 7c da Oficina 2 (U.E.'s [215], [219] e [223])		Ânfora: bética (Keay 19) e regional (Sado 1, Almagro 51c var. B e C, Almagro 51a-b var. A e B e Lusitana 10). *Terra Sigillata*: TSA C (Hayes 73 A) e TSA D (Hayes 80 A e 91 A/B).
		Derrubes da Oficina 2	[444]=[445]	Ânfora: bética (Dressel 20); Mediterrâneo ocidental (Mid Roman 1) e regional (Dressel 14 var. C; Almagro 51c var. C e Almagro 51a-b; Sado 1 var. B e Lusitana 10). *Terra Sigillata*: TSA D (Hayes 61 A/B2, Hayes 63, El Mahrine 14).
			[448]	Ânfora: regional (Almagro 51a-b; Almagro 51c e Sado 1 var. B). *Terra Sigillata*: TSA D (Hayes 59, 61 B2 e Hayes 91).
			[435] e [438]	Ânfora: africana (Spatheion?) bética (Keay 19); Mar Negro "Carrot amphora" (Kassab Tezgör C Snp III, variante 1) e regional (Almagro 51a-b var. A; Almagro 51c var. B e C, Sado 1 var. A e B, Sado 4 e Lusitana 10).
				Terra Sigillata: TSA D (Hayes 59, Hayes 61 B3, Hayes 67, Hayes 76, Hayes 80 A).

Figura 2 – Contextos escavados no âmbito do Projeto de Valorização das Ruínas Romanas de Troia empreendido pela Troiaresort.

no séc. XVIII sob a égide da Casa Real e mais tarde, no séc. XIX, pela afamada Sociedade Arqueológica Lusitana (Castelo-Branco, 1963), não existem praticamente dados cronológicos sobre estas intervenções. Uma sondagem realizada em 2012 pela equipa da Troiaresort identificou um piso argiloso (Unidade Estratigráfica (U.E.) [935]), com cerâmica de cozinha africana Hayes 182 variante C e um fragmento de ânfora da forma Almagro 51c, além de cerâmica comum. Num nível anterior (U.E. [937]) recolheu-se uma amostra-

gem cerâmica, não anterior a meados do séc. IV, pela presença de uma tigela da forma Hayes 50 B em *terra sigillata* africana (TSA) tipo C (Alarcão & alii, 2020).

A denominada basílica paleocristã é o mais importante edifício da Troia da Antiguidade Tardia, com uma fundação não anterior a meados do séc. IV, que é inferida a partir da datação da necrópole anterior, pelo estudo das pinturas e pelo abandono área adjacente (Oficina 6). É ainda necessário contemplar três fases de construção, que cimentam a sua importância, e terão implicado um nível de investimento pouco usual neste período (Pinto & alii, 2019).

Trabalhos recentes identificaram outros enterramentos e ajudam a delinear melhor o mundo funerário que envolveu Troia na Antiguidade Tardia. Destes enterramentos, destaca-se o mais tardio, uma sepultura encontrada na orla do estuário do Sado com uma cabeceira formada por pintural parietal decorada com três cruzes páteas, que foi integrada nos séculos V-VI de acordo com os paralelos encontrados (Maciel & alii, 2019).

2.2. O abandono do complexo de produção de preparados piscícolas

São as oficinas de salga que têm revelado maior potencial de informação, talvez por aí se concentrar a maior parte da dedicação da equipa de arqueologia da Troiaresort, uma vez que constituem o elemento mais emblemático deste sítio arqueológico.

Destacam-se os contextos das oficinas 1 e 2, localizadas na área nuclear do sítio arqueológico e no centro do atual circuito de visita, por serem as que mais intervenções sofreram e, por conseguinte, aquelas que mais dados oferecem para a interpretação das fases de produção.

A Oficina 2 mantinha a fiada noroeste praticamente intacta, conservando os seus últimos níveis de abandono e destruição, um conjunto de derrubes formado entre o segundo quartel e o terceiro quartel do séc. V, considerando a TSA D identificada, nomeadamente a forma Hayes 61 B3 em associação com a Hayes 80 A da U.E. [435] (Hayes, 1972, p.125 e Bonifay, 2004, p. 171). O restante conjunto material deste horizonte contextual contém materiais bem enquadrados no 2º quartel / meados do séc. V, com ânforas regionais como a Almagro 51a-b variante A, a Almagro 51c variante B e C, a Sado 1 variante A e B, a Sado 4 e a Lusitana 10, uma ânfora *Spatheion*? de origem africana e a "Carrot amphora" (Kassab Tezgör C Snp III, variante 1) do Mar Negro, o que poderia circunscrever essa datação a meados do séc. V.

Na restante área da Oficina 2 foram ainda identificados três tanques com enchimentos que situaram o seu abandono na última fase de produção. Os tanques 1, 5 e 7c integram-se sensivelmente na mesma cronologia, ou seja, no segundo quartel / meados do séc. V:

Destaca-se o tanque 7c que revelou uma utilização mais complexa. Após ter servido como tanque de salgas, foi inutilizado, rebaixado e coberto por um pavimento em *opus signinum* que compunha o chão de um compartimento usado na terceira fase de construção da oficina. Mais tarde, cortou-se esse mesmo pavimento e o tanque foi reutilizado para depósito de lixos, onde foi recolhida TSA C e D (Hayes 73 A, Hayes 80 A, Hayes 91 A/B), e ânforas africanas (Africana II) e regionais (Almagro 51c variante B e C; Almagro 51a-b variante A e B e Sado 1). A sua estratigrafia indicia um abandono um pouco mais tardio que os tanques 1 e 5 (Pinto, Magalhães & Brum 2010b, p. 534 a 537), imediatamente anterior aos níveis de destruição acima descritos (ex. derrube [435]).

A implantação do circuito de visita na Oficina 1 implicou a escavação de uma parte da duna que aterrava a parte sudoeste desta oficina. Esta duna revelou uma formação antrópica, causada pelo despejo de lixos domésticos, entremeados por momentos naturais, de deposição eólica de areias. Esta sequência estratigráfica foi encontrada no pátio escavado numa área de cerca de 16,75 m^2 e com cerca de 2 m de profundidade, de modo a permitir a colocação de um muro de gabiões que protegesse a parede do poço de mergulho aí localizado da pressão da duna adjacente.

As lixeiras encontradas na duna que cobria parte da Oficina 1 (U.E.'s [519] e [488]) ofereceram um conjunto numeroso, homogéneo e coevo de materiais que permitiu caracterizar inequivocamente as séries de cerâmicas que circulavam em Troia na primeira metade do séc. V, ajudando inclusivamente a precisar a cronologia de abandono da produção anteriormente apontada pela equipa luso-francesa (Pinto, Magalhães & Brum, 2012). Na datação deste depósito, e embora o grosso do conjunto material seja datado entre a segunda metade do séc. IV e as primeiras décadas do séc. V, são as formas do segundo quartel do séc. V, nomeadamente a Hayes 61 A/B1, A/B-3 e uma próx. da Hayes 61 A/B4, a Hayes 67 B, a Hayes 73, a Hayes 76, a Hayes 80 A e B/81B e a forma Hayes 91, com perfis da fase inicial de TSA D que constituem os melhores indicadores cronológicos. Destas formas apenas a datação da forma Hayes 80 A e B/81B é apontada para a segunda metade do séc. V (Bonifay, 2004, p. 173), mas em Troia, tal como já foi verificado (Étienne, Makaroun & Mayet, 1994, p. 46; Maga-

lhães, 2012), confirma-se a sua chegada ainda na primeira metade do séc. V. Em associação este contexto apresenta um grande número de ânforas regionais e também de importação, típicas da primeira metade do séc. V. Uma lucerna africana Atlante VIII A1 a-b/A2a e B, confirma também uma cronologia centrada no fim do primeiro terço / segundo quartel do séc. V para estes depósitos.

Para a Oficina 1 contamos também com os dados das escavações feitas na década de 50, 60 e de 90 (Magalhães, 2014 e Étienne, Makaroun e Mayet, 1994). O tanque 13 foi escavado por F. Bandeira Ferreira e sob a direção de M. Heleno na década de 50, e o seu abandono foi enquadrado no segundo quartel do séc. V, fundamentalmente pela existência das formas de TSA D, Hayes 67 B, Hayes 80A, Hayes 90 A/B com ânforas como a Almagro 51c variante B (Magalhães, 2014). O tanque 19, escavado na década de 60 e de 90, era originariamente pertencente à Oficina 1, mas foi incorporado na Oficina 2 na última fase de produção, com contextos inicialmente datados de meados do séc. V pela equipa luso-francesa (Étienne, Makaroun & Mayet, 1994, p. 39-40). Considerando a ausência de formas exclusivas do séc. V, os editores da série LRFW[2] 1 colocam a possibilidade de recuar a sua datação para finais do séc. IV (Reynolds, Bonifay & Cau, 2011, p. 18). No entanto, há que considerar um número importante de cerâmica frequente na primeira metade do séc. V, nomeadamente de TSA (de que são exemplo a Hayes 52, a Hayes 59 B, a Hayes 61 A, a Hayes 67B[3] ou a El Mahrine 14[4] e a Hayes 71), e as ânforas regionais Almagro 51c e Sado 1, na sua variante B, não ignorando o facto de uma parte deste tanque estar ainda por escavar, pelo que consideramos mais prudente situar a sua cronologia no início do séc. V. Um aspeto importante a considerar é fornecido pelo estudo do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, através da correspondência trocada entre M. Farinha dos Santos e M. Heleno[5], em que o então arqueólogo de campo da Missão Arqueológica de Troia comunicava ao seu diretor a descoberta de um tesouro de 1612 moedas, escondido num derrube de telhas do mesmo tanque, confirmando a frequentação desta área após o abandono da produção de salgas nesta fábrica.

O pavimento em argila (U.E. [490]) foi encontrado sob os depósitos lixeira anteriormente mencionados, com formas de importação africana, como a Hayes 67 B em TSA D e a ânfora Keay 25.2, apontando para uma datação de finais do séc. IV / inícios do séc. V (Pinto, Magalhães & Brum, 2010a).

Apesar da diferente percentagem de materiais em cada depósito, com maior abundância de material em lixeiras do que em derrubes ou pisos, a amostra existente em cada unidade estratigráfica é bastante coerente entre si e permite caracterizar os contextos de finais do séc. IV e do séc. V em Troia. Estes dados sugerem que a produção de salgas foi sendo progressivamente abandonada em diferentes momentos do séc. V, aparentemente mais cedo na Oficina 1 do que na Oficina 2, em que o abandono do tanque 19 da primeira oficina parece anterior ao dos tanques 1, 5 e 7c da oficina adjacente. A deposição de lixos sobre a Oficina 1 introduz uma nova utilização deste espaço após o abandono da produção de salgas, ao passo que a Oficina 2 prolongou a sua utilização até um momento ligeiramente posterior.

3. COMÉRCIO TARDO-ANTIGO EM TROIA

Troia dispõe de um numeroso conjunto cerâmico, resultante das várias intervenções que o sítio arqueológico foi sofrendo, e que, em alguns casos, remontam a finais do sec. XVIII, no caso das escavações promovidas pela Casa Real. Estas peças, estão na sua maior parte desprovidas do contexto original, na medida em que já não se consegue reconstituir por completo a sua proveniência no sítio e seriação estratigráfica, mas a sua boa preservação e considerável expressão numérica é relevante para a caracterização económica e comercial do período tardo-romano em Troia.

Esta análise microeconómica foi feita essencialmente com base nos conjuntos cerâmicos depositados no MNA, em Troia e, no caso das ânforas, considerou igualmente o depósito do Centro Português de Atividades Subaquáticas (CPAS) (Almeida & alii, 2014), onde se encontram a maior parte dos materiais, considerando-se ilustrativa do padrão existente no sítio (Magalhães, Pinto & Brum, 2020).

---

[2] Late Roman Fine Wares.

[3] Foram consideradas nesta tipologia as peças nº 50 e 54 do tanque 19 (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994, p. 41 e fig. 18, p. 57).

[4] Também designada por Hayes 67/71 (*ibidem*, p. 40).

[5] SANTOS, M. L. F. (1961) – [Carta] 1961 Setembro 24, Troia [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1961. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno. Correspondência Pessoal de M. L. Farinha dos Santos. PT/MNA/APMH/5/1/679/5.

3.1. *Terra Sigillata*

O estudo da cerâmica fina importada em curso demonstra que Troia recebeu quantidades massivas de TSA entre a segunda metade/finais do séc. IV e o primeiro quartel do séc. V, indicando que o complexo industrial ainda estaria em pleno funcionamento neste período (Magalhães, 2012). As tabelas das figuras 3 e 4 apresentam o número mínimo de indivíduos contabilizados até maio de 2020 que ultrapassam o séc. V.

FABRICOS	NMI	% NMI
TSA C	44	2,9%
TSA D	1428	95,1%
DSP	6	0,4%
TSBTg	5	0,3%
TSHt	9	0,6%
TSF	9	0,6%
TOTAL	**1501**	**100%**

Figura 3 – Distribuição da *terra sigillata* tardia de Troia.

À semelhança de outros sítios peninsulares com a mesma cronologia de ocupação, a maior parte da TSA corresponde ao tipo D, que em Troia apresenta uma quantidade verdadeiramente assinalável e que só é explicável através de um comércio regular com o Norte de África, o que demonstra a importância dos portos do Sado na Rota Atlântica. A partir de finais do séc. IV / inícios do séc. V o abastecimento de formas africanas é composto por Hayes 58 B, Hayes 59 B, Hayes 61, essencialmente nas variante A/B (A/B1 – 17 NMI; A/B2 – 17 NMI; A/B3 – 22 NMI; A/B4 – 12 NMI) e B (B – 6 NMI; B1 – 5 NMI; B2 – 17 NMI; B3 – 5 NMI)[6], Hayes 62 A / El Mahrine 5, Hayes 63, Hayes 64, Hayes 62/64, variant Fulford 6, a Hayes 67 A (71 NMI) e B (140 NMI)[7], El Mahrine 14[8], a Hayes 70 (incluindo 6 NMI na variante larga desta forma) e a Hayes 71 (A – 2 NMI e B – 9 NMI)[9] (fig. 5, nº 1-6).

FABRICOS	FORMAS	MNV	% MNV
TSA C	Hayes 53	17	1,1%
	Delgado 1968 ou Hayes 67/71	4	0,3%
	Hayes 71	8	0,5%
	Hayes 73	13	0,9%
	Hayes 84	2	0,1%
TSA D	Hayes 56	1	0,1%
	Hayes 58 B	79	5,3%
	Hayes 59 B	85	5,7%
	Hayes 60	12	0,8%
	Hayes 61	328	21,9%
	Hayes 62 A/El Mahrine 5	50	3,3%
	Hayes 64	7	0,5%
	Hayes 62/64, var. Fulford 6	13	0,9%
	Hayes 63	51	3,4%
	Hayes 67	258	17,2%
	El Mahrine 14	159	10,6%
	Hayes 70	8	0,5%
	Hayes 71	12	0,8%
	Hayes 73	51	3,4%
	Hayes 76	42	2,8%
	Hayes 80 A-B/81B	87	5,8%
	Hayes 81	2	0,1%
	Hayes 86	3	0,2%
	Hayes 91	163	10,9%
	Hayes 92	6	0,4%
	Hayes 96	1	0,1%
	Hayes 97	1	0,1%
	Hayes 103 A	1	0,1%
	Hayes 104 A	2	0,1%
AFRICANA	Desconhecida (Hayes 60 variante?)	6	0,4%
DSP	Rigoir 3	2	0,1%
	Rigoir 6	1	0,1%
	Rigoir 18	3	0,2%
TSBTg	"Rigoir 1"	5	0,3%
TSHt	Drag. 37t	8	0,5%
	Paz 83 A	1	0,1%
TSF	Hayes 3	9	0,6%
Total		**1501**	**100,0%**

Figura 4 – Distribuição de fabricos e formas de *terra sigillata*.

[6] O número completo desta forma é composto por mais 219 indivíduos da variante A, melhor enquadrada na segunda metade do séc. IV, e 8 NMI sem variante atribuída, motivo pela sua preponderância.

[7] 34 NMI desta forma não apresentavam perfil suficiente para atribuição de variante.

[8] Também conhecida por variante pequena da Hayes 67 ou Hayes 67/71, embora no fabrico D.

[9] 1 NMI com variante indeterminada.

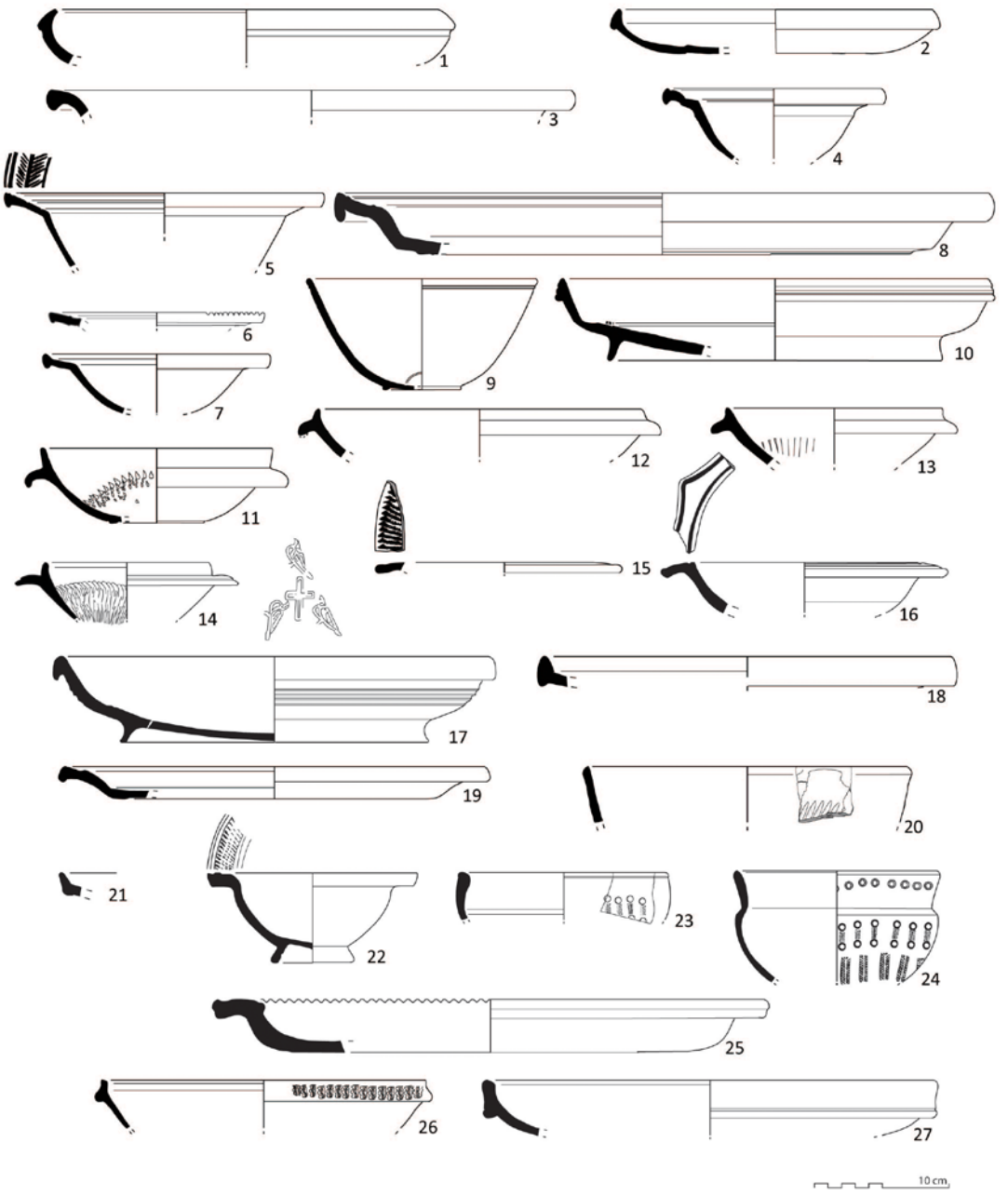


Figura 5 – *Terra sigillata* de Troia. 1: Hayes 61 A/B4; 2: Hayes 61 B1; 3: Hayes 67C; 4: El Mahrine 14; 5: Hayes 70; 6: Hayes 71; 7: Hayes 73 A; 8: Hayes 76; 9: Hayes 80 A; 10: Hayes 86; 11: Hayes 91 B; 12-13: Hayes 91 D; 14: Hayes 92; 15: Hayes 96; 16: Hayes 97; 17: Hayes 103 A; 18: Hayes 104 A; 19: Hayes 60 variante?; 20: Drag. 37t; 21: Paz 83A; 22: Rigoir 3a; 23: Rigoir 6a; 24: Rigoir 18; 25: "Rigoir 1"; 26-27: Hayes 3 (os desenhos nº. 6, 10, 11, 13-15, 19, 23-24 são da autoria de Helena Figueiredo).

Tal como temos feito, destacamos também aqui a descoberta de uma tipologia nova (Magalhães, 2012: 365), afim da forma Hayes 60 e que deverá por isso ser contemplada no mesmo intervalo cronológico (Figura 5, nº 19).

Entre o segundo e o terceiro quartel do séc. V, as importações diminuem significativamente, mas o conjunto de formas deste período, mais concretamente a Hayes 61 A/B3 e B, a Hayes 67 B (aqui também considerados mais 2 NMI que exibem um perfil tran-

sicional próximo da variante C), a Hayes 70, a Hayes 73 (A – 35 NMI e B – 5 NMI)[10] (fig. 5, nº 7), a Hayes 76 (incluindo 9 NMI da variante de grande dimensão) (fig. 7, nº 8), a Hayes 80 A-B/81B (fig. 5, nº 9) e Hayes 81 (1 NMI da variante B), a Hayes 91 A e sobretudo a B (A – 6; A/B – 13 e B – 21 NMI) [11] (fig. 5, nº 11) e a Hayes 92 (fig. 5, nº 14), revelam que algumas fábricas terão continuado a laborar enquanto outras iam sendo abandonadas. Conforme referido no capítulo anterior, os dados de escavações recentes confirmam a introdução de algumas formas em Troia ainda na primeira metade do séc. V, mais concretamente, referimo-nos às formas Hayes 80/81, Hayes 91 A e B e Hayes 92 (Étienne; Makaroun & Mayet 1994: 46 e Pinto, Magalhães & Brum, 2012). As formas mais tardias de TSA são a Hayes 67 C (11 NMI) (fig. 5, nº 3), a Hayes 84 (tipo C), a Hayes 86 (fig. 5, nº 10), a Hayes 91, na variante B tardia (8 NMI), a Hayes 96 (fig. 5, nº 15) e a Hayes 97 (fig. 5, nº 16), que circulam desde meados do séc. V aos inícios do séc. VI (Hayes, 1972). No séc. VI d. C. aparecem apenas as formas Hayes 91 C (3 NMI) e a Hayes 103 A (fig. 5, nº 17 e fig. 6), num prato com uma decoração integrada no estilo E (i), que o circunscreve a uma datação de finais do séc. V/ inícios do séc. VI de acordo com as punções utilizadas (Hayes, 1972: 277, nº 311d). Ao contrário do estilo A, o estilo E é muito raro neste conjunto e foi apenas identificado num outro prato, igualmente integrado na sua primeira fase, que pode ainda ser atribuído à segunda metade do séc. IV, após o arranque da produção da oficina de Oudhna (Bonifay 2004: 192) e circular até à primeira metade do séc. VI (Hayes 1972: 222). Nesta categoria, apenas as peças da forma Hayes 91 D (2 NMI) (fig. 5, nº 12-13) e Hayes 104 A (fig. 5, nº 18), podem atingir o séc. VII (Bonifay, 2004: 179 e 183; *Atlante I*, 1981: 95 e 99).

Alerta-se, no entanto, que algumas formas identificadas no estudo estatístico elaborada por F. Mayet da *terra sigillata* existente no MNA continuam ausentes, havendo também casos de reclassificação (Étienne, Makaroun & Mayet, 1994: 43, fig. 11).

Destaca-se ainda a identificação de um conjunto pequeno mas heterogéneo de formas atribuíveis às designadas Derivadas de *Sigillata* Paleocristã (DSP), nomeadamente a forma Rigoir 3 a (fig. 5, nº 22) e b, Rigoir 6a (fig. 5, nº 23) e Rigoir 18 (fig. 5, nº 24), da primeira metade do séc. V (Rigoir 1968; Maia 1976-77) e cinco grandes pratos da forma "Rigoir 1" (fig. 5, nº 25), com fabrico diferenciado, eventualmente relacionado com as produções reconhecidas por R. Morais e A. Fernández Fernández nos arredores da cidade de Braga (Prado-Ucha), a designada *terra sigillata* bracarense (TSBT g), produzida entre os séc. V e VI, e talvez até no séc. VII (2014: 715-719).

Outras produções, como a *terra sigillata* hispânica tardia (TSHt), ou a *terra sigillata* foceense (TSF) são mais raras, constituindo mais uma evidência para o padrão comercial de Troia, com uma distribuição essencialmente marítima e não terrestre, onde estas cerâmicas circulariam com maior regularidade. As produções tardias do norte da Hispânia apresentam uma cronologia lata, entre os séc. IV e V/VI, e foram identificadas nas formas Drag. 37t (fig. 5, nº 20) e na Paz 83 A. A TSF, já reconhecida nos estudos de M. Maia (1974 e 1978), tem praticamente o mesmo peso no conjunto analisado, mas mostra a grande exclusividade da exportação desta produção à forma Hayes 3 (fig. 5, nº 26-27), nas variantes B, C, E, H e F no caso de Troia, perfis típicos de meados do séc. V a inícios do séc. VI (Hayes 1972: 338 e 349). À exceção de dois exemplares, a maior parte destas variantes correspondem a peças com bordos altos, o que pode ser considerado um indicador de maior antiguidade (Fernández Fernández, 2010: 380).

Pelo exposto, e conforme verificado em trabalhos anteriores (Magalhães, 2012) as peças de cronologia mais tardia são muito raras e parecem ser exclusivamente provenientes de níveis de necrópole, que ocuparam o espaço das fábricas depois de abandonadas.



Figura 6 – Repaired dish of form Hayes 103 A (nº 16.886).

[10] 3 com variante indeterminada.

[11] 110 NMI desta forma não apresentavam perfil suficiente para atribuição de variante. Pela sua cronologia foram excluídos os exemplares precoces.

3.2. Ânforas

Estudos prévios da totalidade da coleção de ânforas documentaram o predomínio das produções regionais destes contentores cerâmicos (Almeida & alii, 2014, fig. 3; Pinto & alii, 2016), indispensáveis ao embalamento dos produtos resultantes da produção de preparados piscícolas (Figuras 7 e 8). A partir do séc. III mantém-se essa tendência expectável pela proximidade das olarias e pela procura sentida num centro de produção como Troia, verificando-se uma maior diversidade de formas relativamente ao período anterior, com a preponderância da Almagro 51, nomeadamente nas suas variantes B e C (Figura 9, nº 1), a Sado 1 (Figura 9, nº 2), com maior capacidade de armazenamento e a Almagro 51 a-b (fig. 9, nº 3), especialmente nos contextos de finais do séc. IV e primeira metade do séc. V (Pinto & alii, 2016: 181-192). Menos frequentes, mas relevantes para os contextos da 1ª metade do séc. V são as ânforas Sado 4 e a Sado 3, esta última especialmente associada a contextos do segundo quartel do séc. V em Troia.

FABRICOS	NMI	% NMI
Regional	1547	84,0%
Bética	215	11,7%
África	68	3,7%
Mediterrâneo Ocidental e Central	4	0,2%
Oriente e Levante	6	0,3%
Mar Negro	1	0,1%
Total	**1841**	**100%**

Figura 7 – Distribuição das ânforas tardias de Troia.

No caso das ânforas importadas uma análise mais aprofundada (Figuras 8 e 9), tendo em vista uma melhor caracterização da última fase de importação, permitiu a definição de variantes e a descoberta de novas formas (Magalhães, Pinto & Brum, 2020: 142-144).

Ao contrário do que foi indicado no estudo da cerâmica fina importada, a análise destes grandes contentores revelou que os bens alimentares africanos perdem importância a partir da segunda metade do séc. IV, uma vez que as formas Keay 27 (fig. 9, nº 11), Keay 35 (fig. 9, nº 12), Keay 36 e Keay 59 (fig. 9, nº 13), não conseguiram apresentar o mesmo sucesso das suas congéneres, Africana II e III. A partir deste período é a Bética que domina os mercados, exportando não só ânforas de preparados piscícolas (Keay 16, 19, 22, Dressel 23 and Beltrán 72) (fig. 9, nº 4-8) como de

PROVENIÊNCIAS	FORMAS	MNV	% MNV
Regional	Almagro 50	58	3,2%
	Keay 16	19	1,0%
	Almagro 50/Keay 16	2	0,1%
	Almagro 51c	1045	56,8%
	Sado 1 (Keay 78)	287	15,6%
	Almagro 51 a-b	60	3,3%
	Lusitana 10	11	0,6%
	Lusitana 9 (Sado 2)	38	2,1%
	Sado 3	5	0,3%
	Sado 4	20	1,1%
	Beltrán 72 similis	2	0,1%
Bética	Keay 16	96	5,2%
	Almagro 50/Keay 22	18	1,0%
	Almagro 51c/Keay 23	6	0,3%
	Keay 16/Keay 22	8	0,4%
	Beltrán 72	20	1,1%
	Keay 16/Keay 22/Beltrán 72	1	0,1%
	Keay 19	25	1,4%
	Dressel 23	41	2,2%
África	Africana III/Keay 25	53	2,9%
	Keay 27	3	0,2%
	Keay 33	1	0,1%
	Keay 35	5	0,3%
	Keay 36	1	0,1%
	Keay 59	1	0,1%
	Keay"62Q"=Albenga 11-12	1	0,1%
	Keay 61	1	0,1%
	Spatheion	2	0,1%
Mediterrâneo Ocidental e Central	MRA 1	4	0,2%
Oriente e Levante	Kapitän 2	3	0,2%
	LRA 1	3	0,2%
Mar Negro	Carrot amphora	1	0,1%
Total		**1841**	**100,0%**

Figura 8 – Distribuição de proveniências e formas de ânfora.

azeite (Dressel 23). Novos contextos identificados em Espanha têm alertado para a longevidade da produção e circulação de algumas destas ânforas até ao séc. VI, nomeadamente as Dressel 23 A, C e D e as duas *Tejarillo* 1 e 3 (fig. 9, nº 9), presentes em Troia (García Vargas and Bernal Casasola 2008: 676). (Figura 9)

Assinalável é a documentação de ânforas vinárias de distribuição mais rara, provenientes do Mediterrâneo Central e Oriental, como as Kapitän 2 (fig. 9, nº 18), Keay 52, Mid-Roman 1 e Late-Roman 1 (fig. 9, nº 19), assim como a ânfora do Mar Negro do tipo Kassab Tezgör C Snp III, na variante 1, ou "carrot amphora" como é mais frequentemente designada (Kassab Tezgör 2010: 130-131), já mencionada na sistematização dos contextos de escavações recentes (fig. 9, nº 20).

As ânforas mais tardias a chegar a Troia são, curiosamente, duas ânforas africanas, a Keay '62Q' = Albenga 11-12 / Keay '62R' (fig. 9, nº 14), datada de finais do séc. V à primeira metade do séc. VI, e a Keay 61 (fig. 9, nº 15), que atinge o séc. VII e constitui a peça mais tardia identificada até ao momento em toda a coleção cerâmica de Troia (Bonifay, 2004: 137 e 141).

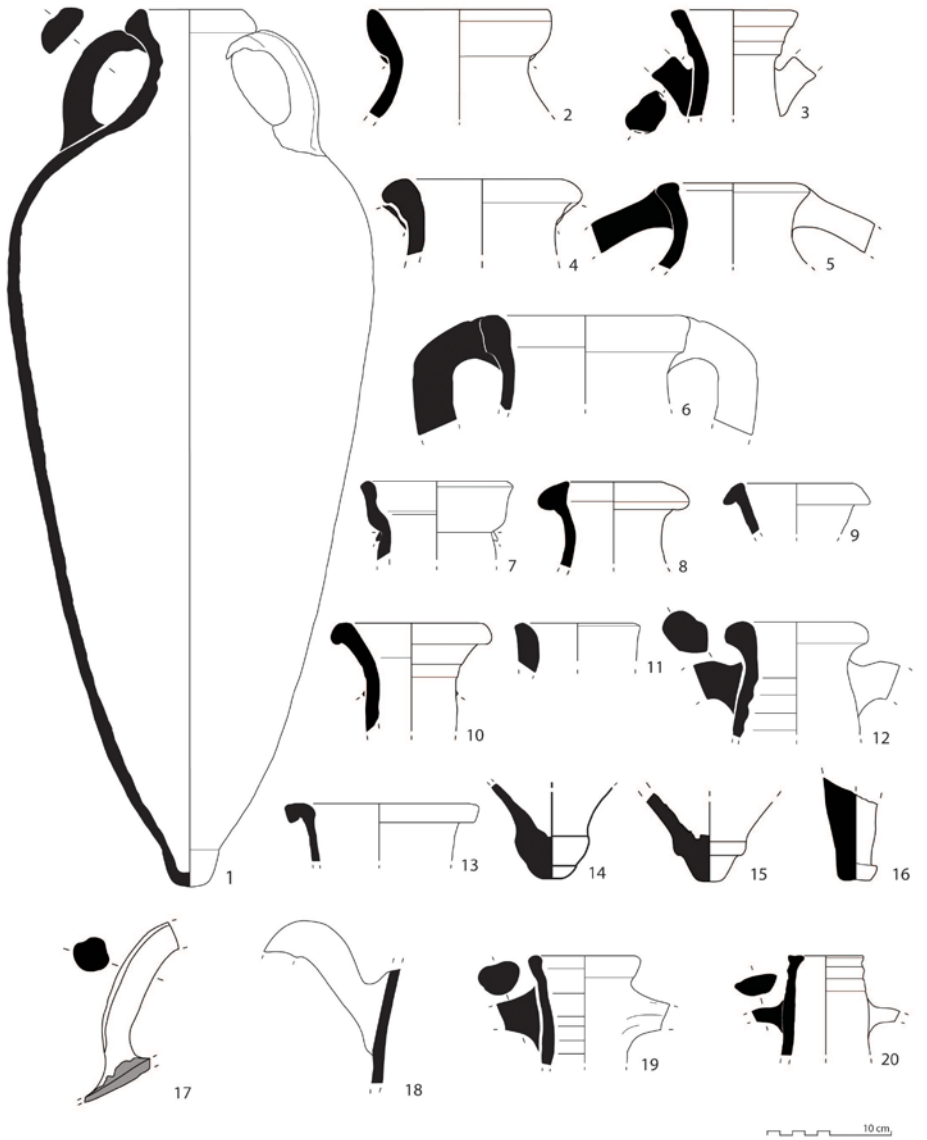


Figura 9 – Ânforas tardias de Troia. 1: Almagro 51c, var. C; 2: Sado 1, variante B; 3: Almagro 51 a-b; 4: Keay 16; 5: Keay 22; 6: Beltrán 72; 7: Keay 19; 8: Dressel 23; 9: Tejarillo 3; 10: Keay 25; 11: Keay 27; 12: Keay 35; 13: Keay 59; 14: Keay"62Q"=Albenga 11-12; 15: Keay 61; 16: Spatheion (?); 17: MRA 1; 18: Kapitän 2; 19: LRA 1; 20: *Carrot amphora*.

3.3. Lucernas

Um breve ensaio sobre os objetos de iluminação de Troia permite constatar a preferência pelas lucernas africanas a partir do séc. IV, em detrimento das importações itálicas ou hispânicas, especialmente as da Bética (Magalhães, Pinto e Brum, 2020: 144, fig. 12).

Do Norte de África, destaca-se a forma Deneuve XIB (Figura 10, nº 1), na sua variante A, cuja datação pode estender-se a início do séc. V, e a forma Atlante VIII, nas suas múltiplas variantes (A1c/A2b; A1a-b/A2a; C1a-b; C1c-d-e, B e D), preponderante no conjunto (fig. 10, nº 2-6). Esta forma foi bem aceite nos mercados, e em Troia surge mais frequentemente na variante A1a-b/A2a, sendo pouco abundante na variante A2b, ambas bem integradas na primeira metade do séc. V. A forma Atlante VIII, variantes C1c-d-e e D, mais raras, são colocadas em meados / segunda metade do séc. V (Bonifay, 2004).

Estes objetos estão muito associados a rituais fúnebres e por isso, a mudança de paradigma religioso que ocorreu entre o séc. III e IV com o advento do Cristianismo, pode ter-se refletido também na diminuição da procura por estes materiais (Pereira, 2014). O estado embrionário dos estudos sobre estes materiais em Troia ainda não permite confirmar esta hipótese, verificando-se neste caso concreto, uma grande percentagem de lucernas africanas com decoração claramente cristã nos exemplares mais tardios. É por isso tentadora a sua associação com o elevado número de sepulturas existente no séc. V e a existência de um edifício cristão de finais do séc. IV / inícios do séc. V (Pinto & alii, 2019), o que implicaria a existência de uma pequena comunidade cristã, com hábitos de consumo próprios que explicam a procura por materiais dentro da mesma ideologia. As duas lucernas da forma Atlante X, uma integrada na variante B com uma decoração bíblica (Morais 2010: 22, com paralelo em Bonifay, 2004: 374, fig. 209, n. 16) (Fig. 10, nº 7), são por isso extremamente relevantes para a compreensão do mercado destes bens.

As duas lucernas Atlante X e o exemplar identificado na forma Atlante VIII D são os mais tardios de todo o conjunto, com uma cronologia da segunda metade do séc. V ao séc. VI (Bonifay, 2004). (Figura 10)

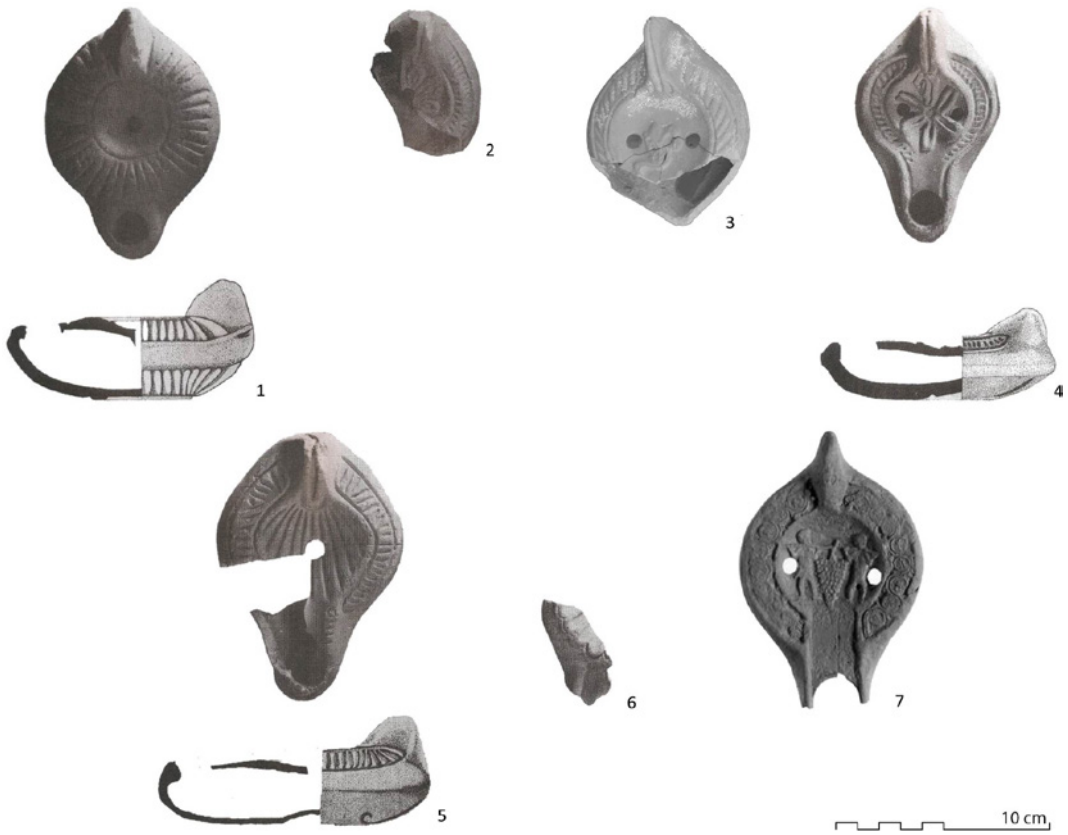


Figura 10 – Lucernas tardias de Troia. 1: Deneuve XIB; 2: Atlante VIII A1c/A2b; 3: Atlante VIII A1a-b/A2a; 4: Atlante VIII C1a-b; 5: Atlante VIII C1c-d-e; 6: Atlante VIII D (Costa, 1973); 7: Atlante Xb (Morais, 2010).

4. O VALE DO SADO NA ANTIGUIDADE TARDIA

A informação arqueológica atualmente disponível no vale do Sado é fruto de várias intervenções com objetivos distintos. Não obstante, o carácter desigual da informação é circunstancial, sendo notório o esforço de publicação de diferentes equipas, que permite reunir dados que incrementam a interpretação da conjuntura económico-social vivida no Sado nos últimos momentos da ocupação romana.

4.1. Alcácer do Sal

As intervenções em Alcácer do Sal têm procurado atender ao desenvolvimento urbanístico da cidade e no âmbito de trabalhos arqueológicos de emergência. Destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) e o Projeto LOCAS, uma parceria de investigadores e arqueólogos do Museu Municipal de Pedro Nunes, com inúmeros estudos de material já publicados (Pimenta, Sepúlveda & Ferreira, 2015: 152).

Por conseguinte, da *Urbs Imperatoria Salacia,* conhece-se a parte mais elevada da cidade, que abarca uma parte do fórum, e ainda uma rua com *tabernae*, um aqueduto e uma cisterna. Na margem do rio existem outros vestígios menos conhecidos, estruturas interpretadas como cais e armazéns, fornos de ânforas e necrópoles (Faria, 2002).

Os dados existentes até ao momento, documentam um acentuado decréscimo das importações a partir do séc. II, denunciando a perda do seu estatuto como capital de *civitas* no Baixo-Império (Sousa & alii, 2008: 154; Viegas, 2014). As últimas importações documentadas até ao momento são uma ânfora da forma Almagro 50 (Pimenta, Sepúlveda & Ferreira, 2015: 161), um fragmento decorado do estilo A (ii) de Hayes, um bordo da forma Hayes 59 B em TSA D e uma tigela da forma Drag. 37t em TSHt (Viegas, 2014: 761 e 762, fig. 7).

Estes materiais são escassos para caracterizar a frequentação desta urbe até ao fim da sua distribuição, em inícios do séc. V. É por isso extremamente importante analisar outros elementos, como a identificação de dois capitéis coríntios, enquadrados em contexto visigótico por F. Limão (2010, nº EBR006 e EBR007).

4.2. Setúbal

A equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) tem feito um trabalho notável na investigação e publicação de resultados das várias intervenções arqueológicas desenvolvidas na região do vale do Sado, especialmente em Setúbal, onde se destaca o projeto "Preexistências de Setúbal", que sistematizou o conhecimento sobre a cidade romana e desmitificou por completo a sua atribuição a *Caetobriga*.

Os vários trabalhos promovidos pelo Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS localizam na colina de Santa Maria o principal núcleo da povoação (fórum, edifícios públicos, reservatório de água) e na periferia, junto à praia, as zonas de *domus* e de necrópoles. As áreas produtivas localizam-se na base da colina de Santa Maria à Praça do Bocage (fábricas de salgas e olarias) e no núcleo do Troino (salinas), junto às pedreiras do Viso (Soares & Tavares da Silva, 2018: 31-32).

Uma revisão recente dos contextos publicados trouxe novos aspetos para a interpretação da Setúbal da Antiguidade Tardia e para a sua transição para a Idade Média (Soares & Tavares da Silva, 2018) (Figura 13). Em primeiro lugar, no sector "industrial", verifica-se o abandono de algumas fábricas de salga ainda nos séc. III-IV d.C., assistindo-se, em determinados casos, à reconversão destes espaços em estruturas de habitação, exemplo da oficina de salga da Praça do Bocage, ou à reutilização de alguns tanques que foram repavimentados ainda no séc. V, como é o caso da oficina de salga da Travessa de Frei Gaspar (Soares & Tavares da Silva, 2018: 16).

Os contextos mais relevantes para a interpretação do período Tardo-Antigo na cidade de Setúbal são sem dúvida os que resultaram das escavações na Rua Francisco Augusto Flamengo e na Travessa de João Galo, nº 4-4B, quer pela dimensão da amostra, quer pela diacronia da sequencia estratigráfica definida.

Na Rua Francisco Augusto Flamengo, nº 10-12, foi escavado um reservatório inutilizado a partir de meados do sec. IV (camada 14), e com um nível superior com materiais do séc. V (Soares & Tavares da Silva, 2018: 23-25).

Na Travessa de João Galo, foi encontrada uma estratigrafia complexa com uma ocupação tardia composta por duas fases, uma do séc. IV-V (Fase IV) e outra integrada nos séc. VI-VIII (Fase V) (Tavares da Silva & Coelho-Soares, 2014 e Soares & Tavares da Silva, 2018: 20-22).

Na Rua Arronches Junqueiro, nº 75 foi descoberto o mosaico de uma *domus* com derrubes que documentam o seu abandono no séc. V/VI (Soares & Tavares da Silva, 2018: 26).

Outros achados têm mudado a face deste período, como por exemplo o capitel de influência bizantina identificado na última fase de ocupação do Largo da Misericórdia, atribuída aos séc. V-VI.

Por sua vez, os diferentes tesouros escondidos em ânforas descobertos em Setúbal, como os da Rua Fran Paxeco, transmitem-nos um clima de insegurança, sentido aliás um pouco por toda a Lusitânia, na segunda metade do séc. IV (Soares & Tavares da Silva, 2018: 11-12).

CRONOLOGIA	LOCAIS	CONTEXTO	MATERIAIS RELEVANTES
IV	**Rua Fran Paxeco**	2 Tesouros	Ânfora Beltran 65 A com 7091 moedas e outra indeterminada com 11901 moedas, da "Casa de Constantino Magno e sucessores", cunhadas entre 253 e 363, à exceção de um exemplar.
	Travessa de João Galo, nº 4-4B	Habitação (Fase IV)	TSA C e D (Hayes 59, Hayes 60, Hayes 61, Hayes 63, Hayes 67 e Hayes 91A/B, TSP e TSF.); Ânforas regionais (Almagro 50/Keay 22, Almagro 51a-b, var. B e Almagro 51c, var. B e C).
V	**Rua Francisco Augusto Flamengo, nº 10-12**	Reservatório	TSA D (Hayes 91 A); Ânforas regionais (Almagro 51c, Almagro 51 a-b e Sado 1).
	Travessa de Frei Gaspar	Oficina de Salga	lucerna africana Atlante VIII.
	Rua Arronches Junqueiro, nº 75	*Domus* (derrubes)	TSF (Hayes 3 B); ânforas regionais (Almagro 51c, var. C e Almagro 51a-b); ânfora oriental (Late Roman 2).
VI	**Largo da Misericórdia**	Sobre a olaria	Capitel bizantino.
	Travessa de João Galo, nº 4-4B	Lixeira doméstica (Fase V)	TSA D (Hayes 91, Hayes 99, Hayes 103 e Hayes 104/105); TSF (Hayes 3); DSP (Rigoir 1 ou 3); ânforas regionais (Almagro 51c, var. C, Almagro 51 a-b var. C, Sado 2 e Sado 3).

Figura 11 – Contextos tardo-antigos da cidade de Setúbal (sécs. IV-VI).

4.3. Outros núcleos

Nas imediações de Setúbal, Arrábida, destacam-se as *villae* do Creiro e da Comenda, com contextos homogéneos que documentam as fases finais da ocupação romana. A *villa* do Creiro, apresenta uma estrutura termal e fábrica de salga abandonada no primeiro quartel do séc. V, através da identificação de um derrube de telhado com a forma Hayes 73 A em TSA D e com as ânforas regionais Almagro 51c, variante C e a Sado 2 (contexto D). A partir dessa fase, a *villa* parece assumir um carácter doméstico e agro-pastoril, que C. Tavares da Silva e A. Coelho-Soares associaram recentemente ao segundo e terceiro quartel do séc. V (2016), prolongando a anterior proposta de meados do séc. V (1987), nos contextos E, F e G.

O contexto E, consiste em derrubes e lixeiras sobre uma das oficinas (F14), contendo TSA D (Hayes 61 B[12], Hayes 76 e Hayes 91 B) em associação com as ânforas regionais (Almagro 51c variante C, Almagro 51 a-b, Sado 1 variante B e Sado 2) e africanas (Keay 27 B e Keay 35 B). Já os contextos F e G estão relacionados com o balneário, o primeiro com TSA D (Hayes 61 B) e o segundo em que se identificou TSA C e D (Hayes 61 B, Hayes 64, Hayes 73 A, Hayes 80 A e Hayes 91 B) e ânforas regionais (Almagro 51c e 51a-b, Sado 1 variante B).

A *villa* da Comenda foi recentemente revisitada por C. Viegas que publica os dados da escavação realizada em 1977 (2016). Esta *villa* de estrutura idêntica à do Creiro, com balneário e oficina de salga, fornece novos elementos para o estudo da antiguidade tardia neste território com o reconhecimento de dois momentos de ocupação neste período. A designada Fase 1 está datada entre a segunda metade do séc. IV e o terceiro quartel do séc. V, apresentando TSA D nas formas Hayes 56, Hayes 59, Hayes 63, Hayes 67 e Hayes 80 com perfuração, a par com as ânforas Almagro 51c, 51a-b e Sado 1. A Fase 2 foi integrada na primeira metade do séc. VI pela identificação de TSA D nas formas Hayes 87 C variante A1 e Hayes 91 C, descoberta em conjunto com as ânforas lusitanas Almagro 51c, Sado 1 A e B, Almagro 50 e Lusitana 9.

Para além das *villae* há que referir a produção an-

[12] A peça visível em estampa na fig. 24, nº 1, parece enquadrar-se melhor na variante A do que na variante B.

fórica do Sado, cuja cronologia e localização, poderia reforçar a ideia de uma transferência de poderes entre as cidades de Alcácer do Sal e o eixo de Setúbal-Troia, com o abandono dos fornos mais próximos de Alcácer do Sal, como sinal do seu declínio a partir de finais do séc. I (Faria, 2002: 68). Nos sítios de consumo documenta-se a circulação da "tríade típica dos níveis tardios", formada pelas Almagro 51c, variante C, Almagro 51 a-b e a Sado1, variante B (Almeida *&* alii, 2014: 419). Apesar de existirem outras olarias ativas, apenas a existente na Herdade do Pinheiro, revelou depósitos de abandono e entulheiras com datações de meados do séc. III a meados do séc. V (Mayet & Tavares da Silva, 1998).

5. CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO OU MUDANÇA NO VALE DO SADO?

Este estudo pretendeu sistematizar a informação existente para um melhor enquadramento de Troia no eixo económico do Sado.

Em termos gerais os contextos materiais já publicados parecem bastante homogéneos entre si. Neste sentido poderíamos associar o último piso de ocupação da Oficina 1 (U.E. [490]) ao abandono do tanque 19 de Troia nos finais do séc. IV, primeiras décadas do séc. V. Já os contextos verificados na última fase de ocupação do Creiro, na fase 1 tardo-antiga da Comenda e também na fase IV da Travessa de João Galo (Setúbal) parecem relacionar-se com o universo documentado nas lixeiras e no tanque 13 da Oficina 1 e visível também nos tanques 1 e 5 da Oficina 2 de Troia. A Rua Francisco Augusto Flamengo de Setúbal integrará muito possivelmente o mesmo momento de abandono. Já o abandono da Oficina 2, dado a conhecer pelos derrubes sobre a ala noroeste e possivelmente também a reutilização do tanque 7c ter-se-á dado num momento pouco posterior, no segundo quartel / meados do séc. V.

A fase V da Travessa João Galo tem paralelo na fase 2 tardo-antiga da Comenda e, tal como já foi verificado por C. Viegas (2016: 460), parece simultânea das últimas importações para Troia na primeira metade do séc. VI. Contudo, a identificação da ânfora Keay 61 em Troia comprova a circulação de pessoas até ao séc. VII, o que terá certamente maior reflexo na margem oposta com a continuação destes estudos.

Estes contextos materiais confirmam a transferência de poder de Alcácer para o eixo Setúbal-Troia e põem em evidência a continuidade de utilização da Rota Atlântica, numa dinâmica comercial que continua a privilegiar os produtos africanos até ao séc. VI-VII. Por outro lado, a partir da segunda metade do séc. V, são cada vez mais os indícios que confirmam a integração dos portos do Sado nos novos circuitos comerciais terrestres de abastecimento de produtos orientais.

Por sua vez, e mesmo que o número de ocorrências materiais dos séculos VI-VII venha a aumentar, nunca será tão expressivo como nos séculos precedentes e a própria estratigrafia dos sítios remete-nos para um mundo em transição, com o abandono paulatino das fábricas e oficinas de salga. Com efeito, os contextos mais tardios identificam-se maioritariamente sobre áreas de produção abandonadas, o que terá certamente implicado um fenómeno de mutação económica de uma atividade de produção e exportação em larga escala para uma ocupação ainda difícil de definir.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (2011) – Os *Cornelii Bocchi*, Tróia e *Salacia*. In CARDOSO, José Luís & ALMAGRO-GORBEA, Martín, eds. – *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina (*Colóquio Internacional dedicado a Lucius Cornelius Bochus, Tróia, 6-8 de Outubro de 2010). Lisboa – Madrid: Academia Portuguesa da História / Real Academia de la Historia, pp. 323-347.

ALARCÃO, J. de; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P.; SANTOS, F. (2020) – 3.18 Ruínas Romanas de Troia – Casa da Rua da Princesa (Grândola, Portugal)". In Pizzo, A. (Ed.) – La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana, *Mytra 6*, Mérida, pp. 233-244.

ALMEIDA, Rui de; PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia. (2014) – Which amphorae carried the fish products from Tróia (Portugal)? In *Rei Cretariae Romanae Fautorum* Acta 43 (Catania, 23-30 de Setembro de 2012). Bonn, pp. 653-661.

Atlante I (1981) – EAA *Atlante delle forme ceramiche* I. Ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (medio e tardo impero). Roma.

BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique,* BAR International Series 1301. Oxford.

CASTELO-BRANCO, Fernando (1963) – Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal. Separata da Revista *Ocidente*, vol. 65. Lisboa: Ocidente.

COSTA, Maria Elisabete Figueiredo (1973) – *Lucernas romanas de Troia de Setúbal (MNA)*. Dissertação dactilografada de Licenciatura em História não publicada. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vol.

ÉTIENNE, Robert; MAKAROUN, Yasmine; MAYET, Françoise (1994) – *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris: Éditions E. de Boccard.

FARIA, João Carlos (2000) – *Alcácer do Sal ao tempo dos Romanos*. Lisboa: Edições Colibri / Alcácer do Sal: Câmara Municipal.

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2010) – Resultados preliminares del estudio de la T. S. Foceense (LRC) aparecida en Vigo (Galiza, España). *Rei Cretariae Romanae Fautores* Acta 41, Bonn, pp. 375-384.

GARCÍA VARGAS, Enrique; BERNAL CASASOLA, Dario (2008) – Ánforas de la Bética. In Bernal Casasola, Dario; Ribera Lacomba, Albert, eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la Cuestión*, Cádiz, pp. 661-687.

HAYES, John Walker (1972) – *Late Roman Pottery*. The British School at Rome. London.

LIMÃO, Filomena (2011) – *Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal (sécs. III/IV–VIII)*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MACIEL, Justino; PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia – Representação da cruz paleocristã em Tróia de Setúbal. In MACIEL, Justino; LIMÃO, Filomena, coord. – Horizontes Artísticos da Lusitânia. Dinâmicas da Antiguidade Clássica e Tardia em Portugal. Séculos I a VIII. Canto Redondo.

MAGALHÃES, Ana Patrícia (2012) – Late sigillata from fish-salting workshop 1 in Tróia (Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautores Acta 42*. Bonn, pp. 363-371.

MAGALHÃES, Ana Patrícia (2014) – Uma cetária de Tróia escavada nos anos 50 do séc. XX. *Setúbal Arqueológica* 15. Setúbal, pp. 245-258.

MAGALHÃES, Ana Patrícia; Pinto, Inês Vaz; Brum, Patrícia (2020) – Late Roman imported pottery in the southwest of Lusitania: the case of Tróia (Portugal). In DUGGAN, Maria; TURNER, Sam; JACKSON, Mark, eds. – *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and Early Medieval Imported Pottery on The Atlantic Seaboard* (International Symposium, Newcastle University, 26-27 Março 2014). *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery* 15. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, pp. 135-150.

MAIA, Maria Garcia Pereira (1976/77) – Sigillata (paleocristã) cinzenta de Tróia de Setúbal. *Setúbal Arqueológica* 2-3. Setúbal, pp. 411-418.

MAYET, Françoise; SCHMITT, Anne; TAVARES DA SILVA, Carlos Tavares da (1996) – *Les amphores du Sado: Portugal: prospection des fours et analyse du matériel*. Paris.

MAYET, Françoise; TAVARES DA SILVA, Carlos (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris.

MORAIS, Rui (2010) – *A colecção de lucernas romanas do Museu de Évora*. Coimbra: CLASSICA INSTRVMENTA.

MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo (2014) – La producción de vajillas finas de Bracara Augusta. *Rei Cretariae Romanae Fautores Acta* 43. Bonn, pp. 709-720.

PEREIRA, Carlos (2014) – Reflexiones sobre el decaer del comercio de lucernas romanas en el Occidente peninsular. *Onoba 2, Revista de Arqueología y Antigüedad,* pp. 191-206.

PIMENTA, João; SEPÚLVEDA, Eurico de; FERREIRA, Marisol (2015) – Acerca da Dinâmica Económica do Porto de *Urbs Imperatoria Salacia*: O Estudo Das Ânforas. *Cira Arqueologia IV*, pp. 151-170.

PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2010a) – Sondagem junto ao poço da oficina de salga 1 de Tróia. *Conimbriga* XLIX, Coimbra, pp. 133-159.

PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2010b) – Ceramic assemblages from a fish-salting factory in Tróia (Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41. Bonn, pp. 529-537.

PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2012) – Un depotoir du Ve siecle dans l'officine de salaisons 1 de Tróia (Portugal). *Rei Cretariae Romane Fautorum Acta* 42. Bonn, pp. 397-406.

PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2014) – An overview of the fish-salting production centre at Tróia (Portugal). In Botte, Emmanuel; Leitch, Victoria, eds. – *Fish & Ships. Production et commerce des salsamenta durant l'Antiquité* (Actes de l'atelier doctoral à Rome, 18–22 juin 2012), Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine 17, Aix-en-Provence, Centre Camille Julian : Éd. Errance, pp. 145-157.

PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia – Tróia na Antiguidade Tardia. In ENCARNAÇÃO, Jorge d'.; LOPES, Maria da Conceição; CARVALHO, Pedro, coord. – *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra | Mangualde, 2016, pp. 309-333.

PINTO, Inês Vaz; ALMEIDA, Rui de; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2016) – Lusitanian Amphorae at a Fish-Salting Production Centre: Tróia (Portugal). PINTO, Inês Vaz; ALMEIDA, Rui de; MARTIN, Archer, eds. – *Lusitanian Amphorae: production and distribution* (International Congress Lusitanian Amphorae: production and distribution, Tróia, 10-13 October 2013). *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery* 10, Oxford: Archaeopress publishing Ltd, pp. 173-194.

PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia; SANTOS, Filipa (2019) – Problemática em torno da basílica de Tróia. In Tarraco Biennal, Actes 4t *Congrés Internacional d'Arqueologia I Món Antic (VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. El Cristianisme en L'Antiguitat Tardana. Noves Perspectives,* Tarragona, 21-24 Nov. 2018). Tarragona, pp. 385-393.

REYNOLDS, Paul; BONIFAY, Michel; CAU, Miguel Ángel (2011) – Key contexts for the dating of late Roman Mediterranean fine wares: a preliminary review and seriation. In CAU, Miguel Ángel, REYNOLDS, Paul; BONIFAY, Michel, eds. – *Late Roman Fine Wares 1: Solving problems of typology and chronology. A review of the evidence, debate and new contexts* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 1). Oxford: Archaeopress, pp. 15-32.

RIGOIR, Jean (1968) – Les sigillées paléochrétiennes grises et oranges. *Gallia* 26, pp. 177-244.

SOARES, Joaquina; TAVARES DA SILVA, Carlos (2018) – Introdução. Caetobriga: uma cidade fabril e polinucleada na foz do Sado. In SILVA, Carlos Tavares da, coord. – *Caetobriga*. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos. *Setúbal Arqueológica,* Vol. 17, pp. 11-42.

SOUSA, Élvio Melim de; SEPÚLVEDA, Eurico; FARIA, João Carlos; FERREIRA, Marisol (2008) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 6: conclusões. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, nº 1, pp. 149-161.

SILVA, Carlos Tavares da; COELHO-SOARES, Antónia (2014) – Preexistências de Setúbal. A ocupação romana da Travessa de João Galo, nºs 4-4-B. *Setúbal Arqueológica*, vol.15, pp. 305-338.

SILVA, Carlos Tavares da; COELHO-SOARES, Antónia (2016) – Creiro (Arrábida): um estabelecimento de produção de preparados de peixe da Época Romana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 19, pp. 211-234.

VIEGAS, Catarina (2014) – Terra sigillata imports in Salacia (Alcácer do Sal – Portugal). *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43. Bonn, pp. 755-764.

VIEGAS, Catarina (2016) – O sítio romano da Comenda: novos dados sobre a campanha de 1977. Sousa, Ana Catarina; CARVALHO, António; VIEGAS, Catarina (eds.) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. *Estudos & memórias* (UNIARQ), Lisboa, pp. 439-465.

DA LUZ E DAS SOMBRAS. O CASO DA *VILLA* DA HORTA DA TORRE (CABEÇO DE VIDE, FRONTEIRA) E A DESESTRUTURAÇÃO DA PAISAGEM RURAL ANTIGA

André Carneiro

Departamento de História da Universidade de Évora, Investigador integrado no CHAIA-UÉ e colaborador do CECH/FLUC / ampc@uevora.pt / ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0824-3301.

Resumo

A *villa* romana da Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira) tem sido objecto de campanhas anuais de escavação em curso desde 2012. Os resultados são surpreendentes e relevantes, permitindo identificar uma grande sala que atinge o seu *floruit* durante o século IV. No entanto, pouco tempo após o seu abandono, o espaço irá ser reocupado de forma completamente distinta.

Com escavações planificadas e mais rigorosas do ponto de vista metodológico, mais casos semelhantes têm vindo a ser detectados, mostrando a forma como no espaço de poucas gerações os modos de habitar no campo se alteram de modo significativo. Com outros exemplos convocados, discute-se como os perfis de ocupação e de povoamento se alteram ao longo dos séculos V e VI, provocando a transformação do sistema *clássico* da paisagem rural.

Palavras-chave: Transformação, *Villa*, Registo, Padrões de povoamento.

Abstract

The Roman villa of Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira) has been the object of annual excavation campaigns in progress since 2012. The results are surprising and relevant, allowing the identification of a great room that reaches its floruit during the IV century. However, shortly after its abandonment, the space will be reoccupied in a completely different way.

With planned and methodologically more rigorous excavations, more similar cases have been detected, showing how in the space of a few generations the ways of inhabiting the countryside changed significantly. With other examples, we discuss how the occupation and settlement profiles change throughout the Vth and VIth centuries, causing the transformation of the classic system of the rural landscape.

Keywords: Transformation, *Villa*, Archaeological record, Settlement patterns.

1. COMEÇANDO: POR UMA ARQUEOLOGIA DAS *EVIDÊNCIAS TÉNUES*

A notável intervenção arqueológica conduzida por Bryan Ward-Perkins no fórum de Luni[2] demonstrou o elevado potencial informativo de uma escavação atenta à detecção de evidências que fogem ao "registo do padrão imperial". Entre 1975 e 1979 foram realizadas escavações em duas habitações com ocupação durante o século VII, implantadas na antiga praça monumental do forum. Com um registo cuidado recuperou-se um conjunto de dados que subsistiram mesmo após intervenções arqueológicas prévias, que tinham atingido cotas inferiores em mais de 30cm, procurando os pavimentos augustanos, de acordo com o então prevalecente paradigma mussoliniano. A partir desta icónica intervenção, os processos de registo e escavação deixaram de estar unicamente focados na identificação de estruturas e na recolha de materiais: com a devida atenção e protocolo, procuram-se as reutilizações, reestruturações, associações contextuais, marcas de uso, os níveis de acumulação, despejo ou as remoções, recuperando as *evidências ténues* que uma escavação tradicional não detecta. Importa assinalar não só o óbvio mas entender processos, apurando-se a leitura interpretativa que passa a procurar perceber as "Arqueologias das Transformações" – assim mesmo, no plural – enunciadas por Neil Christie (2018: Xii), que demonstram toda a riqueza informativa que a sucessão de presenças (por vezes em *tempos curtos*) no espaço pode conter. Mais: a atenção não pode estar apenas na escavação localizada, no sítio *per si*, mas na apurada definição das variações regionais ou nos distintos processos entre sítios contíguos no espaço.

Por estes motivos, não creio ser necessário descobrir novos métodos ou procedimentos específicos para o trabalho de análise na Arqueologia da Antiguidade Tardia. Importa sim, concordando com a proposta de vários autores (Lava, Swift e Putzeys, 2008; Lavan, 2015), que se apurem os critérios de registo, transferindo a atenção dos objectos e estruturas arquitectónicas para os padrões de actividade e distribuição espacial das evidências, de modo a criar processos de interpretação que incorporem as *evidências ténues*. Apesar de tudo o que a Arqueologia portuguesa evoluiu nas últimas décadas, percebe-se que a experiência do fórum de Luni raras vezes tem sido replicada, na medida em que ainda com excessiva frequência os estratos de ocupação pós-romana são ignorados por completo nos processos de escavação, registo e análise. E também a releitura de documentação antiga assinalada por arqueólogos mais atentos pode resgatar informação preciosa, como se procurou para a região do Alto Alentejo (CARNEIRO 2014 vol. I: 241-274).

2. CONSTRUINDO: A *VILLA* DA HORTA DA TORRE E A MONUMENTALIDADE DA PAISAGEM RURAL ROMANA

Por limitações de espaço, não é este o local para apresentar e debater todo o manancial informativo recolhido nas escavações arqueológicas em curso desde 2012 na *villa* da Horta da Torre[3], que em outros locais tem sido sumariamente referido[4]. Relembrem-se apenas os dados mais significativos, começando por chamar a atenção para a proximidade deste sítio – cerca de 8km – em relação à vizinha *villa* de Torre de Palma (Monforte), extensamente escavada e estudada durante cerca de 50 anos. Apesar da monumentalidade estrutural e exuberância de vestígios à superfície, a Horta da Torre permaneceu invisível para a investigação até à realização da Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira, a partir de 1999 (Carneiro, 2005), o que é revelador do modo como se encaram estes sítios como *ilhas* isoladas na paisagem (Figura 1).

As destruições motivadas por trabalhos agrícolas conduziram a um projecto sustentado de investigação plurianual que, apesar de confirmar o arrasamento de muitas estruturas e a perda de informação subjacente, também permitiu identificar um conjunto construído que, por vezes, tem um surpreendente grau de monumentalidade (1,35m de altura conservada no muro interior de fecho norte na sala de dupla ábside). A área de escavação encontra-se em progressão a partir da estrutura conhecida como *Torre* (Carneiro, 2014 vol. II: 266), que na realidade se verificou ser o coroamento em dupla ábside de uma sala monumental com um *stibadium*. Trata-se da segunda estrutura deste tipo a ser identificada em Portugal após o exemplar de Rabaçal (Penela) (Pessoa 2008), tendo como paralelos conceptuais o caso de El Ruedo (Almedinilla, Cordoba)

[2] Ward Perkins 1981: 92. O supervisor da escavação e responsável pela interpretação estratigráfica foi Simon Ellis (nota 1).

[3] Projecto de Investigação FRONTAGER aprovado em cinco ciclos de investigação pelo IPA, IGESPAR e, posteriormente, DGPC, com o apoio logístico e financeiro exclusivo do Município de Fronteira, em curso desde 2000.

[4] Carneiro, 2014, vol. II: 10.33. p. 266-268, com bibliografia; também Carneiro, 2017 e para os mais recentes resultados, Carneiro, Garcia Sánchez, Stek e Kalkiers 2019.

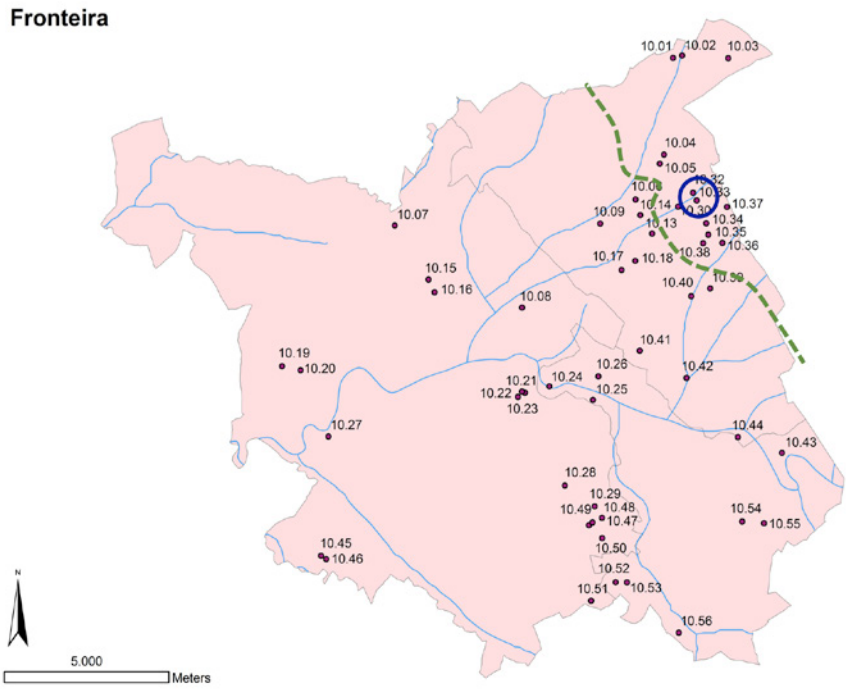


Figura 1 – Localização da *villa* da Horta da Torre no concelho de Fronteira e a proximidade ao itinerário da via XIV (CARNEIRO, 2014).

(Vaquerizo Gil, Noguera Celdrán 1997) e, em especial, o de Faragola (Apulia) (Volpe, 2006), com o qual poderá partilhar a condição de *cenatio* estival. Tal como neste sítio, verifica-se que o espaço da sala é concebido para proporcionar soluções altamente elaboradas que permitiriam a criação de um jogo de ilusões, construindo cenários artificiais. No caso da Horta da Torre, um orifício preservado e uma pequena comporta na parede detrás do *stibadium* possibilitavam a entrada de água para o interior da sala, criando uma fina película que teria efeitos visuais e sensoriais surpreendentes. Por este motivo, o pavimento da sala é revestido por um *opus signinum* impermeabilizante, estando a ligação ao rodapé feita por uma meia cana que impedia fugas de água. Sendo o espaço construído encarado como um todo, de gramática decorativa comum, os poucos dados recolhidos permitem entrever como a *cenatio* estival da Horta da Torre tem um programa pleno de inter-relações: um pequeno elemento arquitectónico em mármore que estaria no coroamento da parede regista um trifólio pertencente a uma planta aquática, a mesma que vemos nos mosaicos que estariam nas paredes acima do soco de placas de mármore, e que se encontraram altamente fragmentados no derrube parietal que preenchia por completo todo o espaço da sala. Deste modo, pelas soluções técnicas e decorativas, percebemos que toda a sala é pensada em função da presença de água, criando



Figura 2 – proposta de virtualização em modelo 3D reconstituindo o ambiente da sala do *stibadium*. Estudo por André Carneiro, Gonçalo Lopes e Carlos Carpetudo; modelo virtual por Carlos Carpetudo (https://www.youtube.com/watch?v=0zyEanG9aVk).

um aparato visual espetacular com correspondência em descrições de textos da época[5] (Figura 2).

A sala de dupla ábside da Horta da Torre foi inicialmente considerada como a peça central de uma monumental *villa* romana, situação que os resultados da intervenção em curso desde 2012 pareciam confirmar. Seguindo a filosofia de *open area*, a área aberta iniciou-se pela estrutura de dupla ábside, mas entretanto já colocou à vista o espaço exterior à entrada da sala, composto por um largo peristilo que delimitava

[5] O caso da cascata na *villa Leontina* que Sidonio Apolinar descreve em *Carmina* XXII 206-210.



Figura 3 – Ortofotomapa no final da campanha de 2019 obtida por voo drone, autoria Geodrone (www. Geodrone.pt).

um jardim, bem como um outro peristilo anexo, em torno de um *impluvium*, e que parece configurar uma área mais intimista, com *cubiculae* em seu torno. Contudo, em 2018, no âmbito do *Fronteira Landscape Project*, em colaboração com a Universidade de Leiden, houve a possibilidade de se realizarem prospecções de geo-radar na envolvente da *villa* e os resultados foram surpreendentes[6]. A sala de dupla ábside encontra-se em posição periférica face a uma estrutura com cerca de dois hectares que apresenta uma planimetria centrada em torno a dois pátios: um primeiro, de menores dimensões, que pode albergar a *pars rustica*, antecedendo um outro de dimensões mais substanciais. Destaca-se a ala norte, com grandes dependências que, em certos casos, parecem quadruplicar a sala de dupla ábside, e que também apresentam estruturas absidadas de ampla dimensão. Entre esta ala e a do *stibadium* encontra-se um edifício com vários compartimentos de pequena dimensão em sucessão contínua, e um outro bloco que pode corresponder ao edifício termal. Em leitura geral, a estrutura de duplo pátio insere a Horta da Torre na família das grandes *villae* da Hispânia, embora as soluções da sala de dupla ábside denotem um requinte e uma elaboração do espaço com referentes extra-provinciais. Contudo, de momento, a área escavada assume dimensões modestas, com menos de 1000m^2, articulada em torno da sala do *stibadium* e estendendo-se para os dois peristilos. (Figura 3)

3. DES-CONSTRUINDO: O ABANDONO DA *VILLA* DA HORTA DA TORRE E A POSTERIOR REOCUPAÇÃO

Em algum momento ao longo do século V este monumental complexo irá ser abandonado. O reportório cerâmico da *villa* apresenta indicadores que permitem pensar em abastecimentos até inícios do século V[7], mas a vivência no local não se irá prolongar por muito

[6] Colaboração entre a Universidade de Évora e a Faculty of Archaeology da Leiden University, financiada pela Prins Bernhard Culture Foundation, e concretizada em duas edições (01/2018 e 03/2019). Os trabalhos foram desenvolvidos por uma equipa da Universidad de Cadiz-UCA GPR service, sob a direcção de Lázaro Lagostena Barrios, utilizando uma antena Stream- X 200 mHz. Os primeiros resultados foram divulgados em CARNEIRO, GARCÍA, SÁNCHEZ, STEK E KALKIERS 2019.

[7] Entre as tipologias cerâmicas registadas, refiram-se como morfotipos mais habituais as formas Hayes 50, Hayes 61, Hayes 58 e 67 e Hayes 59, sendo de notar que estes materiais provêm esmagadoramente de prospecções de superfície. Outros materiais cerâmicos, como as ânforas e *terra sigillata* hispânica tardia, que foram parcialmente publicados, são concordantes com os parâmetros cronológicos indicados.

mais tempo. Possivelmente no final da centúria inicia-se um processo de abandono planeado: não só não existem quaisquer indicadores que apontem para destruições ou incêndios, como o facto de praticamente não existirem materiais esquecidos em níveis de abandono indica-nos que ocorreu um processo organizado de retirada do local.

O abandono da *villa*, contudo, não é definitivo. Em intervalo não superior ao espaço de uma geração – ou seja, em 25 anos, nos meados ou finais – verificam-se indicadores de presença humana, de uma forma consistente, variada e estendendo-se a todas as áreas intervencionadas até ao momento. Para que se possam avaliar os indicadores que o processo de escavação e registo recuperou, analise-se de modo detalhado e por áreas sectoriais os sinais de presença humana durante esta fase.

3.1. O interior da sala de dupla ábside

Os cerca de 100m^2 da sala de dupla ábside coroada pelo *stibadium* encontravam-se preenchidos por uma espessa camada de derrube (UE22) correspondendo ao colapso das paredes. Quando em 2012 se iniciou a escavação, a descoberta (a cerca de 30cm de profundidade) de uma camada repleta de argamassas e bocados de mosaico revirados e fragmentados, por vezes pulverizados (UE 22), augurava um péssimo estado de conservação para os elementos estruturais. Todavia, o decorrer da escavação veio a revelar que estes mosaicos não se encontravam, afinal, no pavimento, mas faziam parte do programa decorativo das paredes, tendo colapsado juntamente com os enormes blocos de pedra e argamassa, criando uma camada universal em todo o espaço da sala que apresentava considerável potência (em média, 40cm de altura).

Sobre o nível de pavimento encontrava-se uma camada residual que indicava um momento que precede o definitivo colapso das paredes, na qual escassos materiais foram recolhidos, embora com alguns elementos osteológicos relevantes [UE33]. O elemento mais significativo, contudo, está marcado no próprio pavimento de *opus signinum*: um conjunto de perfurações de planta redonda evidenciam o uso de materiais lígneos, ou postes em madeira, para construção de uma estrutura de abrigo temporário (Figura 4). Embora em termos tipológicos não corresponda ao conceito, temos o



Figura 4 – Ortofotomapa no final da campanha de 2019 com indicação dos alinhamentos de buraco de poste na sala do *stibadium* (sobre imagem obtida pela Geodrone).

equivalente a uma *longhouse*, uma forma de arquitectura vulgar nos territórios peninsulares durante este período, mas raramente documentada em Portugal. Outro sugestivo testemunho identificado reside no facto de na UE33 terem sido recolhidos ossos de cavalo (Valente e Carneiro, 2015), indicando que pessoas e animais partilhavam a ocupação deste espaço abandonado que ainda permanecia com as paredes em bom estado, uma vez que o colapso da UE22 sepulta estes indicadores. No interior da sala outra evidência negativa existe: todas as placas de mármore que forravam o rodapé das paredes, bem como marcavam o pequeno desnível existente entre o espaço do *stibadium* e a sala, serão arrancados, tendo apenas sobrevivido os fragmentos de mármore protegidos pelos rebordos do *opus signinum*. A utilização das placas para a obtenção de cal terá sido o motivo para o seu arrancamento (Figura 5).

3.2. O pequeno peristilo

Enquanto a sala de dupla ábside ainda se encontrava com os alçados em bom estado, o processo de ruína já havia começado no espaço do peristilo lateral. Todo o *impluvium* se encontrava integralmente preenchido por uma camada de ímbrices (UE72), correspondente ao telhado dos corredores do peristilo que, em processo de derrube normal, deveria ter caído sobre as alas de circulação. Esta densa camada de telhas foi atirada para o tanque, de modo a preenchê-lo por completo mas, em dado ponto, foi encontrado um orifício que perfurou todo o derrube e, inclusivamente, o próprio *opus signinum* do tanque[8] (Figura 6). Outros orifícios foram identificados nesta zona, embora com marcas menos evidentes, definindo o contorno do que parece ser uma zona de contenção de animais. Esta hipótese surge na sequência da identificação de uma camada sobre a ala Este do peristilo, na qual numerosos ossos foram encontrados, incluindo mandíbulas (UE16) (Figura 7). Nesta unidade também se encontraram elementos importantes para a análise das estratégias de subsistência económica de quem ocupou este espaço. Assim, entre os materiais cerâmicos, destaca-se a presença de numerosos fragmentos pertencentes a um *dolium* de fabrico grosseiro. Da mesma forma, sobre o pavimento do peristilo foi também encontrado um fragmento de movente em granito. No canto nordeste, junto a uma escada de comunicação com o peristilo



Figura 5 – Fotografia do alçado do muro norte na sala do *stibadium* com evidência de arrancamento das placas de mármore do revestimento.



Figura 6 – Enchimento do *impluvium* do peristilo pequeno [UE72] com orifício de buraco de poste em primeiro plano.



Figura 7 – Camada de derrube sobre pavimento (UE16) com numerosos indicadores de restos de consumo (em primeiro plano, uma mandíbula de ovino).

[8] Sobre este pavimento foram recolhidas duas moedas que apontam para datações de finais do século III ou inícios do IV, e no nível topográfico mais acima, junto ao rebordo Oeste do pavimento, foi recolhida outra moeda idêntica.

principal, foi despejada uma grande quantidade de resíduos que incluía ossos cortados, envoltos em sedimento escuro que continha também fragmentos de cerâmica, com técnicas de fabrico e de depuração de pastas extremamente rudimentares. Esta UE68 era composta por um sedimento tão escuro que inclusivamente enegreceu as pinturas que revestem os muros de canto deste peristilo.

3.3. Cubículo lateral Este do pequeno peristilo

Neste espaço foi parcialmente escavado um *cubiculum* na ala Este. No seu interior, temos um revestimento em *opus signinum* que encosta a paredes revestidas com pinturas murais embora, nesta área, o grau de arrasamento motivado pelos trabalhos agrícolas e por uma fraca potência de solo não permita uma leitura clara.

Precisamente no centro deste pequeno compartimento encontra-se uma larga perfuração com cerca de 40cm de diâmetro que corresponde à inserção de um poste. Pela implantação no compartimento e pelas dimensões, é legítimo pensar que foi aqui colocado um elemento vertical em madeira que sustentasse um telhado que poderia já apresentar sinais de ruptura estrutural. Desta forma, procurava-se conseguir prolongar um pouco mais – embora de maneira precária – o uso do espaço. A escavação do interior deste compartimento não trouxe dados significativos do ponto de vista da cultura material, mas permitiu identificar um elemento de enorme relevância: trata-se de uma base de coluna em fino mármore de Estremoz, delicadamente trabalhado, e sem paralelo em nenhum outro elemento ornamental identificado até ao momento (as bases de coluna do peristilo grande são em granito). O dado mais relevante, contudo, residiu no modo como se encontrava colocada: a base de coluna estava em posição invertida, ou seja, com o plinto de base voltado para cima, possibilitando a sua utilização como assento. A sua implantação também não é casual: encostada à parede Este a meio do compartimento, alinhada de modo perfeito com a entrada deste, permite também um domínio visual sobre toda a ala sul do peristilo pequeno.

3.4. O grande peristilo e a entrada da sala do *stibadium*

A entrada da grande sala de dupla ábside está antecedida por um peristilo largo, delimitado em todo o perímetro por um murete com bases de coluna a cada canto. Novamente encontramos a presença da água, visto que o espaço é definido por um canal de circulação, que apresenta formato em exedra nos eixos visuais de entrada da sala. Por este motivo, também este espaço apresenta pavimentos em *opus signinum*. Quanto ao interior do peristilo, parece ter servido como espaço de jardim, visto que não se encontram indicadores estruturais.

O sedimento que preenche integralmente este espaço (UE108) é de tonalidade escura e apresenta uma grande heterogeneidade, correspondendo a uma nova camada de despejos. Nesta encontraram-se alguns fragmentos de cerâmica comum tardia, com grandes bordos de lábio voltado para o exterior e com abundantes marcas de fogo, que são característicos deste momento final de ocupação, pois alguns exemplares têm sido recolhidos em unidades situadas nos espaços anteriormente referidos. É possível que, após o final de utilização deste espaço na fase imperial, este jardim inserido em ambiente ricamente decorado tivesse sido utilizado como mero espaço de despejo de lixos e restos de comida.

4. ANALISANDO: OS PROCESSOS DE PRESENÇA PÓS-IMPERIAL EM HORTA DA TORRE

Reunindo todos os dados, alguns feixes de leitura devem ser realçados.

Em primeiro lugar, parece evidente que quem ocupa a *villa* da Horta da Torre o faz após um breve espaço de tempo em relação ao prévio abandono do local. Ou seja, as estruturas são reocupadas enquanto ainda estão de pé, mas com sinais de pré-colapso ou em quebra pontual.

Embora não existam dados sobre o processo de cobertura da sala de dupla ábside, onde se encontra o *stibadium*, este parece ser o único espaço onde não se regista qualquer sinal de degradação prévio à chegada de quem se instala. Ou seja, a cabana é construída no centro de uma sala abandonada, mas ainda em bom estado de conservação. No caso do pequeno peristilo, esse abandono ocorre após um considerável intervalo de tempo, tendo já a cobertura ruído, pelo menos em parte do peristilo (visto que na ala noroeste o derrube ainda se preservou até ao momento de escavação). No caso do pequeno compartimento lateral, procedeu-se ao reforço do telhado, o que indica que existiria já algum tempo decorrido entre o abandono do local e a sua reocupação, com um telhado ameaçando colapso.

Desta forma, podemos estimar um tempo de intervalo não inferior a uma geração – ou seja, entre 25 e 50 anos decorridos entre o abandono em fase imperial e esta reocupação precária. Se a *villa* é abandonada em inícios do século V, conforme proposto, então teremos

uma fase de ocupação em torno a meados/finais do V. Para consolidar esta proposta, note-se que o quadro material que caracteriza esta reocupação não tem nada a ver com o proposto para um sítio arqueológico próximo, a Casa da Medusa em *Abelterium* (Quaresma e António, 2017): enquanto este "pacote" artefactual tem nexos de ligação ao momento anterior, no caso da Horta da Torre a seriação dos materiais demonstra uma quebra com os paradigmas do mundo romano, em sistema autárcico de mera subsistência.

É importante notar que esta reocupação também não parece ter tido uma duração prolongada. Não existe qualquer indicador que mostre que a comunidade que se instala na *villa* abandonada permanece durante muito tempo. Trata-se, verdadeiramente, de um processo de ocupação *squatter*, ou seja, temporário. Os indicadores económicos e de subsistência são precários, não mostrando qualquer pretensão de instalação duradoura. Guardam-se animais no peristilo pequeno, procede-se à depredação das placas de mármore da sala do *stibadium* e reutilizam-se materiais como a base de coluna e mós: todos estes fenómenos podem ser entendidos em perspectiva meramente utilitária e imediata. Tudo parece ser precário, desde a instalação da cabana ao reforço de telhados evitando o seu colapso, ou o arremesso das telhas para o interior do *impluvium* abandonado para facilitar a circulação. Não se detectam remendos ou a tentativa de colocar espaços ou materiais a funcionar, apenas a tentativa de prolongar as possibilidades de uso de algumas áreas. Da mesma forma, toda a percepção do espaço construído pré-existente é também meramente utilitária, não havendo qualquer tipo de investimento nem concessão ao conforto. Trata-se apenas de utilizar os espaços como abrigos e zonas de despejos, sem qualquer investimento. É provável que os espaços fossem utilizados até colapsarem, ou abandonados antes.

A cultura material é precária, com cerâmicas que apresentam características técnicas grosseiras. Os elementos recolhidos encontram-se expressivamente fragmentados, dado o contexto de despejo ou de lixeira. São habituais as formas alongadas de perfil em S, com evidentes marcas de combustão e de intensa utilização em contexto culinário. As peças apresentam-se com fabricos grosseiros, constituídos por pastas pouco compactas e depuradas, com matrizes graníticas e elementos não plásticos bem evidentes. As superfícies foram sumariamente tratadas, com cozeduras redutoras a baixa temperatura, deixando assim peças com uma evidente semelhança aos protótipos proto-históricos comuns na região. Não sendo este o local indicado para discutir as características técnicas dos elementos cerâmicos encontrados, não deixa de ser necessário notar que existem semelhanças com os materiais recolhidos em povoados sensivelmente contemporâneos (VI/VII) na zona da Serra de S. Mamede (Prata, 2017), embora em contexto fisiográfico bem distinto, pois trata-se de uma paisagem de serra que propicia a implantação em *povoados escondidos* (Carneiro, 2016). No restante, estes materiais cerâmicos inserem-se na pauta conhecida para outras regiões peninsulares em fase pós-imperial (vejam-se por exemplo as TL1 em Vigil-Escalera Guirado, 2006: 732-733), antes das mudanças em tipologias e decorações que o século VII trará, assim denunciando estratégias comuns, mais do que redes de troca ou de interacção que parecem difíceis de rastrear.

Da mesma forma, o perfil de consumo de animais centra-se em espécies ovi-caprinas, denunciando uma economia de tipo pastoril: as percentagens de *Ovis* e *Capra* sobem consideravelmente neste período (UE16 com 38,5%), por contraste com o verificado em fase imperial, baixando as frequências de bovinos e suínos. Note-se que uma expressiva quantidade de ossos recolhidos na UE16 apresentam evidências de carbonização, bem como marcas de terem sido cortados ou de terem sido roídos (Valente e Carneiro, 2015), o que é coincidente com os contextos de despejo aleatório (ou seja, não concentrados em lixeira) que a escavação documenta. Nesta perspectiva, é evidente a associação entre os ossos com marcas de consumo e os registos cerâmicos encontrados, maioritariamente constituídos por panelas largas com abundantes marcas de combustão, o que demonstra os padrões de consumo alimentar no local, sobretudo à base de estufados e guisados.

Neste sentido, importa fazer notar que, até ao momento, não existe qualquer elemento identitário que permita conhecer quem (re)ocupou a *villa* da Horta da Torre. A cultura material é pobre, constituída pelos elementos atrás descritos, que não permitem caracterizar as pessoas que viveram naquele espaço. Evitem-se, por isso, os qualificativos de cariz étnico que são por vezes apressadamente utilizados sem critério.

Registe-se também que, até ao momento, não existe qualquer indicador que aponte para uma presença cristã ou uma cristianização do local, visto que não há elementos estruturais ou artefactuais que documentem esta presença. Esta é também a única *villa* da área envolvente que, no decurso do processo de organização do território entre as diversas ordens religiosas e militares que ocorre durante o século XIV/XV, não assis-

te à construção de um templo cristão que se sobrepõe ou se ergue na envolvente das estruturas romanas. Esta dupla lacuna - seja de uma *marca cristã* na ocupação antiga ou de uma *remarcação cristã* na estruturação do território em época medieval – é significativa e relevante, não só porque anómala em relação ao quadro regional (Carneiro, 2014: I 268-275), mas porque a acção da Igreja enquanto agente organizador do território e "administrador patrimonial" (Díaz, 1994: 307) é determinante para os nexos de estabilidade durante este período. A ausência (até ao momento) mostra, portanto, um vazio de controlo sobre o sítio, seja por acção de elites cristianizadas, seja pela Igreja.

5. ENQUADRANDO: A DESESTRUTURAÇÃO DA PAISAGEM IMPERIAL E AS MUDANÇAS NA PRESENÇA HUMANA NOS SÍTIOS

5.1. Comportamentos

O aparecimento de estruturas lígneas ou efémeras na *Hispania*, a partir do século V, é um fenómeno que se tem tornado conhecido, com exemplos multiplicados nos últimos anos graças a novos protocolos de escavação mais atentos e interessados na detecção das *evidências ténues*. Em outras regiões do Império estas realidades eram conhecidas de há muito, com paradigmáticos exemplos em casos da *Britannia* (Hamerow, 2004), das Gálias (Peytremann, 2012) e na península itálica (Valenti, 2004) – apesar dos constrangimentos que a "arqueologia de contrato" aqui enfrenta, com curiosos paralelos com a situação portuguesa – elencando apenas os mais significativos exemplos e as publicações que apresentam casos de estudo nas regiões intra-Império (visto nos territórios para lá do *limes* a problemática é mais complexa).

Para o caso hispano, a década de 90 permitiu um conjunto de intervenções diferenciadoras, quer pela escala territorial, que possibilitou a detecção e escavação de sítios fora do "padrão-*villa*" e com estruturações dispersas que atingem as dezenas de hectares (entre outros títulos do autor, ver Vigil-Escalera Guirado, 2009), quer sobretudo, pelo modo como se começou a conceptualizar as problemáticas de uma forma totalmente distinta do que até então ocorria. O fluxo de dados permitiu que se passasse para um outro nível de interpretação, ultrapassando o já esgotado debate que recorre a qualificativos generalistas como "crises", "decadências" ou "continuidades", para procurar perceber o modo dinâmico como as sociedades rurais se adaptaram a novos quadros de vida. Assim, estas estruturas deixaram de ser vistas como meros albergues de "sociedades simples, pobres e itinerantes" (Quirós Castillo, 2017: 2) para se procurar perceber, de facto, como reflectem estratégias interventivas e transformadoras. Com arqueólogos mais sensíveis à detecção e análise das estruturas de *evidências ténues* também se tem conseguido caracterizar melhor a extraordinária versatilidade dos sistemas construtivos, que vão das *Longhouses* que parecem emular arquétipos áulicos onde residem elites que centralizam o poder, às *Grubenhauser* que demonstram conceitos elaborados e complexos na organização do espaço intra- e inter-doméstico, até às estruturas simples de buracos de poste com variadas planimetrias, terminando nos sistemas "rebaixados" ou "afundados", uma pobre tradução dos *Sunken-Feature Buildings* (SFB, ou EFR na terminologia espanhola) identificados em variados territórios (para uma sistematização e aplicação conceptual dos polimorfismos, ver Tejerizo García, 2015, 256-274). Esta variedade forçou o abandono do preconceito étnico que ligava estes modelos de planificação e organização do espaço à instalação de contingentes germânicos, algo que a investigação arqueológica não confirma e que a diversidade de modelos arquitectónicos contradiz.

O impacto desta nova forma de olhar para as evidências e colocar novas problemáticas faz-se sentir em muitos âmbitos, mas aquele que me parece passível de destaque é básico: um novo olhar sobre as pessoas.

Desde logo, as pessoas de hoje: novas formas de trabalhar, com redes colaborativas de perfil interdisciplinar (a título de exemplo, vejam-se os contributos em Quirós Castillo, 2019), e a formação académico-científica de novas gerações com paradigmas de trabalho que se traduzem na capacidade de pensar e questionar para além dos postulados tradicionais.

Mas sobretudo, o que os avanços recentes permitiram trazer à luz será a notável capacidade resiliente e adaptativa de comunidades que têm sido geralmente ignoradas pela investigação: o campesinato que povoa a paisagem rural. Se em época imperial muito pouco sabemos sobre as forças de trabalho e a *classe média* que procede à dinamização das redes de povoamento, para o momento seguinte o olhar dirigido também era quase inexistente, visto que no quadro tradicional de investigação predominava a identificação dos *invasores bárbaros* e dos agentes tradicionais, como as elites fundiárias e os decisores da Igreja.

Olhando de novo para o caso de Horta da Torre, duas realidades se unem: o prévio abandono planeado do espaço arquitectónico, seguindo modelos bem definidos para outras áreas regionais (Valenti, 2004:

47*ss*), e a subsequente reocupação por parte de agentes transformadores desse mesmo espaço, o que demonstra as mudanças nas fórmulas de poder, representação social e alterações de estratégias económicas decorrentes do final de um modelo de gestão que podemos considerar como "imperial". Se nada sabemos sobre a identidade destes agentes – quem foram estas pessoas? –, também nada nos impede de pensar na sequência de um processo dinâmico normal, motivado por mecanismos internos às comunidades da região e incrementado por um vazio de poder.

Assim, e ao contrário do que sucede na grande maioria dos casos, em Horta da Torre temos a construção de um abrigo perecível *no interior* de uma construção áulica abandonada. Ou seja, não temos uma fundação *ex novo* que resulte do estabelecimento de comunidades no seguimento da reorientação das estratégias de subsistência – vejam-se os casos de Soida e São Gens, por exemplo, que Catarina Tente tem escavado na Beira interior (entre várias referências possíveis, remeto para o artigo de síntese de Tente, 2012). Em Horta da Torre, de forma distinta, temos uma residência que previamente foi abandonada de modo planeado e sistemático, daí resultando um espaço livre com plenas potencialidades para ser ocupado e utilizado.

O processo subsequente mostra como quem ocupa a sala do *stibadium* tem preocupações meramente pragmáticas e utilitárias, sem atender a outros critérios. Desde logo, a concepção do espaço construído no interior do previamente existente: a organização dos buracos de poste no pavimento da sala permite pensar que a estrutura teria uma organização sub-rectangular, aproximando-se mais dos modelos de "planta em barca", o que implica uma perda dos conceitos clássicos da ortogonalidade e dos módulos regulares de segmentação dos espaços que não é frequente na *Hispania* até fases plenomedievais (por exemplo, Tejerizo García 2015: 259). Note-se que nas construções dos *povoados fluviais* e *povoados escondidos* no Alto Alentejo os módulos habitacionais se organizam de forma ortogonal (Carneiro, 2016: 289-291), no decurso da tradição anterior.

Esta distinta forma de concepção do espaço encontra paralelo em outro tipo de comportamentos.

Em Horta da Torre, o mencionado achado de ossos de *Equus caballus* no interior da sala confirma uma das características típicas das *longhouse*, que consiste na coexistência de animais e de pessoas sob um mesmo texto, estando os primeiros em zona reservada num dos extremos (Quirós Castillo, 2017: 5 com bibliografia), embora as variantes conhecidas de *casa-estábulo* sejam muitas, quer por motivos regionais, quer pela diacronia. A este título, relembre-se que, na região alentejana, existiam situações de coabitação entre pessoas e cavalos ou animais de transporte (burros e mulas) até décadas recentes, com construções específicas para este efeito. Todavia, recordo que o emprego do termo *longhouse* para o exemplo de arquitectura lígnea na sala do *stibadium* da Horta da Torre peca por excesso, uma vez que o registo de ocupação aqui registado é modesto em dimensões e investimento construtivo, além de precário no tempo: trata-se de um abrigo que funcionou em regime curto, em verdadeiro modelo *squatter*. Da mesma forma, o uso deste termo configura duas realidades que não se cumprem: o termo implica um marcador de relevante complexidade social, com a presença de elites e de uma comunidade em volta; e, consequência da anterior, um modelo de povoamento com habitações secundárias em torno da *longhouse* principal. Até ao momento, na escala da intervenção conduzida no sítio em estudo, nenhum destes elementos foi registado, o que também se explica pela anterioridade da presença (ou seja, a Horta da Torre regista um momento precoce em relação aos modelos conhecidos que evoluem a partir do século VII). Finalmente, é ainda importante notar que a construção no interior da sala do *stibadium* foi totalmente feita em materiais perecíveis e efémeros, não deixando por isso rasto para além dos buracos de poste, e não implicando a reutilização de materiais, nem sequer nas telhas de cobertura, o que implica um efectivo corte com tradições anteriores (Tejerizo García, 2015: 262). Neste feixe de raciocínio, e tal como já foi referido, a espoliação das placas de mármore nos rodapés da sala destina-se à sua transformação para obter cal, não se verificando qualquer tipo de reutilização ou *spolia*.

5.2. Arquitecturas: a (re)ocupação dos espaços

A construção em materiais efémeros ou lígneos é um fenómeno recorrente na *Hispania* a partir do século V, como mencionado anteriormente. Menos frequente é a construção no interior de estruturas previamente habitadas, o que, como também foi mencionado, implica uma radical alteração nos modos como se entende e percepciona esses mesmos espaços – um corte epistemológico, por assim dizer. Refira-se que, no âmbito do conjunto de transformações que as *villae* atravessam na sua última fase de presença humana – necropolização, reconversão em espaço de produção, construção de edifício cristão e *squatterização*

– este será o processo menos frequente na *Hispania* em termos numéricos. Nos processos de ocupação pós-abandono podemos isolar duas situações: a ocorrência de construções de pedra seca sobre estruturas anteriores e a construção de abrigos em materiais lígneos em estruturas pré-existentes, que, por sua vez, é também a menos frequente (ver síntese em Chavarría Arnau, 2005).

Façamos uma sintética listagem dos casos conhecidos, relembrando que só foram consideradas construções *no interior* de espaços habitacionais da *pars urbana* (a partir de Chavarría Arnau, 2007):

Villa	**Província**	**Estrutura**	**Ambiente**	**Cronologia**	**Referência principal**
Vilauba (Girona)	Tarraconense	Estrutura de 6,25m x 3 com planta rectangular	Sala no sector central do edifício	VI-VII (TSCD, placa liriforme, arreio de cavalo em bronze	CASTANYER e TREMOLEDA 1999: 156-157
Tinto Juan de la Cruz (Pinto, Madrid)	Tarraconense	Não surge descrita, mas na fig. 21 vêem-se quatro buracos de poste de formato sub-rectangular junto a um silo.	Recinto III (Sala ampla com pavimento de *opus signinum*)	Finais do séc. V/ inícios do VI com espólio que inclui armas e TSHT	BARROSO *et alli* 2001
El Val (Alcalá y Henares, Madrid)	Tarraconense	Estrutura rectangular de 14x9m	Na sala principal, perfurando o mosaico do "auriga vitorioso"	Finais do V (TSCD)	RASCÓN MARQUÉS, MÉNDEZ MADARIAGA, DÍAZ DEL RIO, 1991
El Salar (Granada)	Betica	Não descrita, apenas mencionando "agujeros de poste"	*Ambulacrum* (mas nas fotografias (2014: I. 5) também existem no *triclinium*)	Séculos IV-V[2]	GONZÁLEZ MARTÍN 2016: 323
Morosanto (Ronda, Málaga)	Betica	Buracos de poste em torno de um pilar central (a área escavada foi reduzida por se tratar de uma sondagem e não se descreve a planta)	*Natatio* integrada na *pars urbana*	Enchimento a partir de 2ª metade séc. V (Hayes 51 e 53b); ocupação posterior	CASTAÑO AGUILAR 2016
Milreu (Estói, Faro)	Lusitania	Buracos de poste perfurando um pavimento em mosaico	Compartimentos em sala anexa à área princiapl	Não há descrição	TEICHNER 2008

[2] Proposta apresentada sem elementos datantes, pelo que a cronologia parece merecer revisão. A hipótese de séc. VI apresentada em GONZÁLEZ MARÍN 2014: 182 é mais realista.

Apesar da diversidade de situações registadas, existem alguns nexos de ligação. Por exemplo, em *todos* os casos os autores concordam na presença de uma ocupação temporária, pelo que o termo *squatter* (ou, na versão espanhola, "ocupas") está justificado pelo cariz precário da presença. Ou seja, no critério de pesquisa seleccionado, na qual se incluíram apenas construções lígneas, as cabanas são a derradeira forma de presença humana.

Note-se também a geografia do processo, que não está vinculado a áreas regionais concretas, mas dissemina-se pelas três províncias (ao qual haveria a incluir outras formas de presença precária não consideradas), com uma expressiva representação bética, o que parece afastar a vinculação étnica que geralmente é atribuída a este processo, nomeadamente as "correrias bárbaras".

Todavia, há a considerar o inerente processo de "des-monumentalização", ou seja, todas as presenças estão associadas a uma processo de pilhagem das construções que servem de instalação. Não há intenções de reparação ou recolocação, mas de subtracção do existente. Em certas situações, como alguns casos na Gália e, de forma evidente, em El Val, há um desin-

teresse ostensivo pelo existente, com a perfuração do pavimento em mosaico da sala. Faço ainda notar que em todas estas situações parecem ocorrer fenómenos não-organizados, funcionando a uma escala grupal: retira-se o que se pode retirar (o exemplo das placas de mármore na parede Norte da sala do *stibadium* em Horta da Torre é significativo), sem que exista evidência de maquinaria e de gestão organizada de processo como sucede nos aglomerados urbanos (onde guindastes são utilizados). A ruína é um espaço activo de presença humana, mas o entendimento do espaço por parte de quem a procura alterou-se dramaticamente face ao período anterior.

5.3. A desestruturação da paisagem imperial

Um dos mais disruptivos textos do início do novo milénio questionava o que tinha sucedido às habitações das elites rurais entre o século V e o VI (Lewit, 2003). Assim, de um modo assertivo, Tamara Lewit quebrava um antigo postulado que via as continuidades entre *villae* e vilas medievais, ou as pretensas ligações entre estes antigos sítios romanos e as aldeias que surgiam da progressiva "proletarização" (usando um vocábulo de teor marxista) ou "feudalização" dos campos. Nesta leitura tradicional dava-se assim continuidade a um outro postulado, derivado dos *topoi* literários e historiográficos, que via no Baixo Império o momento de "fuga das cidades", com as elites refugiando-se no bucolismo da paisagem rural onde melhor podiam gerir as suas redes de influência – uma leitura que via na monumentalização das *villae* no século III/IV um sintoma dessa mesma "fuga", mas que cada vez mais vai sendo questionada e problematizada, embora não seja este o local para discutir este assunto.

Afinal, o que a realidade arqueológica crescentemente demonstra é a diversidade de situações que contradita um modelo evolucionista linear "da *villa* à vila". Lewit demonstrava a pluralidade de situações (para o caso hispânico, ver Chavarría Arnau, 2007) que inviabilizava essa leitura de continuidade demonstrando, inclusivamente, uma "segunda revolução cultural" (2003: 271) e que afectavam tanto o mundo urbano como o rural. Nesse sentido, um olhar mais atento para a diversidade regional do Alto Alentejo permite perceber como neste território também se verificam substanciais alterações intra- e inter-sítios (Carneiro, 2014: vol. I, cap. 10). Não havendo espaço para uma reflexão mais profunda e abrangente, registe-se que uma das chaves de leitura para o que se passa em Horta da Torre pode ser encontrado na *villa* vizinha: o caso de Torre de Palma (na ausência de um estudo que dê a conhecer as numerosas campanhas arqueológicas conduzidas por diferentes protagonistas, veja-se Lancha e André, 2000). De facto, enquanto no sítio monfortense temos uma dinâmica de crescimento, que inclusivamente leva a crer que o século V constitui um momento de *floruit* na capacidade produtiva e económica (ampliações na basílica, lagar e adega, seguindo os autores citados), em Horta da Torre, a curta distância, temos o fenómenos inverso, com o início do processo de abandono. A forma como dois sítios vizinhos conhecem tão antagónicos processos merece algumas tentativas de explicação.

Dois feixes de processos merecem atenção. O primeiro reside no fenómeno conhecido como *massae fundorum*, segundo o qual, a partir do século IV, se intensifica um fenómeno de concentração de propriedades rurais sob a égide de um mesmo proprietário, assistindo-se ao desaparecimento da *classe média* que povoava os campos, habitando em casais agrícolas e, em segunda fase, à integração de vários *fundi* de *villae* em domínios de maiores dimensões. Este processo, que está bem evidente em todo o sudoeste peninsular, tem paralelo em outras áreas regionais, onde os mecanismos de mudança são similares (ver, por exemplo, para a *Betica* García Vargas e Vázquez Paz, 2013). Note-se que a Igreja é um activo protagonista neste processo, assumindo de várias formas a posse de terras, tornando-se um "multiproprietário" (entre outros, o incontornável Jones, 1973).

O segundo processo, paralelo e em certo aspecto causa/consequência do anterior, reside na progressiva implementação de uma prática agrícola menos intensiva e especializada do que ocorria em época anterior, seja pela perda do domínio de técnicas e do "saber-fazer" próprio de época imperial, seja pela maior disponibilidade de uma mão de obra indiferenciada (sobretudo Wickham, 2005). Surge uma economia rural que poderíamos designar de "banda larga" e/ou baseada no agro-pastoralismo extensivo. Neste caso, o Alto Alentejo assume-se como um importante laboratório de análise, visto que estas duas realidades estão bem presentes. O fenómeno de "pastoralismo" em Horta da Torre (evidente nos registos osteológicos) é compaginável com as estratégias de economias de largo espectro dos *povoados fluviais* e *povoados escondidos* que se manifestam nesta área regional – embora, note-se, em *sub-áreas* com oportunidades económicas específicas – e que traduzem estratégias autárcicas de subsistência aproveitando recursos flexíveis, diversificados e mistos (pastorícia e agricultura não-especializada) com elevados índices de mobilidade e relações fluidas com o território.

Este mecanismo de mudança na organização económica destas comunidades avança em paralelo com outras alterações no quotidiano, nomeadamente nos sentimentos religiosos e nas relações de sociabilidade. Neste âmbito, parece tornar-se cada vez mais claro o modo como as elites civis dos *possessores* vão dando passo a figuras próximas destas pequenas populações, assumindo o papel de *vir honestus* que a epigrafia da época nos demonstra (Carneiro, 2014: v. I, p. 262--274). A basculação de valores, dos "homens fortes" para a autoridade religiosa e a *tumulatio ad sanctus*, está em marcha, conferindo uma configuração social completamente distinta aos campos lusitanos.

6. DISCUSSÃO FINAL

Em toda esta argumentação a tónica é colocada nos processos internos das comunidades rurais ao longo dos séculos V e VI. Seria mais cómodo propor "invasões" ou chegadas de novas populações, mas no caso da Horta da Torre, nada autoriza (por enquanto) este tipo de argumentação. Parece claro que a explicação deve ser alicerçada nos protagonistas esquecidos do quotidiano rural na *Lusitania*, que uma investigação mais atenta tem permitido trazer à luz da investigação: o campesinato.

Da mesma forma, o exemplo da Horta da Torre mostra como uma metodologia de trabalho sistemática e super-intensiva pode trazer resultados insuspeitos para a investigação e análise, nomeadamente através da detecção das *evidências ténues* tanto tempo ausentes do protocolo de registo. Exige-se cada vez mais a atenção aos processos de trabalho, mas sobretudo, uma flexibilidade interpretativa que permita integrar protagonistas durante tanto tempo ignorados pela investigação.

BIBLIOGRAFIA

ALLISON, Penelo M. (2001) – Using the material and written sources: turn of the millennium approaches to Roman domestic space', *American Journal of Archaeology* 105 (2), pp. 181-208.

BARROSO, Rafael *et alii* (2001) – Los yacimientos de Tinto Juan de la Cruz (Pinto, Madrid). Observaciones en torno al problema de las 'necrópolis del Duero' y el asentamiento visigodo en la Península Ibérica. *Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileña* 11, pp. 129-204.

BROGIOLO, Gian Pietro; CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra (2005) – *Aristocrazie e campagne nell'Occidente da Constantino a Carlo Magno*. Firenze, All'Insegna del Giglio.

CARNEIRO, André (2005) – *Carta arqueológica do concelho de Fronteira*. Câmara Municipal de Fronteira,/Edições Colibri.

CARNEIRO, André (2014) – *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, *Humanitas Supplementum* nº 30.

CARNEIRO, André (2016) – Mudança e continuidade no povoamento rural no alto Alentejo durante a Antiguidade Tardia. Encarnação, José; Lopes, M. Conceição; Carvalho, Pedro C. (coord), *A Lusitânia entre romanos e bárbaros. VIII Mesa-redonda Internacional de Lusitania*, FLUC, Coimbra-Mangualde, pp. 281-307.

CARNEIRO, André (2017) – O final das *villae* na Lusitânia romana. O exemplo da Horta da Torre (Fronteira). *URBS REGIA* 2, pp. 56-59.

CARNEIRO, André, GARCIA SÁNCHEZ, Jesus, STEK, Tesse D. e KALKIERS, Roger (2019) – Primeiros resultados do *Fronteira Landscape Project*: a Arqueologia da paisagem romana no Alto Alentejo. *Al-Madan online* IIª Série 22 (tomo 3), pp. 46-54.

CASTAÑO AGUILAR, José M. (2016) – Morosanto in *Las villas romanas de la Betica – Catálogo*, coord. R. Hidalgo Prieto, Sevilla, pp. 610-621.

CASTANYER, Pere; TREMOLEDA, Joaquin (1999) – Trull i cabana de la vil·la de Vilauba, in *Del romá al romànic,* edd. A. Pladevall e P. de Palol, Barcelona, pp. 156-157.

CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra – Considerazioni silla fine delle ville in Occidente. *Archeologia Medievale* XXXI, pp. 7-19.

CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra (2007) – *El final de las* villae *en Hispania (siglos IV-VIII)*. Turnhout, (Bibliothéque de l'Antiquité Tardive 7), Brepols Publishers.

CHRISTIE, Neil (2018) – Introduction. Changing data and changing interpretations in the study of transformations of Late Antique space and society, in *Interpreting transformations of people and landscapes in Late Antiquity and the Early Middle Ages*, edd. P. Diarte-Blasco and N. Christie, Oxford and Philadelphia, Oxbow Books.

DÍAZ, Pablo (1994) – Propiedad y explotación de la tierra en la Lusitania tardoantigua, in *Les campagnes de Lusitanie romaine: occupetion du sol et habitats*, edd. J.-G. Gorges e M. Salinas de Frias, Madrid/Salamanca, Casa de Velazquez/Ediciones Universidad de Salamanca (Collection de la Casa de Vélazquez 47), pp. 297-309.

DURAND, Aline; LEVEAU, Philipe (2004) – Farming in Mediterranean France and rural settlement in the Late Roman and Early Medieval periods: the contribution from Archaeology and environmental sciences in the last twenty years. In *The making of feudal agricultures*, edd. M. Barceló and F. Digaut, Brill, pp. 177-253.

GARCÍA VARGAS, Enrique; VÁZQUEZ PAZ, Jacobo (2013) – Rural population of farmlands south of the Guadalquivir valley in Late Antiquity (fourth-sixth century AD), in *The Theodosian Age (A.D. 379-455). Power, place, belief and learning at the end of the Western empire* edd. R. Garcia Gascó, S. González Sanchez, D. Hernández de la Fuente (BAR International Series 2493), pp. 99-122.

GONZÁLEZ MARTÍN, Carlos – Poblamiento y território en el curso médio del Genil en época romana: nuevas aportaciones arqueológicas. La villa romana de Salar. *Florentia Illiberritana* 25, pp. 157-194.

GONZÁLEZ MARTÍN, Carlos (2016) – Salar, in *Las villas romanas de la Betica – Catálogo*, coord. R. Hidalgo Prieto, Sevilla, pp. 315-323.

HAMEROW, Helen (2004) – *Early Medieval Settlements. The Archaeology of rural communities in Northwest Europe 400-900*. Oxford, OUP.

JONES, A. H. M. (1973) – *The Later Roman Empire 284-602. A social economic and administrative survey,* 2 Vols, Oxford, Basil Blackwell.

LANCHA, Janine e ANDRÉ, Pierre (2000) – *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal. II – Conventvs Pacensis. 1 – A* villa *de Torre de Palma.* 2 volumes, Lisboa, IPM.

LAVAN, Luke; SWIFT, Ellen; PUTZEYS, Toon (2007) – "Material spatiality in Late Antiquity: sources, approaches and field methods," in *Objects in Context, Objects in Use. Material Spatiality in Late Antiquity*, edd. L. Lavan, E. Swift and T. Putzeys (Late Antique Archaeology 5) (Leiden 2007), pp. 1-42.

LAVAN, Luke (2015) – Field methods and post excavation techniques in late antique archaeology: anyone for discussion?, in *Field Methods and Post-Excavation Techniques in Late Antique Archaeology*, edd. L. Lavan and M. Mulryan, Leiden, Brill, pp. 1-13.

LEWIT, Tamara (2003) – 'Vanishing villas': what happened to elite rural habitation in the West in the 5th-6th c.? *Journal of Roman Archaeology*, vol. 16, pp. 260 -274.

PESSOA, Miguel (2008) – Um *stibadium* com mosaico na villa romana do Rabaçal, *Revista de Historia da Arte* 6, pp. 139-161.

PEYTREMANN, Edith (2012) – The Archaeology of early medieval (6th-12th century) rural settlements in France. *Arqueologia de la arquitectura* 9, pp. 213-230.

PRATA, Sara (2017) – Objectos arqueológicos alto-medievais em contexto doméstico: o caso da Tapada das Guaritas (Castelo de Vide, Portugal). *Mediaeval Sophia*, *19*, pp. 413-429.

QUARESMA, José Carlos; ANTÓNIO, Jorge (2017) – Importações cerâmicas no interior da *Lusitania* durante a Antiguidade Tardia: tendências e cronologias da Casa da Medusa (Alter do Chão, *Abelterium*). *Pyrenae* v. 48, n. 2, pp. 53-122.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2017) – *Longhouses*, biografia de la casa y complejidad social en el noroeste peninsular en la alta edad media. *Arqueologia de la arquitectura* 14, pp. 1-21.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2018) – *Treinta años de arqueologia medieval en España*. Archaeopress.

RASCÓN MARQUÉS, S.; MÉNDEZ MADARIAGA, A.; DÍAZ DEL RIO, P. (1991) – La reocupación del mosaico del auriga victorioso en la *villa* romana de El Val (Alcalá de Henares). Un estudio de microespacio. *Arqueología, Paleontología y Etnografía* 1, Madrid, pp. 181-200.

TEICHNER, Felix (2008) – *Zwischen Land und Meer – Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirt-schaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien* (*Stvdia Lvsitana* 3). Merida, MNAR.

TEJERIZO GARCÍA, Carlos (2015) – *Arqueologia del campesinado medieval en la cuenca del Duero (ss V-VIII D.C.)*. Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidad del Pais Vasco [policopiado].

TENTE, Catarina (2012) – Settlement and society in the Upper Mondego basin (Centre of Portugal) between the 5th and the 11th centuries. *Archeologia Medievale* XXXIX, pp. 385-398.

VALENTE, Maria João e CARNEIRO, André (2015) – *Entre a pecuária e a caça: dados preliminares da fauna de vertebrados da villa romana da Horta da Torre (Fronteira)*. Poster apresentado no encontro *O mundo animal na romanização da Península Ibérica*, Lisboa, 26-27 de Junho.

VAN OSSEL, Paul e OUZOULIAS, Pierre (2000) – Rural settlement economy in Northern Gaul in the Late Empire: an overview and assessment. *Journal of Roman Archaeology* 13, pp. 133-160.

VAQUERIZO GIL, Desiderio e NOGUERA CELDRÁN, José Miguel (1997) – *La villa romana de El Ruedo (Almedinilla, Córdoba). Decoración escultórica y interpretación*, Murcia.

VALENTI, Marco (2004) – *L'insediamento altomedievale delle campagne toscane. Paesaggi, popolamento e villagi tra VI e X secolo*. Firenze, All'Insegna del Giglio.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2006) – La cerámica del periodo visigodo en Madrid. *Zona Arqueológica* 8/3, pp. 704-713.

(2009) – Las aldeas altomedievales madrileñas y su proceso formativo. In *The archaeology of early medieval villages in Europe*, edd. J. A. Quirós Castillo, pp. 315-340.

VOLPE, Giuliano (2006) – *Stibadium* e *convivium* in una villa tardoantica (Faragola-Ascoli Satriano)", in *Studi in onore di Francesco Grelle* Silvestrini, edd. M. Spagnuolo, T. Vigorita, e G., Volpe, Bari, Edipuglia, pp. 319-349.

WARD-PERKINS, Bryan (1981) – Two Byzantine houses at Luni. *Papers of the British School at Rome* vol. 49, pp. 91-98.

WICKHAM, Chris (2005) – *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford, OUP.

A CIDADE ROMANA DE BALSA — NOVAS E VELHAS EVIDÊNCIAS DO PERÍODO FINAL DA CIDADE[1]

João Pedro Bernardes[1], Vítor Silva Dias[2]

[1] Universidade do Algarve – CEAACP / jbernar@ualg.pt

[2] Museu Monográfico de Conimbriga – Museu Nacional / CEIS20 | Centro de Estudos Interdisciplinares – Universidade de Coimbra (investigador) / CIDEHUS | Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – Universidade de Évora (colaborador) / vitorsilvadias@gmail.com

Resumo

Desde a identificação feita por Estácio da Veiga no século XIX que a investigação arqueológica sobre a cidade romana Balsa tem sido escassa, excetuando-se nos últimos anos um significativo avanço que o estudo dos materiais dali oriundos proporcionou.

Na sequência de prospeções e sondagens recentemente realizadas, novos dados científicos permitiram aferir a localização do *forum* da cidade, identificar uma necrópole tardia, bem como uma ampla zona urbana constituída por vias e alinhamentos ortogonais com indícios de uma ocupação tardo-antiga.

O estudo destes novos contextos vem adicionar aos indicadores cerâmicos que balizam a sua ocupação até ao séc. VII, novos dados que revelam um pouco mais da última fase da urbe.

Palavras-chave: Prospeções geofísicas, Cidade portuária, Contextos tardo-antigos.

Abstract

Since the identification made by Estácio da Veiga in the 19th century, archaeological research on the Roman city of Balsa has been scarce, except in recent years.

Following prospections and surveys recently carried out, new scientific data made it possible to assess the location of the city forum, identify a late necropolis, as well as a wide urban area consisting of orthogonal paths and alignments with evidence of an late-ancient occupation.

The study of these new contexts adds to the ceramic indicators that demonstrate its occupation until the 7th century new data that reveal a little more of the last phase of the city.

Keywords: Geophysical surveys, Roman port city, Late-ancient contexts.

[1] Texto que se enquadra no âmbito do projeto SAICT-ALG/39581/2018: "*Balsa, Searching the origins of Algarve*"

1. INTRODUÇÃO

Balsa, cidade marítima do sul da Lusitânia, foi localizada em Luz de Tavira, nas quintas de Torre de Aires e das Antas, em 1866, por Estácio da Veiga. Na primeira daquelas quintas efectuou extensas escavações, nomeadamente na necrópole norte da cidade, onde recolheu espólio muito significativo e de referência até hoje da arqueologia romana portuguesa.

Desde então têm sido múltiplos os achados de artefactos e estruturas que vão do século I a.C. (com pouca evidência) até ao século VII, balizas cronológicas estas sugeridas pelo espólio cerâmico recolhido no local (Viegas, 2011, pp. 261 e seg.). Sendo um sítio relativamente pouco conhecido no que se refere à investigação de campo, para além de visitas ou notícias pontuais, como a efetuada por Bairrão Oleiro em 1948, sem grandes consequências para o avanço do conhecimento, são de destacar, ainda assim, os trabalhos de prospeção desenvolvidos em 1977 por Fernando Bandeira Ferreira, Manuel Maia, Maria Maia e Victor Gonçalves. Na sequência dessas prospeções, que permitiram a localização de várias estruturas e bastante material cerâmico, seguiu-se uma campanha de escavações arqueológicas que detetaram "uma conduta de água em *opus incertum*, … e cetárias constituídas por paredes em *opus incertum*…." (Maia e Maia, 1978; Figura 1). Estes trabalhos permitiram a recolha de um volume assinalável de espólio, depositado no Museu Nacional de Arqueologia, tendo as cerâmicas finas e as ânforas sido objeto de um aturado estudo por parte de Catarina Viegas (Viegas, 2006; 2011). Na década seguinte um levantamento e registo de todas as ocorrências arqueológicas de superfície por parte da então arqueóloga do Parque Natural da Ria Formosa Cristina Garcia, indicia que muitas das estruturas anteriormente identificadas tinham sido destruídas (1989).

A partir de então pouco mais se avançou nos trabalhos de campo, assistindo-se a mobilização de terras com a consequente destruição de muitos testemunhos que ainda subsistiam. A crescente sensibilização da sociedade para a salvaguarda da memória do passado, a emergência de associações de defesa patrimonial, a inércia das autoridades face a destruições que aparentavam uma certa impunidade, e ainda notícias pontuais na comunicação social, mais ou menos sensacionalistas, sobre o sítio, como o documentário televisivo "Balsa, cidade flutuante", levaram a empolar uma realidade, pouco conhecida no terreno, mas bem ilustrada com os vistosos objetos recolhidos no século XIX. Rapidamente surgem propostas mais ou menos especulativas sobre como seria a urbe, ocupando o vazio deixado pelos estudos científicos e apresentando uma cidade romana completa, enorme e idílica. "Balsa, cidade perdida", atrativo livro de Luís Fraga da Silva, é o expoente mágico dessa imagem da "(re)construção" da cidade de Balsa, cabendo-lhe o mérito, porém, de contribuir para mobilizar ainda mais as pessoas para a preservação de um glorioso passado romano, a que alegadamente se sobrepunham outros interesses.



Figura 1 – Sondagem das escavações de 1977 realizadas na Quinta da Torre d'Aires por Manuel e Maria Maia.

É neste contexto de uma população atenta e vigilante que, quando em 2016 se inicia um projeto agrícola na quinta da Torre d'Aires, área onde se centrou a localização de Balsa, surge uma onda de contestação e com grande imediatismo que acabou por levar à resolução da Assembleia da República nº 207/2017 de 11 de agosto, que recomendava ao Governo a defesa e preservação das ruínas da antiga cidade. Outra consequência da denúncia às autoridades e indignação popular por o projeto não ter qualquer tipo de acompanhamento patrimonial, foi o embargo da obra

e a exigência de estudos de mitigação de impacto patrimonial que implicou amplos estudos de prospeção de superfície e geofísica seguidos por algumas sondagens efetuados por uma empresa privada, mas com a coordenação científica da Universidade do Algarve, cujos resultados já demos conta (Dias *et al*. 2018) e que, em parte, retomaremos aqui.

2. O QUE SE CONHECE

A longa historiografia do sítio encontra-se intimamente relacionada com a própria evolução da arqueologia portuguesa, em particular com o conhecimento da arqueologia romana da Lusitânia no atual território português. As primeiras referências a Balsa são indissociáveis de Sebastião Estácio da Veiga, cujos trabalhos não deixam dúvidas quanto ao potencial arqueológico da área compreendida entre Santa Luzia e Luz de Tavira. Identificou a antiga cidade romana com as propriedades das quintas das Antas e de Torre d'Aires onde escavou parte significativa de uma necrópole para além de estruturas passíveis de serem identificadas como um edifício termal (Santos, 1971, pp. 232-234). São referidas por aquele arqueólogo algarvio cetárias, necrópoles, edifícios com mosaicos, balneários e condutas de água. No entanto, já antes a memória popular e algumas notícias apontavam para ali a existência de uma cidade antiga, como é o caso do relato que o pároco da Luz da Tavira faz nas Memórias Paroquiais de 1758 (vol. 21, nº 161, fl. 1369): "*e outro sim tem noticia que do sitio do Arroyo ao porto da pedra lemites desta freguesia, que confinão com o dito Rio havia huma Cidade chamada a cidade de Antas, que vulgarmente hoje lhe chamão as Andas, que foy tomada ahos Mouros em tempo de dom Payo Peres da qual ainda hoje ha vestígios de pedraryas Lavradas*".

A "opulenta Balsa", segundo palavras de Estácio da Veiga (1866), tem a sua prosperidade documentada através de diversas fontes. A numismática e a epigrafia neste particular fornecem sólidos e esclarecedores contributos. A representação de atuns, navios e o possível culto a Baal (Gomes e Gomes, 1981/83, p. 163; Mantas, 1990; Maia, 2008, p. 231), juntamente com a legenda *BALS,* parecem atestar a capacidade produtiva na iconografia da cidade. Alguns fragmentos arquitetónicos conhecidos dão também conta da monumentalidade de alguns dos seus edifícios (Figura 2).

A epigrafia de Balsa é notável, dando-nos a conhecer quer diferentes vertentes do seu quotidiano quer algumas das suas mais importantes famílias que contribuíram para a cidade com algumas ações evergéticas,



Figura 2 – Elementos arquitetónicos romanos na chamada "casa das colunas" da Quinta das Antas, em 1989 (Garcia, 1989, foto 50).

nomeadamente na construção do *circus* ou na oferta de espetáculos (IRCP, 73-80).

Destaca-se uma importante elite de libertos, sobretudo entre os séculos I e III, eventualmente ligados ao comércio marítimo mediterrâneo, que justifica a presença na cidade de um espólio rico e de origens muito diversas.

A importância e prosperidade de Balsa, de acordo com os padrões da sociedade romana, são inquestionáveis como comprovam a qualidade e diversidade dos seus materiais arqueológicos (Nolen, 1994; 1997; Santos, 1971; Viegas, 2011; Pereira, 2018). Se a relevância romana de Balsa é ausente de contestação, já a origem pré-romana do topónimo e a localização das origens do burgo, suscita discussão entre os investigadores. Convirá recordar que os indicadores cerâmicos não registam cronologia anterior a meados/finais do século I a. C. (Viegas, 2011, p. 289), balizando segundo Fabião, Arruda e Viegas o início da ocupação de Balsa na Quinta de Torre d'Aires, na primeira metade do século I a. C. (Arruda, 2003, p. 52; Fabião, 1999, p. 37). Entendem estes autores que Balsa primitiva estaria localizada em Tavira ou no Cerro do Cavaco e que terá sido deslocalizada na primeira metade do século I a. C. de forma organizada e administrativa. A origem romana ou pré-romana do sítio carece, todavia, de verificação, nomeadamente através de pesquisa continuada na colina da Torre d'Aires, núcleo central da cidade romana até agora nunca investigado (Bernardes, 2004).

O conhecimento de Balsa decorre essencialmente da sua interessante epigrafia e do espólio em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, sobretudo proveniente das escavações de Estácio da Veiga e das de 1977. Os estudos em torno destas coleções dão-nos uma ideia relativamente desenvolvida das suas dinâmi-

cas comerciais e da vida quotidiana. Nestes estudos de materiais cabe destacar o trabalhos de Jeannette Nolen (1994), que nos apresenta o espólio mais significativo em termos museológicos do sítio, a maior parte dele recolhido aquando das escavações do século XIX, os estudos ceramológicos que Catarina Viegas (2006; 2011) faz dos materiais recolhidos nas escavações de 1977 (no âmbito de um projeto da Câmara municipal de Tavira e da Rede Portuguesa de Museus) ou ainda o recente e minucioso estudo dos materiais oriundos das necrópoles levado a efeito por Carlos Pereira (2018). Obviamente que nesta lista é obrigatório constar o estudo da epigrafia inserido na obra de José d'Encarnação (1984), pelo qual se conhece parte da sociedade balsense e alguns dos seus aspetos político-administrativos e culturais. Se estes aspetos sócio-culturais, completados com a informação dos materiais estudados por J. Nolen e C. Pereira, nos trazem muita informação sobre a cidade e o seu substrato populacional nos primeiros séculos em que a cidade manifesta todo o seu esplendor, os estudos cerâmicos de C. Viegas revelam-se fundamentais para conhecermos os ritmos económicos e as dinâmicas comerciais desta cidade portuária ao longo de toda a sua história. Os objetivos deste estudo de materiais centraram-se no reconhecimento da evolução do perfil de consumo de *Terra sigillata* e sua distribuição cronológica, bem como no conhecimento do perfil dos mercados abastecedores de produtos alimentares transportados em ânforas desde finais do século I a. C. até os séculos VI-VII, época de aparente abandono do sítio (Viegas, 2011). Os resultados da análise de cerca de duas centenas e meia de fragmentos anfóricos depositados no Museu Nacional de Arqueologia, são bem reveladores da natureza portuária desta cidade, nomeadamente pela esmagadora percentagem de ânforas importadas, que atingem mais de 90% no período Alto-imperial (Viegas, 2011: 359).

Apesar de um acumular de informação desde o século XIX, constatando-se a importância patrimonial do local, mas também da região envolvente relacionada com um conjunto de *villae* que existia na periferia da cidade, as destruições do sítio arqueológico foram, como vimos, recorrentes ao longo do século XX. Se a extensa atividade arqueológica, que se tem registado no Algarve nas últimas décadas, tem passado ao lado desta antiga cidade romana (Bernardes, 2010), espera-se que nos próximos anos se dê um salto quantitativo, mas também qualitativo, no conhecimento sobre esta cidade portuária.

3. TRABALHOS RECENTES EFETUADOS[2]

Entre 2016 e 2017, no âmbito de um estudo de mitigação de impactos de um projecto agrícola previsto para os terrenos da Quinta da Torre d'Aires, foram realizadas prospeções sistemáticas e prospeções geofísicas por métodos não invasivos. Seguiram-se quatro sondagens de diagnóstico, minuciosamente posicionadas, de forma a confirmar a correspondência arqueológica das anomalias registadas no subsolo obtidas pelas leituras geomagnéticas e por geo-radar. Destes resultados, publicados já noutro lugar (Dias et *alii*, 2018), damos agora conta de forma resumida, nomeadamente do registo arqueológico mais relevante.

A prospeção arqueológica sistemática (*field walking*) do sítio arqueológico foi concretizada em toda a propriedade de Torre d'Aires com passagens sucessivas espaçadas de 5 metros. Foram detetadas duas áreas de maior densidade de fragmentos cerâmicos, localizadas imediatamente a nascente das casas abandonadas da Quinta, principalmente na encosta que contacta com a Ria Formosa. Os fragmentos cerâmicos (de cerâmica comum, *terra sigillata*, ânforas etc…) chegam a ter uma densidade média por vezes de 4 a 6 fragmentos cerâmicos por m^2, ou mesmo mais de 30 a 35 fragmentos cerâmicos por 10 m^2.

O solo regularizado e terraplenado, particularmente da área a norte das casas da Quinta, é o resultado direto da grande afetação da área arqueológica consumada nas últimas quatro décadas em resultado da progressiva mecanização dos procedimentos e práticas agrícolas. No topo da colina onde se localizam as casas da Quinta de Torre d'Aires, registaram-se sinais claros de estruturas murais, possivelmente associadas à grande praça pública do *forum*, com orientação N-S e W-E, divergindo da orientação dos alicerces do casario moderno/contemporâneo. Na vertente que pende para a ria Formosa, surgem grandes blocos de *opus caementicium* cuja natureza estrutural é desconhecida, mas que poderiam bem corresponder a panos de muralha ou muros de sustentação cuja robustez desempenhava um papel importante na estabilidade da plataforma do topo onde se localizaria aquela praça.

Prospeções geofísicas sistemáticas foram efetuadas em toda a área a nascente, a poente e a sul das

[2]Após a redação deste texto, foram efetuados extensos trabalhos de prospeção geofísica e de escavação entre 2020 e 2022 cujos resultados alargam muito o que aqui se apresenta e que podem ser vistos em Bernardes Viegas e Candeias, 2022 e Bernardes *et al*. 2022.

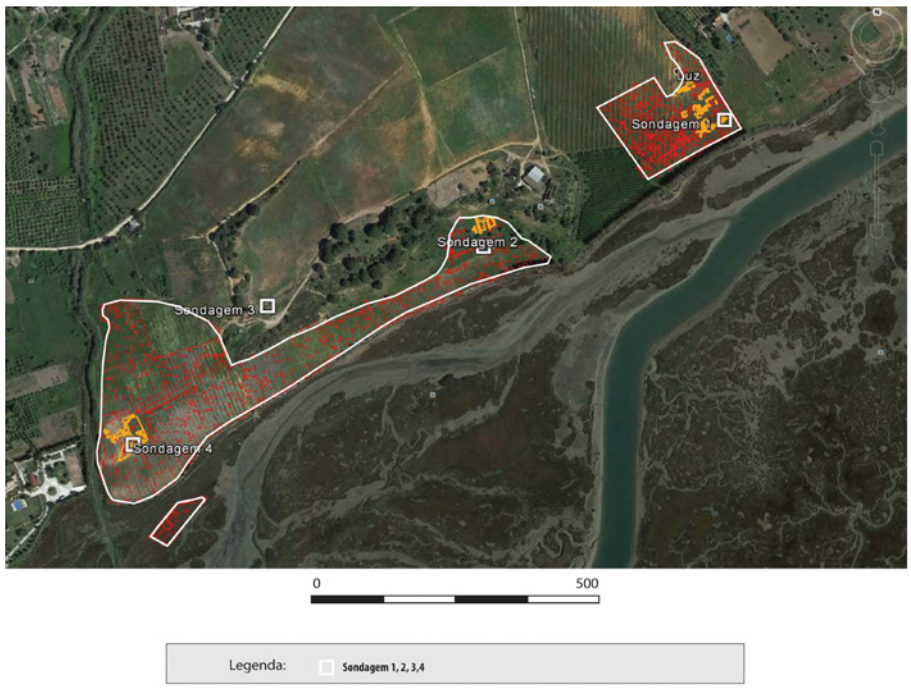


Figura 3 – Área das prospeções geofísicas realizadas na Quinta da Torre d'Aires e localização das sondagens efetuadas em 2017.

casas da Quinta onde a prospeção de superfície registou maior densidade de vestígios. A prospeção geomagnética rondou uma área de 8 hectares, tendo o Georadar sido aplicado em cerca de meio hectare na parte nascente e poente da propriedade com vista a detalhar as anomalias obtidas pelas medições geomagnéticas nas áreas onde eram mais evidentes (Dias *et alii*, 2018). De acordo com os resultados obtidos foram então selecionados os sítios para implantar as 4 sondagens arqueológicas efetuadas (Figura 3).

A sondagem 1 foi implantada num sítio onde os dados geofísicos apontavam para a presença de uma via e estruturas murais *grosso modo* edificadas de forma paralela à Ria Formosa; a 2 onde se indiciava a presença de uma grande estrutura mural; a 3 num local onde assomavam ocorrências arqueológicas correspondentes a sepulturas; a 4 foi localizada no extremo oeste da propriedade. Aqui as medições geofísicas assinalavam anomalias relacionadas com alinhamentos ortogonais de grande dimensão, que poderiam indiciar a presença de infraestruturas portuárias. Aliás, essas anomalias corresponderiam a marcas visíveis nas imagens aéreas que levaram alguns autores a assinalar aí o porto da cidade (Mantas, 2003: 88; 2016, pp. 36, 40-41; Silva, 2007, pp. 68, 98, 100).

As anomalias registadas na prospeção geofísica foram confirmadas pelo registo arqueológico da Sondagem 1, verificando-se aí a orientação da malha urbana da cidade com a localização das vias sugeridas, bem como a presença de estruturas murais de cronologia romana e tardo-romana (cfr. figura 4). Esta sondagem permitiu confirmar ainda que esta área mais próxima da ria Formosa é onde o registo arqueológico melhor se conserva face ao maior potencial estratigráfico que oferece em relação às demais áreas observadas, algo que os dados geofísicos já sugeriam, e que, apesar de serem visíveis as marcas de maquinaria pesada, que terá mobilizado o solo até uma profundidade de 70 cms, ainda se conservam estruturas de pelo menos duas épocas bem distintas, atestadas, de resto, pelas cerâmicas associadas.

A sondagem 2, a mais próxima da colina genética da cidade onde se elevaria o *forum*, também confirmou o registo geofísico ao deparar-se com uma grande estrutura mural, profundamente afetada, e com um variado espólio, sobretudo de cronologia alto-imperial, onde se destaca uma forte presença de fragmentos de ânforas.

A sondagem 3 revelou duas sepulturas em caixa de *lateres,* muito afetadas, parcialmente escavadas na camada geológica, e sem qualquer espólio associado.

Finalmente, a sondagem 4, situada sobre uma anomalia que a interpretação geofísica apontava poder corresponder a uma possível estrutura mural de dimen-



Figura 4 – Anomalias registadas por Georadar na parte nascente da Quinta de Torre d'Aires.

sões apreciáveis (10 m largura x 30 m comprimento), nada revelou do ponto de vista arqueológico, para além de alguns, poucos, fragmentos cerâmicos com elevado grau de rolamento, indiciando serem oriundos de outros sítios. A quase ausência de artefactos ou de qualquer estratigrafia relacionada com a ocupação romana da área indiciava que a malha urbana ou estruturas periféricas não chegariam até aqui, o que se viria a confirmar no Verão de 2019 (Dias *et alii*, 2020).

4. AS OCUPAÇÕES TARDIAS DE BALSA

Das 4 sondagens efetuadas, cabe aqui referir a 1 e a 3 pelo facto de apresentarem contextos tardios. Na sondagem 1, sobreposta a uma construção imperial romana, existe uma canalização feita em *imbrices* que, pela forma como se sobrepõem, correria no sentido da ria, vinda do norte. Este escoamento sobrepõe-se àquela construção da época imperial composta por uma esquina de grandes dimensões e ao que teria sido uma rua da cidade, já completamente colmatada e, certamente, há muito abandonada na altura em que o canal foi construído. A construção imperial denota duas fases, uma vez que a sua parte superior reutiliza materiais, nomeadamente de cerâmicas de construção. Ora, é sobre a camada de destruição deste muro de uma segunda fase da época imperial que se implanta a canalização, igualmente coberta por *imbrices,* certamente reaproveitados (Figura 5). Este elemento enquadra-se perfeitamente no tipo de construções da Antiguidade tardia caracterizados pelo reaproveitamento de materiais em novas funcionalidades. Não foi possível datar com precisão este esgoto, ainda que a sua posição estratigráfica relativamente à via e ao muro a que se sobrepõe, bem como o seu caracter construtivo frustre, aponte para que se situe numa época em que a cidade já não existiria como tal. Tal como as edificações que eventualmente se (re)construíam para servirem as poucas pessoas que por ali permaneciam, apresentava um aspeto e todas as características de estrutura improvisada num espaço onde boa parte do edificado da malha urbana já se encontraria em ruínas. Esta canalização de escoamento de águas residuais será ainda mais tardia do que as estruturas do mesmo tipo identificadas por Estácio da Veiga e pelas escavações de 1977, cujas cerâmicas associadas apontam para que tenham sido abandonadas no século IV/V, e que corresponderiam à última fase do funcionamento de um edifício termal (Viegas, 2011, 395). Alguns fragmentos cerâmicos tardios, nomeadamente de cerâmica africana clara D, associados aos níveis sob ao da própria canalização, confirmam ainda a cronologia tardia do contexto.[3]



Figura 5 – Sondagem 1 onde se vê o cunhal de um edifício voltado para uma via e uma canalização posterior, da Antiguidade Tardia.

[3] Posteriormente à redação deste texto, confirmou-se que a canalização se sobrepunha a um edifício com cetárias, tendo sido implantado no interior de uma delas, posteriormente ao seu abandono, um muro fruste de pedra seca.

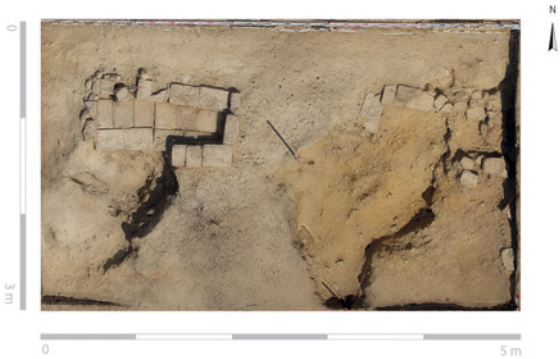


Figura 6 – Sepulturas em caixa de ladrilhos da sondagem 3.



Figura 7 – Sepultura descoberta na sequência de trabalhos agrícolas em 1977 na Quinta de Torre d'Aires, onde apareceu uma taça de vidro oferecida ao Museu de Moncarapacho.

A sondagem 3 permitiu a identificação de duas sepulturas em caixa de tijolos, uma das tipologias mais comuns na região e bem conhecida em Balsa. Este tipo de sepultura é das mais comuns da época tardia. Apresentavam-se já bastante deterioradas não apresentando qualquer espólio arqueológico ou osteológico (Figura 6). Neste caso, encontrando-se quase à superfície e sem cobertura, já teriam sido violadas ainda que é normal este tipo de sepulturas tardias não trazerem qualquer tipo de espólio associado, como é frequente, por exemplo, na necrópole da Horta de São Cristóvão, em Faro, onde só 10 das 70 sepulturas, algumas das quais deste tipo, ofereceram espólio (Pereira, 2018, p. 257; 330 e segs.). O facto de não se ter recolhido qualquer fragmento cerâmico ou de outro tipo de artefacto nas suas imediações dificulta uma datação precisa, ainda que pela tipologia possamos apontar o Baixo Império romano ou a Antiguidade Tardia como a cronologia mais provável destes sepulcros. A sua localização quase no final da plataforma para oeste das casas da Quinta da Torre d'Aires, a cerca de 350 metros, mas no enfiamento do local onde Estácio da Veiga escavou parte da necrópole norte da cidade (Pereira, 2018), indicia que estas sepulturas possam pertencer ao campo sepulcral que limitava a cidade pelo lado oeste. A confirmar-se, os limites da cidade ainda ficariam longe da ribeira da Luz, situada a cerca de 300 metros para oeste. Ainda que durante a Antiguidade Tardia, e à medida que se vai assistindo à retração das cidades, os espaços sepulcrais tenham tendência a invadir a malha urbana, não parece ser este o caso, até porque nesta área, para além das sepulturas, não há quaisquer estratos arqueológicos que indiciem outros tipos de ocupações. Fica, pois, como hipótese a confirmar, que o limite oeste da área urbana da cidade de Balsa se situaria aquém do local onde se encontraram estas sepulturas, a pouco mais de 300 metros das casas da Quinta onde, com toda a probabilidade, estaria o fórum da cidade.

De notar que a memória de um vasto campo sepulcral anexo ao caminho das Antas, situado a 200 metros destas sepulturas e que ainda hoje delimita pelo lado norte a propriedade da Quinta da Torre d'Aires, foi recorrente ao longo dos séculos. Estácio da Veiga terá apenas escavado parte desta necrópole que no seu tempo já era bem conhecida da memória popular e que continuará a ser objeto de esporádicos achados conforme atestam os frequentes relatos de gente que trabalhou na Quinta e que foram confrontados com o aparecimento acidental de vários enterramentos na sequência de trabalhos agrícolas (cf. figura 7). É possível que a primeira referência literária a estes enterramentos remonte à Idade Média, na chamada *Crónica da Conquista do Algarve*, escrita em 1419. Numa passagem desta Crónica alude-se a uma refrega entre cristãos e mouros, ocorrida no início da década de 40 do século XIII na estrada das Antas, junto à ribeira da Luz, onde vários cavaleiros teriam perecido e se diz que *morreo tanta gente delles que ainda hoje em dia jaz alli a ossada delles*... (Calado, 1998). Muito provavelmente essas ossadas que ainda no século XV se viam junto à estrada mais não seriam do que enterramentos romanos que já então por ali assomavam.

Tendo em conta que a cidade de Balsa teve ocupação até aos finais do século VI ou mesmo inícios do VII, após um período áureo nos dois primeiros séculos da nossa Era, de acordo com o registo cerâmico (Viegas, 2006), é natural que a área sepulcral da sua principal

necrópole, terminado o perímetro da urbe, se estendesse por algumas centenas de metros ao longo da via que dali saía. O espólio recolhido por Estácio da Veiga nas explorações desta necrópole situa-se entre finais do século I a.C. e os inícios do século V (Pereira, 2018, p.256), o que atesta um longo período ocupacional de mais de 4 séculos da necrópole norte de Balsa mais que suficiente para justificar aquela extensão, comum nos *campi sepulcrales* da cidade romana. Face aos dados disponíveis, parece, pois, que boa parte dos terrenos a norte das casas da Quinta da Torre d'Aires corresponderiam à grande necrópole da urbe cuja extensão ocupava parte da área oeste da propriedade, antes desta descer para o vale da ribeira da Luz. A avaliar pelas sepulturas agora detetadas é possível que nesta parte oeste se localizassem sepulturas de uma fase tardia daquela necrópole, não sendo de excluir ainda que estas pudessem pertencer a um núcleo sepulcral distinto da necrópole norte, onde Estácio da Veiga escavou mais de uma centena de sepulturas situadas a 250-300 metros deste local e a cerca 300 metros para norte da Quinta, de acordo com a sua descrição (Santos, 1971, p. 234; Pereira, 2018, p. 100).

O contexto de cetárias, escavado a nascente das casas da Quinta de Torre d'Aires por Manuel e Maria Maia, em 1977, enquadra-se ainda na última fase de ocupação do sítio, numa altura em que as funcionalidades da urbe, enquanto tal, já estariam parcial ou totalmente abandonadas. Em muitas cidades romanas da província vizinha da Bética, com quem Balsa teria uma relação muito próxima é, aliás, frequente que muitos dos *fora* das cidades percam a sua razão de ser e comecem a ser desmantelados a partir de finais do século II (Marfil, Campos & Bermejo, 2018). Assiste-se, a partir de então a uma refuncionalização daqueles espaços e suas imediações, surgindo construções com outro tipo de funcionalidades tais como termas ou estruturas de caráter produtivo, como parece ser o caso de Balsa.

Com efeito, as escavações realizadas em outubro de 1977 na Quinta da Torre d'Ares por Manuel e Maria Maia identificaram numa área relativamente próxima do fórum um conjunto de estruturas produtivas (cetárias) cujo posicionamento naquele sítio decorre fundamentalmente desse processo de refuncionalização dos espaços urbanos, a partir de finais do século II e século III (Maia e Maia, 1978). Para além desta unidade produtiva de preparados piscícolas onde foram identificados 11 tanques, a intervenção arqueológica centrou-se ainda num sector onde se registou um conjunto de canalizações em área relativamente próxima à da sondagem 1 de 2017, que terão sido abandonadas no século V, e estruturas de compartimentos não definidos noutro sector (Viegas, 2011, pp. 279-287). Vários dos tanques da unidade produtiva resultam de uma subdivisão de tanques maiores e anteriores, fenómeno típico das últimas fases da produção deste tipo de fábricas de processamento de peixe, documentado um pouco por todo o sul da Hispânia e no Algarve (Lagóstena Barrios, 2001; Medeiros, 2015). Nas fotografias da escavação desta unidade que terá sido, muito provavelmente, destruída no decorrer das atividades agrícolas, são bem visíveis o reaproveitamento de materiais de outros edifícios, tal como pedras bem esquadriadas de grandes dimensões (Maia e Maia, 1978; cf. Fig. 1). Tendo em conta os materiais encontrados, constituídos fundamentalmente por cerâmicas tardias, é possível que esta unidade de processamento piscícola tivesse sido aqui instalada não antes do século III, mantendo-se ativa até finais do V ou mesmo do século VI, tendo em conta a presença das formas Hayes 99, 103 e 104 de cerâmica africana clara D (Viegas, 2011, p. 284). Nesta altura a urbe já estaria há muito naquele leque de cidades que o bispo de Milão Ambrósio designava, em finais do século IV, por *cadavera urbium* (Ambr. *Epist*. 39.3) e que décadas antes o imperador Constantino se preocupava em fazer renascer apelidando-as de *urbes intermortuas* (Arce, 2015, p.311).

5. CONCLUSÃO

À semelhança do que aconteceu com a maioria das cidades hispânicas, a partir de finais do século II e inícios do III emergem os primeiros sinais de mudança e processos de transformação, que, em muitos casos, marcam o início de um processo de decadência sem retorno. Mesmo nas cidades capitais como *Augusta Emerita* ou *Bracara Augusta* verificam-se alterações significativas na morfologia urbana, ainda que aqui o vigor se mantenha e até se reforce a partir do século IV com a primeira a ser considerada *diocesis hispaniarum* e *Bracara* a ser elevada à categoria de capital provincial. Todavia, as transformações de boa parte das urbes passam frequentemente pela falência das estruturas político-administrativas clássicas, acompanhadas pelo avanço da construção sobre os eixos viários, verificada também naquelas capitais, quando não o abandono de algumas delas.

De uma forma geral, as arquiteturas que marcaram a fisionomia das cidades durante os séculos I e II deram lugar a novas estruturas e a um outro cenário urbano. Este vai-se construindo de acordo com os novos valores e as novas formas de habitar, onde muitos edifí-

cios públicos se apresentam refuncionalizados, parcialmente desmantelados e/ou pura e simplesmente abandonados. A paisagem clássica da urbe altera-se, assim, profundamente, sendo o estabelecimento de estruturas domésticas ou artesanais nos antigos espaços cívicos, ou ocupando as áreas nobres da urbe, um dos sinais icónicos da mudança. Outros elementos que pontuam na nova paisagem de algumas cidades será a construção de novos edifícios ligados à fé cristã, a par da reutilização de materiais construtivos em espaços reocupados e do abandono de outros, onde a emergência de lixeiras é uma constante. Estes fenómenos, bem comprovados em muitas cidades do Ocidente romano, seriam certamente comuns a *Balsa*; e se aqueles sinais já nos parecem emergir nesta cidade portuária a partir da segunda metade do século II, inícios do século seguinte, o aspeto decrépito e crescente despovoamento que a associa àquelas urbes designadas pelo bispo milanês como *cadavera urbium* (Arce, 2015, p. 313) será bem evidente a partir de finais do século IV. E ainda que aí cheguem alguns laivos e lavores dos novos tempos (Maciel, 2003), a vizinha *Ossonoba*, sede episcopal pelo menos desde os inícios desse século, catalisará agora todo o dinamismo regional, secando aos poucos os canais que antes alimentavam a *urbs balsensis*.

BIBLIOGRAFIA

ARCE, J. (2015) – "La inscripción de Orcistus y Las preocupaciones del emperador". *In Laurent Brassous et Alejandro Quevedo (eds.), Urbanisme civique en temps de crise. Les espaces publics d'Hispanie et de l'Occident romain entre les IIe et IVe siècle*. Madrid: collection de la casa de Velázquez (149), pp. 311-323.

ARRUDA, A. M. (2003) – "Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1.ª Idade do Ferro". *In Tavira. Território e poder.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Tavira, pp. 51-56.

BERNARDES, J. P. (2004) – "Sobre o Litoral Algarvio no Período Imperial Romano". *In* M. Conceição Lopes e Raquel Vilaça (coord.*), O Passado em Cena – narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra / Porto, pp. 247-260.

BERNARDES, J. P. (2010) – "A Investigação Arqueológica do Período Romano no Algarve: balanço e perspetivas de investigação". *In Xelb*. n.º 10. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 385-398.

BERNARDES, J. P.; VIEGAS, J. P.; CANDEIAS, C. (2022) – "Balsa", in T. Nogales Basarrate, *Ciudades Romanas de Hispania – II, Novedades y Hallazgos*, Mérida: Museo Nacional e Arte Romano, pp. 357-368.

BERNARDES J. P.;RONDÁN SEVILLA, I. R.; CANDEIAS, C.; RUIZ BARROSO, M. R. (2022) – "Non- Invasive Prospection Methods in the Roman City of Balsa (Luz de Tavira-Portugal): Revealing the Real Townscape". *Land*,11, 1785. https://doi.org/10.3390/land11101785.

CALADO, A. de Almeida – ed. (1998) – *Crónica de Portugal de 1419*. Aveiro, pp. 154 e segs.

DIAS, V.; BERNARDES, J.; MANTAS, V.; FREIRE, J. e DORES, T. (2018) – "A cidade romana de Balsa: novos dados e algumas problemáticas da prospeção geofísica em meios muito humanizados". *In* J. P. Bernardes *et. al.*, *Arqueologia Urbana em Centro Históricos*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 178-195.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – Inscrições *Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios Para o Estudo da Romanização*. Coimbra (= IRCP).

FABIÃO, C. (1999) – "O Algarve romano". *In* M. G. M. Marques (ed.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Colibri, pp. 33-51.

GARCIA, Cristina T. (1989) – *Estação Arqueológica da Luz (Tavira). Relatório de prospeção de campo e proposta de classificação.* Parque Natural da Ria Formosa (Policopiado).

GOMES, M. Varela e GOMES, R. Varela (1981/1983) – "Novas moedas hispânicas de Balsa e Ossonoba". *In Nummus*. 2.ª série. vol. IV, V e VI. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, pp. 155-182.

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984).

LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.).* Collecció *Instrumenta*. 11. Barcelona.

MAIA, Maria G. P. (2008) – "Tavira e o Mar na Antiguidade". *In Tavira, patrimónios do mar (*Catálogo da Exposição). Tavira: Câmara Municipal de Tavira, pp. 59-67.

MAIA, M. G. P.; MAIA, M. (1978) – *Relatório da Campanha de escavações realizada em Torre de Ares (Tavira) entre 24 de Outubro e 25 de Novembro de 1977* (Disponível na DGPC).

MANTAS, Vasco G. (1990) – "As cidades marítimas da Lusitânia". *In Les villes de Lusitaine romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du Centre National de Recherche Scientifique*. Paris : CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques, 42). pp. 149-205.

MANTAS, Vasco G. (2003) – "A cidade de Balsa". *In Tavira: Território e Poder*. Lisboa, pp. 85-94.

MANTAS, Vasco G. (2016) – "Navegação e Portos no Algarve Romano". *Al-Ulya*. XVI. Loulé, pp. 25-51.

MARFIL VAZQUEZ, F; CAMPOS CARRASCO, J; BERMEJO MELÉNDEZ, J. (2018) – "La arquitectura forense en los Conventus Hispalensis y Astigitanus: testimonios materiales y sínteses". *In* J. Campos Carrasco e J. Bermejo Meléndez (Eds.) *Ciudades Romanas de la Provincia Baetica. Corpus Vrbium Baeticarum: Conventus Hispalensis et Astigitanus*. Vol. I. Huelva, pp. 273-306.

MACIEL, M. Justino (2003) – "O território de Balsa na Antiguidade tardia". *In Tavira. Território e Poder*. Lisboa: Câmara Municipal de Tavira/ Museu Nacional de Arqueologia, pp. 105-126.

MEDEIROS, Ismael E. (2015) – "Conservas de peixe na Lusitânia. O quadro produtivo da Boca do Rio e das restantes *cetariae* do Algarve". *Anales de Arqueología Cordobesa*. 25-26. Universidad de Cordoba, pp. 115-144.

NOLEN, Jeannette U. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: IPM.

NOLEN, Jeannette U. S. (1997) – "Balsa, uma cidade romana no litoral algarvio". *In Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico, pp. 327-342.

PEREIRA, Carlos S. P. (2018) – *As Necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da* Lusitânia (Supl. 9 de *O Arqueólogo Português*). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional.

SANTOS, Maria L. E. V. A. (1971) – Arqueologia Romana do Algarve. vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 219-304.

SILVA, L. Fraga da (2007) – *Balsa, cidade perdida*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira/Câmara Municipal de Tavira.

VEIGA, S. P. Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Situação Geographico-physica Indicada por Dois Monumentos Romanos Recentemente Descobertos na Quinta da Torre d'Ares Distante seis Kilómetros da Cidade de Tavira*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VIEGAS, Catarina (2006) – *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira):* (1) A *terra sigillata*. Tavira: C. M. Tavira/IPM.

VIEGAS, Catarina (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos e Memórias, 3). Lisboa: Uniarq.

MÉRTOLA E O SEU TERRITÓRIO NA ANTIGUIDADE TARDIA

Virgílio Lopes

Campo Arqueológico de Mértola / Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património / Bolseiro Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia / virgilioamlopes@sapo.pt

Resumo

O presente trabalho inscreve-se numa linha de investigação arqueológica que tenho vindo a desenvolver, desde 1990, no Campo Arqueológico de Mértola. Pretendo traçar a narrativa sobre o contributo da vila Mértola para o conhecimento dos primórdios do processo de cristianização no sudoeste peninsular.

Os resultados são fruto de diversas campanhas de escavação que tenho levado a cabo como corresponsável, integrado na equipa da instituição e que, de uma forma ininterrupta, em muito têm contribuído para o conhecimento da cultura material e da topografia histórica da cidade de *Myrtilis* e do seu território na Antiguidade Tardia.

Mértola é hoje uma pequena vila localizada no Sul de Portugal. Os trabalhos arqueológicos levados a cabo pelo Campo Arqueológico de Mértola, que se desenvolvem há mais de 40 anos, têm revelado importantes vestígios do passado desde as primeiras ocupações humanas até aos nossos dias.

Palavras-chave: Topografia histórica, Antiguidade Tardia, Cristianismo primitivo, Mértola, Portugal.

Abstract

The present work is part of a line of archaeological investigation that I have been developing since 1990 at Campo Arqueológico de Mértola. My work focous on the contribution to the knowledgeof the first stirrings of the processo of Cristinization in the in the South West Peninsular, that includes Mértola.

The results are the fruits of various archaeological digs integrated within the institution's team that I have been co-responsible for, which, in an uninterrupted way, have contributed a great deal to the knowledge of cultural material and historical topography of the city of Mértola and its territory in the period of Late Antiquity.

Today Mértola is a small town situated in the south of Portugal. The archaeological work carried out by Campo Arqueológico de Mértola (CAM) over the last 40 years has revealed important remains of the past from the first human settlements up until our present time.

Keywords: Historical topography, Late Antiquity, Early Christianity, Mértola, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

A história do burgo de Mértola foi, desde sempre, fortemente condicionada por dois factores que moldaram a sua ocupação e a sua importância ao longo do tempo. Em primeiro lugar, a sua localização estratégica: implantada no topo de uma elevação ladeada pelo rio Guadiana, a nascente, e pela ribeira de Oeiras, a poente, possuindo, desta forma, excelentes condiçoes naturais de defesa. Em segundo, destaca-se o facto de ser o ponto extremo da navegabilidade do rio Guadiana, encontrando-se a montante da vila, o acidente geológico do Pulo do Lobo, com um desnível de catorze metros que impede a progressão de embarcações para norte, pelo que Mértola adquire uma importância fundamental como último porto de acostagem. Estes factores tornaram-na num importante entreposto mercantil, em permanente contacto com um vasto território interno e com o Mar Mediterrâneo. Pelo porto da cidade escoavam-se, por exemplo, o ouro, a prata e o cobre extraídos das entranhas da faixa piritosa ibérica, em particular os minerais provenientes das minas de S. Domingos, localizadas na margem esquerda do Guadiana, de *Vipasca* (Aljustrel) ou dos "chapéus de ferro", explorados na zona a Oeste de Mértola. Esta movimentação comercial traduzia-se na chegada ao porto de Mértola de gentes de todas as paragens e os mais diversos produtos e artefactos (Figura 1). Mértola foi, sem dúvida, o porto de *Pax Iulia*, e possivelmente, na Antiguidade Tardia o porto de Mérida.

As estradas e os rios não transportam somente mercadorias, mas principalmente as ideias e as culturas daqueles que as percorrem, influenciando as populações dos locais que visitam. Quanto maior o número de visitantes estrangeiros, quanto mais facilitado o contacto com eles, maior e mais marcante foi a adopção de outras referências culturais, num sentido largo, e menos conservadora a sua evolução. Mértola, no Baixo Alentejo foi terra de comércio e foi também um local onde essa miscigenação deixou marcas relevantes.

As descobertas arqueológicas nas últimas quatro décadas na zona do *forum* ou alcáçova da vila têm revelado uma peculiar narrativa histórica e religiosa, traduzida numa importância inesperada de Mértola no final do Império Romano e na Antiguidade Tardia e num diálogo inter-religioso que contesta diretamente as velhas teses de forte antagonismo entre as civilizações que povoaram o território nos inícios da Idade Média.

A descoberta recente de dois baptistérios quase contíguos suscitou um novo e interessante debate sobre a possibilidade de coexistência na vila de duas comunidades cristãs diferentes. É, no fundo, a continuação da interpretação de uma miscigenação cultural que parece ter sido apanágio de Mértola durante largos séculos e que é exuberantemente testemunhada pela riqueza do acervo epigráfico em latim e em grego.

2. A CIDADE

O urbanismo de Mértola foi fortemente condicionado pela situação topográfica pré-existente. A vertente virada ao rio Guadiana implicou que, do lado nascente e sul, se criasse uma estrutura de contenção das construções urbanas. Inevitavelmente, a topografia original levou a que destes lados se tivesse que proceder à construção de fortes muros para suster e criar plataformas habitáveis que, simultaneamente, constituíam o sistema defensivo da cidade (Figura 2).

A muralha atual tem um perímetro de cerca de 1.291 metros e abarca uma área de cerca de 50.000 m^2, ou seja, aproximadamente 5 hectares. Neste recinto, são identificáveis quatro acessos que devem corresponder às portas existentes desde os tempos romanos (Lopes, 2012, p. 26).



Figura 1 – Vista geral de Mértola e do Rio Guadiana, Virgílio Lopes.



Figura 2 – Vista aérea de Mértola, Virgílio Lopes.

Na Antiguidade Tardia, *Myrtilis* manteve a sua importância económica e vocação mercantil. Os dados arqueológicos revelam que a atividade do porto de Mértola não decaiu e, a atestá-lo, estão as diversas importações de cerâmicas do Mediterrâneo oriental. A cidade, em si mesma, era a placa giratória das riquezas comerciais e minerais, que atravessavam o território em carroças ou no dorso de animais e, já embarcadas, desciam até ao mar e daí aos portos mediterrâneos. No sentido inverso chegavam mercadorias exóticas, múltiplos artigos provenientes de outras paragens, bem como outras gentes, com as suas linguagens, cultos e culturas. Este constante vaivém trouxe os primeiros evangelizadores e a nova mensagem começou a florescer entre os patrícios e plebeus da *Myrtilis* romana, numa época em que o culto se oficializava e as várias comunidades religiosas podiam conviver simultaneamente.

As referências documentais da cidade e do seu sistema de defesa são escassas e resumem-se à Crónica de Idácio que refere que "Censorius comes, qui Legatus missus fuerat ad Sueuos, rediens Martyli, obsessus a Rechila in pace se tradidit" (Idacio 1984, p. 82). O texto permite deduzir a existência de uma fortificação importante em Mértola, em 440 que, ao ser escolhida por *Censorius* como refúgio, demonstra a capacidade para resistir, durante algum tempo, ao cerco de Réquila. A presença sueva, referida por esta fonte, deve ter sido efémera, não tendo ficado qualquer vestígio arqueológico que o demonstre, nem registo epigráfico que o ateste.

3. OS EDIFÍCIOS RELIGIOSOS

No que se refere à arquitetura religiosa, durante os séculos V-VI d.C., procedeu-se à construção fora de portas, no *suburbium,* das basílicas paleocristãs do Rossio do Carmo e do sítio da Ermida de Santo António e do Mausoléu. Na zona da antiga acrópole, as construções do possível *forum* são, na mesma época, remodeladas e adaptadas às novas necessidades criadas com a introdução do Cristianismo. Tendo sido erguido um complexo de edifícios para albergar dois monumentais batistérios na parte oeste da plataforma. Para além das sumptuosas piscinas batismais, chegaram até aos nossos dias vestígios dos pavimentos adornados com painéis de mosaicos, onde não faltava a policromia dada pelas tesselas de vidro ou pelos vestígios dos frescos que chegaram até nós. A qualidade e a quantidade das edificações correspondem, seguramente, a um forte momento de cristianização da população local.

4. O COMPLEXO RELIGIOSO

A plataforma, onde está implantado o complexo religioso e o corredor porticado, é suportada por uma construção subterrânea designada por criptopórtico-cisterna. A descoberta desta construção foi feita no início do século XVI, por Duarte de Armas que anota no seu *Livro das Fortalezas* o seguinte: "aqui esta huã abobada atopida muyto boa" (Branco, 1997, p. 6).

Os trabalhos de escavação levados a cabo pelo C.A.M., em finais dos anos setenta do século XX, no interior desta estrutura, que "foi minuciosamente desentulhada durante cinco anos" (Torres & Silva, 1989, p. 31), revelaram uma galeria com um papel essencialmente estrutural, de contenção e suporte da plataforma de implantação do *forum*. Assim, no seu lado norte, para suportar maiores pressões numa amplitude mais vasta, o desnível era compensado por um criptopórtico de 32 metros de comprimento, com largura e alturas médias de, respetivamente, 2,70 e 5,80 metros (Torres & Oliveira, 1987, p. 618). Sendo possível equacionar que esta galeria teria várias funções: no início teria servido de elemento estruturante de apoio e sustentação do complexo religioso, integrando o sistema defensivo da cidade e e funcionava como local de armazenamento de mercadorias, dadas as temperaturas amenas do interior da galeria durante os meses de Verão.

Nos últimos quarenta anos, as escavações da Acrópole puseram a descoberto um conjunto de construções do complexo religioso. Este é constituído pela sala do batistério, um compartimento anexo, situado a norte, uma passagem em cotovelo e um espaço que ladeia a abside; a sul e a norte é delimitado por um compartimento de planta basilical e uma galeria porticada. Este complexo batismal implantou-se na parte noroeste da plataforma artificial onde se teria possivelmente localizado o *forum* da cidade de *Myrtilis* (Figura 3).

Este grande edifício, de planta retangular, continha no seu interior um batistério octogonal implantado no centro de um tanque ou piscina, rodeado por um deambulatório. Partindo do espaço central abre-se a leste uma abside de planta em arco ultrapassado, onde se revelam marcas no solo, que possivelmente indicam uma a localização da mesa do altar (Figura 4). O pavimento da galeria porticada e o deambulatório estavam cobertos por um belo tapete de mosaicos, do qual se conservam alguns fragmentos.

A pia batismal, com um ressalto em degrau que serviria de assento, é sustentada pelo exterior por oito pequenos absidíolos. A água trazida da encosta do castelo penetrava na pia por uma canalização de chumbo

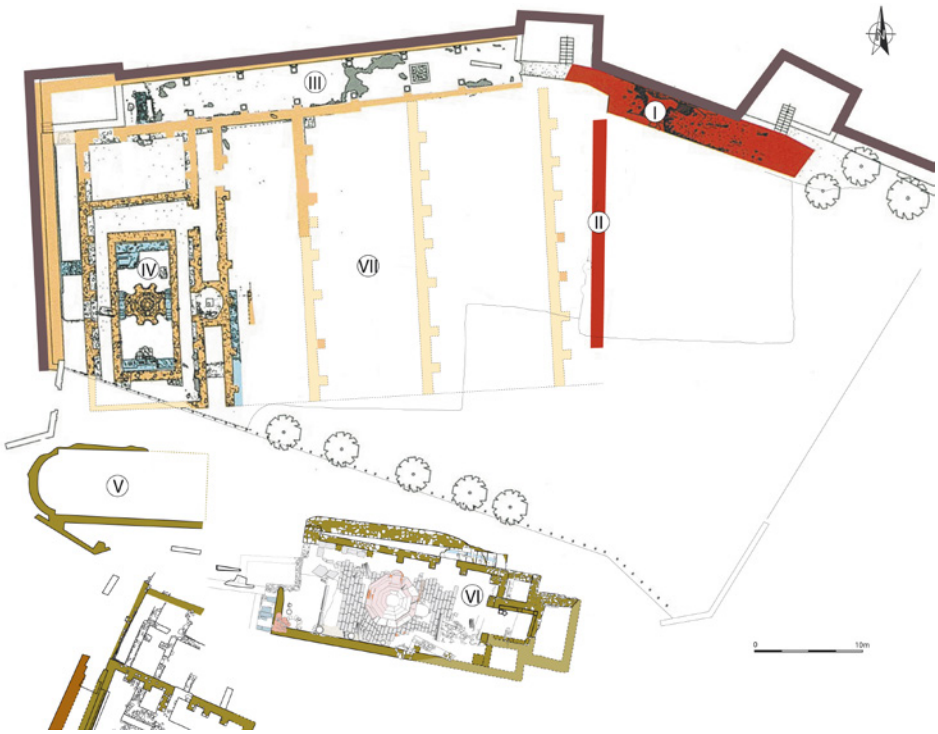


Figura 3 – Planta do complexo religioso. I – Porta, II Arcossólios, III Pórtico, IV Batistério I, V Compartimento absidado, VI Batistério II; Nélia Romba.



Figura 4 – Vista geral do Batistério I, Virgílio Lopes.

e jorrava no alto de um pequeno pináculo cravado no centro. Alguns lances de degraus permitiam o acesso ao tanque e à pia batismal, estando estes completamente revestidos com placas de mármore e envolvidos por uma cancela.

Este batistério tem algumas semelhanças técnicas e formais com exemplares da França mediterrânica, do Norte da Itália e de Cartago na Tunísia – todos datados entre os séculos IV e VII. Contudo, é no batistério de Ljubljana (Emona, Eslovénia) que são mais notórias as semelhanças construtivas, tendo os autores que estudaram este conjunto batismal e o pórtico anexo, situado a sua cronologia por volta do século V d.C.. Na costa italiana da Ligúria, o complexo batismal também contém elementos semelhantes ao de Mértola e é datável de meados do mesmo século (Figura 5).

Associado ao espaço batismal existe um significativo conjunto musivo, de que fazem parte várias representações mitológicas, entre as quais se realça no deambulatório do batistério, um Belerofonte cavalgando o Pégaso para matar a Quimera e, no longo corredor porticado, dois leões afrontados e várias cenas de caça com um cavaleiro empunhando um falcão (Lopes, 2003, p. 110) (Figura 6). Procurando os paralelos para estas representações, não podemos deixar de referir



Figura 5 – Vista geral Batistério II, Virgílio Lopes.



Figura 6 – Painel de mosaicos com leões afrontados, Virgílio Lopes.

uma pequena capela perto de Hergla, na Tunísia, onde foi descoberto um mosaico em que também são representados dois leões afrontados e uma cena de caça com falcoaria, conjunto datado do século VI d. C..

Não é de excluir que tenha sido a mesma equipa de mosaístas, oriundos certamente do Mediterrâneo oriental, a executar todo este trabalho. Se a falta de paralelos bem datados inviabiliza uma cronologia segura, as leituras estratigráficas e os traços estilísticos permitem atribuir esta obra à primeira metade do século VI d.C.. Nessa época, a cidade de *Myrtilis* e os seus comerciantes, estavam em contacto com todos os portos do mediterrâneo, nomeadamente com o Próximo Oriente de onde são originários vários personagens sepultados na Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo.

Nos meses de junho e julho de 2013 a equipa do CAM iniciou uma escavação arqueológica na encosta do Castelo de Mértola, que tinha como objetivo a compreensão da sequência ocupacional daquela área. O edifício, onde se insere esta estrutura octogonal, encontra-se em fase de escavação, no entanto, os elementos existentes permitem-nos estimar as suas dimensões interiores: comprimento máximo 23 metros e largura 7,75 metros.

A piscina tem uma largura exterior máxima de 4,80 metros, a profundidade máxima é de 1,52 metros, sendo de 1,16 metros de profundidade até ao orifício do desaguo. Interiormente, estrutura-se em degraus com distinta altura, sendo o fundo constituído por duas placas de mármore que formam um octógono irregular. As escavações arqueológicas prosseguem neste local procurando compreender a total dimensão do edifício batismal mas também a sua relação com os distintos espaços do complexo religioso.

A quantidade de fragmentos de frescos, recolhidos nos estratos de derrubes, leva a equacionar um programa pictórico em que na composição se destacam figuras humanas, motivos geométricos e florais, e eventuais símbolos. Apesar de estar longe de entender a totalidade do programa pictórico, podem ser avançadas algumas considerações: a primeira que nos parece evidente trata-se da pigmentação em tom de azul que, certamente, representa o céu e que teria um lugar central. Seguem-se as representações humanas, das quais apenas chegaram até nós três rostos perceptíveis e um desenho de uma face sumariamente delineada, da qual só se conserva o desenho dos olhos e do nariz. Apesar de não se conhecer o programa decorativo, os restos identificáveis parecem assemelhar-se aos programas pictóricos das pinturas das catacumbas de Roma (Bourguet 1965; Nicolai, Bisconti & Mazzoleni,



Figura 7 – Pormenor do mosaico com a cena de caça com falcão, Virgílio Lopes.

2000) ou com os frescos do Batistério de Barcelona. Estes últimos foram encontrados nas proximidades da piscina do batistério, conservados atualmente no Museu de História de Barcelona, datados arqueologicamente da segunda metade do século VI d.C.

As dimensões da piscina só têm paralelo no batistério de Marselha e ultrapassam claramente os exemplos de Liubliana ou Barcelona, para referir os que mais se assemelham ao caso de Mértola, sendo de salientar que o batistério de Barcelona também estava decorado com frescos.

Em termos de ato batismal existem duas possibilidades documentadas em Mértola. A este respeito C. Godoy Fernández refere: "Desde épocas paleocristãs, a tradição antiquíssima das primeiras comunidades tinha mostrado sempre uma predileção pela imersão completa dos catecúmenos que, naquele tempo, se realizava em fontes de água viva, imitando o baptismo de Jesus no Jordão. Em épocas mais recentes também era autorizado o rito de aspersão em caso de não se dispor de melhores condições" (1989, p. 635). E existem também casos, segundo esta autora, em que o ritual poderia ser misto.

5. O TEMPLO ANTERIOR À MESQUITA

A atual Igreja Matriz está situada no limite nascente da plataforma artificial contígua ao complexo batismal e foi cristianizada com a reconquista cristã, em 1238, quando Mértola foi conquistada pelas hostes de Santiago de Espada. Os novos senhores não promoveram novas construções, reaproveitando, mais uma vez, as edificações existentes, tal como as estruturas do antigo castelejo e foi cristianizada a Mesquita, dedicando-a a Santa Maria (Boiça & Barros 2011, p. 33).

A escavação, realizada na parte exterior do monumento, revelou uma estrutura monumental, constituída por silharia de granito reaproveitada, com cerca de 2 metros de altura. Estas estruturas foram interpretadas como sendo de uma construção anterior à mesquita. A escavação ainda revelou um espaço retangular, que se destaca do muro paralelo à mesquita e que foi interpretado como sendo uma abside (Gómez Martínez, 2011, p. 103 e 2018, p. 74).

Fora desta plataforma onde foi feita a escavação, foi analisado o paramento da estrutura que está na base da atual igreja e constatou-se que este era construído com recurso a silharia de granito, dispostos em fiadas regulares. Com os dados de que disponho, coloco a hipótese de se tratar do limite nascente de um edifício, de planta simples, com uma abside retangular, colocada ao centro. Tratar-se-ia de uma construção com cerca de 14 metros de largura interior, dos quais 2,5 metros seriam ocupados pela abside; suponho que o limite norte da construção seria coincidente com o atual muro da igreja e com um comprimento a rondar os 20 metros.

Pela análise dos materiais epigráficos e arquitetónicos, provenientes das várias obras feitas no edifício e nas imediações, pode-se inferir a existência de vários momentos construtivos. Um primeiro edifício, possivelmente um templo dedicado ao culto imperial, atendendo à epigrafia e aos elementos arquitetónicos aí encontrados, poderá ter estado em funções até aos inícios do século IV. Com a proclamação do cristianismo como religião oficial do estado, certamente o templo sofreu transformações, mas desconhecemos o programa arquitetónico. Contudo a descoberta, no local, de algumas impostas e um cimácio leva a considerar a existência de um templo cristão no século VI – VII naquele local.

6. O *SUBURBIUM*

Os principais locais de enterramento da Antiguidade Tardia situavam-se fora de portas, no *suburbium,* junto às principais vias de ligação a *Pax Iulia*.

As primeiras manifestações cristãs em Mértola terão ocorrido na Necrópole da Achada de S. Sebastião. Trata-se de uma necrópole extramuros, com sepulturas de inumação individuais, escavadas no afloramento xistoso e com uma orientação noroeste-sudeste muito regular, com apenas algumas exceções. O espólio funerário é escasso, genericamente pobre, e remete essencialmente para os séculos III a V d.C., onde se destaca um fragmento de lucerna, com um *crismon* gravado no disco e uma medalha, em ouro, com uma cruz monogramática inscrita num círculo (Lopes, 2014, p. 440) (Figura 8).



Figura 8 – Medalha com *crismon* proveniente da necrópole da Achada de S. Sebastião, António Cunha.

Os dados referentes aos espaços de culto funerário da Antiguidade Tardia, que foram descobertos na antiga cidade de *Myrtilis,* advêm, essencialmente, dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos em monumentos que se encontram, atualmente, em situações distintas de conservação e usufruto: em primeiro lugar, a necrópole da Achada de S. Sebastião e a basílica paleocristã do Rossio do Carmo - ambos os casos foram escavados, musealizados e realizado o respetivo estudo monográfico; em segundo lugar, dois sítios de escavação situados na Rua Afonso Costa, um no subsolo da antiga ermida de Santo António, dita dos Pescadores, onde atualmente se encontra o Cineteatro Marques Duque e ainda o mausoléu (Figura 9).

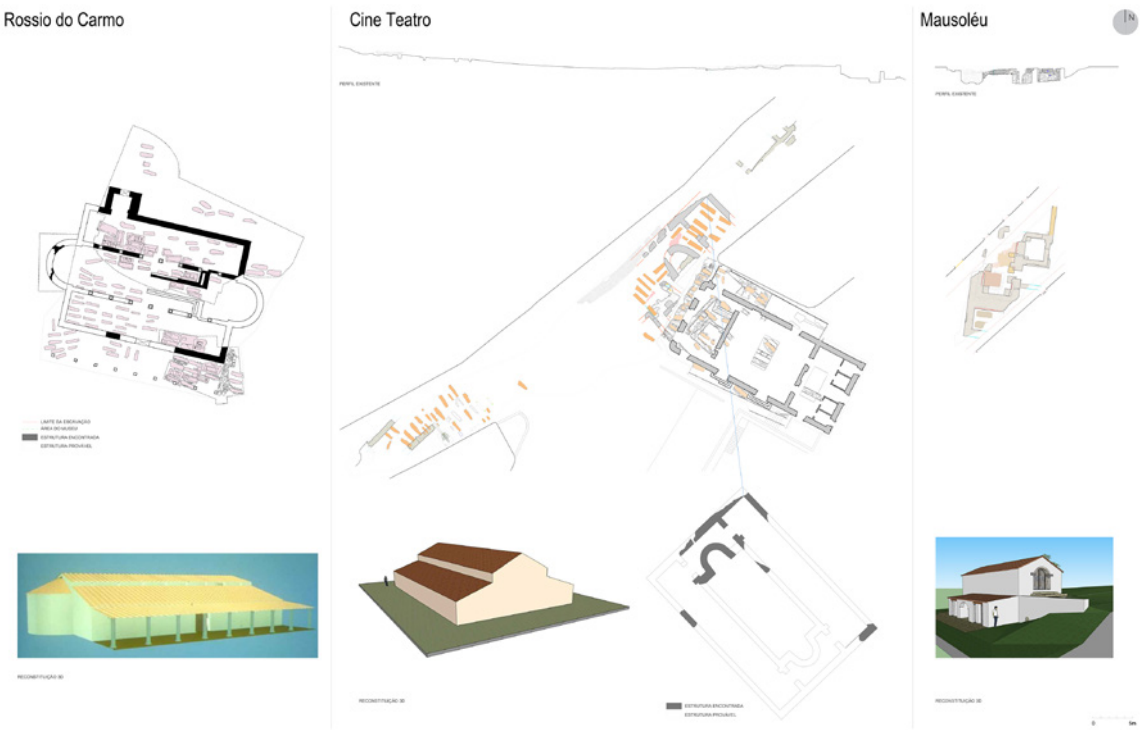


Figura 9 – Edifícios funerários de Mértola, Carlos Alves.

7. O MAUSOLÉU

Nos anos de 2008 e 2009, as intervenções arqueológicas levadas a cabo no eixo comercial da Vila de Mértola revelaram uma imponente construção. O monumento corresponde a uma construção com um comprimento máximo de 14 metros e uma largura de 9,5 metros, conservando as criptas alçados com uma altura máxima que rondava 1,78 metros e, nas paredes, a cerca de 1,4 metros de altura, foram observados vestígios do arranque de duas abóbadas de berço. As criptas possuíam, a nível dos pavimentos, quatro sepulturas de contornos retangulares, com uma orientação nascente-poente. Na parte central da cripta conserva-se uma sepultura intacta, coberta por uma argamassa em *opus signinum*, semelhante aos enterramentos coevos de Mértola.

Os elementos de arquitetura decorativa de grandes dimensões, como um cimácio e um fragmento de coluna, bem como a considerável dimensão das estruturas associadas às criptas, levam a colocar a hipótese de que, pudesse haver um segundo piso cujo acesso poderia ser feito pelo exterior, na parte norte das estruturas. Das camadas de revolvimento, existentes no interior das criptas, verificou-se a existência de argamassa com vestígios de pintura e restos de mosaico.

As informações epigráficas de que dispomos (um epitáfio em grego e outro em latim) apontam para dois enterramentos de jovens adultos, um masculino, com o nome Pedro e com 18 anos de idade, e um outro, do qual não se conhece o nome, que viveu 17 anos, apontam para uma ocupação do espaço situada, pelo menos, entre os anos 522 (?) e 566 d.C. (Lopes, 2014, p. 501).

8. A BASÍLICA DO CINETEATRO

A mais antiga referência histórica a este edifício provém da obra de Estácio da Veiga, intitulada *Memórias das Antiguidades de Mértola,* publicada em 1880. O autor refere o "limitado reconhecimento que empreendi junto à valleta da estrada, quasi em frente da ermida de Santo Antonio" (Veiga, 1983, p. 117) e terem ali aparecido três epitáfios funerários, gravados em placas de mármore.

As intervenções arqueológicas desenvolvidas no local, no século XXI, contribuíram para a identificação das paredes que, possivelmente, delimitavam o edifício e o dividiam, interiormente, em três naves, tendo a nave central, mais larga, no seu eixo central interior, uma abside. Pelos vestígios observados, depreendo a existência de um templo com dimensões que rondariam os 22 metros de comprimento e os 15 metros de largura, com a nave central com cerca de 6 metros de largura e as naves laterais com 4 metros de lado. O espaço coberto deveria rondar os 330 m^2. A proposta planimétrica que apresento, de uma igreja com três naves e duas absides afrontadas, baseia-se na probabilidade de estarmos em presença de um templo relativamente simétrico e compartimentado interiormente, como a maior parte dos edifícios religiosos coetâneos.

A escavação arqueológica não nos permitiu saber quando é que a basílica e a necrópole deixaram de funcionar, contudo, apesar das indicações epigráficas nos remeterem para um intervalo situado entre 465 e 518 d.C., é perfeitamente admissível que a sua construção se iniciasse em meados do século V, tendo-se prolongando a sua utilização pelas centúrias seguintes.

9. A BASÍLICA DO ROSSIO DO CARMO

Este local foi utilizado como necrópole na Idade do Ferro e no período romano e supõe-se ter existido nesta zona uma área cemiterial desde o século IV a.C., hipótese sustentada pela lápide funerária que estava a ser reutilizada e servia de tampa de uma sepultura paleocristã com *escrita do sudoeste*, encontrada nas obras efetuadas em 1993. Posteriormente, o Rossio do Carmo teve uma necrópole de inumação (a partir do final do século I d. C.). A localização junto à via enquadra-se dentro de numa prática comum que estabelecia que, ao passar pelo local dos enterramentos cada um devia prestar constantes homenagens aos seus falecidos antepassados. Esta zona cemiterial antecede a futura basílica. As sepulturas ocupavam, já no século V, uma área considerável da zona onde se implantaria o templo. Segundo Manuela A. Dias, as inscrições funerárias encontradas no local permitem com segurança, atestar uma ocupação contínua entre, pelo menos, os anos 462 e 729 d.C. (Dias & Gaspar, 2006, p. 135).

Tratava-se de uma igreja de três naves, com sete tramos separados por colunas e com duas absides contrapostas, semicirculares e que eram ressaltadas em relação ao corpo do edifício.

Segundo aquilo que os vestígios arqueológicos permitem calcular, a basílica teria cerca de 31,5 metros de comprimento por 16 metros de largura interior, sendo o comprimento máximo das naves laterais 23,8 metros (Macias, 1993, p. 39). Quanto aos sistemas construtivos, trata-se de um edifício em alvenaria de pedra argamassada, com espessas camadas de reboco de cal.

Este edifício revela uma funcionalidade funerária em quase todo o espaço interior, bem como nas áreas adjacentes, onde se localizam sepulturas em fossa, escavadas na rocha. A cobertura destes túmulos era feita com *opus signinum* e, em alguns casos, identificados com uma lápide funerária. O conjunto de lápides estudadas por Manuela A. Dias revela não só questões de natureza cronológica ou estilística mas, também, dados de natureza social e geográfica. Através do seu estudo ficou provada a presença em Mértola de várias comunidades humanas oriundas de todo o Mediterrâneo (Dias, 1993, p. 103).

10. A TORRE DO RIO

De todo o conjunto monumental de muralhas existentes, a Torre do Rio (também chamada torre couraça) é paradigmática das técnicas construtivas do período tardo-romano. De facto, não se trata de uma torre, mas de um passadiço constituído por seis pilares e outros tantos arcos (dos quais apenas se conserva a zona do arranque), que se situava entre a Porta da Ribeira e o rio. Esta construção permitia, assim, ligar o espaço intramuros ao rio Guadiana. A sua extensão total ronda os 47,8 metros; no entanto, se considerarmos a ligação, inevitável, à muralha a extensão do monumento acresce aos 51,3 m (Figura 10).

Em toda esta construção se encontram silhares e fustes de coluna de mármore e de granito reaproveitados. No entanto, a torre mais próxima do rio é exteriormente constituída por silharia; os restantes recorrem também, pontualmente, a silhares, ao nível dos arcos e do quebra-mar, embora a maioria da construção tenha sido construída com material local. Este aparelho misto, revelador da adaptação da técnica romana aos

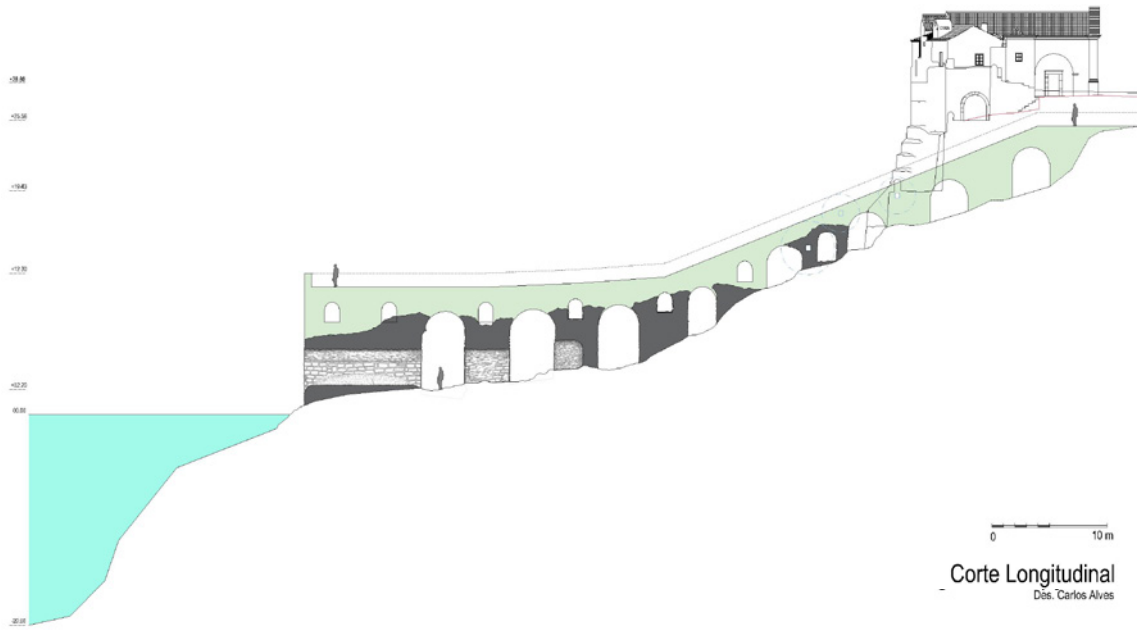


Figura 10 – Torre do Rio proposta de reconstituição volumétrica e funcional, Carlos Alves.

materiais disponíveis no local, também foi utilizado, como já se referiu, no criptopórtico.

No interior dos pilares o enchimento é feito com *opus cæmenticium*, ou seja, é ligado por uma forte argamassa de cal hidráulica, misturada com pequenas lajes de xisto local, dispostas na horizontal. Em vários pontos da torre foram recolhidas amostras que proporcionaram estudos composicionais das argamassas e que indiciam uma boa homogeneidade, bem como uma excelente resistência à erosão (Silva, *et al*, 2006: 85-90). No nível superior dos pilares é percetível o arranque dos arcos que ligariam todo o conjunto, existindo nos pilares dois, três, quatro e seis arcos menores, hoje parcialmente destruídos, que teriam como função aliviar a pressão exercida sobre a estrutura, deixando passar parte das águas vindas de montante e diminuindo o impacto da força da corrente.

No que concerne a funcionalidade desta estrutura, três hipóteses deverão ser consideradas. Uma das utilizações poderá estar relacionada com a defesa da cidade, de forma a permitir a ligação entre a muralha e o rio, para um melhor aprovisionamento de água, mesmo em situações de assédio militar. Uma segunda, complementar da primeira, relaciona-se com o controlo da zona portuária, como refere Vitrúvio, no Capítulo XII do Livro Quinto do clássico De Architectura, (Maciel, 1996, p. 325-326). A referência à existência de sistemas de proteção dos portos através de correntes metálicas que, esticadas, na zona da barra e/ou entre as margens, impediam o livre movimento dos navios em certas áreas dos portos fluviais, é uma situação que se adapta perfeitamente ao caso em estudo. Outra hipótese é poder estar relacionada com algum mecanismo de elevação (grua) que pudesse servir para a descarga de barcos, encaminhando os produtos pela parte superior, ganhando assim altura para poder vencer o desnível da zona junto ao rio em relação à cota da muralha; como o aparelho das torres se encontra, atualmente, destruído na sua parte superior, não é possível proceder à confirmação arqueológica desta hipótese de funcionalidade.

Quanto à datação deste monumento apenas se pode dizer que, do seu interior, foi retirada uma inscrição votiva, reaproveitada na construção, datada do século II d.C. (Valente, *et al*, 1982, p. 3-5), pelo que se pode inferir que a construção é posterior.

No que se refere aos paralelos, em termos da técnica construtiva utilizada nesta torre, apresentam soluções idênticas às usadas nas muralhas e portas de Lugo, dos finais do século III ou dos inícios do IV. Nesta cidade, parte das torres e portas foram construídas reutilizando silharia, e as restantes secções foram executadas utilizado um pequeno aparelho com a pedra local (González Paz, 2007, p. 63-71) ou soluções construtivas semelhantes e coetâneas como as verificadas na muralha tetrarquica de Legio (Leão) (Gárcia Marcos *et al*, 1997, p. 515-531), ou de Astorga (Sevillano Fuertes, 2007, p. 325).

No entanto, faltam paralelos satisfatórios para este monumento no que se refere à sua funcionalidade. As torres Corachas que são conhecidas geralmente são bastante tardias (Ricard, 1954; Pavón Maldonado,1993); por outro lado, são conhecidos poucos casos de estruturas de portos fluviais da fase final do domínio romano.

Certamente, em torno desta torre se desenvolvia a atividade portuária e certamente seria este o local nevrálgico da economia de *Myrtilis*..

11. O TERRITÓRIO

Em geral, os terrenos do concelho de Mértola são extremamente pobres. O povoamento é feito em locais junto a pequenos vales, com cursos de água sazonais e alguma terra arável. No concelho de Mértola foram construídas, durante a Antiguidade Tardia, edificações religiosas, das quais se conservam alguns elementos até aos nossos dias: na Ermida de S. Brissos/Senhora do Amparo, no decurso de obras, foi encontrado um pé de altar em mármore com uma cruz patada; na Ermida de Nossa Senhora das Neves (antiga Santa Maria de Flores); na Igreja Matriz/antiga Mesquita de Mértola uma coluna torsa e a existência de elementos de mármore reutilizados; na pequena Igreja de S. Bartolomeu de Via Glória as obras de recuperação, levadas a cabo há cerca de uma dezena de anos, permitiram a recolha de um conjunto de fragmentos arquitetónicos de época alto-medieval, em que fragmentos de uma cancela, uma imposta e bases de altar são os derradeiros elementos de uma basílica rural há muito sepultada sob a atual igreja (Figura 11).

Outro dos casos em que temos trabalhado é o Monte Mosteiro. Este localiza-se na parte norte da freguesia de Mértola, a cerca de 25 km da sede do concelho, junto à antiga estrada que ligava *Myrtilis* (Mértola) a *Pax Julia* (Beja), na proximidade da ribeira de Terges e Cobres. Do primitivo templo cristão a informação arqueológica é escassa, dada a quantidade de obras levadas a cabo ao longo dos tempos. O edifício era constituído inicialmente por dois espaços: a capela-mor, com vestígios de abóbada, e o corpo principal, de forma retangular, ambos com estruturas de alvenaria de pedra e barro. Teria sido um edifício com uma arquitetura simples, com um telhado de duas águas a cobrir o corpo principal e uma ábside – capela-mor abobadada. Durante os trabalhos arqueológicos, foram identificadas trinta e duas sepulturas, das quais apenas vinte e quatro foram escavadas e estudadas (Figura 12). O espólio é reduzido tendo, de quatro sepulturas, sido exumados um anel, dois pares

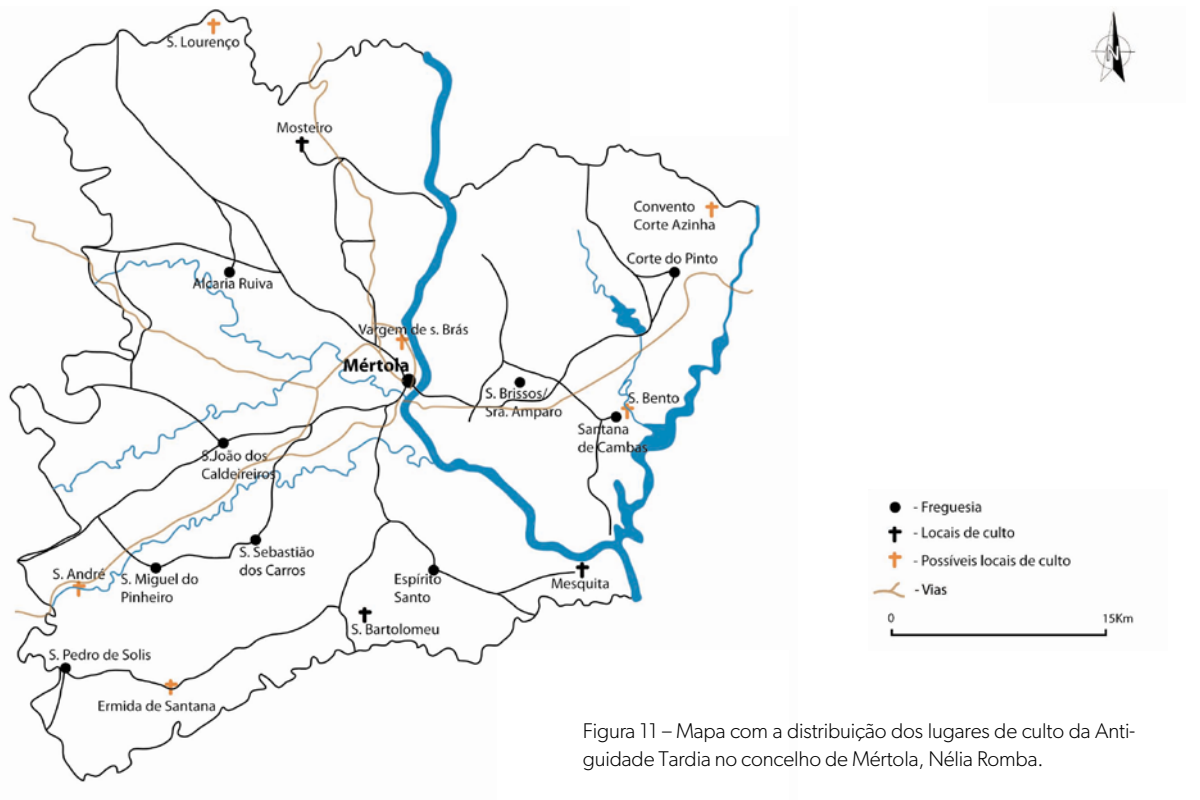


Figura 11 – Mapa com a distribuição dos lugares de culto da Antiguidade Tardia no concelho de Mértola, Nélia Romba.

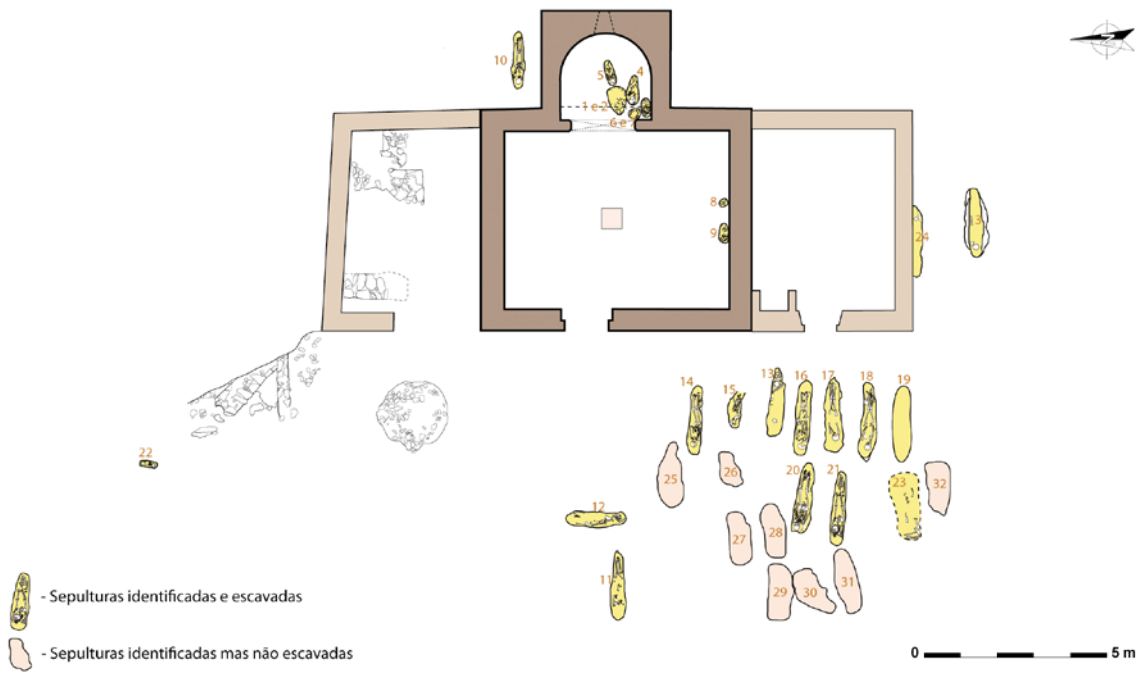


Figura 12 – Planta geral da escavação arqueológica realizada no Mosteiro, Nélia Romba.

de brincos, três contas de vidro e um fragmento de pulseira. Os materiais – bronze, vidro e ferro – apresentam genericamente um mau estado de conservação e são datáveis entre os séculos V a VII, sendo identificadas algumas afinidades tipológicas com os materiais encontrados na Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo.

12. CONCLUSÕES E QUESTÕES EM ABERTO

Não podemos olhar os edifícios numa perspetiva estática mas sim dinâmica e não nos custa admitir que num primeiro momento, possivelmente durante o século IV, aquando da construção do criptopórtico e na altura em que este servia de passagem, que o tanque e a piscina octogonal fossem uma fonte de um edifício palatino de um alto dignitário da cidade. A ábside situada na ala leste, poderia não ser destinada ao altar cristão, mas antes a uma estátua ou figura ornamental (Real, 2014, p. 251), tese também defendida por J. Alarcão "*Pelo menos um dos alegados batistérios mais parece uma fonte ornamental. Não se podendo identificar, no conjunto edificado, nenhuma óbvia basílica, parece legítimo perguntar: não seria este conjunto uma rica residência?*" (Alarcão, 2018, p. 308). Nunca afirmámos que o edifício inicialmente tenha tido um propósito religioso, contudo as últimas remodelações e ocupações do local afigura-se-nos como sendo um espaço batismal.

Apesar das salutares dúvidas e da antítese gerada a esta nossa interpretação inicial e de termos procurado paralelos de fontes e de palácios coevos, existem casos de estruturas termais com a configuração octogonal, embora no que concerne ao território peninsular, parece que a forma circular foi a mais utilizada, vejam-se os representativos casos do *frigidarium* de Conímbriga e do *laconicum* de Évora (Reis, 2004, p. 64, fig. 14a e p. 71, fig. 22). Na obra de Dora Levi, dedicada a vários conjuntos arquitetónicos da cidade de Antioquia, trata-se da grande sala octogonal do Balneário C de Antioquia onde, num dos principais salões, existe um *frigidarium* com a forma octogonal, com quatro absidíolos laterais, identificado como um balneário de tipo imperial, datado de cerca de 350 d.C. (Levi 1947, fig. 118), apenas com um degrau interior. Assim, não será de estranhar que S. Ambrósio de Milão ao criar o batistério octogonal se tenha inspirado na arquitetura balnear precedente.

Na ausência de um bispo, como justificar a existência de dois batistérios? Cláudio Torres avançou com a hipótese de em Mértola existir uma comunidade monofisita e que os dois batistérios seriam cada um pertencente a uma comunidade cristã diferente (Torres, 2014, p. 46-53). Embora esta segunda realidade ocorra em cidades como Ravena e Barcelona, é de referir que os batistérios de ambas as cidades estão se-

parados espacialmente na malha urbana, ao contrário do que ocorre em Mértola em que os dois batistérios se situam em edifícios muito próximos um do outro. A existência de dois baptistérios, aparentemente contemporâneos, implica a existência de um complexo religioso importante, possivelmente heterodoxo, daí os seus eventuais bispos não terem participado nos respetivos concílios católicos.

Como ficou demonstrado anteriormente, o ritual do batismo sofreu transformações ao longo dos tempos, e se nos primeiros séculos apenas se fala do batismo de adultos, progressivamente os batistérios vão diminuindo de tamanho, tendo sido adaptados ao batismo de jovens e posteriormente de crianças. Seriam tantos os catecúmenos que se justificasse a existência de duas instalações batismais? Ou poder-se-á falar de uma piscina batismal para mulheres e outra para homens? Ou ainda a hipótese de que as instalações batismais se tenham sucedido temporalmente? São questões a que, perante a insuficiência dos dados arqueológicos, não me é possível de momento responder cabalmente.

Deste complexo religioso fará parte uma basílica. Este facto, não parece compatível com a atual Igreja Matriz, dadas as áreas que os batistérios ocupam, o local de culto teria que ter uma área superior à dos batistérios. Propomos que esta se localiza por debaixo das habitações do período islâmico. Nas sondagens realizadas no pátio da casa número IX foi possível observar construções com silhares de granito que nos permitem prever a existência de grandes embasamentos, que poderão estar relacionados com o local de culto, assim sendo, os dois batistérios estariam integrados num conjunto de edifícios, situados a cotas distintas, mas possivelmente integrados, formando o complexo religioso, que em tudo se assemelha aos complexos episcopais conhecidos.

Conhecemos relativamente bem os espaços funerários da cidade, a grande Basílica do Rossio do Carmo, a do Cineteatro e ainda o mausoléu, templos que tinham no seu interior e no espaço envolvente, enterramentos. Estes locais proporcionaram um importante acervo epigráfico, testemunho de uma elite, onde se incluem epitáfios em latim, em grego e também com simbologia hebraica.

A cristianização do território mertolense, mais tardia do que a da cidade, é evidenciada pelas escavações arqueológicas levadas a cabo no Monte Mosteiro, onde um pequeno templo nas proximidades da principal via de acesso de *Myrtilis* a *Pax Iulia*, a capital regional, revelou uma realidade muito semelhante à que ocorre em Mértola. Nessa pequena localidade, os fragmentos arquitetónicos remanescentes apontam para uma gramática decorativa semelhante à de Mértola, bem como os restos de mosaicos. O espólio funerário encontrado no interior de algumas sepulturas é muito similar ao proveniente da basílica do Rossio do Carmo e perfeitamente integrável, tal como o restante, nos séculos VI-VII d.C..

A cidade de *Myrtilis* foi uma importante urbe que a partir da segunda metade do século V e durante os séculos VI-VII gozou de grande prosperidade, facto atestado pelos vestígios arqueológicos postos a descoberto nas últimas décadas, e que continuam a surpreender-nos com novos achados.

Mértola, novembro 2019

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (2018) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C.*, Coimbra.

BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria F. R. (2011) – *A Igreja Matriz De Mértola*. In MACIAS, S., *Et Al., Mesquita Igreja De Mértola* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. pp. 33-88.

BOURGUET, P. (1965) – *La Peinture Paléo-Chrétienne*, Port Royal, 3, Suiça.

BRANCO, M. S. C. (1997) – *Duarte De Armas Livro Das Fortalezas*, Edição Fac-Similado Ms 159 Da Casa Forte Do Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo (2ª Ed.). Lisboa.

DIAS, Maria M. A. (1993) – Epigrafia, In Macias, S., *Et Al*, *Museu De Mértola Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico De Mértola, Mértola, pp. 102-138.

DIAS, Maria M. A.; GASPAR, Catarina (2006) – *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português*, Centro De Estudos Clássicos UI, Lisboa.

DIAS, Maria M. A.; GASPAR, Catarina; LOPES, Virgílio (2013) – Mértola En La Antigüedad Tardía: Nuevos Datos Arqueológicos Y Epigráficos, *Habis*, 44, Universidad De Sevilla, pp. 247-267.

GANDOLFI, D.; FRONDONI, A. (2010) – Recenti indagini Archeologiche nel Battistero di Albenga, in *Albenga Città Episcopale*, Albenga.

GARCÍA MARCOS, V.; MORILLO CERDÁN, Á.; DURÁN CABELLO, R. Ma. (2007) – La muralla tetrárquica de Legio: aproximción al conocimiento de un sistema constructivo", in RODRÍGUEZ COLMENERO, A., RODÁ DE LLANZA I. (eds.), *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lvcvs Avgvsti como paradigma*, Diputación Provincial de Lugo, Lugo, pp. 381-399.

GODOY FERNÁNDEZ, Cristina (1989) – Baptistérios Hispánicos (Siglos IV al VIII): Arqueología y Liturgia. In *Actes du XIe Congrès*

International d'archéologie Chrétienne,(Vol. 1, Rome: Ecole Française, pp. 607-635.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2011) – *Intervenção Arqueológica na Mesquita-Igreja Matriz de Mertola,* In Macias, S., *et al.*, *Mesquita Igreja de Mértola* Mértola: Campo Arqueológico De Mértola, pp. 89-104.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2018) – Vestígios Ocultos e Esquecidos. A Informação Arqueológica, *Monumentos*, 36, pp. 73-74.

GONZÁLEZ PAZ, C. Andrés, (2007) – "A muralla romana de Lugo: permanência no medioevo", in *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lvcvs Avgvsti como paradigma*, (eds. A. Rodríguez Colmenero, I.Rodá de Llanza), Diputación Provincial de Lugo, Lugo, pp. 313-325.

GUYON, Jean (1991) – Le baptême et ses monuments. In *Naissance des Arts Chrétiens*, Ministère de la Culture/Imprimerie Nationale Éditions, Paris, pp. 70-87.

IDACIO (1984) – *Idacio, Obispo de Chaves, Su Cronicón*. (Introducción, Texto Crítico, Versión Española y Comentario por Julio Campos, Sch. P.). Salamanca: Ediciones Calasancias.

LEVI, Doro, (1947) – *Antioch mosaic pavements*, Princetron University Press, Princeton.

LOPES, Virgílio (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.

LOPES, Virgílio (2012) – *Casa Romana – Museu de Mértola*, Campo Arqueológico de Mértola

LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o Seu Território na Antiguidade Tardia (SÉCULOS IV-VIII).* Huelva: Universidade de Huelva. Dissertação de Doutoramento. Disponível. Em <Http://Rabida.Uhu.Es/Dspace/Handle/10272/8053>, [Consulta Realizada Em 29/8/2016]

MACIAS, S. (1993) – Um Espaço Funerário. In MACIAS, S., *et al.*, *Museu de Mértola Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 30-62.

MACIAS, S. (1993) – Um Espaço Funerário. In MACIAS, Santiago, TORRES, Cláudio, *Museu de Mértola Basílica Paleocristã*, Campo Arqueológico, Mértola, pp. 30-62.

MACIAS, Santiago (2006) – *Mértola – O Último Porto do Mediterrâneo*, 3 Vols., Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.

MACIAS, Santiago & TORRES, Cláudio (2011) – *Mesquita de Mértola*. In MACIAS, S., *et al.*, *Mesquita Igreja de Mértola.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 9-31.

MACIEL, Manuel J. (1996) *et al.O Livro V De Architectura de Vitruvio*. In MACIEL, Manuel J. *Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro,* Lisboa: Colibri, pp. 325-326.

PAVÓN MALDONADO, Basílio (1993) – *Cidades y fortalezas lusomusulmanas*. Madrid. Instituto de Cooperación com el Mundo Arabe.

REAL, Manuel (2014) – Reflexões sobre o moçarabismo no Gharb Al-Andalus: o caso português. In GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; MACIAS, Santiago; LOPES, Virgílio (edt.): *O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão*, Campo Arqueológico, Mértola, pp. 244-351.

REIS, Pilar (2014) – *Las termas y balnea romanos da Lusitânia*, Stvdia Lusitana, 1, Ministerio da Cultura, Mérida.

RICARD, Robrt, (1954) – Couraça et coracha. In *Al-Andalus*, vol. XIX, Madrid-Granada, pp. 150-172.

SILVA, A. Santos; RICARDO, J. M.; SALTA, M.; ADRIANO, P.; MIRÃO, J.; CANDEIAS, A. Estêvão e MACIAS, S. (2006) – "Characterization of Roman mortars from the historical town of Mértola", in *Heritage Weathering and Conservation*, vol. I, Taylor & Francis, Madrid, p. 85-90.

TORRES, Cláudio (2014) – Do cristianismo primitivo ao islão. In GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; MACIAS, S.; LOPES, V. (edt.): *O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão*. Campo Arqueológico, Mértola, pp. 46-53.

TORRES, Cláudio & OLIVEIRA, José C. (1987) – *O Criptopórtico--Cisterna da Alcáçova de Mértola*. In *II Congreso de Arqueología Medieval Española, Madrid, 1987*. Madrid: [Comunidad de Madrid] T. II, pp. 617-626.

TORRES, Cláudio & SILVA, Luís (1989) – *Mértola Vila Museu*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

VALENTE, Jorge; OLIVEIRA, José; SANTOS M. Pereira (1982) – "Ara votiva de Mértola (Conventus Pacensis)", Ficheiro Epigráfico, 1, pp. 3-5.

VEIGA, Estácio (1983) – *Memórias das Antiguidades de Mértola*, edição fac-similada de 1880, Lisboa, Imprensa Nacional/Câmara Municipal de Mértola.

O CASTRO S. JOÃO DAS ARRIBAS. NOVOS DADOS PARA A LONGA HISTÓRIA NAS ARRIBAS

Mónica Salgado[1], Pedro Pereira[2], Susana Cosme[3]

[1] Arqueóloga ao serviço da Câmara Municipal de Miranda do Douro / monicasofiasalgado@gmail.com
[2] Arqueólogo. Investigador associado do Centro de Investigação Cultura, Espaço e Memória (FLUP/FCT) / pedro.abrunhosa.pereira@gmail.com
[3] Arqueóloga. Investigadora associada do Centro de Investigação Cultura, Espaço e Memória (FLUP/FCT) / susanarodriguescosme@gmail.com

Resumo
O Castro S. João das Arribas localiza-se no concelho de Miranda do Douro, freguesia de Miranda do Douro, termo de Aldeia Nova, junto às Arribas do rio Douro. Este sítio arqueológico foi classificado como Monumento Nacional em 1910 (identificado como Castro de Aldeia Nova no Decreto de 16.06.1910). A ocupação deste povoado fortificado aparenta iniciar-se durante a I Idade do Ferro (entre os séculos VIII e V a. C.). Todavia poderia existir, uma presença antrópica anterior, uma vez que existe espólio proveniente deste sítio, datado da Idade do Bronze, no Museu Nacional de Arqueologia. Com as campanhas arqueológicas, realizadas entre 2016 e 2019, foi possível aferir novos dados cronológicos e caraterizar o espaço territorial de forma mais perene.
Palavras-chave: Alta Idade Média, Vale do Douro, Miranda do Douro, São João das Arribas.

Abstract
The Castro S. João das Arribas is located in the municipality of Miranda do Douro, parish of Miranda do Douro, term of Aldeia Nova, next to the cliffs of the Douro River. This archaeological site was classified as a National Monument in 1910 (identified as Castro de Aldeia Nova in the Decreto of 16.06.1910). The occupation of this fortified settlement appears to begin during the First Iron Age (from the 8th to the 5th century BC). However, there could be an earlier anthropic presence, as there is booty from this site, dating from the Bronze Age, at the National Archaeological Museum. With the archaeological campaigns, carried out between 2016 and 2019, it was possible to assess new chronological data and characterize the territorial space in a more perennial way.
Keywords: Early Middle Ages, Douro Valley, Miranda do Douro, São João das Arribas.

1. O CASTRO S. JOÃO DAS ARRIBAS. NOVOS DADOS PARA A LONGA HISTÓRIA NAS ARRIBAS

1.1. Breve introdução geográfica e de contexto

O concelho de Miranda do Douro insere-se na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, no denominado Planalto Mirandês e a população que aqui habita é condicionada pela geografia desta região, a qual moldou a cultura, a sociedade e a economia das pessoas aqui estabelecidas.

A paisagem do Planalto Mirandês, que em termos administrativos engloba os concelhos de Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro, é caracterizada por uma certa uniformidade territorial, predominando os vales, que por vezes alternam com pequenos bosques de azinheiras, de pinheiros, carvalhos, entre outros. Esta paisagem só é interrompida a Oeste pelo vale do rio Sabor, a Noroeste pelos vales dos rios Angueira e Maçãs e a Este pelas arribas do Rio Douro, onde se localiza o Castro S. João das Arribas.

O relevo de Trás-os-Montes é caraterizado pelas grandes plataformas monótonas ou de suave ondulação, o clima é frio no inverno e quente e seco no verão, onde no Douro, o vale apertado e o xisto favorecem uma temperatura abrasadora, não penetrada pela aragem oceânica. "*Portugal recebe, em primeira mão, de encontro às suas montanhas do Norte, as chuvas fecundantes. Quando estas massas de ar, vindas do Atlântico carregadas de humidade, ultrapassam as montanhas, perderam por condensação boa parte do vapor de água que transportavam. Daí o contraste, muito forte, como se verá, entre a zona oceânica e as terras interiores, «trasmontanas», subtraídas à direta influência do mar"* (Ribeiro, 2011:67). Trata-se de uma zona com caraterísticas decorrentes de uma influência mediterrânica. Disto é exemplo o manto vegetal presente, com domínio de espécies deste clima na fisionomia da paisagem, árvores e arbustos de folhas sempre verdes, como o Quercus- (sobreiro, azinheira, carrasco), o pinheiro manso, o medronheiro, o loureiro, a urze branca, o lentisco, a aroeira, o aderno, a gilbardeira, o rododendro, o loendro, a esteva; o grupo do alecrim, alfazema, tomilhos; amendoeira, figueira, alfarrobeira, oliveira, laranjeira, ou o carvalho.

O castro S. João das Arribas é um local único, quer em termos paisagísticos, quer em termos histórico-arqueológico construídos. Francisco Sande Lemos (Lemos, 1993) e Domingos Marcos (Marcos, 1998) assinalam-no nas suas obras como local de importância histórica considerável no Nordeste peninsular. O acesso ao Castro S. João das Arribas faz-se por um estradão em terra batida, desde Aldeia Nova. Situa-se em meio rural, implantado num esporão virado a Sudeste, a meia encosta, coberto de vegetação rasteira e árvores de pequeno porte (desde a carrasqueira, o freixo, o carvalho, a amendoeira, a oliveira, o tomilho até à escova), sobranceiro ao Rio Douro.

A classificação do Castro S. João das Arribas enquanto Monumento Nacional em 1910, resultou de um momento em que o nacionalismo, decorrente dos movimentos que estariam na génese das revoluções francesa e americana e a proteção cultural ganham uma maior relevância, onde a identidade e a memória iam assumindo uma maior importância. Segundo Françoise Choay (Choay, 2010), entre 1820 e 1960, consagra-se a tipologia de monumento histórico, devido aos avanços técnicos das ciências físicas e químicas, da Arqueologia e da História de Arte e à reflexão decorrente dos avanços gerados pelas novas tecnologias a vapor britânicas. A era industrial, o Romantismo e outros fatores contribuem para uma reformulação do conceito de monumento histórico e seus valores. Os valores de sensibilidade e conotação universal são abordados pela primeira vez. A Revolução Industrial acelera o processo legislativo de proteção do património. O monumento histórico integra mais valores: artístico, cognitivo, moral, pitoresco, informativo. A partir da década de 1820, é atribuído ao monumento histórico um caráter insubstituível, cuja perda seria irremediável, um valor *quasi* votivo, de memória, e passado observável como parte integrante da construção identitária do indivíduo. O monumento histórico é parte integrante de uma comunidade, assume valor universal. E, é neste contexto, que o Castro se assume como Monumento Nacional, importando compreender o porquê dessa classificação, motivos, interesses, intenções e memórias patentes na comunidade. E, assim, nasce o Projeto de Investigação Plurianual em Arqueologia, Castro S. João das Arribas: território e (i)materialidades.

1.2. Resenha histórica

O Castro S. João das Arribas é assim descrito no website dos monumentos nacionais:

"Povoado fortificado defendido por duas linhas de muralhas construídas com silhares graníticos, partidos, assentes em seco, em aparelho irregular; possuem uma espessura máxima de c. de 2,5 m, e defendem o povoado de N. a SO., flanco em que o povoado está ligado à encosta, não apresentando estruturas defensivas no sector SE., sendo estas constituídas pelas arribas, de forte pendor, sobre o Rio Douro. A muralha interna está reforçada, a NE. por um torreão de plan-

ta circular, apresentando, nesta zona, uma rampa de entrada. O sistema defensivo é complementado por uma linha defensiva, a SO., assim como poderá ter existido um fosso exterior, actualmente entulhado pelo caminho de acesso à capela." (Jana, 1993; Rodrigues e Amaral, 2001).

No website do antigo IGESPAR, o local surgia assim referenciado:

"*Foi na sequência dos esforços envidados pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, primeiro, e da Commissão dos Monumentos Nacionaes e do Conselho Superior de Monumentos Nacionaes, suas criações, num segundo momento, que o "Castro de Aldeia Nova" foi identificado no âmbito de um largo processo de inventariação das, então, denominadas riquezas artisticas e archeologicas do país, da responsabilidade dos respectivos "sócios" e "vogais" correspondentes, numa altura em que se tomava plena consciência da sua relevância, não apenas para a sua perpetuação física, como para o desenvolvimento económico de cada região e localidade, através do incremento turístico, na sua vertente iminentemente cultural. E tal como sucedeu a muitos outros exemplares, quer desta tipologia patrimonial, quer de outros enquadrados nas restantes categorias Civil, Religiosa e Militar, este povoado mereceu a atenção devida dos especialistas da época, ao ser incluído na primeira grande lista de classificações decretada em 1910, a única forma que parecia garantir a sua preservação efectiva. Mas este episódio revelava de igual modo o lugar que os estudos arqueológicos iam paulatinamente auferindo entre nós, ainda que de modo assaz tardio e pontual, quando comparado ao principal cenário cultural europeu neste parâmetro. Localizado numa meia encosta de um esporão sobranceiro ao Rio Douro, o povoado foi erguido durante a Idade do Ferro, à semelhança do que sucede com os restantes exemplares inseridos no conceito generalizado de "cultura castreja" do Noroeste peninsular. E tal como ocorre nestes testemunhos, o sítio foi dotado de um sistema defensivo, essencialmente constituído, neste caso, por duas linhas de muralha construídas com silhares graníticos, irregularmente aparelhados e assentes em seco, ostentando uma espessura máxima de dois metros e meio, aproveitando, no entanto, as condições naturais de defesa presentes no local, nomeadamente através das arribas aí existentes. Além disso, o muralhado foi ainda reforçado com a edificação de um torreão de planta circular, junto ao qual foi identificada uma zona de acesso ao interior, originalmente efectuada mediante uma rampa. Transpondo-a, acedia-se à zona habitacional, delimitada pela cinta interna de muralha. Também neste povoado emergem vestígios de uma segunda fase ocupacional, correspondente ao período de ocupação romana do actual território português, bem documentada na presença de inúmeros fragmentos de materiais de construção, como tegulae e imbrices, a atestar, no fundo, o carácter de longa permanência das estruturas então erigidas, ao mesmo tempo que a importância estratégica do local, não apenas em termos defensivos e, por conseguinte, administrativos, como, ainda, ao nível dos recursos cinegéticos, fortemente propiciados pela proximidade do rio Douro, uma das principais vias de comunicação com as regiões circunvizinhas e recurso privilegiado do quotidiano das gentes que o escolheram ao longo dos séculos, senão mesmo milénios. Uma situação que poderá ser mais facilmente compreendida com a descoberta, no sítio, de uma lápide datável do século I d. C., de carácter honorífico, dedicado a um militar de origem indígena, daaemilio bal/aeso signifero a(l)ae as/binina(e) cogn/atio de cen(turia), a par de um número considerável de estelas funerárias romanas, onde os nomes autóctones evidenciam uma forte latinização. A importância factual e simbólica do local não se circunscreveu, porém, à romanização. Pelo contrário, ocorreu durante a modernidade (e não medievalidade, como acontece noutros casos), numa tentativa de (re)apropriação das memórias que o povoavam, ao mesmo tempo que de sobreposição dos novos poderes através da força espiritual do Cristianismo, uma das razões pelas quais se ergueu a Capela de S. João das Arribas, precisamente no interior do povoado, sobre plataforma artificial"* (http://www.igespar.pt, consultado a 22 de janeiro de 2010).

Neste local, e nas áreas circundantes, foram identificados diversos vestígios arqueológicos: fragmentos de cerâmica de construção "*tegula*" e "*imbrex*"; epígrafes em granito, calcário e mármore, fragmentos de cerâmicas comuns de diversas épocas; um conjunto de estelas funerárias romanas, com cabeceira semicircular, decoradas com suásticas ou com "portadas", cuja inscrição evidencia a adoção, por parte dos indígenas, de nomes e cognomes latinos.

A lápide mais conhecida é a dedicada a Emílio Baleso, identificada na parede Oeste da Capela S. João das Arribas. Esta lápide honorífica é dedicada a um cavaleiro, indígena, da Ala Sabininia Aemilio Balaeso, sendo, provavelmente, uma lápide datável de finais do século I d.C.



Figura 1 – Lápide funerária. (ALVES, Francisco Manuel (2000) – Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal. Tomo IX, pp. 32.) Adaptada por Pedro Pereira.

A tradução seria, segundo Armando Redentor (Redentor, 2012-2013): "*A Emílio Baleso, porta-estandarte da ala Sabiniana. A cognatio dos Des(---) decidiu*." No entanto, devemos questionar-nos: quem foi Aemilius *Balaesus*? Segundo este investigador, foi um porta-estandarte de uma unidade auxiliar de cavalaria (*Ala Primae Pannoniorum Sabiniana*) do exército romano, criada durante o reinado de Tibério (entre 14 e 37 d.C.), estacionada em Haltonchester, na Muralha de Adriano (*Britannia*) até à retirada de Roma e que servia ao lado da *Primae Hispanorum Asturum*. A ala esteve estacionada na *Germania* e *Mauritania* e pode ter passado pela *Hispania*. Quanto a Emilio Baleso, será que se encontra sepultado no seio da comunidade de onde seria originário?

Segundo fontes orais locais, assinalou-se o aparecimento de ossadas em terrenos agrícolas a Oeste do castro, assim como restos de uma calçada.

No que concerne à Capela de S. João das Arribas desconhece-se a data da sua fundação, mas a barreira cronológica situa-se entre o século XVI e princípios do século XVII. Esta capela foi edificada sobre uma plataforma artificial e segundo fontes orais da aldeia (Senhores Esmeraldino Fernandes e João Pedro Luís), existia um muro espesso entre a capela e o muro localizado a Este, erguido há cerca de 60 anos, reutilizando as pedras graníticas do castro e, uma das quais de grandes dimensões, com uma cova arredondada de grande dimensão, existindo a teoria entre a população local e outros investigadores que se debruçaram sobre o tema, de que a mesma poderia ter sido empregue em rituais. No website dos monumentos nacionais, a capela é assim descrita: "*Esta, dedicada a São João, tem planta longitudinal, de corpo único rectangular e massa simples com cobertura em telhado de duas águas. Fachadas rebocadas e caiadas. Fachada principal, virada a S., terminada em empena truncada por cruz latina sobre pedestal prismático, com portal de arco de volta perfeita. Fachada E. rasgada por pequeno janelo rectangular. Fachadas N. e O. Cegas*" (Jana, 1993; Rodrigues e Amaral, 2001). O dia principal de comemoração litúrgica da Capela de S. João das Arribas, S. João Evangelista é o dia 6 de maio, mas se a data não coincidir com um Domingo, a festa realiza-se sempre no Domingo a seguir. Na segunda metade do século XIX, esta capela foi reconstruída, denotando-se no altar, a existência de frescos anteriores aos atuais. Os Documentos das Visitações, datáveis entre os anos 1687 a 1720, mencionam as ordens dadas pelos visitadores do Cabido para efetuarem obras na Capela de S. João das Arribas: fechadura da porta, portas, pintura do retábulo e capela. (Alves, 2000). Nas memórias paroquiais de 1758, o pároco descreve assim o local: "*Tem huma ermida de São João nas arribas do Douro, hum quarto de légua do lugar, no qual sítio se vem ainda vestígios de lá abitarem os Mouros. 14. Não acodem a ela romagem mais que no seu dia que hé a seis de Maio. 15. O fruto que se colhe em mais abundacia hé centeio.* "(Capela, 2007).

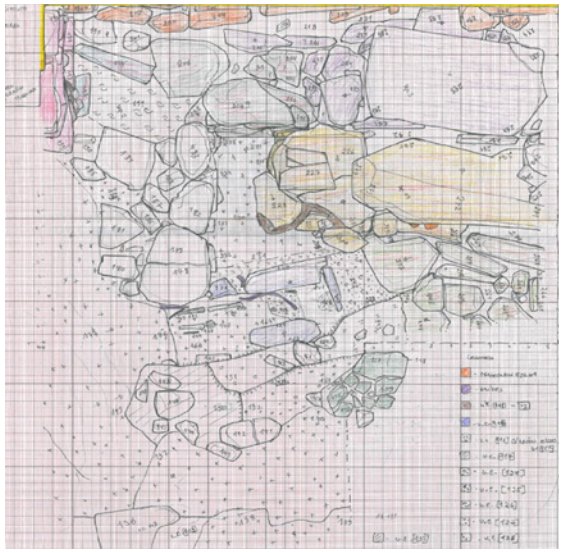


Figura 2 – Levantamento final da intervenção arqueológica realizada em 2010.

Em 2010, foi realizada uma sondagem arqueológica no interior da capela com o propósito de averiguar a existência de um piso antigo e salvaguardar quaisquer vestígios históricos-arqueológicos construídos, pois iam remover o piso atual e colocar um novo, sendo que este, teria posteriormente as mesmas características que o primitivo. Nesta sondagem arqueológica

foi possível aferir a existência de um piso antigo, piso inicial da capela; várias sepulturas construídas com recurso a lajes e pedras graníticas reutilizadas (muros pré-existentes); a vala de fundação da capela que talha as sepulturas medievais/modernas e duas paredes anteriores, também elas, cortadas pelas sepulturas. Estas duas paredes são as evidências mais antigas, encontradas neste castro, datável pelo menos de época alti-medieval, devido aos elementos cerâmicos associados (Salgado, 2010).

Segundo Hermínio Bernardo (Benito del Rey & alii, 2003: 455-468), e em resultado de uma investigação com colegas espanhóis, defendem a existência de um santuário no castro. Existem rochas com partes rebaixadas em esquadria, tipo escalão e que ambas as rochas (altares?) estão orientadas a poente. Associa a estas rochas, as covinhas circulares existentes em penedos próximos a estas. Hermínio Bernardo coliga, também, a outra rocha uma gravura serpentiforme, que causa dúvidas quando à sua formação natural ou antrópica. No que concerne aos escalões nas duas rochas existe de fato uma intenção, um motivo, uma funcionalidade, que poderia ser o mero suporte de vigas para edifícios habitacionais ou, talvez mesmo um santuário. Tratam-se de hipóteses a considerar e a avaliar através da realização de estudos mais aprofundados.

Na área do castro, situa-se uma casa que serviu de esconderijo e refúgio para o contrabando realizado nos anos da ditadura salazarista na zona raiana assim, como os *chibiteros*, estruturas importantes para os pastores no que concerne à guarda das ovelhas prenhas e suas crias.

As estruturas defensivas visíveis encontram-se em propriedade privada e já foram causados alguns danos com a abertura de valas para implantação de árvores, devidamente interrompidas pela tutela do património cultural (Fontes orais: Senhores Esmeraldino Fernandes e João Pedro Luís).

Na área Sudeste, observa-se um palimpsesto de edificados desde a fase construtiva da muralha culminando no século passado com a construção de um muro de suporte de terras para implantação do caminho de acesso à Capela. Nesta zona existiria um fosso, que poderá, todavia, estar parcialmente conservado.

Em 2015, foi realizada por Javier Sánchez-Palencia e sua equipa Alejandro Beltrán Ortega, Damián Romero Perona, Juan Luis Pecharromán Fuente, Inés Sastre Prats, uma sondagem mecânica inserida no Projeto MINERÍA Y CIVITATES DEL NORESTE DE PORTUGAL realizado em 2014/2015 (MinCiNEP IV), estudo realizado por GI Estrutura Social y Territorio – Arqueología del Paisaje, Instituto de Historia, CCHS del CSIC. O mesmo, tinha como princípio datar os socalcos e circunscrever as culturas existentes na área do Castro S. João das Arribas em determinados períodos temporais. Nesta sondagem mecânica procedeu-se ao registo dos cortes e à recolha de sedimentos das várias unidades estratigráficas identificadas. Posteriormente, estas amostras foram enviadas para laboratório e permitiram concluir que o cultivo daquela área iniciou, pelo menos, entre o século III d. C. e o século VI d. C. e posteriormente, desde o século XVI até à atualidade. As plantas identificadas entre os séculos III d. C. e VI d. C. são: *Quercus ilex/coccifera* (carrasco); *Leguminosae* (leguminosas); *Prunus sp.*; *Rosacea* e *Quercus subg. quercus*. A mesma equipa, recolheu amostras de cereal queimado, à superfície, no interior do castro. As barreiras cronológicas estabelecidas pelas datações Carbono 14 foram de 553-648 d.C. para *Triticum aes/durum* e 538-645 d.C. para *Cf. Secale cereale*.

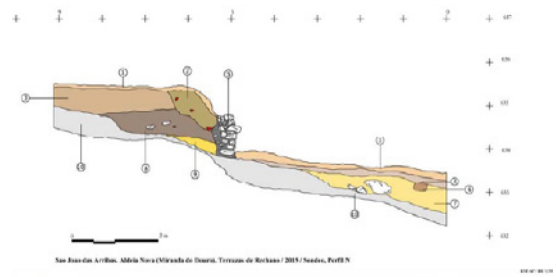


Fig. 38: Perfil norte del sondeo realizado en las terrazas de cultivo del castro de São João das Arribas

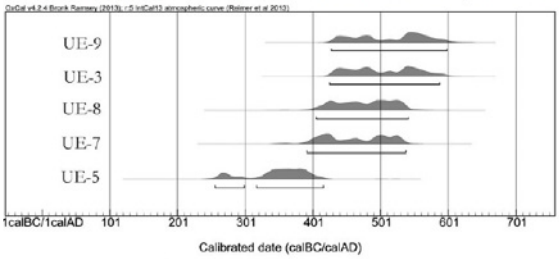


Fig. 41: Dataciones radiocarbónicas de las UE del sondeo realizado en las terrazas de cultivo del castro de São João das Arribas

Figura 3 – Perfil Norte da sondagem realizada nos socalcos de cultivo e datações radio-carbónicas das unidades estratigráficas identificadas. Adaptado Mónica Salgado.

1.3. Primeiros resultados do Projeto de Investigação

Desde o início do projeto, em 2016 até ao seu término, foram realizadas quatro campanhas de escavação e realizadas treze sondagens arqueológicas e alargamentos de algumas das mesmas.

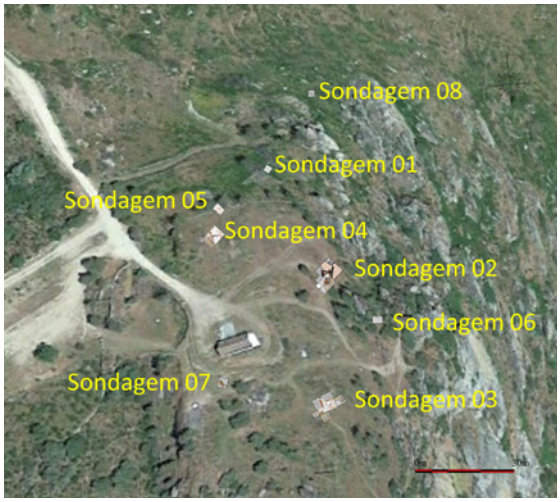


Figura 4 – Implantação das oito Sondagens Arqueológicas realizadas até 2018. Adaptado por *Mónica Salgado.*

A sondagem 01 foi realizada junto a uma estrutura defensiva de forma triangular, sempre atribuída a uma ocupação pré-romana. Contudo, trata-se de uma estrutura defensiva de possível edificação no século V d. C. Esta estrutura presente na sondagem 01, (U.E. [106]), apresenta ainda duas pequenas aberturas de suporte de uma estrutura em madeira.



Figura 5 – Sondagem 01, levantamento final.

A Sondagem 02 permitiu exumar uma área de armazenamento de cereal da época alti-medieval. A realidade agrícola manteve-se nas três campanhas e foi possível exumar três recipientes com cereal, no seu interior.

As restantes estruturas identificadas (muros) permitem selar compartimentos, destacando-se um muro de provável época baixo-imperial, devido ao seu aparelho construtivo, em pedra regular e cujo meio de ligamento é uma argamassa alaranjada compacta. Os restantes muros são edificados com pedra mais irregular, denotando um aparelho mais desorganizado e cujo meio de ligamento empregue é a terra. Foi possível aferir mais estruturas: pavimentos (rocha base granítica e argamassa com lajes de xisto), lareiras e estruturas em negativo.



Figura 6 – Sondagem 02, estrutura cuja funcionalidade seria o armazenamento de cereal e recipiente identificado, ao lado desta estrutura *in situ*, com cereal no seu interior.



Figura 7 – Sondagem 02, levantamento final.

Na sondagem 03, observou-se uma possível área de forja de metal, quer pela quantidade de escória e ferro exumado quer pelos rasgos praticados sobre o maciço granítico.

A lareira em "*laterae*" e pedra granítica de época romana tardia, localiza-se a nordeste da possível forja.

Os muros exumados permitem selar dois compartimentos, que interagem através de uma porta. As estruturas são datáveis entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média.

Nos níveis de escorrimento e junto à rocha base, surgem materiais mais antigos, que podem remeter para a Idade do Ferro e, inclusive, para a Idade do Bronze, contudo são apenas ressonâncias de fundo.



Figura 8 – Sondagem 03, possível forja.



Figura 10 – Sondagem 03, pormenor da lareira e porta de acesso entre os dois espaços.



Figura 9 – Sondagem 03, lareira em *laterae*.



Figura 11 – Sondagem 03, pormenor levantamento final.

Na sondagem 04, foram definidos níveis de derrube, os quais incluíam pedras graníticas trabalhadas (entre as quais um fragmento de coluna, revelando alguma monumentalidade no passado naquele local, e uma estela, em condição de reutilização), três muros, dois dos quais aparentam terem sido construídos no mesmo momento, e outro paralelo a um destes, delimitando uma calçada. Esta calçada poderá consistir num arruamento, com uma área de acesso a um compartimento, delimitado pelos dois muros identificados e que na área de ocupação apresenta um buraco de poste.

A Sondagem 05 permitiu identificar dois muros, bastante destruídos, devido ao uso do terreno para fins agrícolas. Nesta área, poderá existir restos de um pavimento. Proceder-se-á ao seu alargamento, numa fase posterior. Os muros datam, numa primeira análise, de época alti-medieval.

A sondagem 06, foi realizada com o intuito de identificar algum tipo estrutural que permitisse clarificar o talhe existente num dos afloramentos graníticos, defendidos como pertença a um santuário (Benito del



Figura 12 – Sondagem 04, levantamento final e fragmento de coluna exumado.

Rey & alii, 2003: 455 – 468). A potência estratigráfica é pouco expressiva e apenas, se identificou, a existência de dois degraus, um escavado na rocha e um outro construído com recurso a blocos pétreos e um fragmento de *tégula*, reutilizado, que permitiria o acesso a

afloramentos graníticos elevados. A utilização da *tégula* remete para um contexto de reutilização, provável da Alta Idade Média.

A Sondagem 07, localizada a Sudeste da Capela de S. João das Arribas, permitiu aferir várias estruturas: muros e restos de um pavimento. Os muros são de fraca construção, utilizando terra como material ligante e empregam elementos reutilizados. São edificações de época alti-medieva.



Figura 13 – Sondagem 07, levantamento final.

A sondagem 08 localizada extra-muros do que se supõe ser o habitat original, não permitiu aferir dados relevantes.

As sondagens arqueológicas realizadas na campanha de 2019, ainda em fase de estudo, foram implantadas na área de entrada do castro e junto a algumas estruturas defensivas visíveis. Foi possível verificar a construção de uma muralha (Muralha 1), de possível cronologia do século V (sondagem 09), um possível campo de pedras fincadas (sondagem 09), de época anterior a esta muralha 1 e uma monumental muralha (Muralha 2) (sondagem 11), com um alçado exterior escalonado, cuja espessura e cronologia não foi possível aferir com rigor, mas que poderá apontar, nesta fase inicial, para o mesmo período que a anterior.

Podemos definir cinco fases cronológicas do espaço de São João das Arribas: **Fase I** – a de depósitos naturais de sedimentos; **Fase II** – utilização agrícola do solo; **Fase III** – ocupação religiosa (Capela S. João das Arribas, século XVI a XVIII); **Fase IV** – abandono (séculos IX/X?); **Fase V** – a ocupação do espaço na Alta Idade Média (Séculos V a IX) e a **Fase V** – ocupação romana tardia (séculos III a V). É de salientar ainda ecos de ocupações anteriores presentes no registo arqueológico: materiais cerâmicos e pétreos, típicos da Época alti-imperial e Idade do Ferro e elementos que remetem para uma realidade da pré-História Recente, nomeadamente da Idade do Bronze e do Calcolítico.



Figura 14 – Muralhas identificadas nas sondagens 09 e 11.

Finalmente, o material cerâmico de importação revela um aspeto curioso durante o Baixo Império: um vigor comercial aparentemente extraordinário para esta zona do Douro. Ao longo das últimas campanhas foram descobertos fragmentos de sigillatas claras D, oriundas do Norte de África, materiais do Vale do Ebro e da Rioja e mesmo importações regionais, oriundas de Bracara Augusta e de Conímbriga. A presença destes materiais levanta ainda mais questões de como se terá organizado a ocupação humana neste local, aparentemente tão isolado.

O espólio cerâmico comum exumado no Castro S. João das Arribas ainda se encontra numa fase de estudo. As formas que foram possíveis detetar relacionam-se com o armazenamento de produtos (potes, potinhos e talhas) e com o seu consumo (taças e pratos).

Nos promontórios mais próximos do Castro foram ainda descobertas manchas de materiais, aparentemente da Alta Idade Média, que revelam uma ocupação mais extensa do que a que a historiografia tradicional sugere.

Assim, podemos colocar em debate a existência de um castro, nos termos em que a historiografia tradicional define esse tipo de assentamento. Não poderia o amuralhamento do espaço ser resultante do movi-



Figura 15 – Espólio cerâmico: tipologias de cerâmica fina e de armazenamento e imagens de espólio cerâmico e metálico exumado.

mento de encastelamento resultante da invasão sueva no século V da nossa Era? Ou mesmo, ser reocupado nos séculos III e IV, devido à expansão do povoamento, antes das invasões e acrescentarem, posteriormente, algumas estruturas defensivas?

Os resultados das várias campanhas realizadas no sítio vieram permitir a desconstrução de uma série de preconceitos históricos que, desde cedo, se atribuíram ao Castro de São João das Arribas, permitindo uma melhor compreensão deste sítio, das pessoas que nele habitaram e na história do planalto mirandês enquanto paisagem humana. Nesta perspetiva, há que procurar paralelos, tanto peninsulares como europeus.

Tal como este castro, o Castro El Castillón, (Sastre Blanco et alii, 2015), localizado em Santa Eulalia de Tábara (Zamora), o Castro de San Esteban, em Muelas del Pan e a própria cidade de Zamora apresentam ocupações alti-medievais. O Castro El Castillón estava classificado como um povoado fortificado datável da Idade do Ferro, mas as intervenções arqueológicas permitiram refutar esta perspetiva. Este castro domina visualmente um espaço considerável, explorando e controlando o rio Esla, muito próximo à Via de la Plata, ligação de Mérida (Emerita Augusta) a Astorga (Asturica Augusta), que apresenta um traçado paralelo à margem esquerda do rio. Após a realização das sondagens arqueológicas, foi possível estratificar a ocupação do povoado. Uma fase inicial caracteriza-se pela presença de pinturas esquemáticas, no Abrigo de El Castillón, datáveis do Neolítico-Calcolítico. A fase seguinte e ténue é marcada pela Idade do Ferro, seguindo-se a fase de ocupação mais expansiva, que abarca várias sondagens, datáveis da ocupação tardo-antiga do espaço, entre os séculos V e VI da nossa Era. Os investigadores dividem este período em sub-fases de ocupação, mas definidas nesta barreira cronológica, a não ser a última sub-fase, datável da época Contemporânea (ruínas da Casa del Guardés).

Assim, tal como El Castillón, o Castro de São João das Arribas aparenta ser ocupado ou reocupado num período de instabilidade política e militar, de mudanças económicas e formas de viver, adaptando-se cada região ao seu ritmo e a diferentes transformações. Nestas regiões, para além das batalhas entre os povos locais também surgem novos povos, os Suevos e os Visigodos. O Noroeste Peninsular é ocupado pelos Suevos, formando um novo reino na antiga província romana da Gallecia, o reino suevo da Galicia, abarcando o território de Braga e a parte ocidental das Astúrias, Leão e Zamora. As fronteiras entre estes novos reinos ainda não se encontram bem definidas, existindo divergências entre os investigadores. Neste período, altera-se o modo de vida das populações: abandonam-se cidades, outras mantêm-se e constroem-se muralhas para as defender, adaptam-se edifícios públicos que já não se usam, como termas e edifícios de espetáculos, edifícios religiosos como igrejas e cemitérios, palácios ou batistérios, reocupam-se castros.

Surgem novas formas de ocupação do território, mais simples, caracterizando-se pela construção de cabanas de madeira e barro, que se expandem pelo Vale do Douro e outros territórios, são povoados fortificados (novos castros) localizados em lugares elevados, com fossos e muralhas, categoria que engloba o castro de São João das Arribas. Estes povoados são diferentes entre si, quer no seu tamanho, quer na monumentalidade das suas muralhas, quer no número de pessoas que os habitam e suas funcionalidades (controlo territorial e viário, ornamentação e poder…).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco Manuel (2000) - Memórias *Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal.

BENITO DEL REY, Luís; BERNARDO, Hermínio; RODRÍGUEZ, Marciano Sánchez, (2004) – *Santuários Pré-Históricos de Miranda do Douro (Portugal) e no seu entorno Zamora e Salamanca (Espanha)*. Tipalto – Tipografia do Planalto, Lda, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

CAPELA, José Viriato (2007) – *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património.* Universidade do Minho. Braga.

CHOAY, Françoise (2010) – *Alegoria do Património*. Edições 70.

JANA, Ernesto (1993); RODRIGUES, Miguel e AMARAL, Paulo (2001) – "*Castro de Aldeia Nova*". Área de Recursos Electrónicos, Pesquisa de Património Arquitectónico, Forte de Sacavém. [Consult. 20 jun. 2016]. Disponível em: DGMN (http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=545).

LEMOS, Francisco Sande, (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, dissert. de doutoramento, vol. IIa, Universidade do Minho, Braga, pp. 202-206. Policopiado.

MARCOS, Domingos Santos (1989) – *Catálogo dos monumentos e sítios arqueológicos do Planalto Mirandês (Romanização).* In Brigantia, Bragança,18:1-2, pp. 2-111.

RIBEIRO, Orlando (1987) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5ª ed, Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa.

REDENTOR, Armando (2012-2013) – *Militares na Astúria Meridional: Os Testemunhos Epigráficos do Nordeste Transmontano*. In Brigantia. Vol. XXXII, pp. 51-66.

SANCHEZ-PALENCIA, Francisco Javier; BELTRÁN ORTEGA, Alejandro; ROMERO PERONA, Damián; PECHARROMÁN FUENTE, Juan Luis; SASTRE PRATS, Inés (2014, 2015) – *Projecto: MINERÍA Y CIVITATES DEL NORESTE DE PORTUGAL (MinCiNEP IV)* Estudo realizado por GI Estrutura Social y Territorio – Arqueología del Paisaje, Instituto de Historia, CCHS del CSIC. Memoria de la campaña 2014-2015.

SALGADO, Mónica (2010) – "*Relatório de Escavação de São João das Arribas*", apresentado à DGPC. Policopiado.

SALGADO, Mónica e PEREIRA, Pedro (2017) – "*Relatório da I Campanha de Escavação de São João das Arribas*", apresentado à DGPC. Policopiado.

SALGADO, Mónica e PEREIRA, Pedro (2018a) – "*Relatório da II Campanha de Escavação de São João das Arribas*", apresentado à DGPC. Policopiado.

SALGADO, Mónica e PEREIRA, Pedro (2019b) – "*Relatório da III Campanha de Escavação de São João das Arribas*", apresentado à DGPC. Policopiado.

SASTRE BLANCO, Jose Carlos, FUENTES MELGAR, Patricia, RODRIGUEZ MONTERRUBIO, Óscar y VÁSQUEZ FADÓN, Manuel (coord.) (2015) – *El yacimiento arqueológico de El Castillón (Santa Eulalia de Tábara, Zamora) Un enclave tardoantigo a orillas del Esla*. Ed. Arbotante Patrimonio e Innovación, S.L., Glyphos Publicaciones.

A OCUPAÇÃO TARDO-ANTIGA E ALTO-MEDIEVAL NO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO (VISEU)

Pedro Matos[1], Helena Catarino[2]

[1] CEAACP – Universidade de Coimbra / Bolseiro FCT (2020.05417.BD) / pjmatos27@hotmail.com
[2] DHEEAA-FLUC/CEAACP / hcatarino@fl.uc.pt

Resumo

Neste texto, serão apresentados os vestígios arqueológicos tardo-antigos e alto-medievais do Concelho de Santa Comba Dão. Temos, como objectivo principal, dar a conhecer o potencial arqueológico deste pequeno território da Beira Alta, através da análise descritiva dos vestígios arqueológicos, bem como da sua contextualiazação dentro dos sistemas culturais daquele período.

Com base nestas informações, faremos ainda um breve enquadramento da zona em estudo na rede viária regional, através da proposição de rotas comerciais que a ligariam aos centros de poder mais próximos.

Palavras-chave: Povoamento e sepulturas rupestres, Materiais arqueológicos, Arqueologia e História, Antiguidade tardia e Alta Idade Média.

Abstract

In this text will be presented the late roman and early medieval archaeological data of Santa Comba Dão. Our purpose is to make known the archaeological potential of this small territory of Beira Alta (Portugal), through the descriptive analysis of archaeological remains, as well as its framework within the cultural systems of that period.

Based on this information, we will briefly outline the studied area in the regional trade routes that would link it to the nearest power centers.

Keywords: Population and rock tombs, Archaeological materials, Archeology and History, Late Antiquity and Early Middle Ages.

1. INTRODUÇÃO

As informações agora apresentadas resultam de uma investigação que, com o apoio da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, teve por objectivo o levantamento do património arqueológico deste concelho, tendo em vista a sua salvaguarda e valorização. Para tal, foram realizadas prospecções arqueológicas extensivas e desenvolvidos trabalhos de catalogação e análise de materiais obtidos em escavações antigas. Em âmbito académico, os referidos trabalhos estiveram integrados no mestrado do primeiro signatário, desenvolvido sob a orientação da segunda signatária, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

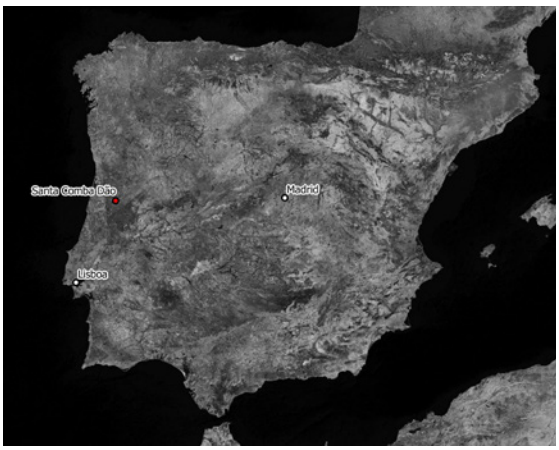


Figura 1 – Enquadramento geográfico.



Figura 2 – Enquadramento topográfico e rede hidrográfica.

O Concelho de Santa Comba Dão, com os seus 112 km^2, está localizado no sudoeste do Planalto Beirão, inserido entre a Serra da Estrela, a nascente, e as serras do Caramulo e Buçaco, a poente (Figura 2). Trata-se de uma grande plataforma que, dentro da divisão Administrativa, abrange integralmente o distrito de Viseu e partes dos distritos da Guarda e Coimbra. Em termos geomorfológicos, configura uma zona dominada pelo granito de grão grosso, fendida por filões de quartzo e, mais a sudoeste, pelo xisto, numa área reduzida, próximo à Serra do Caramulo. No que se refere à hidrografia, o Planalto Beirão é cortado por dois grandes rios, designadamente, o Mondego e o Dão, sendo este, o principal afluente daquele. O município em estudo é delimitado, a sul, pelo rio Mondego, e a oeste, pelo rio Criz, sendo artificiais os limites norte leste.

2. O CONTEXTO CIENTÍFICO DA INVESTIGAÇÃO

Muito embora o conhecimento arqueológico da nossa zona fora, quando começámos a investigação, algo deficiente, tivemos ao nosso dispor uma base bem consolidada de conceitos científicos a partir dos quais, com o progresso da coleta de dados de campo e compilação de fontes documentais, fomos construíndo hipóteses para modelos de povoamento e realizando aproximações cronológicas, sobretudo, pautadas na tipologia de artefactos registados em prospecção.

Aqueles conceitos resultam de estudos que, assim como o nosso, tiveram por objectivo a compreensão do povoamento nos cerca de meio milénio entre o fim do Império Romano e a Plena Idade Média, por vezes, também em comunidades rurais, geralmente, marcadamente isoladas em relação aos seus centros de poder. O volume de estudos actualmente desenvolvido, portanto, deixa vislumbrar vestígios arqueológicos passíveis de aproximações cronológicas relativas, e culturais, naquele período em que a compreensão de determinados meios rurais do Noroeste peninsular depende, quase exclusivamente, da Arqueologia.

Com efeito, nesta última década percebemos, em nossa modesta opinião, uma alteração no panorama da arqueologia da Antiguidade tardia e Alta Idade Média, sobretudo em Portugal, caracterizada por um "despertar" dos investigadores para o estudo destes períodos. Resultado disto será, por exemplo, a realização, quase anual, de encontros científicos em torno desta temática, tais como: o encontro sobre as cerâmicas medievais realizado no museu de Conímbriga, em 2012, que resultou na publicação de um volume do IEM (Instituto de Estudos Medievais) coordenada por Adriaan de Man e Catarina Tente (2014); a mesa-redonda realizada em Mangualde, em 2013, intitulada "*A Lusitânia Entre Romanos e Bárbaros*", cujas actas foram publicadas dois anos depois (Encarnação, Lopes e Carvalho, 2016); o congresso intitulado "*Do Império ao Reino. Viseu e o Território (séculos IV a XII)*", que teve lugar nesta cidade em 2016 e cujas actas fo-

ram editadas por Catarina Tente (2018); o congresso internacional "*Sepulturas Escavadas na Rocha na Fachada Atlântica da Península Ibérica*", realizado na Universidade do Porto, em 2017, que dentro em breve deverá também ter as suas actas publicadas; o encontro internacional "*A Península Ibérica entre os séculos V e X: continuidade, transição e mudança*", em 2019, ao qual se reporta este texto.

É, precisamente, dentro deste cenário de incremento na arqueologia tardo-antiga e alto-medieval – e sob a sua influência – que se desenvolve o nosso trabalho no município de Santa Comba Dão.

3. ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO POVOAMENTO ANTIGO

Talvez que, um dos principais contributos deste estudo seja demonstrar como determinados elementos de análise, os quais, individualmente, pouco contribuem para a compreensão do povoamento antigo, quando conjulgados, vêm elevado o seu valor científico e permitem ao investigador vislumbar os padrões de ocupação antiga num determinado micro-território.

Desta forma, a seguir, vamos apresentar três fontes de dados das quais duas consistem em dados arqueológios – materiais arqueológicos; sítios arqueológicos (*habitats* e núcleos funerários) – e uma tem por base as fontes históricas.

3.1. Metodologia de aproximação aos documentos históricos

Em arqueologia medieval, os registos históricos, frequentemente, acompanham a evolução de um estudo desde a sua fase mais embrionária até à discussão final, sendo, pois, "*el rasgo que da originalidad a la arqueología medieval*" (Faro Carballa e García Jaurrieta, 1996: 285). Entretanto, em momento algum, o seu conteúdo deve ser dogmatizado ao ponto de condicionar a interpretação dos vestígios arqueológicos. "Se por um lado, a arqueologia medieval não pode ser um apêndice ou uma ilustração dos textos, também não se limita a exumar testemunhos, mas a interpretar, na medida do possível, os diversos registos" (Catarino, 1997/98: 533).

Na nossa investigação, situações houve em que a concordância entre diplomática e pesquisas de campo clarificou o perfil de ocupação num determinado espaço; noutras, o seu antagonismo não deixou de levantar uma série de questões que passaram a representar fortes estímulos à continuação deste estudo. Em suma, a abordagem conjunta entre documentos históricos e registo arqueológico, tendo em conta as ferramentas ao nosso dispor, foi a pedra angular da compreensão das dinâmicas de povoamento alto-medieval no território de Santa Comba Dão, bem como a sua relação com ocupações anteriores.

Em termos metodológicos, os diplomas medievais[1] nos proporcionaram uma abordagem em duas escalas de análise, uma supra territorial, ou seja, fora dos limites espaciais do território estudado, com o objetivo de compreender o ambiente sociopolítico que ocupava em período Astur-leonês, e outra local, portanto, dentro dos limites atuais do concelho de Santa Comba Dão, centrada fundamentalmente na toponímia e na sua distribuição espacial – já que a "*toponimia actual es en un percentaje muy alto, herdera directa de la medieval*" (Faro Carballa e García Jaurrieta, 1996: 284) – para: delimitação de estremas de propriedade (limite das *villas* medievais); provável localização de igrejas e mosteiros; caminhos antigos; elementos ligados à exploração económica. A primeira escala de análise foi utilizada apenas no enquadramento cronológico-cultural; já a segunda, esteve intrínseca à análise espacial e interpretação das dinâmicas de povoamento.

Estamos cientes de que, embora esta metodologia de análise dos documentos históricos se tenha provado eficiente na nossa investigação, está inevitavelmente condicionada à quantidade de topónimos medievais que sobrevivem na paisagem em estudo. É que, sendo o método científico, indiscutivelmente, a única forma de serem obtidos resultados fiáveis e coerentes em arqueologia, também a sorte desempenha o seu papel, e no nosso caso, a sorte nos sorriu ao permitir que todos os topónimos registados nos documentos do século X chegassem até à atualidade, inclusive, por vezes, sobrevivendo ao desaparecimento do lugar ao qual se referem, de forma a configurar o que Michael Aston definiu como uma "vila desertificada" (Aston, 1989: 53-61), cujo desaparecimento não teria sido provocado por um golpe singular, mas por um conjunto de progressivas mudanças económicas e sociais não documentadas.

3.2. Análise dos materiais arqueológicos

A componente da nossa investigação dedicada ao es-

[1] Os lugares e povoações do território de Santa Comba Dão, e entornos próximos, estão registados em três documentos do cartulário do mosteiro de Lorvão e datam dos anos de 974 (Doc. Nº 2 do Livro Preto da Sé de Coimbra), 981 (PMH – DC,CXX, 981) e 985 (Livro Preto da Sé de Coimbra).

tudo dos artefactos foi, de todo, desenvolvida sobre uma metodologia baseada na análise de paralelos formais e decorativos. Como não poderia deixar de ser, os materiais recolhidos à superfície, quando muito, permitiram vislumbrar a existência de um sítio arqueológico cujos contornos cronológicos e espaciais resultaram consideravelmente embaciados. A não ser nos casos em que são identificados artefactos como as cerâmicas importadas, os materiais de superfície proporcionaram aproximações cronológicas marcadamente dilatadas e, mesmo estas, apenas possíveis devido ao já referido avanço na arqueologia tardo-antiga e alto-medieval e no consequente estabelecimento de fósseis directores para este período.

Desta forma, começamos, de seguida, por apresentar alguns materiais, primeiro, de um sítio onde foram desenvolvidas escavações, para depois passarmos a apresentar os materiais obtidos em prospecções extensivas.

3.2.1. A *villa* da Abadia e o seu espólio arqueológico

Numa plataforma localizada entre as povoações de Óvoa e Cagido (União de Freguesias de Óvoa e Vimieiro), uma faixa de terra com cerca de 5ha é, há várias décadas, conhecida pelos santacombadenses como uma zona rica em vestígios de antigas sociedades. Sem precisar bem o seu período de ocupação, foram sendo criadas, ao longo dos anos, versões populares que pudessem explicar a riqueza dos materiais arqueológicos que, à superfície, se observava e se recolhia.

Esta zona, todavia, nunca chamou a atenção de investigadores que, guiados por métodos científicos, fossem capazes de tentar descortinar as características deste assentamento. Até que, há cerca de 20 anos, foram realizadas escavações[2] numa parte deste arqueossítio, designadamente, na Encosta do Patarinho, quando foi posto a descoberto parte de uma estrutura de planta rectangular e obtidos centenas de materiais arqueológicos que, entretanto, nunca foram analisados. Esses materiais, desde então, permaneceram depositados no edifício da Junta de Freguesia de Óvoa e é, precisamente, parte deste espólio que será abordado mais abaixo.

No que se refere à tipologia do assentamento, em função dos achados e da dimensão da mancha de ocupação, foi registado no Endolvélico[3] como sendo zona de uma possível *villa* romana. Esta designação, todavia, foi atribuída a apenas uma pequena parcela, no sul da mancha de ocupação, onde foram recolhidos fragmentos de canalização em chumbo e de cerâmicas alto-imperiais, no local do microtopónimo "Abadia". Entretanto, no decorrer da nossa investigação, optámos por utilizar, temporariamente, a designação "*villa* da Abadia" não apenas ao sítio dantes registado, mas a toda a extensão da planura onde estão dispersos os materiais arqueológicos, abrangendo, inclusive, a já referida Encosta do Patarinho.

No que se refere à ocupação alto-medieval deste assentamento, um conjunto de sepulturas rupestres implantadas na Encosta do Patarinho atesta a sua utilização como espaço funerário em inícios da Alta Idade Média. Não foram, todavia, encontrados vestígios de ocupação que, seguramente, possam estar associados aos núcleos habitacionais contemporâneos das sepulturas, o que não quer dizer que a estrutura identificada nas escavações não possa ter sido reaproveitada em época medieval. Entretanto, perante a informação conhecida até agora, supomos que as sepulturas rupestres, com efeito, marcam o momento final de utilização da Encosta do Patarinho, quer como zona de núcleos habitacionais, junto dos quais foram escavadas as sepulturas rupestres, quer apenas como espaço funerário.

Posto isto, vejamos então o que nos dizem alguns dos materiais arqueológicos aqui exumados e, embora sem o recurso da análise estratigráfica, como indiciam uma ocupação pós-romana, e ainda, como nos podem ajudar a integrar a *villa* da Abadia num contexto de trocas comerciais à escala regional na Antiguidade tardia.

(I) Terra Sigillata Hispânica Tardia (TSHT)

Foi documentado um fragmento de TSHT (Figura 3), fabrico cuja cronologia de produção se insere entre finais do século II e século III d. C. e o primeiro quartel do século VI d. C., com uma difusão realizada pelo vale do Ebro e, em menor escala, pelo Douro (Beltrán Lloris, 1990: 118).

O fragmento apresentado possui uma decoração enquadrada no segundo estilo de decoração a molde das TSHT descrito por F. Mayet (1984: 258 e 259), comuns às Drag. 37 tardias[4] de *Conimbriga* (*ibidem*: 259), forma que caracteriza o período entre os séculos IV e VI d. C. (Beltrán Lloris, 1990: 119). Proveniente das

[2] Conforme registado no Endovélico, a referida escavação, não autorizada, colocou a descoberto dois muros de um possível compartimento de época romana.

[3] CNS (Código Nacional de Sítio): 14526.

[4] Para os sítios em Portugal com documentação de Drag. 37 tardias decoradas, consultar Silva, 2007: 22.



Figura 3 – Fragmento de TSHT da Encosta do Patarinho.

olarias do vale do Ebro e da Meseta, configura o estilo mais representativo no que se refere à decoração dos vasos de TSHT (Paz Peralta, 1991: 105).

Em Terronha de Pinhovelo (Macedo de Cavaleiros, Bragança) os exemplares informes de TSHT com decoração a molde foram remetidos àquela forma, balizada entre os séculos III e V/VI d. C. (Silva, 2007: 9), e nas olarias de *San Antón* (Burgos), as Drag. 37 tardias decoradas pela mesma técnica[5] são predominantes entre as produções de tigelas (Pérez Rodríguez e Domínguez Bolaños, 2005: 280).

A TSHT que, no centro de Portugal, faz parte de um tipo de cerâmica importada ainda pouco representada, testemunha a manutenção da *villa* da Abadia em circuitos comerciais regionais em época baixo-imperial ou pós-romana e, talvez, a manutenção do seu carácter de propriedade senhorial neste período. Sobre esta temática, André Carneiro e Eurico Sepúlveda (2004: 437) mencionaram a TSHT como indício não apenas da "capacidade de compra" do proprietário mas, ainda, da proximidade do sítio a importantes vias de circulação.

(II) Cerâmicas alaranjadas finas

A cerâmica alaranjada fina, conforme o próprio nome atesta, faz parte de um serviço fino de mesa que, commummente, procura imitar determinadas formas de cerâmicas de luxo, como a *Terra Sigillata*. Embora represente um fabrico encontrado em contextos arqueológicos do Alto Império à Tardo-antiguidade, o enquadramento cronológico de alguns exemplares pode ser realizado através da cronologia da forma emulada (Silva, Fernández e Carvalho, 2015: 244).

Na colecção agora apresentada, os fragmentos deste fabrico foram todos manufacturados a torno, com superfícies cuidadosamente alisadas deixando, eventualmente, escondidas as marcas do torno. Em termos de formas, foram identificadas tigelas, potinhos e púcaros.

Para o propósito deste texto, mencionamos, deste conjunto, um bordo extrovertido com asa bífida (Figura 4, Estampa 2) que encontra paralelos nas copas bitroncocónicas das cerâmicas alaranjadas finas de *Conimbriga* (Alarcão, 1974: 96), sendo idêntico a um jarro do século VI d. C. recentemente documentado no anfiteatro desta cidade (Cerveira, 2017: 208).

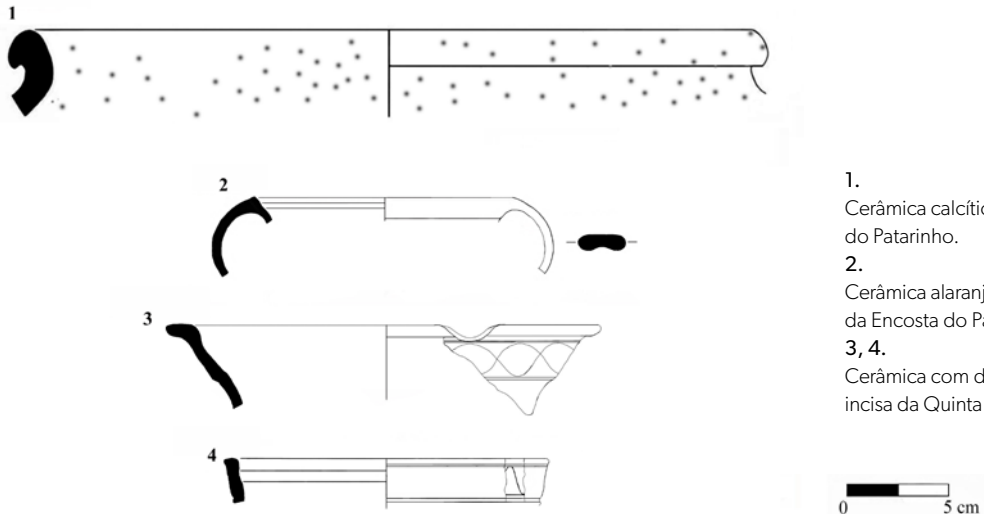
(III) Cerâmica calcítica

Como a cerâmica alaranjada fina, também a cerâmica calcítica possui um extenso período de fabrico, enquadrado entre o Alto Império e Antiguidade tardia (ALARCÃO, 1974: 110). Entretanto, o artefacto apresentado (Figura 4, Estampa 1) configura, ainda, um forte indício da ligação estabelecida, neste período, entre a *villa* da Abadia e a cidade de Conímbriga, na zona da qual era produzida esta cerâmica.

Trata-se de um pote de bordo redobrado sobre o ombro com lábio em gancho, com pasta de cor cinzento-escura no cerne e laranja avermelhada ao se aproximar da parede interna, coloração que a reveste completamente. A parede externa apresenta uma tonalidade castanha escura no bordo e castanha avermelhada no ombro.

Como exemplo de paralelo, referimos um pote proveniente da Ínsula do Vaso Fálico, em Conímbriga, identificado em contextos do século V d. C. (Alarcão, 1974: 111, peça nº 700 / Alarcão, 1975: 150). Também em sondagens recentes realizadas na zona do Anfiteatro desta cidade, as cerâmicas calcíticas apareceram em níveis enquadrados entre o período augustano e suevo-visigodo, ao que lhes foi atribuída uma cronologia de produção que se estende para além do século V d. C. (Cerveira, 2017: 49). Em Coimbra, em escavações no Museu Nacional de Machado de Castro – onde se encontra o *forum* de *Aeminium* – as cerâmicas calcíticas foram enquadradas entre os séculos IV e V d. C. (Silva *et alii.*, 2015: 243 e 244).

[5] Conforme afirmado pelos autores, as decorações a molde são "*características de la fase de madurez de la producción de T.S.H.T*" (PÉREZ RODRÍGUEZ e DOMÍNGUEZ BOLAÑOS, 2005: 288).



1.
Cerâmica calcítica da Encosta do Patarinho.
2.
Cerâmica alaranjada fina da Encosta do Patarinho.
3, 4.
Cerâmica com decoração incisa da Quinta do Barão.

Figura 4 – Cerâmicas da Encosta do Patarinho e da Quinta do Barão.

(IV) Cerâmica alaranjada com decoração incisa

No nosso estudo, o conjunto de fragmentos agora apresentado foi enquadrado numa tipologia de fabrico local ou regional – cerâmicas de pasta e superfície alaranjadas – onde predominam os recipientes destinados ao serviço de mesa e armazenamento e transporte. Infelizmente, para os pequenos fragmentos referidos a seguir não foi possível reconstituir as suas respectivas formas, tendo sido realizado o seu enquadramento cronológico com base em paralelos decorativos. Estes, por sua vez, foram encontrados em contextos inseridos entre a Antiguidade tardia e Alta Idade Média, sendo, portanto, na Encosta do Patarinho, um dos poucos materiais, até agora identificados, que podem estar associados ao momento da ocupação final do sítio, talvez, contemporâneo das sepulturas rupestres. Adriaan De Man (2004: 460), ao estudar os artefactos de Conímbriga, integrou este tipo de decoração num contexto pós-romano de "progressiva simplificação morfológica" dos recipientes, supostamente compensada por "determinadas soluções decorativas", designadamente as linhas onduladas incisas num primeiro momento, culminando depois nos cordões plásticos digitados, estes, até ao momento, ausentes nos recipientes da Encosta do Patarinho.

Aqui, temos cerâmicas com decoração incisa de motivos emoldurados (Figura 5), de linhas ameandradas, onduladas e reticulados, realizados por incisão simples ou a pente. Restringindo-nos agora a alguns exemplos da região Beirã, uma vez que tencionamos enquadrar o sítio em rotas comerciais regionais, mencionamos paralelos decorativos, como: as cerâmicas com



Figura 5 – Fragmentos com decoração incisa da Encosta do Patarinho.

decorações incisas de motivos ondulados e ameandrados do casal romano do Relengo (Sabugal), onde foram enquadradas nos séculos IV e V d. C. (Osório *et alii*, 2008: 5); cerâmicas de cozinha do já referido Museu Nacional de Machado de Castro, decoradas com ondulados incisos, encontradas em níveis dos séculos IX-X d. C. (Silva, 2014: 81); no Alto Mondego, em cerâmicas com decoração incisa cozidas em atmosfera oxidante, dos sítios de São Gens e Soida (Celorico da Beira), enquadradas entre os séculos IX-XI d. C., (Tente, Lantes e Pietro, 2014: 122).

3.2.2. Outros vestígios de cerâmicas tardo-antigas e alto-medievais no território de Santa Comba Dão

Para além dos artefactos da Encosta do Patarinho, ti-

vemos a oportunidade de analisar outros materiais tardo-antigos do concelho de Santa Comba Dão, quer identificados ao longo das nossas campanhas de prospecção, quer recolhidos pelos habitantes locais durante a lavra dos seus terrenos.

Ao lado da Igreja de Santa Columba (Igreja Matriz do Couto do Mosteiro) identificámos, em prospecções, um conjunto de cerâmicas cinzentas, provavelmente de fabrico local, com uma cronologia enquadrada entre a Antiguidade tardia e a Baixa Idade Média. A referida igreja é, com efeito, o antigo centro religioso da vila medieval epónima, cujo primeiro registo histórico remota à segunda metade do século X[6]. Deste conjunto, o pequeno fragmento ao qual faremos referência é de uma cerâmica cinzenta estampilhada com motivo em arco, ou circular, junto da carena, onde foram incisas linhas diagonais paralelas. Possui paredes brunidas e foi cozida em fornos de atmosfera redutora homogénea.

São diversos os exemplos de sítios onde a cerâmica estampilhada foi encontrada em contextos tardo-antigos[7]. De acordo com Catarina Tente e Adrian De Man, (2016: 387), estes materiais indiciam uma ocupação associada a elites dos séculos VI e VII. Na zona de Salamanca, no assentamento de Dehesa de la Genestosa, a cerâmica estampilhada foi considerada um "*estándar de mayor calidad en los siglos V-VI, tras la desaparición de las sigillatas*" (Martín Viso *et alii*, 2017: 24), bem como relacionada a uma rede de distribuição supra local (*idem*). Não vamos agora, com base apenas neste fragmento, tecer grandes teorias acerca dos primórdios da Igreja de Santa Columba, entretanto, a sua importância reside em ser o pequeno vestígio de um momento de ocupação anterior ao estabelecimento do centro religioso da vila alto-medieval e, até ao momento, também o seu vestígio mais antigo.

A cerâmica com decoração incisa voltou a aparecer em dois sítios arqueológicos de Santa Comba Dão, num deles, próximo a uma sepultura rupestre antropomórfica junto à aldeia de Vila Dianteira[8] (Freguesia de São João de Areias), o que, conforme já mencionado, reforça a longa diacronia de utilização deste estilo decorativo. Referimos, portanto, um bojo do que seria um recipiente de armazenamento de cerâmica alaranjada (Figura 6), com um largo cordão plástico e decoração incisa de pouca profundidade, que combina pequenas incisões horizontais de motivos ameandrados e ondulados, e meandros em ziguezague, realizados a pente, portanto, enquadrado no tipo B de decoração incisa de Gutiérrez Lloret (1996: 156). A decoração era realizada com pentes de madeira ou osso que, segundo esta autora, representam um dos instrumentos mais utilizados a partir do período tardo-romano.



Figura 6 – Cerâmica com decoração incisa, de Vila Dianteira.

As cerâmicas com decoração incisa apareceram também na Quinta do Barão, dentro da vila de Santa Comba Dão, um dos arqueossítios do município mais próximos da rede hidrográfica principal (Figura 4, Estampas 3 e 4). São dois bordos de cerâmica alaranjada, sendo um decorado com linha em meandro, emoldurada em friso contínuo, e outro com duas linhas onduladas intercaladas, igualmente emolduradas, que pertenceria a um jarro com bico vertedor.

3.3. Povoamento e sepulturas

Na Alta Idade Média, as comunidades autóctones da região Beirã estariam organizadas em pequenos núcleos, aldeias e casais, que teriam desenvolvido os seus próprios mecanismos de poder e práticas religiosas. As sepulturas rupestres, possivelmente, um dos seus vestígios arqueológicos mais característicos, acabam por traduzir bem a situação de marcada autarcia dessas pequenas comunidades rurais, pois em si carregam, ao mesmo tempo, uma solução local para o cumprimento de rituais religiosos e um instrumento de legitimação de posse sobre determinado território.

[6] Doc. Nº 2 do Livro Preto da Sé de Coimbra (974 Julho, 22).

[7] Para um estudo mais aprofundado, consultar: CERRILLO MARTÍN, 1976; JUAN TOVAR, 2012; SASTRE, CATALÁN e FUENTES, 2014; PÉREZ DE DIOS e SOTO GARCÍA, 2015; TEJEREZO GARCÍA e VIGIL-ESCALERA GUIRADO, 2017.

[8] Agradecemos o Professor António Neves por permitir o estudo do artefacto.



Figura 7 – Sepulturas rupestres identificadas actualmente.

Deixaremos para outro momento a analise detalhada das sepulturas rupestres de Santa Comba Dão[9]; todavia, sobretudo para a posterior apresentação da rede viária antiga, convem ter presente a localização dos principais núcleos funerários.

No concelho de Santa Comba Dão estão registadas, actualmente, 34 sepulturas rupestres que sugerem, pela sua localização, um padrão de ocupação, em inícios da Alta Idade Média, marcadamente ligado aos antigos núcleos de povoamento romano, quer *villae*, quer pequenos casais que poderiam, ou não, estar na dependência daquelas. Vamos agora referir duas zonas de Santa Comba Dão (Figura 7), ambas, a sul do Dão, onde a quantidade de sepulturas e *habitats*[10] registados possibilita uma aproximação aos contornos da ocupação antiga. Em primeiro lugar, a poente, a já apresentada *villa* da Abadia, onde no seu extremo oeste – zona da Encosta do Patarinho – foi implantada uma necrópole de sepulturas rupestres; depois, a nascente, na zona de Silvares, Vila Dianteira e São João de Areias, onde estão localizadas nove sepulturas isoladas ou em conjuntos de duas ou três, bem como duas necrópoles, uma com seis sepulturas, nas Regueiras, e outra com sete sepulturas, sob o adro da Igreja Matriz de São João de Areias.

Infelizmente, nenhum destes sepulcros chegou até nós com vestígios ósseos passíveis de datação absoluta e, por norma, situam-se dentro de manchas de ocupação caracterizadas por cerâmicas de cobertura (*tegullae* e *imbrex*), artefactos produzidos num extenso espectro cronológico. Para uma aproximação temporal a estes monumentos, contamos, portanto, com a análise espacial realizada a partir da associação entre sítios arqueológicos, análise toponímica e documentos históricos. Como resultado, concluímos que, em oposição à já referida relação com sítios romanos, há uma certa discrepância quando comparamos a localização das sepulturas rupestres com as vilas do século X, assunto que, de novo, é por nós abordado em mais detalhes noutro momento.

4. VIAS DE COMUNICAÇÃO: NAVEGAÇÃO NO MÉDIO MONDEGO E PROPOSTA PARA OS CAMINHOS TERRESTRES

Na estrema sudoeste de Santa Comba Dão dá-se o encontro dos grandes rios do Planalto Beirão, o Dão e o Mondego, numa zona que foi, nos anos setenta, profundamente afetada pela Barragem da Aguieira. Sob a sua albufeira está hoje a antiga aldeia de Foz do Dão, uma povoação que, infelizmente, desapareceu antes que se pudesse conhecer o seu valor histórico.

Era também na foz do Dão – junto à aldeia homónima – onde o Mondego deixava de ser navegável a montante, característica que, até hoje, se reflecte na ocupação humana ao longo do seu curso. É interessante reparar como, subindo o Mondego a partir de Coimbra até à zona daquela antiga aldeia, contamos 18 povoações ribeirinhas entre os concelhos de Coimbra, Penacova e Vila Nova de Poiares, mas dali em diante, escasseiam consideravelmente. Mesmo com a subida das águas do Mondego após a Barragem da Aguieira, em Santa Comba Dão, não há nenhuma povoação a menos de um quilómetro da sua margem direita. Apenas a partir do concelho de Nelas, na zona de Caldas da Felgueira, surgem algumas raras aldeias ribeirinhas. Esta configuração demográfica, em nossa opinião, será o resultado de séculos de navegação no Mondego, possivelmente, uma das arterias viárias mais importantes entre o litoral e as comunidades do sudoeste do Planalto Beirão.

Consequentemente, acabaria por ser, entre o pe-

[9] MATOS, Pedro; CATARINO, Helena: Sepulturas, topónimos e *habitats*: elementos para a compreensão do povoamento alto-medieval no município de Santa Comba Dão (Viseu). In.: Actas do Congresso Internacional *Sepulturas Escavadas na Rocha na Fachada Atlântica da Península Ibérica*. CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória); Faculdade de Letras da Universidade do Porto (no prelo).

[10] Por "*habitats*" entenda-se, por ora, as manchas de ocupação caracterizadas por fragmentos de cerâmicas de construção e cerâmicas comuns.



Figura 8 – Rede viária antiga.

ríodo Romano e a Alta Idade Média, a via de comunicação principal entre as comunidades do Baixo Dão e os dois mais próximos centros de poder a sul, designadamente, Coimbra (Aeminium) e Conimbriga em época romana e tardo-antiga e, depois, sobretudo com o mosteiro de Lorvão[11] a partir da Alta Idade Média. Em termos económicos, o Mondego teria desempenhado um papel central como rota comercial entre estas cidades e o sudoeste do interior beirão. Na zona do Porto da Raiva (Penacova), entretanto, os mercadores vindos do sul transladariam a carga para pequenas embarcações, adequadas ao curso do rio entre este ponto e a foz do Dão, e aqui, se quisessem seguir na direcção de Viseu, a norte, ou Bobadela[12], a nascente, teriam de continuar por terra.

Os caminhos terrestres, por sua vez, apresentam um traçado bem mais difícil de se desvendar; contudo, guiados pela localização dos sítios arqueológicos e considerando a rede viária romana, podemos começar a descortinar parte da rede de comunicações tardo-antigas e alto-medievais que atravessaria a área em estudo. Antes de mais, importa ter presente que, para o período enquadrado entre a desagregação da estrutura de povoamento romana, quando as *villae* eram o elemento central da organização do povoamento local, e a Alta Idade Média, com a consolodação da vila como modelo de povoamento rural por excelência, em memados do século X, terá ocorrido uma multiplicação de carreiros e veredas para atender a trama de pequenos casais que, progressivamente, se foram dispersando pelo campo. Por ora, não entraremos neste nível de detalhe, cingindo-nos àquelas vias de alcance regional.

Já vimos como o Mondego teria desempenhado um papel primordial na ligação entre Conímbriga e Coimbra e o Planalto Beirão. Vamos agora tentar reconstituir a rota comercial, nos sentidos norte e poente, a partir da foz do Dão onde conforme vimos, teria existido um importante entreposto. Daqui, temos de considerar essencialmente dois destinos (Figura 8): Viseu, que em período suevo-visigodo foi convertida em sede episcopal; Bobadela, antiga capital de *civitas* e onde, na época visigoda, teria existido certamente um importante centro religioso.

Para um e para o outro, entre a foz do Dão e a zona de Silvares, o trajeto seria o mesmo, passando pelas proximidades da *villa* da Abadia, sendo esta uma das paragens iniciais. Seguindo à nascente, em Silvares, um dos ramais continuaria para a zona Vila Dianteira, atravessando a área onde as sepulturas rupestres denunciam a existência de núcleos familiares que, na Alta Idade Média, habitariam nos arredores de antigos assentamentos romanos. Daqui, desviaria à sudeste para São João de Areias, onde existiria um núcleo aldeão relativamente mais consolidado, e continuaria para o vale do Mondego, então, atravessado a vau, entron-

[11] Para um estudo mais pormenorizado acerca do mosteiro de Lorvão, consultar: AZEVEDO, Ruy de. (1933): "O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã." Separata do *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa.

[12] Um jarro litúrgico proveniente de Bobadela, utilizado como contentor de água lustra, enquadrado no reinado de Recesvindo (642-672 d.C.), testemunha a importância desta zona como centro religioso (GOMES e DIAS, 1995), onde poderia estar situada, inclusive, uma paróquia.

cando depois na estrada romana da Pedra da Sé, e seguindo à oriente para Bobadela.

De volta a Silvares, o segundo ramal seguiria em sentido setentrional até à travessia do Dão, na zona da atual povoação do Granjal. Continuaria para o cabeço da Gestosinha, onde já no século XII viria a ser instalada uma pequena fortificação para vigiar o vale do Dão, e onde também são encontrados vestígios pré-romanos. Para esta zona, um dos documentos[13] do cartulário lorvanense faz referência a uma "*via antiqua*" nas proximidades de Treixedo. Segundo Inês Vaz (1976:351), nos primeiros séculos da Idade Média o adjetivo "*antiqua*" atribuído a uma via, provavelmente indicava uma estrada romana, mas sendo o referido registo já de finais da Alta Idade Média, há que ter em conta a ressalva feita pelo mesmo[14] e admitir a possibilidade de ser já uma estrada de época medieval. Jorge Alarcão referiu esta mesma via destacando a incerteza da sua cronologia romana, dada a falta de comprovação arqueológica (Alarcão, 1988: 64).

Acreditamos que, seguindo para norte a partir do cabeço da Gestosinha, a estrada passaria pelo Couto do Mosteiro, onde terá existido uma *villa* romana na zona da Igreja de Santa Columba, junto da qual se desenvolveu a vila homónima já documentada em diplomas do século X; seguiria para a zona da Regada, onde há vestígios de um *habitat* romano de tipologia não definida; depois, para São Joaninho, onde poderá ter passado pela área do micro topónimo "Quartas" e continuaria em direção a Alvarim. Daqui até Viseu, provavelmente, o caminho principal seria ainda a antiga estrada romana que passaria pelos castros de Nandufe e Três Rios (Tondela), a qual corresponde à Via VI da rede viária principal, segundo os estudos de Inês Vaz (1997: 382 e 383).

5. SÍNTESE E CONCLUSÕES

Ainda como objecto de uma investigação que está a dar os seus primeiros passos, o território de Santa Comba Dão começa já por figurar, no mapa tardo-antigo da Beira Alta, não só como uma zona, provavelmente, permanentemente ocupada entre o fim do Império Romano e a conquista astur-leonesa, mas também, um espaço atravessado por importantes vias de ligação entre três centros de poder de primeira ordem, do período romano à época suevo-visigoda e, no caso da ligação entre Viseu e Coimbra, até, pelo menos, a Plena Idade Média.

Por outro lado, o corrente estudo da zona da *villa* da Abadia pode revelar um assentamento que beneficiava directamente da sua posição junto à foz do Dão que, como vimos, teria sido um ponto de *mutatio* entre a navegação no Mondego e a circulação por terra. No que diz respeito à rede viária local, também as sepulturas rupestres e *habitats* se mostraram elementos fundamentais para descortinar parte da sua trama. Ao adicionarmos nesta equação os topónimos antigos e a descrição de limites dos lugares registados nos documentos do século X, temos a hipótese de reconstituir o mapa antigo de Santa Comba Dão, bem como de enquadrá-lo no seu contexto geográfico tardo-antigo e alto-medieval.

Finalmente, é importante enfatizar o caráter de micro-territorialidade do nosso estudo, e a nossa despretensão de que o modelo de povoamento apresentado seja extrapolado para muito além dos nossos limites[15]. Todavia, esperamos que, tanto a nível da informação arqueológica apresentada, quanto a descrição da nossa metodologia de estudo possam dar o seu contributo científico dentro do já referido contexto da investigação arqueológica actual.

[13] O cabeço da Gestosinha está na zona do micro topónimo "Monte Renho" que, de acordo com Morais Branquinho, corresponde ao "*Castrum Terrenium*" mencionado na carta de couto de Treixedo de 1133.

[14] Inês Vaz chamou atenção para o facto de que uma estrada pode ser referida como "antiga" apenas se adquira ou faça uma nova (VAZ, 1976: 351).

[15] Para uma visão geograficamente mais abrangente em termos de ocupação alto-medieval da Beira Alta, consultar: LOURENÇO, Sandra. (2007): "O Povoamento Alto Medieval entre os rios Dão e Alva". In.: *Trabalhos de Arqueologia, 50*. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1974) – "Cerâmica Comum local e regional de Conimbriga", In.: Supl. *Biblos*, 8. Coimbra.

ASTON, Michael (1985) – *Interpreting the Landscape: Landscape Archaeology in Local Studies*. B.T. Batsford. Londres.

BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guía de La Cerámica Romana*. Libros Pórtico. Zaragoza.

BRANQUINHO, José Morais (1984) – *Quatro freguesias do concelho de Santa Comba Dão – Subsídios para o seu levantamento arqueológico (Santa Comba Dão, Couto do Mosteiro, S. Joaninho e Treixedo)*. Trabalho curricular apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº 69. Policopiado.

CARNEIRO, André; SEPÚLVEDA, Eurico (2004) – "Terra sigillata hispânica tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003". In.: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 7, número 2, Lisboa, pp. 435-458.

CATARINO, Helena (1997-1998) – *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica:povoamentorural e recintos fortificados*. Al'Ulyã, n.º 6, 3 vols., Loulé: Arquivo Histórico Municipal.

CERVEIRA, Ana Filipa (2017) – *A Zona Norte de Conímbriga: A evolução das Cerâmicas Locais e Regionais. Resultados das Campanhas de 2013 e 2015-2016*. Relatório de Estágio do Mestrado em Arqueologia e Território. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

DE MAN, A. (2004) – "Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense". In.: *Revista Portuguesa de Arqueologia,Volume 7, Número 2*. Ed. Direcção Geral do Património Cultural, pp. 459-471.

DE MAN, Adriaan; TENTE, Catarina (2014) – *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro e Portugal – séculos XI a XII*. Ed.: IEM (Instituto de Estudos Medievais). Lisboa.

ENCARNAÇÃO, José de; LOPES, Maria da Conceição; CARVALHO, Pedro. Coordenação (2016) – *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*. Ed.: Instituto de Aarqueologia, Secção de Arqueologia, Departamento de História; Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra / Mangualde.

FARO CARBALLA, J. A.; GARCÍA JAURRIETA, D. (1996) – "Prospección arqueológica aplicada a la localización de despoblados medievales en el área suroriental en la cuenca de Pamplona". In.: *REV – Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, nº 4, pp. 281-305.

GOMES, Mario.; DIAS, Maria (1995) – "Jarro litúrgico, visigótico, de Bobadela (Coimbra)". In.: *IV Reunió d' Arqueologia Cristiana Hispânica*. Lisboa-Barcelona, pp. 91-98.

GUTIÉRREZ LLORET, S. (1996): *La cora de Tudmir – de la antigüedad tardía al mundo islámico: poblamiento y cultura material*. Pub. de la Casa de Velázquez. Madrid.

Livro Preto: *Cartolário da Sé de Coimbra* (1999) – Direcção: Manuel Augusto Rodrigues; Avelino de Jesus da Costa. COIMBRA: Arquivo da Universidade.

MAYET, Françoise (1984) – *Les ceramiques sigillees hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain.* Publications du Centre Pierre Paris ; 12 : Collection de la Maison des Pays Ibériques 21.

MORAIS, Carlos (2013) – *Santa Comba Dão na Idade Média: uma Multiplicidade de Espaços e Poderes*. Dissertação de Mestrado em História. Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

OSÓRIO, Marcos (2013) – "Pedras singulares: alguns achados arqueológicos enigmáticos no concelho do Sabugal". In.: *SABUCALE – Revista do Museu do Sabugal, 5*, pp. 75-90.

PAZ PERALTA, J. (1991) – *Cerámica de Mesa Romana de lós Siglos III AL VI d. C. Em La Provincia de Zaragoza*. Ed. Institución Fernando El Católico. Zaragoza.

PMH – *Portvgaliae Monvmenta Historica, a saecvlo octavo post christvm vsqve adqvintvmdecimvm. Diplomata et chartae. Vol. I, fascs. I-II. Leges et Consvetvdines. Vol.* I, fasc. III. Scriptores. Vol. I, fasc. I. HERCULANO, A. dir. (1856-1869). Lisboa: *Ivssv academiae scientarvm olisiponensis*

SILVA, Ana (2007) – "A Terra *Sigillata* Hiapânica Tardia de Terronha de Pinhovelo: o comércio e o povoamento". In.: *Cadernos Terras Quentes, 4*. Associação Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros, pp. 6-50.

SILVA, Ricardo Costeira da (2014) – "A cerâmica dos níveis alto-medievais do Fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra)." In.: DE MAN, A. e TENTE, C. (coord.) *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro e Portugal – séculos XI a XII*. Instituto de Estudos Medievais (IEM). Lisboa, pp. 79-96.

SILVA, Ricardo Costeira da (2015) – "*O Museu Nacional de Machado de Castro – Um Ensaio de Arqueologia Urbana em Coimbra: do Fórum Augustano ao Paço Episcopal de Afonso de Castelo Branco.*" Tese de doutoramento em Arqueologia, departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.

SILVA, Ricardo Costeira da; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; CARVALHO, Pedro (2015) – "Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de *Aeminium* (Coimbra)". In.: *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 18. Ed. Direcção Geral do Património Cultural. Lisboa, pp. 237-256.

TENTE, Catarina; LANTES, O.; PRIETO, P. (2014) – "A produção cerâmica dos séculos IX a XI na região do Alto Mondego (Portugal)". In.: DE MAN, A. e TENTE, C. (coord.) *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro e Portugal – séculos XI a XII*. Instituto de Estudos Medievais (IEM). Lisboa, pp. 109-140.

TENTE, Catarina, editora (2018) – *Do Império ao Reino. Viseu e o Território (séculos IV a XII)*. Ed.: Câmara Municipal de Viseu. Viseu.

VAZ, João L. Inês (1976) – "Breves notas para o estudo da viação antiga das Beiras". In: *Beira Alta, XXXV*. Viseu, pp. 349-363.

OLYSIPONA, ENTRE O IMPÉRIO E O ISLÃO

Jacinta Bugalhão

AAP / UNIARQ / CEAACP / DGPC / jacintabugalhao@gmail.com

Resumo

A escassez de contextos arqueológicos integráveis entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média na cidade de Lisboa publicados é uma problemática em aberto. Se é certo que a cidade existiu e persistiu neste lapso temporal, os restos materiais desta ocupação têm sido difíceis de integrar nesta cronologia, de localizar, ou se localizados, de interpretar de forma inequívoca.

Factores como a regressão urbana e demográfica, a continuidade na cultura material tardo-romana e a fraca ocorrência de espólio importado facilmente classificável e datável poderão concorrer para o actual estado de conhecimento sobre *Olysipona*, até aos primeiros tempos de *Madīnat Ushbūna*.

Neste artigo será apresentado o ponto de situação sobre os dados recolhidos até ao presente, sobre a ocupação da cidade entre o Império Romano e o Islão na cidade de Lisboa.

Palavras-chave: Lisboa, Arqueologia, Antiguidade Tardia, Alta Idade Média.

Abstract

The scarcity of published archaeological contexts that can be integrated between Late Antiquity and the high Middle Ages in the city of Lisbon is an open problem among researchers. If it is true that the city existed and persisted in this time span, the material remains of this occupation have been difficult to integrate in this chronology, locate, or if located, to unequivocally interpret.

Factors such as urban and demographic regression, continuity in late-Roman material culture and the low occurrence of easily classifiable and datable imported assets may contribute to the current state of knowledge about *Olysipona* until the early times of the *Madīnat al-Ushbuna*.

This paper presents the current status of the data collected so far on the ocupation between the Roman Empire and Islam in the city of Lisbon.

Keywords: Lisbon, Archeology, Late Antiquity, High Middle Ages.

1. ENQUADRAMENTO

A cidade de Lisboa tem-se afirmado nos últimos anos como o principal palco da Arqueologia portuguesa e da sua actividade arqueológica. No início do século XXI, realizavam-se aproximadamente duas dezenas de intervenções anuais em Lisboa. Entre 2015 e 2019, Lisboa concentrava entre 20 e 30% dos trabalhos arqueológicos realizados anualmente no país e cerca de 500 intervenções anuais (Bugalhão, 2018, p. 34).

Em Agosto de 2022 encontravam-se inventariados no concelho de Lisboa 585 sítios arqueológicos (Endovélico), dos quais 34 registam ocupação entre o final do período romano, a Antiguidade Tardia (entre meados do século V e o século VI, em continuidade com a cultura material e a realidade urbana romanas), o período Alto Medieval (relacionáveis com a realidade urbana e na cultura material em alteração, sob domínio suevo-visigótico e, principalmente, sob a consolidação do cristianismo) e os alvores da ocupação islâmica; ou seja, entre o século V e o início do século VIII (Figura 1).

Os sítios com vestígios desta cronologia sucedem cronologicamente aos 179 sítios com ocupação romana, antecedendo os 90 sítios da fase Medieval Islâmica.

A história da cidade de Lisboa tem sido elaborada a partir de fontes escritas, com prejuízo para as fases ocupacionais em que estas rareiam. Ainda assim, a investigação a partir dos escassos registos escritos da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média (destacando-se Silva, 1944; Almeida, 1958, 1966-1967, 1974-1975; Salvado e Ferreira, 1984; Alarcão, 1994; Coelho, 1994; Caessa e Encarnação, 2012; Fernandes, 2020b; Lamelas, 2020) é um recurso de trabalho indispensável, também para os arqueólogos. De uma forma geral, cabe salientar a utilização cada vez mais sistemática de dados arqueológicos pelos historiadores, nomeadamente no âmbito da História de Arte, que tão frequentemente se cruzam com a Arqueologia, com destaque para os trabalhos de Manuel Real (1994, 1995) e Paulo Almeida Fernandes (2002, 2005, 2020).

Entre o século XIX e XX, os chamados olisipógrafos interessaram-se também palas materialidades arqueológicas, arquitectónicas, artísticas ou urbanísticas. Entre estes destaca-se Augusto Vieira da Silva, cuja obra constitui ainda hoje fonte de informação incontornável (Silva, 1944).

Entre os arqueólogos, e apesar da exiguidade de dados até tempos muito recentes, os estudos de síntese sobre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média foram sendo tentadas, primeiro de forma muito generalista e próxima do discurso histórico, mas progressivamente, com bases mais sólidas (Alarcão, 1994; Coelho, 1994; Fernandes, 2020b; Fernandes e Fernandes, 2020). De forma crescente, foram sendo desenvolvidos e publicados estudos arqueocientíficos, na área da bioantropologia (Antunes e Cunha, 1991; Duarte,

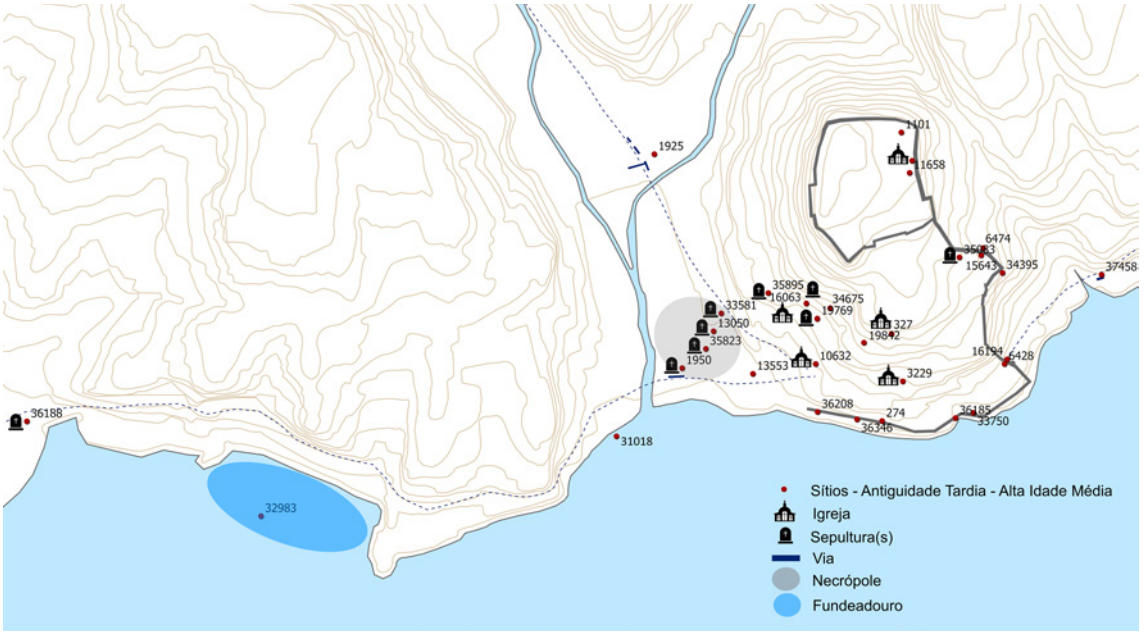


Figura 1 – *Olysipona*, Antiguidade Tardia – Alta Idade Média (sítios referenciados por CNS, Código Nacional de Sítio, Endovélico, https://arqueologia.patrimoniocultural.pt).

2001; Casimiro e Silva, 2013; Casimiro *et al.*, 2021a, 2021b), geoarqueológicos, sedimentológicos e polínicos (Currás *et al.*, 2020; Costa *et al.*, 2017, 2021 e 2022). Ao nível da formação académica, não têm sido desenvolvidos trabalhos sobre contextos arqueológicos lisboetas desta fase, embora se registem algumas teses sobre distintos âmbitos cronológicos, mas com dados relevantes para contextos tardo-antigos/alto-medievais (Silva, 2012; Santos, 2015; Silva, 2017).

Nunca é demais repetir, a fragilidade estrutural dos estudos arqueológicos em Portugal, que se faz sentir de forma particularmente intensa em Lisboa e que se consubstancia num número reduzido de projectos consistentes e sustentados de investigação programada. Podem, ainda assim, enumerar-se algumas linhas de investigação desenvolvidas em continuidade sobre o tema em análise.

A intervenção arqueológica realizada no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros entre 1991 e 1995 desencadeou um processo de investigação monográfica dos contextos aí exumados, incluindo sobre a ocupação entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média nesta zona marginal e ribeirinha da cidade (Amaro, 1995; Bugalhão, 2001; Duarte, 2001; Grilo, Fabião e Bugalhão, 2013; Grilo, 2014; Bugalhão, 2017, 2020, 2021 e no prelo).

A Câmara Municipal de Lisboa iniciou a sua intervenção no Teatro Romano de Lisboa nos anos 60, retomando-a entre o final dos anos 80 e meados dos anos 90 do século XX (Diogo e Trindade, 1999; Diogo e Sepúlveda, 2000). O "Programa de Recuperação do Teatro Romano de Lisboa" (iniciado em 1998 e que culminou com criação do Museu do Teatro Romano em 2001) e os trabalhos arqueológicos subsequentes constituíram-se num programa de intervenção e investigação em continuidade, integrando igualmente estudos sobre os contextos tardo antigos (Fernandes e Fernandes, 2014, p. 227-228; Fernandes, 2020a).

O projecto de estudo e valorização das muralhas de Lisboa iniciou-se no final dos anos 90 do século passado também na Câmara Municipal de Lisboa, tendo produzido diversos estudos sobre a milenar "Cerca Velha" no período em estudo (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017; Mota, Carvalhinhos e Miranda, 2018; Filipe *et al.*, 2020).

O projecto "Lisbon Stories" (DGPC-LARC e IDL-FC-UL), iniciado em 2016, tem por objectivo compreender a evolução paleoambiental da margem Norte do Rio Tejo, nomeadamente as alterações da paisagem, da margem do Tejo e da ocupação humana deste território, produzindo em alguns resultados relativos à Antiguidade Tardia (Currás *et al.*, 2020; Costa *et al.*, 2017 e 2021).

O projecto "Lisboa Romana Felicitas Iulia *Olisipo*" promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, iniciado em 2018, tem essencialmente objectivos de divulgação científica e patrimonial, mas integra uma componente importante de sistematização de informação e publicação, contemplando contextos da Antiguidade Tardia (Bugalhão 2020; Caessa, Mota e Martins, 2020; Fernandes, 2020b; Fernandes e Fernandes, 2020; Filipe *et al.*, 2020; Gaspar e Gomes, 2020; Mota e Martins, 2020; Silva e Nozes, 2020; Casimiro *et al.*, 2021a, 2021b; Fabião, 2021; Filipe, Pimenta e Almeida, 2021; Silva, 2021; Silva, Casimiro e Alves-Cardoso, 2021; Viegas, Filipe e Pimenta, 2021).

A bibliografia sobre contextos arqueológicos de Lisboa entre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média contabiliza cerca de 80 entradas (numa recolha cuidada, mas seguramente não exaustiva), representando, aproximadamente, 8% do total. Estas referências bibliográficas constituem a base do presente trabalho.

2. DE *OLISIPO* A *OLYSIPONA*, ENTRE A ANTIGUIDADE TARDIA E A ALTA IDADE MÉDIA

Entre o século IV e meados do V, a estrutura urbana de *Olisipo* vinha registando diversas alterações e reestruturações. Um importante conjunto de edifícios e infra-estruturas públicas tinha sido abandonado e ou desfuncionalizado (Fernandes e Fernandes, 2020): o teatro – CNS 327 (Fernandes, 2020a, p. 486), as Termas dos Cássios – CNS 1191, 16063, 19769, 35895 (Silva e Nozes, 2020, p. 79), a artéria urbana do Claustro da Sé – 3229 (Gaspar e Gomes, 2020, p. 109), a necrópole Noroeste – CNS 1925 (Silva, 2012, p. 399; Silva, Casimiro e Alves-Cardoso, 2021, p. 65), o eventual edifício público do Largo de Santo António – CNS 10632 (Vale e Fernandes, 1994), o edificado sobre o criptopórtico – termas portuárias – CNS 6083 (Caessa, Mota e Martins, 2020, p. 85), o balneário do NARC – 1950 (Bugalhão 2020; Bugalhão *et al.*, 2021) e também o balneário privado da Rua da Adiça – CNS 35083 (Filipe e Santos, 2020, p. 84).

No século V, a indústria de reparados piscícolas entra em decadência, em consequência da progressiva extinção de um dos seus pressupostos fundamentais, a capacidade de escoamento da sua produção por exportação por via marítima para um mercado geograficamente muito alargado. Assim verificou-se o abandono progressivo e colapso da maioria das fábricas/oficinas de produção de preparados piscícolas situa-

das na periferia ribeirinha a sul e a sudoeste da cidade (Coelho, 1994, p. 76; Bugalhão, 2001, p. 171 e 2021, p. 20; Fabião, 2009, p. 29; Fabião, 2021, p. 32), na Rua dos Bacalhoeiros/Rua das Padarias – CNS 35339 (Fernandes *et al.*, 2011, p. 259), Rua dos Fanqueiros, 68-76 – Napoleão – CNS 13553 (Diogo e Trindade, 2000, p. 185), Rua da Madalena, 62-70/Rua de São Julião – CNS 36224 (Amaro, Manso e Sepúlveda, 2013, p. 757), Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau – CNS 13050 (Sepúlveda, Gomes e Silva, 2003, p. 407).

Entre meados do Século V e o início do século VI, os dados arqueológicos conhecidos em Lisboa (cerâmica, elementos arquitectónicos, epigrafia, numismas) referem-se maioritariamente à Antiguidade Tardia, ou seja a contextos que revelam continuidade relativamente à cidade romana. A estes junta-se um conjunto de elementos arquitectónicos "visigóticos", cuja cronologia se situa entre os séculos VI e VII, podendo prolongar-se até à transição para o domínio islâmico (cerca de 714). A relação evolutiva entre esta realidade histórica e a representada pelos elementos arquitetónicos moçárabes, relativos a igrejas cristãs construídas e utilizadas durante o domínio islâmico da cidade de Lisboa, carece de caracterização e clarificação. A inexistência, ou dificuldade de reconhecimento, de contextos arqueológicos alto-medievais claramente datados (agravadas pela ausência de produtos importados) condiciona o conhecimento que é possível aferir sobre esta fase de transição na história da cidade.

No que respeita à caracterização da paisagem, os elementos disponíveis resumem-se à Antiguidade Tardia, no século VI. O registo polínico estudado no âmbito do projecto "Lisbon Stories" evidencia uma paisagem aberta (possivelmente com desflorestação por intervenção humana), com a expansão de urze e vegetação de origem antrópica. Antevê-se a presença de diversas actividades agrícolas, incluindo criação de gado, produção de cereais, vinho e oliveira/azeite (Currás *et al.*, 2020).

2.1. A cidade dentro de muralhas

A muralha tardo-romana de *Olisipo*, edificada e/ou reestruturada entre o final do século III e o século V (Filipe *et al.*, 2020, p. 66-67), permaneceu em utilização entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. A existência de uma estrutura fortificada na acrópole superior da colina de São Jorge – CNS 1101 não se encontra ainda comprovada, não obstante a identificação de epígrafes tardo-antigas/alto-medievais no Castelo, integradas em contexto arqueológico e/ou arquitectónico (Guerra, 2006). A manutenção em uso da muralha romana foi comprovada nos troços intervencionados arqueologicamente, em contextos datáveis da Antiguidade Tardia, na envolvente directa e indirecta da muralha no Pátio da Senhora da Murça – CNS 6428, na Rua Norberto de Araújo – CNS 34395, na Rua de São João da Praça – CNS 16194, nos Armazéns Sommer – CNS 33750, no Arco Escuro – CNS 36208, no Campo das Cebolas – CNS 36185, na Casa dos Bicos – CNS 274 e na Rua dos Bacalhoeiros – CNS 36346 (Carvalhinhos, Mota e Miranda, 2017, p. 311; Filipe *et al.*, 2020, p. 54, 66-67; Neto *et al.*, 2021). Após o século VI, não foram ainda identificados contextos arqueológicos que comprovem a continuidade da utilização da muralha na Alta Idade Média. Contudo, para os lanços oriental e ribeirinho, é inequívoca a coincidência de traçado com a muralha em utilização em período islâmico, nos séculos XI e XII. À semelhança do que sucede para a muralha romana, permanece ainda por esclarecer definitivamente o traçado ocidental da muralha e a sua coincidência ou divergência relativamente ao traçado da posterior Cerca Velha.

O perímetro urbano terá sofrido uma retracção, relativamente a *Olisipo* romana (Coelho, 1994, p. 75; Bugalhão, 2021, p. 26) e encontram-se registadas diversas situações de privatização de espaços e monumentos públicos. Estes aspectos têm sido interpretados como indícios de um possível aumento da densidade ocupacional e populacional na zona urbana intramuralhas (Casimiro e Silva, 2013, p. 861; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 221), onde têm sido identificados vestígios de urbanismo (estruturas, níveis ocupacionais, materiais arqueológicos e arquitectónicos, com informação e documentação muito variável), datáveis entre meados do século V e o século VI.

Na Rua do Recolhimento – CNS 11658 registaram-se estruturas (muros e pavimentos) associadas a depósitos contendo cerâmicas locais e importadas (Mota, Pimenta e Silva, 2014, p. 152). Na Rua da Adiça registou-se um enterramento com ritual cristão de um indivíduo jovem (Filipe e Santos, 2020, p. 84).

No espaço ocupado pelo Teatro romano já desfuncionalizado, entre os séculos V e VII foi construída uma estrutura habitacional com muros, pavimento e estrutura de combustão (talvez uma cozinha). A estratigrafia forneceu cerâmicas tardias orientais (ânforas *Late Roman* e *terra sigillata* foceense) e africanas (ânfora Keay 65 e cerâmica de cozinha) (Diogo e Trindade, 1999, pp. 83-95; Fernandes, 2020a, p. 486) e lucernas (Diogo e Sepúlveda, 2000, p. 155) da Antiguidade Tardia. Sobre este monumento registou-se também um contexto funerário, talvez associado a um eventual

templo paleocristão, a que nos referiremos adiante.

No actual Claustro da Sé, sobre as estruturas urbanas e viárias romanas, casas, lojas e canalizações permanecem em utilização nos séculos V-VI (Gaspar e Gomes, 2020, p. 107), tendo sido recuperada cerâmica fina importada – *terra sigillata* foceense e africana D, derivada de *sigillata* paleocristã –, ânforas orientais – *Late Roman* 1, 2 e 3 – e béticas – Dressel 23; e produções locais de ânforas – Almagro 51C e Almagro 51a-b, cerâmica comum de tradição romana, imitações de *sigillata* e cerâmica comum produzida em torno lento (Gaspar e Gomes, 2015). A eventual existência de um templo paleocristão visigótico ou moçárabe sob a Sé Catedral de Lisboa será abordada adiante.

Nos Armazéns Sommer, o espaço urbano público e privado foi reorganizado, compartimentado e, após o abandono, aterrado com depósitos contendo materiais da Antiguidade Tardia, até ao século VI (Ribeiro *et al.*, 2017, pp. 234-236). Destaca-se ainda o fundo cerâmico com motivo ritual judaico, igualmente do século VI (Fernandes e Fernandes, 2020, p. 230).

Nas Escadinhas de São Crispim – CNS 34675 foi identificado um importante depósito estratigráfico com abundante cerâmica tardo-antiga do século VI, importada (*terra sigillata* africana e foceense, cerâmica de cozinha africana, derivadas de *sigillata* paleocristã gálicas, ânforas do Mediterrâneo oriental e norte-africanas, etc), vidros, cerâmica comum local de tradição romana, ânforas lusitanas e cerâmica produzida a torno lento ou manualmente, por vezes com decoração incisa, de tradição alto-medieval (Quaresma, 2020).

No Palácio Condes de Penafiel, junto às já desfuncionalizadas Termas dos Cássios, o espaço urbano foi compartimentado e reorganizado, sobre um aterro deposto no século VI (Silva e Nozes, 2020, p. 79). No mesmo local foi escavada uma fossa cujo preenchimento continha cerâmica fina importada (*terra sigillata* tardia africana e foceense), ânforas orientais e norte africanas, um exemplar tardio de Almagro 51c lusitana, cerâmica comum local produzida a torno e um conjunto cerâmico maioritário de cerâmica manual ou produzida a torno lento, com cronologia afinada pelos investigadores para a 2.ª metade do século VI, eventualmente século VII (De Man e Silva, 2016, p. 59 e ss.). Neste local terá existido a primitiva igreja paleocristã de São Mamede que será referida adiante.

2.2. A cidade cristã, espaços religiosos e funerários

A implantação do cristianismo e da estrutura eclesiástica é um dos factores decisivos na transição entre *Olisipo* e *Olysipona* (Fernandes, 2020b, p. 146). Embora a diocese de *Olisipo* existisse pelo menos desde meados do século IV (Alarcão, 1994, p. 63; Coelho, 1994, p. 77), a consolidação do cristianismo e da estrutura eclesiástica terá sido relativamente tardia (Fernandes 2020, p. 146, 148-149). No século VI, já sob domínio visigótico, o cristianismo já era a religião predominante em Lisboa e no seu território de influência (Alarcão, 1994, p. 63; Fernandes, 2020b, p. 146). Esta evolução talvez explique e escassez e pouca expressividade dos contextos religiosos e funerários paleocristãos de *Olisipo* romana e mesmo tardo-antiga (Fernandes e Fernandes, 2020, p. 224-225).



Figura 2 – Fundo de recipiente cerâmico grafitado com a inscrição *VIVAS ITERI*, *crismon* e espigas, sugerindo leitura aproximada da expressão "que vivas em Cristo" (Guerra, 2021, p. 111).

Ainda assim, a literatura refere a eventual existência de templos paleocristãos visigóticos, com base em alguns indícios, mas não restos estruturais propriamente ditos. A informação material sobre estes edifícios é assim extraordinariamente escassa. A existirem, admite-se que possam ter funcionado, genericamente, entre o século V e o século VII.

No topo da colina de São Jorge, na zona do castelo medieval, foram recolhidas algumas epígrafes paleocristãs, tardo antigas e alto-medievais (Guerra, 2006, p. 290; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 223) e também elementos arquitectónicos visigóticos (Fernandes e Fernandes, 2020, p. 228) que podem indiciar a eventual existência de um templo cristão (Fernandes, 2002, p. 60), talvez nas proximidades do local onde mais tarde se implantaria a mesquita da alcáçova (Silva, 2017, p. 165, 175, 198) e a Igreja de Santa Cruz do Castelo.

Em plena cidade muralhada regista-se uma concentração de elementos arquitectónicos, epigráficos e funerários que remetem para a existência de uma ou mais igrejas paleocristãs visigóticas entre o Palácio dos Condes de Penafiel, o Teatro romano, a Sé Catedral e o Largo de Santo António.

O templo paleocristão de São Mamede será o de existência mais solidamente determinada, podendo ter sido construído entre os séculos V-VI (De Man e Silva, 2016, p. 59-60; Fernandes, 2020b, p. 146; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 226), ou mesmo o século VII (De Man e Silva, 2016, p. 61). No Palácio dos Condes de Penafiel e na sua envolvente (Rua de São Mamede ao Caldas, Largo do Correio Mor) foram recolhidos diversos elementos arquitectónicos visigóticos (Real, 1995, p. 54; Fernandes, 2002, p. 61; Fernandes e Fernandes, 2014, pp. 233-235; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 227), uma epígrafe funerária (Diogo, 1994; Trindade e Diogo, 1999; Real, 1995, p. 54; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 226) e restos osteológicos humanos (Trindade e Diogo, 1999; De Man e Silva, 2016, p. 61). Presume-se assim a existência de um templo visigótico e espaço funerário adjacente que terá persistido sob domínio islâmico, como igreja moçárabe, e português, a igreja medieval de São Mamede.

No espaço do antigo Teatro romano e na sua envolvente (na Rua de São Mamede, 9 – CNS 19842), foram recolhidos elementos arquitectónicos eventualmente integrantes de uma igreja visigótica (Diogo e Sepúlveda, 2000, p. 155; Fernandes e Fernandes, 2014, p. 229, 239-240; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 223. 227-228), registando-se também uma sepultura de criança em ânfora, datável do século VI (Fernandes, 2020a, p. 486).

A sul, no local de implantação da Sé Catedral de Lisboa, é igualmente referida a hipótese de existência de um templo paleocristão (Coelho, 1994, p. 75), talvez a sede do bispado visigótico (Alarcão, 1994, p. 63). Mas, de facto, os diversos elementos arquitectónicos associados directamente a este monumento, são posteriores, integrando o chamado núcleo moçárabe de Lisboa (Salvado e Ferreira, 1984; Real, 1994, p. 232-233; Real, 1995, 58; Fernandes, 2002, p. 66-70; Fernandes e Fernandes 2014, p. 226; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 230). Ou seja, a existir neste local uma igreja cristã anterior à mesquita almorávida, afigura-se mais provável que a sua construção tenha ocorrido sob domínio islâmico.

No Largo de Santo António, já na saída da cidade para sudoeste, foi recolhido um friso que poderia também integrar um edifício religioso de época visigótica (Fernandes e Fernandes, 2014, p. 232-233; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 227). Um pouco a norte, junto à Cerca Moura, mas no seu exterior, a igreja de Santa Maria de Alcami (posteriormente, igreja de São Cristóvão – CNS 33608) terá sido fundada apenas em fase avançada do domínio islâmico, tratando-se portanto de um templo moçárabe (Real, 1995, p. 54; Fernandes e Fernandes 2014, p. 239; Silva, 2017, p. 65).

2.3. Em torno da cidade, do subúrbio ao arrabalde

2.3.1. *Para Ocidente*

Como foi referido, entre a segunda metade do século V e o século VI, a área ribeirinha ocupada pelo antigo subúrbio ocidental de *Olisipo* regista uma progressiva desurbanização, potenciada pelo declínio da indústria conserveira piscícola. Durante o século VI, pontualmente ou parcialmente, terão subsistido em laboração algumas fábricas/oficinas de produção de conservas de peixe (Fabião, 2009, p. 29; Bugalhão, 2021, p. 26; Fabião, 2021, p. 32). No NARC, foram identificados alguns depósitos associados ao abandono de cetárias e outras áreas industriais, com cerâmicas importadas – *terra sigillata* tardia, africana, foceense, ânforas africanas e orientais tardias – e de produção local, como as imitações de *sigillata*, ânforas piscícolas tardias (Grilo, 2014, p. 93; Bugalhão, 2021, p. 26), vidros (Medici, 2012, p. 324), etc, datáveis entre o século V e o VI.

Na estrutura viária envolvente à cidade regista-se também uma continuidade, pelo menos até ao século VI. Mantém-se em utilização a via sudoeste da cidade identificada no NARC (Bugalhão, 2017, p. 122), como sugerem os depósitos arqueológicos identificados na

sua envolvente, no NARC, Rua dos Fanqueiros (Diogo e Trindade, 2000, p. 184), Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau (Sepúlveda, Gomes e Silva, 2003, p. 404 e ss.; Casimiro e Silva, 2013, p. 861) e Rua da Madalena/Rua de São Julião. Estes depósitos integram cerâmica comum e anfórica de tradição romana produzidas local e regionalmente e cerâmica importada fina – *terra sigillata* tardia, africana, foceense, derivada de paleocristã gálica – e ânforas tardias africanas e orientais, com cronologias entre finais do século V e meados do século VI. Nos mesmos contextos, e nos que se lhe sobrepõem, ocorrem também cerâmicas produzidas a torno lento e de produção manual, por vezes com decorações incisas e plásticas digitadas integráveis na cultural material alto-medieval, no NARC (Grilo, Fabião e Bugalhão, 2013, p. 851-852; Bugalhão, 2021, p. 26) e na Rua dos Fanqueiros (Diogo e Trindade, 2000, p. 184). Na Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau, para além dos depósitos estratigráficos mencionados foi registada uma estrutura precariamente conservada (Sepúlveda, Gomes e Silva, 2003, p. 404; Casimiro e Silva, 2013, p. 861; Casimiro *et al.* 2021b, p. 120) e por isso, de funcionalidade indeterminada.

No século VII, aparentemente, a antiga via sudoeste localizada no NARC já não estaria em utilização, mas o eixo viário milenar que atravessava o vale da Baixa junto ao Tejo, terá subsistido, deslocando-se para sul, à medida que a sedimentação progressiva dos grandes edifícios romanos arruinados, os despejos para a margem e o assoreamento/conquista de terrenos na margem do Tejo, a empurravam também para o leito fluvial. Este eixo terá acompanhado a evolução da margem do Tejo, na cidade alto-medieval, islâmica e cristã, com aterros e arruamentos (que terão dado origem à Rua Nova dos Mercadores do final do século XIII) e com a construção das muralhas medievais da Ribeira de Lisboa (Costa, 2017, p. 766; Bugalhão, 2021, p. 32; Bugalhão, no prelo).

Fora das muralhas da cidade, na área anteriormente ocupada pelo subúrbio romano, está presentemente bem documentada a existência de uma extensa área cemiterial da Antiguidade Tardia, entre o final do século V e os séculos VI-VII, na envolvente da via sudoeste (Casimiro e Silva, 2013, p. 861; Silva, 2021, p. 29). No NARC foi identificada a sepultura de um adulto, implantada na parede de uma cetária abandonada e parcialmente sedimentada, estruturada com *imbrices* e coberta com uma pequena laje (Bugalhão, 2001, p. 161-162; Duarte, 2001, p. 162-165; Bugalhão, 2021, p. 27-28). Na Rua São Nicolau registam-se quatro sepulturas de crianças (a que se juntariam outras nas proximidades), em covacho, uma das quais coberta com *imbrices* (Casimiro e Silva, 2013, p. 860-861; Casimiro *et al.* 2021b, p. 120). Na área posteriormente ocupada pelo quarteirão da Baixa do Convento de *Corpus Christi* – CNS 33581, foram registados dois núcleos funerários, com inumações em covacho, um com três adultos e uma criança e outro, com dois adultos (Casimiro *et al.* 2021b, p. 120). Na Rua da Prata – CNS 35823 recuperaram-se cinco enterramentos de crianças no interior de uma grande cetária, em covacho, sobre base de pequenas pedras e cerâmicas (Casimiro *et al.* 2021a, p. 121).

O espaço funerário parece ser de baixa densidade, com sepulturas dispersas ou em pequenos núcleos, com áreas especializadas ou diferenciadas (para crianças, por exemplo). As sepulturas reutilizam por vezes as fábricas abandonadas e devolutas e as suas

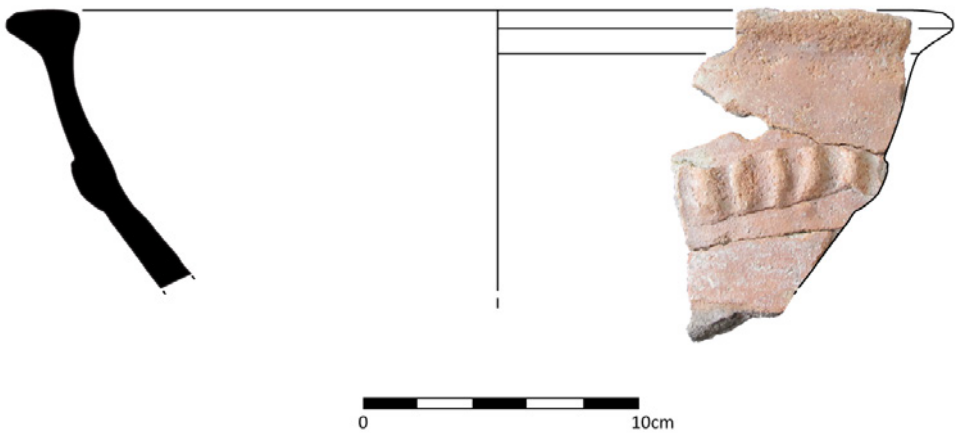


Figura 3 – Alguidar em cerâmica manual com aplicações plásticas digitadas, século VI (- VII?). Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Grilo, Fabião e Bugalhão, 2013, p. 857).

estruturas funerárias são inexistentes ou muito simples, integrando *imbrices*, lajes e pequenos blocos pétreos e cerâmicos, com ou sem cobertura. Os corpos encontram-se em decúbito dorsal, com orientações distintas. Não se regista espólio funerário. Seria um cemitério cristão, embora não se encontre, aparentemente associado a nenhum templo, cuja eventual existência sobre o criptopórtico romano é uma hipótese, por enquanto demasiado remota (Caessa Nozes e Mota, 2018, p. 529-530).

O porto de *Olysipona* continuava a funcionar com bastante intensidade no século VI, integrando os circuitos marítimos tardo-antigos mediterrânicos e atlânticos (Fabião, 2009, p. 43), como comprovam os abundantes materiais cerâmicos importados de diversos pontos do Mediterrâneo recolhidos em Lisboa (Fabião, 2009, p. 28-31; Filipe, Pimenta e Almeida, 2021, p. 113, 124; Viegas, Filipe e Pimenta, 2021, p. 134-135), bem como os achados epigráficos tardo-romanos e alto-medievais (Guerra, 2006, p. 292).

Em frente à cidade, na praia fluvial sob o actual Banco de Portugal – CNS 31018, recolheu-se *terra sigillata* importada (Santos, 2015, p. 76) e imitação de *sigillata* africana (Santos, 2015, p. 90), com cronologias entre o século V e VI.

A zona de fundeadouro na Praça D. Luís I – CNS 32983, localizada na antiga enseada da Boavista, de águas calmas e baixa profundidade (Costa *et al.*, 2021, p. 26), continuou a desempenhar a sua função portuária, pelo menos, até meados do século V a inícios do século VI, conservando no seu leito imitações tardias de *sigillata* africana (Parreira e Macedo, 2013, p. 749). Os contextos tardo-antigos escavados no actual Palácio Conde Barão de Alvito – CNS 35895 (Neto *et al.*, 2020) poderão relacionar-se com a utilização deste espaço portuário.

Na continuação do eixo viário ribeirinho para ocidente, poderia localizar-se um dos primeiros templos paleocristão de *Olisipo*, dedicado aos mártires de Júlia, Máxima e Veríssimo (fundadores da igreja *olisipo*nense, no início do século IV), onde mais tarde se ergueria a igreja medieval de Santos-o-Velho – CNS 6252 (Fernandes, 2020b, p. 146). Sobre as suas eventuais origens tardo-antigas ou alto-medievais (segunda metade do século V – século VI) há a referir a recolha de um elemento arquitectónico (Almeida, 1966-1967, p. 228-229; Alarcão, 1994, p. 63; Fernandes, 2020b, p. 146-148; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 230) e os resultados da datação absoluta dos restos de ossadas atribuídos aos mártires (Antunes e Cunha, 1991).

Este eixo viário, que seguia junto ao rio na direcção ocidental, poderia manter-se ainda em utilização no século VI, na zona do actual Palácio Conde Barão de Alvito, onde foram identificados níveis estratigráficos (com cerâmica fina importada) e sepulturas possivelmente da Antiguidade Tardia (Neto *et al.*, 2020) e em Belém, junto à antiga fábrica romana de preparados piscícolas da Casa do Governador – CNS 18071 (Fabião, 2009, p. 26). Mais para noroeste, já em espaço rural, registaram-se sepulturas da Antiguidade Tardia, na Tapada da Ajuda – CNS 3340 (Cardoso, Amaro e Batalha, 2018).

2.3.2. *Para Norte*

A via Norte de *Olisipo* identificada sob a actual Praça da Figueira mantinha-se ainda em utilização no século VI (Silva, 2018, p. 84). O eixo viário decerto persistiu, pois no mesmo local, um pouco para Poente, foi encontrado um troço viário do final do período islâmico, correspondente à Corredoura, estrada medieval que saía de Lisboa na direcção Norte (Fialho, 2018, p. 140; Silva, 2018, p. 84).

2.3.3. *Para Nascente*

No exterior do troço nascente da muralha da cidade, na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, no Largo das Portas do Sol – CNS 6474, 15643, foi registado um nível estratigráfico que embalava, entre outras, cerâmicas finas importadas (*terra sigillata* tardia, africana e foceense), formado entre o final do século V ou inícios do VI (Silva, 2014, p. 183).

Mais a sul, na actual da Rua da Regueira – CNS 37458 passaria a via romana sudeste de *Olisipo*, que no século VI deveria permanecer em utilização. Junta a esta, documentaram-se também contextos ocupacionais (construção com pavimento em terra batida e telhado em *imbrices*) ocupados até século VI. Entre as cerâmicas recolhidas nos níveis de abandono, registam-se ânforas tardias orientais e africanas associadas a cerâmica de produção manual (Silva, 2012, vol. 2, p. 322-323).

Também fora da cidade, a nordeste, localizava-se o mosteiro paleocristão visigótico de São Félix de Chelas – CNS 6096, de onde provêm inscrições funerárias do século VI e VII (Alarcão, 1994, p. 63; Real, 1995, p. 54; Fernandes, 2002, p. 61; Fernandes e Fernandes, 2020, p. 230-231; Silva, 2021, p. 29), para além de importantes elementos arquitectónicos posteriores, integrantes do núcleo de arte moçárabe de Lisboa.

3. NOTAS FINAIS

Com o presente trabalho pretende-se contribuir para a sistematização dos dados arqueológicos recolhidos na cidade de Lisboa, publicados e/ou disponibilizados publicamente até ao momento presente, datáveis entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, até ao início da ocupação islâmica.

Após a integração no domínio visigótico por volta do ano 469 (Alarcão, 1994, p. 63; Coelho, 1994, p. 78-79; Fernandes, 2020b, p. 141, 144-145) e beneficiando da sua situação geográfica marginal, *Olysipona* manteve um carácter autonómico e relativamente arredado dos centros políticos (Coelho, 1994, p. 76). Este afastamento do poder político e dos territórios instáveis de fronteira pode ter proporcionado à cidade uma transição menos conturbada (Fernandes, 2020b, p. 141), permitindo o prolongamento da Antiguidade, a nível cultural, social, comercial, económico e, portanto, urbano.

Na estrutura urbana parece verificar-se uma continuidade relativamente ao período tardo-romano, com persistência da linha de muralhas e rede viária. A cidade era menos extensa, muralhada e, talvez, mais densamente povoada. Entre a segunda metade do século V e o século VI, *Olysipona* continua a ser um porto importante nas rotas comerciais mediterrânicas e entre o Mediterrâneo e a rota atlântica setentrional.

O cristianismo tornou-se a religião dominante e, nos séculos V, VI e VII, existiam na cidade igrejas com espaços funerários adjacentes. Fora da cidade e junto aos eixos viários, implantavam-se outros edifícios religiosos e cemitérios. É certo que desconhecemos ainda muito da cidade visigótica (Fernandes, 2002, p. 59, 61), talvez porque esta encontre expressão material apenas nos edifícios religiosos. Com a desestruturação dos poderes político-institucionais, o bispo da cidade (desde o século IV, mas principalmente a partir do século VI) poderá ter assumido, juntamente com as elites locais, a função de autoridade.

A rede viária romana em utilização até ao século VI foi de seguida abandonada, mas os eixos viários persistiram apenas com ligeiras deslocalizações. Na área ribeirinha ocupada pelo antigo subúrbio sudoeste de *Olisipo* instala-se um cemitério, que poderá ter sido utilizado a partir do século VI, mas cujo limite temporal superior é difícil precisar. No limite, pode prolongar-se até ao século IX, uma vez que o arrabalde ocidental de *Madīnat Ushbūna* ter-se-á constituído a partir do século X (Bugalhão *et al.*, 2008, p. 120; Bugalhão e Fernandes, 2012; Bugalhão, 2021, p. 28).

Na cidade e nos subúrbios sudoeste e sudeste, conhecem-se diversos contextos ocupacionais urbanos, datáveis entre os séculos V e VI, podendo até atingir o século VII, que registam uma associação de produções cerâmicas característica da transição entre a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média.

Estes conjuntos integram cerâmica comum e anfórica de tradição romana, já produzida local e regionalmente nos séculos IV e V. Regista-se continuidade na utilização de formas tardias das ânforas Almagro 51c, Almagro 50, Almagro 51 a-b (Fabião, 2009, p. 30-31; Filipe, Pimenta e Almeida, 2021, p. 124), Keay 16 e, possivelmente, Lusitana 9, produzidas no estuário do Tejo. Ou seja, presume-se a continuidade da produção e consumo de conservas de peixe (em muito menor escala) e vinho, a nível local e regional e, talvez, também a sua exportação. É igualmente produzido e consumido local e regionalmente, um variado conjunto de cerâmicas tardias de imitação de *sigillata,* de protótipos norte-africanos, gálicos e hispânicos.

Olysipona continuou a consumir produtos importados, encontrando-se nestes contextos urbanos a presença sistemática de importações tardias do Mediterrâneo oriental – *terra sigillata* foceense, ânforas *Late Roman* – e do Norte de Africa – t*erra sigillata*, cerâmica de cozinha, ânforas tardias, Keay 56-57 e 65, *spatheion* – e, mais esporadicamente, do Mediterrâneo central – derivadas de *sigillatas* paleocristãs gálicas – e hispânicas – *terra sigillata* tardia e ânforas, como a Keay 16 e a Dressel 23 (Fabião, 2009, p. 30, 33, 38; Filipe, Pimenta e Almeida, 2021, p. 124; Viegas, Filipe e Pimenta, 2021, p. 134-135).

Mas nestes contextos urbanos, marca também presença, normalmente discreta mas por vezes maioritária (De Man e Silva, 2016, 2016, p. 61; Gaspar e Gomes, 2015, p. 853), um repertório limitado de formas cerâmicas de uso doméstico (alguidar, cântaro, jarro, panela, pote, tigela ou bacia), produzidas a torno lento ou manualmente, de pasta pouco depurada de tendência friável, com escasso tratamento de superfícies, cozedura que parece evoluir de oxidante para redutora ou redutora-oxidante, por vezes ostentando decoração incisa, digitada e aplicações plásticas, de filiação alto-medieval. Estas produções são um traço material culturalmente significativo, possivelmente relacionado com a emergência progressiva de uma cidade diferente, menos extensa e populosa, cristã e com uma economia baseada na exploração de recursos agrícolas e pecuários, com ligações comerciais reduzidas territorialmente, a *Olysipona* alto-medieval (Fernandes e Fernandes, 2020, p. 231).

Olysipona capitulou perante o invasor muçulmano, por volta do ano 714. Mas por enquanto, da cidade muçulmana dos séculos VIII e IX, da cidade integrada nas estruturas emirais e califais de poder do *al-Andalus* e da cidade plenamente integrada na cultura e civilização islâmica mediterrânica, ainda quase nada se conhece (Bugalhão, 2009 e no prelo; Bugalhão e Fernandes, 2012, p. 73). A inexistência ou dificuldade de reconhecimento de contextos arqueológicos desta cronologia condiciona o conhecimento sobre a transição entre a Alta Idade Média e a ocupação islâmica em Lisboa. Mas é possível também que ainda não consigamos reconhecer a cidade destes dois séculos, onde, talvez as igrejas visigóticas tenham evoluindo para moçárabes e a ausência de indicadores cerâmicos importados e cronologicamente reconhecíveis nos impeça de ver uma cidade ainda essencialmente alto-medieval, em transição por enquanto ainda imprecisa, para a florescente e fervilhante *Madīnat Ushbūna* dos séculos X, XI e XII (Bugalhão, 2009 e no prelo; Silva, 2017).

É portanto fundamental investir na investigação, multidisciplinar (com a história e a história de arte, as ciências do território e as arqueociências) sobre contextos arqueológicos urbanos com larga diacronia ocupacional, localizados no núcleo muralhado alto-medieval, revendo estratigrafias e respectivo espólio. Na cerâmica recolhida nestes contextos será essencial definir fabricos, morfologias e tipologias, técnicas ornamentais e iconografia, quer para as produções locais (e sua influências meridionais e setentrionais), quer para os eventuais produtos exógenos importados de outras regiões.

Insiste-se na relevância do apoio à investigação e na necessidade de melhorar as condições de investigação, ou seja, as infra-estruturas públicas de arquivo, depósito, sistematização e disponibilização aos investigadores de espólio e registos primários provenientes das intervenções arqueológicas realizadas na cidade de Lisboa, como única via para desvendar e consolidar o conhecimento sobre Lisboa tardo-antiga e alto-medieval.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge (1994) – Lisboa romana e visigótica. In ARRUDA, Ana, dir. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94; Electa, pp. 58-63.

ALMEIDA, Fernando de (1958) – Pedras visigodas de Lisboa. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 68, 1-2 (Jan.-Jun.), pp. 117-137.

ALMEIDA, Fernando de (1966-1967) – Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitano. *Arquivo de Beja*. Beja. 23-24, pp. 224-240.

ALMEIDA, Fernando de (1974-1975) – Lisboa romana e visigótica.*Olisipo. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. 137-138, pp. 8-19.

AMARO, Clementino, coord. (1995) – *Núcleo Arqueológico Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português, 53 p.

AMARO, Clementino; MANSO, Cláudia; SEPÚLVEDA, Eurico (2013) – Complexo industrial romano de preparados de peixe da Baixa. Sua abordagem a partir de dois novos equipamentos. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 755-763.

ANTUNES, Miguel Telles; CUNHA, Armando Santinho (1991) – *Santos mártires de Lisboa: espólio osteológico de Santos-o-Novo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 57 p.

BUGALHÃO, Jacinta (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros* (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 186 p.

BUGALHÃO, Jacinta (2009) – Lisboa islâmica: uma realidade em construção. In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro, 2008)* (Xelb: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História, 9). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, pp. 337-392.

BUGALHÃO, Jacinta (2017) – O eixo viário ocidental de *Olisipo*. In FERNANDES, Lídia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. – *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, pp. 120-123.

BUGALHÃO, Jacinta (2018) – Arqueologia urbana, em Portugal, hoje. *Revista Património*. Lisboa. 5 (2017-2018), pp. 30-39.

BUGALHÃO, Jacinta (2020) – Um *balnea* da baixa de *Felicitas Iulia Olisipo*. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 94-103.

BUGALHÃO, Jacinta (2021) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Rua dos Correeiros Archaeological Site*. Lisboa: Fundação Millennium bcp, 162 p.

BUGALHÃO, Jacinta (no prelo) – Lisboa Medieval: contributo da arqueologia para a construção do discurso histórico. In *Lisboa não é só Subterrênea. 25 anos depois de uma exposição*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda/Museu Nacional de Arqueologia.

BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Isabel Cristina (2012) – A cerâmica islâmica nos Estuários do Tejo e Sado. *Arqueologia Medieval*. Porto/Mértola. 12, pp. 71-90.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda; GONZÁLEZ TINTURÉ, Antónia; MORENO GARCÍA, Marta; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel (2008) – Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação. *Arqueologia Medieval*. Porto/Mértola. 10, pp. 113-134.

BUGALHÃO, Jacinta; NUNES, Ana; GOMES, Ana Sofia; GRILO, Carolina; FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Isabel; CACHÃO, Mário; COSTA, Ana Maria; FREITAS, Maria da Conceição; GABRIEL, Sónia; CURRÁS, Andrés (2021) – Mosaico romano do NARC, Lisboa: estrutura construtiva, materiais e estratigrafia. In ANTUNES, Ana Sofia; NOZES, Cristina; CARVALHINHOS, Marina; LEITÃO, Vasco, coord. – *II Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano. Teatro Aberto, 22 a 24 de Março de 2018*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 203-252. Disponível em: https://issuu.com/cal_centro_de_arqueologia_de_lisboa/docs/atas_iiencontroarqueologia.

CAESSA, Ana; ENCARNAÇÃO, José d' (2012) – Epigrafia de Olisipo – 66 anos depois! In DONATI, Ângela; POMA, Gabriella, ed. – *L'Officina Epigrafica Romana: In ricordo di Giancarlo Susini. Atti del Convegno di Bertinoro, 16-18.09.2010* (Epigrafia e Antichità, 30). Faenza: Fratelli Lega Editori, pp. 403-420.

CAESSA, Ana; MOTA, Nuno; MARTINS, Pedro Vasco (2020) – Criptopórtico: arqueologia e arquitetura de um equipamento portuário. In FABIÃO, Carlos, coord. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A morfologia Urbana*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 72-91.

CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; MOTA, Nuno (2018) – Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Ušbûna. In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo da; PRATA, Sara, eds. – *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval* (Coleção Estudos, 18). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 521-535.

CARDOSO, Guilherme; AMARO, Clementino; BATALHA, Luísa (2018) – O Sítio Arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan Online*. Alamada. 22:1, 2018 (Janeiro), pp. 35-40.

CARVALHINHOS, Marina; MOTA, Nuno; MIRANDA, Pedro (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia (Santa Maria Maior, Lisboa). In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da, eds. – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015*). Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML. p. 298-336. Disponível em: https://www.academia.edu/35577935/Indaga%C3%A7%C3%B5es_arqueol%C3%B3gicas_na_muralha_antiga_de_Lisboa_o_lan%C3%A7o_Oriental_entre_a_Alc%C3%A1%C3%A7ova_do_Castelo_e_o_Miradouro_de_Santa_Luzia.

CARVALHINHOS, Marina; MOTA, Nuno; MIRANDA, Pedro (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia (Santa Maria Maior, Lisboa). In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da, coord. – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 298-336.

CASIMIRO, Sílvia; MANSO, Cláudia; NETO, Nuno; REIS, Joana; OLIVEIRA, J. M.; ALVES-CARDOSO, Francisca (2021a) – Núcleos Ocidentais III – Rua da Prata: evidências fúnebres da Antiguidade Tardia. In SILVA, Rodrigo Banha da, ed. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida. A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, p. 121.

CASIMIRO, Sílvia; OLIVEIRA, J. M.; MANSO, Cláudia; SILVA, Rodrigo Banha da; SEABRA, A. (2021b) – Núcleos Ocidentais II – Rua de São Nicolau e Corpus Christi: discretas evidências da Antiguidade Tardia. In SILVA, Rodrigo Banha da, ed. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida. A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, p. 120.

CASIMIRO, Sílvia; SILVA, Rodrigo Banha da (2013) – Enterramentos infantis Tardo-antigos na Rua de São Nicolau (Lisboa). In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 859-863. Disponível em https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/outras_publicacoes/arqportugal_150anos.pdf.

COELHO, António Borges (1994) – O domínio germânico e muçulmano. In MOITA, Irisalva, ed. – *O Livro de Lisbo*a. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 75-88.

COSTA, Ana Maria; FREITAS, Maria da Conceição; LOPES, Vera; ANDRADE, César; BUGALHÃO, Jacinta; BARROS, Pedro (2017) – Reconstrução paleoambiental da margem Norte do rio Tejo através da análise multiproxy de sedimentos recolhidos em contexto de obra com achados arqueológicos. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea (coord.) – *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 365-774.

COSTA, Ana M.; FREITAS, Conceição; LOPES, Vera; BUGALHÃO, Jacinta; ANDRADE, César (2021) – A contribuição da geo-

logia na compreensão da evolução ambiental da margem norte do rio Tejo - resultados do projecto Lisbon Stories. In ANTUNES, Ana Sofia; NOZES, Cristina; CARVALHINHOS, Marina; LEITÃO, Vasco, coord. – *II Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano. Teatro Aberto, 22 a 24 de Março de 2018*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 603-631. Disponível em: https://issuu.com/cal_centro_de_arqueologia_de_lisboa/docs/atas_iiencontroarqueologia.

COSTA, Ana Maria; FREITAS, Maria da Conceição; BUGALHÃO, Jacinta; FONSECA, Cristóvão; LOPES, Vera; PINTO, Cláudia (2022) – Paisagens submersas do Porto de *Olisipo*: primeira abordagem. *Revista SCAENA Lisboa*. Lisboa. 3 (Ciclo de Palestras "O rio como horizonte"), pp. 18-29.

DE MAN, Adrien; SILVA, Rodrigo Banha da (2016) – Um refinamento de dados alto medievais do Palácio dos Condes de Penafiel. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe Simões Dias de; TENTE, Catarina; FARELO, Mário Sérgio da Silva; MARTINS, Miguel António Gomes, eds. – *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes* (Colecção Estudos, 15). Lisboa: IEM, pp. 57-65.

DIOGO, António Dias (1994) – 284 Fragmento de sepultura paleocristã. In ARRUDA, Ana, dir. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94; Electa, pp. 231-232.

DIOGO, António M. Dias; SEPÚLVEDA, Eurico (2000) – As lucernas das escavações de 1983/93 do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:1, pp. 153-161.

DIOGO, António M. Dias; TRINDADE, Laura (1999) – Ânforas e *sigillatas* tardias (claras, foceenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, pp. 83-95.

DIOGO, António M. Dias; TRINDADE, Laura (2000) – Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 3:1, pp. 181-205.

DUARTE, Cidália (2001) – Sepultura tardo-romana do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Descrição antropológica. In BUGALHÃO, Jacinta – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe, em* Olisipo. *Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros* (Trabalhos de Arqueologia, 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. pp. 161-167.

FABIÃO, Carlos (2009) – O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanummium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 4. Disponível em: http://www.nia-era.org/publicacoes/cat_view/1-revista-apontamentos/13-apontamentos-4-2009.

FABIÃO, Carlos (2021) – A produção de preparados piscícolas. In FABIÃO, Carlos; NOZES, Cristina; CARDOSO, Guilherme, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 25-35.

FERNANDES, Lídia (2020a) – Reconversión de espacios monumentales: el caso del Teatro Romano de Lisboa / *Felicitas Iulia Olisipo*. In MATEOS CRUZ, Pedro; MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús, eds. – Exemplum et Spolia. *La reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas* (Mytra, Monografias y Trabajos de Arqueología, 7), vol. II. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 483-491.

FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida (2014) – Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, pp. 225-243.

FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; FILIPE; Victor; CALADO, Marco (2011) – A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em Olisipo: o núcleo da Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, pp. 239-261.

FERNANDES, Paulo Almeida (2002) – O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista. *Artis. Revista do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. 1, pp. 57-87.

FERNANDES, Paulo Almeida (2005) – Visigótico ou moçárabe? O núcleo de arte da Alta Idade Média da cidade de Lisboa. In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela, coord. – *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 264-293.

FERNANDES, Paulo Almeida (2020b) – O fim de um tempo; o princípio de outro. Felicitas Iulia Olisipo entre romanos, bárbaros e cristãos. In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 141-149.

FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia (2020) – Da cidade romana à cidade medieval: "desmonumentalização" e reconfiguração urbana. In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 214-231.

FILIPE, Vanessa; SANTOS, Raquel (2020) – Banhos termais na Rua da Adiça. In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 80-85.

FILIPE, Victor; LEITÃO, Manuela; LEITÃO, Vasco; NETO, Nuno; REBELO, P.; RIBEIRO, Rui (2020) – As muralhas de Felicitas Iulia Olisipo. In FABIÃO, Carlos, ed. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A morfologia Urbana*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 46-71.

FILIPE, Victor; PIMENTA, João; ALMEIDA, Rui (2021) – Importação de alimentos. In FABIÃO, Carlos; NOZES, Cristina; CARDOSO,

Guilherme, eds. – *Lisboa Romana. Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 113-125.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2015) – Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal. In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana, coord. – *X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Silves, 22-27 de Outubro de 2012*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico e Mértola, pp. 851-860.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana (2020) – As Ruas da Sé de Lisboa. In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 105-109,

GRILO, Carolina (2014) – Produção e consumo na economia local de *Olisipo*. A cerâmica de imitação de *sigillatta* do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo; SOUSA, Maria José , eds. – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Atas do II Congreso Internacional da SECAH (Braga, 2013)* (Monografias Ex Officina Hispana, II), vol. II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH), pp. 85-98.

GRILO, Carolina; FABIÃO, Carlos; BUGALHÃO, Jacinta (2013) – Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC). In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 849-857.

GUERRA, Amílcar (2006) – Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, pp. 271-297.

GUERRA, Amílcar (2021) – 083. Grafito de *crismon* sobre cerâmica. In BUGALHÃO, Jacinta, ed. – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Rua dos Correeiros Archaeological Site*. Lisboa: Fundação Millennium bcp, p. 111.

LAMELAS, Isidro Pereira, introd. e notas (2020) – *Potâmio de Lisboa, escritos*. Lisboa: Universidade Católica Editora. 456 p.

MEDICI, Teresa (2012) – O espólio vítreo do núcleo museológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, pp. 313-353.

MOTA, Nuno; MARTINS, Pedro Vasco (2020) – A estrutura urbana da cidade portuária. In FABIÃO, Carlos, coord. - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A morfologia urbana*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 28-45.

MOTA, Nuno; PIMENTA, João; SILVA, Rodrigo Banha da (2014) – Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.os 68-70. *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira Arqueologia, 3 DEZ '14). Vila Franca de Xira: Câmara e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 149-177.

NETO, Nuno; REBELO, Paulo; GRANJA, Raquel; BRITO, Sara (2020) – *Relatório Final – Palácio Conde Barão de Alvito – Lisboa*. Neoépica (documento policopiado). Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Processo S – 36188. Direcção-Geral do Património Cultural.

NETO, Nuno; REBELO, Paulo; RIBEIRO, Ricardo Ávila; GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra (2021) – As Muralhas de Lisboa: o exemplo dos antigos Armazéns Sommer. In ANTUNES, Ana Sofia; NOZES, Cristina; CARVALHINHOS, Marina; LEITÃO, Vasco, coord. – *II Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano. Teatro Aberto, 22 a 24 de Março de 2018*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 301-325.

PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2013) – O fundeadouro romano da Praça D. Luís I. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coord. – *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 747-754.

QUARESMA, José Carlos (2020) – Late contexts from *Olisipo* (Lisbon, Portugal): Escadinhas de São Crispim. In DUGGAN, Maria; TURNER, Sam; JACKSON, Mark, eds. – *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard. International symposium. New Castle University, March 26-27th 2014 (Roman and Late Antque Mediterranean Pottery, 15)*. Oxford: Archaeopress, pp. 108-134.

REAL, Manuel L. (1994) – 285 Imposta; 286 Baixo-relevo ornamental. In ARRUDA, Ana, dir. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94; Electa, pp. 232-233.

REAL, Manuel L. (1995) – Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular. In *IV Reunió d'Arqueología Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans / Universitat de Barcelona, pp. 17-68.

RIBEIRO, Ricardo Ávila; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; ROCHA, Miguel (2017) – Dados preliminares de uma intervenção arqueológica nos antigos Armazéns Sommer, Lisboa (2014-2015) – Três mil anos de História da cidade de Lisboa. In CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo Banha da, coord. – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*. Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 222-245.

SALVADO, Salete Simões; FERREIRA, Seomara da Veiga (1984) – Alguns elementos pré-românicos reutilizados aos paramentos exteriores da Se de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 2.ª Série, 45:7, pp. 3-36.

SANTOS, Ana Beatriz Pereira Amaral dos (2015) – *A Terra Sigillata e a Cerâmica de Cozinha Africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa)*. Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/24534.

SEPÚLVEDA, Eurico; GOMES, Nuno; SILVA, Rodrigo (2003) – Intervenção arqueológica urbana na Rua dos Douradores/Rua de S. Nicolau (Lisboa). 1: a *terra sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, pp. 401-414.

SILVA, Augusto Vieira da (1944) - *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana)*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa. 331 p.

SILVA, Manuel Fialho (2017) – *Mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/29987.

FIALHO, Manuel (2018) – O sistema viário da Lisboa Medieval. In SENNA-MARTINEZ, João Carlos; MARTINS, Ana Cristina; CAESSA, Ana; MARQUES, António; CAMEIRA, Isabel, eds. – *Meios, vias e trajetos… Entrar e Sair de Lisboa* (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa, 2). Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML; Sociedade de Geografia de Lisboa/Secção de Arqueologia, pp. 133-145.

SILVA, Rodrigo Banha da (2012) – *As "marcas de oleiro" na* terra sigillata *e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. 2. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/9472.

SILVA, Rodrigo Banha da (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. *Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira Arqueologia, 3 DEZ '14). Vila Franca de Xira: Câmara e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 178-199.

SILVA, Rodrigo Banha da (2018) – A "via Norte" de *Olisipo*: a Arqueologia na Praça da Figueira (Lisboa), a caracterização dos troços viais e a dinâmica da paisagem suburbana envolvente. In SENNA-MARTINEZ, João Carlos; MARTINS, Ana Cristina; CAESSA, Ana; MARQUES, António; CAMEIRA, Isabel, eds. – *Meios, vias e trajetos… Entrar e Sair de Lisboa* (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa, 2). Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML; Sociedade de Geografia de Lisboa/Secção de Arqueologia, pp. 73-86.

SILVA, Rodrigo Banha da (2021) – Espaços Funerários: de *Felicitas Iulia Olisipo* a *Olysipona*. In SILVA, Rodrigo Banha da, coord. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida. A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 24-31.

SILVA, Rodrigo Banha da; CASIMIRO, Sílvia; ALVES-CARDOSO, Francisca (2021) – Praça da Figueira. In SILVA, Rodrigo Banha da, coord. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida. A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio/ Câmara Municipal de Lisboa pp. 44-65.

SILVA, Rodrigo Banha da; NOZES, Cristina (2020) – As *Thermae Cassiorum*. In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 69-79.

TRINDADE, Laura; DIOGO, António Dias (1999) – Inscrição funerária paleocristã da Rua de São Mamede ao Caldas em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico (Suplemento de «Conimbriga»)*. Coimbra. 62, n.º 284.

VALE, Ana; FERNANDES, Lídia (1994) – Intervenção Arqueológica no Largo de Santo António da Sé. *Al-madan*. Almada. IIª Série, 3, p. 109.

VIEGAS, Catarina; FILIPE, Victor; PIMENTA, João (2021) – Rotas comerciais (comércio interno e externo). In FABIÃO, Carlos; NOZES, Cristina; CARDOSO, Guilherme, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, pp. 127-137.

EL PAISAJE HUMANO DEL TERRITORIO EMERITENSE ENTRE LOS SIGLOS V AL X

Bruno Franco Moreno

Consorcio Ciudad Monumental Histórico-artística y Arqueológica de Mérida / bruno@consorciomerida.org / http://orcid.org/0000-0002-9087-7097 / https://consorciomerida.academia.edu/ BrunoFranco.

Resumen

El amplio espacio territorial emeritense se verá sacudido desde los primeros momentos del siglo quinto de nuestra era por la presencia de pueblos que procedían mayoritariamente de la Europa central y del Este, y que tras cruzar los Pirineos en el 406 d. C, se dirigieron, en mayor o menor medida, hacia la capital de la Diócesis *Hispaniarum*. Siglos más tarde asistiremos a una nueva oleada de pueblos, en esta ocasión procedentes de Oriente Medio y norte de África, que aglutinados bajo la bandera del Islam se establecerán también en el territorio emeritense. Tanto unos como otros dejaron su impronta en sus relaciones con los autóctonos, puesta de manifiesto en las manifestaciones sociales, urbanísticas, religiosas, etc., recogidas tanto en las fuentes como en el registro material, este último bien documentado en Mérida, y que tras un lento pero progresivo proceso de aculturación tendría su culminación, el primero a lo largo del siglo VII, y el segundo en el transcurso del siglo décimo con la proclamación del califato de al-Andalus.

Palabras-clave: Antigüedad tardía, Alta Edad Media, Paisaje humano, Ager Emeritensis, Kura de Marida.

Abstract

The broad emeritense territorial space will be shaken from the first moments of the fifth century AD by the presence of the people who came mainly from Central and Eastern Europe, and after crossing the Pyrenees in 406 AD, went in more or less, towards the capital of the *Hispaniarum Diocesis*. Centuries later we will witness a new wave of peoples, this time coming from the Middle East and North Africa, who gathered under the banner of Islam were also established in the emeritense territory. Both of them left their mark on their relations with the natives, manifested in the social, urban and religious, etc., collected in the sources and the material record, the latter well documented in Merida, and after a slow but progressive process of acculturation would have its culmination, the first throughout the seventh century, and the second in the course of the tenth century with the proclamation of the caliphate of al-Andalus.

Keywords: Late Antiquity, Early medieval Age, Human landscape, Ager Emeritensis, Kura of Marida.

1. INTRODUCCIÓN

El estudio sobre la evolución del territorio emeritense y su componente social a lo largo de lo que se viene denominando Antigüedad tardía y Alta Edad Media, ha tenido en las dos últimas décadas un especial interés en los proyectos de investigación, especialmente desde la óptica arqueológica, sin perder la información emanada de la historiografía conservada (Cordero & Franco, 2012 pp. 147-170; Franco, 2011; Cordero, 2013). Y dentro de esta materia sobresale particularmente su metrópolis, Mérida, que gracias a la labor arqueológica desarrollada, tanto por el Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, como por el Instituto de Arqueología de esta misma localidad, ha aportado una visión que sin duda viene a esclarecer, hasta donde se ha podido alcanzar, los denominados "siglos oscuros" (Mateos & Alba, 2000 pp.143-168; Arce, 2002; Alba et alii. 2009 pp. 191-228).

Es sobradamente conocida la visión emanada de la historiografía respecto al inicio de los siglos V y VIII, periodos que se corresponden con la presencia de los pueblos "barbaros o germánicos" sobre el solar peninsular, con autores y obras de renombre como Orosio, Hidacio, y la local *Vida de los Santos Padres Emeritenses*, en adelante VSPE. Trabajos que aunque inciden mayoritariamente en las calamidades derivadas de dicha presencia y el desmoronamiento del mundo conocido hasta entonces, vienen a aportar bastante información sobre los cambios operados en la sociedad y su plasmación en algunos casos sobre el urbanismo de las ciudades y el territorio. Para la etapa de la presencia islámica contamos con más autores y trabajos, pero con un problema añadido, que son obras bastante tardías en referencia a los hechos que se recogen. Estamos hablando de los anónimos 'Ajbar Maŷmūa, el Fatḥ al-Andalus, la Crónica mozárabe del 754, y autores como al-Rāzī, Ibn al-Qutīyya, o los compendios del *al-Muqtabis* del celebérrimo Ibn Ḥayyān, entre los más representativos. Historiografía que viene a aportar una información que resulta imprescindible en un momento de grandes cambios en todos los órdenes de la vida, pero que no se harán perceptibles en el registro material hasta casi transcurrido un siglo de esta presencia.

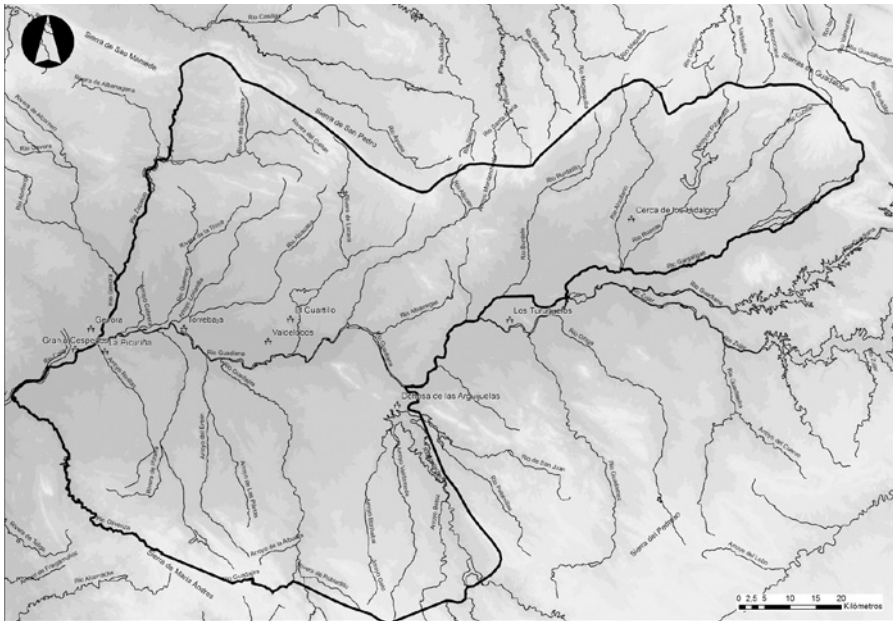
El análisis que presentamos a continuación quiere incidir en los restos materiales que se vinculan a la instalación sobre el territorio de estos pueblos, de modo que vengan a aportar algo más de certidumbre a lo recogido en los textos, donde únicamente se aporta el nombre de sus líderes, ya sean políticos o religiosos, para de este modo ofrecer una visión de conjunto más cercana al objetivo del trabajo. Los ejemplos expuestos, mayoritariamente ubicados en la cuenca media del Guadiana, especialmente significativos en Mérida, vienen a ratificar que los distintos pueblos que se asentaron en dicho solar fueron asimilados mayoritariamente por la población autóctona, en un proceso dilatado que no siempre resultó pacífico. No obstante habría que resaltar que no siempre el registro material viene a solventar dichas dudas, ofreciendo en ocasiones más interrogantes que soluciones.

2. BREVE DESCRIPCIÓN DEL TERRITORIO EMERITENSE

Antes de dar inicio al desarrollo del estudio en cuestión, debemos exponer aunque sea brevemente, la evolución del territorio histórico de Mérida a lo largo de los siglos que median entre las dos "conquistas". El territorio o "*ager emeritensis*" que se van a encontrar los distintos pueblos "germánicos" que se adentren en su solar en los albores de la quinta centuria, va a ser el mismo que el gestionado en la etapa romana; término jurídico-administrativo que apenas sufrirá variaciones a lo largo de los siglos que transcurren hasta bien entrado el siglo VIII (Cordero & Franco, 2012; fig. 1). Está sobradamente aceptado que los pueblos Suevo, primero, y Visigodo después, tras asentarse en La Lusitania apenas variarían sus límites, y las diócesis eclesiásticas continuaron siendo las mismas que bajo la etapa inmediatamente anterior (Cordero, 2013; 2019 pp. 479-508). Será por tanto la iglesia, como institución, la que se erija en el elemento vertebrador de las funciones principales (cohesión social, fiscalidad, etc.).

Esta pervivencia del territorio y cambios en la explotación de los recursos no se hará perceptible, tanto en las fuentes como en el registro material, hasta el asentamiento definitivo de los visigodos en la región, a partir del 468 d. C., que de una manera progresiva se trasladará a la sociedad emeritense. Dicha transformación se hace perceptible de una manera profunda en el campo y en la explotación de los recursos en el transcurso de los siglos VI-VII.

En el plano arqueológico la única referencia urbana estudiada en profundidad, en todo el territorio, es sin duda Mérida (Alba 1998 pp. 361-385; Mateos 1997 pp. 601-616; 2000 pp. 391-420). No obstante su *ager* más próximo, especialmente el curso medio del Guadiana, ha deparado en las últimas décadas información que viene a aportar más claridad sobre la llegada de dichos pueblos (Cordero, 2018 p. 461 y ss).


Sierra de San Pedro
Río Guadiana
Río Ruecas
Río Matachel
Río Zapatón
Río Búrdalo
Río Ortigas
Río Guadalefra
Río Guadalupejo
Río Almonte
Río Tamuja
Río Salor
Río Almonte
Río Alagón
Río Jerte
Río Ambroz
Río Gualija
Río Tiétar
Río Alberche
Río Guadarrama
Río Manzanares
Río Jarama
Río Tajo
Río Tajuña
Río Henares
Río Sorbe
Río Salado
Río Ungría
Río Ibor
Río Gévora
Río Matachel
Río Guadiana
Río Zapatón
Río Búrdalo
Río Ortigas
Río Guadalefra
Río Guadalupejo
Río Almonte
Río Tamuja
Río Salor
Río Almonte
Río Alagón
Río Jerte
Río Ambroz
Río Gualija
Río Tiétar
Río Alberche
Río Guadarrama
Río Manzanares
Río Jarama
Río Tajo
Río Tajuña
Río Henares
Río Sorbe
Río Salado
Río Ungría
Río Ibor
Río Gévora
Sierra de San Pedro
Sierra de Albarragena
Sierra de Montánchez
Sierra de Guadalupe
Sierra de Gredos
Sierra de Gata
Sierra de la Peña de Francia
Sierra de Tormantos
Sierra de Villuercas
Sierra de Altamira
Sierra de Miravete
Sierra de Tormantos
Sierra de Villuercas
Sierra de Altamira
Sierra de Miravete
Sierra de Montánchez
Sierra de Guadalupe
Sierra de Gredos
Sierra de Gata
Sierra de la Peña de Francia

3. LUGAR DE ENCUENTRO DE LOS PUEBLOS "BÁRBAROS "EN EL TERRITORIO EMERITENSE: *AUGUSTA EMERITA* Y EL EJEMPLO SUEVO

La entrada de los pueblos bárbaros o germánicos en la península a partir del 409 d. C. desembocará, dos años más tarde, en la cesión del gobierno de Lusitania al pueblo alano, que poco después pasaría a manos de los suevos. En el 416 d. C. los visigodos aniquilaron a casi todos los alanos de Lusitania y en el 425 d. C. los suevos dirigidos por el *dux Heremegario*, campaban por la Lusitania, siendo derrotados en las inmediaciones de Mérida por el Vándalo *Genserico*. Años más tarde, el suevo *Rechila* toma Mérida y la convierte en capital del reino (Sayas, J.J. & García, L.A. 1984; Arce, 2002; fig. 3). Se desconoce como estuvo organizado este territorio, y bajo que leyes se regulaban las relaciones entre suevos y sus súbditos. Es significativo que su hijo *Rechiarius* abrazase el cristianismo, aunque al parecer no contó con el apoyo de todo su séquito, lo que pudo motivar cierta desafección y su salida final de Mérida para trasladarse hacia el noroeste peninsular.

Entre el 439 d. C. y el 449 d. C. cuando Mérida fue sede regia sueva, debieron levantarse nuevos edificios para albergar el poder así como espacios funerarios donde enterrar a sus difuntos. En las intervenciones realizadas en la pasada década en Mérida se ha podido documentar un área funeraria donde se enterraron descendientes directos de la clase dirigente, tumbas que nada tienen que ver con los millares de enterramientos tardoantiguos excavados en la ciudad. De igual modo se ha podido documentar lo que pudieron ser reformas en el antiguo espacio ocupado por el Foro de la Colonia, concretamente en la plataforma oriental, con el levantamiento de nuevos muros que crean un espacio donde albergar a la nueva clase dirigente (Heras, 2018 p. 421 y ss.; Ayerbe & Mateos, 2015 pp. 179-191). Si en el primer ejemplo se han documentado los restos de nueve tumbas que portaban un rico y variado ajuar, que por paralelos nos llevan a un horizonte del Bajo Danubio (Figura 4), para el segundo, se ha propuesto la construcción de un edificio que sirviera de representación pública de la nueva administración representada por la monarquía sueva (Ayerbe & Mateos, 2015 p. 190). Estas huellas de la primera presencia germánica en Mérida podemos fijarlas en la primera mitad del S. V, gracias a los restos de incendios, abandonos, ocultaciones y destrucciones documentadas extramuros en las intervenciones arqueológicas practicadas (Alba, 1998 pp. 361-385), y especialmente las mencionadas inhumaciones de la nobleza sueva. Por otro lado

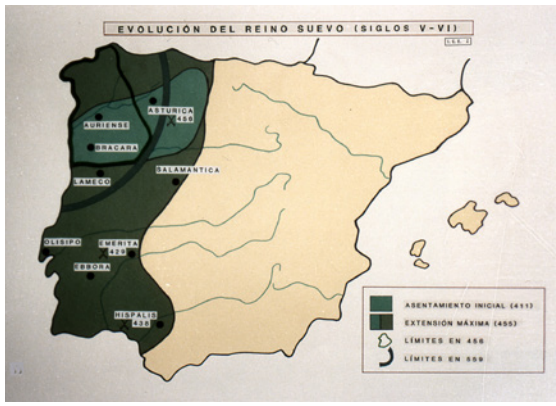


Figura 3 – Máxima extensión del reino Suevo en la Península Ibérica (Imág. http//:mgiribetshistoria.blogspot.com).



Figura 4 – Inhumación singular en la Mérida de inicios del s. V (Dpto. Documentación CCMM).

resultaría lógico pensar que tras la llegada de la corte sueva y su ejército sería necesaria la construcción de nuevos edificios públicos en los que albergar a la naciente clase dirigente.

Mucho más problemática es su presencia en el territorio emeritense, momento que coincide con la pérdida de la funcionalidad atribuida a las grandes haciendas agropecuarias romanas o *villae*, y la reconversión del campo, plasmado en la concentración de la propiedad rural y en un nuevo modelo económico (Chavarría, 2007). No será hasta el asentamiento definitivo de los visigodos en la región, a partir del 468 d. C cuando percibamos una serie de cambios que van

a ser progresivos, aunque apenas perceptibles por el registro arqueológico más allá de una nueva tipología cerámica (Alba, 2003 pp. 293-332), las áreas funerarias documentadas y los escasos objetos personales asociados a ellas (Cordero, 2013; 2018). No obstante, por un documento conservado en un manuscrito, conocemos la reparación del puente sobre el Guadiana y las murallas de la ciudad en el año 483. Esto sería a los pocos años de la presencia visigoda en la ciudad, que viene a indicarnos la colaboración entre el nuevo poder representado por el *dux* Salla y el hombre fuerte de la ciudad, el obispo Zenón (Arce, 2002; 2009). Por el contrario, la documentación disponible no permite definir las principales pautas de distribución del poblamiento en el territorio, aunque todo indica que la presencia germánica no significaría la desaparición total de los patrones de asentamiento anteriores.

Ya en el siglo VI-inicios del VII se asiste a una serie de cesiones de propiedades y de tierras, tanto por parte de la monarquía visigoda como por la iglesia, que beneficiarán a miembros de la aristocracia visigoda. Documentación que aparece recogida en las *VSPE* con motivo de la cesión del rey Leovigildo de un predio de propiedad real al abad de origen norteafricano Nancto (Chavarría, 2004 pp. 114-125). Con ello estamos asistiendo también a la apropiación del antiguo patrimonio imperial por parte de la monarquía visigoda, que de este modo acapararía una parte no desdeñable del *ager* emeritense. De modo que tanto por esta vía, como por las donaciones realizadas por la aristocracia fundiaria romana a la iglesia, como se recoge en el Libro de las *VSPE* (cap. III, 34-42) en buena medida dirigida por la élite visigoda a partir del siglo VII, asistimos a un dominio de clara ascendencia goda (Thomson, 1971). No obstante las evidencias materiales de esta instalación de origen germánico en el campo emeritense ofrecen no pocas dificultades a fecha de hoy. Dificultades que supone diferenciar con seguridad el grupo étnico de sus propietarios, más allá de algunos restos materiales que pudieran asociarse a esta presencia germánica. Por otro lado no se debe olvidar que las grandes propiedades fundiarias debían estar trabajadas por un campesinado dependiente, que debía estar formado mayoritariamente por población hispanorromana.

Hay que situarse en la segunda mitad del siglo VI, un siglo más tarde de la presencia goda en Mérida y su territorio, para que tanto las fuentes como el registro arqueológico documenten este incremento de linajes godos. Si en un principio se estableció un contingente militar godo comandado seguramente por el *dux* Salla, no será hasta la presencia del rey Agila en la ciudad junto a su séquito, cuando se tenga presencia testimonial de una importante comunidad goda. El libro de las *VSPE* es bien explícito en este aspecto, al recoger esta élite aristocrática-militar en los sucesos acaecidos en Mérida en el tránsito del siglo VI al VII (Velázquez, 2008). Sobresalen el noble visigodo Witerico, que alcanzaría el trono real a principios del siglo VII, los obispos arrianos Segga y Vagrila en la pugna mantenida con el obispo de origen norteafricano Masona durante el reinado de Recaredo (Collins, 2005), o a lo largo del siglo VII la nómina de obispos de la diócesis emeritense donde predominan los de ascendencia goda (Orlandis, 1966 pp. 27-64; Jorge, 2002 p. 150).

Aunque el componente principal del clero en la diócesis emeritense estaba compuesto mayoritariamente por población hispanorromana, por lo menos hasta bien entrado el siglo VI – a mediados de este siglo alcanzarán la sede obispal y la silla abacial de los monasterios, individuos procedentes del oriente del Imperio y del norte de África – (Paulo, Fidel, Nancto, Masona). A partir del siglo VII la mayoría de los Obispos y altos cargos de la diócesis estarán ocupados por miembros de origen godo (Thompon, 1971). Sin olvidar el clero arriano: Sunna, Nepopis, de clara ascendencia goda. Ello nos indica la paulatina penetración de la minoría goda en las estructuras jerárquicas de la iglesia emeritense, como también del incremento de las influencias de tipo señorial en el seno de la iglesia (Orlandis, 1966 pp. 63-64).

En cuanto al registro material, los hallazgos en áreas funerarias próximas a las vías de comunicación, basílicas e instalaciones agropecuarias son las únicas referencias de esta presencia visigoda en el territorio emeritense a lo largo de los siglos VI-VII. Ejemplos contrastados los encontramos en Mérida y sus aledaños, próximos a vías de comunicación, en las proximidades de Badajoz, también relacionados con las antiguas calzadas romanas, en los asentamientos de carácter rural, etc. Los hallazgos más significativos suelen aparecer en los ajuares de las tumbas, donde figuran botellas, hebillas de cinturón o broches (Figura 5). No obstante se podría incluso hablar de invisibilidad material de esta presencia "bárbara o germánica" en el territorio debido a que dichos hallazgos no indican necesariamente su asignación a un grupo étnico determinado.

Probables asentamientos visigodos, únicamente por referencia a los hallazgos materiales que nos llevan a este horizonte, podríamos citar los ejemplos de Granja Céspedes en el Km 359 de la autovía Madrid-Badajoz, con los enterramientos donde se documentó una hebilla y material cerámico visigodo (Matesanz &



Figura 5 – Deposito funerario del siglo VII-VIII hallado en las intervenciones de la carretera Mérida-Cáceres (Dpto. Documentación CCMM).



Figura 6 – Hebilla liriforme hallada en los enterramientos de Granja Céspedes-Badajoz (*Matesanz y Sánchez*, 2007).

Sánchez, 2007 pp. 125-167; fig. 6) seguramente a asociado a una instalación agropecuaria. La villa romana de Torre Águila en su Fase III, que se corresponde con los siglos IV-VII donde se halló la conocida fíbula aquiliforme (Rodríguez et alii. 2000 pp. 395-407; fig. 7). La villa romana de la Cocosa en su proceso de transformación de *villa* a *vicus* o el Pozo de la Cañada próximo a Guareña, como ejemplo de pervivencia secular que alcanza hasta el siglo IX (Heras & Gilotte, 2008 pp. 51-72). Otros ejemplos conocidos son las fibulas aquiliformes tipo cloisonné halladas en Tierra de Barros o uno de los más representativoas, la fíbula circular hallada en una tumba femenina de El Turuñuelo (Medellín), de finales del siglo VI, con una más que probable influencia bizantina. Algunos de los asentamientos documentados (*villae*, basílicas) indican un proceso de cambio a lo largo del periodo de instauración del reino visigodo en la región, con la aparición de áreas funerarias en estancias (peristilos) de las antiguas explotaciones o el hallazgo de basílicas en su entorno, que nos indica el proceso de cristianización que se desarrolla en el medio rural. No obstante habría que incidir que dicha transformación funcional del poblamiento rural en el territorio emeritense, se debe en gran medida (por el material documentado y los análisis óseos realizados) a la población hispanorromana y no a un asentamiento general visigodo (Cordero, 2018 p. 473).

En definitiva, los grandes terratenientes podrán continuar disfrutando de sus propiedades y bienes aunque tengan que compartirlos con los grandes de la nobleza visigoda (cargos civiles y religiosos).



Figura 7 – Fíbula tipo "cloisonné" de Torre Águila (*Rodríguez Martín et alii*. 2000).

4. LA COMUNIDAD JUDÍA: EL EJEMPLO DE MÉRIDA

Por una serie de inscripciones de carácter epigráfico y por el mencionado libro de las *VSPE* 1988: 95) se constata la pervivencia de parte del comercio con el exterior gracias a la comunidad judía, basado principalmente en productos de lujo, o generalmente de un alto valor y reducido volumen, como joyas, telas finas, códices, etc.

El *Xenodochium* u hospital de peregrinos, mandado construir por el Obispo Masona en Mérida a finales del siglo VI, realizó funciones de asistencia médica y de acogida a transeúntes y peregrinos, donde seguían

estando presentes los judíos, recogiéndose que por parte de los católicos visigodos no se les hacía ninguna segregación o discriminación (*VSPE* cap. V. III. 4). Las inscripciones documentadas en la ciudad vienen también a ratificar dicha presencia, que perduraría a lo largo de la etapa emiral de al-Andalus (Franco, 2020).

5. LA PRESENCIA ISLÁMICA TRAS EL 713 D.C/94 H. UN NUEVO MODELO SOCIAL, ECONÓMICO, POLÍTICO Y CULTURAL

En los albores del siglo VIII, un par de años después de la batalla de Guadalete (711 d. C/92h), el reino visigodo desaparecería ante el empuje de una nueva corriente migratoria, en esta ocasión procedente del sur, que abanderando una nueva religión surgida en las calientes arenas del desierto arábigo invadiría de manera fulgurante todo el norte de África y la Península Ibérica hasta alcanzar el suroeste de la antigua Galia, todo ello en apenas dos décadas.

A continuación enunciaremos de manera breve cómo afecto a la sociedad emeritense y a su término jurídico-administrativo los cambios introducidos por los dirigentes arabo-beréberes y su plasmación sobre el territorio. Recordaremos como el Islam garantizó en un principio el respeto hacia los conquistados, así como sus propiedades y privilegios a cambio de una contribución al mantenimiento del estado y la injusta tarea de recaudar impuestos. No obstante resulta palmaria la invisibilidad material de esta presencia islámica en el territorio a lo largo de buena parte del siglo VIII.

En cuanto al poblamiento en esta primera época habría que resaltar la importancia de la comunidad cristiana en Mérida y su extenso territorio, aunque se constata una fuerte implantación bereber en toda la franja occidental peninsular. Esto es lo que recoge las fuentes pero silencia el registro arqueológico. Resulta significativo por otro lado el establecimiento de la clase dirigente árabe únicamente en Mérida, y en periodos muy concretos del emirato y el califato, reduciéndose esta a los cargos administrativos más sobresalientes, como gobernadores y jueces (Meouak, 1999). Probablemente hubo personajes significativos árabes establecidos en Mérida desde el primer momento de la presencia islámica, pero apenas queda constancia documental. La Ŷamharat de Ibn Ḥazm, una de las escasas obras que recogen dicha información, no menciona linaje árabe alguno para Mérida y su territorio (Guichard, 2015 pp.73-94). La noticia, ya más tardía, recoge que uno de los primeros jueces de Córdoba nombrados por ʻAbd al-Raṯmān I fue ʻAbd al-Raṯmān b. Tarīf al-Yahsubi, residente en la medina de Mérida, cuyas cualidades había escuchado, lo que viene a indicar que hubo algunos muy tempranos.

Esta primera etapa se corresponde con la presencia del hijo del primer emir de al-Andalus; Hisham I, que ejercía como gobernador de la ciudad (170/786), dos años antes del fallecimiento de su padre al que sucedería en el cargo. Aunque en las fuentes figuran mayoritariamente gobernadores de procedencia árabe para la ciudad a lo largo del emirato, con la proclamación del califato ejercerán también beréberes. Lo mismo podríamos decir para los ulemas o alfaquíes documentados en la región, mayoritariamente beréberes que desempeñan su función en la ciudad y con posterioridad se trasladan a Córdoba o a Badajoz tras su fundación (Franco, 2020). A partir de la instauración del califato, la kūra será gobernada por miembros de una poderosa "aristocracia del estado árabe-bereber" cuyo poder fue restaurado por orden de ʻAbd al-Raḥmān III. En la última lista de gobernadores que se recoge en los *Muqtabis*, figuran tanto árabes como beréberes desempeñando esta función, en un claro síntoma de la arabización e islamización de la sociedad andalusí (Valdés, 1992 pp. 85-98).

6. GOBERNADORES ÁRABES MÁS SOBRESALIENTES DOCUMENTADOS EN MÉRIDA HASTA LA PROCLAMACIÓN DEL CALIFATO

- Ḥāriṯ b. Bazī', que aparece con esta función en el año 215/830, concretamente en el mes de rabī (junio) tras sofocar las rebeliones en la ciudad.
- ʻAbd Allāh b. Kulayb b. Ṯa'laba, previo a la construcción de la alcazaba, como así figura en su inscripción de acceso. Será de nuevo ʻāmil de Mérida desde el ¿234-238 al 848-852?) tras pasar en este intervalo como gobernador en Toledo.
- Al parecer también ejerció como gobernador el futuro emir Muḥammad I, aunque por un breve periodo de tiempo (Valdés, 1992, nota 31).
- Sa'īd ibn ʻAbbās (257/868), tras sofocar la revuelta de Mérida de ese mismo año.
- De nuevo con la conquista de la ciudad por el poder cordobés, será nombrado Mūsā b. Muḥammad b. Sa'īd b. Mūsā b. Ḥudayr, Abūl-Aṣbag, que ejercerá por unos meses.
- A partir del 322/930-31 Muḥammad bn Ishāq al-Qurašī, de ascendencia de Qurayš (*Muqtabis* V, p. 192). Tras la proclamación del califato se sucederán los gobernadores por intervalos de uno o dos años, la mayoría árabes.

7. LOS BERÉBERES

La historiografía conservada no ofrece dudas sobre la importancia del elemento norteafricano (*Imazighen*/beréberes) repartidos por buena parte del territorio de la Mārida de periodo omeya. Por contra, el registro arqueológico, a día de hoy, es incapaz de diferenciar un asentamiento bereber de otro poblado por otra comunidad. Las distintas tribus asentadas en la kura maridí (Sinhāya, Masmūda, kutama, Miknāsa, Zanata, Nafza, Hawwāra) participaron activamente en las revueltas del siglo IX, entrando en la obediencia con la proclamación del califato (Felipe, de 1997).

Las distintas tribus habían ocupado desde la conquista, localidades y áreas que habían dado su nombre a distritos enteros. Así, al-Muqaddāsi, al enumerar las etapas de la ruta de Córdoba a Zamora, menciona a Miknāsa a 4 días de Córdoba, luego otros 4 días a al-Hawwāra y 10 a Nafza, todas beréberes. Las noticias conservadas resultan bien elocuentes en este aspecto, basta recordar la acción de Yusūf al-Fihrī después de su deposición por ʻAbd al-Raḥmān I, que parece haber dependido en gran medida de los beréberes establecidos en la región de Mérida y, probablemente, también en la misma ciudad. A principios del siglo IX, el gobernador de Mārida es un poderoso líder bereber del muy estrecho círculo del poder omeya; Asbagh b. Wansūs que se rebela en 190/805-806 contra el poder central (Pérez, 1992). Mérida entrará en una espiral de revueltas contra el poder cordobés que motivará su fuerte declive tras las revueltas del 875, cayendo en manos de una pequeña "dinastía" beréber de la tribu masmūda, previamente instalada en la misma región que dominaba las poblaciones de Coria-Lajdanīya, la de Banū Tāŷīt, ejerciendo su autoridad hasta su sumisión final al poder omeya en el 316 d.C/928-929h. Tras la proclamación del califato algunos de los gobernadores para la kūra nombrados desde Córdoba serán de procedencia bereber (Franco, 2020).

Como ejemplo de asentamiento bereber que ha sido recientemente excavado podríamos resaltar a Madalīn/Medellín. Las fuentes árabes coinciden en señalar que la población musulmana de Medellín era bereber, concretamente de la tribu de los Hawwāra, destacando a lo largo del siglo IX la tribu de los Banū Farfarīn. Las intervenciones realizadas en la ladera del cerro donde se ubicaba el teatro romano han proporcionado importantes restos materiales de esta presencia islámica, aunque como es sabido no hay diferencia material de si ésta es beréber o de otra comunidad (Franco, 2020; fig. 8).

8. LOS MOZÁRABES O MUSTA'RIBUN

Eran los cristianos que conservaron su religión y, por tanto, estaban obligados a pagar un tributo de capitación (*jizya*) y otro territorial (*jaray*). Hasta el siglo IX constituyeron una parte importante de la población del territorio maridí, hasta su paulatina conversión al Islam o migración hacia los reinos cristianos del norte (Franco, 2013 pp. 119-138). En Mérida, la comunidad mozárabe está atestiguada hasta los sucesos que tuvieron lugar en el año 868, aunque poco es lo que conocemos a excepción de los documentos fechados. Ejemplos como la carta de Luis el Piadoso a los cristianos de Mérida del año 828, o la presencia del Obispo Ariulfo de Mérida a dos concilios celebrados en Córdoba en los años 839 y 851, donde medió en el problema "mozárabe". Tras los sucesos del 868 que sumieron a la ciudad en una profunda decadencia, no se vuelve a tener constancia



Figura 8 – Medellín: ladera del cerro donde se ubicaba el asentamiento y olla hallada en un silo (S. IX). (Imág. José Vargas)

de su comunidad cristiana. Unos años más tarde, alrededor de 870-880, hay una anécdota sobre cómo el General Hashim b. 'Abd al-Azīz en el año 886, vagando entre las ruinas de la orgullosa ciudad, descubrió una inscripción latina que lo intrigó, pero que ya nadie sabía leer de entre sus habitantes (Al-Razī, 1975).

Gracias a las intervenciones arqueológicas y a la lectura de paramentos correspondientes a edificios religiosos de la época, como basílicas o monasterios, podemos determinar las condiciones de continuidad o ruptura que tuvieron lugar durante la "transición" del período visigodo al período musulmán, y hasta cuándo van a pervivir dichos edificios (Mateos & Caballero 2003, ed.). El registro arqueológico practicado en los últimos años ha documentado pequeños asentamientos rurales que debían albergar población cristiana en algunos puntos del territorio, hasta por los menos el siglo X: Plasencia (iglesia de la Magdalena), Sta. Lucía del Trampal en Alcuéscar, así como áreas funerarias pertenecientes a asentamientos agropecuarios del periodo omeya donde se han hallado algunos enterramientos que siguen el ritual cristiano: Valdelobos (Montijo) o el Cerro de las Baterías, en la localidad pacense de La Albuera (Franco y Gibello, 2012 pp. 67-120).

El mejor ejemplo estudiado a fecha de hoy es el de la basílica de Lucía del Trampal, en la provincia de Cáceres, pero muy próximo a Mérida; complejo monacal donde se asienta una comunidad cristiana a lo largo de los siglos VIII-IX con una nueva arquitectura religiosa que se abandona a finales del IX-inicios del X (Caballero & Arce, 1999).

9. LOS MUWALLADUM/MULADÍES

Población autóctona que, con el tiempo, fue aceptando el credo islámico. A lo largo del siglo VIII no figuran en las fuentes, pero en el transcurso del S. IX pondrá en jaque al poder emiral. De igual modo, al principio tenían escaso acceso a las jerarquías políticas, pero, a medida que la dinastía omeya se fue fortaleciendo, encabezaron movimientos insurgentes contra el estado cordobés, creando en ocasiones territorios semiindependientes.

El ejemplo más conocido en la región es el protagonizado por el emeritense ´Abd al-Raḥmān al-Ŷillīqī el joven que dio lugar a la fundación de Badajoz (*Baṭalyaws*) en territorio extremeño y a Marwão en el Alentejo portugués. Pero ya décadas antes, la comunidad muladí figura con notoriedad en las revueltas que protagonizarán conjuntamente, con algunas tribus beréberes a partir del 828 contra la autoridad cordobesa, tanto en Mérida como en buena parte de la Kura (Valdés, 1992 pp. 85-98; Franco, 2008 pp. 51-63). Se encuentra bien recogido en el Muqtabis II-1 de Ibn Ḥayyān la revuelta encabezada por el líder muladí Sulaŷmān b. Martin y el bereber de la tribu Masmūda, Mahmūd b. `Abd al-Jabbār, que desde Mérida recorrieron buen parte del territorio maridí en busca de refugio para proseguir con la insurgencia. Este primer líder muladí fallecerá pronto cerca del Ḥisn Sant Aqruŷ (Sta. Cruz de la Sierra) pero su hijo Muhadjir b. Sulayman continuará con la revuelta junto a Mahmūd b. `Abd al-Jabbār por buena parte del Gharb. En una de sus correrías alcanzaron una victoria sobre Beja, que en ese momento era leal al poder central. Tras el fallecimiento en el 840/225 del líder bereber, Muhadjir encontrará refugio en Coria, que junto a Laŷdanīya (Idanha) estaba bajo los masmūda Banū Tāŷīt, donde prosiguieron con las revueltas.

Esta coexistencia de grupos sociales bien distintos en la primera mitad del siglo IX, se rompería años más tarde con la disidencia de Ibn Marwan al-Ŷīlliqī, cuando tras la fundación de Badajoz entren en confrontación; unos rebeldes al poder central y otros obedientes al mismo. De lo que no hay duda es que Ibn Marwan al-Ŷīlliqī, una vez establecido en Badajoz y a pesar de los constantes enfrentamientos contra los emires cordobeses, mantuvo siempre el anhelo de definir su entorno de vida de acuerdo con los requisitos sociales y religiosos del Islam. Así se entiende su petición al emir 'Abd Allāh para que le enviara alarifes para construir en su ciudad una mezquita principal y baños para realizar las abluciones rituales. De igual modo se invoca el nombre de Allāh en la oración de los viernes, y la ciudad se define desde un primer momento, en un centro reputado para el desarrollo de estudios legales y religiosos (Valdés, 2001). Así, de los 21 ulemas conocidos que imparten sus enseñanzas a partir de los últimos años del siglo IX, inicios del X, donde habría que resaltar la presencia



Figura 9 – Distribución geográfica de los ulemas de al-Andalus (M. Luisa Ávila). Proyectos-ret Prosopografía de los ulemas de al-Andalus.

de Córdoba en su formación de manera considerable, ya sea de los procedentes de Mérida como en los locales, constatan la pujanza de la nueva madīna (Fierro & Marín, 1998 pp. 83-84; fig. 9). Esta presencia de la capital omeya parece indicar que, a pesar de las tensiones entre los Ŷillīqíes y los omeyas, no dejó de haber contacto entre ambas mudūn, todo ello dentro de un ambiente de clara islamización que alcanzaría a toda la población de la madīna y a su alfoz.

10. LOS JUDÍOS (YĒHUDIUM)

Al igual que los mozárabes, tenían el estatuto de protegidos, manteniendo sus propias autoridades, como el juez (*dayyan)*, y representantes religiosos (*rabbí)*. Podían practicar su religión en las sinagogas (*sanuga*), aunque esto no impidió que con el tiempo se arabizaran, como muestra el hecho de que muchos de sus literatos escribieran en árabe y adoptaran también la indumentaria. Esta comunidad tuvo una significativa presencia en Mérida hasta finales del siglo IX, no así en el resto del territorio, trasladándose muchos de ellos a la cercana Badajoz y a Córdoba (Franco, 2020). Una familia de Mérida que alcanzaría gran notoriedad en el siglo XI es la descendiente de los Ibn Negrella, establecidos primero en Córdoba, y más tarde en Granada tras la caída del califato de al-Andalus (Franco, 2011; Ballesteros, 2016 p. 1065).

Finalizaremos este apartado resaltando la culminación del proceso iniciado en los albores del siglo VIII con la llegada de las tropas arabo-beréberes a la península: el de la islamización y arabización de la sociedad maridí. Será en el transcurso del siglo IX-inicios del X, cuando dicho proceso sea definitivo en la sociedad maridí, tanto en el medio urbano como en el rural, de modo incuestionable, documentado tanto a través de las fuentes y la epigrafía conservada (Franco, 2011; 2020). Uno de estos ejemplos son las columnas epigrafiadas del Parador de Turismo de Mérida (fig. 10) que debieron pertenecer a un edificio del que desconocemos su función, pero del que podemos deducir el grado de arabización alcanzado por la sociedad maridí de finales del siglo IX por el número de inscripciones en árabe cúfico conservadas (Barceló, 2001 pp. 87-138).

Al final de esta centuria-inicios de la siguiente, todos los grupos sociales establecidos en el territorio rezaban a un mismo dios, hablaban una misma lengua, usaban la misma moneda y los bienes materiales conservados nos llevan al mismo horizonte cultural: La *Dar al-Islam* (Valdés, 2001 pp. 335-368).



Figura 10. Fuste epigrafiado en árabe cúfico de finales del S. IX (Imág. el autor).

11. CONCLUSIONES

Por la documentación disponible, tanto textual como material, no podemos definir una visión eminentemente catastrofista para buena parte de los asentamientos del territorio emeritense posterior a los inicios de los siglos V y VIII. Las pruebas arqueológicas y las fuentes más fiables descartan el reguero de muerte y destrucción con el que en ocasiones se le ha asociado. La población a lo largo de estas etapas debía estar marcada, tanto por el cambio, como por la continuidad de sus estructuras sociales y económicas.

Más dificultad entraña vislumbrar la clase dirigente de procedencia germánica que, sin duda se establecería en Mérida, y en menor medida en su territorio, de los que únicamente se nos ha trasmitido una escasa nómina de líderes militares y de nombramientos eclesiásticos y civiles. Dichos cambios, como resulta lógico, no se empiezan a visualizar materialmente hasta pasadas unas décadas de esta presencia externa. Si el proceso de cristianización es un hecho irreversible para

buena parte del territorio a lo largo de los siglos V-VII, donde sobresalen para el siglo VII altos cargos de clara ascendencia goda, lo mismo podemos afirmar para la islamización y arabización de la sociedad maridí y su territorio a lo largo de los siglos IX-X, sobresaliendo en este caso personajes de procedencia bereber por encima de la árabe, aunque sean estos últimos la clase rectora de la ciudad y su territorio a lo largo del siglo X. Finalmente el triunfo del estado islámico con la proclamación del califato uniformaría a toda la sociedad, no recogiéndose en la historiografía suceso alguno de interés que viniera a romper dicho status.

BIBLIOGRAFÍA

ALBA CALZADO, Miguel (1998) – Consideraciones arqueológicas en torno al siglo V en Mérida: Repercusiones en las viviendas y en la muralla. Mérida, *excav. arqueol*. 2. (1996). Mérida, pp. 361-385.

ALBA CALZADO, Miguel (2003) – Apuntes sobre la cerámica de época tardo antigua (visigoda) y altomedieval (emiral) en Extremadura, a partir del registro arqueológico emeritense. *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardo antigua y altomedieval* / Mateos Cruz, P. y Caballero Zoreda, L. (coord.). Mérida, pp. 293-332.

ALBA, Miguel, FEIJOO, Santiago & FRANCO, Bruno (2009) – Mérida islámica (ss.VIII-IX): el proceso de transformación de la ciudad tardoantigua en una medina. En *El Gharb en al-Andalus: síntesis y perspectivas de estudio, Homenaje a José Luís de Matos, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves, Xelb, 9, pp. 191-228.

AL-RĀZĪ, Crónica del Moro Rasis, Edic. de Catalán, D. y de Andrés, M. S. Madrid, 1975.

ARCE, Javier (2002) – *Mérida tardorromana (300-580 d.C.)*, Cuadernos Emeritenses 22, MNAR. Mérida.

ARCE, Javier (2009) – *Bárbaros y romanos en Hispania (400-507 A.D.)*, Ed. Marcial Pons. Madrid.

AYERBE VÉLEZ, Rocío & MATEOS CRUZ, Pedro (2015) – Un nuevo ejemplo de arquitectura pública emeritense en época tardoantigua. En *navigare necesse est. Estudios en homenaje a José María Luzón Nogué*. Madrid, pp. 179-191.

BALLESTEROS DÍEZ, J.A. (2016) – Judíos en Mérida (siglos II al XVII), *Revista de Estudios Extremeños,* Tomo LXXII, nº II. Badajoz, pp. 1061-1090.

BARCELÓ, C (2001) – Columnas "arabizadas" en basílicas y santuarios del occidente de al-Andalus. *La islamización de la Extremadura romana*. F. Valdés y A. Velázquez (eds.). *Cuadernos Emeritenses*, nº 17. MNAR. Mérida, pp. 87-138.

CABALLERO, L. & SAÉZ LARA, F. (1999) – *La iglesia mozárabe de Santa Lucía del Trampal. Alcuéscar (Cáceres). Arqueología y Arquitectura*. MArqEx, 2, Mérida.

CHAVARRIA ARNAU, Ana (2004) – Monasterios, campesinos y *villae* en la *Hispania* visigoda. *La trágica historia del abad Nancto, Mélanges d'antiquité tardive, 5. Studiola in honores Noël Duval*. Turnhout, pp. 113-125.

CHAVARRÍA ARNAU, Ana (2007) – *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VIII)*. BAT 7. Turnhout.

COLLINS, Roger (2005) – *La España visigoda, 409-711*, Historia de España IV, Crítica. Barcelona.

CORDERO, Tomás & FRANCO, Bruno (2012) – El territorio emeritense durante la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media. En L. Caballero, P. Mateos y T. Cordero (eds.), Visigodos y Omeyas V. El territorio. CSIC-IAM. Mérida, pp. 147-170.

CORDERO RUIZ, Tomás (2013) – *El territorio emeritense durante la Antigüedad Tardía (siglos IV-VIII): génesis y evolución del mundo rural lusitano. Anejos de AEspA* LXVI. Mérida.

CORDERO, Tomás (2018) – Mérida y su territorio entre el Imperio Romano y la conquista islámica. En *Historia de Mérida. De los antecedentes de Augusta Emerita al fin del medievo*. T. I., J. Carlos López Díaz et alii. (eds.) Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida. Mérida, pp. 445-488.

CORDERO, Tomás (2019) – La organización de la *diócesis Egitaniensis* y la configuración territorial del interior de Lusitania durante la Alta Edad Media (400-800). *Anuario de Estudios Medievales*, 49 (2). Barcelona, pp. 479-508.

FELIPE, Helena de (1997) – *Identidad y onomástica de los beréberes de al-Andalus*, C.S.I.C. Madrid.

FIERRO, Maribel & MARÍN, Manuela (1998) – La islamización de las ciudades andalusíes a través de sus ulemas, *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, Patrice Cressier et Mercedes G.ª Arenal (eds.). Madrid, pp. 83-84.

FRANCO MORENO, Bruno (2008) – 'Abd al-Raḥman bn Marwān al-Ŷillīqī, un líder muladí del occidente de al-Andalus rebelde a los dictados de Córdoba, *Arqueología Medieval* 10, *Campo arqueológico de Mértola*. Oporto, pp. 51-63.

FRANCO MORENO, Bruno (2011) – *De Emerita a Mārida. El territorio (S. VII-X)*, 2 Vol. EAE, Saarbrücken (Germany).

FRANCO, Bruno & GIBELLO BRAVO, V. (2012) – La arqueología medieval en Extremadura. Estado de la cuestión. *En Boletín de Arqueología Medieval*, 16, R. Bohigas y J. Zozaya (eds.) AEAM. Ciudad Real, pp. 67-120.

FRANCO MORENO, Bruno (2013) – La comunidad cristiana de Mārida durante el periodo andalusí., *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III*, *Hª. Medieval,* 26, UNED. Madrid, pp. 119-138.

FRANCO MORENO, Bruno (2018) – Mārida y al-Andalus, de la proclamación del califato al ocaso almohade (ss. X-XIII). En *Historia de Mérida. De los antecedentes de Augusta Emerita al fin del medievo*. T. I., J. Carlos López Díaz et alii. (eds.) Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida. Mérida, pp. 593-648.

FRANCO MORENO, Bruno (2020) – *La kūra de Mārida. Poblamiento y territorio de una provincia de época omeya en la frontera de al-Andalus*, Ataecina, 11, Mérida.

GUICHARD, Pierre (2015) – Le paysage humain du gharb al-Andalus aux premiers siècles de l'Islam andalusí, *La Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C/94-138H.) XIII centenario de la presencia árabe y bereber en la Lusitania, IV Jornadas Arqueología e Historia Medieval de la Frontera Inferior de al-Andalus*, Vol. 2, Bruno Franco (ed). Mérida, pp. 73-94.

HERAS MORA, Javier (2018) – El fin de la Mérida clásica. En *Historia de Mérida. De los antecedentes de Augusta Emerita al fin del medievo*. T. I., J. Carlos López Díaz et alii. (eds.), Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida. Mérida, pp. 389-444.

HERAS MORA F. Javier & GILOTTE, Sophie (2008) – Primer balance de las actuaciones arqueológicas en el Pozo de la Cañada (2002-2005). Transformación y continuidad en el campo emeritense (ss. I-IX d.C.). *Arqueología y territorio medieval* 15. Jaén, pp. 51-72.

IBN ḤAYYĀN, *Muqtabis V, Anales del Califa 'Abd al-Rahmān III an-Nāṣir entre los años 912 y 942*. Edic. María J. Viguera y Federico Corriente. Zaragoza, 1981.

JORGE, A.M.C.M. (2002) – *L`épiscopat de Lusitanie pendant l´Antiquité tardive (III[e]-VII[e] siècles),* Instituto Portugués de Arqueologia. Lisboa.

MATEOS CRUZ, Pedro (1997) – El urbanismo emeritense en época paleocristiana (SS. V-VI). *La tradición en la Antigüedad Tardía. Antigüedad y cristianismo*, XIV. Murcia, pp. 601-616.

MATEOS, Pedro (2000) – *Avgvsta Emerita*, de capital de la *Diocesis Hispaniarvm* a sede temporal visigoda. En *Sedes Regiae (An.400-800)*. Real Academia de Bones Lletres. Barcelona, pp. 391-420.

MATEOS, Pedro & ALBA, Miguel (2000) –De *Emerita Augusta* a *Marida*. En Caballero y Mateos (eds.): *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media. Anejos de AEspA,* XXIII. Madrid, pp. 143-168.

MATEOS, Pedro y CABALLERO, Luis, ed. (2003) – *Repertorio de Arquitectura cristiana en Extremadura. Época Tardoantigua y Altomedieval, Anejos de AEspA* XXIX, IAM-CCMM-CSIC. Mérida.

MATESANZ, Pedro & SÁNCHEZ, Cristina (2007) – Intervención arqueológica en la Finca Céspedes (Ferial de Badajoz, Lusiberia). Actas de las *Jornadas sobre Arqueología de la ciudad de Badajoz*, MAPB. Badajoz, pp. 125-167.

MEOUAK, Mohamed (1999) – *Pouvoir souverain, administration centrale et élites politiques dans l'Espagne umayyade*. Helsinki.

ORLANDIS ROVIRA, J. (1966) – El elemento germánico en la Iglesia española del siglo VII, *Anuario de Estudios Medievales*, 3. Barcelona, pp. 27-64.

PÉREZ ÁLVAREZ, M.ª Ángeles (1992) – *Fuentes árabes de Extremadura*, UEX, Cáceres.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. Germán; LÓPEZ QUIROGA, J. Luis; LOVELLE, M. R. & JEPURE, A. (2000) – Fíbula aquiliforme tipo "cloisonné" de la villa romana de Torre Águila. *Madrider Mitteilungen* 41, pp. 395-407.

SAYAS ABENGOECHEA, Juan José & GARCÍA MORENO, Luis A. (1984) – *Romanismo y germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X). Historia de España,* T. II. M. Tuñón de Lara (dir.). Barcelona.

THOMPSON, E.A (1971) – Los godos en España. Madrid.

VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (1992) – Consideraciones sobre la marca Inferior de Al-Andalus, *Castrum 4 Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au moyen âge,* Ecole Française de Rome-Casa de Velázquez. Madrid. pp. 85-98.

VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (2001) – Acerca de la islamización de Extremadura. *La islamización de la Extremadura romana*. F. Valdés y A. Velázquez (eds.). *Cuadernos Emeritenses*, nº 17. MNAR. Mérida, pp. 335-368.

Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium, Vidas de los Santos Padres de Mérida, Introducción, traducción y notas, Isabel Velázquez. Madrid, 2008.

O QUE NOS DIZEM DO SÉCULO VIII (ALGUMAS FONTES COEVAS)

João António Ferreira Marques

CEAACP – Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património – Universidade de Coimbra / jmarques64@gmail.com

Resumo

No palácio de Qusayr 'Amra, do início do século VIII, na Síria, actual Jordânia, sobreviveu até ao século XIX uma imagem de Rodrigo, o último rei visigodo da Hispânia.

Esta pintura omíada antecede as duas primeiras fontes históricas escritas que narram a invasão da Península Ibérica em 711, a Crónica bizantina-arábica, de 743-744, e a Crónica Moçárabe de 754, que descreve os detalhes da conquista muçulmana.

O processo de domínio político do território pelos invasores passou pela submissão das principais cidades e pacificação do território através da incursão militar, campanhas realizadas por Tāriq, Mūsà, governador da Ifríquia, e pelo seu filho, 'Abd al-'Azīz, entre 711 e 716.

A leitura atenta do Pacto de Teodomiro de 713 demonstra, em primeiro lugar, a existência de um importante foco de resistência ao invasor, num território que compreende sete cidades, que preferiu negociar uma trégua e a aceitação, mesmo que temporária, de uma autonomia regional.

A submissão da Hispânia e a formação do al-Andalus foi assim um processo militar e diplomático que envolveu um posterior complexo processo de hibridismo cultural.

Palavras-chave: Invasão e submissão, Fontes escritas e iconográficas, Hibridismo cultural.

Abstract

The palace of Qusayr 'Amra, from the beginning of the 8th century, in Syria, now Jordan, survived until the 19th century, an image of Rodrigo, or the last Visigoth king of Hispania.

This ominous painting precedes the two first written historical sources that narrate the invasion of the Iberian Peninsula in 711, the Byzantine-Arabic Chronicle, from 743-744, and the *Moçárabe* Chronicle of 754, which reveals the details of the muslim conquest.

The process of political domination of the territory by the invaders passed through the submission of the principal cities and pacification of the territory through the military incursion, campaigns carried out by Tāriq, Mūsà, governor of Ifriquia, and by his son, 'Abd al-'Azīz, among 711 and 716.

A careful reading of the Pact of Teodomiro of 713 demonstrates, in the first place, the existence of an important focus of resistance to the invader, a territory that includes seven cities, which preferred to negotiate a truce and to accept, even temporarily, a regional autonomy.

The submission of Hispania and the formation of al-Andalus was assimilated by a military and diplomatic process that involved a subsequent complex process of cultural hybridism.

Keywords: Invasion and submission, Written and iconographic sources, Cultural hybridity.

1. OS OMÍADAS E AS PRIMEIRAS FONTES DA CONQUISTA DA HISPÂNIA

A visão dos acontecimentos pelos seus contemporâneos deixou poucos testemunhos coevos.

No palácio de Qusayr 'Amra, do início do século VIII, na Síria, actual Jordânia, sobreviveu até ao século XIX uma imagem de Rodrigo, o último rei visigodo da Hispânia.

Esta pintura omíada antecede as duas primeiras fontes históricas escritas que narram a invasão, a Crónica bizantina-arábica, de 743-744, e a Crónica Moçárabe de 754, que descreve os detalhes da conquista muçulmana.

Aqui, a iconografia, à sua maneira, também conta a história do ponto de vista dos conquistadores omíadas.





Figuras 1 A e 1B – Qusayr 'Amra, Jordania. Painel de fresco «A Família de Reis», localizado no hall, parede oeste, cerca de 705-715. Destaca-se em 1B a figura do rei Rodrigo [1].

A presença de Rodrigo em Qusayr 'Amra tem, segundo Javier Arce (2011, pp. 284-285), um significado múltiplo e vai mais além que a representação de um súbdito vencido: o último rei visigodo encontra-se ali equiparado e considerado como um dos grandes poderosos da terra, e a derrota dos visigodos é proclamada como a conquista do extremo do Mediterrâneo situado a Ocidente e a origem da captura de imensos e valiosos despojos.

Para os Omíadas, esta vitória era considerada uma grande empresa que destruiu não um rei débil nem um reino decadente, arruinado ou desintegrado, mas representava a conquista de uma das grandes potências dos reinos conhecidos (Arce, 2011, p. 292). Ainda de acordo com Hugh Kennedy (2007, p. 309), a ideia de que um pequeno número de berberes e de oficiais árabes pudessem atacar e destruir o poderoso e formidável reino visigótico parecia à época muito improvável.

Mas a interpretação desta imagem, desse distante último rei rodeado por outros soberanos também derrotados, não pode ser desviada do seu local e do seu contexto, nem das implicações culturais que a conquista muçulmana teve no ocidente.

Do ponto de vista da expressão artística assiste-se também a uma apropriação de modelos e de uma linguagem estilística que não são novas. Eva Baer sublinha que, no início da arte islâmica, se encontra bem documentada a presença de efígies humanas com base em modelos de fim de antiguidade greco-romana (Baer, 1999, pp. 33-34).

Os Omíadas de Damasco tomam assim para si modelos bizantinos e também sassânidas, impérios que conquistam no Oriente, sendo evidente na sua iconografia artística motivos claramente não-árabes (Cardoso, 2014, p. 14).

Estas influências orientais, sobretudo da Pérsia, iriam intensificar-se, na cultura material, com os califas abássidas instalados em Bagdade a partir de 762, que se tornou então no centro de um vasto Império.

---

[1] Reprodução de fotografias de Ghazi Bisheh (2022). Representação de seis figuras ricamente vestidas, três das quais se encontram em primeiro plano com os braços estendidos à sua direita e três outras posicionadas atrás. As primeiras quatro figuras na pintura são o imperador de Bizâncio, o Xá persa, o Negus da Etiópia, e o rei visigodo, Rodrigo, confirmada através de inscrições em grego e árabe, situadas sobre cada líder. Tem sido postulado que os restantes dois são o imperador da China e o Khan dos turcos. Simboliza a ascendência do califa islâmico sobre um conjunto poderoso dos reis contemporâneos. A iconografia, à sua maneira, também conta a história do ponto de vista dos conquistadores omíadas.

A Crónica bizantina-arábica, de 743-744, escrita como continuação da Crónica de João de Biclaro e da História dos Godos de Isidoro de Sevilha, por eventual funcionário islâmico (citação), refere o seguinte quanto ao período do Califa Walid I (705-715) (Martín Iglesias, 2008):

«E nas regiões do Oeste, através do general do seu exército chamado Musa invadiu e subjugou o reino dos godos na Hispânia, um reino firme e poderoso desde os tempos antigos; e depois de derrubar este reino, ele fez dos godos seus súbditos. Levando a cabo prosperamente todas estas guerras, durante o nono ano do seu reinado, tendo sido exibido diante de si as riquezas de todos os povos como ele tinha imaginado, veio o final da sua vida.»

A Crónica Moçárabe de 754 (López Pereira, 1980), descreve os detalhes da conquista muçulmana, como se de uma outra migração «bárbara» se tratasse (Christys, 2003, p. 17). Mas neste período de cerca de quarenta anos, terá perdurado uma marca vincada (na memória do cronista) reveladora de um saudosismo dos contemporâneos perante a adversidade da perda da autonomia política.

Os autores cristãos não vão falar de Islão ou de muçulmanos, palavras que são desconhecidas nas línguas do ocidente e utilizam designações étnicas como árabe, sarraceno ou ismaelita (Tolan, 2002, p. XV).

As invasões muçulmanas não foram a irrupção de um novo e estrangeiro povo no crescente fértil. Os Árabes há muito que eram confederados das forças militares romanas ou bizantinas. Fundaram cidades e fixaram-se noutras cidades de toda a Síria, como Petra, Hims, Harrân e Edessa e encontravam-se cristianizados. O comércio entre a Síria Romana e os beduínos da Península Arábica era uma constante, pontuada por esporádicos confrontos militares. O que se alterou em 634 foi que as tribos da península se aliaram. Os impérios Bizantino e Sassânida encontravam-se enfraquecidos após a recente guerra em que a vitória de Heráclío deu pouco conforto aos habitantes da Síria bizantina (Tolan, 2002, p. 32). Mas em 644, no momento da morte de Umar, os muçulmanos controlavam todo o crescente fértil, o Egipto, grande parte da Pérsia, indo as suas conquistas atingir ainda mais além nas décadas seguintes. Acresce que estas conquistas pareciam confirmar a crença muçulmana que Deus estava do seu lado, como o patriarca de Jerusalém se queixou, e que se encontravam em vias de dominar o mundo. Este sentido de missão divina foi certamente um fator chave para o rápido sucesso das conquistas (Tolan, 2002, p. 33). De facto, o que é significativo, é que foi na fronteira do Império Romano e muito mais além, que uma pressão demográfica jogou contra o seu futuro, aliada a uma incapacidade política de sustentar um sistema socioeconómico.

As conquistas dos Árabes não eram completamente estranhas no Norte do Mediterrâneo. Os Francos não eram indiferentes, nem poderiam deixar de o ser depois da rendição de Jerusalém em 638. A Crónica de Fredegarius (ou do «pseudo-Fredegário») corresponde a um conjunto de textos produzidos na Gália merovíngia e foi compilada por um autor anónimo, eventualmente da Borgonha, que terá morrido por volta de 660, mas que desde o século XVI se convencionou assim denominar, constituindo uma das fontes fundamentais para a história dos francos e que descreve a «história universal» até meados do século VII. Particularmente o Livro IV, também conhecido como Sexta Crónica, abrange os acontecimentos entre 584 e 642, embora o autor também mencione alguns factos do fim da década de 650. Na crónica é descrita a política religiosa e militar de Heráclio (ca. 575-641) frente aos judeus e árabes, representando tais povos como «ameaças apocalípticas que deveriam ser detidas de qualquer forma antes do Juízo Final» (Souza, 2011, p. 17).

Note-se que o autor da crónica refere concretamente como principais fontes as crónicas de São Jerónimo (ca. 347-420), de Idácio de Chaves (ca. 400--469), de Gregório de Tours (ca. 538-594) e de Isidoro de Sevilha (ca. 560-636), mas eventualmente poderia ter tido acesso a informações ou a testemunhos da época, apresentando como explicação para a derrota bizantina frente aos exércitos muçulmanos, um «castigo de Deus» e descreve que, antes da rendição de Jerusalém em 638, as relíquias haviam sido transportadas para Constantinopla para consolo dos cristãos (Souza, 2011, p. 21) .

Dado que a situação do Mediterrâneo Oriental não seria desconhecida das elites cultas do Norte, e como os seus efeitos já se haveriam manifestado nas relações comerciais, pelo que a sua chegada à Península Ibérica em 710 e 711, não deve ter constituído uma novidade, mas a continuidade de uma guerra de conquista de um império em expansão, na criação do seu sistema mundo.

Em finais do século VII, a economia hispânica deveria encontrar-se em condições precárias, fazendo Pedro Chalmeta referência a uma grande fome no reinado de Ervígio e, já no século VIII, para além da epidemia de peste bubónica de 693 e a outra grande fome entre 707 e 709 que causou imensa mortandade, na qual, segundo a crónica de 754, teria morrido metade da população (Chalmeta Gendrón, 2003, p. 73).



Figura 2 – Inscrição funerária referente a uma morte atribuída à peste bubónica em Córdova em 609 (CIL II2/7, 00677; tab. 19, 7)[2]

2. NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DE AL-ANDALUS

A formação do al-Andalus enquanto entidade política e económica encontra-se estritamente relacionada com a sua islamização e arabização – ou, mais exatamente, orientalização – da Península Ibérica, em concreto da sua população.

Nesse processo deverá ter tido importância fundamental, durante os séculos VIII-IX, a aculturação das elites autóctones, como o caso das antigas famílias nobres visigodas que apesar dessa aculturação, acabaram por se tornar num fator de destabilização e de resistência ao poder político central emiral e, posteriormente califal, sedeado em Córdova.

Praticamente todas as fontes árabes com que contamos para reconstituir a conquista do ano 711 são compilações tardias. Com a exceção do *Kitāb al-Ta`rīj* de 'Abd al-Malik b. Ḥabīb (m. em 853) e do *Ta`rīkh iftitāḥ al-Andalus* de Ibn al-Qūṭiyya (m. em 977), nenhuma das fontes que chegou até nós com informações sobre este evento crucial é, no mínimo, anterior ao século XI (Manzano Moreno, 2012, p. 2). Ibn al-Qūṭiyya, na mencionada obra sobre a conquista do al-Andalus, referencia Sara a Goda, neta do rei visigodo Vitiza, e a viagem desta sua possível antepassada a Damasco, onde o califa Hisham a casou com 'Isā ibn Muzāḥim, antepassado dos al-Qūṭiyya, que veio com ela para a Península Ibérica (Vigera Molins, 2011, p. 11). Também segundo o cronista cordovês do século XI, Ibn Hazm, na época da conquista da Hispânia, um tal Conde Cásio ter-se-á dirigido a Damasco para declarar a obediência ao Califa al-Walid, convertendo-se ao Islão como forma de manter os privilégios (Cañada Juste, 1980, p.6), dando origem aos muladís Banu Qasi, clientes da dinastia Omíada.

Essa permanência das elites terá permitido que a transição e aculturação se desse com relativa tranquilidade permitindo a eventual continuidade económica e social nos campos.

Martínez Enamorado (2006) apresenta um trabalho muito crítico da historiografia do al-Andalus, considerando simplificadoras muitas das análises que o reduzem a uma soma de territórios rurais, apesar de as cidades e fortalezas não alterarem essa evidente realidade em que os «invisíveis» camponeses se situam no centro do debate, no centro da história, substituindo alguns conceitos de difícil concretização empírica, como a islamização e como a mesma se processou.

O processo de domínio político do território pelos invasores passou pela submissão das principais cidades e pacificação do território através da incursão militar, campanhas realizadas por Tāriq, Mūsà, governador da Ifríquia, e pelo seu filho 'Abd al-'Azīz[3], entre 711 e 716, que terá decorrido de forma mais ou menos pacífica, apresentando-se como exemplo o pacto de Teodomiro em Múrcia (Pavón Benito, 2006, p. 191), que terá tido como modelo o tratado ou leis do segundo Califa Rashidun, Umar ibn Khattab.

A submissão da Hispânia foi um processo militar e diplomático. A leitura atenta do Pacto de Teodomiro de 713 demonstra, em primeiro lugar, a existência de um importante foco de resistência ao invasor num território que compreende sete cidades que preferiu negociar uma trégua e a aceitação, mesmo que temporária, de uma autonomia regional. O Pacto assegurava a vida e a liberdade dos seus homens, que não seriam forçados a abandonar a sua religião, a salvaguarda das suas igrejas a troco do pagamento de uma taxa em géneros e dinheiro, bem como a garantia que o território não se tornaria um santuário para os inimigos de Abd al-'Azīz. Chalmeta chama a atenção para que o pacto de Teodomiro distingue perfeitamente um grupo dominante de um grupo de servos, provavelmente colonos ou libertos (Chalmeta Gendrón, 2003, p. 223).

Não se pode deixar de falar aqui de um vestígio

[2] Transcrição: ------] / ab inguina/li plaga o/biit er(a) DC/XLVII.

[3] Ter-se-á casado com Egilona, viúva do rei Rodrigo, em 713, na igreja de Santa Rufina, em Sevilha (Calvo Capilla, 2007, pp. 161-162).



Figura 3 – Pacto de Teodomiro no códice de al-D.abbī (1155--1203).

material epigráfico constituído por 141 selos de chumbo com inscrições em árabe, que datam, na sua maior parte, do primeiro quarto do século VIII e encontrados na sua maioria na Península Ibérica (103), e cerca de 46 provenientes do sítio arqueológico de Ruscino, na Narbonense visigoda, em Perpinhão. Constituem verdadeiros documentos oficiais emitidos entre os anos de 711 e 756, com relação evidente com a conquista muçulmana. Estes foram atados a bolsas com o saque em moedas ou objetos valiosos ou a recipientes com produtos alimentícios (grãos ou farinha, por exemplo), arrecadados como tributo, e com indicação da proveniência (Sénac & Ibrahim, 2017).

Entre estes achados destaca-se o selo proveniente de Ocsonoba (Faro), que recolhe a mensagem «Tratado de Paz de/ Ossonoba» (Figura 4A), cidade que terá sido capturada no tempo de Mūsā, por seu filho 'Abd al-Azīz, por meio de um pacto, conforme demonstra esta epígrafe (Ibraim, 2011, pp. 153-154, Fig. 9).

Muito interessante também é um selo que reproduz a mensagem, «No nome de/ Deus/ recinto/ do povo de Beja» (Figura 4B). Embora se saiba pelas crónicas que Beja foi tomada por 'Abd al-'Azīz, infere-se tratar-se este de um selo de ŷizya que indicará que a cidade foi obtida graças a um pacto, sendo assim uma evidência material da aceitação e submissão dos não-muçulmanos ao novo poder (Ibraim, 2011, pp. 156-157, Fig. 13).

Conhece-se também um outro selo, exumado em com a inscrição «farinha de Beja» que que pode corresponder a sacos de cereais concedidos para o abastecimento de tropas, que tem como exemplo a lista que consta do tratado de Tudmir (Sénac & Ibrahim, 2017, pp. 32, 93 – N.º 41).

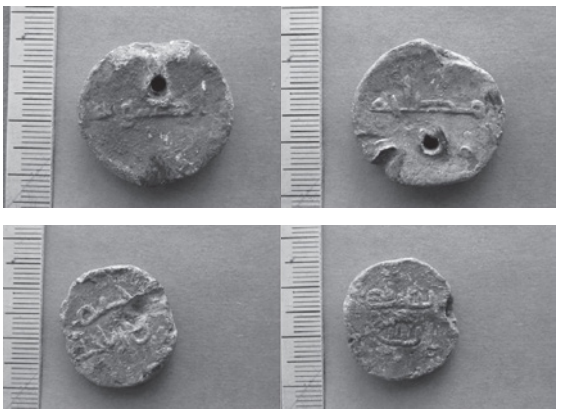


Figura 4A e 4B – Selos epigrafados provenientes de *Ossonoba* (Faro) e de Beja (Ibraim, 2011, Fig. 9 e Fig. 13).

Na Crónica de 754, nas passagens que tratam do avanço dos muçulmanos e da devastação e morte que se vai produzindo no território, o cronista não demonstra qualquer empatia para com os conquistadores que considera «bárbaros» (Albarrán Iruela , 2013, p. 57):

«Com el fuego deja asoladas hermosas ciudades, reduciéndolas a cenizas; manda crucicar a los señores y nobles y descuartiza a puñaladas a los jóvenes y lactantes (…) Así, sobreesta España desdichada, en Córdoba (…) establecen un reino bárbaro».

Na viagem de Saint Willibald[4] à Palestina (c. 723/24–726/27), onde foi preso à chegada a Homs, na Síria, este travou conhecimento com um homem da Hispânia cujo irmão «era o camareiro do rei dos sarracenos», o que sugere que estes poderiam encontra-se cativos[5].

---

[4] São Willibald (nascido em Wessex, c.700 e falecido em 787, em Eichstätt) foi um bispo do século VIII de Eichstätt, na Baviera.

[5] "Hodoeporicon (itinerário) de Saint Willibald", texto escrito no século VIII por Huneberc, uma freira anglo-saxônica de Heidenheim am Hahnenkamm que conheceu pessoalmente Willibald e o seu irmão, e que descreve a jornada deste e de um grupo de sete companheiros à Palestina (c. 723/24 - 726/27):

«Então, enquanto eles ainda estavam definhando na prisão, um homem da Hispânia veio e falou com eles dentro da prisão. Em si e fez investigações cuidadosas sobre sua nacionalidade e pátria. E eles [163] disseram-lhe tudo sobre a sua jornada do primeiro ao último. Este hispânico tinha um irmão na corte do rei, que era o camareiro do rei dos sarracenos.»

Ainda segundo Javier Albarrán Iruela (2013, p. 57) apesar deste pouco apreço pelo elemento invasor, em nenhum momento menciona a existência de um conflito de origem religiosa: não há menção a queima ou pilhagem de igrejas, ou de qualquer imposição religiosa, pelo que se os conquistadores tivessem sido cristãos, a descrição que faria o cronista seria provavelmente a mesma.

A maioria da população seria constituída por convertidos, os muladís e por cristãos e compreendia, para além das elites, agricultores, pastores, pescadores e artesãos, ou seja, a massa da população do al-Andalus (Pavón Benito, 2006, p. 191).

À adesão inicial de elementos populacionais indígenas à religião dos vencedores, seguiu-se a conversão em fases posteriores das segundas gerações de moçárabes. Paralelamente à islamização, verificou-se uma arabização (orientalização) por vezes reivindicada para promoção social.



Figura 5 – Dinar, moeda de ouro (MCM 3885) corresponde à primeira espécie cunhada neste metal durante o domínio islâmico no território ibérico – 93 H. / 712 d.C., com legenda em árabe e latim, onde se pode ler «Span[ia]» (fotografia do Museu da Casa da Moeda).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Península Ibérica as duas principais fontes escritas latinas, apesar de não transmitirem um sentimento de simpatia pelos invasores, não incidem sobre a questão religiosa, subjacente ao seu substrato cultural e ideológico.

A submissão da Hispânia e a formação do al-Andalus foi assim um processo militar e diplomático que envolveu um longo e complexo processo de hibridismo cultural.

Mas se é importante ter presente que a ideia da supremacia dos aspetos socioeconómicos na modelação da sociedade em transformação, a mudança das elites e das mentalidades subsequente a 711, tal como a alteração no sistema de trocas do Mediterrâneo, não era de todo um elemento desconhecido da sociedade de então.

BIBLIOGRAFIA

ALBARRÁN IRUELA, Javier (2013) – Dos crónicas mozárabes: fuentes para el estudio de la conquista de al-Andalus. *Revista Historia Autónoma*. 2 (Marzo), pp. 45-58.

ALMAGRO-GORBEA, Martín; CABALLERO ZOREDA, Luis; ZOZAYA Stabel-Hansen, Juan; ALMAGRO GORBEA, Antonio, (1975) – *Qusayr 'Amra: residencia y baños omeyas en el desierto de Jordania*. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores; Dirección General de Relaciones Culturales; Instituto Hispano-Árabe de Cultura.

ARCE, Javier (2011) – *Esperando a los árabes. Los visigodos en Hispania (507-711)*. Madrid: Marcial Pons, 344 p.

BAER, Eva, (1999) – The Human Figure in Early Islamic Art: Some Preliminary Remarks. *Muqarnas* [Em linha], 16, pp. 32-41. BRILL, Stable. [Consult. 13.09.2010]. Disponível em WWW: <URL:http://www.jstor.org/stable/1523264>.

BISHEH, Ghazi (2022) – "Fresco panel: 'The Family of Kings'." in *Discover Islamic Art*. [Em linha]. Vienna: Museum With No Frontiers. [Consult. 24.08.2022]. Disponível em WWW: <URL:https://islamicart.museumwnf.org/database_item.php?id=object;ISL;jo;Mus01_H;45;en>

CALVO CAPILLA, Susana (2007) – Las primeras mezquitas de al-Andalus a través de las fuentes árabes (92/711-170/785). *Al-qantara: Revista de estudios árabes*. Vol. 28, Fasc. 1, pp. 143-179.

CARDOSO, Elsa (2014) – O modelo da realeza visigoda e o modelo emiral omíada: entre continuidade e ruptura. *Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2013-14 (apresentado no dia 4 de Abril de 2014)* [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 1-15. [Consult. 12 Maio 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://ler.letras.up/uploads/ficheiros/13121.pdf>.

CHALMETA GENDRÓN, Pedro (2003) – *Invasión e Islamización. La Sumisión de Hispania y la Formación de al-Andalus*. Jaén: Universidad de Jaén, 461 p.

CHRISTYS, Ann (2003) – The transformation of Hispania after 711: The Governors of al-Andalus. In GOETZ Hans-Werner; JARNUT Jörg; POHL Walter, KASCHKE Sören, eds. – *Regna and Gentes: The Relationship between Late Antique and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden: Brill, pp. 219-241.

CIL II2/7 = Academiae Scientiarvm Berolinensis et Bradenbvrgensis, ed. (1995) – *Corpvs inscriptionvm Latinorum: Inscriptiones Hispaniae Latinae: Conventvs Cordvbensis*. Berolini; Novi Eboraci: de Gruyter. Ed. 2, vol. 2:7.

GUICHARD, Pierre (2002) – *De la expansión árabe a la Reconquista: esplendor y fragilidad de Al-Andalus*. Granada: Fundación El Legado Andalusí, 285 p.

HALSALL, Paul (Ed.) – Huneberc of Heidenheim: The Hodoeporican of St. Willibald, 8th Century. *Internet Medieval Sourcebook*. [Em linha]. New York: Fordham University. [Consult. 23 Junho 2015]. Disponível em WWW: <URL:https://sourcebooks.fordham.edu/basis/willibald.asp>.

IBRAIM, Hafif (2011) – Nuevos documentos sobre la Conquista Omeya de Hispania: Los precintos de plomo. *Zona arqueológica (Ejemplar dedicado a: 711, arqueología e historia entre dos mundos)*. N.º 15, 1, pp. 147-164.

KENNEDY, H. (2007) – *The Great Arab Conquests*. Filadélfia: Da Capo Press, 421 p.

LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo, ed. crítica e trad. (1980) – *Crónica mozarabe de 745*. Saragoça: Anubar Ediciones.

MANZANO MORENO, Eduardo (2012) – Los relatos de la conquista de al-Andalus en las fuentes árabes: un estudio sobre su procedência. *(CCHS-IH) Informes y documentos de trabajo* [Em linha]. Madrid: CSIC, 185 p. [Consult. 24.08.2022]. Disponível em WWW: <URL:http://hdl.handle.net/10261/44814>.

MARTÍN IGLESIAS, José Carlos, ed. crítica (2003) – *Isidori Hispalensis Chronica*. Turnhout: Brepols, (Corpus Christianorum. Series Latina; 112), 239 p.

MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio (2006) – Reflexiones sobre el estudio de al-Andalus como sociedad o, de nuevo, qué arqueología para al-Andalus. In GARCÍA SANJUÁN, A., ed. – *Saber y sociedad en al-Andalus. IV-V Jornadas de Cultura Islámica en Almonaster la Real (Huelva)*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 193-237.

PAVÓN BENITO, Julia (2006) – Muladíes. Lectura política de una conversión: los Banū Qāsī (714-924) A Political Reading of Religious Conversion: The Case of the Banu Qasi (714-924). *Anaquel de Estudios* Árabes. 189, vol. 17, pp.189-201.

SÉNAC, Philippe; IBRAIM, Tawfiq (2017) – *Los precintos de la conquista omeya y la formación de al-Andalus (711-756)*, prólogo GUICHARD, Pierre. Granada: Editorial Universidad de Granada, 156 p.

SOUZA, Guilherme Queiroz de, (2011) – A reação do basileus Heráclio (c. 575-641) frente aos judeus e árabes no Livro IV da Crônica de Fredegário (†c. 660): ameaças apocalípticas? *Brathair* [Em linha]. 11 (2), pp. 16-27. [Consult. 15 Julho de 2014]. Disponível em WWW: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/687/609>.

TOLAN, John Victor (2002) – *Saracens: Islam in the medieval European imagination*. New York: Columbia Press University, Chichester, 400 p.

VIGUERA MOLINS, María Jesús (2011) – La conquista de al-Andalus según Ibn al-Qutiyya (siglo X). *Aljaranda: revista de estudios tarifeños, (NÚMERO MONOGRÁFICO CONMEMORATIVO DEL XIII CENTENARIO DEL DESEMBARCO ÁRABO-BEREBER DEL 711)*. N.º 81, pp. 8-13.

CAMPESINOS DEL ENTORNO DE TOLEDO EN ÉPOCA EMIRAL TEMPRANA (INICIOS S. VIII A MEDIADOS S. IX D.C.)

Alfonso Vigil-Escalera Guirado

Universidad de Salamanca / aveg@usal.es

Resumen

En estas páginas se resumirán algunos logros recientes en la arqueología de los paisajes rurales de la Alta Edad Media. Nos referirems especialmente a las novedades vinculadas a los estilos de vida campesinos entre la etapa final del reino visigodo de Toledo y el temprano emirato de Córdoba.Un conocmiento mejorado de las producciones cerámicas de este periodo nos ha permitido caracterizar las secuencias de ocupación de los yacimientos y desvelar los lazos entre asentamentos y cementerios. Poco después del 711, los primeros cementerios con sepulturas de rito islámico sugieren un rápido proceso de conversión religiosa entre el campesinado local. Por otra parte, pueden reconocerse entre 750 y 850 cambios radicales en el patrón de asentamiento hacia una nucleación demográfica en pequeñas ciudades y en torno a fortalezas.

Palabras-clave: Asentamientos, Cementerios, Estilos de vida, Conversión religiosa, Temprano al-Andalus.

Abstract

Some recent achievements in the archaeology of rural landscapes during the Early Medieval period will be summarized in these pages. We will especially refer to the novelties related to peasant lifestyles between the late Visigothic kingdom of Toledo and the early Emirate of Córdoba. An improved knowledge of the coarse pottery wares from this period has allowed us to characterize the occupational sequences of sites and unveil the relations between settlements and their necropoleis. Shortly after 711 AD, the first cemeteries with Islamic graves suggest a swift process of religious conversion to Islam among native peasants. On the other hand, deep changes in the settlement pattern towards a demographic nucleation in small cities and around fortresses can be recognized between 750 and 850 AD.

Keywords: Settlements, Graveyards, Lifestyles, Religious conversion, Early al-Andalus.

1. INTRODUCCIÓN

A diferencia de hace 20 años, mientras se excavaba la aldea de Gózquez, ahora es posible conocer lo ocurrido en algunos asentamientos como aquel tras la conquista islámica. De hecho, apenas se conocía algún detalle sobre ese tipo de sitios rurales, su organización interna, su orientación económica, su arquitectura doméstica o sobre su cultura material en general. El yacimiento no proporcionaba material de aspecto romano ni tampoco nada que recordase a las cerámicas andalusíes de la Marca Media sistematizadas años atrás (Retuerce 1998). El yacimiento se definía como de época visigoda casi por exclusión, tras el descarte de otras opciones. (Figura 1)



Figura 1 – Vista aérea de un sector de la aldea de Gózquez durante los trabajos arqueológicos (1997-2000).

Aquellas cerámicas tan poco significativas solían por entonces recibir fechas entre el siglo V y el VIII dC, nada menos que con tres frustrantes siglos de indeterminación. Algunos pioneros se habían asomado antes a ese caótico universo bajo el acrónimo CEVPP (cerámicas de época visigoda, precedentes y perduraciones). Luis Caballero, Luis C. Juan, H. Larrén y otros investigadores fueron los responsables de ese impulso pionero que, por desgracia, apenas tuvo continuidad posterior (Caballero 1989; Álvarez 1989; Larrén 1989; CEVPP 1991; Juan & Blanco 1997).

Una vez completado el análisis de la estratigrafía y de los casi 15.000 fragmentos cerámicos recuperados en Gózquez, en 1999-2000 se había logrado poner cierto orden en las primeras fichas del rompecabezas (Vigil-Escalera 1999, 2000). Era posible observar cómo habían ido evolucionando las producciones cerámicas a lo largo de aquellos siglos oscuros, mientras que las dataciones radiocarbónicas y los datos de nuevos yacimientos permitirían comprobar, a la postre, que el año 711 no era una fecha mágica en la que todo se reiniciaba.

El panorama que puede ofrecerse en la actualidad sobre los campesinos del distrito de Toledo en época emiral temprana (711-825) es el resultado de una etapa prodigiosa de hallazgos y de nuevos yacimientos (Quirós 2018; Vigil-Escalera & Strato 2013; Escalona 2009; más reciente, Portass 2022), pero también de una tarea de sistematización empírica, de análisis y de reflexión intelectual desarrollada de forma sostenida en el tiempo por diferentes especialistas (Figuras 2 y 3).

Las excavaciones de Fuente de la Mora (hoy bajo una autopista), las de los yacimientos exhumados a lo largo de las pistas del nuevo aeropuerto de Barajas o todo lo descubierto antes de ejecutar los nuevos barrios residenciales de Arroyomolinos (entre otros) y del mucho tiempo de estudio que llevaron aparejadas esas intervenciones permiten ofrecer ahora un cuadro no definitivo ni todavía cerrado, pero sustancialmente más rico que el que se tenía antes sobre este periodo. A lo largo de las siguientes páginas se brindará una síntesis de los detalles de ese cuadro en lo que se refiere al tema de la conferencia.

2. ÁMBITO ESPACIAL DEL TRABAJO

Antes de entrar en detalles serán convenientes unos apuntes sobre la región objeto de este trabajo. Se trata de un amplio espacio (más de 9000 km^2) delimitado por varias antiguas ciudades romanas (Toledo, Alcalá-Complutum, Segovia, Ávila, Talavera-Caesarobriga) y una de nueva planta, Recópolis, fundada por Leovigildo a finales del siglo VI dC. La distancia existente entre cada uno de estos centros urbanos es considerable, de entre 60 y 90 km. Luego se verá cómo el paisaje rural post-romano, caracterizado por una densa red de asentamientos definidos esencialmente como aldeas, se transformará profundamente al final del periodo que aquí nos interesa, al surgir nuevos polos intermedios en un drástico proceso de concentración demográfica.

Aprovechando el progreso acumulado en el conocimiento de la cultura material de esta época y de las secuencias de ocupación de un buen número de sitios, los principales aspectos que se abordarán en estas páginas serán los siguientes. Se verán en primer lugar los vínculos entre asentamientos y cementerios a lo largo del tiempo, las primeras sepulturas de rito islámico de la región y lo que nos cuentan sobre el proceso

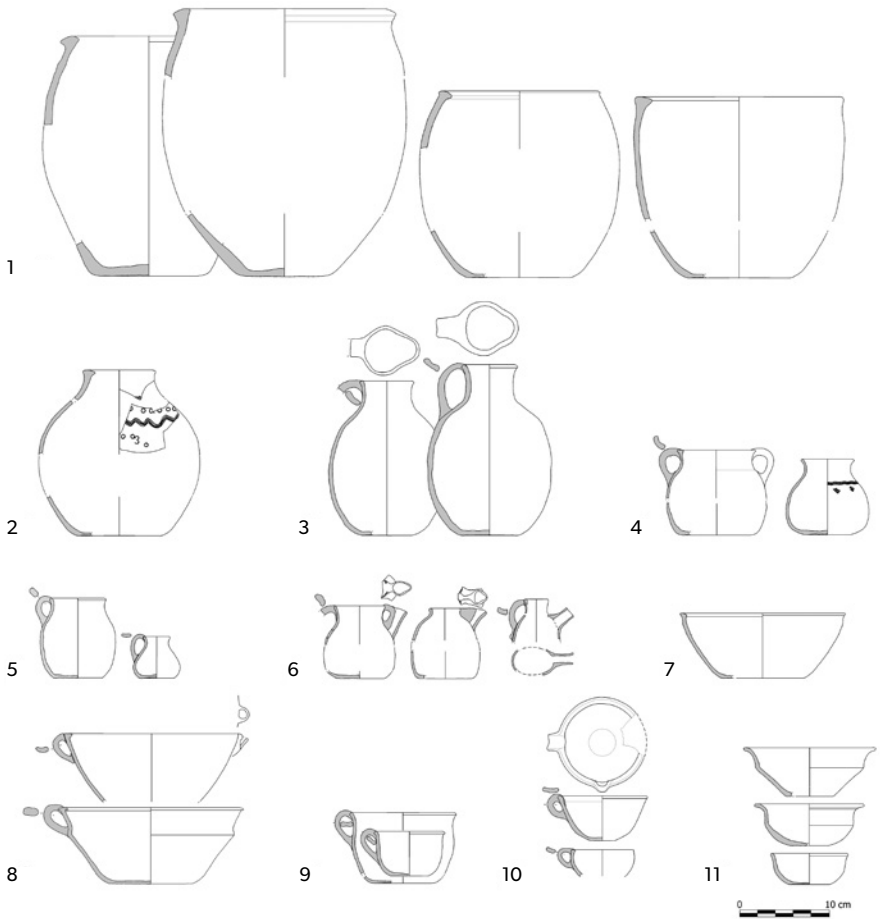


Figura 2 – Tabla de formas de vajilla cerámica a torno lento (Gózquez, ss. VI-VIII dC). 1. Tinajas; 2. Orza; 3. Jarros; 4. Ollas; 5. Jarritos; 6. Jarritos con pitorro; 7. Barreño; 8. Cuencos grandes con asa y vertedor; 9. Jarros de boca ancha; 10. Tazas; 11. Cuencos (con o sin carena).

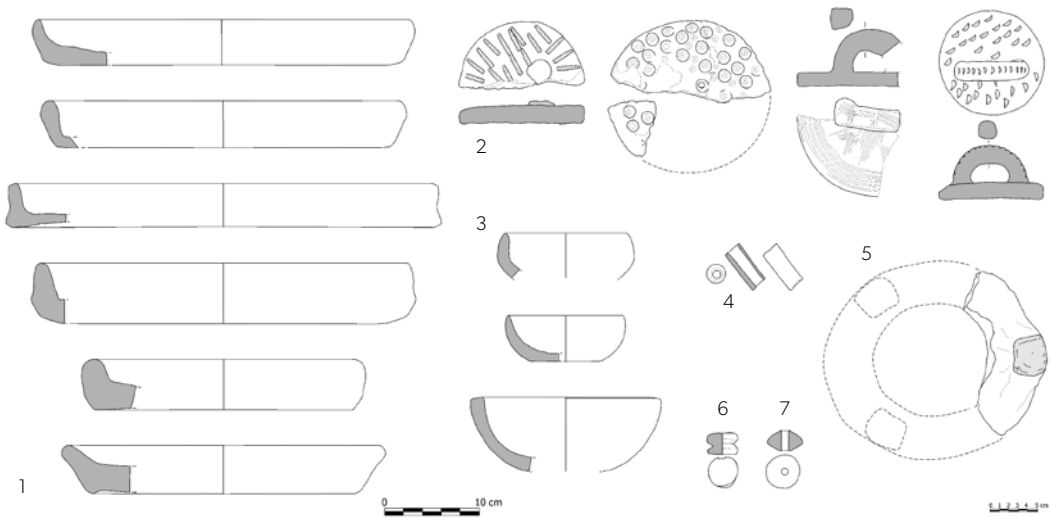


Figura 3 – Tabla de formas de cerámica modelada a mano (ss. VI-VIII dC). 1. Platos de cocción; 2. Tapaderas discoidales; 3. Cuencos; 4. Boquilla tubular; 5. ¿Carrete?; 6. Fusayola; 7. Soporte trípode.

de Islamización, proceso que debería ser convenientemente desglosado en sus diferentes facetas: religiosa, cultural, de costumbres y modos de vida… Se aludirá también a los cambios en el ajuar doméstico y su relación con lo anterior, sus implicaciones económicas y sociales; en tercer lugar veremos en qué consistió esa drástica transformación de los paisajes rurales que supuso la concentración demográfica del campesinado en ciudades (viejas y nuevas) y a la sombra de pequeñas fortalezas; y finalmente se aludirá al papel de las iglesias, antes y después de la conquista islámica, con los elementos más destacados recientemente descubiertos sobre esta materia. (Figura 4)

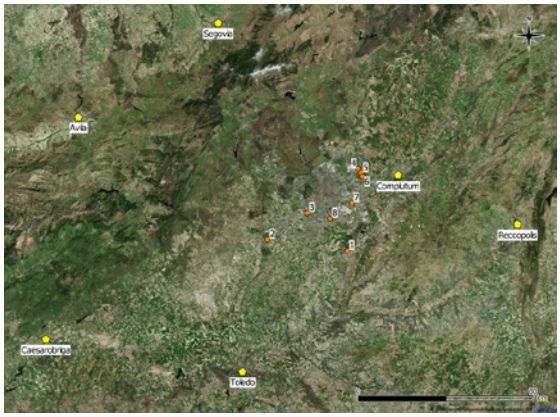


Figura 4 – El territorio en los siglos VI-VIII dC: ciudades y yacimientos rurales citados en el texto. 1: Gózquez; 2: Pelícano; 3: Fuente de la Mora; 4-6: La Huelga, El Soto/Encadenado, Las Charcas; 7: Berrocales; 8: Pista de Motos.

3. ASENTAMIENTOS Y CEMENTERIOS

Se conocen con relativo detalle las secuencias de ocupación de una serie de asentamientos campesinos en esta región. Ubicados siempre a lo largo de ríos y arroyos, forman una densa trama con escasa distancia de unos a otros. La mayor parte ofrece ocupaciones bastante estables que se prolongan a lo largo de varios siglos. Las investigaciones en el distrito rural al Norte de Toledo han permitido trazar una imagen precisa de la estrecha relación existente entre los asentamientos y sus respectivos cementerios.

Lo que ahora parece obvio permaneció, sin embargo, fuera del radar de la investigación durante bastante tiempo. Recordemos que hasta hace poco se conocían de este periodo sólo un puñado de cementerios, y que el monocorde debate académico giraba en torno a ajuares, armamento y migracionismo, o acerca de la influencia de la cristianización sobre los aspectos materiales e ideológicos de la existencia de esa legión de difuntos. Los avances en nuestra disciplina han permitido constatar cómo los asentamientos de este periodo son bastante estables, en su mayoría de carácter comunitario (plurifamiliares), y dan lugar a cementerios de muchas decenas o centenares de tumbas, lo que acaba con la extravagante idea de la inestabilidad de los pastores visigodos nómadas en pos de sus rebaños. Se comprueba cómo ciertos cementerios se mantienen en activo durante siglos (Gózquez, Pelícano), mientras que otros mutan su ubicación preferentemente a la vez que se producen cambios sociales o ideológicos significativos. En Berrocales, por ejemplo, la necrópolis comunitaria del siglo V dC cambia de lugar en el último tercio o cuarto de esa centuria; el cementerio de época visigoda se forma a unos 350 m al Norte, y dura en ese sitio casi tres siglos, generando unas 820 sepulturas. Pasado el ecuador del siglo VIII, una nueva necrópolis de rito musulmán se origina al Sur, solapándose parcialmente a la primera de las necrópolis conocidas. La de El Pelícano, en cambio, permanece estable desde inicios del siglo V hasta el final de la ocupación de la aldea, en la segunda mitad del siglo VIII dC (Vigil-Escalera 2013). (Figura 5)

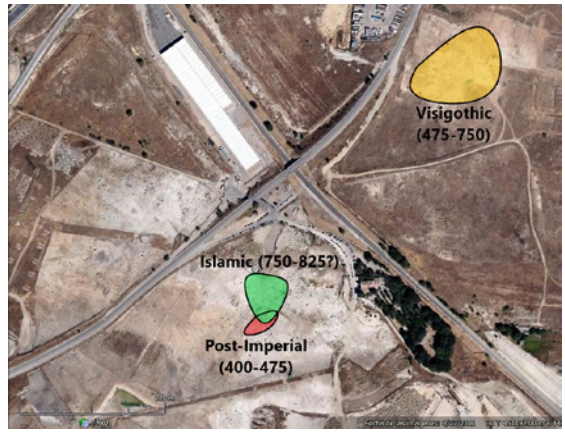


Figura 5 – Áreas funerarias asociadas al asentamiento rural de Berrocales-Ahijones (Vicálvaro, Madrid).

4. INHUMACIONES DE RITO ISLÁMICO

Los primeros testimonios de inhumaciones de rito islámico en la región (La Huelga, El Soto, Las Charcas, Pista de Motos) revelan un ritual complejo y variado, con dos formatos de tumbas diferentes (Vigil-Escalera 2015: 263-6; Rodríguez & Domingo 2006). Son los denominados *lahd* y *saqq*, que según la tradición, caracterizaban el ritual específico de los residentes en Medina

y La Meca en tiempos del Profeta (Ragib 1992). Es evidente que durante el primer siglo y medio del Islam, no todos los aspectos del ritual funerario estaban sometidos aún a los estrictos cánones posteriores. Es más, se constata que los primeros inhumados de acuerdo a los preceptos religiosos del Islam no tienen reparo en hacerlo al lado de sus antepasados o de vecinos que no profesan su misma fe. Esto se advierte con claridad en El Soto, y es algo sobre lo que ya se había llamado la atención al respecto de la necrópolis de Segobriga y de otras *maqabir* tempranas (Manzano 2006: 269-72). Los testimonios arqueológicos sugieren pues que estos primeros cementerios islámicos del distrito rural de Toledo fueron protagonizados por individuos locales recién convertidos a la religión de los conquistadores. (Figura 6)

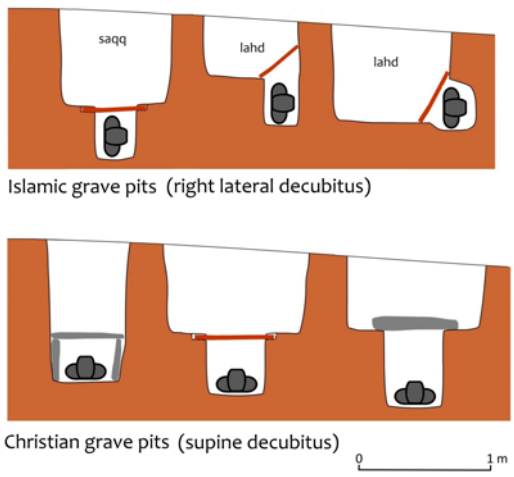


Figura 6 – Tipos de sepulturas de rito islámico (arriba) y de rito cristiano (abajo).

No resulta necesaria una emigración masiva de bereberes u orientales (ni siquiera un aporte demográfico significativo) para explicar el registro material que encontramos durante el primer siglo y medio tras la conquista. Bastaría posiblemente con un liderazgo militar, político y religioso adecuado y capaz de llegar a la mayor parte del territorio para impulsar estos cambios, colmando allí donde fuera factible el vacío ocasionado por la retirada o el paso a un segundo plano de las jerarquías de época visigoda. No deja de resultar sorprendente, por otra parte, el hallazgo en el remoto centro de la Península Ibérica de réplicas tan precisas de tradiciones funerarias cuyo modelo se encuentra en la Arabia de la séptima centuria. El proceso de conversión y el recibimiento de los convertidos al Islam debió estar guiado tal vez por personajes con una capacidad y una formación destacable, aunque con una evidente disparidad de tradiciones normativas.

5. AJUAR DOMÉSTICO

En lo que concierne a la cultura material, y más concretamente al ajuar doméstico, la cerámica es una destacada protagonista de esta etapa, y de su evolución se pueden derivar sugerentes inferencias de índole histórica. Como se señalaba al inicio, fue necesario conocer bien la vajilla común de época visigoda para llegar a definir los rasgos de las producciones emirales. El trabajo de Alba y Gutiérrez Lloret (2008) ha marcado un antes y un después en el desarrollo de los estudios sobre este asunto.

Los resultados de los análisis desarrollados sobre las producciones cerámicas de los sitios rurales del área toledana señalan que al cabo de poco tiempo tras la conquista (algo más de una generación), las familias campesinas comienzan a utilizar cacharros nuevos, en su mayoría con factura a torno, producidos previsiblemente en alfares suburbanos con procedimientos bastante estandarizados: ollas y cazuelas pequeñas y ligeras de paredes delgadas, jarros, jarras y cuencos. Los repertorios de vajilla de sitios como El Soto/Encadenado hacen posible visualizar el cambio de tendencia entre las producciones tradicionales (mayoritariamente a mano y torneta) y la nueva vajilla elaborada a torno rápido, mucho más estandarizada en sus formas. La hay de pastas decantadas para las piezas del servicio de mesa (cuencos, tazas, jarras y jarros) y de barros selectos para las ollitas o cazuelas, muy ligeras y resistentes, de paredes bastante delgadas. La mercancía parece haberse distribuido razonablemente bien, aunque no es posible conocer si alcanza por igual a todos los rincones de la región (por ejemplo, a las comarcas del piedemonte y la sierra). (Figura 7)

Durante una etapa (alrededor de medio siglo, tal vez algo más) conviven dos tipos de productos muy distintos: la vajilla nueva con la tradicional. Es posible que los contrastes de unos yacimientos a otros puedan deberse incluso a gustos o decisiones condicionadas cultural e ideológicamente. Resulta por el momento difícil de determinar si este cambio en la vajilla utilizada llevó aparejadas nuevas formas de consumo o dieta. En todo caso puede sospecharse que no hubo un cambio drástico. Entre el último tercio del VIII y el primero del IX se aprecia un retroceso significativo en las pautas tecnológicas de las producciones cerámicas tradicionales (tardovisigodas). Tendencias similares parecen aflorar en las producciones de otras zonas del interior

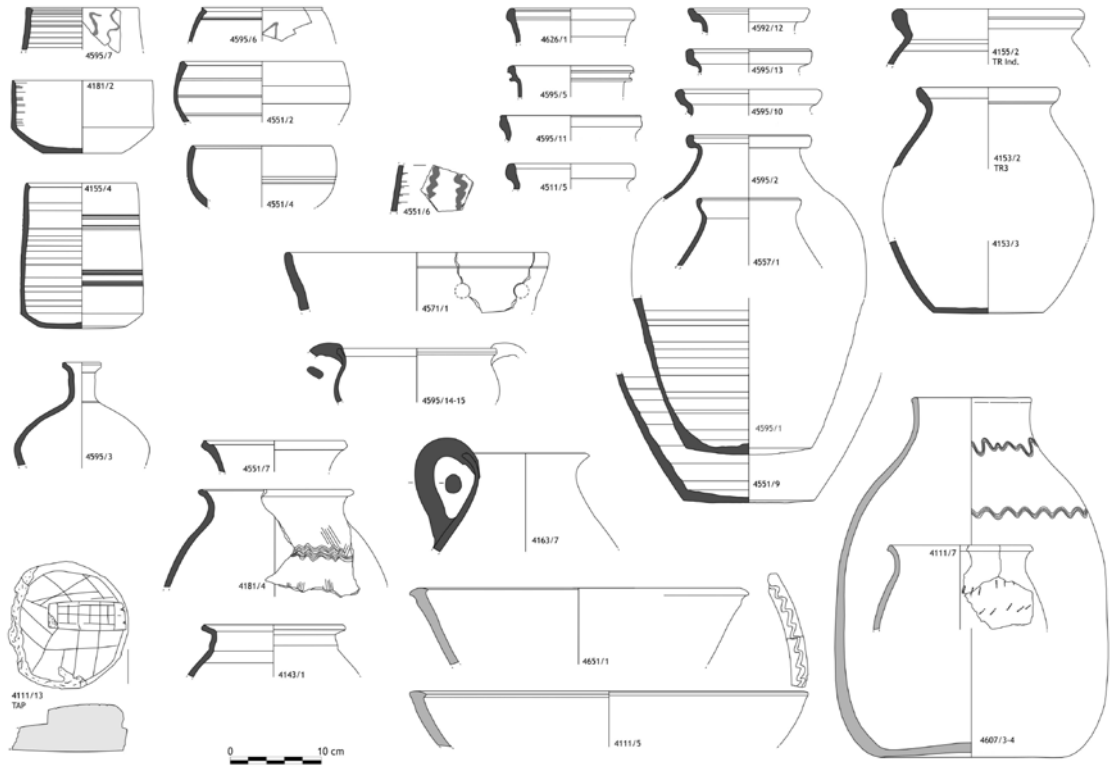


Figura 7 – Vajilla ceramica de época emiral temprana de El Soto (Barajas, Madrid).

peninsular durante este mismo periodo (vasos a torno lento con superficies que presentan huellas incisas muy ligeras de peine, o cepillados irregulares, son muy característicos[1]).

La introducción de las primeras piezas de vajilla nueva se produce primero de forma tímida en algunos sitios rurales, pero de manera aparentemente arrolladora en el arrabal toledano de Vega Baja o Guarrazar (Guadamur), donde esos nuevos tipos son mayoritarios desde bastante pronto (Serrano & alii 2016). No debe dejarse de señalar la vinculación aparente de ambas clases de cerámica, tradicional y nueva, a dos ámbitos socioculturales distintos, el campo y la ciudad, tal vez con pautas y procedimientos productivos diferenciados. Las producciones utilitarias no torneadas, mayoritarias en el medio rural y no asociadas a alfares estables sino a focos de producción intermitente en el propio marco aldeano; y las producciones a torno rápido y pastas decantadas, de formas y tipos mucho más estandarizados, procedentes de alfares urbanos o periurbanos, en activo probablemente durante la mayor parte del año.

[1] Véanse por ejemplo las vajillas exhumadas en San Pedro Manrique (Soria) (Crespo & Alfaro 2018).

6. PATRÓN RESIDENCIAL

Los cambios en el patrón residencial de las comunidades rurales constituyen un rasgo peculiar y particularmente relevante de este periodo. Conviene no olvidar que tales patrones condicionan las formas de vida y de trabajo de los campesinos, sus costumbres y comportamientos. Refiriéndose al proceso conocido como *incastellamento*, señalaba Toubert (1973) que no se conocían fundaciones castrales surgidas espontáneamente por voluntad de campesinos, ni concentración voluntaria de los hábitats, y que de esos procesos resultó un incremento de los beneficios de los poderosos, que pudieron afirmar mejor sus prerrogativas políticas y judiciales y su dominio psicológico sobre el campesinado.

Se comentó antes lo estables que habían sido los asentamientos durante los siglos VI y VII y debe recalcarse ahora cómo entre mediados del VIII y la primera mitad del IX, todas esas granjas y aldeas detectadas arqueológicamente en el distrito rural de Toledo se despueblan. El abandono de los enclaves rurales de época visigoda no se produce sin embargo de forma sincrónica, a juzgar por las diferencias reconocibles en

los contextos de último uso de los sitios hasta ahora conocidos. En algunos, como Gózquez, la ocupación finaliza probablemente durante la primera mitad del siglo VIII, en otros es posible reconocer actividad hasta la primera mitad del siglo IX. En cualquier caso, ningún asentamiento rural sobrepasa el umbral situado a mediados del IX.

Sobre las causas últimas de ese proceso solo es posible especular, con más o menos coherencia histórica. No se puede descartar que algunas familias o grupos decidieran buscar fortuna o refugio mudándose al Norte peninsular, siguiendo a sus patronos, civiles o religiosos, aunque parece improbable que ese haya sido un factor determinante. En lo que respecta al dónde, al cómo y al cuándo, la arqueología ofrece algunos indicios que merece la pena mencionar. Esas pistas apuntan a una emigración a escala local, la mudanza de muchas de esas familias con sus enseres y propiedades a los arrabales urbanos o a otro tipo de emplazamientos (nuevos o no) de los que hablaremos a continuación. Tal vez el escaso radio de esos desplazamientos permitiera a algunos de sus protagonistas seguir explotando el antiguo parcelario cultivable, en todo o en parte. Este movimiento de corto alcance sería deducible tal vez a partir de la observación de que lo que se perdió de población en unos sitios pudo ganarse en otros hacia las mismas fechas.

En lo que atañe a las posibles razones de la emigración podrían confluir distintos factores. La inestabilidad o falta de seguridad en la zona ha sido un factor contemplado en casos semejantes, del pasado y el presente. Se desencadenaría algo así como una militarización del patrón residencial. Algo similar había ocurrido, de hecho, durante la primera mitad del siglo V dC en muchos territorios peninsulares, cuando se ocupan y fortifican lugares en alto. Es posible además que desde las nuevas instituciones políticas se promoviera decididamente esa concentración de la población, la fundación de nuevas ciudades y la fortificación de pequeños enclaves a lo largo del territorio. La efectividad del nuevo sistema fiscal impulsado por el gobierno andalusí se beneficiaría sin duda de esta concentración demográfica. A ojos de un gobierno formado por una élite muy minoritaria y sostenido por reducidos destacamentos militares, desde esos nuevos centros se habría controlado de forma mucho más efectiva a la población, que sería censable con mayor diligencia. Esta región se convierte además en fronteriza tras los eventos de mediados del siglo VIII (la retirada de las guarniciones bereberes del Norte peninsular tras su levantamiento en los años cuarenta). A la amenaza procedente de los no suficientemente lejanos enemigos del Norte se sumaría la exaltación de la yihad contra los infieles politeístas.

El resultado sería a fin de cuentas un paisaje nuevo en el que surgen núcleos medianos como Madrid, Talamanca, Alcalá la Vieja o Calatalifa, de carácter urbano (ya no en el sentido clásico, sino en el medieval) y una red de pequeñas fortalezas, en muchos casos coincidentes con los asentamientos fortificados en alto o 'castillos de primera generación': Rivas, Cervera, La Marañosa, Paracuellos… La suerte posterior de estos nuevos asentamientos será desigual: Madrid triunfa a la postre sobre el resto; Talamanca se sostiene pese a algún asalto puntual; Calatalifa se despoblará antes del siglo XIV, y Alcalá la Vieja acabará dejando su sitio al emplazamiento situado en la vega del Henares, al lado de la antigua ciudad romana. (Figura 8)



Figura 8 – Vega del río Jarama en el distrito madrileño de Barajas: localización de las tres necrópolis de rito islámico (ss. VIII-IX dC) y de la fortaleza de Paracuellos.

El nuevo patrón de asentamiento concentrado que se consolida a partir de mediados del siglo IX impulsa probablemente el desarrollo de la actividad comercial y de los mercados y trastoca las anteriores formas de vida del campesinado, aunque la precariedad de los hallazgos de moneda de esta época en la región obliga a ser cautelosos al establecer conclusiones. Alienados de su terruño, los cultivadores se ven obligados en estas nuevas circunstancias a recorrer distancias significativas desde la vivienda hasta sus lugares de trabajo. El nuevo sistema fiscal forzará además a convertir una parte del excedente productivo en moneda para satisfacer las obligaciones con el Estado, provocando con ello una transformación en el tipo de productos cultivados o variando las proporciones vigentes hasta entonces. Es probable que se desarrollaran nuevos espacios de huerta en el entorno de los centros de población que se han señalado. (Figura 9)

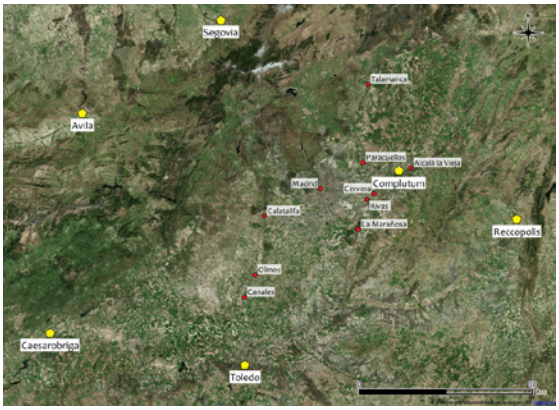


Figura 9 – El territorio a finales del siglo IX dC: antiguas ciudades y nuevas fortalezas.

Sin embargo, en este punto llegamos al tapón representado por la arqueología urbana, que en treinta años se ha revelado incapaz de abordar adecuadamente (y mucho menos resolver) las diversas cuestiones vinculadas al desarrollo de este nuevo urbanismo medieval. A pesar de los centenares de excavaciones e intervenciones arqueológicas realizadas, no se conoce casi nada de relevancia histórica sobre el primitivo núcleo de Madrid (y muy poco sobre Talamanca, Alcalá la Vieja o Calatalifa), y las expectativas de cara al futuro tampoco son halagüeñas.

7. IGLESIAS RURALES

En lo que concierne a las iglesias de este periodo y al conocimiento adquirido sobre ellas en tiempos recientes se pueden comentar algunos aspectos. Los datos revelan que las iglesias o los establecimientos monásticos rurales de esta zona fueron probablemente un elemento vertebrador relevante del paisaje entre los siglos VII y IX dC. El entorno de Toledo estuvo salpicado de construcciones, unas más monumentales que otras, aunque con la distancia esa irradiación se difumina[2]. Los Hitos (Arisgotas), Guarrazar (Guadamur), Valcamino (El Berrueco), San Babilés (Boadilla del Monte), El Rebollar[3] (El Boalo) o los hallazgos de elementos arquitectónicos de arquitecturas de prestigio en otros sitios (Móstoles, Griñón, Valdeolmos, Villaviciosa de Odón) revelan un panorama que apenas se podía sospechar hace poco (Barroso & alii 2015; Rodríguez Morales & alii 2015; Rojas & alii 2017; Oñate & alii 2018; Vigil-Escalera 2019). Es incuestionable que bastantes iglesias funcionaban en el distrito rural toledano desde antes de la conquista islámica y es descartable que otras surgieran tras el año 711. En las nuevas circunstancias de al-Andalus, la religión se convirtió en un elemento aglutinador de identidades y afinidades político-culturales mucho más importante de lo que había sido hasta entonces. No entraremos aquí, sin embargo, en los sugestivos debates suscitados al respecto de la problemática atribución cronológica de muchas de las más afamadas iglesias (Caballero & Utrero 2013; Caballero & Moreno 2016). (Figura 10)

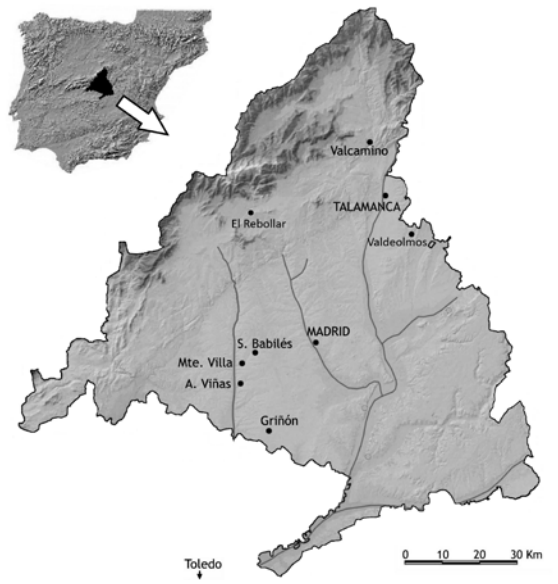


Figura 10 – Mapa de localización de las iglesias rurales conocidas al Norte del distrito toledano (ss. VII-IX dC).

Sabemos que antes de la llegada de los conquistadores musulmanes funcionaba una iglesia en Madrid, en el emplazamiento del que luego sería el de la primera parroquia de la capital, N.S. de la Almudena. Tuvo un presbítero llamado Bocatus que se hizo enterrar allí hacia el año 700. Si esa iglesia se transformó o no en mezquita más tarde es algo que desconocemos. Cuando Alfonso VI conquistó la ciudad en 1083, poco antes de tomar Toledo, restituyó la iglesia madrileña con esa advocación a la comunidad cristiana. La existencia de un rastro inteligible de memoria entre la gente de Madrid de mediados del siglo IX y la de finales

[2] Los establecimientos próximos a la antigua capital ostentan la mayor entidad y riqueza, mientras que los alejados parecen más modestos.

[3] Se trata del más reciente de los descubrimientos de nuevas iglesias de esta época en la región. Madrileña. Agradezco a Javier Salido y a Charo Gómez Osuna, directores del proyecto, haberme invitado a conocer el sitio.

del XI sería algo razonable, a mi juicio. Algo parecido ocurre en Boadilla, donde una nueva iglesia de San Babilés (en ladrillo, de estilo románico mudéjar) se construye en el mismo emplazamiento que había tenido el templo de piedra de la segunda mitad (*circa*) del siglo VII dC (Oñate & alii 2018).

Al margen de las iglesias de las pequeñas ciudades como Madrid o Talamanca, vestigios de varios templos rurales han sido localizados en este territorio, y lo sorprendente es que no parecen asociarse a asentamientos importantes, sino que ocupan posiciones que podrían haber sido centrales solamente para las aldeas de su entorno, a entre 3 y 10 km de distancia. Sus promotores tal vez hayan jugado un papel importante en la vida social de comunidades que englobaban a varias aldeas vecinas con intereses compartidos en sus respectivos territorios o espacios de aprovechamiento colectivo. Algunas iglesias (como la de Monte de la Villa) fueron demolidas a lo largo de la primera mitad del siglo IX (parte de sus restos constructivos aparecieron en fosas fechadas en ese momento), aunque parece posible que los vecinos continuaran reuniéndose en algunos de esos lugares para festejar, comerciar y resolver pleitos hasta muchos siglos más tarde (Vigil-Escalera 2019).

8. EPÍLOGO

Desde el gran evento de concentración demográfica consumado en el siglo IX, los campos del distrito rural toledano al Norte del Tajo no vuelven a ser colonizados con asentamientos dispersos (caseríos, granjas, aldeas) hasta los siglos XII o XIII, tras la definitiva retirada de la frontera al Sur del Tajo. Tal vez sea interesante cuestionarse hasta qué punto el proceso observado en esta región se repite en otros territorios con pautas similares o variantes, y si el aludido 'efecto frontera' podría ser considerado el principal desencadenante de estos comportamientos o si otros factores podrían explicarlos mejor.

Tirar del hilo de la cerámica nos ha llevado bastante más lejos de lo que hubiésemos podido prever, como espero haber justificado en las páginas anteriores y aunque haya sido de manera extremadamente sucinta. Se han dado pasos importantes en la reconstrucción de la historia de un territorio durante una época hasta hace poco muy mal conocida. El procedimiento seguido es el de una curva ascendente, sin atajos, comenzando por el análisis de la cerámica para llegar al de los asentamientos y los cementerios y sus respectivas secuencias. Se trata a mi juicio de un conocimiento sólido y bien fundamentado, en el que todavía cabe la discusión sobre innumerables aspectos, pero en las antípodas de ese otro relato histórico construido desde arriba y no pocas veces trufado de presunciones ideológicas, que tiende a amoldar la materialidad de la evidencia arqueológica a unos intereses historiográficos concretos o que relega el análisis de los datos a la subalternidad o a la irrelevancia.

BIBLIOGRAFÍA

ALBA CALZADO, Miguel; GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (2008) – Las producciones de transición al mundo islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX). In Bernal Casasola, Darío; Ribera Lacomba, Albert, eds. *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 585-613.

ÁLVAREZ DELGADO, Yasmina (1989) – Cerámicas del siglo IX de Arcávica (Cuenca). *Boletín de Arqueología Medieval* 3, pp. 109-122.

BARROSO, Rafael; CARROBLES, Jesús; MORÍN, Jorge; Sánchez Ramos, Isabel M. (2015) – *Los Hitos, Arisgotas (Orgaz, Toledo). De palacio a panteón visigodo*. Orgaz: Ayuntamiento de Orgaz (2ª ed corregida 2018).

CABALLERO ZOREDA, Luis (1989) – Cerámicas de época visigoda y postvisigoda de las provincias de Cáceres, Madrid y Segovia. *Boletín de Arqueología Medieval* 3, pp. 75-108.

CABALLERO ZOREDA, Luis; UTRERO AGUDO, Mª Ángeles (2013) – El ciclo constructivo de la alta Edad Media hispánica. Siglos VI-II-X. *Archeologia dell'Architettura* 18, pp. 127-146.

CABALLERO ZOREDA, Luis; MORENO MARTÍN, Francisco J. (2016) – Sobre la dimensión epistemológica e histórica de una propuesta historiográfica. El modelo explicativo mozarabista. In Käflein, Ines; Staebel, Jochen; Untermann, Matthias (eds.) – *Im Schnittpunkt der Kulturen. Architektur und ihre Austattung auf der Iberischen Halbinsel im 6.-10./11. Jahrhundert (Cruce de culturas. Arquitectura y su decoración en la Península Ibérica del siglo VI al X/XI).* Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, pp. 299-330.

C.E.V.P.P. (1991) – Cerámicas de época visigoda en la Península Ibérica. Precedentes y perduraciones. In da Silva, Luis Alves; Mateus, Rui (coords.), *IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental (Lisboa, 16-22 novembro 1987)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 49-67.

CRESPO DÍEZ, Manuel; ALFARO PEÑA, Eduardo (2018) – La cerámica altomedieval del Alto de los Casares (San Pedro Manrique, Soria). In Martín Viso, Iñaki; Fuentes, Patricia; Sastre, José C.; Catalán, Raúl (coords.), *Cerámicas altomedievales en Hispania y su entorno (s. V-VIII d.C.)*. Valladolid: Glyphos, pp. 351-378.

ESCALONA MONGE, Julio (2009) – The early Castilian peasantry: an archaeological turn? *Journal of Medieval Iberian Studies*, 1:2, pp. 119-145.

HERRERA VIÑAS, Teresa; NUÑO MORENO, Antonio; CUESTA SALCEDA, Marta; *et alii* (2017) – La necrópolis del yacimiento 'Ermita Virgen de la Torre' durante la antigüedad tardía. *Zona arqueológica* 20:2, pp. 247-253.

JUAN TOVAR, Luis C.; BLANCO GARCÍA, Juan F. (1997) – Cerámica común tardorromana, imitación de sigillata, en la provincia de Segovia. Aproximación al estudio de las producciones cerámicas del siglo V en la Meseta Norte y su transición al mundo hispano-visigodo. *Archivo Español de Arqueología* 70, pp. 171-220.

LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia (1989) – Materiales cerámicos de La Cabeza: Navasangil (Ávila). *Boletín de Arqueología Medieval* 3, pp. 53-74.

MANZANO MORENO, Eduardo (2006) – *Conquistadores, emires y califas. Los Omeyas y la formación de al-Andalus*. Madrid: Crítica.

OÑATE BAZTÁN, Pilar; RODRÍGUEZ MORALES, Jesús; SANGUINO VÁZQUEZ, Juan (2018) – *San Babilés. Espacio funerario religioso. Arqueología de una tradición*. Boadilla del Monte: Ayuntamiento de Boadilla.

PORTASS, Robert (2022) – The archaeology of peasant protagonism: new directions in the early medieval countryside. *Rural History* (2022), doi: 10.1017/S0956793322000127

QUIRÓS CASTILLO, Juan A. (2018) – The future of medieval archaeology in Spain. Reflections and proposals. In Quirós Castillo, Juan A. (ed.), *Treinta años de arqueología medieval en España*. Oxford: Archaeopress archaeology, pp. 1-20.

RAGIB, Yusuf (1992) – Structure de la tombe d'après le droit musulman. *Arabica* 39: 3, pp. 393-403.

RODRÍGUEZ CIFUENTES, Miguel; DOMINGO PUERTAS, Luis A. (2006) – Las Charcas, un asentamiento rural visigodo en la vega del Jarama. *Zona Arqueológica* 8:2, pp. 432-445.

RODRÍGUEZ MORALES, Jesús; VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso; VILLA DEL CASTILLO, Alejandro (2015) – La posible iglesia rural altomedieval de La Solana I (Móstoles, Madrid). El carácter central de su emplazamiento y sus posibles vínculos con el poblamiento aldeano. *Lucentum* 34, pp. 343-361 doi: 10.14198/LVCENTVM2015.34.17

ROJAS RODRÍGUEZ-MALO J. Manuel; EGER, Chistoph; CATALÁN RAMOS, Raúl; GARCÍA VACAS, Luis (2017) – Wo einst goldene Kronen und Kreuze verborgen wurden – Neue Ausgrabungen in Guarrazar. Vorbericht zu den Kampagnen 2013 und 2014. In Panzram, Sabine (ed.), *Oppidum-Civitas-Urbs. Städteforschung auf der Iberischen Halbinsel zwischen Rom und al-Andalus*. Berlin: Lit verlag, pp. 563-595.

RETUERCE VELASCO, Manuel (1998) – *La cerámica andalusí de la Meseta, 2 Vols*. Madrid: CRAN.

SERRANO HERRERO, Elena; TORRA PÉREZ, Mar; CATALÁN RAMOS, Raúl; VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2016) – La cerámica de los siglos VIII-IX en Madrid, Toledo y Guadalajara. In Vigil-Escalera Guirado, Alfonso; Quirós Castillo, Juan A. (eds.), *La cerámica de la Alta Edad Media en el cuadrante Noroeste de la península Ibérica (siglos V-X)*. [Documentos de Arqueología Medieval 9]. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 279-313.

TOUBERT, Pierre (1973) – *Les structures du Latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IXe siècle à la fin du XIIe siècle. 2 vols*. [Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, 221]. Roma : École française de Rome.

VEGA MIGUEL, Jorge; MENDUIÑA GARCÍA, Roberto; HERRERA VIÑAS, Teresa *et alii* (2014) – La necrópolis hispanovisigoda de Estevillas-Virgen de la Torre (Madrid). In *Actas de las octavas Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid (16-18 noviembre 2011)*. Madrid: BOCAM, pp. 525-530.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (1999) – Evolución de los morfotipos de cerámica común de un asentamiento rural visigodo de la Meseta (Gózquez de Arriba, San Martín de la Vega, Madrid). *Arqueohispania* 0, [on-line] available at https://www.exofficinahispana.org/Articulos%20y%20Comunicaciones/BO0093.doc.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2000) – Cabañas de época visigoda: evidencias arqueológicas del Sur de Madrid. Tipología, elementos de datación y discusión. *Archivo Español de Arqueología* 73, pp. 245-274.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2013) – Prácticas y ritos funerarios. In Quirós Castillo, Juan A. (ed.), *El poblamiento rural de época visigoda en Hispania. Arqueología del campesinado en el interior peninsular*. [Documentos de Arqueología Medieval 6]. Bilbao: UPV/EHU, pp. 259-288.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso; Strato (2013) – El registro arqueológico del campesinado del interior peninsular en época altomedieval. In Quirós Castillo, Juan A. (ed.), *El poblamiento rural de época visigoda en Hispania. Arqueología del campesinado en el interior peninsular*. [Documentos de Arqueología Medieval 6]. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 65-259.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2015) – La identidad de la comunidad local y las afiliaciones individuales en necrópolis de la Alta Edad Media (400-900 AD). In Quirós Castillo, Juan A.; Castellanos, Santiago (eds.), *Identidad y etnicidad en Hispania. Propuestas teóricas y cultura material en los siglos V-VIII*. [Documentos de Arqueología Medieval 8]. Bilbao: UPV/EHU, pp. 249-274.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2019) – Meeting places, markets, and churches in the countryside between Madrid and Toledo, central Spain (c. AD 500-900). In Escalona, Julio; Vésteinsson, Orri; Brookes, Stuart (eds.), *Polity and neighborhood in Early Medieval Europe*. [The Medieval Countryside 21]. Turnhout: Brepols, pp. 173-202.

POBLAMIENTO EMIRAL EN EL GARB AL-ANDALUS

Susana Gómez Martínez

Universidade de Évora – CEAACP – Campo Arqueológico de Mértola / sgm@uevora.pt

Resumo
Embora exista ainda pouca informação sobre o povoamento do período emiral no Gharb al-Andalus, tem vindo a ser assinaladas algumas pautas gerais de evolução que vão sendo matizadas e complementadas a partir da informação que vai fornecendo a arqueologia de salvamento relacionada com os grandes empreendimentos públicos. Para além das continuidades e transformações que experimentaram um número considerável de *villae* romanas, existem alguns dados relativos ao povoamento rural fortificado, alguns conjuntos de pequenos assentamentos rurais, com especial destaque para a *kūra* de Beja, um certo povoamento em gruta detetado na *Serra da Arrábida* e algumas estruturas de marcado carater religioso que poderão corresponder ora a pequenas mesquitas rurais, ora a estruturas ligadas à prática do *ribāṭ*.
Palavras-chave: Gharb al-Andalus, Povoamento, Época emiral, Cidades, Fortificações, Alcarias.

Resumen
Aunque todavía existe poca información sobre el poblamiento del período emiral en el Garb al-Andalus, se han señalado algunas pautas generales de evolución que están siendo matizadas y complementadas a partir de los datos de la arqueología preventiva relacionada con los grandes emprendimientos públicos. Además de las continuidades y transformaciones que experimentaron un número considerable de *villae* romanas, existen algunos dados relativos al poblamiento rural fortificado, algunos conjuntos de pequeños asentamientos rurales, con especial destaque para la *kūra* de Beja, un cierto poblamiento en gruta detectado en la *Serra da Arrábida* y algunas estructuras de marcado carácter religioso que podrán corresponder o bien a pequeñas mezquitas rurales, o bien a estructuras relacionadas con la práctica del *ribāṭ*.
Palabras-clave: Garb al-Andalus, Poblamiento, Época emiral, Ciudades, Fortificaciones, Alquerías.

Abstract
Although little information exists about the settling of people from the Emirate period in the Gharb al- Andalus, some guidelines connected with its general development have come to light, nuances and additional information coming from information given by rescue archaeology carried out on large scale public works. Apart from aspects of continuity and transformation experienced by a considerable number of Roman villas, there is some data relating to fortified rural settlements; groups of small rural dwellings, highlighting here the Kura in Beja; a certain cave population found in the Serra da Arrábida and some structures of a marked religious nature that could correspond either to small rural mosques or structures connected with fortification, *ribāṭ*.
Keywords: Gharb al-Andalus, Settlements,The Emirate period, Cities, Fortifications, Alcarias –small rural communities.

1. MODELOS DE POBLAMIENTO EN EL GARB AL-ANDALUS ÉPOCA EMIRAL

Durante el último medio siglo, la investigación sobre el Garb al-Andalus[1] ha pasado de disponer apenas de algunos datos sueltos, a tener que gestionar una masa ingente de información inédita y sin procesar, procedente de la arqueología preventiva, especialmente en zonas rurales en acelerada transformación de sus prácticas agrícolas. Esto conduce a una situación paradójica de tener pocas pruebas (publicadas) para argumentar modelos de poblamiento concretos, pero muchos indicios de la existencia de un poblamiento complejo, muy condicionado por las circunstancias específicas de cada región (e incluso de cada lugar) relacionadas con sus antecedentes de la Antigüedad Tardía, con las características geográficas de la zona, con la disponibilidad y prácticas al uso en la explotación de los recursos y con aspectos geo-estratégicos más coyunturales.

Arriesgándonos a diseñar un modelo demasiado general, teórico, simplista y poco detallado, pero más o menos aceptado por muchos investigadores, comenzaríamos por identificar la existencia de un poblamiento urbano, heredero del mundo antiguo y tardoantiguo, en el que las transformaciones no son bruscas. Conjuga fuertes pervivencias con cambios estructurales, sobre todo en lo que se refiere a la topografía de la ciudad y sus centros neurálgicos, mediante la construcción de alcazabas, mezquitas y *maqbaras*.

El poblamiento rural, igualmente heredero del mundo tardoromano, que estaba respondiendo a las transformaciones socioeconómicas del fin de un sistema basado en la esclavitud, también se mantiene, aunque tiene que adaptarse nuevamente a los cambios paulatinos derivados de la nueva estructura socioeconómica islámica. Algunas de las antiguas *villae*, que ya habían perdido el fulgor de la fase de monumentalización de los siglos III-IV y se habían transformado en poblados campesinos, estructuras de apoyo a las actividades agrícolas o en monasterios familiares, continuaron siendo ocupadas. En bastantes casos, mantienen su carácter religioso y monástico hasta el final del período omeya.

Los poblados campesinos en áreas marginales de montaña, de marjal o en grutas con contornos eremíticos también se mantuvieron. Podríamos agrupar en esta "etiqueta" de espacios marginales algunas pequeñas granjas y quintas aisladas, implantadas en terrenos agrícolas muy pobres.

El abandono de las elites tardoantiguas de las ciudades y de las *villae*, las habrá llevado en ocasiones a asentamientos de altura y fortificaciones rurales. Este parece ser un fenómeno que se desarrollará de forma considerable en época emiral con la construcción de castillos y torres (*ḥuṣūn y burūj*). También el estado omeya va a implantar asentamientos fortificados de mayores dimensiones, especialmente las *qilā´* para el asentamiento de grandes contingentes militares. Surge un nuevo tipo de poblamiento relacionado con la práctica del *ribāṭ* que puede no haber estado asociado, necesariamente, a estructuras organizadas en forma de rabitas.

Intentaremos a continuación ver como se adapta este modelo general al poblamiento del Garb al-Andalus, con especial atención al de los territorios meridionales.

2. LAS CIUDADES EMIRALES DEL GARB

Recientemente, nos cuestionábamos cómo determinar el criterio que define una ciudad en cuanto tal y el propio estatuto de *madīna* y cómo caracterizar el fenómeno urbano en el Garb en época emiral (Gómez, 2019: 411). Si definimos la ciudad como un asentamiento urbano capaz de organizar un territorio, de producir y distribuir bienes de consumo, de participar en el comercio de larga distancia, y de estructurar y mantener determinadas infraestructuras, sobre todo las murallas, y, teniendo en cuenta la fragilidad de la información, tanto textual como arqueológica, que poseemos sobre las ciudades emirales del Garb, es difícil afirmar el carácter urbano de las ciudades romanas que todavía existían en la Antigüedad Tardía. Es el caso de Conímbriga, que parece perder ese estatuto después de la transferencia de su obispado para la vecina Aeminium en un proceso difícil de detallar desde el punto de vista arqueológico.

Salvo en el caso de Mérida, que cuenta con amplia información arqueológica y con dataciones precisas (ver por ejemplo Alba, 2009 y Alba y Feijoo, 2003 y 2006), la presencia en las fuentes escritas y algunos indicios sobre las estructuras defensivas es lo que nos permite evaluar el carácter urbano de algunas ciudades. Así, es arriesgado extrapolar la evolución de Mérida a las otras ciudades del occidente de Al-Andalus (Figura 1).

[1] Utilizamos aquí un concepto de Garb poco preciso que abarca los territorios occidentales de al-Andalus, con límites que delimitamos de forma aproximada en una publicación anterior (Gómez Martínez, 2019:.409-410) aunque la mayor parte de los datos que manejamos se refieren al extremo sudoeste.

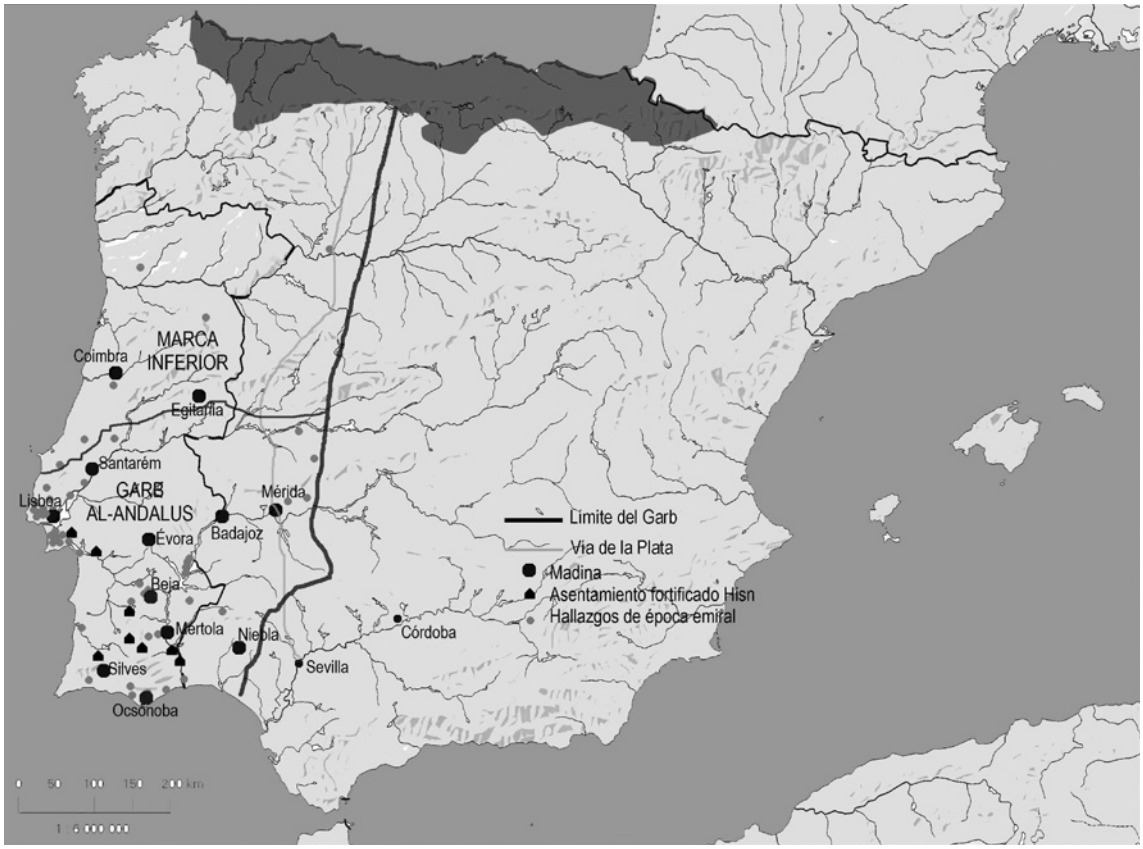


Figura 1 – Vestigios emirales del Garb.

Hasta el surgimiento de Badajoz en el siglo IX, las ciudades del Garb son poblaciones previamente existentes que evolucionan a partir de puntos de partida diferentes. Muchas de ellas, la mayoría, son ciudades romanas consolidadas, aunque con diferentes grados de dinamismo. Dentro de este grupo se encuentran la mayor parte de las mencionadas en los textos como cabezas de distrito: Faro, Niebla, Beja, Évora, Mérida, Lisboa, Santarém, Coímbra e Idanha-a-Velha (Picard, 2000: 137, 149). Algunas se abandonaron después de la ocupación musulmana, como por ejemplo Balsa, cercana a Tavira, que, aun así, mantuvo una ocupación "marginal" durante casi todo el período andalusí (Nolen, 1994), seguramente transformada en una simple alquería. Otras parecen haber sido abandonadas con anterioridad, como Mirobriga, que no dejó rastro en las fuentes o en el registro arqueológico de época islámica. No es igual el caso de la ciudad de Amaia, cerca de Marvão (topónimo que ha sido asociado a los *Banū Marwān*), en cuyas excavaciones no se encuentran vestigios de ocupación emiral a pesar de que el nombre sea referido en las fuentes escritas, si bien como "Amaia de las ruinas" (Sidarus, 1991; Correia, 2014: 182), indicando, posiblemente, un cambio en las formas de organización del poblamiento que la arqueología todavía no ha estudiado.

Pero la misma ausencia de datos arqueológicos se registra en ciudades que, sin ninguna duda, continuaron siendo centros urbanos de importancia. Veamos algunos ejemplos del sudoeste peninsular. Ocsonoba, que pasó a designarse *Shantamariyya al-Garb* a partir del siglo X (Picard, 2000:182-183), habrá perdido buena parte de su importancia de época preislámica a favor de Silves (Picard, 2000:190). Las excavaciones más recientes realizadas en la ciudad no han revelado vestigios emirales importantes y el estudio de las murallas continúa envuelto en muchas imprecisiones y dudas, especialmente en lo que se refiere a los lienzos atribuidos a una presencia bizantina todavía hoy incierta.

El elemento más notable del período emiral, es sin duda, la *Porta da Vila*. Se trata de una estructura en codo, envuelta en construcciones neoclásicas, de la cual sólo es visible un arco de herradura en piedra con dovelas que alternan tonos blancos y rojizos. Si la com-

paramos con el exponente máximo de la arquitectura andalusí, la mezquita de Córdoba, es evidente que la proporción y distribución de las dovelas se asemeja más a la puerta de San Esteban del siglo VIII, en la que las dovelas se distribuyen radialmente a partir del centro del arco, que a la puerta de San Ildefonso construida por al-Hakan II, en la que las dovelas se distribuyen a partir del centro de la línea de impostas (Figura 2). Este argumento nos hace pensar que se trata de una obra de época emiral, que podrá ser fruto de las obras de recuperación de las murallas a cargo de la familia de *Bakr b. Yaḥyā* referidas en las fuentes escritas (Picard, 2000: 49, 183).



Figura 2 – *Arco da Vila* de Faro a la izquierda y, a la derecha, Puertas de San Esteban (arriba) y de San Ildefonso (abajo) de la Mezquita de Córdoba.

Es mucho menos dudosa la persistencia del cristianismo en la ciudad. La vitalidad de la comunidad cristiana de Faro permitió que se mantuviese una jerarquía eclesiástica poderosa, atestiguada en la figura del obispo Juliano del que nos ha llegado su extraordinaria lápida funeraria fechada en el 987 d.C. (Dias, 1999). Procedente de un prestigioso taller cordobés, es notable que un ejemplar de esta calidad llegase a una comunidad cristiana del sudoeste de la que resta tan poca información.

En el caso de Mértola, otra ciudad importante en la Antigüedad Tardía, las fuentes árabes la denominan *ḥiṣn*, pero la imponencia de su herencia tardoantigua, especialmente las estructuras paleocristianas, y el dinamismo de su puerto le darían el estatuto de *madīna*. Las imponentes estructuras defensivas de la Antigüedad Tardía todavía estarían funcionalmente aptas. El lienzo Norte, que todavía en la actualidad delimita la ciudad y soporta el criptopórtico, es un claro testimonio de ello. Seguramente, la Torre del Rio se mantendría en pie, a pesar de las brutales crecidas del Guadiana, en mayor medida de lo que se conserva actualmente.

Las excavaciones de la *Alcáçova* han revelado que las imponentes estructuras del complejo religioso tardoantiguo se mantuvieron en uso hasta el siglo XI (Lopes, 2014: 199-201; Gómez, 2015: 100-101). Sin embargo, no se han encontrado niveles estratigráficos de época emiral. Los materiales recogidos en los niveles de abandono y destrucción de los edificios religiosos incluyen candiles de piquera y ataifores vidriados en melado con motivos en manganeso del siglo XI. No obstante, es difícil determinar qué tipo de uso tuvo durante el período islámico. La fase final estuvo marcada, sin duda, por la expoliación de los materiales constructivos de más valor, por ejemplo, los mármoles que fueron sistemáticamente arrancados y retallados dentro del propio edificio, como hemos podido constatar documentando una zona de densa concentración de esquirlas de mármol (Lopes, 2014: 199-201). Sin embargo, el pavimento de mosaico de algunas de las estancias del complejo religioso fue reparado en varias ocasiones, una de ellas con una sencilla capa de argamasa y, en otro caso, con lajas de esquisto irregulares, lo que indica el uso de estos espacios en un momento en el que no era posible aplicar las lujosas técnicas constructivas del siglo VI. Es muy probable que, en un momento difícil de determinar entre los siglos X y XI, el gran pórtico situado en el lado norte del complejo tuviese una ocupación marginal como vivienda, ya que se han encontrado marcas de hogueras que ardieron directamente sobre los mosaicos. Es mucho más difícil determinar en qué momento dejó de tener culto cristiano. El estudio por especialistas de los vestigios de pintura al fresco del Baptisterio II (Lopes, 2014: 250-287) podrá dar pistas de en qué época fue ejecutado el registro iconográfico de su bóveda.

Otro edificio de la Antigüedad Tardía de Mértola que tuvo una ocupación marginal durante los primeros siglos del período islámico es el Mausoleo de la *Rua Dr. Afonso Costa* (Lopes, 2014). Tras el colapso de las bóvedas de las criptas, el espacio fue utilizado de forma marginal, adaptando la construcción mediante muros de piedra trabada con barro y pavimentos de tierra batida sobre los derrumbes. Desconocemos que tipo de uso fue dado en época emiral al edificio funerario. No se registró ningún enterramiento asociado a esta fase y los artefactos recogidos son escasos y poco expresivos a este respecto, aunque cabe especular con dos posibilidades: un culto cristiano asociado a reliquias o mártires, o un uso marginal como espacio doméstico.

También en Mértola, la epigrafía es testigo de la

continuidad de la población cristiana en época emiral, plasmada en la lápida funeraria de *Adulteos*, clérigo fallecido en el 729 (Dias y Gaspar, 2006: 135). Esta inscripción corrobora la continuidad de la iglesia y de las tradiciones funerarias de la Antigüedad Tardía, que se documentan de forma prolija durante el siglo VI (Torres, 1993). Pero la decadencia económica de la ciudad se habría producido ya a lo largo del siglo VII, si nos atenemos a los datos epigráficos (Gómez, 2006: 104-113): el número de lápidas datadas en el siglo VII es muy reducido y la epigrafía de los inicios del siglo VIII dista mucho de la calidad de materiales y ejecución de las piezas de la primera mitad del siglo VI. En el ámbito de la epigrafía árabe, por su lado, llama la atención que la lápida funeraria en árabe más antigua conservada en territorio portugués sea la del Museo de Mértola fechada en 957 (Borges, 2001: 102 y 181-182) y que mucho tenga que envidiar en calidad a la ya mencionada del obispo Juliano.

Estos elementos claros de continuidad conviven con otros signos bien visibles de cambio. Un ejemplo de transformación progresiva en la topografía urbana de Mértola se habrá producido en la necrópolis asociada a la basílica funeraria del *Rossio do Carmo,* sobre una parte de la cual se instaló la *maqbara* musulmana. La orientación y las características constructivas de algunas sepulturas han llevado a argumentar un período de transición en el que algunos enterramientos mantuvieron aspectos aislados de las costumbres paleocristianas mezclados con elementos ya adaptados plenamente al rito musulmán (Macias, 1993: 54-55; Candón, 2001: 92).

En el espacio intramuros, el primer gran cambio estructural se produce en el castillo. Desconocemos a qué periodo remonta la ocupación de la acrópolis de la ciudad, aunque algunos indicios apuntan hacia la Edad del Hierro (Palma y Gómez, 2013). La primera referencia en las fuentes escritas se fecha en el siglo IX cuando *`Abd al-Mālik Abī l-Jawwād*, seguidor de *`Abd al-Raḥmān Ibn Marwān al-Jillīqī*, tomó Mértola y reforzó su castillo (Coelho, 1989: vol. II p. 159; Picard, 2000: 206).

El monumento actual es el fruto de numerosísimas transformaciones y reparaciones difíciles de identificar y fechar. No obstante, pensamos que su perímetro trapezoidal y las torres de ángulo formarían parte del programa constructivo original. En esta fase de construcción emiral, se accedería por una entrada simple, flanqueada por dos torreones cuadrangulares compuestos por grandes sillares de granito de los que restarían todavía los elementos de esquina embutidos en la puerta en codo de época almohade (Palma y Gómez, 2013; fig. 3). Durante obras de reparación de la puerta del siglo XX, quedó visible parte del aparejo de uno de estos torreones formado por grandes sillares de granito y mármol, alineados verticalmente, estructurando un aparejo más frágil de sillarejo irregular, con una apariencia próxima al *opus africanum*. En ese mismo lado de la fortaleza, orientado hacia el Norte, se conservan las primeras hiladas de otro torreón de planta cuadrada (Torres *et alii,* 1991: 16; Macias, 2006: II, 112), que estaría alineado con los torreones de flanqueo de la puerta (Figura 3).

Las intervenciones arqueológicas realizadas en el interior del castillo, aunque puntuales, han permitido documentar un conjunto de infraestructuras (canalizaciones y fosas negras) asociadas a viviendas que en algunos casos deben remontar al período emiral, aunque hayan sido desactivadas a finales del siglo X (Palma y Gómez, 2013).

Creemos que otro espacio de transformación urbana fue la plataforma donde se sitúa la actual Iglesia Parroquial de Mértola, antigua mezquita construida sobre edificios anteriores en la segunda mitad del siglo XII (Macias, Barros y Gómez, 2018). Las intervenciones arqueológicas realizadas junto al alzado exterior de la quibla revelaran una estructura, de menores dimensiones que la mezquita almohade, realizada en *opus africanum* con un pequeño ábside cuadrangular (Figura 4).

Inicialmente la interpretamos como uno de los templos que integraban el gran complejo religioso paleocristiano, que habría sido adaptado al culto musulmán, pudiendo haber sido compartido por las dos comunidades religiosas en el inicio de la presencia musulmana en el territorio como era habitual en la época (Torres *et alii*, 2018). No obstante, la orientación de esta construcción, semejante a la de la mezquita que se apoya sobre ella y diferente de la que siguen las otras construcciones cristianas de la zona, y el hecho comprobado en Mérida (ALBA, 2009: 402) de que el *opus africanum* siguió utilizándose en época emiral nos han llevado a reinterpretar este edificio como una primitiva mezquita (Macias, Barros y Gómez, 2018: 73-74).

De lo que no hay duda es de que este edificio fue substituido por una mezquita con la anchura de la actual, pero anterior al templo almohade, con un *mihrab* de planta rectangular y no poligonal, construido con un aparejo de grandes sillares de granito reutilizados y que, a falta de elementos de datación más precisos, fechamos en época omeya (Gómez, 2011).

Deberá ser estudiada la perduración del *opus africanum* en construcciones emirales del Garb, que po-

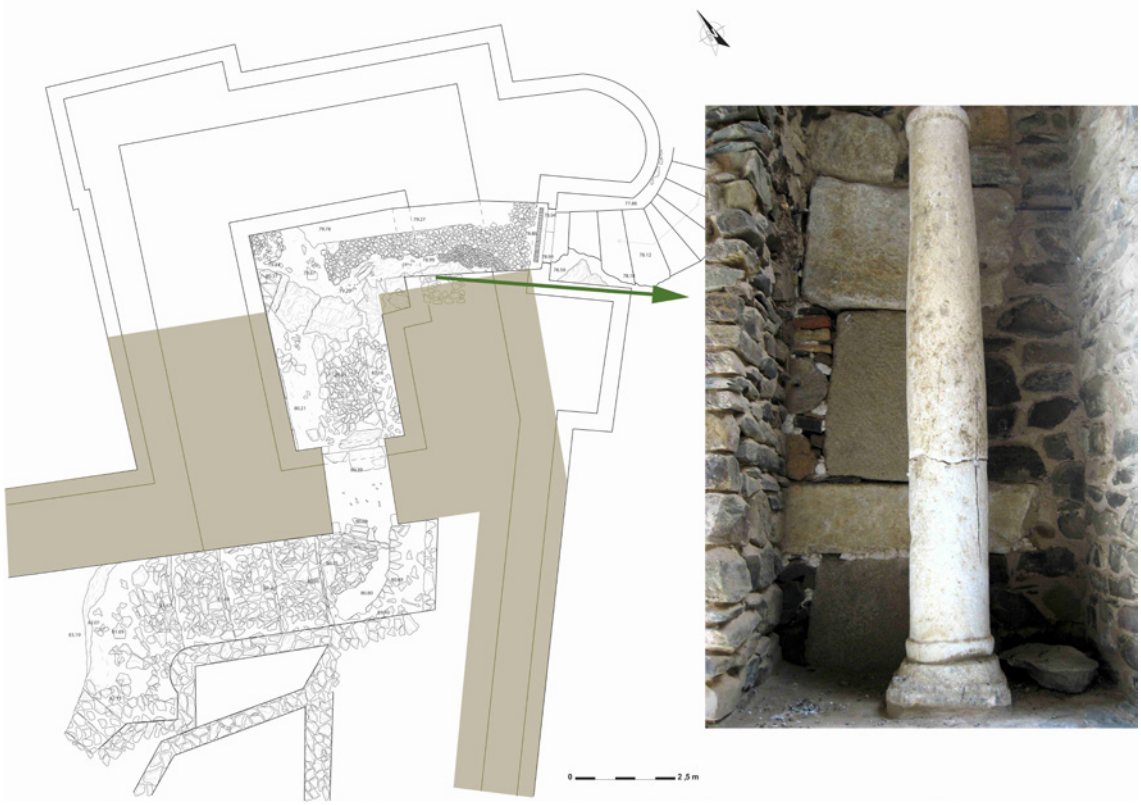


Figura 3 – Castillo de Mértola. Propuesta de la planta del siglo IX y vestigios del torreón oriental.

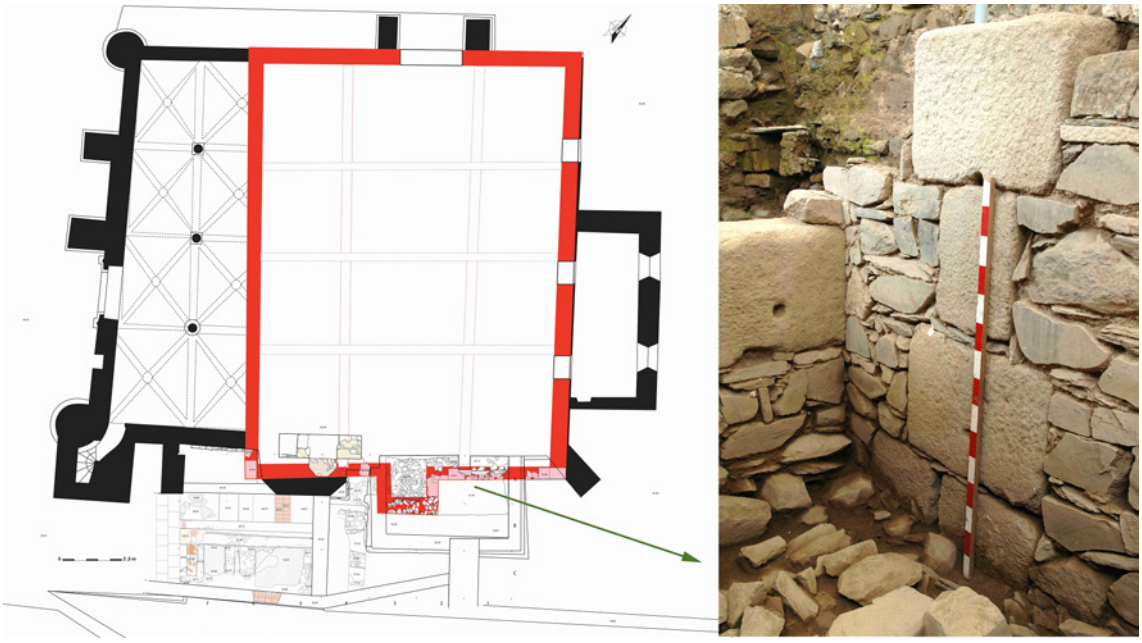


Figura 4 – Mezquita de Mértola. Estructura de *opus africanum* y propuesta de planta de las estructuras subyacentes a la mezquita almohade según Lopes, 2014.

dría no ser casual, asociándose a prácticas constructivas resilientes, seguramente, y a su uso preferente por las aristocracias locales, que las promovieron.

Beja, capital de *conventus*, fue la principal ciudad del sudoeste durante el siglo VII, que siguió siéndolo durante el siglo VIII, como atestigua el establecimiento en ella del *jund* de Egipto en el año 124 H./742 d.C. Aunque el aporte demográfico de árabes durante los primeros años de dominio musulmán pudo no ser tan grande como se desprende de las fuentes escritas, el significado de este asentamiento es sumamente importante (Sidarus, 1996; Macias, 2006: T. I, p. 37 y sig.). No obstante, desconocemos si éste se realizó de forma maciza en la propia ciudad o en los ricos terrenos que la circundan; de hecho, según algunos autores, no debieron darse repartos de tierra sino de rentas (Chalmeta, 1998: 23 y 1994: 333; Sidarus, 1996; Picard, 2000: 29).

A pesar de las muchas referencias escritas que han llegado sobre esta ciudad, ningún estrato arqueológico sellado ha sido encontrado, hasta el momento. Por ejemplo, las excavaciones de Conceição Lopes en la zona del templo romano del antiguo *forum*, han documentado diversos momentos de ocupación, algunos de ellos de época andalusí, pero ninguno de época emiral. Esta ausencia debe atribuirse, sobre todo, a la dinámica de utilización intensiva de las estructuras de época romana que sirvieron, incluso, de cimientos para las construcciones de los siglos XIV y XV, que utilizaron las fundaciones del templo imperial para acomodar sótanos y bodegas.

Entre los escasos vestigios conservados de la Alta Edad Media de Beja, merece una especial atención la decoración arquitectónica de varios templos cristianos, especialmente de la iglesia de Santo Amaro. Muchas de estas piezas han sido fechadas entre los siglos VIII y IX (Torres *et alii*, 1993) lo cual indicaría, a pesar del debate a que está sujeta esta cronología (Torres *et alii,* 2007: 173-174), que, por lo menos hasta el siglo IX, la comunidad cristiana de Beja tenía suficiente capacidad económica como para desarrollar programas arquitectónicos de gran calidad estética y técnica. Esta es una realidad que no es exclusiva de la capital de la *kūra* y que se constata también, por ejemplo, en Castro da Cola (Torres *et alii,* 2007) y Mértola (Torres *et alii*, 1991).

Por lo que se refiere al fenómeno del crecimiento de ciudades a partir de núcleos menores de poblamiento de la Antigüedad Tardía, este es un modelo que se repetirá em épocas posteriores (por ejemplo, en Loulé y Tavira en el siglo XII). En el caso de Silves, a partir de un asentamiento romano/tardoantiguo todavía mal definido, la localidad fue ganando, a lo largo del siglo VIII, un papel relevante en la organización política y social del sudoeste peninsular, plenamente establecido en el siglo IX (Encarnação y Gonçalves, 2013; Gonçalves, 2009: 491; Gomes, 2002). A pesar de ello, algunos de los vestigios señalados como de este período nos levantan muchas dudas, especialmente las cerámicas decoradas en verde y morado fechadas en el siglo VIII (Gomes, 1995), que se equiparan claramente a cerámicas datadas en el siglo XI en el resto de al-Andalus. No obstante, es el yacimiento que ha revelado un mayor número y variedad de ejemplares de cerámica vidriada sobre retícula en relieve, datada del final del período emiral y de proveniencia malagueña, como han demostrado los análisis arqueométricos (Salinas *et alii* en este mismo volumen).

En resumen, los pocos vestigios arqueológicos preservados en estas ciudades retratan aglomerados mal poblados, con un paisaje urbano dominado por las construcciones antiguas y paleocristianas y, en los que las intervenciones urbanas más marcantes, como la renovación de las murallas y la construcción de alcazabas y mezquitas, van a ser obra del siglo IX. No obstante, a pesar de su fragilidad, esa red de ciudades parece ser determinante en la reestructuración del poblamiento que se aprecia a partir de época califal, en la que casi todas se van a mantener, incorporándose núcleos nuevos, frecuentemente, a partir de la afirmación de asentamientos más modestos que ya existirían con anterioridad, como es el caso de Silves. Badajoz sería la única fundación con marcado carácter político.

3. POBLAMIENTO FORTIFICADO

La información existente sobre poblamiento fortificado[2] es algo mayor. Contamos con fuentes escritas que refieren algunos *ḥuṣūn,* a veces de identificación controvertida como *Ṭuṭāliqa*. La mayoría están claramente identificados. Destacamos los casos de Ourique donde se refugian los *Banū Barkr b. Zadlafe*, Aljustrel donde se instala *Mas'ūd b. Sa'd al-Surunbāqi*, Aroche fortificada por *Bakr b. Maslama*, Alcacer do Sal donde la construcción de la fortaleza y el asentamiento en ella de los *Banū Danis* determinará su evolución para una

[2] La terminología a utilizar para cada tipo de estructura fortificada es un problema que todavía no ha tenido en el Garb la reflexión que merecería. El tema es especialmente complejo para época emiral debido a la parquedad de las fuentes escritas. Los términos en árabe que utilizamos deben interpretarse de forma genérica e imprecisa.

estructura de carácter urbano. En las fuentes, los *Banū Marwān* parecen controlar una red de fortificaciones de altura que incluyen, entre otras, Marvão, Alange, y Barchabal, frente a Badajoz que pudo también haber sido fundada más con este carácter fortificado que urbano (Picard, 2000: 230-231). Incluso Mértola, fortificada por *`Abd al-Mālik Abī l-Jawwād* es calificada de *ḥiṣn* por fuentes como *al-Rāzī* (Lévi-Provençal, 1953: 88). Parece, por lo tanto, que van a ser las aristocracias locales/regionales las que van a impulsar una red de fortificaciones, en ocasiones aprovechando estructuras anteriores.

Pero son muchos otros los castillos y poblados fortificados de este período que podemos encontrar a través de la arqueología, aunque pocos de ellos han sido objeto de excavaciones arqueológicas sistemáticas.

Cláudio Torres (1992a) realizó una primera e intuitiva propuesta de tipología y organización del poblamiento rural fortificado en el Bajo Alentejo. Básicamente, distinguía tres tipos que relacionaba estrechamente con las formas de explotar los recursos: el poblado sobre una pequeña elevación controlando tierras de cultivo fértiles, como en los casos de Serpa y Moura; el poblado fortificado de vocación ganadera, formado por un pequeño recinto y un albacar fortificado, como en los casos de Ourique, Castro da Cola y Almodovar; y un tercer tipo consistente en poblados de cumbre que, por lo general, ocupaban las mismas defensas que antiguos poblados de la Edad del Hierro, como por ejemplo en Colos do Alentejo y en Castro Verde, a los que añadiríamos Garvão. En muchos casos se trataría de la vuelta de las poblaciones autóctonas rurales a los lugares de los antiguos asentamientos de altura prerromanos. Desde el punto de vista de las técnicas, Cláudio Torres identificaba el poblamiento rural fortificado con estructuras muy sencillas, de piedra irregular unida con barro (Torres, 1992a: 195).

Helena Catarino (2002) hizo un análisis muy acertado sobre el modo de estructurarse esta red de fortificaciones para el Algarve, especialmente en la región occidental en la que los trabajos de prospección le permitieron trazar un cuadro general del poblamiento, aunque las excavaciones del *Castelo Velho de Alcoutim* y el *Castelo das Relíquias* son las que le proporcionan un cuadro cronológico claro. En el primero de los castillos, encontró indicios de su existencia ya en época tardoantigua (Catarino, 1997/1998; 2005/2006: 125). Esto habrá sido común a otras fortificaciones como Castro da Cola, Serpa, Moura o Noudar (Macias y Lopes, 2012: 308-309).

Si exceptuamos el caso del *Castelo Velho de Alcoutim,* poco se conoce de la estructura de estas fortificaciones, en su mayoría enmascaradas por construcciones posteriores y carentes de intervenciones arqueológicas que permitan atribuir cronologías y evolución a sus arquitecturas. Las excavaciones en este yacimiento han revelado un conjunto fortificado en el que se destaca un pequeño alcázar de planta rectangular en la parte superior, defendido por torres macizas cuadrangulares. También fue identificada una segunda línea de murallas rodeando el alcázar, aparentemente más antigua e igualmente con torres rectangulares adosadas (Catarino, 1997/1998; 2005/2006: 125). Una estructura semejante parece haber tenido el castillo de Alferce en Monchique (Capela, Teichner y Hermann, 2020; ver figura 5).



Figura 5 – Castelo de Alferce.

El Castro da Cola, extensamente excavado por Abel Viana (1958, 1960) aunque con muchas dudas de la adscripción cronológica de las estructuras, también poseía dos recintos fortificados contiguos, el alcázar y la muralla que encerraba el conglomerado urbano. La planta, aproximadamente rectangular, es bastante más regular que en los casos de la sierra del Algarve, seguramente debido a una topografía favorable. Es difícil decir si esta sería ya la estructura de época emiral, ya que es un poblado con muchas reconstrucciones (algunas del siglo XX) que sólo se abandonará después de la conquista cristiana.

El caso de Mesas do Castelinho, en Almodovar, parece corresponder a una tipología diferente, con un único recinto. Asienta sobre un gran poblado de la Edad del Hierro y del inicio del período romano (Guerra y Fabião, 1993). Aunque muy destruida, fue posible identificar una fortificación de pequeñas dimensiones, planta ovalada, con torres avanzadas de planta rectrangular y rodeada de un foso. Los materiales que se conocen de este yacimiento son más recientes (siglos X-XI) aunque podría haber tenido una ocupación más antigua.

A pesar de las incertidumbres que plantea la imprecisión cronológica, podemos deducir una cierta diversidad de soluciones, con evoluciones diferentes en los períodos posteriores, aunque con el denominador común del uso de mamposterías en seco o trabadas con barro y ejecutadas con materiales locales. No muestran indicios de técnicas áulicas de construcción que pudiésemos asociar a iniciativas del poder central de Córdoba.

Estos pequeños castillos rurales, además de controlar el territorio circundante, debieron tener un importante papel en la gestión de recursos estratégicos. Algunos pueden asociarse a la explotación minera como Aljustrel y *Ṭuṭāliqa* (Torres, 1992b), otros al control de vías de comunicación, como el *Castelo Velho de Alcoutim* en relación con la gran vía de comunicación que era el Guadiana. Seguramente tuvieron la evolución que se registra en otras zonas, dentro de un cuadro de gestión local y regional por las aristocracias locales, después asumida por el poder central, como señalaba Acién (1989). No es tan claro el papel que pudieron tener como agentes de islamización del territorio, aunque Helena Catarino ve en la existencia de una mezquita en el *Castelo de Alcoutim* un indicio de ello (Catarino, 2005/2006: 121; ver figura 6).



Figura 6 – Mesquita do Castelo Velho de Alcoutim. Fotografia Miguel Ángel Hervás.

4. EL POBLAMIENTO RURAL NO FORTIFICADO

Tomando como base de análisis la información reunida por el grupo CIGA (ver en particular Catarino *et alii,* 2012; Cavaco *et alii,* 2013, Gómez *et alii,* 2015) sobre la cerámica del territorio portugués surgen algunas cuestiones previas que nos obligan a una gran precaución. En primer lugar, el mapa de dispersión de hallazgos de diversa índole de época emiral (figura 1) muestra una concentración elevada de yacimientos en el estuario del Tajo y la Península de Setúbal. Pensamos que esta concentración se debe a que es una zona más estudiada que otras debido a la coyuntura actual de mayor intensidad de intervenciones de salvamento publicadas. Lo mismo ocurre en el trozo medio del Guadiana, en la zona objeto de investigaciones preventivas motivadas por la construcción del embalse de Alqueva. Un panorama bastante parecido lo tendríamos en las zonas afectadas por la construcción de canalizaciones de riego derivadas de ese mismo embalse si fuesen publicadas las intervenciones de salvamento que están teniendo lugar. Las noticias que van siendo comunicadas oralmente parecen indicar fenómenos recurrentes de asociación de antiguas *villae* a asentamientos rurales emirales y necrópolis islámicas, a escasa distancia entre ellos.

En el lado opuesto, es incomprensible el vacío existente en el polígono entre Coímbra–Guarda–Évora–Santarém. Sin duda, deberá atribuirse a un déficit de la investigación que parece también extensivo a otros períodos, especialmente, si tenemos en cuenta que en esta área se encuentran localidades de primer rango en época emiral, como es el caso de Idanha-a-Velha, la *Laŷdāniyya* de los textos, donde los resultados recientes de la investigación decepcionan por lo escaso y pobre (Sánchez y Morín 2016).

Relativamente a la cerámica emiral, el grupo CIGA registraba, en 2018, 43 yacimientos, que en su mayor parte son poblados rurales (67%), siete son poblados fortificados y otros siete son considerados núcleos urbanos. Ese gran porcentaje de yacimientos rurales corresponde a un abanico muy diversificado de estructuras de hábitat, en muchos casos escasamente caracterizadas. A continuación, intentaremos sistematizar algunos de los grupos más significativos.

4.1. Las antiguas *villae*

Uno de los fenómenos específicos del poblamiento del sudoeste peninsular que ha sido señalado frecuentemente es la continuidad de un número considerable de *villae* romanas que, en bastantes casos, perduran hasta el siglo XII e incluso XIII (Macias y Lopes, 2012), normalmente despojadas de su carácter de gran unidad de explotación latifundista señorial. Podemos referir el Cerro da Vila en Vilamoura (Matos, 1996), Milreu cerca de Faro (Teichner, 1994), Montinho das Laranjeiras en Alcoutim (Coutinho, 1993 y 2003), y São Cucufate (Alarcão, Étienne y Mayet, 1990: 268[3]) y Monte

[3] A pesar de que la excavación arqueológica no haya registrado niveles islámicos, se ha encontrado cerámica andalusí en el yacimiento.

da Cegonha en Vidigueira (Lopes y Alfenim, 1994). Pero esta continuidad también puede dar lugar a conclusiones precipitadas si no se analiza en detalle la diversidad de soluciones que encontramos en la transformación de la *villa* en la Alta Edad Media. Santiago Macias y Conceição Lopes enumeran un conjunto significativo entorno a Beja: Pisões, Apolinárias, Romeirã, Carroscozinha, Monte da Cegonha, etc. En ellas, no hay un modelo claro que explique esta continuidad: ni la proximidad de Beja, ni su "monumentalización" en época tardoantigua, ni su dimensión explican porque tuvieron esa continuidad (Macias y Lopes, 2012: 309-312). En los últimos años, la implantación de sistemas de regadío en el territorio ha proporcionado una abultadísima información que no ha sido, todavía, procesada pero que dibuja un cuadro complejo de relaciones de pequeños asentamientos relacionados entre sí.

En algunos casos, esta continuidad pasa por su transformación en monasterio familiar durante la Antigüedad Tardía. Podrían incluirse en este grupo dos casos que han mantenido estructuras en pie hasta nuestros días como São Cucufate en Vidigueira (Alarcão *et alii*, 1990), o el modesto Monte Mosteiro, situado en un punto estratégico en la vía terrestre que unía Beja y Mértola y que conserva un topónimo muy sugestivo (Lopes, 2011; ver fig. 7). Igualmente sugestivo es el nombre del yacimiento de los *Mosteiros,* en Portel, aunque éste parece haber tenido una menor continuidad (Alfenim y Lima, 1992). Es posible que tuviesen también este carácter las *villae* de Montinho das Laranjeiras en Alcoutim y Monte da Cegonha en Vidigueira. Las intervenciones arqueológicas en los dos primeros yacimientos indican fuertes reconstrucciones, sobre todo tras la conquista portuguesa en el siglo XIII, que pueden haber desvirtuado no sólo los edificios cristianos originales, sino también las posibles alteraciones sufridas durante el período de dominio musulmán.(Figura 7)



Figura 7 – Ábside de la iglesia del Monte Mosteiro.

Una de las cuestiones en abierto es cómo y cuándo se produjo el abandono de las estructuras religiosas paleocristianas, que pudo deberse a la conversión al Islam de la comunidad campesina que utilizaba el espacio. En el caso de Montinho das Laranjeiras, Helena Catarino propone, no un abandono de la iglesia paleocristiana propiamente dicho, sino su transformación en mezquita rural (Catarino, 2005/2006).

Un testimonio evidente de islamización de una antigua *villa* lo encontramos en Milreu cerca de Faro, donde se han encontrado inscripciones en árabe sobre una columna. Los grafitos se realizaron con la columna todavía en pie, en un periodo indeterminado entre finales del siglo VIII e inicios del siglo IX (Sidarus y Teichner, 1997). Han sido interpretadas como inscripciones funerarias de una misma familia muladí en el contexto de una necrópolis musulmana. Esta sucedió o coexistió, con el cementerio que rodeaba a un templo paleocristiano que, a su vez, reutilizaba un antiguo santuario romano (Sidarus y Teichner, 1997). Se trataría, probablemente, de una familia de la élite local, si atendemos al título de "jefe" con el que se designa al patriarca de la familia, lo que nos incita a especular con un raro modelo de pervivencia de la *villa,* en el cual los propietarios se mantuvieron adoptando la nueva religión.

Todos estos ejemplos sugieren una continuidad de la ocupación del poblamiento rural, tanto de cristianos como de conversos al Islam, durante el período emiral en sitios que, entre los siglos VII y VIII, habrían dejado de ser, en la mayor parte de los casos, residencia de grandes propietarios para convertirse en asentamientos de campesinos. Algunos de estos asentamientos campesinos sobre antiguas *villae* acabarían por convertirse en poblados de alguna importancia. Es el caso, sin duda, del *Cerro da Vila* en Vilamoura. La calidad de los materiales documentados en este yacimiento (Matos, 1991; Teichner, 2006), especialmente a partir del siglo X, muestran claramente que se trataba de un asentamiento con una actividad artesanal y portuaria muy significativa que supera las capacidades de un simple asentamiento campesino o aldea de pescadores.

Uno de los problemas con que se depara la arqueología es la cuestión de cuáles serían las residencias de las aristocracias rurales después del abandono de la *villa* clásica. En gran parte, ello se debe a que desconocemos cuáles serían los patrones de diferenciación de la cultura material de las élites de la época, y son raros los objetos de lujo y ostentación fechados en este período. Si exceptuamos el caso, raro, de Milreu donde, como vimos, un grafito nos ilumina sobre esta cuestión,

la arquitectura militar acaba por ser el indicador por excelencia de identificación de las élites. Manuel Acién ya abordó en diversas ocasiones el problema (Acién, 1989; 2006). Siguiendo uno de sus argumentos, no son raras las *villae* con topónimos actuales en "Torre" y "Torrejão" que, en algunos casos, registran también ocupación en época emiral. Acién mencionaba el caso de Torre de Palma en Monforte, pero también podrían corresponder a este modelo Torre Velha 1 en Serpa, estudiada por Teresa Ricou (Ricou, Gonçalves y Gómez, 2013), Torrejão Velho en Olhão, Torre do Azinhal en Marvão (ver en el *Portal do Arqueólogo – Sítio* (5830); Portugal. DGPC, 2014-). Será interesante también analizar otros topónimos que puedan derivar de *burj* o de *qubba* como Alvor en el Algarve, ya señalado por Acién (2006: 27), o Cuba en el Alentejo. La revisión de todos estos yacimientos desde esta óptica podrá ayudarnos a comprender, no sólo a evolución de la *villa,* sino también el encuadramiento y jerarquización de los asentamientos de menores dimensiones que comienzan a ser detectados por la arqueología.

A pesar de lo que sugieren los topónimos, son raros los testimonios físicos de estas torres en el sudoeste de al-Andalus. En el caso de Torre de Palma, la torre señorial, que actualmente se conserva transformada en establecimiento hotelero, podría haber sustituido otra anterior. Si esta posibilidad se confirmase, habría que pensar que la localización de estas torres podría haberse desplazado en relación con el núcleo primitivo de la *villa*, seguramente a una posición más elevada o libre de ruinas que dificultasen la visión y la defensa. Sin embargo, la arqueología preventiva del medio rural, muy activa en los últimos años, no ha detectado estas estructuras, eventualmente, por haber sido construidas en materiales perecederos.

4.2. ¿Aldeas y alquerías?

La atribución de forma acrítica de los términos *qarya, ḍa'ya, munya, majāshir* o *raḥāl* a un determinado poblado rural identificado por la arqueología puede dar lugar a errores de interpretación que algunos autores ya han señalado (Pérez, 2014). El carácter jurídico-administrativo que cada unidad de poblamiento tuvo difícilmente puede ser deducido sin el auxilio de las fuentes escritas, que rara vez se ocupan de este tipo de asentamientos y que, frecuentemente, utilizan términos polisémicos y imprecisos que pueden cambiar con el tiempo y con la evolución de los poblados. Por ejemplo y sin entrar en mayor detalle, las fuentes designan a Tavira como una *qarya*, que más tarde pasó al estatuto de *madīna* (Picard, 2000: 151).

Independientemente de ello, la arqueología puede y debe utilizar sus proprios criterios para definir categorías coherentes desde el punto de vista material. Los investigadores de esta área deberán llegar a acuerdo sobre lo que es una alquería, una aldea, una almunia o un rafal. Pérez Aguilar (2014) ha propuesto un conjunto de criterios (extensión, emplazamiento, tipos de materiales constructivos, tipos de materiales cerámicos y otros tipos de materiales) para distinguir tres clases de poblados: el asentamiento rural de primer orden, el asentamiento rural de segundo orden y asentamientos rurales de planta dispersa. No obstante, aquí al igual que en la definición de la ciudad, encontramos que, para el período emiral, los criterios que definen un poblado de "primer orden" pueden ser mucho más modestos que, por ejemplo, para el período almohade.

El tema de la terminología, lejos de ser banal, obliga a la reflexión y el debate y debería ser abordado dentro de un marco más alargado donde tengan cabida especialistas de diversas áreas, incluidas a filología y la lingüística computacional (a título de ejemplo, ver Almeida, 2019). Particularmente, creemos que los argumentos para la atribución de términos en el caso del poblamiento pueden utilizar los criterios de selección que se propusieron, en su momento, para la terminología cerámica: el término escogido debe ser usado en las lenguas actuales de modo a que el neófito no encuentre dificultad en identificar el objeto de estudio; siempre que existan y sean usados por los especialistas se dará preferencia a los arabismos; en el caso de no existir estos últimos en el lenguaje corriente se dará prioridad a los términos menos ambiguos, más usados por los investigadores, de mayor difusión internacional o de mayor tradición lingüística (Torres, Gómez y Ferreira, 2003; Bugalhão *et alii*, 2010). Teniendo en cuenta estos criterios, me parece aceptable usar el término portugués "*alcaria*" para los poblados de media dimensión de carácter rural, de reducido carácter militar (ausencia de murallas o existencia apenas de cercas poco robustas) y vocación eminentemente agro-pastoril. No obstante, este tema requiere una reflexión mucho más profunda.

En Portugal los topónimos *alcaria* son muy frecuentes y, en bastantes casos en el sur del país, están asociados a poblados de época andalusí abandonados o que han tenido continuidad hasta nuestros días. Centrándonos únicamente en el alfoz de Mértola, encontramos aún habitadas, entre otras, Alcaria dos Javazes, que ha sido identificada con la *qarya de al-Gaawza* referida por *Ibn al-Ḫaṭīb* (Khawli, 2001: 37-38), y *Alcaria*

Ruiva, que tras la conquista del territorio por la Orden de Santiago acabo transformada en encomienda junto con Mértola (Boiça, 1998: 75; Barros, Boiça y Gabriel, 1996). Los micro-topónimos son todavía más abundantes como se desprende de la Carta Arqueológica del municipio (Palma, 2012). Aquí, como en el caso de las fortificaciones rurales, el problema está en la datación de los yacimientos y su evolución.

Desde el punto de vista arqueológico, la única que se ha estudiado en profundidad en el territorio de Mértola es Alcaria Longa (fig. 8), excavada por Boone (1992, 1993, 1994, 1996 e 2001) a inicios de los años 90 del siglo pasado. La localidad actual con ese nombre dista aproximadamente un kilómetro del yacimiento andalusí, que tiene precisamente una configuración alargada, cubriendo las dos cabezas de un cerro. En el cabezo más alto se erguía una torre, pero no se ha podido concluir la existencia de una cerca rodeando las viviendas que se extienden por 5 ha, aproximadamente. Aunque no ha sido excavado integralmente, podemos estimar de forma aproximada que estaría compuesto por cerca de 15 viviendas cuja estructura difiere de la casa de patio cercado por sus cuatro lados registrada en la ciudad. Está compuesta por compartimentos alargados formando L o U de modo a configurar un patio abierto. Hasta el momento, las excavaciones no han permitido documentar su ocupación con anterioridad al siglo X. (Figura 8)



Figura 8 – Alcaria Longa.

El caso más claro de alquería de época emiral es el Alto da Queimada, en Palmela (Fernandes, 2004). Se trata de un asentamiento de altura, con antecedentes en la Antigüedad Tardía, que pervivió hasta el siglo XI, formado por habitaciones rectangulares, con paredes talladas en la rocha y en mampostería grosera, y cubiertas de materiales perecederos. En ella se registraron evidencias de actividades agrícolas y pesqueras y, lo que es extremadamente significativo, una sala de oración (Fernandes, 2008) que indica un elevado grado de islamización de estas poblaciones rurales.

Un tipo de yacimiento de este período bastante frecuente y de difícil clasificación es el formado por conjuntos de silos y fosas sin estructuras asociadas. Es posible que estas no se detecten por haber sido construidas en materiales perecederos. Podemos referir como ejemplos Quinta da Granja en Alcobaça (González, 2013), Porto Torrão en Ferreira do Alentejo (Pereira, 2013) o Barradas en Lagos (Silva y Silva, 2005). No obstante, la cantidad y dimensiones de los silos nos incita a pensar que servirían a una comunidad rural de varias familias y no a un sencillo casal rústico.

Otras alquerías excavadas en territorio portugués como la de los Alcariais de Odeleite (Santos, 2006) parecen tener cronologías posteriores al período califal. Por lo tanto, parece que los poblados de alguna envergadura se documentan en mayor medida en períodos más tardíos, sin evidencias claras de una ocupación emiral. La mayor parte de las unidades de poblamiento rural no fortificado son pequeñas, como las aldeas campesinas asociadas a las transformaciones de la *villa* romana, o muy pequeñas como granjas y caseríos aislados.

4.3. Caseríos aislados y granjas

Si excluimos los asentamientos campesinos en las antiguas *villae*, la mayor parte de los yacimientos rurales excavados en el Garb corresponden a caseríos aislados o pequeñas granjas.

En trabajos anteriores (Gómez 2015, 2019), al tratar del poblamiento rural, analizábamos dos casos de estudio de este tipo de poblamiento disperso en los que se combinó la prospección sistemática y la excavación arqueológica: el primero en la zona sudoeste del Municipio de Mértola, dirigido por James Boone, y el segundo en el ámbito de las actividades de arqueología preventiva de la construcción del Embalse de Alqueva, dirigido por João Marques.

Los trabajos de prospección de Boone (2001) en el sur del territorio de Mértola identificaron un aumento muy significativo del número de yacimientos en rela-

ción con el período romano (157 para 22, respectivamente) y un conjunto de 60 asentamientos de transición entre la Antigüedad Tardía y el periodo islámico. Tres de estos yacimientos de transición (Queimada, Raposeira y Costa #2) fueron objeto de excavación arqueológica en la que se identificaron viviendas de planta rectangular que formarían pequeñas aldeas que no tendrían más de cuatro viviendas cada una.

En el segundo caso de estudio (Marques *et alii.*, 2014), la investigación se vio condicionada por el límite de cota de afectación del embalse que pudo haber desvirtuado los resultados de la prospección excluyendo, eventualmente, posibles poblados de altura. Seis de los asentamientos estudiados tenían ocupación en el período emiral: Cabeçana 4, Espinhaço 7, Espinhaço 11, Monte Roncanito 13, Monte Roncão 13 y Monte Roncanito 10 (Grilo, Gómez y Marques, 2014). Todos ellos recurrían a la materia prima local para construir en tapial sobre zócalos de piedra. Cabeçana 4 (fig. 9) destacaba por su mayor tamaño y persistencia en el tiempo, ya que su cronología abarcaba desde mediados del siglo V hasta finales del siglo VIII. Estaba compuesto por dos núcleos: uno principal de vivienda y otro secundario de apoyo a las actividades agrícolas y pastoriles. Se ha interpretado como una pequeña comunidad constituida en forma de familia alargada con



Figura 9 – Cabeçana 4 , a partir de Marques *et al.*, 2014.

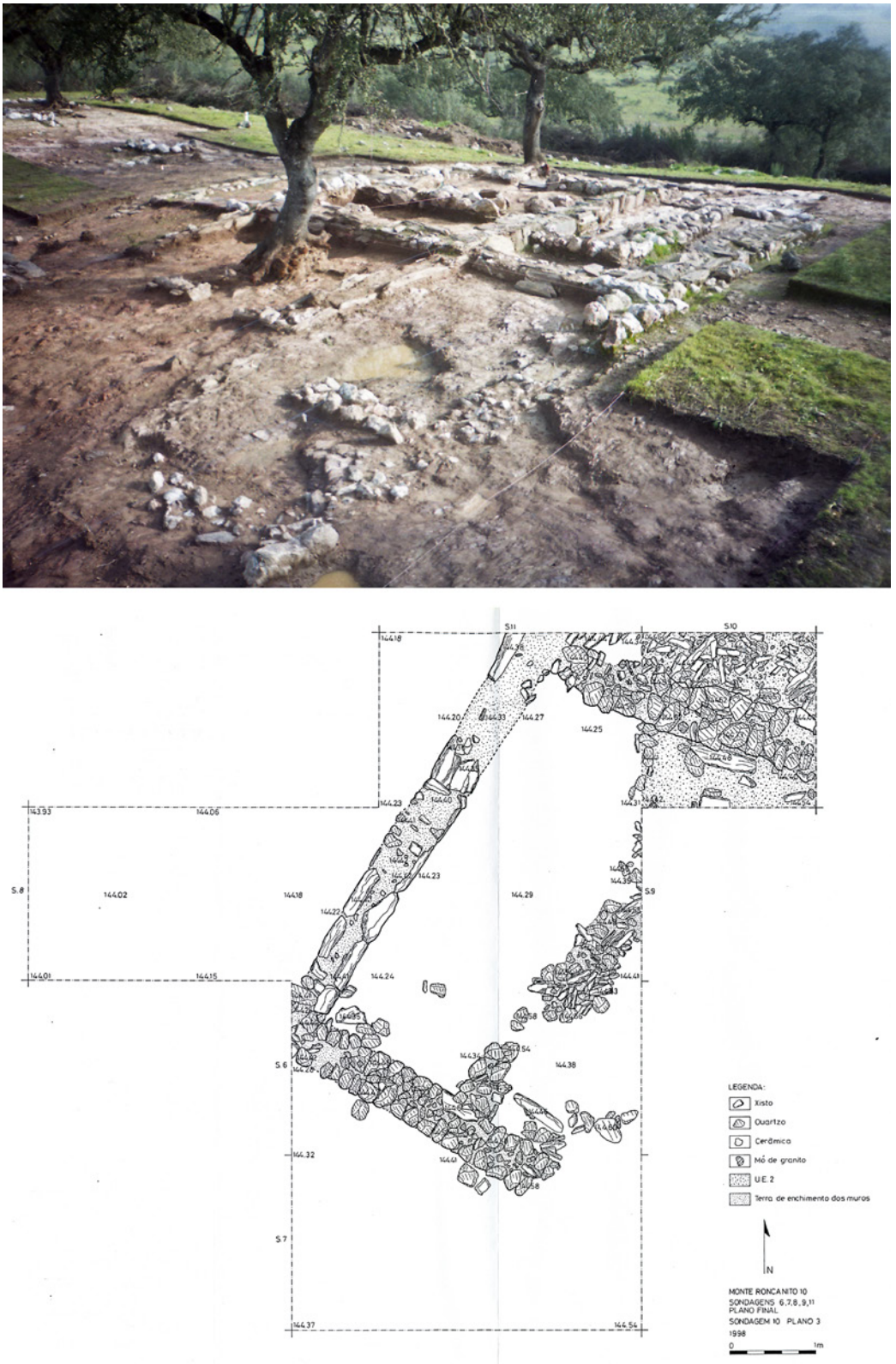


Figura 10 – Monte Roncanito 10, a partir de Marques *et al.*, 2014.

alguna capacidad de almacenar excedentes agrícolas, dada la abundancia de grandes contenedores. Los otros yacimientos son más pequeños: Monte Roncanito 10 (fig. 10), con una cronología entre los siglos IX y XI, también tenía dos núcleos: uno dedicado a vivienda y otro de apoyo de las actividades agro-pastoriles. Estos dos poblados convivieron con otros de menores dimensiones (Espinhaço 7, Espinhaço 11, Monte Roncanito 13 y Monte Roncão 13), todos ellos con un único núcleo de vivienda. A partir de estos datos, sugerimos la hipótesis de que, entre la Antigüedad Tardía y el período emiral, el poblamiento conjugase pequeños yacimientos de diferentes tipos, eventualmente jerarquizados entre sí (Grilo, Gómez y Marques, 2014: 240). (Figuras 9 e 10)

La comparación entre estos dos conjuntos de yacimientos nos llevó a concluir un tipo de poblamiento semejante, constituido por pequeñas aldeas o granjas, de no más de tres o cuatro viviendas, construidas con técnicas sencillas que aprovechaban la materia prima local, ajuares domésticos pobres y poco variados constituidos por cerámicas de producción local y una reducida presencia de objetos provenientes de mercados urbanos. Se trataría, por lo tanto, de rasgos propios de comunidades rurales con una economía de subsistencia alejada de circuitos comerciales más amplios.

En ambos casos, asientan sobre terrenos con una topografía semejante, con un relieve ondulado, y suelos esqueléticos, muy pobres y con elevado riesgo de erosión, afloramientos rocosos frecuentes y baja fertilidad, lo que ocasiona una escasa productividad agrícola. Podemos considerar que las dos zonas responden a condicionantes ecológicos parecidos, que proporcionarían un abanico semejante de recursos naturales, aunque dos factores podrían marcar una diferencia importante entre ellos: la mayor proximidad de un núcleo urbano y la presencia de recursos minerales importantes en la región de Mértola. Sin embargo, no se han encontrado artefactos que puedan proceder de mercados externos ni se han constatado indicios de explotación minera. Así pues, podemos considerar que en las dos áreas el grupo humano se nutría de la explotación de una agricultura de secano poco productiva y del pastoreo.

Un aprovechamiento de los recursos diferente es el que constata Helena Catarino en la zona de Alcoutim donde las prospecciones le permitieron identificar un poblamiento minero disperso y en constante desplazamiento, conforme los filones se fuesen agotando (Catarino 2012). Este tipo de poblamiento "rotativo" pudo haberse aplicado también en explotaciones agrícolas de escasa rentabilidad, como parece ocurrir en la zona de Alqueva donde vemos sucederse los "*Monte Roncanito*" a escasa distancia unos de otros (Marques *et alii,* 2014). Así, a la hora de definir patrones de poblamiento, parece fundamental dimensionar la capacidad productiva de los espacios de los que estos pequeños asentamientos dependían, en especial en lo que se refiere a recursos hídricos y capacidad de los suelos.

No tenemos elementos que permitan confirmar si se trataba de campesinos dependientes o pequeños propietarios de tierras. No obstante, el tipo de distribución de los asentamientos parece adecuarse a un modelo de gestión directa de los recursos por parte del agricultor, independientemente de a quien perteneciesen los terrenos que explotaba. La carencia de información a este respecto es prácticamente absoluta, y apenas podremos atisbar alguna respuesta en función de la presencia de estructuras de poblamiento de las élites que pudieran ser las propietarias de los terrenos.

5. RABITAS, *RIBĀṬ* Y PRÁCTICAS EREMÍTICAS

La práctica del *ribāṭ* ha sido debatida extensamente desde varios ámbitos (a título de ejemplo, Picard y Borrut, 2003), sobre todo por la confusión existente en algunos casos entre la práctica religiosa y la estructura arquitectónica asociada a esta práctica que, sin entrar en más disquisiciones terminológicas, denominaremos rábita. En su último artículo, póstumo, Juan Zozaya (2018) relacionaba con el *ribāṭ* un cierto poblamiento en gruta, que en el Garb detectamos en la *Serra da Arrábida* (Península de Setúbal), cuyo topónimo evoca precisamente esta práctica. En la *Lapa do Jerónimo* y en la *Gruta do Forte do Cavalo* las excavaciones de yacimientos prehistóricos identifican niveles andalusíes (Fernandes, 2004). Este podría representar un ejemplo de poblamiento rural de carácter eremítico, que habrá surgido en la Antigüedad Tardía y habrá tenido continuidad en época emiral.

Se ha cuestionado, también, si tuvieron este carácter de *ribāṭ* pequeñas mezquitas encontradas en contexto rural, concretamente la del *Cerro da Mina* en Almodóvar (Henriques *et alii,* 2016) y la del *Alto da Vigía* (*Praia das Maçãs*, Sintra) todavía insuficientemente estudiada, pero en proceso de clasificación (DGPC, 2016; Borges, 2016). Si bien en el caso de la mezquita del Alto da Vigía la localización en un punto de control de la costa la asemeja a las rábitas de Guardamar (Azuar 2015) y Arrifana (Gomes y Gomes 2007), en el caso del *Cerro da Mina,* cuyos materiales denotan una amplia cronología entre la Antigüedad Tardía (?) y

el período almohade, no sería de excluir que esta pequeña mezquita rural fuese un centro de congregación del poblamiento disperso identificado por Helena Catarino, descrito anteriormente.

6. NUEVAS PREGUNTAS

Hemos avanzado en estas líneas algunas pequeñas hipótesis de detalle en la interpretación de algunos casos concretos, que en muchos casos no alteran los presupuestos iniciales, pero nos parece insuficiente. Este trabajo carece de una sistematización exhaustiva de la información, tarea que se encuentra muy por encima de nuestras posibilidades y que tendrá que acometerse en el ámbito de proyectos coordinados de equipos de investigación centrados en el tema. Sirvan estas páginas de provocación.

Cuando un modelo histórico-arqueológico comienza a encajar demasiado bien y absorbe demasiado fácilmente los nuevos datos que aporta la investigación, podemos estar trabajando con presupuestos inexactos o incompletos, o tenemos que buscar preguntas más exigentes para cuestionar a nuestro modelo.

Pensamos que las preguntas principales que debemos colocar a un eventual nuevo paradigma de interpretación se encuadran, básicamente, en dos ámbitos: las características regionales o microregionales específicas y en la relación del poblamiento con los recursos socioeconómicos y con sus formas de explotación, camino que acertadamente apuntan varios autores, entre ellos, Cláudio Torres (1992a) y Helena Catarino (2005/2006). Seguramente, el manantial avasallador de datos que está proporcionando la arqueología preventiva, todavía por procesar, nos conducirá a interpretaciones más ricas sobre el poblamiento emiral en el sudoeste de al-Andalus y su evolución.

BIBLIOGRAFÍA

ACIÉN, Manuel (1989) – Poblamiento y fortificación en el sur de al-Andalus. La formación de un país de Ḥuṣūn. In *III Congreso de Arqueología Medieval Española, Oviedo, 1989, t. I Ponencias*. Oviedo: AEAM – Universidad de Oviedo. ISBN 84-404-4127-4, pp. 135-150.

ACIÉN, Manuel (2006) – Las torres/burūŷ en el poblamiento andalusí. *In Al-Andalus espaço de Mudança – Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-26-7, pp. 73-85.

ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1990) – *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: E. de Boccard. 2 vols.

ALBA, Miguel (2009) – Los edificios emirales de Morería (Mérida), una muestra de arquitectura del poder. *Anales de Arqueología Cordobesa* [en línea]. Córdoba: Área de Arqueología de la Universidad de Córdoba. Nº 20, pp. 379-420. [consult. 24-3-2020]. Disponible en https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/anarcor/article/view/6960/6496. ISSN: 1130-9741.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2003) – Pautas evolutivas de la cerámica común en Mérida en épocas visigoda y emiral. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. Anejos de Archivo Español de Arqueología*. Madrid: CSIC. ISBN 84-00-08202-8, pp. 483-504.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2006) – Defensas urbanas de la Mérida islámica. In *Al-Andalus espaço de Mudança – Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-26-7, pp. 101-110.

ALFENIM, Rafael; LIMA, Paulo (1995) – Breve notícia sobre a campanha arqueológica de 1992 na igreja visigótica do sítio dos Mosteiros, Portel. In *IV Reunió d'Arqueologia Hispànica. Lisboa (1992)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. ISBN 84-7283-33-3, pp. 463-469.

ALMEIDA, Bruno (2019) – *Terminology and Knowledge Representation: Ceramic Artefacts of al-Andalus* [en línea]. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa / Communauté Université Grenoble Alpes. Tese de doutoramento. [Consult. 26-3-2020] Disponible en: http://hdl.handle.net/10362/82365.

AZUAR, Rafael (2015) – La Rábita de Guardamar (Alicante) y los Ribât/s, en el ámbito rural. In *Arqueología Medieval. Espais Sagrats*. Lleida: Pagés editors, pp. 135-149.

BARROS, Maria de Fátima; BOIÇA, Joaquim Manuel; GABRIEL, Celeste (1996) – *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As visitações e os Tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-06-2.

BOIÇA, Joaquim Manuel (1998) – *Imaginária de Mértola, tempos, espaços, representações*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-08-9.

BOONE, James (1992) – The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: A Califal-Taifal period rural settlement in the lower Alentejo of Portugal. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 1, pp. 51-64.

BOONE, James (1993) – The third season of the excavations at Alcaria Longa. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 2, pp. 111-126.

BOONE, James (1994) – Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana, Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste. Huelva-Niebla, 1993*. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Universidad de Huelva. ISBN 84-604-9615-5, pp. 527-545.

BOONE, James (1996) – Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo Medieval? Arqueologia Medieval. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 4, pp. 25-36.

BOONE, James (2001) – Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements. *Era*. Lisboa: Era, Arqueologia/Colibri. ISBN 0874-9701. Nº 4, pp. 105-121.

BORGES, Artur Goulart de Melo (2001) – As inscrições lapidares árabes de Mértola. Epigrafia. In *Museu de Mértola. Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 101-104 y 181-187.

BUGALHÃO, Jacinta *et allii* (2010) – CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Ândalus. *In Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, 22, 23 e 24 de Outubro de 2009. Xelb*. Silves: Museu Municipal de Silves. Nº 10, pp. 455-476.

CANDÓN, Alicia (2001) – A necrópole islâmica de Mértola. In *Museu de Mértola. Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-17-8, pp. 83-99.

CAPELA, Fábio; TEICHNER, Felix e HERMANN, Florian (2020) – Cerro do Castelo de Alferce (Monchique) um emblemático sítio arqueológico. *Al-Madan*. [on line]. II serie, nº 23, tomo 1, pp. 35-49. [consult. 24-3-2020]. Disponible en https://issuu.com/almadan/docs/ao23-1. ISSN 2182-7265.

CATARINO, Helena (1997/1998) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. *al-'ulyã*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. ISSN 0872-2323. Nº 6, 3 vols., 1306 pág.

CATARINO, Helena (2002) – Castelos e território omíada na kura de Ocsonoba. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (5000-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela. ISBN 972-772-308-X, pp. 29-44.

CATARINO, Helena (2005-2006) – Formas de ocupação rural em Alcoutim (Séculos V-X). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. ISSN 0211-1608. Nº 31-32, pp. 117-136.

CATARINO, Helena (2012) – O Castelo Velho de Alcoutim: Minas e vestígios de metalurgia. *Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Nº 51, pp. 119-149.

CATARINO, Helena *et alii* (2012) – La céramique islamique du Ġarb al-Andalus: contextes socio-territoriaux et distribution. *In Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo. Venezia 2009*.Venezia: Edizioni All'Insegna del Giglio. ISBN 978-88-7814-540-5, pp. 429-441.

CAVACO, Sandra *et alii* (2013) – Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais de distribuição. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda. ISSN 0870-094X. Série V, Volume 3, pp. 349-380.

CHALMETA, Pedro (1994) – *Invasión e Islamización*. Madrid: Ed. MAPFRE. ISBN 84-7100-626-X.

CHALMETA, Pedro (1998) – Al-Andalus: la implantación de una nueva superestructura. In *Ruptura o continuidad. Pervivencias preislámicas en al-Andalus, Cuadernos Emeritenses,* 15, pp. 9-28. Mérida: Ed. Museo Nacional de Arte Romano.

COELHO, António Borges (1989[2]). *Portugal na Espanha árabe*. 2 vols. Lisboa: Ed. Caminho.

CORREIA, Fernando Branco (2014) – Da Lusitânia ao domínio omíada. Beja como tela de fundo de uma reflexão. In *O Sudoeste Peninsular Entre Roma e o Islão.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 178-187.

COUTINHO, Hélder (1993) – Cerâmica Muçulmana no Montinho das Laranjeiras. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 2, pp. 39-54.

COUTINHO, Hélder (2003) – Os Buyut do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) – Escavações de 2000. *Xelb*. nº 4. Silves: Museu Municipal de Silves. ISBN 972-8506-06-X, pp. 265-278.

DGPC (2016) – *Ofício ref. DBC/DPIMI/UCC CSP 134809. 2016-04-22. Abertura do procedimento de classificação do Sítio Arqueológico do Alto da Vigia, na Praia das Maçãs, freguesia de Colares, concelho de Sintra, distrito de Lisboa* [em linha]. [Consult. 2018-8-31]. Disponível em http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/consulta_publica/zep%20praia%20macas.pdf.

DIAS, Manuela (1999) – Sobre o epitáfio de Juliano, Bispo (Cacela, 987 d.C.). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Nº 6, pp. 11-18.

DIAS, Manuela; GASPAR Catarina (2006) – *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português (CIPTP)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos UL.

ENCARNAÇÃO, José de e GONÇALVES, Maria José (2013) – Cilpes/Cilpis/Xilb/Silves? Para uma discussão antiga um novo contributo. A inscrição de Silves evocativa do templo de Neptuno. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, H.ª Antigua* [en línea]. Madrid: UNED. t. 26, pp. 255-276. [Consult. 24-3-2020]. Disponible en DOI: 10.5944/etfii.26.2013.13747. ISSN: 2340-1370.

FERNANDES, Isabel Cristina (2004) – *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2004. ISBN 972-772-472-8.

FERNANDES, Isabel Cristina (2008) – Alcaria do Alto da Queimada. In. *Palmela Arqueológica: Espaços, Vivências, Poderes. Roteiro da Exposição*. Palmela. Município de Palmela, pp. 39-51.

GOMES, Rosa Varela (1995) – Cerâmicas muçulmanas de Silves, dos séculos VIII e IX. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 19-32.

GOMES, Rosa VARELA (2002) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território y cultura.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. ISBN 972-8662-05-X.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, M. Varela (2007) - *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*. Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007. ISBN 978-972-95654-3-4.

GÓMEZ, Susana (2006) – *Cerámica Islámica de Mértola: Producción y comercio* [*on line*]. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, 2006. [Consult. 2-6-2014]. Disponible en: <http://eprints.ucm.es/7087/>. 4041 pp.

GÓMEZ, Susana (2011) – Intervenção arqueológica na Mesquita – Igreja Matriz de Mértola. *In Mesquita – Igreja de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-972-9375-33-0, pp. 89-104.

GÓMEZ, Susana (2015) – La presencia islámica en el sudoeste de la Península Ibérica en época emiral *in Actas IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval en la Frontera Inferior de al-Andalus: La Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C./94-138 H.)*. Mérida: Mérida Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica. ISBN 978-84-606-7077-3, pp. 95-122.

GÓMEZ, Susana (2019) – Algunas cuestiones de arqueología del Garb al-Andalus. In *al-Kitāb Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval. ISBN 978-84-09-15467-8, pp. 409-416.

GÓMEZ, Susana *et alii* (2015) – A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica. In *Actas X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo/Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-9375-48-4. T. 1, pp. 19-50.

GONÇALVES, Maria José (2009) – Silves Islâmica – Deambulando pelo Arrabalde Oriental. In *Xelb* nº9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia. ISBN 978-972-8505-24-0, pp. 489-524.

GONZALEZ, Cristina (2013) – Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média). In. *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 913-921.

GRILO, Carolina; GÓMEZ, Susana; MARQUES, João (2014) – Alqueva entre Roma e o Islão: o Povoamento Rural na Antiguidade Tardia e no Início da Época Islâmica. In *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão – Southwestern Iberian Peninsula between Rome and Islam*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-972-9375-45-3, pp. 188-243 e 392-401.

GUERRA, Amilcar; FABIÃO, Carlos (1993) – Uma fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodovar). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 2, pp. 85-102.

HENRIQUES, Fernando *et alii* (2016) – Um oratório islâmico no Cerro da Mina (Complexo Mineiro SOMINCOR, Almodôvar) [en línea]. *EMERITA – Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. [s.l]: EMERITA Empresa Portuguesa de Arqueologia. ISSN: 2183 – 1963. nº 2. Disponível em: http://emeritaeapc2013.info/textos.html.

KHAWLI, Abdallah (2001) – Mértola islâmica: os dados dos textos árabes medievais. In *Museu de Mértola. Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-17-8, pp. 25-41.

LÉVI-PROVENÇAL, Évariste (1953) – La «description de l'Espagne» d'Aḥmad al-Rāzī. *Al-Andalus*. Madrid-Granada: CSIC. Vol. XVIII, pp. 51-108.

LOPES, Maria da Conceição; ALFENIM, Rafael (1994) – A vila romana do Monte da Cegonha. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana, Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste. Huelva-Niebla, 1993*. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Universidad de Huelva. ISBN 84-604-9615-5, pp. 485-502.

LOPES, Virgílio (2011) – *O Mosteiro do Monte Mosteiro*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola. ISBN 978-989-95873-7-3.

LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia (Séculos IV-VIII)*. Tesis doctoral. Huelva: Universidad de Huelva. [Consult. 3-9-2014]. Disponible en http://hdl.handle.net/10272/8053.

MACIAS, Santiago (1993) – Um espaço funerário. *In Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-02-X, pp. 30-62.

MACIAS, Santiago (2006) – *Mértola, o último porto do Mediterrâneo.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-25-9. 3 Vol.

MACIAS, Santiago; BARROS, Maria de Fátima de; GÓMEZ, Susana (2018) – A mesquita / Igreja Matriz de Mértola. Vestígios ocultos e esquecidos. A informação arqueológica. *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa: DGPC. ISSN: 0872-8747. Nº 36 (2018), pp. 62-75.

MACIAS, Santiago; LOPES, Maria da Conceição. (2012) – O território de Beja entre a Antiguidade Tardia e a Islamização. In *Visigodos y Omeyas. El território*. Mérida: Instituto de Arqueología – Mérida, CSIC/Junta de Extremadura – Consorcio de Mérida. ISBN 978-84-00-09457-7, pp. 305-328.

MARQUES, João *et alii* (2014) – *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno). Bloco 14 – Intervenções e estudos no Alqueva*. Beja: EDIA.

MATOS, José Luís (1991) – Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. *In A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo. Lisboa, 1987.* Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 429-472.

MATOS, José Luís (1996) – Cerro da Vila. *Al-'ulya*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé. nº 5, pp. 23-28.

NOLEN, Jeannette (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares (Balsa) incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia.

PALMA, Maria de Fátima (2012) (Coord.) – *Carta Arqueológica do Concelho de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN: 978-972-9375-39-2, 250 p.

PALMA, Maria de Fátima; GÓMEZ, Susana. (2013) – O Castelo de Mértola em Época Islâmica. In *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb – Séculos VI a XVI.* Lisboa: Edições Colibri – Campo Arqueológico de Mértola, pp. 405-412.

PEREIRA, Tiago André Simões (2013) – *A Ocupação Alto-Medieval do Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo).* [en línea]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Disponible en: http://hdl.handle.net/10362/11917.

PÉREZ, Luis Gethsemaní (2013) – Problemas metodológicos en el estudio del mundo rural andalusí. *Medievalista*. [Em linha]. Nº14, (Julho-Dezembro 2013). [Consultado 10.11.2013]. Disponible en http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/aguilar1406.html. ISSN 1646-740X.

PICARD, Christophe (2000) – *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose. 422 p.

PICARD, Christophe; BORRUT, Antoine (2003) – Râbata, Ribât, Râbita: une institution à reconsidérer. In *Chrétiens et musulmans en Méditerranée Médiévale (VIIIe – XIIIe siècle). Échanges et contacts*. Potiers: Université de Poitiers, pp. 33-65.

PORTUGAL. DGPC (2014-) – Sítios. In *Portal do arqueólogo*. [on line]. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural. [consult. 26-3-2020]. Disponible en http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=51667.

RICOU, Teresa; GONÇALVES, Ana; GÓMEZ, Consuelo (2013) – Torre velha 1: uma *villa* na Antiguidade Tardia. In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 841-847.

SÁNCHEZ RAMOS, Isabel María e MORÍN DE PABLOS, Jorge (2016) – *Idanha-a-Velha. Guía Arqueológica*. Madrid: Auditores de Energía y Medio Ambiente, S.A. ISBN: 978-84-16450-19-0. https://www.academia.edu/33204331/Idanha-a-Velha_GU%C3%8DA_ARQUEOL%C3%93GICA.

SANTOS, Filipe (2006) – O povoado islâmico dos Alcariais de Odeleite. Uma *Qarya* no Algarve Oriental. Primeiros resultados arqueológicos. *Promontoria*. Faro: Universidade do Algarve. Ano 4, n.º 4, pp. 161-265.

SIDARUS, Adel (1991) – Amaia de Ibn Maruán: Marvão. *Ibn Maruán*. Nº 1, pp. 13-25.

SIDARUS, Adel (1996) – Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (712-788). *Arquivo de Beja*. Série III. Vols. II/III, pp. 27-39.

SIDARUS, Adel; TEICHNER, Felix (1997) – Termas romanas no Gharb al-Ândalus. As inscrições árabes de Milreu (Estoi). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 0872-2250. Nº 5 (1997), pp. 177-187.

SILVA, António e SILVA, Ricardo Costeira da (2005) –Resultados da intervenção no sítio arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. Vol. 8. n.º 2 (2005), pp. 55-106.

TEICHNER, Felix (1994) – Acerca da Vila Romana de Milreu/Estoi. Continuidade da ocupação na época árabe. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250, nº 3, pp. 89-100.

TORRES, Cláudio (1992a) – Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. N.º 1, pp. 189-202.

TORRES, Cláudio (1992b) – O Garb al-Andaluz. In *História de Portugal direcção de José Mattoso. Primeiro volume. Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-331262-X, pp. 327-372.

TORRES, Cláudio (1993) (Dir.) – *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio *et alii* (1991) – *Museu de Mértola. I Núcleo do Castelo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio *et alii* (1993) – *Núcleo Visigótico. Museu Regional de Beja*. Beja: Museu Regional de Beja.

TORRES, Cláudio *et alii* (2007) – A escultura decorativa de Portugal. O grupo de Beja. In *Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, XLI, pp. 171-189.

TORRES, Cláudio *et alii* (2018) – Arqueologia urbana em Mértola (Portugal). Uma perspetiva integrada. In *IV FAUR – 4º Fórum Luso-brasileiro de Arqueologia Urbana em Centros Históricos.* Faro: Universidade do Algarve – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. ISBN 978-989-8859-37-2, pp. 98-121.

TORRES, Cláudio; GÓMEZ, Susana; FERREIRA, Manuela Barros (2003) – Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos. In *IIIas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Tondela 28 a 31 de Outubro de 1997*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 125-134.

VIANA, Abel (1958) – Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique). *Arquivo de Beja*. Beja. XV, pp. 25-35.

VIANA, Abel (1960) – Notas históricas arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. XVII (1960), pp. 138-231.

ZOZAYA, Juan (2018) – Tumbas de santones y oratorios musulmanes de al-Andalus. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 14, pp. 203-216.

A PRESENÇA CRISTÃ ANTIGA E OS PRIMEIROS TEMPOS ISLÂMICOS NO CASTELO DE SILVES

Rosa Varela Gomes

Instituto de Arqueologia e Paleociências / História, Territórios e Comunidades – CFE NOVA. F.C.S.H. / rv.gomes@fcsh.unl.pt

Resumo

O Castelo de Silves é o mais importante e melhor conservado dispositivo defensivo do *Gharb al-Andalus*. Intervenções arqueológicas que ali temos vindo a dirigir, ao longo de várias décadas, demonstraram a existência de testemunhos de pequeno templo cristão (séculos VI-VIII) que poderá ter sido contemporâneo de uma primeira fortificação islâmica, ou palácio-fortaleza, datada nos século VIII. Ulteriormente, nos séculos IX-X realizaram-se grandes campanhas de obras tendo em vista regularizar zona de encosta de modo a alargar a área edificada. Aquelas foram identificadas, em particular, nos sectores nascente e sul através de terraplenos e níveis de ocupação que entregaram estruturas e espólio diverso, com a cronologia acima referida, corroborada por datações de 14C.

Palavras-chave: Silves, Arqueologia, Séculos VI-X, Arquitectura, Cerâmica.

Abstract

Silves Castle is the most important and best-preserved defensive device in the *Gharb al-Andalus*. Archaeological interventions that we have been carrying out there, for several decades, have demonstrated the existence of testimonies of a small Christian temple (6th-8th centuries) that may have been still contemporary with an early Islamic fortification, or palace-fortress, dated in the 8th century. Subsequently, in the 9th-10th centuries, major construction campaigns were carried out having in view regularizing the hillside area in order to expand the built area. Those were identified, in particular, in the east and south sectors, through earthwork evidences, occupation levels, structures and diverse artefacts, with the aforementioned chronology, corroborated by 14C datations.

Keywords: Silves, Archaeology, 6th-10th Centuries, Architecture, Ceramics.

1. INTRODUÇÃO

Muito embora tenhamos vindo a dirigir escavações arqueológicas no Castelo de Silves, há mais de três décadas, foi graças a projecto de musealização daquele Monumento Nacional, promovido pelo Município, no âmbito do Programa Silves Polis, com autoria dos arquitectos Mário Varela Gomes e Pedro Correia Costa, que tivemos oportunidade de efectuar o acompanhamento arqueológico da obra e intervencionar, entre 2003-2007, distintas áreas entre elas os sectores norte, noroeste, poente e sul, permitindo-nos obter melhor informação no respeitante às suas ocupações humanas mais recuadas. Estas já tinham sido abordadas, dado que os testemunhos mais antigos ali estudados integravam nível arqueológico (C8), onde exumámos cerâmicas que considerámos como pertencentes ao fundo cultural peninsular, de tradição tardo-romana ou visigótico-bizantina, classificadas nos séculos VI-VII, coexistindo com conjunto de peças islâmicas exógenas (Gomes, 1988: 87-100; 1991: 13-39; 1992: 19-32; 2003: 467-506; Vieira Ferreira *et alii*, 2016: 434-443). Trata-se de camada que atribuímos ao início da ocupação muçulmana do arqueossítio, tanto através da sequência estratigráfica identificada como do espólio exumado, e para a qual obtivemos confirmação cronológica através de duas análises de radiocarbono (14C). Estas, após calibração dendrocronológica (a 2 *sigma*) ofereceram intervalos situados entre 670-890 cal. d.C. (Ly-4167) e entre 672-881 cal. d.C. (ICEN -569). Ambas amostras indicam cronologias muito próximas, idênticas em termos estatísticos, correspondendo a pleno século VIII ou aos inícios da centúria seguinte. Como não reconhecemos estruturas que justificassem aquele espólio, encontrado a cerca de 6 m de profundidade em relação ao último nível da ocupação islâmica, considerámos como sendo o resultado de nivelamento que tinha como objectivo regularizar zona de encosta, de modo a criar esplanada que iria permitir alargar a área edificada, aspectos que foram confirmados, graças ao acompanhamento arqueológico mencionado (Gomes, 2003: 489).

Sobre o nível acima referido (C8), reconhecemos camada estéril (C7), sem qualquer tipo de estruturas ou espólio, que reforça a interpretação ligada ao nivelamento. Sobre ela identificámos outro estrato (C6), que integrava sector de muro e de pavimento, junto dos quais recolhemos espólio que atribuímos aos Finais do Emirado Omíada ou aos inícios do Califado (Gomes, 2003: 457-467).

Ulteriormente, ao alargarmos aquela área investigada, reconhecemos parte de compartimento e sectores de outras estruturas, assim como diversificado espólio vítreo, ebúrneo e, em particular, cerâmico que considerámos como sendo do Período Califal (C5) (Gomes, 2003: 431-457). Confirmam esta atribuição cronológica quatro datações radiocarbónicas, obtidas a partir de carvões que, quando calibradas a *2 sigma*, mostraram intervalos situados entre 1020-1270 cal. d.C. (ICEN-571); 893-1022 cal. d.C. (ICEN-877); 779--971 cal. d.C. (ICEN-672) e 1025-1251 cal. d.C. (ICEN 1185), ou seja estatisticamente situadas no século X, muito embora duas das amostras ofereçam cronologia com distinta amplitude temporal (Gomes, 2003: 443). Este aspecto pode, possivelmente, dever-se ao facto de o espaço ocupado pelo compartimento de onde provêm duas das amostras, ter sido reutilizado, até à conquista definitiva da alcáçova pelos cristãos (Gomes, 2003: 108, 109, 346, 413, 431). Análise realizada ao levantamento, em planta e alçados, das muralhas do Castelo permitiu-nos verificar que os panos daquela situados a poente e a sul são quase rectilíneos e perpendiculares entre si, orientados segundo os pontos cardeais, contrastando com os restantes onde se reconhece percurso com acentuadas curvaturas e disposições oblíquas devido, eventualmente, às irregularidades do terreno onde se instalou a alcáçova. É possível que os dois panos de muralha mencionados tivessem integrado, durante o Califado, muralha rectilínea que, apesar das várias campanhas de obras, se manteve graças ao facto de a poente o terreno ser plano (Gomes, 2003: 140-143).

2. ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS

O mais antigo testemunho arquitectónico que identificámos, por ora, no Castelo de Silves, corresponde aos alicerces de pequeno templo cristão, reconhecido no sector norte, muito destruído devido à sobreposição de construções muçulmanas e assentando directamente no substrato rochoso (Figura 1). Dele subsistiu parte da abside, orientada na direcção de nascente e possuindo planta com forma de arco ultrapassado, assim como troços de paredes, que faziam parte de sector da nave principal e, eventualmente, de uma das duas naves laterais. Não nos foi possível verificar o seu comprimento total. O alicerce da abside, construído com blocos de grés vermelho, ligados com massa de terra e cal, media 3,60 m de diâmetro no exterior, 1,60 m de raio no interior e o vão de entrada 2,16 m de largura. Parte do solo da abside mostrava ainda ter sido revestido com massa de cal e areia. Àquela encontrava-se

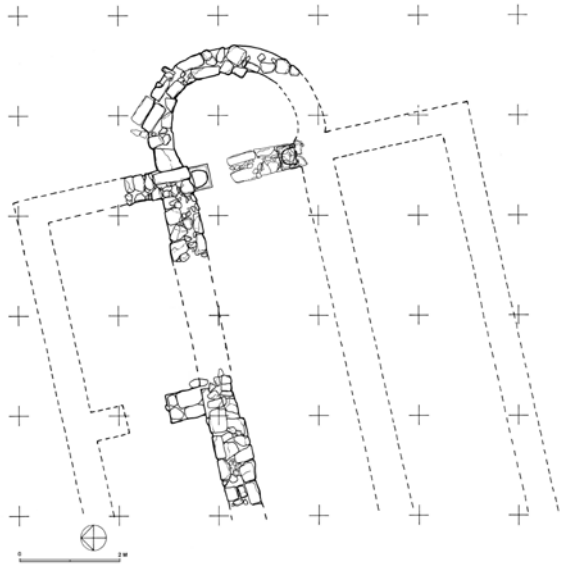


Figura 1 – Castelo de Silves. Planta dos testemunhos de basílica cristã (seg. R.V. Gomes).

associada a porção de muro, construído com blocos de grés vermelho, ligados com massa de terra e cal, que media, pelo menos, 6,40 m de comprimento, encontrando-se destruído na sua zona central, e tendo 0,70 m de largura. Este delimitaria a nave central do templo. Pertenceram ao conjunto edificado restos de sepulturas de inumação, uma delas no seu lado norte, assim como diversos fragmentos de elementos arquitectónicos, dos séculos VI-VII, ali encontrados avulso, tal como outros reutilizados, mais tarde, nos espaços habitacionais islâmicos do Castelo. Entre eles contam-se capitel, fustes de colunas e as suas bases, assim como lajes, tudo produzido, maioritariamente, em mármore e com diferentes dimensões.

No sector norte recuperámos coluna (Q1420/C2--2), de mármore, com fuste cilíndrico que apresenta, em uma das extremidades, canelura disposta verticalmente, talvez para receber cancela, também de pedra. Mede 1,10 m de altura e 0,34 m de diâmetro. No sector nascente exumámos, no pátio que permite aceder ao complexo de banhos do palácio principal daquela alcáçova, capitel (Q143/C2-2), de mármore branco, muito destruído, com forma troncocónica. Apresenta decoração afim do estilo coríntio, constituída por dupla coroa de folhas de acanto e, junto à base, conjunto de quatro folhas, com nervura central, que se prolongam superiormente. O espaço disponível entre aquelas mostra enrolamentos, simétricos, que circundariam outros fitomórficos (Figura 2). Mede 0,32 m de altura, 0,15 m de diâmetro na base e 0,32 m de diâmetro máximo.



Figura 2 – Castelo de Silves. Capitel dos séculos VI-VII (foto J. Gonçalves).

Sector de coluna (Q173/C2-1), de sienito de Monchique, que apresentava primitivamente secção circular, foi adaptado a soleira de porta na área palatina. Mede 0,68 m de comprimento e 0,20 m de diâmetro. No pavimento do pátio interior do denominado "palácio almóada" exumámos vários fragmentos de lajes de mármore, de cor cinzenta, que foram ali reutilizados (Gomes, 2003: 55, fig. 57). No sector noroeste da alcáçova recolhemos, em uma das paredes de área residencial islâmica, base de coluna (Q603/C2-1), de mármore, com corpo de forma cilíndrica, possuindo moldura e base quadrangulares. Mede 0,23 m de altura e 0,40 m de largura máxima na base. Parte de fuste de coluna (Q617/C2-1), também de mármore e com secção semicircular, mede 1,10 m de altura por 0,34 m de diâmetro e provém do mesmo sector. No sector poente recuperámos dois outros fragmentos de fustes, de coluna e colunelo, ambos de calcário e com forma cilíndrica. Um colunelo (Q1202/C1B-5), oferece remate com gola pronunciada e mede 0,38 m de altura por 0,26 m de diâmetro médio. O outro (Q1213/C1B-1) apresenta 0,14 m de altura e 0,09 m de diâmetro (Figura 3).

No sector noroeste, assente directamente sobre o substrato rochoso, identificámos, a cerca de 30 m para sul da estrutura basilical referida, o mais antigo testemunho arquitectónico muçulmano da área onde se haveria de erguer a alcáçova. Ali reconhecemos dois longos troços de paredes, construídos em taipa militar, perpendiculares entre si, um deles orientado no sentido nascente-poente e o outro, no sentido norte-sul. Estas estruturas mediam respectivamente 13,12 m e 11,20 m de comprimento, 0,70 m de largura média e terão sido propositadamente demolidas até ao nível dos pisos das edificações que integravam a última ocupação islâmica do local (C2). A largura dos muros de taipa referidos indica que poderiam ter tido mais de 4,00 m de altura.

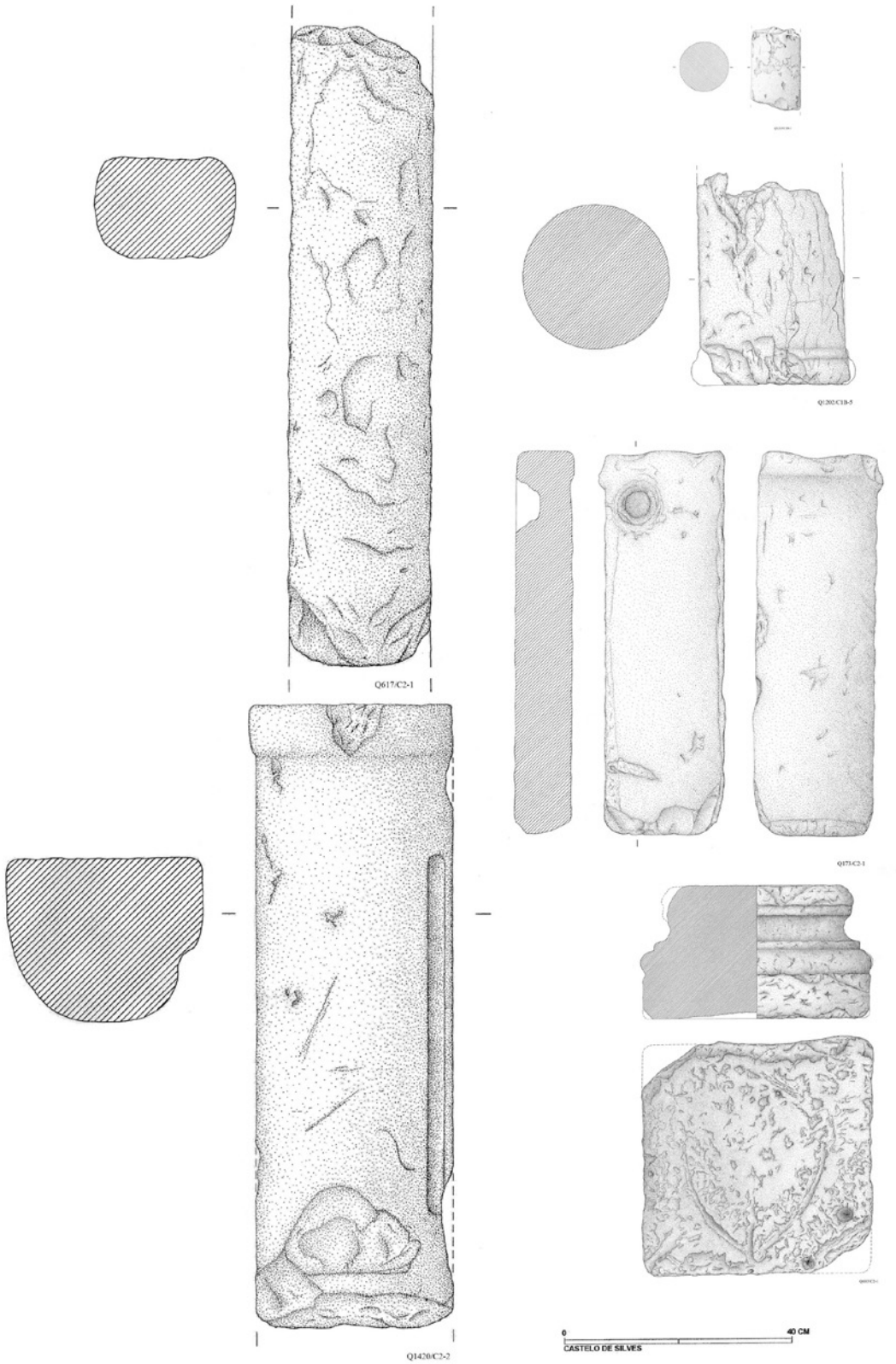


Figura 3 – Castelo de Silves. Elementos arquitectónicos dos séculos VI-VII (des. S. Costa).

Devem associar-se àquela estrutura quatro fortes pilares, oferecendo secção rectangular, orientados, sensivelmente, no sentido dos pontos cardeais, distando entre si entre 2,08m e 2,40 m, construídos com blocos de arenito vermelho, bem aparelhados, ligados com massa de terra e cal. O primeiro pilar (Q598), encontrava-se muito destruído, por muro de compartimento (comp. 5) de espaço habitacional islâmico ulterior (Casa C) e mede 0,64 m de largura. O segundo (Qs 583 e 566), mostra largura igual ao anterior e 1,12 m de comprimento. O terceiro (Qs 549 e 550), oferece 0,72 m de largura e 1,04 m de comprimento. Por fim, o último pilar detectado (Qs 515 e 516), possui igualmente 0,64 m de largura e 0,88 m de comprimento. Verifica-se que três deles mostram idêntica largura sendo, apenas, um algo mais largo, mas apresentando menor comprimento.

Trata-se dos restos de edificação, erguida em forte taipa militar, sobre alicerces de pedra, possuindo planta de forma quadrangular. Dela perviveram sectores das paredes exteriores, situadas a nascente e a norte, formando canto, assim como as bases dos quatro pilares mencionados, que integravam grande construção com pórtico, rodeando pátio interior, interpretada como palácio-fortificado. Possivelmente possuía, apenas, uma porta de entrada, talvez voltada a sul e poderia ter sido provida de torre ou torres, de que encontrámos restos de uma delas, no canto nordeste. A sua destruição deve-se, por certo, à remodelação daquele espaço, e à edificação da alcáçova, ainda durante o Califado.

3. DO ASSENTAMENTO EMIRAL AO CALIFAL

O acompanhamento arqueológico que realizámos no sector sul, no âmbito do projecto mencionado, permitiu-nos identificar camada (C6), com cerca de 0,30 m de potência média, mas que foi apenas em parte intervencionada, constituída por terras algo compactas de cor castanha a castanha escura. Integrava estruturas muito fragmentadas, construídas com blocos, bem aparelhados, de arenito vermelho, ligados com massa de terra e cal, das quais, apenas, duas delas poderiam corresponder a canto de compartimento, medindo respectivamente 1,04 m e 0,80 m de comprimento. A sul desta estrutura encontrámos outra pertencente a pavimento algo irregular, medindo 3,00 m de comprimento por 2,30 m de largura e orientada, segundo o seu eixo maior, no sentido noroeste-sudeste, sobre a qual recolhemos diversificado espólio. Entre este conta-se: tabuleiro de jogo (Q1532/C6-1), de arenito vermelho, com duas cartelas, rectangulares e concêntricas, gravadas por abrasão medindo 0,33 m de comprimento, 0,25 m de largura e 0,14 m de espessura; fragmento de espátula (Q1665/C6-20), em liga de cobre, com forma trapezoidal e secção rectangular, oferecendo 0,34 m de comprimento, 0,01 m de diâmetro máximo e 0,002 m de espessura; fragmento de marca de jogo (Q1699/C6-1), de osso, com forma paralelepipédica, medindo 0,11 m de comprimento e 0,012m de lado. A cerâmica constituía o espólio mais numeroso, tendo sido recolhida em duas quadrículas contíguas (Qs1665 e 1666). Como os exemplares de ambas colavam entre si, efectuámos o seu estudo em conjunto, como se de uma mesma unidade se tratasse, totalizando 3186 fragmentos. Dos fragmentos exumados 9,32% foram fabricados com pastas de cores claras e 90,68% com pastas de cores vermelhas. As superfícies são da mesma cor do núcleo ou de cor algo mais escura. Nos exemplares que apresentam pastas de cores claras, 0,37% mostram as superfícies esmaltadas de cor branca, tendo decoração nas cores verde e castanha escura ou só desta última cor, possuindo 0,3% as superfícies vidradas. Na totalidade dos fragmentos recolhidos, 27,31% pertenceram a loiça de mesa, com as seguintes formas: taças, copo, bule, jarros ou jarras, lavabo e púcaros; 19,71% correspondem a loiça de cozinha, que incluem alguidares, frigideiras, panelas e testo; 24,26% integram loiça de armazenamento (cântaros, cantil, pote, bilha e talhas); os contentores de fogo 0,16% circunscrevem-se, apenas, a lucernas; 0,78% inclui a denominada cerâmica industrial, como alcatruz e caldeiras de alambique; não tendo permitido identificação formal 27,78% dos fragmentos. Na cerâmica de mesa os púcaros constituem a forma mais numerosa, na de cozinha as panelas apresentam a percentagem mais elevada, enquanto na de armazenamento os cântaros são em maior número e na industrial predominam os alcatruzes.

Os fragmentos que apresentam as superfícies esmaltadas correspondem a taças (Figura 4). Estas foram fabricadas com pastas de cor rosada ou bege amarelada, bem depuradas, contendo elementos não plásticos, de grão finíssimo a fino. As superfícies mostram esmalte, muito ou pouco aderente, de cor branca ou bege clara, quase branca. Possuem forma hemisférica achatada e assentam em fundo plano ou em pé, baixo, anelar. Os bordos são ligeiramente espessados e algo extrovertidos ou, apenas, extrovertidos. Oferecem decoração pintada, na superfície interior, de cor castanha escura ou na cor verde, constituída por motivo geométrico (Q1666/C6-9); epigráfico (Q1665/C6-13) ou

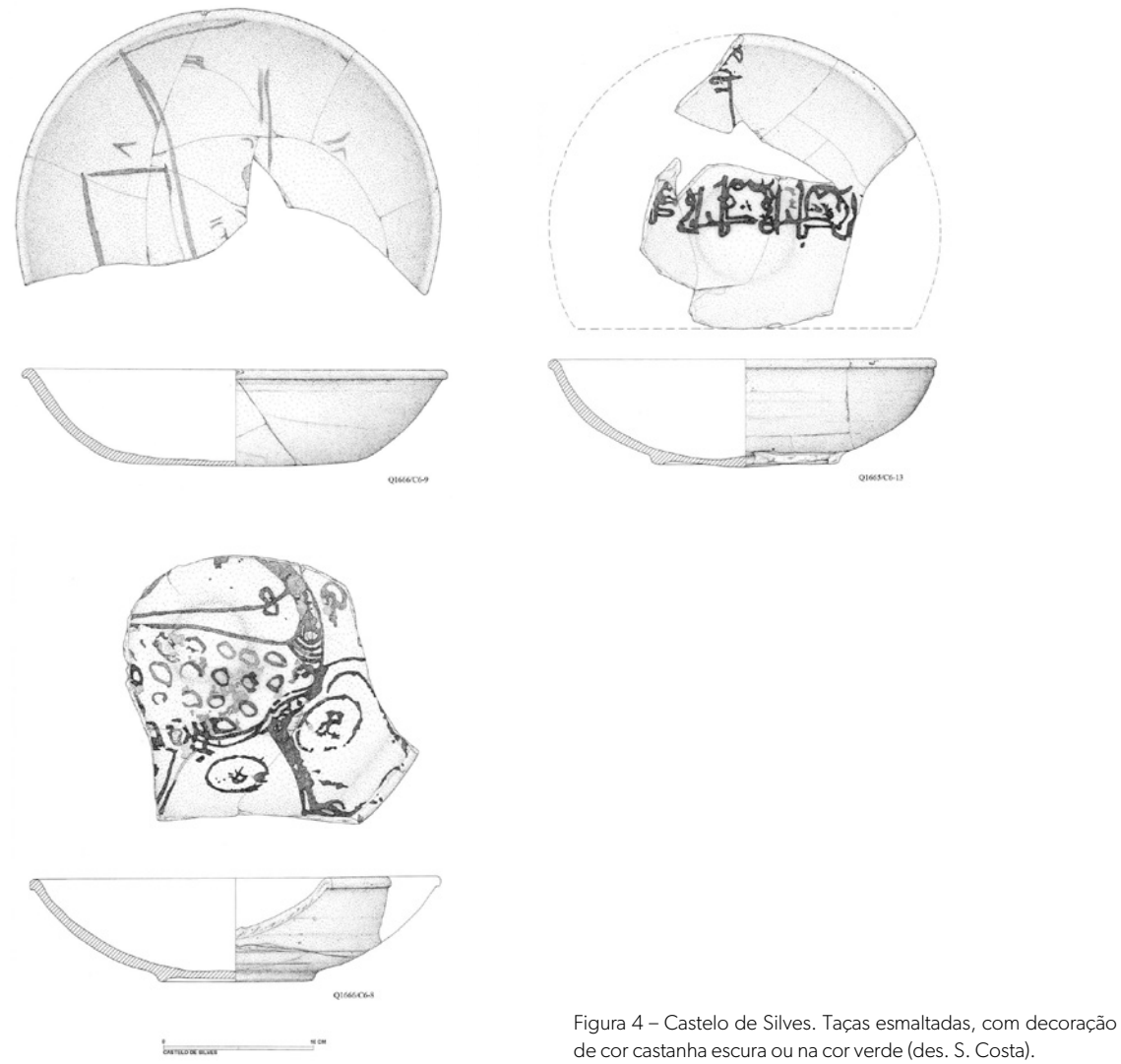


Figura 4 – Castelo de Silves. Taças esmaltadas, com decoração de cor castanha escura ou na cor verde (des. S. Costa).

zoomórfico (Q1666/C6-8). Este último representa possível gazela, de pé e de perfil, contendo parte do pescoço, alongado e ligeiramente curvado para trás, e do corpo do animal, preenchido com círculos irregulares, de cor castanha escura, sendo a restante superfície de cor verde. Em torno da figura mencionada foram pintados círculos, irregulares, preenchidos por pseudo-asteriscos de pequenas dimensões. Ligado ao pescoço teria cordão ou, eventualmente, motivo fitomórfico.

Os púcaros foram fabricados com pastas cor-de-laranja ou de cor vermelha, contendo elementos não plásticos de grão fino e, alguns, de grão médio. Ambas superfícies ou, apenas, a interior oferecem a mesma cor do núcleo ou à exterior foi aplicada aguada de cor vermelha acastanhada. Todos os exemplares mostram bordo, com lábio de secção semicircular, podendo ser demarcado, exteriormente, por incisão. Identificámos duas formas distintas. Uma delas apresenta corpo vertical, assente em fundo plano ou ligeiramente convexo, e possuindo duas asas, opostas, com perfil semicircular e secção oval ou subtriangular, encontrando-se a extremidade superior fixada ao bordo e a inferior ao fundo. A superfície exterior oferece decoração pintada, de cor branca, constituída por três linhas, horizontais, duas das quais delimitam cartela preenchida por três e quatro (Q1665/C6-4) ou cinco e sete (Q1665/C6-11) segmentos de recta, paralelos, dispostos obliquamente e formando ziguezague que preenchem todo o corpo da peça. A outra forma (Q1665/C6-5) mostra gargalo alto e vertical, corpo cilíndrico e duas carenas, uma no início do corpo e outra antecedendo o fundo, possuindo duas asas opostas, de que subsis-

tem as marcas sobre o bordo e o arranque das extremidades inferiores junto ao fundo. Oferece decoração pintada, de cor branca, constituída, no gargalo, por três linhas, horizontais, duas delas delimitando cartela contendo motivo ondulado ladeado por pontos. Na separação entre o gargalo e o corpo, foi pintada linha e, sob ela, séries de três a quatro traços, paralelos entre si, dispostos obliquamente, formando ziguezague e preenchendo todo o corpo do recipiente.

Os jarros foram produzidos com pastas de cor vermelha ou cor-de-laranja, contendo elementos, não plásticos, de grão fino a médio. As superfícies interiores apresentam a mesma cor da pasta, enquanto às exteriores foi aplicada aguada de tom algo mais claro que o daquela ou de cor castanha escura a negra. Mostram corpo, de forma globular achatada, assente em fundo plano. O gargalo é alto, vertical, e o bordo possui lábio de secção semicircular, podendo ser demarcado, exteriormente, através de incisão. Eram providos de asa, de que subsiste uma, com perfil semicircular e secção oval, sendo a extremidade superior fixada sobre o bordo e a inferior em zona mesial do corpo. A superfície exterior oferece decoração pintada de cor branca, constituída por três linhas, horizontais, no gargalo, duas delas delimitando cartela no interior da qual foram representados semicírculos, com ponto central, mostrando entre eles grupos de traços verticais (Q1666/C6-14). Ornamentação similar foi, também, pintada entre o início do corpo e a sua zona mesial. Outro dos jarros (Q1665/C6-23) contém linha horizontal pintada sobre o bordo e, entre o gargalo e a zona mesial do corpo, três linhas digitadas dispostas verticalmente.

Um bule (Q1665/C6-21) foi fabricado com pasta cor-de-laranja, contendo elementos, não plásticos, de grão finíssimo a fino. Às superfícies foi aplicada aguada de cor algo mais clara que a da cor da pasta. Mostra corpo globular achatado, gargalo alto, com bordo vertical e lábio de secção semicircular. Sob o bordo e no início do corpo, apresenta pequeno bico, de forma cilíndrica, e teria tido, no lado oposto, asa. Assenta em fundo plano. A superfície exterior oferece decoração pintada, de cor branca, constituída por duas linhas, horizontais, sobre e sob o bordo, assim como oferece faixa reticulada, no início do corpo, executada com traços finos e delimitada por quatro linhas, horizontais, dispostas duas de cada lado.

Jarra (Q1665/C6-16), quase completa, foi produzida com pasta cor-de-laranja, contendo elementos, não plásticos, de grão fino a médio. A superfície interior é da cor da pasta, enquanto à exterior foi aplicada aguada de cor vermelha. O corpo, de forma globular algo achatada, assenta em fundo ligeiramente convexo. Possui gargalo alto subcilíndrico e o bordo é vertical, com lábio de secção semicircular. Apresenta duas asas, opostas, verticais, ligeiramente sobrelevadas, com secção subtriangular, que ligam o gargalo a zona do volume mesial do corpo. A superfície exterior oferece decoração pintada, de cor branca, constituída por três linhas, horizontais; uma sobre o bordo, outra a meio do gargalo e a terceira na ligação entre este e o corpo. Mostra, no corpo, três linhas horizontais, duas delas delimitando cartela, preenchida com reticulado, antecedendo a extremidade inferior da asa.

Um testo (Q1666/C6-11), quase completo, foi fabricado com pasta de cor vermelha acastanhada, contendo elementos, não plásticos, de grão fino a médio. As superfícies apresentam cor algo mais escura que a cor do núcleo. Oferece corpo de forma troncocónica, assente em base plana, com pega em botão, de forma troncocilíndrica. O bordo, ligeiramente espessado no interior, mostra lábio de secção semicircular.

Alguidar (Q1666/C6-17) oferece pasta de cor vermelha, contendo elementos, não plásticos, de grão fino. Ambas superfícies mostram cor algo mais escura que a da pasta. O corpo apresenta forma troncocónica e o bordo, extrovertido, possui lábio de secção semicircular. O fundo era algo convexo. A superfície interior encontra-se brunida e a exterior apenas ligeiramente afagada, notando-se caneluras deixadas pelos dedos do oleiro, durante a montagem ao torno (Figura 5).

As frigideiras (Q1665/C6-6; Q1665/C6-1), quase completas, foram fabricadas com pastas de cor vermelha, contendo elementos, não plásticos, de grão fino a médio. Ambas superfícies apresentam cor um pouco mais escura que a da pasta. Mostram corpo de forma hemisférica achatada e assentam em fundos planos ou algo convexos. O bordo, em um dos exemplares é ligeiramente espessado no interior e ambos possuem lábio de secção semicircular.

As panelas mostram pastas de cor vermelha ou cor-de-laranja, contendo elementos, não plásticos, de grão fino a médio. As superfícies apresentam cor algo mais escura que a cor da pasta, enquanto boa parte das exteriores, devido a intensa utilização ao fogo, possuem cor castanha escura a negra. Exibem corpo de forma globular achatada e assentam em fundos planos ou algo convexos. Os bordos são altos e verticais ou algo inclinados a ligeiramente espessados exteriormente, possuindo lábios de secção semicircular. São providas de uma ou duas asas, ligeiramente sobrelevadas, de secção oval, com a extremidade superior fixada sobre o bordo e a inferior em zona mesial do

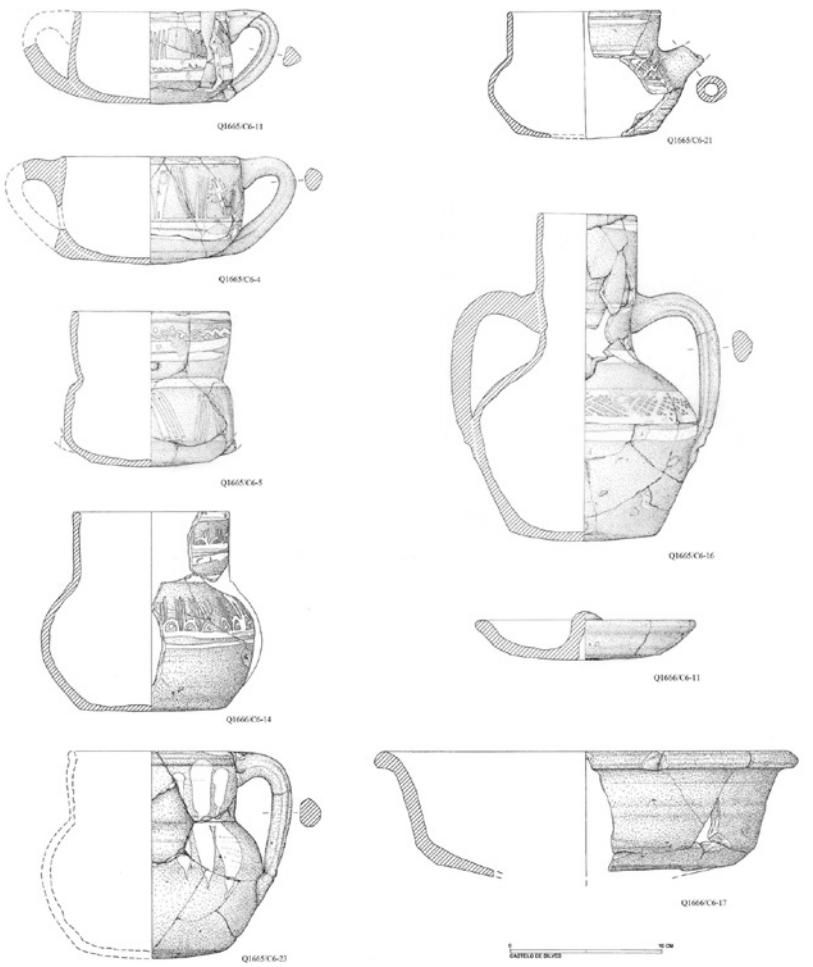


Figura 5 – Castelo de Silves. Púcaros, jarros, bule, jarra, testo e alguidar (des. S. Costa).

corpo. Dois exemplares (Q1666/C6-7; Q1665/C6-8) oferecem linha incisa na separação entre o bordo e o corpo, enquanto outro possui linhas incisas horizontais no início do corpo (Q1666/C6-3) (Figura 6).

Os cântaros foram montados com pastas cor-de-laranja, contendo elementos, não plásticos, de grão fino a médio. As superfícies interiores mostram cor algo mais escura que a cor da pasta, enquanto às exteriores foi aplicada aguada, de cor castanha escura a negra, de cor castanha avermelhada ou de cor cinzenta clara. Encontrámos, apenas, um exemplar quase completo, apresentando corpo globular alongado, assente em fundo ligeiramente convexo, assim como boa parte de outro que possui corpo de forma ovoide achatada. Os gargalos são altos e subcilíndricos e os bordos, espessados exteriormente ou extrovertidos, com lábio de secção semicircular ou em bisel. As asas são ligeiramente sobrelevadas, de secção côncava-convexa ou plano-côncava, sendo em dois dos exemplares opostas, ligando zona mesial do gargalo com o corpo. Exemplar pouco comum (Q1665/C6-25) apresenta três asas, duas opostas entre si e uma outra oposta a bico vertedor, de forma cilíndrica. Estas asas têm a extremidade superior fixada a zona mesial do gargalo e a inferior ao início do volume do corpo. Um dos fragmentos (Q1666/C6-12) mostra decoração pintada, de cor branca, constituída por conjunto de três linhas, dispostas verticalmente no início do corpo. Outro (Q1665/C6-10) oferece decoração pintada, de cor vermelha, formada por grupo de duas linhas sobre o gargalo, uma outra na ligação deste com o corpo, reconhecendo-se pseudoasteriscos, constituídos por linhas em ziguezague, ladeadas por pontos. A zona mesial do corpo possui cartela pintada, naquela mesma cor, delimitada por duas linhas horizontais, preenchida por séries de triângulos. Sobre a asa foi, também, pintada linha que se prolonga no corpo (Figura 7).

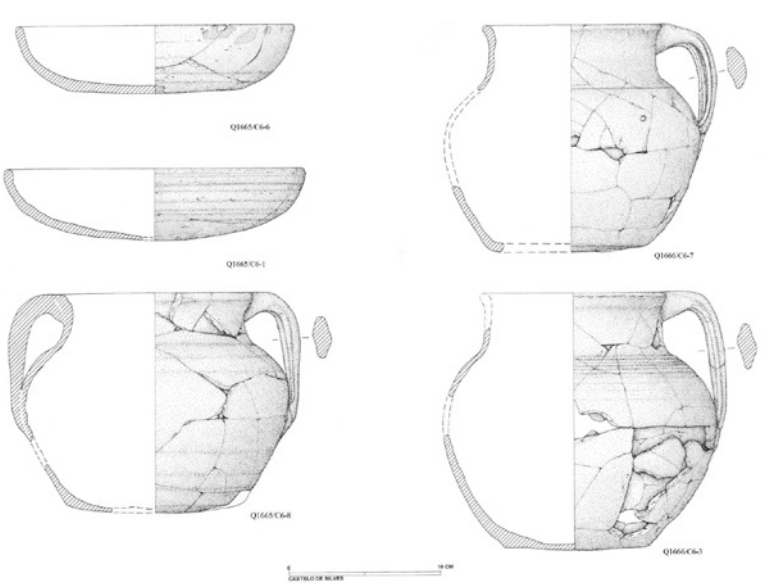


Figura 6 – Castelo de Silves. Frigideiras e panelas (des. S. Costa).

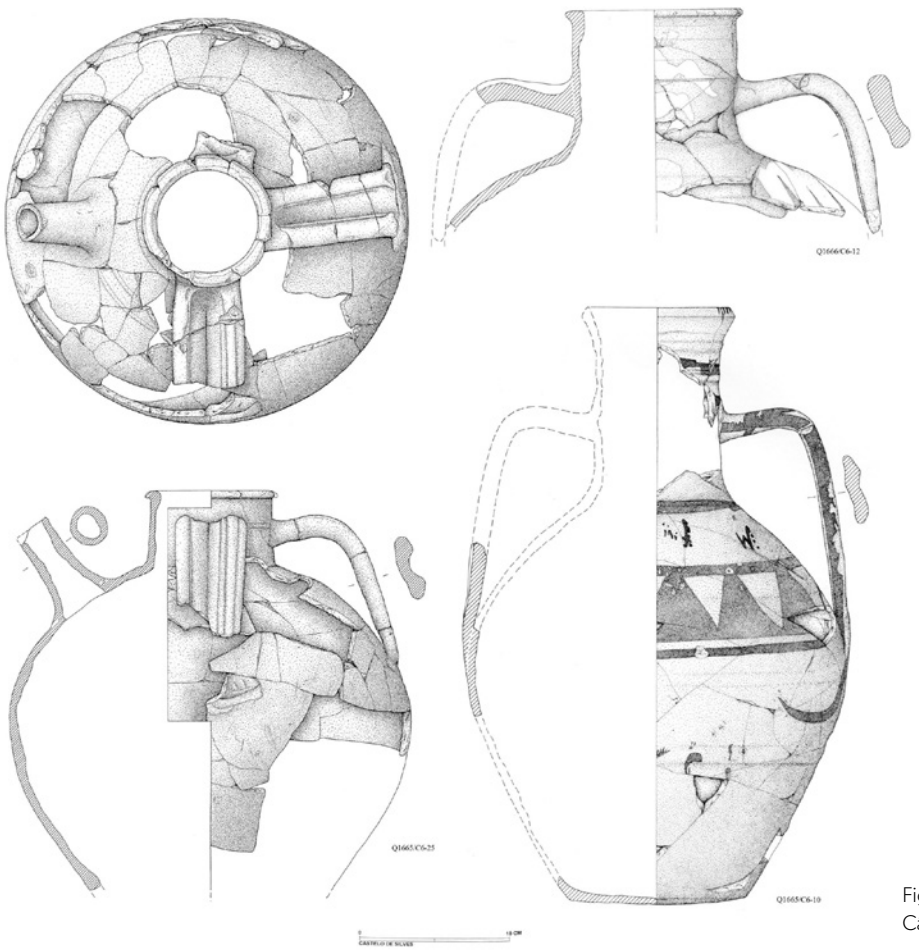


Figura 7 – Castelo de Silves. Cântaros (des. S. Costa).

As lucernas (Q1666/C6-2; Q1666/C6-16; Q1666/C6-1) apresentam pastas cor-de-laranja, contendo elementos, não plásticos, de grão fino ou de grão fino a médio. Ambas superfícies possuem cor algo mais escura que a cor da pasta. Os bicos têm manchas de cor cinzenta escura a negra, devido a intensa utilização. Mostram bordo sub-vertical, com lábio de secção semicircular, bico longo e largo, na ligação com o reservatório. Este, tem forma esférica, muito achatada, com maior ou menor altura e rebordo a meio. As asas existentes apenas em dois exemplares, apresentam secção oval, com a extremidade superior fixada ao gargalo e a inferior ao reservatório (Figura 8).

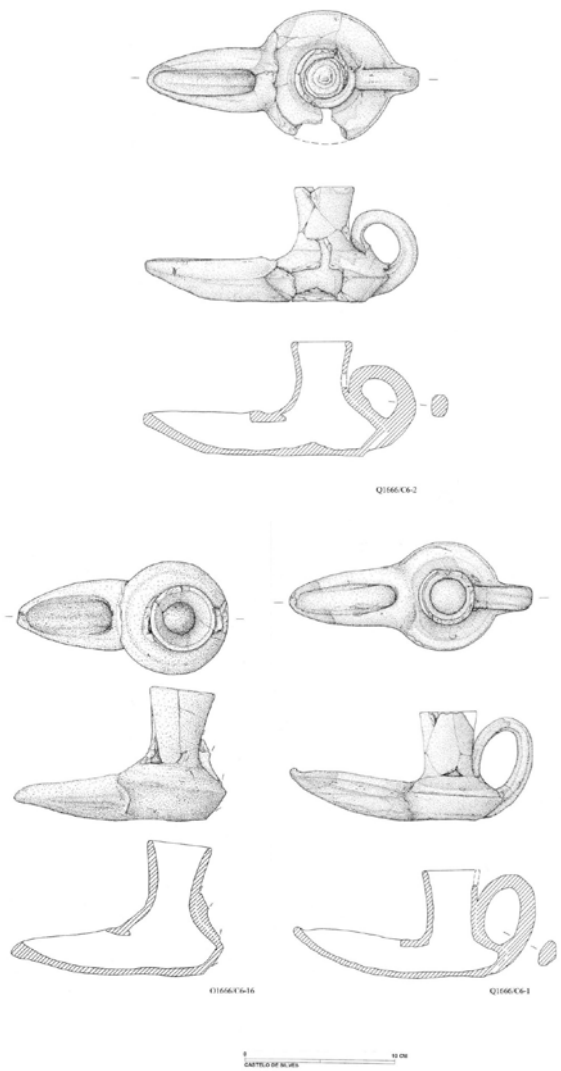


Figura 8 – Castelo de Silves. Lucernas (des. S. Costa).

Duas raras caldeiras de alambique (Q1665/C6-9; Q1666/C6-5) oferecem pasta compacta, de cor bege, contendo elementos, não plásticos, de grão fino a médio. Ambas superfícies apresentam vidrado, aderente e brilhante, de cor castanha esverdeada. Oferecem corpo cilíndrico, bordo alto, em aba, com lábio de secção semicircular ou algo biselado e assentam em fundo sub-hemisférico (Figura 9).

A sequência estratigráfica reconhecida, assim como o espólio referido, permitiu-nos atribuir esta camada aos séculos IX-X, o que foi confirmado através de datação radiocarbónica que, após correcção dendrocronológica, ofereceu intervalo entre 810-900 cal d.C. e 920-950 cal d.C. para 1 *sigma* e 770-980 cal d.C. para 2 *sigma* (Beta 245295).

Sobre a camada 6 identificámos outra (C5), no espaço limitado a sul pela muralha do Castelo e a poente pela entrada no interior daquele recinto, correspondendo a sector de forte muro edificado com blocos, bem aparelhados de arenito vermelho, dispostos obliquamente (*opus spicatum*), ligados com argamassa de cal e areia, orientado no sentido norte-sul, medindo 9,40 m de comprimento e 1,12 m de largura média. No lado poente desta estrutura reconhecemos construção, com planta de forma rectangular, medindo 3,20 m de comprimento e, apenas, 1,60 m de largura visível, dado que não pudemos avançar para poente onde se encontra a recepção do Castelo, podendo ter integrado possível contraforte ou torre adossada. Verificámos que, na extremidade norte do forte muro referido, foi anexada outra estrutura que inflecte para nascente, prolongando-se por uma extensão de cerca de 8,40 m e oferecendo 0,88 m de largura (dois cúbitos). O aparelho da primeira estrutura mencionada é similar a outra identificada no compartimento que intervencionámos na camada 5 da zona nascente deste mesmo arqueossítio e que, pela sucessão estratigráfica reconhecida, deve ser seu contemporâneo (Gomes, 2003: 431,433). Aquela construção pode ter pertencido, dada a largura, a sector de dispositivo defensivo edificado no século X ou a forte estrutura de suporte de terras usadas em colmatar as diferenças de cotas do cerro onde hoje se ergue o Castelo, ampliando uma vez mais o recinto fortificado. O espólio que exumámos encontrava-se muito fragmentado. Como não nos foi possível prosseguir com a intervenção arqueológica, em área no sector sul, a interpretação dos elementos arquitectónicos identificados postos à vista é muito limitada.

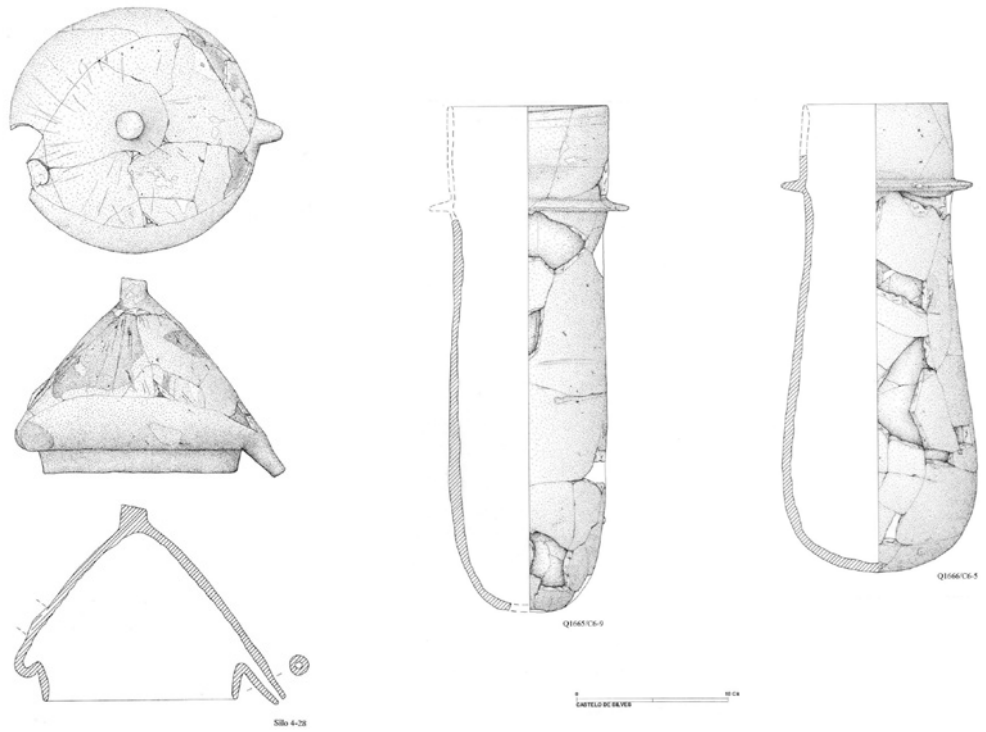


Figura 9 – Castelo de Silves. Condensador e caldeiras de alambique (des. S. Costa).

4. INTEGRAÇÃO CULTURAL

Os restos de estrutura basilical que identificámos no sector norte do Castelo de Silves, apesar da sucessiva reutilização do local, permitiram reconhecer a abside em forma de arco ultrapassado e sector da nave central, testemunhos que correspondem a templo de modelo singelo, com afinidades em exemplares, com cronologias entre os séculos VI até ao VIII. Entre eles contam-se o de Valdecebadar de Olivença (Badajoz), com abside do mesmo tipo, ou o de El Gatillo de Arriba (Mataplana, Cáceres), no que respeita às suas fases mais antigas de edificação (Caballero Zoreda e Sáez Lara, 2006; Godoy Fernández, 1995: 303-305, 318--321). No Norte Peninsular encontramos paralelos na igreja de Marialba de la Ribera, em León, cuja primeira etapa de construção foi atribuída aos finais do século IV e inícios do século V, sendo o baptistério considerado do século VII, muito embora tendo pervivido, com distintas alterações, durante boa parte da Idade Média (Martínez Peñin, 2010: 72-73, 225-241, fig. 237). Também a igreja de Santa Maria de Mijangos (Burgos) consagrada, segundo epígrafe fundacional, entre 591 e 602, apresenta longa planta rectangular, abside com planta em forma de arco ultrapassado e três naves (Quirós Castillo, 2010: 252-254, 261). Edifício com características similares ao cujos restos pusemos à vista no Castelo de Silves, foi encontrado, muito destruído, devido, de igual modo, a ulterior ocupação islâmica, em Monastil, no Sudeste Peninsular. Trata-se de testemunho de estrutura basilical, cuja primeira fase de construção foi atribuída aos séculos IV e V, tendo abside, de planta semicircular, construída a partir do século VI (Vizcaíno Sánchez, 2009: 463-465). Estrutura basilical, com abside semicircular foi reconhecida no Tolmo de Minateda (Albacete), atribuída aos séculos VI-VII, ulteriormente adaptada (século VIII) a espaços residenciais muçulmanos (Vizcaíno Sánchez, 2009: 454, 455). A designada Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo (Mértola) oferecia três naves, sete tramos separados por colunas, e abside, com planta de forma semicircular, podendo ter tido outra oposta e sendo utilizada desde os séculos V-VI até ao século VIII (Lopes, 2003: 146, 147). O fragmento de capitel que encontrámos no Castelo de Silves, anteriormente mencionado, que se pode associar ao templo cristão, oferece folhas junto à base, similares às existentes em capitéis, de mármore, de Alcácer do Sal e atribuídos aos séculos VII-VIII

(Limão, 2007: 97). No entanto, no exemplar silvense as folhas além de estarem invertidas encontram-se melhor delineadas, podendo ser algo mais antigo. Muito embora os restantes elementos construtivos, dos séculos VI-VII, identificados no Castelo de Silves e que devem provir do seu primitivo templo cristão, não sejam muito numerosos, dado terem sido reutilizados em distintas construções, são idênticos a muitos outros existentes em edificações congéneres, reconhecidas não só no actual território português, mas, de igual modo, em outras regiões da Península Ibérica. A informação disponível permite-nos considerar que a pequena estrutura basilical do Castelo de Silves corresponde a construção dos séculos VI-VIII.

O mais antigo palácio islâmico que referimos, anterior à edificação da alcáçova, seria similar a construções que têm vindo a ser identificadas na região oriental da Jordânia, com planta subquadrangular, possuindo uma única porta de entrada e pátio interior em torno do qual se desenvolvem compartimentos (Helms, 1990: 95). Podemos mencionar, entre outros, o palácio-fortaleza de Qasr al-Sawab, medindo 51 m de lado, Qusayr 'Amra e a estrutura C reconhecida em ar-Risha, ambos com 32 m de lado, atribuídos aos séculos VII-VIII (Helms, 1990: 92-95). O complexo de Qusayr 'Amra é mais conhecido pelas pinturas existentes, em particular, no *hamman* e no palácio, mas devemos assinalar que se trata de obra de Wali I (705--715), no poder durante a conquista da Península Ibérica. Este califa mandou representar no salão principal daquele palácio os reis que venceu e, entre eles, o rei visigodo Rodrigo, cujo nome foi escrito, em grego, em uma das paredes (Almagro *et alii*, 1975: 9).

Apesar, uma vez mais, dos escassos testemunhos conservados, pensamos que a construção cujos testemunhos exumámos no Castelo de Silves, reflecte clara influência oriental, que tentou reproduzir, em território recentemente ocupado por comunidade muçulmana (713), os palácios fortificados omíadas, erguidos nos inícios do século VIII, tanto na Síria como na Jordânia, mas denunciando influências da arquitectura militar bizantina.

Será contemporâneo do palácio fortificado silvense o conjunto de cerâmicas, anteriormente referidas e procedentes de nível arqueológico datado nos séculos VIII-IX, como capitel encontrado no exterior do denominado "palácio almóada" do Castelo de Silves, assente em elegante coluna, ambos de mármore. A morfologia, temática e técnica decorativa, empregues no capitel mencionado, permitem relacioná-lo com os primeiros tempos da islamização do Algarve, dado ter estreitos paralelos em exemplares existentes na Grande Mesquita Omíada de Damasco, mandada construir por Walid I e que constitui importante referência na arquitectura islâmica (Stierlin, 1997: 53). Aqueles encontram-se, tanto no interior como sob capela octogonal, designada por "pequeno tesouro" e assentam em colunas mais antigas que ali foram reutilizadas. É possível que, devido à proveniência oriental do capitel omíada de Silves e às ligações com a origem da própria religião muçulmana, aquele tenha sido considerado como rara relíquia e ali exposto mantendo-se visível até à conquista cristã definitiva da cidade, em 1248.

A área investigada no sector sul era, conforme referimos, muito reduzida, mas ali identificámos estruturas, bastante fragmentadas, que integravam a camada 6 deste arqueossítio e, em particular, importante conjunto de cerâmicas cujas formas e tratamento das superfícies são similares a outras exumadas no sector nascente (Gomes, 2003: 457-467). Trata-se de exemplares que sugerem dar continuidade às produções omíadas deste mesmo local, nomeadamente no que respeita às formas e temáticas decorativas de púcaros, panelas, lucernas, cântaros e alguidar (Gomes, 2003: 469-506). Estas, registam-se, também, na área urbana de Silves, com cronologias baseadas na dinâmica de ocupação daqueles arqueossítios, como na sua evolução morfoestilística e decorativa, sendo confirmadas, de igual modo, por datações radiocarbónicas (Gomes, 1995: 25-30). Entre os exemplares anteriormente descritos existe taça esmaltada (Q1665/C6-13) oferecendo, no interior, epígrafe, em cúfico hispânico que repete por três vezes a palavra *baraka*. Segundo informação transmitida pela epigrafista Carmen Barceló Torres (Universidade de Valência), a quem muito agradecemos, este tipo de epígrafe corresponde ao reinado de al-Hakam II (961 a 976) (Ocaña Jiménez, 1970: est. XVIII). *Baraka*, ou bênção, designa o dom ou os benefícios transmitidos, apenas, pelo Criador (Chebel, 2001: 67). Trata-se de palavra, com origem pré-islâmica, que pode associar-se a certos objectos "dotados de *baraka*", quando neles estão impressos símbolos de carácter profiláctico e apotropaico (Ferreira, 2012: 202). No caso da epígrafe registada no interior de taça do Castelo de Silves, a repetição por três vezes daquela palavra, indica o carácter maléfico da terceira. No mundo islâmico o número dois simboliza a dualidade divina de Alá e do seu Profeta, deixando a função subversiva ao número seguinte, o três (Chebel, 2001: 135, 426). Neste caso a epígrafe referida poderia representar a dualidade entre o Bem e o Mal.

As caldeiras de alambique encaixavam numa ou-

tra peça, o condensador, sendo o conjunto utilizado na destilação de perfumes ou essências e de alcoóis com fins medicinais ou na cosmética. Segundo *Ibn Al--'Awwâm* o alambique deve ser preferencialmente de cerâmica vidrada, não devendo ser colocado directamente sobre o fogo, e utilizava-se para a destilação de diferentes aromas (Clément-Muller, 2000: 807, 808). Poderia ter pertencido a este conjunto, condensador de alambique (Silo 4-28) encontrado, descartado, no interior de silo identificado no sector noroeste do Castelo de Silves, cujo diâmetro permitia adaptar-se a uma destas caldeiras de alambique.

O dispositivo defensivo que integrava a camada 5 (C5), apresenta largura aproximadamente de dois côvados e meio, dado que o côvado comum árabe teria 0,461 m, podendo relacionar-se com as campanhas de obras conducentes à ampliação da área fortificada (Jomard, 1822: 671).

5. SÍNTESE

Os mais antigos testemunhos arqueológicos identificados na alcáçova de Silves pertencem a estrutura basilical a que se seguiu, ulteriormente, palácio fortificado edificados no ponto mais alto do cerro onde ainda se ergue aquela cidade, assentando ambos no substrato rochoso. Constituem, por ora, as únicas evidências arquitectónicas que denunciam a presença tanto de antiga comunidade cristã, como dos mais recuados testemunhos muçulmanos no interior do Castelo.

Os poucos elementos disponíveis permitem datar a pequena basílica nos séculos VI-VIII, podendo ser considerado um dos mais antigos edifícios cristãos, por ora reconhecido no Algarve. A coexistência ideológica, entre cristãos e muçulmanos, acha-se documentada através da presença daquelas duas edificações no Castelo de Silves. Assim, encontravam-se unidos pela proximidade física, o testemunho da religiosidade das comunidades tradicionais autóctones e do recente poder instituído representando, ao que julgamos, relacionamento pacífico. A implantação de ambas estruturas permite, também, reconhecer que o cerro onde hoje se ergue o Castelo de Silves, teria destacada importância topográfica e simbólica, embora configuração algo diferente da actual, nomeadamente acentuadas diferenças de cotas que em tempos subsequentes foram anuladas através de aterros. De facto, entre a estrutura basilical e o palácio mencionados existe diferença de cota com apenas cerca de 1,50 m. A destruição daquelas edificações poderá ter ocorrido a quando das grandes obras efectuadas, nos finais do século IX ou nos inícios da centúria seguinte, tendo em vista alargar a plataforma onde hoje se ergue a alcáçova, construindo-se então grande parte da muralha que subsiste voltada a poente e área palatina. Naquele momento terá sido demolido o pequeno templo cristão e os seus materiais construtivos reutilizados em edificações ali erguidas. Ulteriormente, terão sido construídos espaços habitacionais no sector sul a que sucedeu, já nos inícios do século X o ampliar da plataforma onde se ergue a alcáçova, tendo em vista a construção de novo dispositivo defensivo, assim como distintas edificações de que subsistem sectores de compartimentos e diverso espólio.

O Castelo de Silves, como enorme palimpsesto, de restos de edificações e de espólios que traduzem comportamentos sociais, contribui para, entre outros importantes aspectos, o conhecimento entre o mundo da Antiguidade Tardia e os primeiros tempos da islamização (Figura 10). As sucessivas transformações ocorridas no interior daquele espaço não deixaram de dar origem ao magnífico monumento que hoje podemos usufruir.

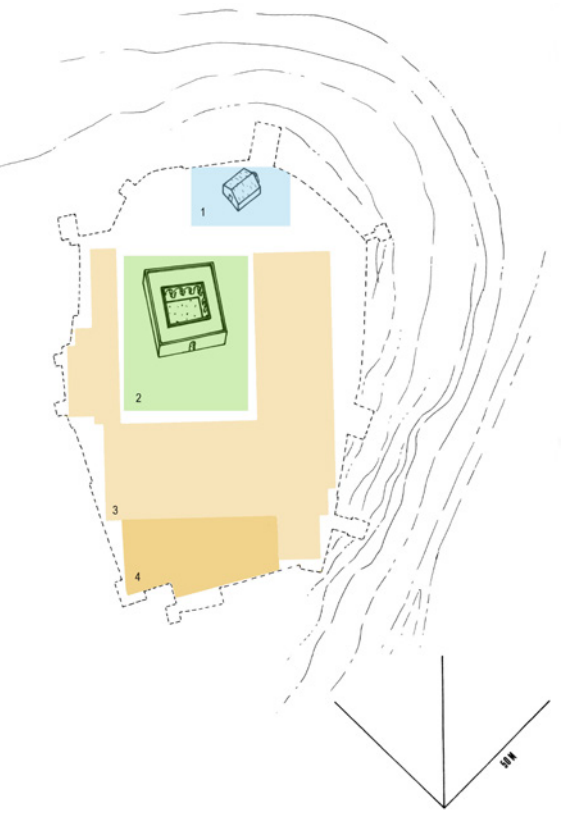


Figura 10 – Castelo de Silves. espacial: 1 – Séculos VI-VII; 2 – Séculos VIII-IX; 3 – Séculos IX-X; 4 – Século X.

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO, Martín; CABALLERO, Luis; ZOZAYA, Juan; ALMAGRO, António (2002) – *Qusayr'Amra. Residencia y Baños Omeyas en el Deserto de Jordania*. Granada: Fundación El Legado Andalusí.

CABALLERO ZOREDA, Luis; SÁEZ LARA, Fernando (2006) – La iglesia de El Gatillo de Arriba (Cáceres). Apuntes sobre una iglesia rural en los siglos VI al VIII, *El Siglo VII Frente al Siglo VII (Visigodos y Omeyas)*. Madrid: CSIC, pp. 155-184.

CHEBEL, Malek (2001) – *Dictionnaire des Symboles Musulmans*. Paris: Ed. Albin Michel.

CLÉMENT-MULLET, Jean Jacques (2000) – *Ibn Al-'Awwâm, Le Livre de l'Agriculture*. Arles: Thesaurus, Actes Sud/Sindbad.

FERREIRA, Cláudia Falluh Balduino (2012) – A expressão positiva do Sagrado, ou baraka, no romance árabe La Nuit de l'Erreur. *IPOTESI*. Juiz de Fora: vol. 16, nº 2, pp. 201-213.

FERREIRA, Luís Filipe Vieira; GOMES, Rosa Varela; PEREIRA, Manuel Francisco Costa; SANTOS, Luís; MACHADO, Isabel Ferreira (2016) – Islamic ceramics found in Portugal at Silves Castle (8th to 13th c.): An archaeometric characterization, *Journal of Archaeological Science: Reports*, vol. 8, pp. 434-443.

GODOY FERNÁNDEZ, Cristina (1995) – *Arqueologia y Liturgia. Iglesias Hispánicas (siglos IV al VIII)*. Barcelona: Universitat de Barcelona.

GOMES, Rosa Varela (1988) – Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves, *Xelb 1*. Silves: Câmara Municipal de Silves.

GOMES, Rosa Varela (1991) – Cerâmicas muçulmanas, orientais e orientalizantes do Castelo de Silves (peças esmaltadas polícromas e de reflexo metálico). *Estudos Orientais II*. Lisboa: Instituto Oriental, pp. 13-39.

GOMES, Rosa Varela (1995) – Cerâmicas muçulmanas, de Silves, dos séculos VIII e IX. *1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 19-32.

GOMES, Rosa Varela (2003) – Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Alcáçova. *Trabalhos de Arqueologia*, nº 35. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela (2011) – O Castelo de Silves – Do templo cristão à mais antiga fortificação islâmica, *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências, pp. 9-16.

HELMS, Svend (1990) – *Early Islamic Architecture of the Desert. A Bedouin Station in Eastern Jordan*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

JOMARD, Edme François (1822) – Mémoire sur le système métrique des Anciens Egyptiens, contenant des recherches sur leurs connoissances geométriques et sur les mesures des Autres Peuples de l'Antiquité, *Description de l'Egypte*. Paris: Imprimerie Royale, pp. 496-802.

LIMÃO, Filomena Maria Lopes Coelho (2007) – *Espaço, Forma e Iconografia: Os Capitéis da Antiguidade Tardia em Portugal, a Sul do Tejo (grupos episcopais pacense e eborense)*, vol. I, Dissertação final de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. (texto policopiado).

LOPES, Virgílio (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia – A Topografia Histórica da Cidade e do seu Território nos Alvores do Cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel (2010) – La Cerámica en la Ciudad de León y su Alfoz (siglos X-XV). Estudio Arqueológico y Documental. Tese de Doutoramento em História, Universidade de León.

OCAÑA JIMÉNEZ, Manuel (1970) – *El Cúfico Hispano y su Evolución*. Madrid: Instituto Hispano-Arabe de Cultura.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2010) – Arqueologia funerária y arqueologia de la arquitectura de época medieval, *Arqueologia III. Arqueologia Medieval y Postmedieval*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, pp. 215-287.

STIERLIN, Henri (1997) – *Islão, de Bagdade a Córdova. A Arquitectura Primitiva do Século VII ao Século XIII*. Lisboa: Taschen.

VIZCAÍNO SÁNCHEZ, Jaime (2009) – *La Presencia Bizantina en Hispania (siglos VI-VII). La Documentación Arqueológica*, Antigüedad y Cristianismo, Monografías Históricas sobre la Antigüedad Tardía, vol. XXIV: Murcia: Universidad de Murcia.

CONTINUIDAD Y CAMBIO EN LA PRODUCCIÓN Y CONSUMO DE LA CULTURA MATERIAL EN CÓRDOBA: SIGLOS VII-X

Elena Salinas

Departamento de Geografía, Historia y Humanidades, Universidad de Almería, España / esalinas@ual.es

Resumen

El objetivo de este trabajo es realizar un recorrido por la cultura material cordobesa entre la tardoantigüedad y la Alta Edad Media. Aspectos tipológicos, morfológicos, ornamentales y tecnológicos serán examinados. Se analizarán las posibles causas que motivaron tanto las pervivencias como las transformaciones en el ajuar doméstico. El análisis se realizará desde una doble perspectiva, abarcando tanto el consumo como la producción y se centrará principalmente en la cerámica, por ser el material que más información ha aportado para este periodo. Para este propósito se ha seleccionado el caso de Córdoba por ser un enclave urbano que ha proporcionado conjuntos arqueológicos muy interesantes y bien contextualizados.

Palabras-clave: Ajuar cerámico urbano, Cerámica vidriada, Periodo islámico temprano, Islamización, Al-Andalus.

Abstract

The aim of this paper is to take a journey through the material culture of Cordoba between late antiquity and the early middle ages. Typological, morphological, ornamental and technological aspects will be examined. The possible causes that motivated both continuities and changes in the domestic assemblage will be analysed. The analysis will be carried out from a double point of view: consumption and production. It will focus mainly on ceramics, since it is the material that has provided the most information for this period. For this purpose, the study case of Córdoba has been selected, because it is an urban site with well contextualised archaeological assemblages.

Keywords: Urban pottery ware, Glazed ceramic, Early Islamic period, Islamisation, Al-Andalus.

1. INTRODUCCIÓN

La ciudad de Córdoba ha experimentado diversas transformaciones a lo largo de su historia, en las que ha influido su posición geopolítica. Si en época romana llegó a ser la capital de la Bética, en época tardoantigua/visigoda empezó teniendo un cierto papel como centro redistribuidor de mercancías por el valle de Guadalquivir, pero fue decayendo en el contexto general que siguen otros centros urbanos de interior en la península ibérica. Tras la conquista musulmana la ciudad adquiere nueva relevancia, primero como capital del emirato dependiente de al-Andalus (716 d.C.), después del emirato independiente (756 d.C.) y finalmente del califato (929 d.C.). Todos estos cambios influyeron en la formación de su cultura material y en la configuración del propio sistema de producción. Son algunas las cuestiones que surgen a la hora de plantear qué sabemos acerca de continuidad y cambio en la producción y consumo de la cultura material cordobesa. Por un lado, qué peso tuvo el sustrato indígena y la tradición local y por otro, cómo impactó la llegada de nueva población e influencias, también de nuevos alfareros. Sin duda, ambas tradiciones terminaron de modelar el ajuar característico cordobés que, aunque comparte similitudes con el resto del territorio peninsular, a su vez presenta singularidades que solo se encuentran en Córdoba.

2. CULTURA MATERIAL Y TARDOANTIGÜEDAD EN CÓRDOBA

Durante la etapa tardoantigua, la población de Córdoba se reduce y concentra al interior del recinto amurallado romano, especialmente en la zona meridional, junto al río, donde estaban situados los centros de poder; y también alrededor de los centros de culto cristiano (León & Murillo 2014). Véase en el mapa los contextos cerámicos estudiados para este periodo[1] (Figura 1). A continuación incluimos una síntesis a partir de los trabajos de Fuertes e Hidalgo (2003), principalmente centrados en Cercadilla, y también de los contextos tardoantiguos recuperados en el complejo episcopal, en los cuales colaboramos tanto en su excavación como estudio (Casal & Salinas 2009; Vargas et al. 2007).

[1] Se han señalado en el mapa cinco contextos cerámicos: los cuatro conjuntos incluidos en el estudio de Fuertes & Hidalgo (2003) y un quinto localizado en el entorno del complejo episcopal (Vargas et al. 2007).

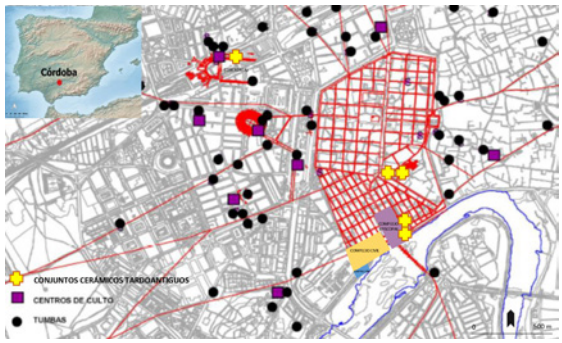


Figura 1 – Mapa de Córdoba. Plano de Córdoba en época tardoantigua situando los contextos estudiados (mapa elaborado a partir de León & Murillo 2014).

En el siglo V se constata un descenso notable de importaciones africanas, tanto de vajilla de mesa fina como de ánforas y *dolia*. Las importaciones son sustituidas por producciones locales y regionales: *Terra Sigillata* Hispánica Tardía Meridional e imitaciones de cerámica Tosca Tardía, que se caracterizan por sus pastas groseras de color gris oscuro, acabado poco cuidado y formas globulares, en ollas y cazuelas. Córdoba, por su posición estratégica, enclavada en el interior del valle del Guadalquivir, actuó como centro redistribuidor de mercancías importadas y fue el principal abastecedor de cerámica del entorno próximo.

En el siglo VI continúa la tendencia de la centuria anterior. Son los momentos finales de importación y fabricación de vajilla romana y sus imitaciones. Irrumpen nuevas formas y nuevos tipos decorativos, muy simples. La manufactura de las cerámicas es de baja calidad, con aspecto grosero y arcillas poco decantadas. Aparecen formas modeladas a mano o torno lento, aunque en un porcentaje reducido. Algunos de los tipos que surgen perdurarán en el primer siglo de dominio islámico, como las ollas globulares con decoración de banda ondulada incisa. Llama la atención la práctica ausencia en el registro arqueológico de platos o fuentes de cerámica.

Los contextos del siglo VII son los menos conocidos, puesto que son escasos los repertorios cerámicos cordobeses identificados para esta centuria. Desaparecen definitivamente las importaciones norteafricanas y la producción de cerámicas barnizadas y de tosca tardía. Sigue torneándose la cerámica, que convive con un pequeño porcentaje de cerámica a mano y torneta. La cocción es oxidante, con pastas anaranjadas o castañas, pero también hay pastas grises de cocina, de cocción reductora. Continúan las ollas globulares con decoración incisa. Los jarros son globulares de

boca circular o trilobulada. Las tapaderas pueden ser convexas o planas. Se documentan botellas, lámparas circulares y cuencos carenados con pastas beiges (Figura 2). Como decoración se emplean los trazos de pintura roja en la cerámica de mesa. En general, se documenta una disminución importante en la variedad de tipos cerámicos. La vajilla de mesa es muy pobre y nada refinada: desaparecen fuentes y platos, y se mantienen los cuencos. La decoración es escasa y muy simple, y se reduce a incisiones y trazos pintados en rojo. Hay una ausencia total de cerámica vidriada y poco vidrio.

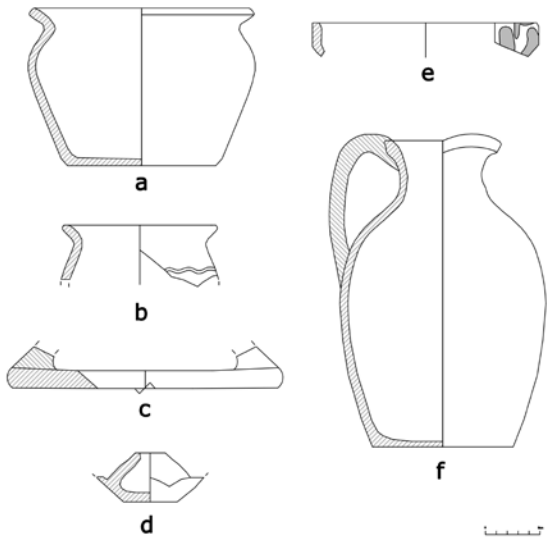


Figura 2 – Cerámica preislámica de Córdoba, siglo VII: a-b) ollas; c) tapadera; d) lámpara; e) cuenco; f) jarro (dibujos a partir de Fuertes & Hidalgo, 2003).

La cultura material cordobesa no es un caso aislado, sino que vemos ajuares con similares características en otros asentamientos del interior peninsular: Mérida (Alba & Feijoo 2003), Écija (Barragán 2012), el Tolmo (Gutiérrez et al. 2003) o la región de Madrid (Vigil 2003). Estamos por tanto ante un fenómeno común, marcado por la regionalización.

Como resumen del periodo que va aproximadamente desde el 476 al 711 d.C., al que llamaremos periodo preislámico, vemos que se repiten los mismos parámetros que en otras zonas peninsulares y mediterráneas del antiguo imperio romano (Arthur 2007). Estamos ante un momento de decadencia generalizada en la que se corta el contacto comercial con el mediterráneo y el norte de África y como consecuencia dejan de llegar importaciones. Esta situación es más acusada en las zonas del interior peninsular. Respecto a los patrones de consumo local de cerámica se detecta una disminución sustancial en la demanda de productos de alta calidad y más caros (léase cerámicas de mesa decoradas), que se ve sustituida por un ajuar puramente funcional asociado a las "prioridades básicas de la vida diaria". En el registro arqueológico abundan las ollas y cazuelas de cocina y jarros para contención de líquidos, pero apenas queda constancia de las fuentes y platos romanos que unos siglos antes abundaban en los contextos cerámicos cordobeses. En resumen (y siguiendo a Arthur) desaparecen los valores estéticos por otros puramente funcionales o prácticos. Hay una menor necesidad de variedad en tipos cerámicos asociados a una simplificación de los hábitos culinarios, tanto en la elaboración de platos/recetas de comida como, muy especialmente, en los rituales de mesa (Arthur 2007). Este cambio pudo deberse a varios factores: por un lado la población disminuye, lo que deriva en una necesidad de ahorro en tiempos y costes de producción; por otro, a la vez que dejan de llegar importaciones de mesa dejan de copiarse estas producciones por parte de alfareros especializados. No sabemos si por falta de demanda o por la desaparición de alfareros profesionales con dedicación exclusiva, o por una mezcla de las dos. Es cierto que estamos en un ámbito urbano en el que la cerámica torneada sigue teniendo mayor peso, al contrario de lo que sucede en otros ámbitos rurales o incluso urbanos, donde la torneta o la cerámica a mano están más representadas, por ejemplo en el caso del Tolmo (Amorós 2018) y Toledo (Aranda 2015).

Se desconoce dónde estaría situado el centro o centros productores de cerámica en Córdoba entre los siglos V-VII. Se han documentado hornos romanos altoimperiales, ubicados en el sector septentrional extramuros de la ciudad (Cánovas 2003; Moreno 2004; Valera 2002), y un pequeño horno tardorromano que produjo, entre otras formas, morteros (Salinas 2015). Sin embargo, no existen evidencias arqueológicas ni textuales que ubiquen dónde se produjo la cerámica del periodo preislámico. Todo esto impide valorar si en Córdoba se mantuvo el sector alfarero profesional y especializado, con dedicación exclusiva, y un modelo productivo de agrupación de talleres, como el que se ha documentado en Córdoba a partir del siglo IX, o si por el contrario estaríamos ante un modelo productivo de taller individual o talleres independientes, que utiliza la tecnología del torno y produce unas formas más o menos homogéneas (véase Carvajal 2007; Mannoni & Giannichedda 2007; Peacock 1982). Lo que sí está claro es que el patrón cordobés no responde a un modelo de industria doméstica (o producción familiar, véase

Mannoni & Giannichedda 2007), como el propuesto para la Vega de Granada y otras zonas peninsulares, y que se caracterizaría por una actividad secundaria, estacional y complementaria con un cierto grado de especialización, en el que se produce cerámica a mano o a torneta (Carvajal 2007).

3. PERVIVENCIAS Y NUEVOS TIPOS EN EL PERIODO EMIRAL PRIMITIVO (C. 711-818 D.C.)

En Córdoba tenemos un contexto privilegiado que nos permite reconstruir la secuencia evolutiva del ajuar cerámico consumido por sus habitantes tras los primeros momentos de la conquista islámica. Nos referimos al que se recuperó de las diversas campañas arqueológicas del arrabal de Šaqunda (Figura 3). Uno de los primeros barrios que comenzó a formarse extramuros en Córdoba, a mediados del VIII, como consecuencia del crecimiento de la ciudad por su condición de capital de al-Andalus. Su rápida extensión se debió a su posición privilegiada, justo enfrente del Alcázar y de la Mezquita Alhama, al otro lado del río. Este arrabal es uno de los ejemplos más tempranos que existen de urbanismo andalusí y tuvo diferentes usos: doméstico, comercial y productivo (Casal 2018; Piñero et al. 2009), a la vez que se excavó un sector funerario en su límite occidental. Fue por tanto uno de los focos de ocupación cordobeses más activos en la segunda mitad del siglo VIII. Su destrucción en el año 818 d.C., por orden del emir *al-Hakam I* tras el conocido como motín del arrabal y la prohibición de que volviera a ocuparse este sector meridional (Kamil 1901: 177), ha permitido que llegue hasta nosotros el ajuar doméstico urbano perfectamente datado, de mediados del siglo VIII hasta principios del IX. Incluso en este intervalo de tiempo, se procedió a la selección y estudio de distintos contextos (basureros, colmatación de casas, etc.) (Casal et al. 2013) y de dos momentos bien definidos estratigráficamente (López 2008) para intentar identificar si existió una evolución del ajuar durante esos escasos setenta años. Si bien no se reseñaron grandes diferencias.

¿Qué tipos y formas perviven con respecto a la etapa preislámica? En la cerámica de cocina continúan las ollas globulares y las ollas de pico vertedor, a modo de cazo (Figura 4). Este último tipo no ha sido identificado en los contextos cordobeses del siglo VII. Pensamos que se debe a la escasez de contextos arqueológicos excavados, puesto que ha sido documentado en otros yacimientos peninsulares de interior y preislámicos como Recópolis (VV.AA., 2018: 368), el Tolmo (Gutiérrez et al 2003) o Mérida (Alba & Feijoo 2003). Para la contención de líquidos continúan utilizándose los grandes jarros globulares de boca trilobulada. Mientras que para el servicio de mesa perviven los jarritos de cuello cilíndrico y boca circular, con trazos pintados, y los cuencos carenados de gran tamaño. Completa el repertorio las tapaderas planas con asas de cinta. Estas pervivencias formales, un siglo más tarde, nos hablan de una continuación de la tradición autóctona previa tanto por parte de los artesanos, que continuarían fabricando parte del repertorio anterior, como de los consumidores, que mantienen hábitos culinarios y rituales de mesa similares.



Figura 3 – Mapa de Córdoba en época omeya: localización de Šaqunda (750-818 d.C.), zona alfarera emiral (siglo IX), zona alfarera califal 1 (siglo X), zona alfarera califal 2 localizada en *al-Ŷānib al-Garbī* (segunda mitad del siglo X) y *Madīnat al-Zahrā'* (940 d.C.) (mapa de elaboración propia).

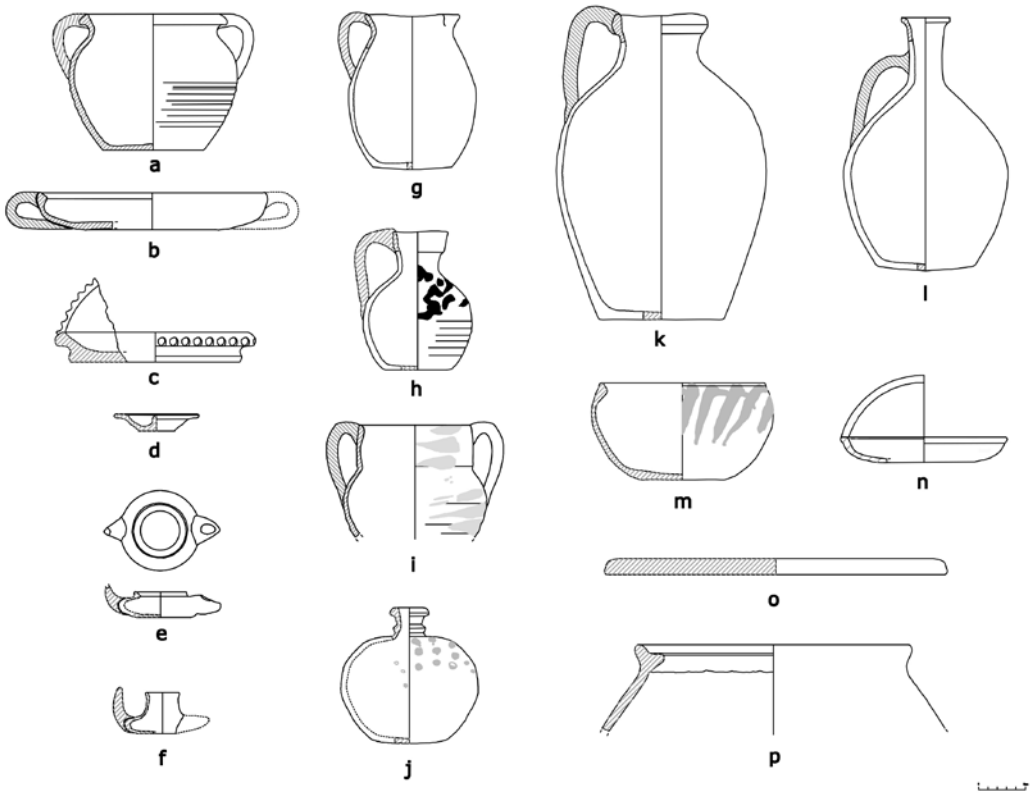


Figura 4 – Ajuar cerámico islámico emiral procedente de Šaqunda, Córdoba (750-818 d.C.): a) olla; b) cazuela; c-d) tapaderas; e-f) candiles; g) olla con pico vertedor; h, k, l) jarros; i) jarrita; j) botella; m) cuenco; n) plato; o) *tabaq*; p) *tannūr* (dibujos a partir de Casal et al., 2005).

Del mismo modo, se detectan nuevas formas y tipos, por primera vez, procedentes de la tradición islámica. Así, la lámpara circular tardoantigua da paso al candil de piquera muy corta y asa en apéndice, con o sin chimenea. Aparece por primera vez el *tabaq* o disco plano para hornear el pan, y el *tannūr* u hornillo portátil. Como vajilla de mesa, se documenta ampliamente el jarrito para beber, de una o dos asas, que presenta simples digitaciones pintadas en rojo/negro. También las botellas globulares, pintadas o no, tienen una amplia dispersión durante el siglo IX no solo por el territorio andalusí (v.g. Málaga) (Acién et al. 2003: 425), también se documentan en contextos norteafricanos: Fustat (Gayraud & Vallaury 2017), Raqqada (Gragueb 2017: 343) y Sétif (Mokrani 1997). Para comer continúan los cuencos, mientras que las fuentes o platos se constatan en un porcentaje muy reducido (1%). Un siglo más tarde vemos cómo van llegando influencias islámicas, pero no al ritmo que podríamos esperar desde una perspectiva actual. Por ejemplo, no llega la tecnología del vidriado que ya se conocía en el mundo abasí.

El ajuar doméstico emiral en Córdoba se caracteriza por formas torneadas, globulares y bases planas. Hay una diversificación funcional, aunque menor que en siglos posteriores. Así, se utilizan ollas y cazuelas para el menaje de cocina, y tinajas y orzas para el almacenamiento. Como vajilla de mesa, la mayor variedad tipológica la presentan los jarros y jarritos, y se completa con cuencos, botellas y alguna fuente. Apenas presentan decoración que se reduce a algunos trazos digitados o puntos pintados en rojo. Con una función auxiliar se utilizan las tapaderas planas, que a veces presentan huellas de haber estado expuestas al fuego, y pequeñas tapaderas con asa de botón para cubrir los jarros. Alcadafes y candiles completan el ajuar cordobés. El conjunto cerámico es muy homogéneo, con un 90% de las piezas realizadas a torno rápido. Si bien el repertorio es más amplio que en la centuria anterior (etapa preislámica), la vajilla de mesa sigue siendo pobre y no está muy diversificada. Las formas más representadas son las ollas y los jarritos. Hay muy poco vidrio y nada de cerámica vidriada. La producción cerámica estaba más o menos estandarizada en Córdoba. Así lo

demuestran otros ajuares con similares características y encontrados en otros puntos de la ciudad (Bermúdez 1992; Fuertes & González 1996). Probablemente el modelo productivo sea el de barrios artesanos (quizá aún de forma incipiente), que concentran a talleres independientes (Mannoni & Giannichedda 2007), y que será el modelo de producción de cerámica en la Córdoba de los siglos IX y X.

Por otro lado, esta convivencia de la tradición anterior y la islámica se repite en otros yacimientos andalusíes. Así se ha constatado en Mérida (Alba & Feijoo 2001), el Tolmo (Amorós 2018), Toledo (VV.AA. 2018) o la Vega de Granada (Carvajal 2013), donde se encuentran repertorios caracterizados por jarros, ollas de pico vertedor, candiles de piquera corta, botellas y tapaderas planas. Esta mezcla de tradiciones autóctonas y foráneas en el ajuar del siglo IX ha sido denominada como "producción híbrida" (Carvajal 2009).

La ausencia de cerámica vidriada en un contexto urbano de principios del siglo IX se puede explicar porque no existía una producción anterior preislámica y tampoco llega esta tecnología en este primer siglo. Aunque la tecnología del vidriado se extiende por el mundo islámico en el siglo IX, parece que sería, sobre todo, a partir del segundo cuarto o mediados de siglo. Como segundo factor (a tener en cuenta), no ayudó el aislamiento político en el que se encontraba sumido al-Andalus, tras la llegada al poder de la dinastía abasí, exterminadores y enemigos de la dinastía omeya, y la consecuente proclamación del emirato independiente por el único superviviente omeya, *ʿAbdarraḥmān I*. Un tercer factor es su posición geográfica, situada en el limes de la *Dār al-Islam*, lo que provocaba que las influencias y modas llegaran más tarde que a otros territorios. Por último, tampoco parece que existiera una demanda de vajilla vidriada ni siquiera de cerámica sofisticada de mesa, a juzgar por el registro arqueológico. En la corte sí parece que tuvieron un ritual de mesa más complejo y refinado, para el que utilizaban recipientes metálicos, en oro y plata (Muqtabis 2001: 151v), pero no el grueso de la población. Todos estos factores influyeron sin duda en la llegada más tardía de las cerámicas vidriadas, tanto importadas como producidas localmente, a la capital de al-Andalus.

4. CAMBIO TECNOLÓGICO EN LA PRODUCCIÓN CERÁMICA (POST-818 –C.929 D.C.)

Sabemos que el centro alfarero principal se localizaba desde, al menos, el siglo IX en el sector nororiental de la ciudad. En una zona propicia para el desarrollo de esta actividad debido a su proximidad de los recursos naturales (curso de agua, buenos depósitos de arcilla y madera para combustible) y estratégicos (junto a una vía de comunicación y lo suficientemente lejos de la ciudad para que no molestaran los humos). Esta combinación favoreció que la actividad alfarera siguiera desarrollándose durante toda la etapa medieval e incluso después, en época bajomedieval cristiana y moderna. En este momento fue un área artesanal muy extensa. En dos excavaciones arqueológicas se han documentado más de cien hornos que estuvieron funcionando durante el siglo IX y principios del X (Larrea 2008; Clapés 2019). Son de tradición romana y están compuestos de doble cámara y parrilla de planta circular sustentada por cuatro pilares. Esto nos indica una pervivencia de los hornos para cocer la cerámica y de la tradición alfarera. Aunque no se han documentado los testares formados por tan inmensa producción, durante las labores arqueológicas se recogieron defectos de cocción, principalmente de la amortización de los hornos y de otras áreas en desuso. Este material ha permitido reconstruir el ajuar doméstico que se fabricaba en el siglo IX: ollas de cocina, ollas con pico vertedor, jarros y jarritos, tapaderas planas con asa en cinta, candiles de chimenea y piquera corta (que van alargándose en relación a los ejemplares más primitivos), cuencos y botellas (Figura 5). Un repertorio que guarda muchas similitudes con el estudiado para Šaqunda, pero que, al mismo tiempo presenta novedades con respecto a la etapa anterior. Así, se mantienen los grupos formales, pero a la vez surgen algunos nuevos. En general, se detectan cambios tipológicos: las formas son más estilizadas, menos rechonchas y tienen el cuello más desarrollado. El asa arranca del interior de las piezas en candiles y en algunos jarros. Las pastas son anaranjadas, reservándose las beiges para candiles y formas de agua, como cantimploras y algunos jarritos. La forma de trabajar las pastas también presenta cambios, y éstas aparecen mejor decantadas, mientras que las piezas están mejor torneadas: las líneas de torno son más abundantes y están más próximas y más marcadas, indicando un uso completamente profesional del torno rápido. Hay un profundo cambio tecnológico que nos está hablando de un cambio productivo con el fin de abastecer mejor a la población: de un lado, una concentración y organización de la producción alfarera; de otro, un gremio artesanal más especializado y profesional que manufactura un producto mejor acabado y de más calidad. La decoración pintada es aún muy simple. Se introduce el blanco como pigmento predominante, el negro en menor medida, que



Figura 5 – Ajuar cerámico emiral pleno-primo califal procedente de la zona alfarera (post-818 d.C.): a) olla; b-c) tapaderas; d) candil; e) olla de pico vertedor; f-g, i) jarros; h) botella; j) redoma. Fotografías © Isabel Larrea.

terminan desbancando al color rojo. Las digitaciones pintadas pasan a ser verticales en vez de horizontales. Esta mejora pudo estar relacionada con la llegada de nuevos alfareros a la ciudad o/y con la necesidad de adaptarse al crecimiento urbano constante y de abastecer no solo a la población sino a núcleos cercanos y/o a su hinterland. La problemática de Córdoba con respecto al estudio de su cerámica es que a pesar de que se han excavado grandes superficies no se ha estudiado ni publicado el material cerámico. Aun así son varias las zonas de la ciudad donde se han documentado contextos cerámicos producidos en esta gran área artesanal, como Cercadilla (Fuertes 2010) y en otras excavaciones arqueológicas cuyo material cerámico está sin publicar.

Si bien la mayor parte de la producción documentada corresponde a cerámica bizcochada (y pintada), también se detectó una pequeña producción de cerámica vidriada que puede datarse a partir de la segunda mitad del siglo IX, sin que por el momento pueda precisarse más. Se trata de vidriados ricos en plomo, que no utilizan opacificantes en un primer momento, y como colorantes emplean el óxido de hierro para conseguir melados y marrones y el óxido de cobre para los verdes. Las piezas están muy bien modeladas, con paredes finas, se fabricaban en doble cocción y podían estar vidriadas en un solo color, o alternar dos, uno en cada cara de la pieza. La cobertura vidriada podría combinarse con simples decoraciones incisas o aplicadas. Principalmente cubrían jarritos y vasos para beber, candiles y algunos ataifores (Figura 6 a-d). Es así como la aparición de formas específicas para comer está asociada a la tecnología del vidriado, lo que apunta a la asimilación de unos rituales de mesa más complejos, propios de Oriente, del mundo abasí. Esta orientalización ha sido recogida en las fuentes y comenzó en tiempos de *ʿAbdarraḥmān II* (822-852 d.C.), teniendo como figura más sobresaliente al músico bagdadí *Ziryāb*, personaje que introdujo nuevas costumbres en la corte cordobesa, entre las que destacamos la presentación de alimentos en la mesa, el orden de los platos en la comida y "su invención de la preferencia por la vajilla de vidrio fino sobre la de oro y plata" (Muqtabis 2001: 147v-151v). Sin duda estos factores propiciaron una

nueva demanda sobre vajilla de mesa más refinada, no solo de vidrio sino también vidriada. El registro arqueológico en Córdoba arroja algo de información al respecto. Siempre teniendo en cuenta que hasta hace poco no se sabía identificar la cerámica vidriada emiral en la ciudad, y por tanto parte de esta producción ha sido erróneamente datada como califal (siglo X). Aun así, trabajando con los contextos en los que ha sido identificada, con una datación de finales del IX y principios del X, observamos que es un elemento constante aunque minoritario y que no es exclusivo de las casas del interior del recinto amurallado sino que también se consume en el cinturón extramuros. El inicio de la producción y consumo de la cerámica vidriada en Córdoba está relacionada con la élite cordobesa, que quiere emular el ambiente cortesano de Bagdad y la moda de ese momento. De esta manera surge un mercado interesado en la adquisición de este tipo de mercancía y con él una vajilla de mesa de lujo, principalmente vasos y jarritos para beber, relacionados muy probablemente con el consumo de vino. Se documentan pocos ataifores al principio. Por tanto, en un primer momento, la producción de cerámica vidriada fue reducida y su consumo estuvo restringido a las élites cordobesas.

Esta primera producción vidriada cordobesa se caracteriza por manufacturar piezas cuidadas y de gran calidad, cocidas dos veces y ornamentadas con técnicas que requieren mayor dedicación y tiempo, como las decoraciones incisas y las aplicadas de hilos. Algunas piezas están manufacturadas a molde. En este primer momento las piezas se vidrian con un solo color en ambas caras o con dos, uno en cada superficie. Son melados, marrones y verdes. Se vidria la vajilla de mesa (jarritos, vasos, ataifores sin pie y candiles). Estamos ante una producción no estandarizada. Difícil encontrar dos piezas que sean exactamente iguales; siempre hay variaciones y diferentes combinaciones de color, formas y decoraciones. La información derivada de las excavaciones arqueológicas no ha permitido individualizar el taller o talleres de vidriado, como sucedió para el caso de Pechina (Castillo et al. 1987). Sin embargo, los defectos de cocción de cerámica vidriada nos dan pistas sobre el modelo de producción de cerámica vidriada y que sería el de uno o varios talleres individuales que se insertan dentro del tejido productivo cordobés. Probablemente se trate de alfareros especializados que llegan a la ciudad e instalan su taller en el barrio alfarero que ya estaba plenamente consolidado.

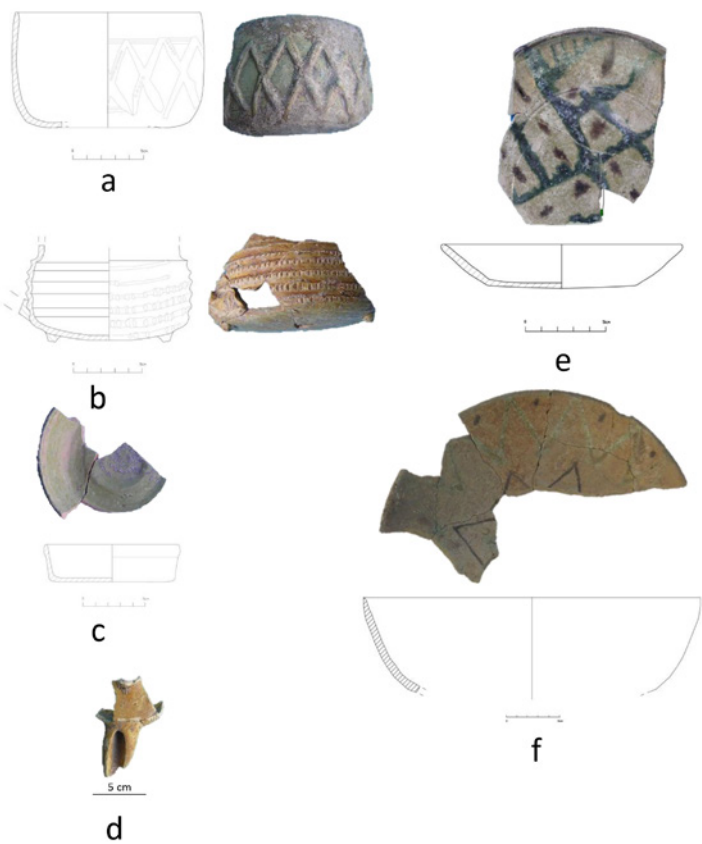


Figura 6 – Cerámica vidriada emiral procedente de las excavaciones arqueológicas de Mª Auxiliadora y Posada de la Herradura, Córdoba (c. 875-929 d.C.): a) vaso; b) jarrito; c, e-f) ataifor; d) candil.

Respecto a la producción de cerámica pintada se aprecia una mayor profusión decorativa. Es en este momento cuando surge en Córdoba el uso de pintura blanca sobre fondos negros y rojos, con diferentes motivos, aún diseños simples que se hacen más complejos durante el siglo X.

Se detecta también una producción de vidriados polícromos transparentes, en el cambio al siglo X (Salinas 2013), en la que el fondo vidriado varía según el color de la pasta: crema si la pasta es oxidante o verdoso si la cocción es reductora. Sobre este vidriado de plomo transparente se utilizan el óxido de cobre y el óxido de manganeso para dibujar trazos verdes y negros (Figura 6 e). Esta producción tuvo una vida corta en Córdoba porque pronto fue sustituida por los vidriados blancos opacos de estaño, sobre los que se dibujaban diseños simples en marrón y verde (Figura 6 f). Ambas producciones se utilizaron principalmente en formas de mesa, como vasos, tazas, ataifores y redomas, y convivieron a principios del siglo X (Salinas & Pradell 2018).

Durante el siglo IX se produce el gran cambio tecnológico en las cerámicas cordobesas. La manufactura es de mayor calidad, las pastas están mejor depuradas, las piezas mejor torneadas y el acabado es más cuidado. La cocción predominante es oxidante, con pastas naranjas y beiges, aunque también se documentan pastas grises, de cocción reductora, en algunas formas de cocina y tapaderas de mediano tamaño. Hay una continuidad de las formas islámicas tempranas, a la vez que surgen nuevas formas y aumenta la variedad de tipos cerámicos, por ejemplo en el caso de los jarros y jarritos. La vajilla de mesa está más diversificada, refinada y decorada que la etapa anterior (pero menos que en la etapa califal) y comienza a vidriarse, tanto formas nuevas –vasos, redomas y ataifores- como otras islámicas primitivas –candiles y jarritos-. La pintura roja pasa a ser residual, predominando la blanca sobre piezas engobadas en rojo y negro.

Estas novedades están asociadas a una mayor complejidad de los rituales de mesa y de platos de comida y a la introducción de nuevos hábitos culinarios. Es decir, lo que nos cuentan las fuentes escritas sobre la orientalización de la gastronomía cordobesa promovida por *Ziryāb,* con la incorporación de nuevas recetas, ingredientes y comidas, queda reflejado en el registro arqueológico. Por otro lado, hay una transformación de valores funcionales a estéticos, que culminará con el programa iconográfico de la vajilla califal en verde y manganeso, pero que comienza en este momento con un aumento sustancial en la demanda de productos de alta calidad y más caros. Por supuesto, no sólo en cerámica, aunque es más difícil que quede constancia de otros materiales en el registro arqueológico, como el vidrio o el metal. En cualquier caso, es a finales del IX y principios del X, en la etapa tardoemiral, cuando comienza a producirse y consumirse cerámica decorada, tanto vidriada polícroma como pintada con motivos ornamentales más complejos. Se dejan atrás los motivos simples geométricos y abstractos de la etapa primoemiral y comienza a perfilarse un programa ornamental más complejo, todavía incipiente. Este cambio pudo deberse a la combinación de varios factores: la llegada de alfareros especializados con nuevos conocimientos tecnológicos que les permiten innovar con respecto a la tradición local. La nueva demanda que surge por parte de un sector de población que requiere un nuevo producto que antes no estaba en el mercado. El cambio de modelo de producción de cerámica para garantizar el abastecimiento a toda la población, que no hace más que aumentar. A juzgar por el registro material no existió un taller que produjera todo el ajuar doméstico, sino talleres especializados. Por ejemplo, sabemos que el sector de hornos que se excavó estaba especializado en la producción jarros y jarritos. Sin que haya evidencias de producción de grandes contenedores o de candiles (Larrea 2008; Clapés 2019).

5. EL AJUAR CERÁMICO DEL SIGLO X

Una vez producido el gran cambio en el siglo IX, durante el siglo X se consolida la tendencia de la etapa anterior y, hacia mediados de esta centuria, termina de conformarse la vajilla cerámica omeya andalusí. El ajuar cerámico ha cambiado nuevamente, con respecto al que veíamos en el siglo IX. Surgen nuevos tipos de ollas y cazuelas, jarros, jarritas y candiles, entre otros, y desaparecen los característicos de la etapa emiral (Figura 7). Redomas, orzas, botes, tazas y cantimploras completan el ajuar doméstico. Mientras que brocales de pozo ocupan un lugar principal en el patio de las casas califales. El repertorio califal se caracteriza por estar más estandarizado y diversificado. También es el que ha llegado a nosotros en mayor cantidad, por coincidir con la máxima expansión de la ciudad, y el que mejor conocemos por distintos trabajos (véase Vallejo & Escudero 1999; Fuertes 2002; Camacho & Valera, 2021). Encontramos los mismos tipos de ollas, jarros, candiles y ataifores en la medina, que en los arrabales de *al-Ŷānib al-Garbī* y en *Madīnat al-Zahrā'*. La cerámica bizcochada sigue siendo la predominante en los conjuntos cordobeses, pero conviven con las cerámicas decoradas y vidriadas.

El ataifor adquiere por primera vez un papel predominante en la vajilla de mesa (Figura 8) y se populariza, llegando a todos los sectores de la población y a todos los hogares cordobeses, tal y como nos cuenta el registro arqueológico. Se culmina así el proceso de refinamiento de los hábitos culinarios y el ritual de mesa, iniciado a mediados del siglo IX. El programa ornamental es mucho más complejo y simbólico, con mayor variedad temática y con trazos mejor perfilados. Se consolida la policromía en la cerámica, especialmente con la producción de cerámica vidriada de plomo y opacificada con estaño, conocida como "verde y manganeso". Otro cambio es el aumento sustancial en la demanda de la cerámica vidriada, que supone aproximadamente un 11-13% del total (Camacho & Valera, 2021; Fuertes, 2010). Hay una popularización y estandarización de la producción vidriada. Mientras que la vajilla en verde y manganeso supone un porcentaje inferior, en torno a un 3-6% (Camacho & Valera, 2021; Fuertes, 2010). Estos datos reflejan una asimilación de nuevos tipos cerámicos y rituales de mesa más complejos, no solo por parte de la élite cordobesa sino también por el grueso de la población.

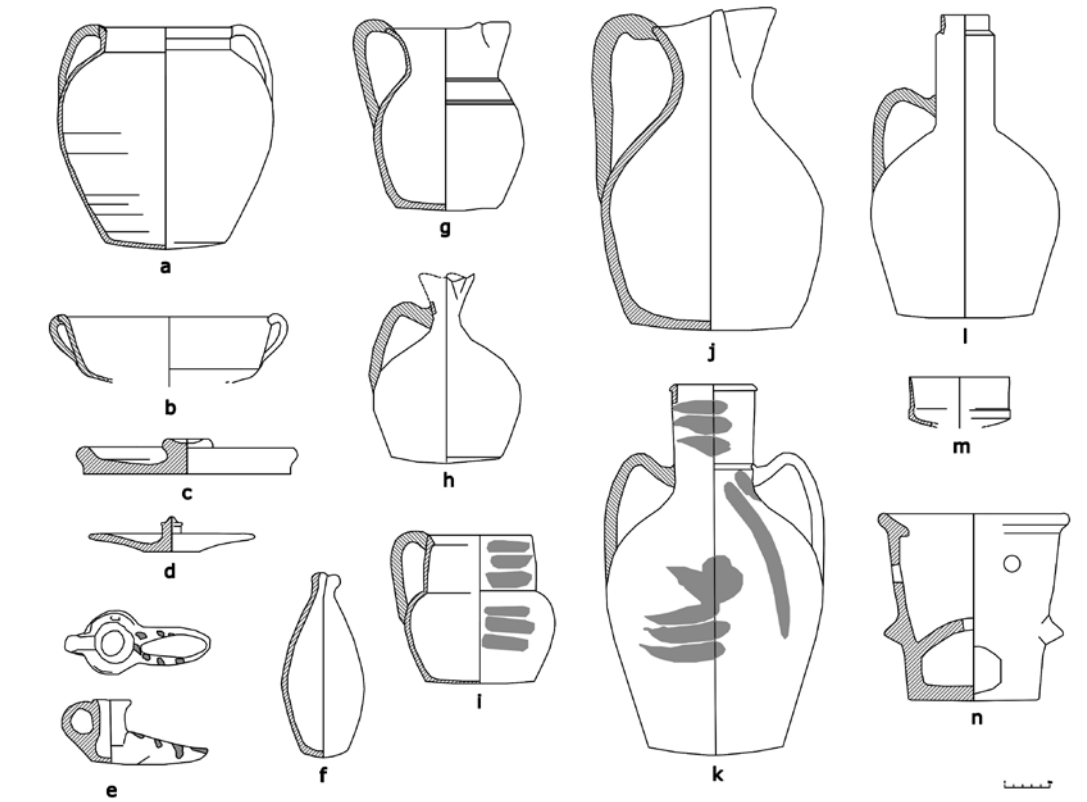


Figura 7 – Ajuar cerámico islámico califal de Córdoba y *Madīnat al-Zahrā'* (post. 940 d.C.): a) olla; b) cazuela; c-d) tapaderas; e) candil; f) botella; g-j) jarros; k) jarra; l) redoma; m) cuenco; n) anafe (dibujos a partir de Vallejo & Escudero, 1999).

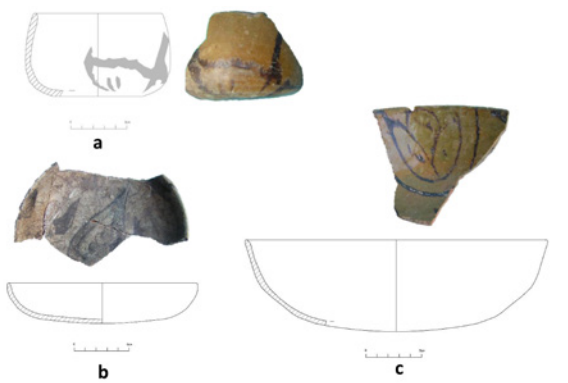


Figura 8 – Cerámicas vidriadas califales de Córdoba (siglo X), localizadas en la calle Mª Auxiliadora: a) taza vidriada con decoración en manganeso; b) ataifor verde y manganeso; c) ataifor vidriado con decoración en manganeso.

La zona alfarera principal de Córdoba en época califal no ha sido excavada en extensión. Pero por evidencias arqueológicas sabemos que estaría situada al norte de *al-Šarqiyya,* próxima al área primitiva emiral, en el sector septentrional extramuros (Figura 3). Produciría todo tipo de productos cerámicos, incluida la vajilla de mesa. En ella se instalaron los primeros hornos de barras, cuya influencia llegó de tierras orientales, y que están directamente relacionados con la tecnología del estaño. Sin duda, fue el gran centro productor de cerámica califal de Córdoba, pero no fue el único. Llega un momento en la segunda mitad del X, que estos alfares no producen suficiente para abastecer a toda la población cordobesa, que no para de crecer debido a su condición de capital del Califato. Como consecuencia de esta saturación y de la necesidad de planificar y organizar mejor la producción de cerámica para satisfacer toda la demanda, comienza a formarse una segunda zona alfarera, ubicada al oeste, camino de *Madīnat al-Zahrā'* (Figura 3). Se han localizado un total de seis talleres, que no están concentrados, sino dispersos y plenamente integrados en el entramado urbano de *al-Ŷānib al-Garbī*. Estos talleres estaban especializados en material de construcción, principalmente tejas, para la edificación de nuevos arrabales y las cubiertas de los enterramientos, y también material de almacenamiento, como grandes tinajas; puesto que en la zona se crean nuevas instalaciones agropecuarias para alimentar a la población. Solo en uno de ellos se documentó además producción de ollas. Respecto a la tipología de los hornos vemos cómo ha cambiado de planta circular a cuadrangular y también aumenta el tamaño para albergar mayor volumen de piezas. Este tipo de hornos se mantendrá en Córdoba hasta época almohade (Salinas 2012).

6. CONCLUSIONES

Córdoba fue un centro productor y consumidor de cerámica importante desde época romana, continuando esta trayectoria durante el periodo medieval. Durante la tardoantigüedad se constata una recesión en técnicas de producción, formas y decoraciones, que se traduce en la producción de un repertorio menos variado y de peor calidad, en el que predomina el carácter funcional, y que coincide con la dinámica de decadencia general que tiene lugar en la península ibérica y otras zonas del mediterráneo. Al contrario de lo que se pensó durante algún tiempo, tras la llegada de los musulmanes a la ciudad, en el año 711 d.C., la tradición alfarera se mantuvo y muy posiblemente el modelo de producción. Hasta el momento no se han documentado los talleres cerámicos que estuvieron trabajando durante los siglos VI al VIII, pero todo parece indicar que los alfareros continuaron con la tradición previa, fabricando los mismos tipos cerámicos, y poco a poco se fueron incorporando nuevos tipos y formas propios de la tradición islámica, al igual que se documenta en otros yacimientos peninsulares. Para ello ha resultado clave el estudio de la cultura material procedente del arrabal de Saqunda, cuyos contextos cerámicos hablan de esta continuidad productiva y de patrones de consumo, un siglo más tarde de la conquista islámica y las consiguientes influencias orientales y/o norteafricanas. Sin embargo, a mediados del siglo IX sí se produjo un cambio tecnológico importante en la producción cerámica. Tal y como se ha detectado, tras la excavación arqueológica de la gran zona alfarera de la ciudad, con más de cien hornos, que estuvieron funcionando durante el siglo IX y principios del X. Por otro lado, la introducción de la tecnología del vidriado no llegó hasta mediados del siglo IX a la península ibérica. Siendo Córdoba y Pechina los primeros centros productores de cerámica vidriada. En un primer momento su consumo estuvo restringido a un sector de la población (siglo IX y principios del X) y no será hasta la consolidación del Califato de Córdoba (post-929 d.C.), cuando el consumo de cerámica vidriada se popularice. Este hecho coincide con un aumento del uso de ataifores en el registro arqueológico cordobés y es el reflejo de la completa asimilación de nuevos hábitos culinarios y rituales de mesa más complejos y sofisticados, por parte de toda la población cordobesa. Al mismo tiempo este cambio necesitó un nuevo modelo de producción de cerámica más complejo, organizado y estandarizado. Este proceso se inició en el siglo anterior y culmina en Córdoba en la segunda mitad del siglo X. Mientras que, para otras zonas de al-Andalus, habrá que esperar al siglo XI para que se produzca este cambio de producción y consumo.

AGRADECIMIENTOS

Este proyecto ha recibido financiación de la Unión Europea, del Programa de Investigación e Innovación Horizon 2020, Marie Sklodowska-Curie Action (H2020-MSCA-IF-2015, Grant Nº 702019). Quiero agradecer a Isabel Larrea por el material gráfico y la información facilitada. También, a José Cristóbal Carvajal, con quien he discutido algunas de las reflexiones sobre los modelos de producción incluidas en el texto.

BIBLIOGRAFÍA

ACIÉN, Manuel *et alii* (2003) – Cerámicas tardorromanas y altomedievales en Málaga, Ronda y Morón. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. Anejos de AESPA XXVII*. Madrid, pp. 411-454.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2001) – Cerámica emiral en Mérida. In *GARB: sítios islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa – Mérida, pp. 329-375.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2003) – Pautas evolutivas de la cerámica común de Mérida en épocas visigoda y emiral. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. Anejos de AESPA XXVII*. Madrid, pp. 483-504.

AMORÓS, Victoria (2018) – *El Tolmo de Minateda en la Alta Edad Media. Cerámica y Contexto*. Universitat d'Alacant.

ARANDA, Raúl (2015) – Una aportación al conocimiento de las producciones cerámicas de época visigoda: el conjunto cerámico de la parcela R3 de la Vega Baja (Toledo). *Espacio, tiempo y forma. Serie I, Prehistoria y Arqueología* 6, pp. 377-446.

ARTHUR, Paul (2007) – Form, function and technology in pottery production from Late Antiquity to the early Middle Ages. In L. LAVAN; E. ZANINI; A. SARANTIS, eds. – *Technology in Transition A.D. 300-650* (Late Antiquity Archaeology 4 – 2006). Leiden, pp. 159-186.

BARRAGÁN, Mª. Carmen (2012) – Un conjunto de cerámica tardoantigua procedente de la atalaya de la Moranilla (Écija, Sevilla). In *Romula* 11, pp. 249-272.

BERMÚDEZ, José Manuel (1992) – Algunas consideraciones sobre un lote cerámico de los siglos VIII al IX. In *Antiquitas,* Año II, nº. 3, pp. 54-61.

CAMACHO, Cristina; VALERA, Rafael (2021) – Familias y técnicas decorativas en cerámica vidriada. Arrabales occidentales de Madinat Qurtuba (siglos IX-X). In COLL, Jaume; SALINAS, Elena, eds. – Tecnología de los vidriados en el oeste Mediterráneo: tradiciones islámicas y cristianas. Madrid, pp. 61-86.

CÁNOVAS, Álvaro (2003) – *Informe de la A.A.P. Nueva Sede de EMACSA (Avda. del Pretorio, Córdoba)*. Informe entregado en la Delegación Provincial de Cultura de Córdoba de la Junta de Andalucía.

CARVAJAL, José Cristóbal (2007) – El poblamiento altomedieval en la Vega de Granada a través de su cerámica. Tesis doctoral. Universidad de Granada.

CARVAJAL, José Cristóbal (2009) – Pottery production and Islam in South-East Spain: a social model. In *Antiquity,* 83, pp. 388-398.

CARVAJAL, José Cristóbal (2013) – Islamicization or Islamicizations? Expansion of Islam and social practice in the Vega of Granada (south-east Spain). In *World Archaeology*, 45(1), pp. 109-123.

CASAL, Mª Teresa (2018) – The *rabaḍ* of *Šaqunda* in Umayyad Córdoba (750-818 AD). In S. PANZRAM; L. CALLEGARIN, eds. – *Entre civitas y madīna. El mundo de las ciudades en la Península Ibérica y en el norte de África (siglos IV-IX).* Collection de la Casa de Velázquez (167). Madrid, pp. 119-132.

CASAL, Mª Teresa; CASTRO, Elena; LÓPEZ, Rosa; SALINAS, Elena (2005) – Aproximación al estudio de la cerámica emiral del arrabal de *Šaqunda* (*Qurṭuba*, Córdoba). In *Arqueología y Territorio Medieval,* 12.2, pp. 189-235.

CASAL, Mª Teresa; SALINAS, Elena (2009) – Informe-memoria de la I.A.U. en la Puerta del Puente y en la parcela catastral 36394/09". In *Anuario arqueológico de Andalucía 2004*, Vol. 1. Sevilla, pp. 711-722.

CASTILLO, Francisco; MARTÍNEZ, Rafael; ACIÉN, Manuel (1987) – Urbanismo e industria en *Bayyana*. Pechina (Almería). In *Actas del II Congreso de Arqueología Medieval Española*, II. Madrid, pp. 539-548.

CLAPÉS, Rafael (2019) – *Memoria Preliminar A.A.Pre. Control Arqueológico de Movimiento de tierras en Avda. Almogávares nº 5* (*Manzanas 1-A y 1-B, Estudio de Detalle SC-3) Zumbacón (Córdoba).* Informe administrativo inédito depositado en Delegación Territorial de Cultura de Córdoba. Córdoba.

FUERTES, Mª. Camino (2002) – *La cerámica califal del yacimiento de Cercadilla*. Sevilla.

FUERTES, Mª. Camino (2010) – *La cerámica medieval de Cercadilla, Córdoba. Tipología, decoración y función*. Sevilla.

FUERTES, Mª. Camino; GONZÁLEZ, Marina (1996) – Materiales de época medieval. In HIDALGO, R. *et alii* (eds.) – *El Criptopórtico de Cercadilla. Análisis arquitectónico y secuencia estratigráfica*. Sevilla, pp. 119-167.

FUERTES, Mª. Camino; HIDALGO, Rafael (2003) – Cerámicas tardorromanas y altomedievales de Córdoba. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. Anejos de AESPA XXVII*. Madrid, pp. 505-540.

GAYRAUD, Roland-Pierre; VALLAURI, Lucy (2017) – *Fustat II. Fouilles d'Iṣṭabl 'Antar. Céramiques d'ensembles des IXe et Xe siècles*. Institut français d'archéologie orientale. Fouilles de l'Ifao 75/Institut d'Archéologie Orientale. Le Caire.

GRAGUEB, Soundes (2017) – La céramique aghlabide de Raqqada et les productions de l'Orient islamique: parenté et filiation. In *The Aghlabids and their Neighbors: Art and Material Culture in Ninth-century North Africa*, Brill.

GUTIÉRREZ, Sonia; GAMO, Blanca; AMORÓS, Victoria (2003) – Los contextos cerámicos altomedievales del Tolmo de Minateda y la cerámica altomedieval en el sudeste de la Península Ibérica. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. Anejos de AESPA XXVII*. Madrid, pp. 119-168.

Kamil, IBN AL-ATIR (1901) – Al-Kamil fi l-tarij, Beirut 1965-67, Trad. parcial E. Fragan, *Annales du Magreb et de l›Espagne*, Argel.

LARREA, Isabel (2008) – *Memoria Preliminar de la A.A.Pre en el E.D. SC3-Zumbacón (Córdoba).* Informe entregado en la Delegación Provincial de Cultura de Córdoba de la Junta de Andalucía. Córdoba.

LEÓN, Alberto; MURILLO, Juan (2014) – Advances in Research on Islamic Cordoba, *Journal* of *Islamic* Archaeology 1 (1), pp. 5–35.

LÓPEZ, Rosa (2008) – La cerámica emiral del arrabal de Šaqunda. In *An.A.A.C.*, 1, pp. 135-162.

MANNONI, Tiziano; GIANNICHEDDA, Enrico (2007) – *Arqueología. Materias, objetos y producciones*, Barcelona.

MOKRANI, Mohamed Aziz (1997) – À propos de céramiques trouvées sur le site de Taghdempt-Tahert, lors des fouilles de 1958-1959". In *La Céramique médièvale en Méditerranée occidentale. Actes du VIe Congrès de l'AIECM2.* Aix-en-Provence, pp. 277-290.

MORENO, Maudilio (2004) – Nuevos testimonios sobre la actividad alfarera en *Corduba*. In *A.A.C.*, 15, pp. 291-308.

Muqtabis II-1, IBN ḤAYYĀN (2001) – *Crónica de los emires Alḥakam I y ʿAbdarraḥmān II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1].* Trad. de Maḥmūd ʿAlī Makkī y Federico Corriente. Zaragoza.

PEACOCK, David (1982) – *Pottery in the Roman World. An Etnoarchaeological Approach*. Londres.

PIÑERO José Manuel; NAVAS, José Ramón; SALINAS, José Manuel (2009) – *Memoria preliminar de actividad arqueológica preventiva C/ Gitanos, 8*. Informe entregado en la Delegación Provincial de Cultura de Córdoba de la Junta de Andalucía. Córdoba.

SALINAS, Mª Elena (2012) – *La Cerámica Islámica de Madinat Qurtuba de 1031 a 1236: Cronotipología y centros de producción*. Tesis doctoral. Universidad de Córdoba.

SALINAS, Elena (2013) – Cerámica vidriada de época emiral en Córdoba, *Arqueología y Territorio Medieval,* 20, pp. 67-96.

SALINAS, Elena (2015) – Nuevos hallazgos exhumados en una necrópolis romana del sector septentrional de Córdoba (España). In *Nailos. Estudios Interdisciplinares de Arqueología*, 2, pp. 253-273.

SALINAS, Elena; PRADELL, Trinitat (2018) – The transition from lead transparent to tin-opacified productions in the western Islamic lands: al-Andalus, c. 875-929 CE, *Journal of Archaeological Science*, 94, pp. 1-11.

VV.AA. (2018) – *ATempora Talavera de la Reina. Seis mil años de cerámica en Castilla-La Mancha*. Vol. 1. De la prehistoria al mudéjar. Toledo.

VALERA, Rafael (2002) – *Informe de la I.A.U. Parcela 2.12 del Plan Parcial Renfe.* Informe entregado en la Delegación Provincial de Cultura de Córdoba de la Junta de Andalucía.

VALLEJO, Antonio; ESCUDERO, José (1999) – Aportaciones para una tipología de la cerámica común califal de Madinat al-Zahra. In *Arqueología y Territorio Medieval, 6*. Actas del Coloquio La cerámica andalusí. 20 años de investigación arqueológica. Jaén, pp. 133-175.

VARGAS, Sonia; CASAL, Mª. Teresa; LÓPEZ, Rosa; MORENO, Maudilio; SALINAS, Elena (2007) – Los contextos cerámicos tardoantiguos de un solar anexo a la Puerta del Puente. In *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archeometry,* Aix-en-Provence-Marseille-Arles, 2005. Oxford, pp. 165-176.

VIGIL-ESCALERA, Alfonso (2003) – Cerámicas tardorromanas y altomedievales de Madrid. In *Anejos de AespA*, XXVIII. *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad*. Madrid, pp. 371-387.

REFLEXIONES SOBRE EL MUNDO RURAL MOZÁRABE. MATERIALIDAD, RITUALES Y HÁBITOS DEL POBLADO Y CEMENTERIO DE TÓZAR, GRANADA

Luca Mattei[1], Cristina Martínez Álvarez[2]

[1] Doctor en Historia Medieval, Miembro del Grupo de Investigación THARG, Universidad de Granada, Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas / lucamattei@ugr.es
[2] PhD student Szkoła Doktorska Anthropos (IAEPAN Poland) / cmartinezalvarez710@gmail.com

Resumen
En esta aportación se presentan los resultados de las campañas de excavación llevadas a cabo en el poblado y área cementerial de Tózar, yacimiento situado en los Montes Occidentales de la provincia de Granada sobre la ruta que unía Medina Elvira con la capital califal de Córdoba. Abordamos reflexiones sobre la cultura material, los rituales funerarios y los hábitos de los moradores que vivían en este contexto. Al mismo tiempo por un lado tratamos de entender las presencias de continuidades con el poblamiento antes de la invasión islámica, y por otro los cambios sociales decisivos que causaron la desaparición del mismo poblado.
Palabras-clave: Mozárabes, Mundo rural, Montes Occidentales de Granada, Necrópolis excavada en roca.

Abstract
This contribution presents the results of the excavation campaigns carried out in the village and cemetery area of Tózar, a archeological site located in the Western Mountains of the province of Granada on the route that linked Medina Elvira with the Caliphate capital of Córdoba. We focus on reflections on material culture, funeral rituals and the habits of the people who live in this context. At the same time we try to understand the presence of continuities with the population before the Islamic invasion, and on the other the decisive social changes that caused the disappearance of the village.
Keywords: Mozarabic, Rural world, Western Mountains of Granada, Graves cut in rock.

En los últimos años, en pleno corazón de los Montes Occidentales de Granada, región montañosa y abrupta entre las provincias de Granada, Córdoba y Jaén, se han llevado a cabo investigaciones arqueológicas en el poblado medieval y en la necrópolis excavada en la roca de Tózar[1] (Figura 1). Ambos elementos se sitúan en el interior del denominado Parque Arqueológico Conjunto de Tózar, que consta además con otros vestigios históricos como un dolmen prehistórico (García & Pellicer, 1959, pp. 167-168), y una trinchera militar construida durante la Guerra Civil española por el bando nacionalista (Fernández, Brenes & López, 2015, pp. 211-212). Se trata de vestigios arqueológicos de un gran valor patrimonial, que ha sido recientemente incluidos en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz con la categoría de Bien de Interés Cultural (Mattei, 2018), máximo nivel de protección jurídica que existe en el territorio español.

Es nuestra intención realizar algunas reflexiones aportando por un lado los resultados de las recientes investigaciones que han puesto de manifiesto como los restos medievales pertenecen a una población mozárabes, y por otro abordando también las pautas de poblamiento del territorio en que se inserta dicho asentamiento rural.

A nivel de introducción y para contextualizar mejor el yacimiento, es necesario precisar una serie de cuestiones. En primer lugar, creemos imprescindible señalar la situación geográfica territorial en la que se inserta el poblado de Tózar durante la época andalusí temprana, emplazado sobre una importante vía de comunicación que desde Pechina, puerto de Almería, conectaba con Córdoba pasando por Medina Elvira, capital de la Cora de Elvira. En segundo lugar, debemos de conocer las pautas principales de poblamiento que se han documentado en la región de los Montes Occidentales de Granada durante la época emiral, que además coinciden también en buena parte con las de otros estudios territoriales centrados en la Vega de Granada (Carvajal López, 2008) y sus alrededores (Jiménez Puertas, 2002).

Justo en referencia a este último argumento, uno

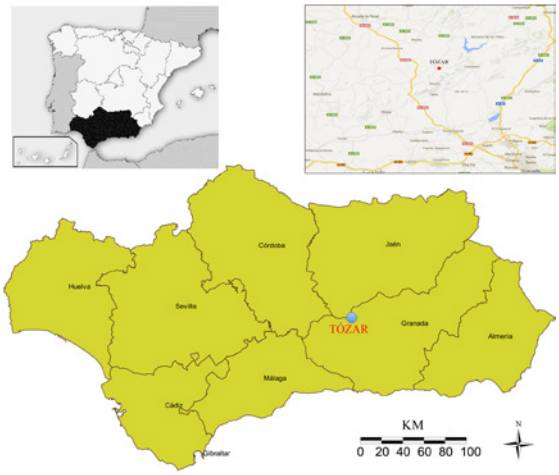


Figura 1 – Localización geográfica del yacimiento arqueológico de Tózar (Autor: Mattei).

de los patrones de asentamiento localizado en época emiral ha sido una tendencia por parte de las poblaciones a emplazarse en lugares de altura, cuya forma natural de defensa y la óptima visibilidad sobre el territorio le ofrecen la posibilidad de controlar las principales vías de comunicaciones. Ejemplo de esta tipología de asentamientos son Las Mesas de Colomera (Mattei, 2012), Zujaira, el Tajo del Sol o el Castillón de Montefrío (Motos, 1991; Motos & Pedregosa, 2016), que radican sus orígenes en los siglos anteriores a la llegada de las poblaciones islámicas en la península. Se trata de poblados en altura con un cierto peso dentro del contexto político del momento, donde debían residir élites con capacidad de controlar el territorio y los excedentes productivos, desenvolviendo un papel relevante dentro de la organización del territorio. Las necrópolis halladas en las proximidades de estos asentamientos de altura muestran una cronología coincidente con la de dichos asentamientos, siendo fechadas entre el siglo V y final del siglo VII (Pérez, Ramos & Toro, 1989; Pedregosa 2017).

A principios del siglo VIII, cambia totalmente el panorama político de la península con evidentes consecuencias también en el territorio granadino. Primero con las oleadas árabes y beréberes y su consecuente instalación, a las que se añade el definitivo establecimiento del *yund* de Damasco a mediados del siglo VIII, que se asentará especialmente en las zonas más fértiles próximas a la Vega de Granada y en la terminación de los valles que desembocan en ella. Algunos yacimientos de esta época son constituidos por Caparacena, que responde a la Qarbasana citada en las fuentes en referencia a Sawwar, los Llano de Silva o Búcor. Es im-

[1] En su totalidad se han llevado a cabo 5 campañas de excavación, posibles gracias al Instituto Andaluz de la Juventud (Consejería de Igualdad, Salud y Políticas Sociales de la Junta de Andalucía), que las ha promovido incluyéndola en la actividad denominada «Campo de Trabajo de Servicio Voluntario». Agradecemos también la colaboración del Ayuntamiento de Moclín y la ayuda prestada por parte de los jóvenes procedentes de toda la geografía nacional e internacional que han colaborado en las intervenciones.

portante reflejar que a pesar de la llegada de las poblaciones islámicas los asentamientos de altura antes mencionados permanecerán habitados, hasta por lo menos a lo largo de todo el siglo IX.

La falta de localización de los espacios funerarios de los siglos VIII y IX asociados a estos asentamientos de altura, dejan bastantes incertidumbres sobre el echo si sus habitantes se habían convertido en muladíes o no. Surge entonces la pregunta de si las necrópolis que conocemos asociadas a estos yacimientos llegan solo al siglo VII y sus poblados perviven, ¿Dónde se seguían enterrando sus moradores? Todo parece indicar que hay una ruptura con la practica funerarias anteriores, cambiando probablemente no solo el lugar de enterramiento sino también el ritual.

Dejando como sugerencia a reflexionar este breve inciso, es así que llegamos al último cuarto del siglo IX y el primer cuarto del siglo X, un periodo muy convulso en los equilibrios de poder de al-Andalus, que toca su clímax con los acontecimientos y el contexto histórico social de la primera fitna.

Es de sobra conocido como fue solo a partir del siglo X, bajo el gobierno de 'Abd al-Rahman III, cuando se logrará poner fin a la rebelión de las comunidades que vivían en estos lugares fortificados de altura, conocidos ampliamente por los textos bajo la denominación de *husun*. El mismo emir ordenará de forma casi generalizada la destrucción y abandono de la mayoría de estos asentamientos en altura fortificados, imponiendo la bajada de su población a las zonas más llanas evitando la posible repetición de nuevos conflictos.

Este evento histórico es un punto de inflexión importante en las pautas de poblamiento observadas en los Montes Occidentales de Granada, percibiéndose claramente un cambio que lleva a la dispersión de la población que vivía en estos centros de altura. A nivel de distribución espacial es cuando detectamos la creación de numerosos poblados de mucha menor extensión con respecto a los de altura y sobre todo que se ubican topográficamente en lugares muy distintos a los precedentes. Se trata de asentimientos situados a media ladera o en pequeñas lomas, siempre próximos a antiguos caminos y adyacentes a fuentes para su abastecimiento hídrico.

A nivel material todos estos yacimientos rurales en ladera presentan atributos muy similares, con una cerámica muy homogénea que ostenta formas típicas de los siglos X- XI, sin embargo, debido a que ninguno de ellos se ha excavado en este territorio, estamos frente a la imposibilidad de conocer la pertenencia cultural de sus moradores (Mattei, 2012). A primera vista todo podría indicar que estamos frente a alquerías islámicas que surgen a principio del siglo X en época califal y que perviven en época taifa bajo el reinado zirí. Sin embargo, creemos más lógico que los habitantes de estos poblados sean los mismos que abandonan los asentamientos de altura, dado que la desaparición de uno y la aparición de los otros son prácticamente simultáneas.

Entre estos poblados de ladera, desde un primer momento, consideramos que el caso de Tózar tenía una peculiaridad que lo hacía diferente a muchos de los otros mencionados. Este rasgo especial se daba por la localización de una necrópolis excavada en la roca a pocos metros del poblado, un área cementerial que indicaba pertenecer más bien a un ritual funerario cristiano, no islámico, hipótesis y vinculación que confirmada nos podía revelar la identidad cultural de sus moradores, siendo en este caso una comunidad mozárabe en plena época islámica (Figura 2). Un testimonio sin lugar a duda valioso y relevante, porqué aún sabemos muy poco sobre los mozárabes que vivían en el mundo rural, y menos aún de una perspectiva arqueológica.



Figura 2 – Distribución espacial de los elementos arqueológicos identificados en el perímetro del yacimiento de Tózar (Autor: Mattei).

La posibilidad de desarrollar un proyecto que permitiera excavar y indagar dicho conjunto arqueológico, surgió gracias a uno de los programas financiados por el Instituto Andaluz de la Juventud, realizándose cinco Campos de Trabajo de Voluntariado de corta duración que posibilitaron avanzar bastante en el conocimiento de dicho yacimiento y también en su conservación y puesta en valor (Mattei, 2014).

Antes de empezar cualquier investigación, el periodo de ocupación del poblado y la comunidad que en él residía, se pudo fijar, a través de la cerámica superficial que indicaba una horquilla cronológica centrada entre los siglos X y XI. En el caso de la necrópolis, no se tenía ninguna referencia debido a la ausencia de datos científicos sobre el contenido de las sepulturas que nunca habían sido indagadas.

Frente a este panorama, la necesidad de establecer unas pautas esenciales para el desarrollo de la investigación se hacían más que manifiestas, debiendo imperiosamente localizar y excavar nuevos espacios funerarios sellados, documentar sus rituales funerarios, llevar a cabo el estudio antropológico y por último analizar los restos óseos no contaminados para obtener informaciones tanto sobre el horizonte cronológico como el tipo de dieta que consumían estos individuos, así como recabar otras informaciones que ayudasen a comprender las formas de vida de los habitantes del poblado.

En la necrópolis se documentaron un total de 102 sepulturas (Figura 3), 62 más de la que ya se conocían (Salvatierra, García & Jabaloy, 1985-87), aunque el dato más relevante fue encontrar muchas de ellas aún intactas, más concretamente 17, conservando su cubierta original y sin haber sido expoliadas. La investigación de las nuevas tumbas excavadas, en particular las selladas, ha logrado aportar considerable información que ha permitido responder a buena parte de las preguntas que se habían planteado inicialmente sobre la necrópolis. En primer lugar, se han documentado perfectamente los rituales funerarios que han mostrado entre ellos una gran homogeneidad (Figura 4).

Empezando por la preparación de las sepulturas, se ha constatado como en la mayoría de los casos, fue elaborada realizando primero una prefosa de mayores dimensiones, para después, en su eje longitudinal, excavar la cavidad con forma antropomorfa donde se depositó el cadáver, dejando a ambos lados de esta fosa un escalón que sirvió para apoyar las grandes losas calizas que componen las cubiertas de la tumbas.

En la totalidad de las sepulturas el individuo que se hallaba en posición primaria estaba dispuesto en posición decúbito supino, con la cabeza hacia el oeste pero mirando hacia el levante, lo único que variaba era la postura de los brazos que se han documentado semiflexionados o sobre la pelvis, en el abdomen, en el pecho y en pocos casos, extendidos a lo largo del cuerpo. Otra característica común fue comprobar, la sistemática ausencia de ajuar, vasijas cerámicas o cualesquiera elementos de vestimenta personal en el interior y exterior de las tumbas.

Otro aspecto importante a considerar que hemos documentado en el área cementerial de Tózar, es el de la reutilización de las sepulturas, práctica funeraria que aparece frecuentemente en esta y otras zonas, pero asociadas a rituales funerarios de origen visigodo y a sepulturas de otras características, particularmente la de cista de lajas (Román, 2004). Hay que destacar que en Tózar, la forma antropomorfa de las sepulturas no permite situar cráneo alguno junto al del individuo que se halla en posición primaria, como es más habitual, documentándose al contrario la presencia de cráneos



Figura 3 – Vista panorámica de la zona del cementerio de Tózar y su planimetría (Autor: Mattei).



Figura 4 – Rituales funerarios documentados en el cementerio de Tózar. Restos de un individuo en posición primaria y practicas de reutilización en las sepulturas (Autor: Mattei).

y huesos largos especialmente en la zona de los artos inferiores a los pies del difunto.

A pesar de tanta homogeneidad han sido igualmente documentadas prácticas funerarias con rasgos y atributos diferentes o excepcionales; como la de colocar los restos óseos de un difunto anterior situados fuera de la tumba sobre su cubierta, la colocación de un difunto anterior en una pequeña fosa excavada en el escalón meridional de la sepultura, y un ritual excepcional que no habíamos visto en ninguna de las tumbas excavada anteriormente. Éste último trata de la inhumación de dos individuos en posición primaria, puesto uno en cima o al lado de otro, un individuo femenino de 15 años y otro masculino de 12.

También se ha documentado el empleo de losas verticales para marcar/señalar límites de tumbas reutilizadas y delimitar sepulturas arriba de las losas.

Otra información que nos han dato las tumbas es su gran homogeneidad tanto en forma como en orientación. Por lo que se refiere a la forma, el 90 % tiene forma antropomorfa, documentándose solo 5 a Bañera y 6 Rectangulares; mientras que dos tercios de ellas aún presentaban el escalón o parte de él para apoyar las losas que sellaban el enterramiento. Por lo que se refiere a la orientación, 96 tumbas están orientada con la cabecera entre los dos solsticios con una neta prevalencia hacia el de invierno, mientras que solo 6 están fuera de estos valores, aunque sea por muy pocos grados.

Otro dato interesante que se ha obtenido del estudio de la necrópolis de Tózar es la localización de un número elevado de enterramientos infantiles, 42 de 102, siendo un 40 % del total.

También se realizó un estudio osteológico sobre la totalidad de los restos óseos exhumados en el trascurso de las intervenciones arqueológicas, que alcanzaban un número final de 74 individuos.[2] Por un lado se han fijado las informaciones más evidentes como sexo y rango de edades, además de localizar las primeras pruebas que indican patologías y rasgos evidentes de cualquier otra tipología de acontecimiento que se pueda haber reflejado en los huesos.

Por lo que se refiere al género podemos decir que hay un cierto equilibrio, aunque predomina la presen-

[2] La totalidad de este estudio ha sido llevado a cabo por la antropóloga forense Fátima Ortega Gutiérrez que agradezco para su valiosa contribución. Un primer avance se puede consultar en: Ortega, 2014.

cia de individuos femeninos, 31 contra 26; mientras que podemos ver como entre los individuos estudiados predominan edades de maduras (41-60 años) y adultos (21-40 años), a pesar del elevado número de tumbas infantiles. Esto también es debido a que los huesos de los individuos infantiles en su gran mayoría no se han conservado y no se reflejan por lo tanto su porcentaje en este estudio.

En cuanto al estado de salud de los individuos estudiados, los resultados ponen de manifiesto importantes problemas en la salud bucodental, así como carencias de tipo nutricional como las hipoplasias del esmalte u otras patologías como la *cribra orbitalia*, que pueden indicar posibles procesos infecciosos y que se suele relacionar con anemias de tipo nutricional.

El proceso de estudio inherente a los restos óseos, ha continuado con los análisis de laboratorio sobre una selección de muestras, examinando especialmente huesos que proceden de las tumbas selladas. Los datos calibrados que nos han proporcionados los 10 análisis llevado a cabo mediante C14[3], fueron muy valiosos porqué han permitido ubicar el periodo de uso de la necrópolis entre el siglo X hasta incluso en algunos casos la primera mitad del siglo XIII. De esta manera se ha podido afirmar mediante pruebas científicas, la vinculación entre la fase ocupacional del poblado y la necrópolis, una simultaneidad que deja más que evidente e indiscutible el hecho de estar frente a un poblado y una necrópolis que pertenecen a una comunidad mozárabe, la cual pervive en este ámbito rural y se entierra hasta por lo menos final del siglo XII.

A parte de la necrópolis, el peso de la investigación debía recaer también sobre la excavación del poblado, algo imprescindible para definir el marco cronológico que hasta el momento se había fijado únicamente en base al estudio de la cerámica de superficie. Antes de empezar la excavación lo único que conocíamos del poblado, a parte de la cerámica superficial, era la presencia de tres silos, que habían sido vaciados a finales del siglo XX por los vecinos del pueblo y se intuían algunos muros alineados de mampostería que se veía a ras de suelo.

Por lo tantos se limpiaron nuevamente los silos para su correcta y completa documentación. Esto permitió mostrar su proceso constructivo, enteramente excavados en la roca y con una profundidad que ronda los 2 metros, desvelando todos ellos una forma piriforme de cuerpo globular. En el interior de los silos se encontraron rellenos del siglo XX que lo colmataban, aunque en la parte inferior de dos de ellos, en una capa de 5-10 cm de espesor como máximo, se hallaron pequeños fragmentos de restos óseos y escasos restos cerámicos adscritos cronológicamente al siglo X (Figura 5). Entre ellos destaca un candil de piquera con goterones vidriados en verde y un astrágalo de cerdo, lo que constata la presencia de cerdo, aunque por supuesto una muestra de suido solo por si misma aún no puede reflejar ninguna costumbre sobre la dieta.

En la misma área del poblado se eligió abrir diferentes sondeos, uno en la terraza donde se hallaban dos de los silos, otro en la terraza superior y otros dos en la terraza inferior, que no dieron resultados de ningún vestigio de estructuras.

Los primeros resultados alcanzados tras la excavación del sondeo 2000, el que se sitúa próximo a dos de los silos conocidos en la terraza de la zona IV, indican la existencia de estructuras que responden a una única fase de ocupación cuya fundación como veremos es de época califal muy temprana (Figura 6). Se trata de una estancia de una vivienda y de un posible patio indicado por el aplanamiento del terreno y una serie de huecos de poste excavados en la roca. En el umbra de la entrada de dicha estancia apareció una sepultura, junto a los muros externos, excavada en la roca y con prefosa; mientras que, en la posible zona de patio, se documentó un pequeño silo de pocas dimensiones y escasa profundidad, totalmente excavado en la roca y sin restos materiales en su interior.

En el sondeo de la terraza de la zona III, la excavación documentó una serie de muros de mampostería que estaban conformando espacios separados entre si que no gozaban de gran anchura, presentando uno de ellos un suelo empedrado y otros un suelo de preparado de cal sobre la roca madre para nivelar la superficie de uso (Figura 7). La cerámica hallada en estos ámbitos ofrece la misma cronología del sondeo anterior, aunque uno de los resultados más relevantes y destacados es que en el sondeo se pudieron documentar las bocas de dos silos, uno de ellos aún sellado con losas y mortero, aunque desafortunadamente estos nuevos silos se quedaron sin excavar por falta de tiempo y financiación, aplazando su investigación para un futuro, cocientes de la importancia de datos que proporcionaría finalizar la excavación de este ámbito y de estas estructuras.

[3] Los análisis se han llevado a cabo en los laboratorios del servicio de Datación Radiométrica y Geología Isotópica; más concretamente en el Laboratorio de Datación por C14 bajo la dirección de Elena Villafranca Sánchez. Se agradece al Grupo de Investigación THARG (Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada) de la Universidad de Granada, que ha financiado el coste de estos análisis.

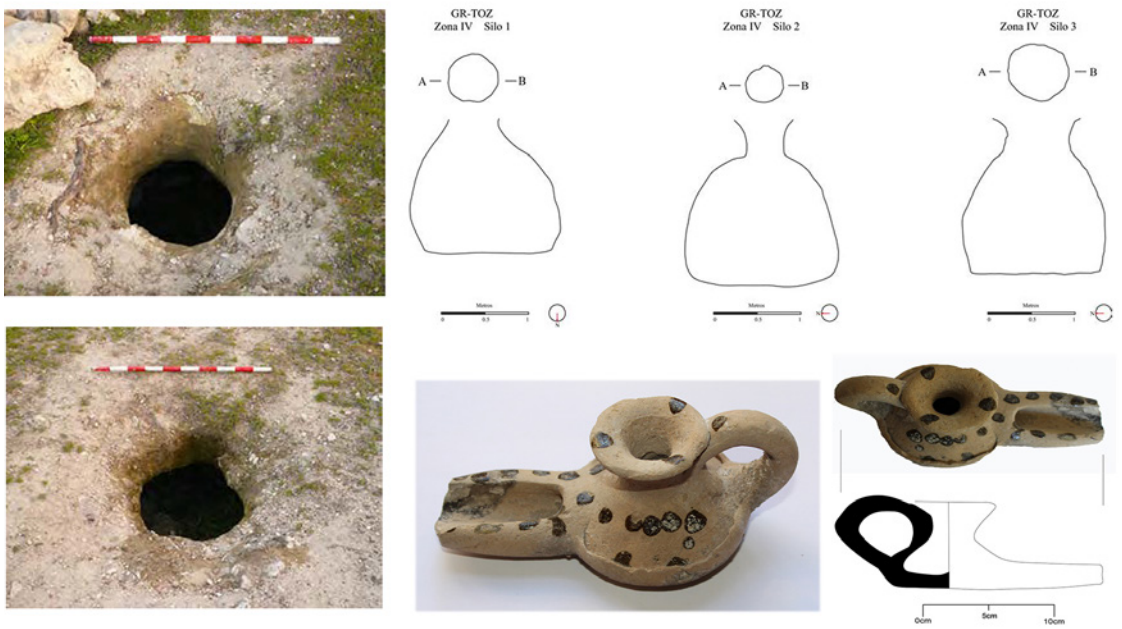


Figura 5 – Documentación de los silos investigados en el yacimiento de Tózar y candil hallado en su interior (Autor: Mattei).



Figura 6 – Las estructuras del sondeo 2000 de la Zona IV, pertenecientes a parte de una vivienda (Autor: Mattei).



Figura 7 – Las estructuras del sondeo 1000 de la Zona III, donde se han documentados los restos de posible estructuras destinada al almacenamiento (Autor: Mattei).

Las excavaciones realizadas en el asentamiento altomedieval de Tózar han permitido recuperar un conjunto cerámico que ha proporcionado información acerca del uso de los objetos que formaban parte de la vida cotidiana de este poblado y sobre los procesos de cambio socioculturales y de intercambio en el al-Andalus temprano. Estamos ante un ajuar típico del siglo X de producción claramente islámica, con formas cerámica propias de este periodo y que están presentes en otros asentamientos rurales y medinas de su entorno como Medina Elvira o la propia capital, Córdoba.

En el registro existe una gran diversidad de formas apareciendo la mayoría de las tipologías de la época. Un rasgo destacable es su nivel de estandarización, es decir, su homogeneidad técnica, formal, decorativa y el carácter eminentemente urbano de la misma. Destacan las pastas rojizas y anaranjadas en el caso de las formas de cocina y mesa sin vidriar mientras que el uso de pastas más claras y porosas se reserva para las formas vidriadas y el servicio de mesa mas fino. Las pastas más oscuras solo se localizan en cerámicas de cocina y son producto de la exposición prolongada al fuego.

Destacan la vajilla de mesa, tanto formas abiertas como cerradas con vidriados monocromos en melados y verdes claros. El vidriado bicromo también aparece representado, aunque de forma testimonial. En cuanto a las decoraciones encontramos algunos fondos melados con decoraciones geométricas en manganeso y algunos fragmentos con técnicas más complejas como

el verde-manganeso. También se encontraron algunas piezas con decoración pintada en trazos blancos, pero no son los más habituales.

Sin embargo, uno de los datos más interesantes que nos ha aportado el estudio de estas piezas cerámicas es la distribución desigual de las mismas entre las dos áreas excavadas. En la zona IV, donde se excavaron estancias asociadas a la que se ha interpretado como una vivienda, el número de grupos funcionales y la cantidad de formas encontradas es mayor. Destacan sobre todo la cerámica de cocina, mesa, pequeños contenedores y algunos candiles (Figura 8). Son objetos típicos de un hogar del siglo X, pero un dato interesante es que en este contexto también se han encontrado otras formas de cocina menos comunes como cazuelas, orzas, tabaq y anafres. Cerrando este conjunto encontramos varias piezas de mesa, vidriadas y sin vidriar, donde destacan los ataifores con diversidad tipológica y algunas decoraciones relativamente complejas. La mayoría de estos materiales provienen de los niveles de uso de las estancias de esta posible vivienda y están fechados en torno al siglo X. Creemos que la vivienda pudo ser ocupada en este momento y su abandono debió producirse no más allá de la primera mitad del siglo XI.

En la zona III, aunque también es presente una variedad formal, existe un predominio de los grandes contenedores y formas de almacenaje. Entre ellos destacan los restos de grandes tinajas, casi todas ellas sin decorar, salvo algunos fragmentos con cordones de decoración digital y un gran número de cántaros con diversas tipologías (Figura 9). Estos rasgos juntos a localización de varios silos nos indican a interpretarlo como un espacio cuya funcionalidad debía ser las propias de almacenamiento.

La gran variedad formal de las piezas encontradas y el más que aceptable grado de estandarización de las mismas nos hace pensar, junto con el bajo porcentaje de piezas realizadas a mano, que este pequeño asentamiento rural está siendo abastecido por uno o varios centros productores de cerámicas relativamente cercanos, como podrían ser la Ciudad de Ilbīra o alguno de los alfares de las inmediaciones de Córdoba. Estamos ante un ajuar con eminentemente carácter urbano que rompería con la tradicional idea de que en época altomedieval los asentamientos rurales se caracterizan por formas cerámicas simples, multifuncionales y provenientes de talleres únicamente rurales. Al menos este no es el caso del asentamiento de Tózar.

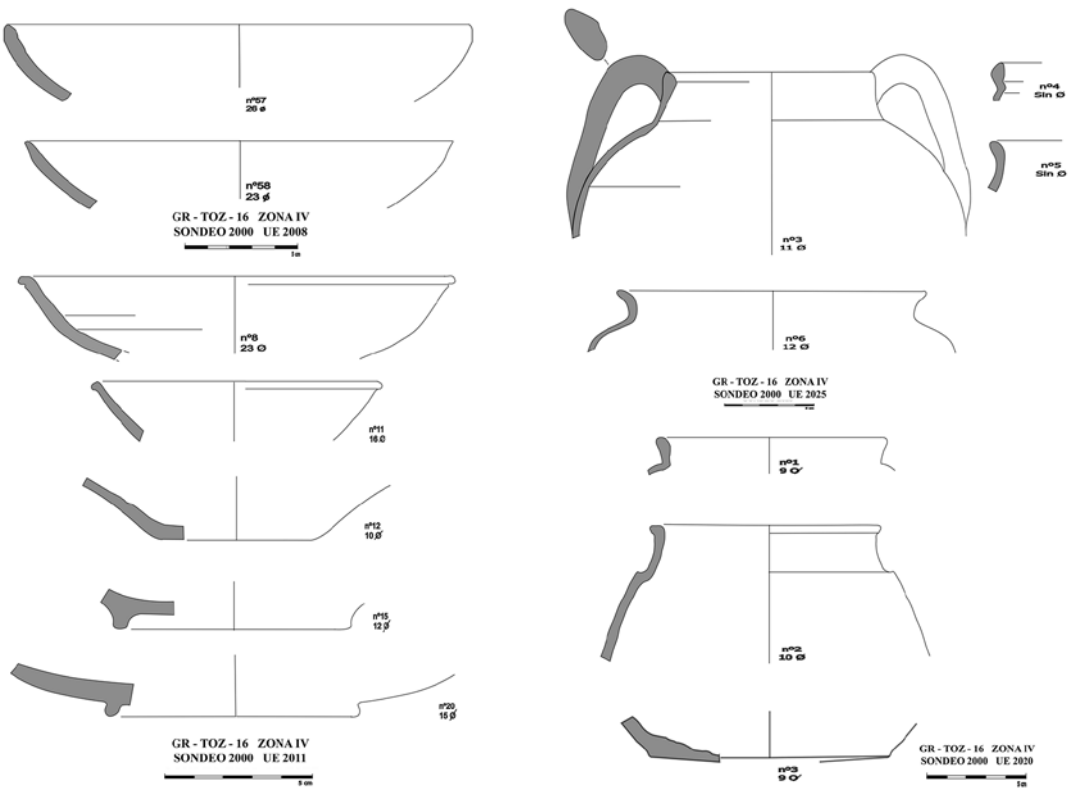


Figura 8 – Formas cerámicas de mesa y cocina documentadas en la zona IV del poblado de Tózar (Autor: Martínez Álvarez).

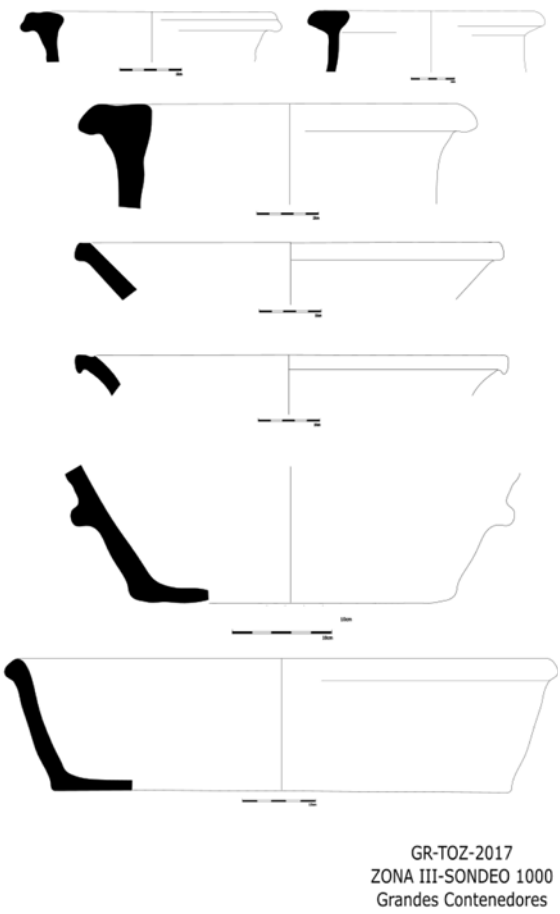


Figura 9 – Formas cerámicas de almacenamiento documentadas en la zona III del poblado de Tózar (Autor: Martínez Álvarez).

El ajuar que hemos descrito está formado por formas típicas del momento histórico entre las que destacan las formas de almacenamiento y de uso cotidiano, pero estas conviven con otras que podríamos considerar "destacadas o de una cierta complejidad técnica" representadas por ataifores, redomas, jarritas y candiles vidriados con una variada gama de diseños ornamentales. Estás a menudo son una manifestación del rico programa propagandístico del Estado Omeya o manifestaciones religiosas como el pequeño fragmento de ataifor donde puede leerse en los restos de epigrafía *al-Mulk*[4]. Creemos que estas piezas debieron adquirirse por medio del comercio ya que el asentamiento rural de Tózar se encuentra dentro de la vía de comunicación entre la Capital Omeya y la Capital de la Kūra de Ilbīra.

En conclusión, estos son los datos que hemos podido juntar hasta el momento sobre este valioso yacimiento. Somos conscientes de que el estudio de la sociedad y cultura mozárabe necesita una mayor aportación de datos arqueológicos, que sirvan de punto de inflexión sobre todo en el ámbito rural donde apenas se han llevado a cabo intervenciones arqueológicas y queda mucho por hacer.

El caso presentado además demuestra claramente las dificultades de analizar un asentamiento rural en zonas que han mantenido población mozárabe hasta mediados del siglo XII. Sin la caracterización de indicadores fundamentales como son los rituales de enterramientos, la organización espacial o dimensional de las viviendas, los restos de dieta que aportan información sobre el consumo y las costumbres alimenticias, nos podemos fácilmente confundir atribuyendo horizontes culturales equivocados. Estas son incidencias que han de ser consideradas con gran peso dentro de la investigación arqueológica futura. Es a través de estos indicadores que podremos conocer más sobre algunas cuestiones que han sido el tema central de este encuentro; tiempos que han marcado los elementos de continuidad, trasformaciones o cambios, cual han sido los tiempos del grado de penetración de la islamización cultural en la zona de carácter rural.

BIBLIOGRAFÍA

CARVAJAL LÓPEZ, José Cristobal (2008) – *La Cerámica de Madinat Ilbira (Atarfe) y el poblamiento altomedieval de la Vega de Granada*. Granada: Tharg.

FERNÁNDEZ MARTÍN, Andrés; BRENES SÁNCHEZ, María Isabel; LÓPEZ MORENO, Manuel (2015) – *Guerra Civil en los Pueblos de Moclín. Sistemas defensivos y Operaciones militares (1936-1939)*. Antequera: Aratispi.

FERRER PALMA, José Enrique (1981) – La Pileta de la Zorra. Aportaciones a las cámaras megalíticas de Granada. *Baetica*. Málaga. 4, pp. 67-77.

GARCÍA SÁNCHEZ, Manuel; PELLICER, Manuel (1959) – Nuevas pinturas rupestres esquemáticas en la provincia de Granada. *Ampurias*. Barcelona. XXI, pp. 165-188.

JIMÉNEZ PUERTAS, Miguel (2002) – *El poblamiento del territorio de Loja en la Edad Media*. Granada: Editorial Universidad de Granada.

MATTEI, Luca (2011) – Hisn Qulunbayra: de baluarte califal a villa de frontera nazarí, *Miscelánea Medieval Murciana*. Murcia. XXXV, pp. 123-144.

[4] Agradecemos a Bilal Sarr Marroco esta valoración.

MATTEI, Luca (2012) – Formas de ocupación rural en los montes occidentales de Granada: reflexiones a partir de la prospección de algunos despoblados de los siglos IX-XI, en GALETTI, Paola (a cura di), *Paesaggi, comunità. villaggi medievali*. Spoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, pp. 139-155.

MATTEI, Luca (2014) – Poblado y necrópolis mozárabe del Conjunto Arqueológico de Tózar. Un proyecto de investigación y puesta en valor. *Debates de Arqueología Medieval*. Granada. 4, pp. 181-196.

MATTEI, Luca (2018) – *"Expediente para la inclusión en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz como zona arqueológica de la necrópolis y el poblado altomedieval de Tózar (Moclín, Granada)"*, documento inédito entregado en la Delegación Territorial de Cultura y Patrimonio Histórico en Granada. Granada.

MOTOS GUIRAO, Encarnación (1991) – *El poblado medieval de "El Castillón". (Montefrío, Granada): estudio de sus materiales*. Granada: Editorial Universidad de Granada.

MOTOS GUIRAO, Encarnación y PEDREGOSA MEGÍAS, Rafael (2016) – El poblado y la necrópolis del Castillón, Montefrío (Granada). El poblamiento altomedieval en la zona de Montefrío, en PEDREGOSA MEGÍAS, Rafael (Coord.), *Arqueología e Historia de un paisaje singular: Las Peñas de los Gitanos, Montefrío (Granada)*. Granada: Ayuntamiento de Montefrío, pp. 123-153.

ORTEGA GUTIÉRREZ, Fátima (2014) – *Estudio antropológico de la necrópolis mozárabe de Tózar*, trabajo inédito defendido como TFM del Master de Antropología física y forense en Granada en Septiembre de 2014.

PEDREGOSA MEGÍAS, Rafael (2017) – Cuatro décadas en silencio: la necrópolis del Castellón o Castillón (Montefrío, Granada), *Antiquitas*. Priego de Córdoba. 29, pp. 125-161.

PÉREZ TORRES, Carmen, RAMOS LIZZANA, Manuel y TORO MOYANO, Isidro (1989) – Necrópolis hispanorromana cortijo del Chopo (Colomera, Granada), en AA.VV: *XIX Congreso Nacional de Arqueología: ponencias y comunicaciones*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, pp. 1065-1080.

ROMÁN PUNZÓN, Julio (2004) – *El mundo funerario rural en la provincia de Granada durante la Antigüedad* Tardía. Granada: Editorial Universidad de Granada.

SALVATIERRA CUENCA, Vicente, GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio y JABALOY SÁNCHEZ, Encarnación (1985-1987) – Necrópolis medievales II: hallazgos sueltos en la provincia de Granada, *Cuadernos de Estudios Medievales*. Granada, XIV-XV, pp. 211-224.

CASA BRANCA, UMA ALDEIA ALTO-MEDIEVAL DOS ARREDORES DE ÉVORA

Mário Varela Gomes[1], Tânia Manuel Casimiro[2], Telmo Pinheiro Silva[3]

[1] IAP / NOVA FCSH, Academia Nacional de Belas Artes, Academia Portuguesa da História, AAP / mv.gomes@fcsh.unl.pt
[2] HTC CFE IAP / NOVA FCSH, AAP / tmcasimiro@fcsh.unl.pt
[3] IAP / NOVA FCSH / telmoaps@gmail.com

Resumo
Trabalhos arqueológicos desenvolvidos em 2009, tendo em vista minimizar o impacto de projecto industrial no património cultural, conduziram à identificação de assentamento rural alto-medieval, situado a 5 km a sul da cidade de Évora, na zona denominada Casa Branca. A escavação em área permitiu apenas identificar estruturas negativas, tais como buracos de poste, silos, fossas com funções diversas, um forno e estruturas de combustão, composteira, sepulturas, mostrando ritual cristão, as fundações de paliçada e estrada romana. Não foram encontrados restos de edificações de pedra ou tijolo. A informação artefactual é sobretudo constituida por fragmentos de recipientes de cerâmica e alguns artefactos metálicos, como facas de ferro. Cinco datações 14C indicam cronologia dos séculos VII a XI para esta aldeia, onde vivia comunidade cristã, apesar da presença da administração islâmica em Évora.
Palavras-chave: Aldeia alto-medieval, Casas, Silos, Forno, Necrópole.

Abstract
An archaeological excavation devoloped in 2009 in order to minimize the impact of a new industrial project on the cultural heritage, led to the identification of an early medieval rural settlement. This was situated 5 km south of the city of Évora, in an area known as Casa Branca (White House). The open-area excavation alowed to identify underground structures, such as postholes, storage grain pits or silos, one oven and fire places, a large dung pit, graves, showing Christian ritual, the foundations of a palisade and a Roman road. No stone or brick building remains were identified. The artefactual data are mostly constituted by ceramic vessel sherds, and some metallic artefacts, suck as iron knifes. Five 14C datings indicate a chronology situated between the 7th and 11th centuries, for this village where a Christian community was living despite the presence of a Muslim administration in the city of Évora.
Keywords: Early medieval village, Houses, Silos, Oven, Necropolis.

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação resulta das medidas tomadas pela Direcção-Geral do Património Cultural e Câmara Municipal de Évora, no cumprimento da legislação em vigor, tendo em vista minimizar o impacto no património histórico-arqueológico, da área abrangida pelo loteamento do Parque da Indústria Aeronáutica, aquando dos trabalhos prévios à edificação das instalações e infra-estruturas necessárias a tal empreendimento.

A proximidade da área referida ao rio Xarrama, a presença de vestígios de via romana e diversos testemunhos arqueológicos ali identificados em datas anteriores às obras referidas, nomeadamente em torno ao antigo monte da Casa Branca, muitos dos quais atribuíveis à presença romana, potenciou a necessidade de se proceder ao acompanhamento arqueológico daquelas.

No Parque da Indústria Aeronáutica instalar-se-ia a unidade de produção de estruturas e componentes em materiais compósitos da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica).

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico, conduzindo à escavação e registo de sector de via romana e de numerosas estruturas negativas, que entregaram significativo espólio, decorreram entre 18 de Maio de 2009 e 24 de Agosto daquele mesmo ano.

A intervenção mencionada foi levada a cabo pela empresa ARPA – Arqueologia e Património Lda, sob a responsabilidade de dois dos signatários (T.M.C. e T.P.S.), e nela participaram mais de uma dezena de arqueólogos.

Foram publicadas curtas notícias da intervenção arqueológica efectuada na Casa Branca, tendo em vista dar a conhecer, preliminarmente, sínteses dos principais resultados dos trabalhos de campo, tal como curtas referências às suas estruturas (Silva, 2011; Casimiro, Silva e Gomes, 2012; Gomes, 2012: 42, 43; Casimiro, 2017).

As estruturas e espólios da Casa Branca indicam a presença de habitat rural ou aldeia, cujas construções foram erguidas com materiais perecíveis, madeira, fibras vegetais, peles e, mais raramente, com pedra e tijolo. Tal corresponde a organização, política, social, económica e ideológica, de matriz rural, ocorrida durante a Antiguidade Tardia ou I Idade Média, conforme diversos investigadores francófonos a denominaram. Trata-se de período considerado de transição e pouco conhecido entre nós, situado entre o último quartel do século V e os inícios do século VIII, mais precisamente desde o fim do reinado do último imperador do Ocidente, Rómulo Augusto (476) e a presença da administração islâmica no território actualmente português, em 713, continuada na Alta Idade Média (séculos IX/X-XI).

O estudo dos testemunhos registados no arqueossítio da Casa Branca importa principalmente à História Agrária, às suas unidades de exploração, denunciadas por fundos de cabana, buracos de poste, silos para armazenamento de cereais, composteira, fossas, fornos domésticos e, talvez, artesanais, espólios decorrentes de actividades como a tecelagem, a olaria e a metalurgia, onde não faltam os vestígios de cerca, de necrópole e de importante via.

2. LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE NATURAL

O estabelecimento rural da Casa Branca ocupava área, conhecida por Horta das Figueiras, estimada em cerca de um hectare, situada na peneplanície que se desenvolve a 5 km, para sul-sudeste, da cidade de Évora.

Aquele espaço encontra-se naturalmente delimitado, a nascente, pela ribeira de Pinheiros e, na direcção oposta, pelo rio Xarrama, que correm sensivelmente no sentido norte-sul e pertencem à rede hidrográfica do rio Sado.

Ali foi erguido V. G. com 246 m de cota absoluta (Casa Branca) junto ao qual passa via romana, reutilizada até aos nossos dias e que, dirigindo-se para noroeste, atinge antiga entrada, voltada a sul, da cidade de Évora.

Zona desde há muito antropizada, dada a presença, nas proximidades, de monumentos megalíticos, nomeadamente de menires (Monte da Chaminé) e de necrópoles, situadas para nascente e sudoeste (Quinta da Casinha e Zambujeiro), foi depois utilizada na agricultura, integrada em latifúndio, conforme sugere a presença de *villa* romana, a cerca de 600 m para sul (Casa Branca 1, CNS 26074) ali se tendo, ulteriormente, instalado a aldeia objecto do presente estudo.

À data da nossa intervenção o terreno encontrava-se coberto por gramíneas que cresceram após lavra. Contudo, aquele era utilizado na agricultura de sequeiro, designadamente na produção cerealífera.

A zona que circunda o antigo monte da Casa Branca integra o enorme maciço cristalino de Évora e, por isso, oferece substrato rochoso constituído por rochas eruptivas, do tipo granítico, designadamente quartzodioritos e granodioritos de grão médio, não porfiróide, gnaisses, granitóides e migmatitos, ali existindo, ainda, mancha de gabros e de dioritos.

A 4 km para sudeste encontram-se afloramentos

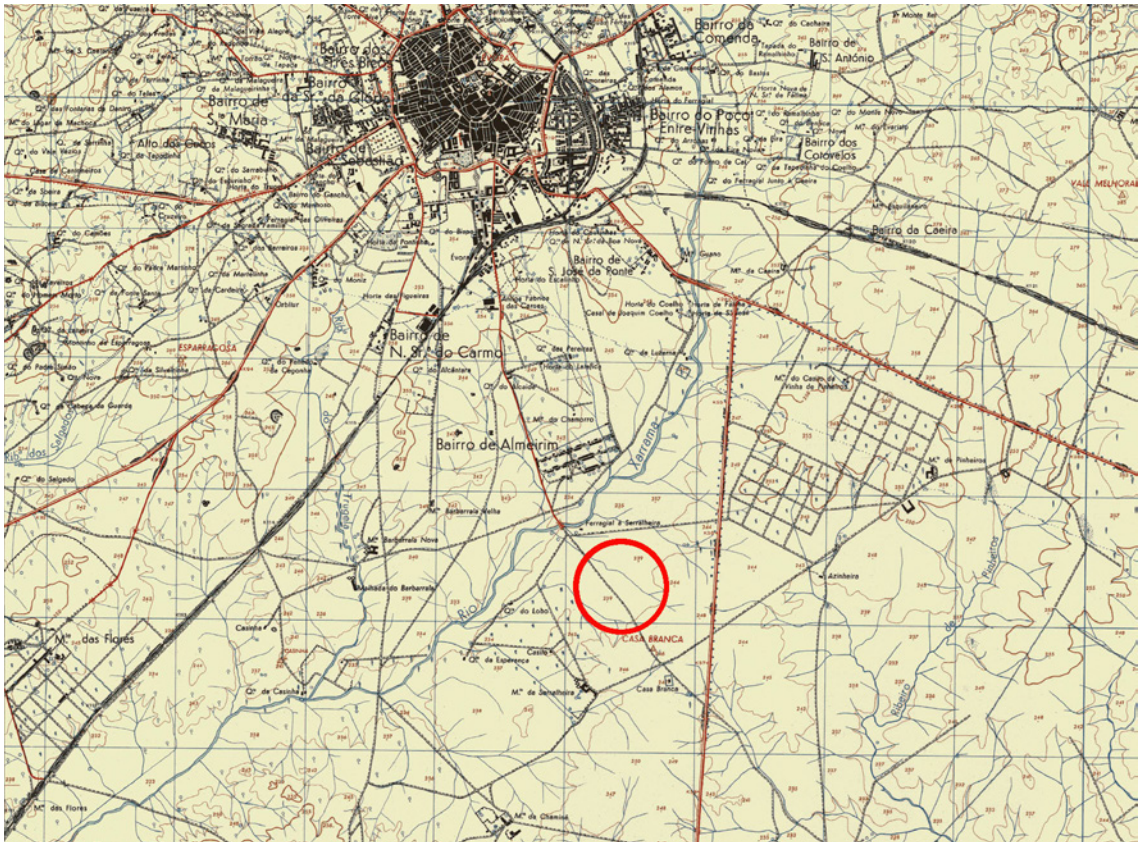


Figura 1 – Localização da aldeia da Casa Branca, segundo a *Carta Militar de Portugal* (C.M.P. nº 460).

de quartzitos, negros e acinzentados, no local conhecido como Cabeços Gordos (Carvalhosa *et alii*, 1969: 11-18). (Figura 1)

3. Metodologias e trabalhos efectuados

As prospecções arqueológicas efectuadas na área em estudo conduziram à identificação não só de importante troço de via romana, servido por ponte de pedra, muito possivelmente medieval, tal como zona onde, à superfície do terreno, se reconheceram restos de materiais de construção, romanos e tardo-romanos (tijolos, *imbricis* e *tegulae*), tal como fragmentos de cerâmica montada ao torno lento e cozida, maioritariamente, em ambiente redutor.

O acompanhamento arqueológico permitiu identificar área medindo 250 m de largura, no sentido nascente-poente e 100 m no sentido norte-sul, ou seja 2,5 hectares, contendo numerosas estruturas negativas, correspondendo em grande parte a aldeia, tendo sido quase integralmente escavada.

Por recomendação da tutela, a camada superficial de terras, com cerca de 0,60 m de potência, foi removida mecanicamente, assim desaparecendo o paleossolo, que poderia oferecer muita informação, como por exemplo traços deixados por arados, pondo à vista as estruturas negativas, as únicas que em parte se conservaram devido a tal solução. Importa registar que nenhum das três dezenas de silos tinha tampa e poucos conservavam bocal. Aquela opção decorreu, por um lado, da pressão superior exercida para a execução dos trabalhos e, por outro lado, na interpretação errada dos primeiros testemunhos, atribuídos a necrópole da II Idade do Ferro.

Ao surgirem vestígios de estruturas negativas fez-se a escavação em área e, depois, daquelas, exceptuando os buracos de poste, através de unidades estratigráficas. Procedeu-se ao registo desenhado das mesmas, em planta e corte, tal como através de fotografias coloridas, sendo cotadas com altitudes absolutas. A grande maioria dos buracos de poste foram apenas registados em planta.

As estruturas negativas correspondiam a, além de dezenas de buracos de poste, silos abertos no substrato, com formas e dimensões diferentes, fossas, com di-

versa morfologia e tamanhos, grande fossa de detritos (composteira), forno, sete sepulturas, cinco das quais organizadas em pequena necrópole, assim como vala de paliçada que envolvia sector da aldeia. (Figura 2)

O espólio exumado foi limpo da terra e lavado, quando necessário, colado e fotografado. Aquele tido como mais representativo, nomeadamente os fragmentos de cerâmica e de vidro, permitindo reconstituição gráfica dos recipientes a que pertenceram, foi desenhado à escala natural. Recolheram-se amostras de sedimentos, de diversas estruturas negativas, tendo em vista a pesquisa antracológica e carpológica.

Os artefactos metálicos, de ferro, foram limpos e consolidados no Laboratório de Restauro do Museu Monográfico de Conímbriga, fotografados e desenhados. Os testemunhos antropológicos decorrentes da ritualização funerária foram estudados pela Dr.ª Sónia Ferro (2013).

Obtiveram-se cinco datações pelo método do radiocarbono (14C), através de carvões, recolhidos nas estruturas negativas, tendo em vista confirmar as cronologias indicadas pelas características dos espólios.

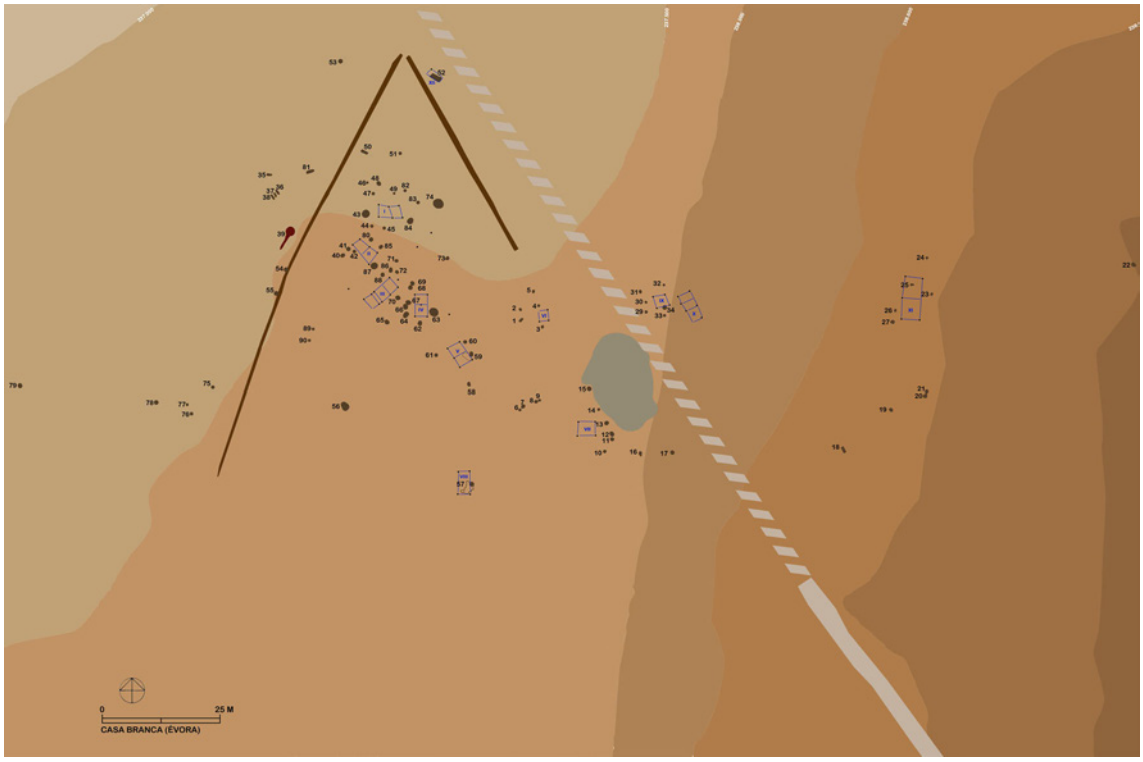


Figura 2 – Restituição possível das plantas das casas cujos buracos de poste se conservaram.

4. PROBLEMÁTICAS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICAS

Apesar dos importantes testemunhos arquitectónicos e dos espólios do Período Romano que, na cidade de Évora, chegaram até aos nossos dias, não são tão bem conhecidos vestígios tardo-romanos e alto-medievais.

Aquele aspecto torna-se mais acentuado no que concerne à área envolvente da antiga urbe, falta que a escavação do sítio da Casa Branca veio, em parte, colmatar.

De facto, até ao presente momento, não se tinha investigado, na totalidade, área ocupada por aldeia, cujas diferentes estruturas sobreviventes são as negativas ou escavadas no substrato, nomeadamente buracos de poste e fundos de cabana, que permitem a restituição de espaços cobertos, e o reconhecimento de silos e fossas a eles associados, tal como do alicerce de estrutura de protecção. A presença de restos de forno, de composteira, a primeira a ser detectada no território hoje português, e de conjunto de sepulturas, ajuda a recuperar o quadro de acções ou de vivências ocorridas naquele espaço.

Que população era aquela que vivia nesta aldeia constituída por pequenas casas construídas em madeira e colmo, mas guardava os seus excedentes em

silos? A que tempo pertenceu? Quais os antecedentes e como desapareceu? Como se organizavam os espaços, privados e colectivos, da aldeia e quais as principais actividades económicas ali desenvolvidas? Quais as relações com outras comunidades humanas coevas?

Àquelas e a muitas outras questões que as estruturas e os espólios encontrados sugerem, tentaremos dar resposta, na medida do possível, atendendo à extrema parcialidade dos testemunhos a que tivemos acesso, se comparados com a estimada enorme complexidade das actividades humanas que ali decorreram.

Além da menção à via que ligava Évora a Serpa, passando pela Casa Branca, constante no *Itinerário,* dito de Antonino Pio, não existem referências documentais aos testemunhos arqueológicos ali descobertos, nem àquela área, apesar da sua proximidade com a cidade de Évora. Data somente de meados do século XV a notícia de que a Herdade da Casa Branca, então integrada na zona de Machede, pertencia, em 1449, à Igreja de Santiago, de Évora, tendo sido legada àquela por João Fuseiro, filho de Lourenço Pires Fuseiro, ambos membros de conhecida família medieval eborense (Beirante, 2011: 42).

Importa sublinhar que a Arqueologia Rural, Tardo Antiga e Alto Medieval no sul de Portugal constitui área ainda pouco investigada, se exceptuamos os contextos islâmicos do sul do território, desconhecendo-se quase tudo sobre o que foram as comunidades campesinas, romanizadas, visigóticas, moçárabes e cristãs do Baixo Império aos tempos da Reconquista. E tal como tem vindo a acontecer em diversas regiões da Europa, nomeadamente da Espanha, têm sido as escavações em áreas de crescimento urbano ou industrial, de que a Casa Branca é exemplo, ou em zonas afectadas por grandes obras públicas, como a barragem do Alqueva, que, despoletando acções preventivas, de prospecção à escavação arqueológica, ou de minimização de impacto no património, têm evidenciado informação até agora quase esquecida (Quirós Castillo, 2013).

5. ESTRUTURAS HABITACIONAIS

Entre as diversas estruturas escavadas no solo, ou subterrâneas, encontram-se os testemunhos, por vezes muito residuais, de buracos de poste e de manchas, correspondentes ao solo de áreas habitacionais, mais ou menos profundas, e com cor cinzenta escura, denunciando a presença de matéria orgânica. As dimensões dos diâmetros dos buracos de poste detectados variavam entre os 0,150 m e os 0,250 m. Apenas um deles conservava cunhas de pedra (est. 79), conforme por vezes se encontra em arqueossítios congéneres e que ajudavam a fixar os postes ao terreno.

A disposição dos buracos de poste identificados permitiu reconhecer a presença de espaços erguidos em materiais perecíveis que os postes de madeira estruturavam e que muito possivelmente seriam cobertos. Trata-se de edificações com carácter habitacional, cabanas ou casas, ou com outras funções, impossíveis de determinar, dada a ausência de espólio indicador de actividades específicas no seu seio, ou seja, que permitisse a análise paleoetnológica.

A partir da distribuição dos buracos de poste, ou estruturas latentes, foi possível determinar a presença de, pelo menos, uma dúzia de edificações, habitacionais ou com funções distintas, com planta de forma rectangular ou trapezoidal, em geral associadas a silos e/ou fossas, correspondentes a estruturas de combustão ou com outros usos.

As orientações dos eixos maiores daquelas construções é variável, tal como a sua constituição, conforme a descrição elaborada para cada uma delas. É possível que as casas detectadas não tenham sido todas contemporâneas, dado estimar-se que tais estruturas teriam vida de entre dez a cinquenta anos (Hamerow, 2002: 31).

Casa I – Com planta de forma trapezoidal, é definida por seis buracos de poste, constituindo dois alinhamentos sub-paralelos. Encontrava-se orientada, segundo o seu eixo maior, no sentido nascente-poente. Media 5,00 m de comprimento e 2,50 m de largura máxima (12,50 m^2). A nascente encontrava-se a estrutura 84 (silo) e, a poente, a estrutura 43 (silo). Tanto a norte como a sul, a cerca de 2,00 m de distância, observaram-se outras estruturas negativas.

Casa II – Oferecia planta de forma rectangular, conforme indica a disposição de cinco buracos de poste, três formando alinhamento e definindo outra linha, paralela à primeira. É possível que ali existisse um sexto buraco de poste. Apresentava orientação no sentido noroeste-sudeste, segundo o seu eixo maior. Media 5,00 m de comprimento e 2,50 m de largura máxima (12,5 m^2). Em seu redor identificaram-se diversas estruturas negativas.

Casa III – Mostrava planta de forma rectangular, definida por dez buracos de poste, cinco em cada alinhamento, embora faltando dois deles. O seu comprimento, cerca de 50% maior que as restantes casas identificadas neste aglomerado, pode indicar ampliação, devido ao crescimento do número de membros da família ali residente ou a outro factor. Uma das extre-

midades, ou cabeceira, apresentava planta em forma de V, conferindo-lhe aspecto naviforme. Encontrava-se disposta no sentido nordeste-sudoeste. Media 8,50 m de comprimento e 2,75 m de largura (33,00 m^2). Em redor da metade nordeste desta unidade habitacional detectaram-se diversas estruturas negativas.

Casa IV – Possui planta de forma rectangular, definida por quatro buracos de poste, colocados um a cada canto. Ao centro observou-se outro buraco de poste, sendo possível que faltem dois buracos de poste em cada um dos lados maiores. O seu eixo maior encontrava-se, sensivelmente, alinhado no sentido norte-sul. Media 5,00 m de comprimento e 2,50 m de largura (12,50 m^2). Em seu redor existiam diversas estruturas negativas, silos e fossas, algumas correspondendo a estruturas de combustão.

Casa V – Oferecia planta de forma rectangular, sendo definida através de cinco buracos de poste. Encontrava-se orientada, segundo o seu eixo maior, no sentido noroeste-sudeste. Media 5,00 m de comprimento e 3,00 m de largura (15,00 m^2). No canto sudeste identificou-se estrutura de combustão e, no lado nascente, duas estruturas negativas (silos). No lado poente, a cerca de 3,00 m de distância, existia outra estrutura daquele mesmo tipo.

Casa VI – Possivelmente com planta de forma rectangular apresentou apenas três buracos de poste, correspondendo aos cantos. Encontrava-se orientada, segundo a sua maior dimensão, no sentido norte-sul. Media 2,00 m de comprimento e 2,25 m de largura (4,50 m^2). Em seu redor reconheceram-se diversas estruturas negativas, designadamente silos.

Casa VII – Apresentava forma rectangular, definida, pelo menos, por quatro buracos de poste, um correspondendo a cada canto. Encontrava-se orientada, segundo o seu eixo maior, no sentido nascente-poente. Media 3,75 m de comprimento e 3,00 m de largura (11,25 m^2). Em seu redor identificaram-se cinco estruturas negativas, do tipo silo.

Casa VIII – Apenas quatro buracos de poste indicam a existência de construção com planta de forma rectangular, embora outras daquelas estruturas negativas possam ter existido. Foi disposta aproximadamente no sentido norte-sul. Media 5,00 m de comprimento e 2,50 m de largura (12,50 m^2). Na metade sul do seu interior escavou-se estrutura de combustão, junto a possível pequeno silo, talvez reutilizado como buraco de poste.

Casa IX – Apresentava planta de forma rectangular, definida por quatro postes, encontrando-se orientada no sentido nascente-poente. Media 3,00 m de comprimento e 2,50 m de largura (7,50 m^2).

Casa X – Possuía planta de forma rectangular, definida através de oito postes, de que se detectaram seis buracos, alinhados em duas filas. Encontrava-se orientada no sentido noroeste-sudeste, em paralelo à casa anteriormente descrita. Media 6,25 m de comprimento e 2,50 m de largura (15,60 m^2).

Casa XI – Com planta de forma rectangular, ofereceria seis postes, de que se identificaram cinco buracos. Estava sensivelmente alinhada no sentido norte-sul. Media 9,00 m de comprimento e 4,00 m de largura (36,00 m^2). Em seu redor identificaram-se diversas estruturas negativas.

Casa XII (Est. 52) – Mostrava planta de forma rectangular, foi denunciada por um buraco de poste e, sobretudo, através de mancha de terras queimadas, misturadas com algum espólio, com aquela configuração. Encontrava-se orientada, segundo o seu eixo maior, no sentido noroeste-sudeste. Media 3,25 m de comprimento e 1,50 m de largura (4,90 m^2). Ali se recuperaram fragmentos de recipientes de cerâmica montados com pastas mal depuradas e mal cozidas, a par de fragmentos de talha e de telhas.

Casa XIII – Detectada através de quatro buracos de poste, três deles alinhados, e de mancha, com planta de forma rectangular, de terras com matriz arenosa e cor castanha escura acinzentada, com 0,25 m de espessura, denunciando a presença de restos orgânicos. Encontrava-se orientada no sentido nascente-poente e media 7,00 m de comprimento por 2,75 m de largura (19,25 m^2). No interior, junto ao limite norte, escavou-se fossa contendo restos de combustão. (Figura 3)

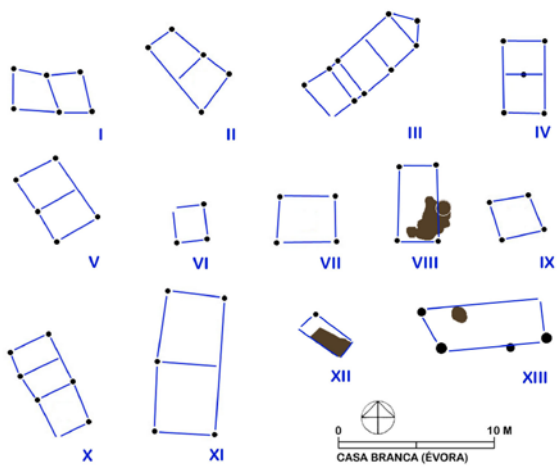


Figura 3 – Restituição possível das plantas das casas cujos buracos de poste se conservaram.

Casas	Comp. (m)	Larg. (m)	Área (m²)	Orientação	Forma da planta	Buracos de poste
I	5,00	2,50	12,50	E-O	rectangular	6
II	5,00	2,50	12,50	NO-SE	trapezoidal	5
III	8,50	2,75	33,00	NE-SO	trapezoidal	9
IV	5,00	2,50	12,50	N-S	rectangular	5
V	5,00	3,00	15,00	NO-SE	rectangular	5
VI	2,00	2,25	4,50	N-S	rectangular	3
VII	3,75	3,00	11,25	E-O	rectangular	4
VIII	5,00	2,50	12,50	N-S	rectangular	4
IX	3,00	2,50	7,50	E-O	trapezoidal	4
X	6,25	2,50	15,60	NO-SE	rectangular	6
XI	9,00	4,00	36,00	N-S	rectangular	5
XII	3,25	1,50	4,90	NO-SE	rectangular	1
XIII	7,00	2,75	19,25	E-O	rectangular	4

Quadro I – Principais características das estruturas habitacionais da Casa Branca.

6. SILOS

Identificaram-se e escavaram-se três dezenas de estruturas subterrâneas para armazenamento, a médio ou longo prazo, do tipo comummente designado por silo, e, nas Idades Média e Moderna, chamadas "covas de pão" ou matamorras, denominação derivada do árabe (*matmūr / matāmir*).

Aquelas, conhecidas no Velho e no Novo Mundo, desde tempos pré-históricos, apresentavam morfologia subcilíndrica, cónica, globular, ovóide ou piriforme, estreitando na parte superior, ou seja, no gargalo e boca, embora na grande maioria dos casos estes tenham desaparecido. Os seus diâmetros máximos, aquando da escavação, variavam entre 0,84 m e 2,08 m, enquanto as profundidades oscilavam de 0,44 m a 1,84 m.

A função primária daquelas estruturas herméticas, situadas maioritariamente em torno dos espaços habitacionais, foi o armazenamento de cereais a granel, em meio anaeróbico, no caso presente por certo trigo e cevada, embora também pudessem guardar frutos secos e mais tarde servissem como lixeiras. As capacidades mostravam acentuada disparidade, pois oscilavam entre cerca de 1,00 m^3 e 2,50 m^3, ou seja, podendo cada uma delas armazenar entre 660 kg e 1650 kg de cereais (Gomes, 2012: 43). No seu interior foram recuperados diversos fragmentos de cerâmica, alguma de construção (ladrilhos, telhas e tijolos), mas pertencendo a maioria a recipientes, com distintas formas e funcionalidades, desde panelas, taças e alguidares, as formas mais numerosas, a uma queijeira, cântaros e grandes talhas, evidenciando actividades económicas ligadas aos quotidianos ali ocorridos. Associava-se àquele espólio testemunhos de fauna mamalógica, pertencentes a espécies domésticas, nomeadamente a bovídeos e ovino-caprinos. Dois silos (ests 66 e 70) continham, no fundo, elementos de moventes de mós giratórias, que podem ter sido utilizados como tampas, depois caídas quando da reutilização daqueles.

Pelo menos um dos silos (est. 45) reutilizava enorme vaso de provisões (*dolium*), encontrado *in situ*, mas outros continham grandes porções de tais recipientes. Estes, para além de permitirem, igualmente, guardar cereais podiam ser destinados à produção de vinho, como ainda hoje acontece naquela região. (Figura 4)

7. FORNO (EST. 39)

Muito danificado quando foi identificado, situava-se na metade poente da aldeia, mas no exterior de paliçada que ali terá existido e não longe de necrópole.

Reconheceu-se câmara, com planta de forma subcircular, medindo 2,00 m de diâmetro, a que se associava longo corredor de acesso com 3,60 m de comprimento e 0,80 m de largura média, orientado no sentido nordeste-sudoeste. Esta estrutura foi parcialmente escavada no substrato e a sua cobertura seria em abóbada. O piso da câmara apresentava massa compacta de cerâmica, devido às altas temperaturas a que foi submetido. O arranque das paredes daquele espaço era constituído por fiadas de grossos tijolos,

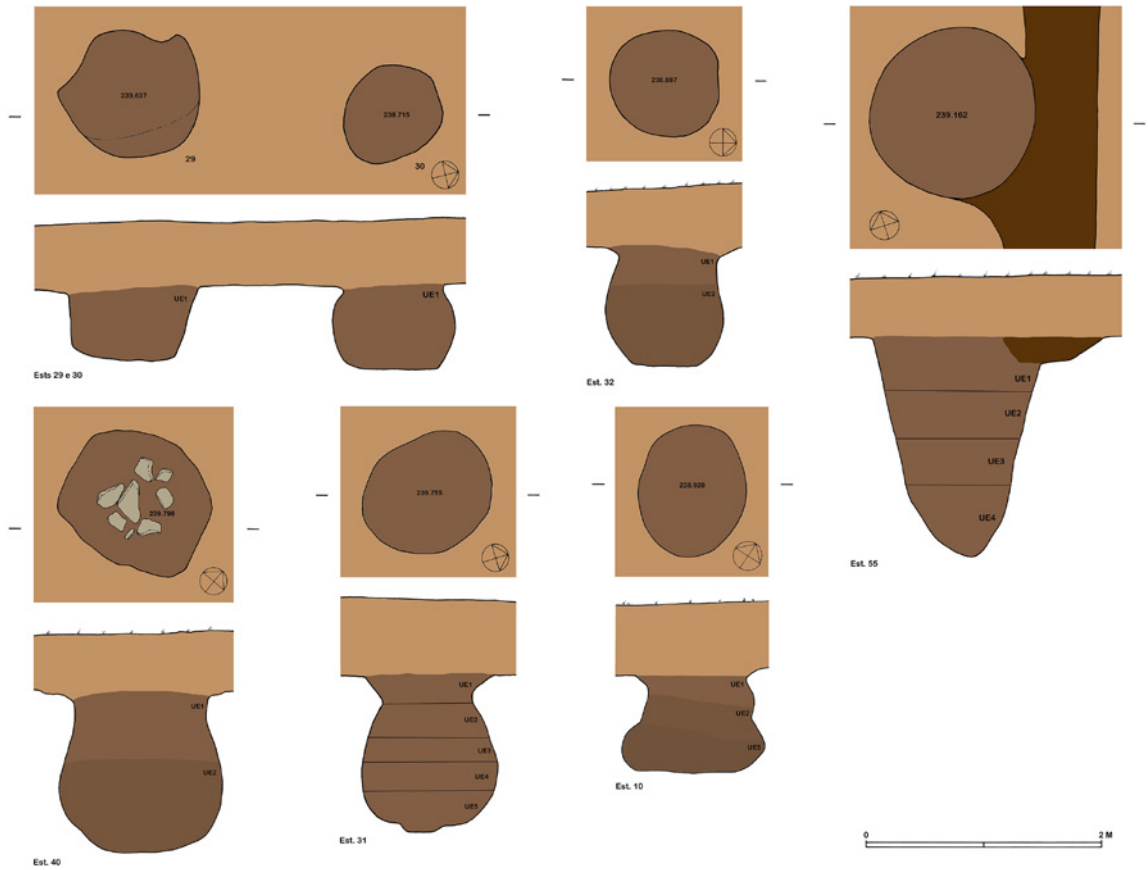


Figura 4 – Tipos de silos identificados no sítio da Casa Branca.

de tipologia romana e tardo-romana, medindo 0,15 m de comprimento e 0,11 m de largura, muitos dos quais fragmentados e indicando reutilização de material de edificação pré-existente na zona. O corredor de acesso à câmara conservava algumas lajes de revestimento, de granito e/ou granodiorito.

Tanto o fundo da câmara de combustão como do corredor de acesso encontravam-se cobertos por espessa camada de cinzas e de terras queimadas, compactadas, contendo fragmentos de cerâmica de edificação que em alguns locais chegava a possuir 0,25 m de potência.

À localização desta unidade de produção, poluidora da atmosfera, no lado poente do núcleo habitacional da aldeia, não importou o facto de os ventos dominantes na zona serem de norte e de noroeste, pelo que capazes de arrastarem para a zona habitada as muitas cinzas resultantes das fornadas de pão ali cozidas.

A interpretação que conduziu à identificação da função referida deve-se a não termos encontrado amontoado de fragmentos de cerâmica junto ao forno, os denominados caqueiros, conforme acontece quando tais estruturas correspondem a produção oleira.

Forno culinário, possuindo planta circular, medindo 1,50 m de diâmetro, e abóbada, datado no século VIII, que seria muito semelhante ao da Casa Branca, foi escavado em Louvres, no Val-d'Oise (Épaud e Gentili, 2011: 79). (Figura 5)

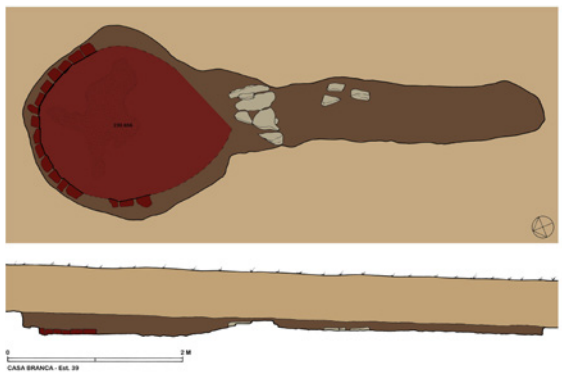


Figura 5 – Forno. Planta e corte. Casa Branca (Évora).

8. COMPOSTEIRA (EST. 28)

Não se deve confundir com estrumeira, apesar de integrar resíduos orgânicos, de proveniência humana ou animal, mas também restos vegetais de diferentes tipos e origem específica, que fermentavam, não raro, ardendo espontaneamente, devido à libertação de gases combustíveis.

A compostagem constitui conhecimento ancestral que se deve relacionar com maneira sábia de transformar restos orgânicos, como o estrume, aparentemente sem aproveitamento, em excelente adubo dos solos agrícolas, fertilizando-os e tornando-os mais produtivos. Trata-se, afinal, da reciclagem de *by-products* orgânicos, capazes de originarem os denominados solos antropogenéticos, melhorados com elementos de origem orgânica e inorgânica.

É possível que tal prática ascenda ao Neolítico Final, aquando da Revolução dos Produtos Secundários, aspecto que poderá ser detectado a partir da análise dos isótopos de nitrogénio (δ15N) existentes nos solos.

Muitas comunidades de agricultores acreditam que o estrume animal não deve ser usado directamente no solo de modo a prevenir a contaminação de doenças, pelo que a solução lógica conduz à compostagem (Jones, 2012).

Algumas fossas classificadas como lixeiras, que surgem em comunidades proto-históricas e ulteriores, podem não corresponder apenas a preceitos higiénicos, mas serem meios de produzir compostos.

A composteira da aldeia da Casa Branca é a primeira ocorrência arqueológica deste tipo a ser identificada no Ocidente Peninsular e nela encontrámos, além de variados restos orgânicos, de fauna e flora, fragmentos de artefactos que se incluíram no lixo doméstico para ali lançado.

Aquela situava-se no quadrante sudeste da aldeia, junto dos seus limites, mas próxima de via, por certo importante para o transporte do fertilizante ali produzido. Escavada no solo, oferecia planta com forma ovalada, orientada no sentido norte-sul, segundo o seu eixo maior, medindo 22,00 m de comprimento e 15,00 m de largura máxima, atingindo a sua profundidade, 1,00 m. Em redor reconheceu-se área de dispersão, talvez devida a remeximentos ulteriores, provocados por trabalhos agrícolas e, no seu interior, identificaram-se duas camadas de enchimento (UE1 e UE2), a segunda, a mais profunda com terras mais coesas e de cor cinzenta mais escura.

Importa referir que a localização indicada permitia, devido aos ventos dominantes soprarem de norte, ou do quadrante noroeste, proteger os habitantes da aldeia dos maus cheiros que tal actividade provocaria.

9. PALIÇADA

Detectaram-se duas longas valas, convergentes na extremidade norte da aldeia, ou com planta em forma de V, delimitando o núcleo mais denso de testemunhos de estruturas, que ocupava zona possuindo cota ligeiramente mais elevada.

Não foram encontrados blocos de pedra, e o perfil assimétrico daquelas valas, com fundo plano, media entre 0,50 m e 0,70 m de largura e cerca de 0,30 m de profundidade, após a terraplanagem da zona. Estes testemunhos permitem admitir tratar-se das estruturas latentes de edificação de madeira, formada pela implantação, contínua ou espaçada, de troncos, constituindo cerca ou paliçada.

O sector com menor comprimento, desenvolvendo-se paralelamente a antiga via romana, que corre a cerca de 10 m a nascente, orientado no sentido sudeste-noroeste, media 50 m de comprimento. O sector mais longo, com orientação nordeste-sudoeste e quase coincidindo com a extremidade do que anteriormente referimos, media 100 m de comprimento. É possível que na zona de confluência dos dois sectores da paliçada se encontrasse entrada no recinto, voltada a norte.

Os dois sectores assinalados da barreira mencionada, defendiam parte da aldeia, dos ventos e dos animais, delimitando área triangular equilátera, que media cerca de 3500 m^2, correspondendo à zona mais densa em testemunhos arquitectónicos e, portanto, muito possivelmente tanto a mais antiga como a de maior importância. A nascente da cerca mencionada, símbolo separador dos espaços interior e exterior, também se encontraram estruturas negativas, nomeadamente vestígios de casas, fossas e de silos. Importa referir que, por certo, não existiu contemporaneidade entre todas as estruturas, cujos testemunhos identificámos.

10. SEPULTURAS

Na área intervencionada identificaram-se restos de sete sepulturas de inumação, a maioria edificada com blocos de pedra.

Cinco daquelas estruturas funerárias (ests 35, 36, 37, 38 e 81), três delas dispostas em paralelo e orientadas no sentido noroeste-sudeste (ests 36, 37 e 38), ocupavam zona limítrofe da aldeia, exterior à paliçada, no seu sector noroeste.

Outra sepultura (est. 50) encontrava-se a cerca de 12,00 m para nordeste da mais oriental das referidas daquele conjunto (est. 81), no interior da zona delimitada pela paliçada.

Por fim, a sétima sepultura (est. 50) ocupava zona marginal do quadrante sudeste da aldeia, a aproximadamente, 25,00 m para poente da antiga via que passava junto ao aglomerado.

Cobria todas as sepulturas, camada (C1) de terra activa, com 0,60 m de espessura, retirada mecanicamente conforme registámos, o que haveria de danificar, e, em alguns casos, quase fazer desaparecer as estruturas funerárias detectadas, colocando-se a hipótese, não despicienda, de tal intervenção ter provocado mesmo o desaparecimento de outras sepulturas.

Apresenta-se, em seguida, a caracterização e o espólio exumado em cada uma daquelas estruturas.

Estrutura 18 – Sepultura constituída por câmara funerária, escavada no solo, com planta de forma rectangular, orientada no sentido norte-sul, estruturada por blocos, de granito e quartzito, rudemente afeiçoados, dispostos de cutelo e incluindo fragmento de tijolo romano. Mostra ligeiro estreitamento na zona correspondente à cabeceira, alguns dos blocos pétreos referidos estavam deslocados e um deles, no canto nordeste, havia sido removido, embora se tenha detectado o seu negativo. O interior da câmara funerária media 1,72 m de comprimento, 0,44 m de largura, no terço norte, e 0,40 m de profundidade máxima. Encontrava-se preenchida por terra, de cor castanha acinzentada, de matriz arenosa e pouco compacta, não tendo oferecido quaisquer restos osteológicos humanos ou de artefactos.

Estrutura 35 – Sepultura correspondendo a fossa, com planta de forma sub-rectangular, escavada no sedimento e no substrato, orientada no sentido poente-nascente. Estreitava ligeiramente na extremidade nascente correspondendo à zona dos pés do inumado. Encontrava-se muito afectada, devido à remoção mecânica de terra. O interior da câmara funerária media 1,96 m de comprimento, 0,84 m de largura, na zona mesial, enquanto a profundidade já não apresentava expressão. Foi detectado sedimento, de cor acinzentada, contendo predominantemente elementos plásticos, encontrando-se compactado, a par de pequeníssimos blocos de granito e de restos osteológicos humanos. Estes indicaram tratar-se de inumação em *decubitus* dorsal, com a cabeça dirigida para poente e os pés para nascente, mostrando os braços dobrados sobre o ventre, tendo-se identificado fragmentos do crânio, vértebras, pedaços de costelas, de um úmero, de coxais e dos fémures, assim como da tíbia direita. É possível que se trate, a atendermos ao tamanho e robustez do fémur, de indivíduo adulto, do sexo masculino.

Estrutura 36 – Sepultura formada por câmara funerária, escavada no solo, provida de planta com forma rectangular, orientada no sentido noroeste-sudeste, estruturada por blocos, de granito e quartzito, rudemente afeiçoados, colocados de cutelo. Foi afectada pela retirada da camada de sedimentos que a cobria, nomeadamente no lado noroeste e sudeste, onde faltam blocos pétreos. O interior da câmara media 1,90 m de comprimento, 0,72 m de largura, na área mesial, e 0,20 m de profundidade. Encontrava-se preenchido por sedimento, de cor cinzenta, com forte matriz argilosa e compactado, tendo-se detectado restos osteológicos humanos e fragmentos de balsamário de vidro. O indivíduo inumado, jazia sobre sedimento fino de cor amarela, em *decubitus* dorsal, com a cabeça dirigida para noroeste, os pés para sudeste, e os braços dobrados sobre o ventre. Identificaram-se fragmentos de crânio, de úmero direito, dos fémures e de perónio esquerdo. Trata-se de adulto, possivelmente do sexo masculino, a atendermos ao tamanho e robustez dos fémures.

Estrutura 37 – Sepultura constituída por câmara funerária, escavada no solo, possuindo planta de forma rectangular, orientada no sentido noroeste-sudeste, estruturada por blocos, de granito e calcário, rudemente afeiçoados. Trata-se de edificação muito afectada pela remoção mecânica dos sedimentos que a cobriam. O interior da câmara media 1,80 m de comprimento, 0,52 m de largura máxima, na área mesial, conservando apenas 0,15 m de profundidade. Este encontrava-se preenchido por sedimentos, de cor castanha acinzentada, com forte matriz argilosa e compactados. Recolheram dois fragmentos de unguentário de vidro, assim como restos osteológicos humanos, designadamente porções de costelas, de tíbia e de fémur esquerdo, correspondendo a inumação, em *decubitus* dorsal, com cabeça dirigida para noroeste e os pés para sudeste. Surgiram, nas terras superficiais, fragmentos de cerâmica.

Estrutura 38 – Sepultura formada por fossa com planta de forma oval alongada, escavada no solo, ao que parece estruturada por muretes de pedras, de quartzito e granito, com pequenas dimensões, orientada no sentido noroeste-sudeste. Mostrava os efeitos da remoção mecânica de camada de sedimentos que a cobria. Media 2,00 m de comprimento, 0,64 m de largura máxima, na área mesial, não se tendo podido ava-

liar a sua profundidade original. No interior identificou-se sedimento, de cor castanha acinzentada, com forte matriz argilosa, contendo pequenos fragmentos de cerâmica, assim como restos osteológicos humanos, designadamente fragmentos de crânio, de costelas, vértebras e de fémur, que assentavam em camada de terras muito finas e de cor amarelada. O indivíduo inumado encontrava-se em *decubitus* dorsal, com a cabeça dirigida para noroeste e os pés para sudeste.

Estrutura 50 – Oferecia câmara escavada no solo, estruturada por blocos, de granito e quartzito, de grandes dimensões, colocados de cutelo, encontrando-se orientada no sentido poente-nascente. Media, no interior, 1,40 m de comprimento, 0,50 m de largura e 0,035 m de profundidade. A câmara encontrava-se preenchida por sedimentos de cor castanha acinzentada, de matriz argilosa e compactados. Além de fragmentos de crânio, pouco outros ossos foram detectados, embora aqueles permitissem determinar que o inumado teria a cabeça do lado nascente e os pés no lado oposto, sobre leito de terras, muito finas, de cor amarela. Os restos osteológicos permitiram atribuição a indivíduo, não adulto e possivelmente do sexo masculino, dadas as características da mandíbula.

Estrutura 81 – Corresponde a fossa escavada nos sedimentos e no substrato rochoso, com planta de forma sub-rectangular, orientada no sentido nordeste-sudoeste. Media 0,80 m de comprimento, 0,42 m de largura, na área mesial, desconhecendo-se a sua profundidade. No seu interior reconheceu-se sedimento, com cor castanha acinzentada, de matriz argilosa, à mistura com pequenos blocos de granito, assim como restos osteológicos humanos. Estes eram constituídos por fragmentos de crânio e vértebras, em muito mau estado de conservação. O crânio encontrava-se dirigido para nascente, correspondendo a inumação em *decubitus* dorsal, de adulto, de sexo indeterminado. (Figura 6)

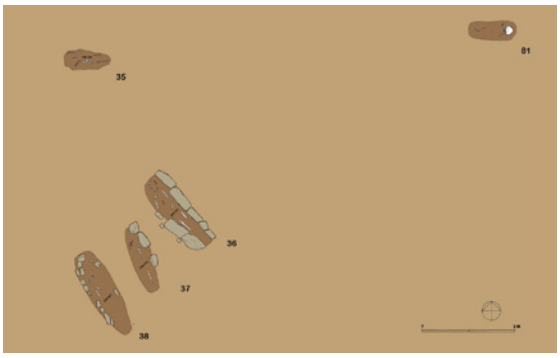


Figura 6 – Necrópole da aldeia da Casa Branca (Évora) (lev. T. P. Silva).

11. VIA

Os trabalhos de prospecção e de escavação que conduziram à descoberta da aldeia da Casa Branca também integraram o registo e estudo de importante sector de via, romana ou pré-romana, registada no *Itinerário*, dito de Antonino Pio (*via XXI*), como ligando *Ebora* a *Sirpens*, duas urbes com origens proto-históricas.

Aquela, identificada por F. Bilou (2005: 69-71), encontra-se igualmente mencionada nas demarcações do termo de Portel, de 1261 e de 1265, como *"… uia que uenit de Elbora pro ad Serpam …"* ou *"… viam que uadit de Elbora pro ad Serpam …"* (Azevedo, 2003: 12, 14, 16, IX, X, XII), tendo o primeiro autor citado identificado três fragmentos dos seus marcos miliários, embora anepígrafos.

A via arrancaria da zona sul de *Ebora*, podemos mesmo considerar a partir da denominada pelo menos desde o século XIII, Porta de Moura, e que dirigindo-se para sul-sudeste, passaria pela área onde se ergue hoje o Bairro de Almeirim, atravessando o rio Xarrama, junto ao Ferragial à Serralheira e onde existe pequena ponte de pedra, presumivelmente medieval, passaria pela Casa Branca e por duas *villae* ali existentes (Casa Branca 1 e 2), daí muito possivelmente inflectindo para sul, em direcção ao Campo da Mira, seguindo, no mesmo sentido, para a Carrapateira, Torre de Coelheiros, Portel, prolongando-se até ao seu destino.

O trecho de via agora identificado e registado constitui testemunho inequívoco não só da existência da antiga estrada romana, como da pervivência da sua utilização durante a Idade Média e que haveria de chegar quase até à actualidade.

O troço intervencionado mediu 160 m de comprimento, seguia em linha recta, no sentido noroeste-sudeste, e oferecia 2,50 m de largura média. Sondagem efectuada junto ao V. G. Casa Branca, mostrou a continuação da via para sudeste e medindo mais de 240 m.

Os bordos da via mostravam pedras de rochas graníticas com médias e grandes dimensões, algumas atingindo 0,50 m de comprimento, em geral colocadas de cutelo e bem encaixadas umas nas outras. Revestiam a superfície situada entre aquelas duas fiadas, pedras de menores dimensões, demonstrando calcetamento. Aquele aparelho ocupa área de solo rebaixada.

Em zona onde aflorava o substrato rochoso, este foi aplanado, constituindo *gravel track*, não mostrando revestimento calcetado. O pavimento da via oferecia duas zonas ligeiramente rebaixadas, paralelas entre si e aos bordos daquela, que correspondem à passagem

de viaturas com rodas, distanciadas cerca de 1,30 m entre si.

A limpeza desta via proporcionou fragmentos de recipientes de pequenas e médias dimensões, produzidos com pastas mal depuradas e principalmente cozidos em ambiente redutor, assim como de talhas e de tijolos.

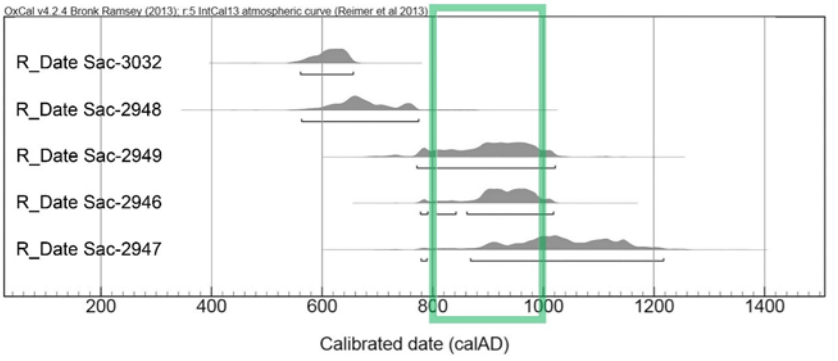
12. DATAÇÕES ABSOLUTAS

Foram obtidas em 2014 e 2015, no Laboratório de Radiocarbono do Campus Tecnológico e Nuclear (IST/ITN), sob direcção do Doutor Eng. António M. Monge Soares, cinco datações, pelo método do radiocarbono, a partir de amostras de carvão vegetal recolhidas em estruturas negativas, duas do mesmo silo (Sac-2948 e Sac-2946, est. 60, UE2 e UE3), duas outras de silos diferentes (Sac-2947 e Sac-2949, ests 70 e 25), provindo a quinta de fossa (Sac-3032, est.51 UE1). Os resultados (conf. Quadros II e III) indicam, quando devidamente calibrados a 2 *sigma* (2 σ), cronologia larga, situada entre os séculos VIII e XI d.C.

As datações agora apresentadas, capazes de conferir cronologia à fundação (séc. VII), ocupação e abandono (séc. XI) da aldeia da Casa Branca, constituem elementos fundamentais para a sua caracterização histórica, dado o enorme desconhecimento do que foram as pequenas comunidades rurais, não islâmicas, no período indicado. Releve-se que somente o estudo dos testemunhos das estruturas e dos espólios não nos permitiria, no estado actual dos nossos conhecimentos, sermos assertivos quanto à sua cronologia, e consequentemente ao enorme significado da jazida em estudo.

Ref. do Laboratório	Ref. da amostra	Tipo	Δ13C (‰)	Idade (anos B.P.)	Data calibrada para 2σ	Bibliografia
Sac-2946	C. Branca Est.60UE3	carvão	-26,10	1110±40	778-791 cal. A.D. 806-818 cal. A.D. 824-841 cal. A.D. 861-1018 cal. A.D.	—
Sac-2947	C. Branca Est.70UE1	carvão	-25,00	1010±80	779-789 cal. A.D. 869-1218 cal. A.D.	—
Sac-2948	C. Branca Est.60UE2	carvão	-25,00	1360±60	564-774 cal. A.D.	—
Sac-2949	C. Branca Est.25UE1	carvão	-25,00	1120±60	772-1020 cal. A.D.	—
Sac-3032	C. Branca Est.51UE1	carvão	-25,00	1440±35	561-656 cal. A.D.	—

Quadro II – Datações absolutas obtidas para a aldeia da Casa Branca (Évora).



Quadro III. Datações absolutas calibradas a 2 σ da aldeia da Casa Branca (Évora).

13. A SÍNTESE POSSÍVEL

A eleição do local onde se ergueu a aldeia de longa duração, alto-medieval, da Casa Branca, ficou, por certo, a dever-se a diversos factores, nomeadamente à vida sedentária daquela comunidade humana, mas também à propriedade do solo, às suas condições edáficas, proximidade de importante curso de água e da cidade de Évora, etc.

A escolha recaiu em zona onde o terreno mostrava pequena elevação, permitindo boa visualização da envolvente, capaz de controlar os campos semeados (*terra aratoria*) e de pasto para o gado que, porventura, então existisse, mas oferecendo ainda melhor protecção em relação às águas pluviais ou das cheias do rio Xarrama, que corre perto. Importa também referir que a aldeia, sem limites claramente definidos, situava-se junto de importante via de acesso a Évora e que a sua existência não corresponde a fenómeno de polarização derivado de presença de dispositivo fortificado ou de templo, conforme ocorreu em muitos casos, principalmente com cronologia um pouco mais tardia (Watteaux, 2011). A aldeia da Casa Branca pode ter sucedido no tempo, mas não ocupou, com a sua área de habitat, a *villa* romana que existiu nas proximidades, presumivelmente abandonada no século IV ou V.

Importa reconhecer que constitui enorme limitação ao estudo das estruturas que formaram a aldeia da Casa Branca a sua edificação em materiais ligeiros, perecíveis, como a madeira e o colmo, talvez em alguns casos com revestimentos de barro, mas com antiga tradição europeia, pois não se encontraram restos de paredes ou de pavimentos de pedra ou cerâmica, exceptuando-se o forno, onde se reutilizaram tijolos romanos, e algumas sepulturas, cujas câmaras funerárias foram delimitadas por blocos de pedra, colocados de cutelo ou sobrepostos.

A disposição das estruturas latentes, correspondendo ao edificado, tal como das restantes estruturas detectadas, não evidencia organização rígida dos espaços da aldeia, no interior ou no exterior da área protegida por paliçada, mas a implementação do que se entende como crescimento orgânico, ou seja, sem planeamento, talvez a partir de núcleo inicial. Todavia, respeitaram-se espaços de circulação entre as casas e as estruturas produtivas ou o afastamento tido como necessário relativo a certas zonas dedicadas a actividades específicas, de uso colectivo (forno, compositeira, necrópole).

A disposição dos buracos de poste, de algumas pequenas fossas e fundos de cabana, correspondem a estruturas latentes de casas, possuindo planta de forma rectangular, trapezoidal ou quadrangular.

As edificações, manifestam a grande simplicidade construtiva, mostraram todas larguras muito próximas, embora variando os seus comprimentos. A casa de maiores dimensões (XI), apresentava 4,00 m de largura e 9,00 m de comprimento. No entanto, a maioria daquelas estruturas possuía cerca de 2,50 m de largura, constituindo outra excepção a casa XII, medindo apenas 1,50 m de largura. As áreas cobertas variavam entre 4,50 m^2 (casa VI) e 36 m^2, podendo, cada uma delas, abrigar de duas a dez ou, até, mais pessoas.

Não nos escusamos a deixar de aqui confessarmos as dificuldades encontradas no momento em que desejamos restituir, de modo conceptual e depois gráfico, as edificações habitacionais ou com outros fins, a partir de registo arqueológico confinado a buracos de poste, por vezes pouco nítidos e muitos desaparecidos ou escassas manchas de cor escura, que denunciam a existência de materiais orgânicos devidos a presença humana ou animal prolongada.

Quatro ou seis buracos de poste devem indicar superstrutura, em material lenhoso, apoiada em postes de madeira, situados aos cantos ou a meio das paredes mais longas, que também suportariam o travejamento da cobertura, revestida com caules de gramíneas, como o colmo e palhas de cereais. Quando possuímos maior número de postes percebemos melhor o que seria o travejamento de paredes e coberturas e, em certos casos, até a forma daquelas últimas, com uma ou duas águas. A ausência de pregos metálicos indica o uso generalizado de cavilhas de madeira e amarrações com cordas e outras fibras vegetais. (Figura 7)

Não devemos esquecer que apenas dois buracos de poste podem denunciar estrutura habitacional, provida de cobertura possuindo duas longas águas, atingindo o solo, apoiadas em pau de fileira, suportado por aqueles elementos verticais. Esta é solução que encontra numerosos paralelos em aldeias rurais alto-medievais europeias, nomeadamente nas do Período Merovíngio (séc. VI), de Mondeville (Caen), na actual Normandia (Hincker, 2018: 30).

Em Saint-Sulpice-de-Royan, na Charente-Maritime, aldeia datada nos séculos VII-VIII, alcançando os inícios da centúria seguinte, estudada no âmbito de acção preventiva, conforme aconteceu com a aldeia da Casa Branca, também mostrou apenas estruturas negativas, mas entre as quais surgiram poços e fossas para extracção de calcário, tendo em vista o enriquecimento da terra agrícola. Igualmente ali foram detectados

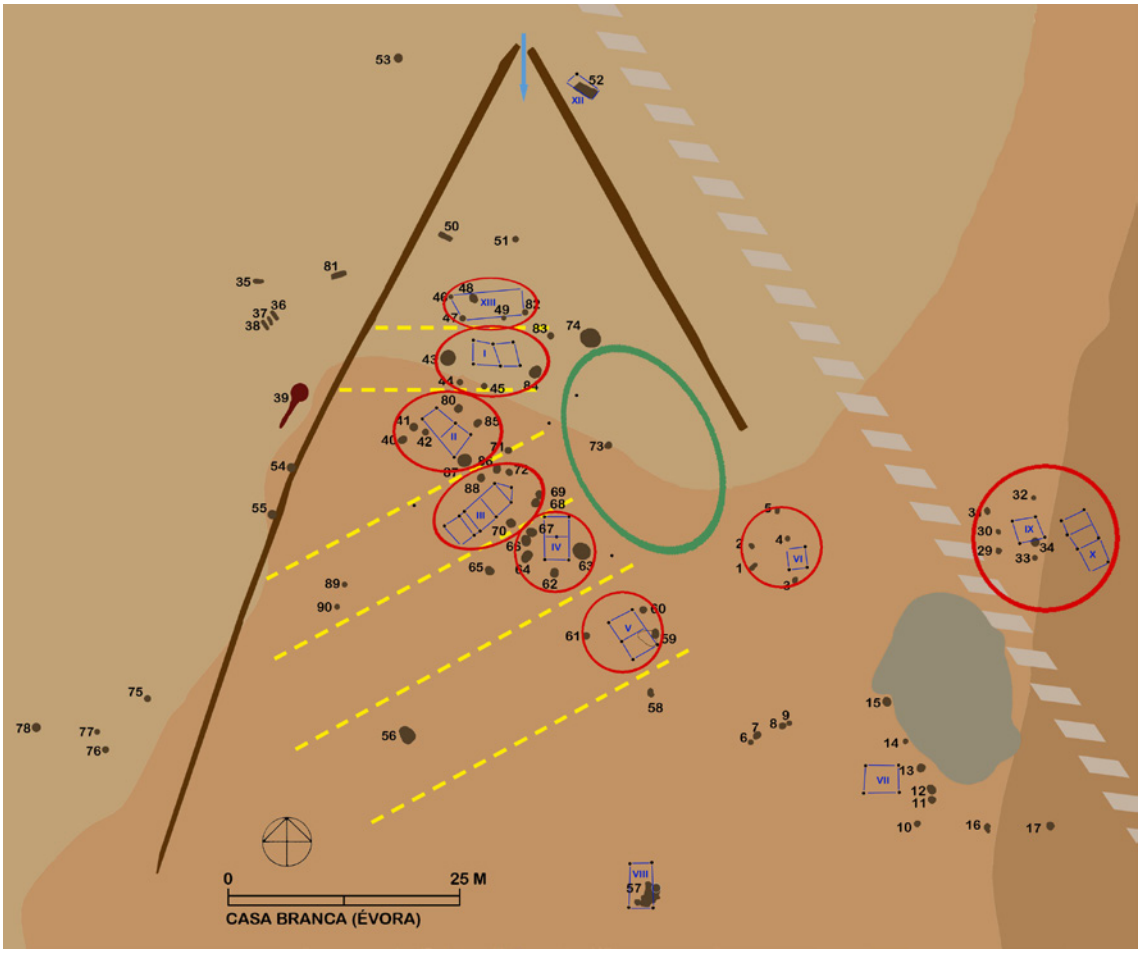


Figura 7 – Planta interpretativa da área central da aldeia da Casa Branca (Évora). Na zona em parte delimitada pela paliçada observam-se sete casas, rodeadas por silos e, a nascente destas, até à paliçada, possível espaço de uso colectivo. No lado contrário, área quase sem vestígios de estruturas subterrâneas, que poderá corresponder a parcelas agrárias, com 10 m de lado e 25 m de comprimento, utilizadas para hortas, pertencentes a cada uma das habitações. A sudoeste encontra-se a composteira e a noroeste a necrópole e forno.

fossos para a implantação de paliçadas, para divisão dos terrenos e protecção das culturas, não se tendo encontrado pedras, tijolos, telhas, restos de argamassas ou de cal, exceptuando alguns, consequência de reutilização de estruturas de *villa* dos séculos III-V. As casas desta aldeia possuíam áreas diversas, em torno aos 35 m^2, embora uma, interpretada como estábulo ou celeiro, possuísse 118 m^2 (Gissinger, 2019).

Conjunto de estruturas negativas, de Wandiguies-Hamage (Douaisis, Nort-Pas-de-Calais), atribuídas a aldeia monástica, fundada no século VII, correspondiam a pequenas casas, possuindo planta oval ou rectangular (20 a 30 m^2), edificadas em materiais perecíveis e integradas em recinto do tipo paliçada (35 m x 70 m), protegido por fosso (Delfolie, Motte e Révillion, 2012: 45).

A Casa III da Casa Branca, com "cabeceira" em forma de V encontra paralelos em estabelecimentos rurais alto-medievais de diversas regiões de França, nomeadamente em Jeanrais (Saint-Prix, Allier, França Central), onde também se identificaram pequenas casas com planta de forma quadrangular (Liegard e Fourvel, 2010: 239-243, figs 6, 8).

Duas estruturas residenciais da Casa Branca (ests VIII e XII) apresentam piso escavado no solo, preenchido por terras com abundante material orgânico, ou fundos de cabana, sugerindo corresponderem a casas semi-enterradas (*sunken huts*), com planta de forma rectangular, a primeira daquelas contendo vestígios de estrutura de combustão em um dos lados. Também outras casas possuíam estruturas de combustão no seu interior ou em zona próxima do exterior.

Tais edificações conhecidas em diferentes pontos da Europa e Ilhas Britânicas, desde a Idade do Ferro (La Tène) embora sobretudo durante a Alta Idade Média, também têm sido identificadas na Península Ibérica, designadamente na sua zona central, conforme ilustram as aldeias rurais de La Indiana, Cacera del Valle (Pinto), e Gózquez de Arriba (San Martín de la Veja), situadas entre Madrid e Toledo, datadas da segunda metade do século V ao século XI, onde também encontramos paralelos para as cerâmicas da Casa Branca, em particular para as características técnicas de produção e formas das taças, panelas e jarros. Os fundos de cabana ali reconhecidos apresentam plantas com duas formas principais; a oval (A) ou a de cantos rectos, quadradas ou rectangulares (B), embora com diversas variantes, podendo ocupar áreas com 4,4 m^2 a 16,70 m^2, e profundidades de 0,25 m a 0,50 m (Vigil-Escalera, 2000).

No sul de França, as aldeias alto-medievais edificadas com materiais perecíveis e onde se reconheceram fundos de cabana, são menos conhecidas do que nas regiões setentrionais. Não obstante, nelas também foram encontradas as baterias de silos, os fornos próximos das habitações e as paliçadas, possuindo cronologias a partir do século V (Raynaud, 2011).

Na Casa Branca, as variações dimensionais das habitações ficaram-se a dever às suas funções, nomeadamente ao número dos seus habitantes, embora a maioria possuísse cerca de 12,50 m^2. Uma das casas maiores (III) mostrou clara ampliação. As estruturas subterrâneas de armazenamento, apresentando acentuado polimorfismo, encontravam-se próximas dos espaços habitacionais, mais ou menos dispersas ou em certas zonas dispostas em seu redor, com o objectivo de as proteger, de animais e de roubos. O seu elevado número indica que a comunidade seria auto-suficiente no que concerne ao consumo de cereais, enquadrado em ciclo de subsistência e até, talvez, os excedentes pudessem pagar impostos e proporcionar algum comércio com o exterior. A nascente do que constituiu, por certo, a área nuclear da aldeia, encontra-se conjunto de testemunhos, havendo outros dispersos, mas a não grande distância daqueles primeiros.

Se exceptuarmos uma das sepulturas (est. 18), as restantes seis identificadas ocupam espaço do sector noroeste da aldeia, nos limites da área habitacional, cinco delas no exterior do muro que a defendia. Podemos considerar tratar-se de necropolização com diacronia não muito lata, apesar de se observarem dois tipos de orientação dos sepulcros: um poente nascente e outro noroeste-sudeste, incluindo neste três sepulturas identificadas em linha (ests 36, 37 e 38), paralelas entre si. Oferece, ainda, orientação distinta, a sepultura isolada (est. 18).

A edificação das sepulturas, a julgar pelos exemplares chegados até nós melhor conservados, foi semelhante, utilizando-se o mesmo programa construtivo, tanto em termos conceptuais como materiais. Todavia, desconhecemos qual o tipo de cobertura das câmaras funerárias e se existiam ou não *tumuli*, de pedras e terra, conforme foi identificado na necrópole do Padrão, em Vila do Bispo (Gomes e Paulo, 2011). A presença de pequenos blocos pétreos junto de algumas das sepulturas, designadamente da estrutura 38, poderá indicar tal prática.

A quase ausência de outro espólio que não osteológico, confinado a fragmentos de recipientes de vidro, não só nos priva de elementos cronológicos e de indicadores sociais e religiosos, como encontra abundantíssimos paralelos em sepulturas congéneres de necrópoles tardo-romanas, visigóticas e moçárabes. Ela indica a presença de população economicamente frágil, não possuindo acentuadas diferenças de estatuto social, observações condizentes com as características da aldeia, apesar dos excedentes em cereais que a presença abundante de silos parece querer demonstrar, pelo menos em determinado período.

Importa, neste contexto, não esquecer que uma das sepulturas entregou dois fragmentos de recipiente de vidro, muito possivelmente pertencentes a unguentário, de cor azul clara, que pode ter constituído oferenda funerária, embora este aspecto, mais ou menos recorrente, não permita, só por si, considerar encontrarmo-nos perante ritualização de indivíduo possuidor de estatuto privilegiado. Todavia, o futuro estudo integrado de todos os testemunhos, recuperados neste arqueossítio, poderá conduzir ao melhor conhecimento da estrutura social dos seus habitantes.

Os aspectos do ritual funerário que os testemunhos chegados até nós permitem identificar, esteados na localização das sepulturas, na arquitectura, orientação e escassez de elementos da cultura material, indicam tratar-se de população pelo menos parcialmente cristianizada.

Necrópoles dos séculos VI-VII do norte de França, encontram-se, em geral, afastadas das zonas de habitat, junto de templos rurais, que então ordenavam o espaço religioso (Catteddu, 2011: 7). Conhecemos (MVG) pequenas necrópoles edificadas junto a áreas de habitat tanto no Alto Alentejo (Montemor-o-Novo), como no Algarve (São Bartolomeu de Messines), onde a separação entre o espaço dos vivos e o dos mor-

tos se fez através de via, mantendo a antiga tradição, talvez com antecedentes pré e proto-históricos, mas muito recorrente no mundo greco-romano, de os cemitérios se situarem junto aos caminhos.

No que concerne aos espólios recuperados, importa mencionar o achado de artefactos correspondentes a pré-existências humanas no local, anteriores à formação da aldeia alto-medieval. De facto, ali foram recolhidos utensílios líticos paleolíticos e/ou epipaleolíticos, que devemos relacionar com retalhos de cascalheiras quaternárias, como os cartografados a nascente da Casa Branca (Carvalhosa *et alii*, 1969: 9, 10).

Também se recolheram percutores, de granito e quartzo, moventes e dormentes de mós manuais, naquela primeira rocha, um machado e fragmentos de dois outros, de anfibolito picotado e polido, assim como restos de talhe de sílex, espólio atribuído ao Neolítico.

Um dos machados de pedra polida/picotada, sem vestígios de utilização, encontrado em fossa (est. 84), pode ter constituído *ceraunia* ou seja, "pedra de raio", artefacto que até ao passado século eram tidos, em muitas regiões do Velho Mundo, como objectos de virtude ou amuletos, capazes de protegerem pessoas e bens, pelo que eram guardados nas casas, sob o solo ou junto às portas e janelas (Cartailhac, 1877: 10, 17, 18, 20; Blinkenberg, 1911: 7, 116, 120; Baudoin e Bonnemêre, 1904: 535).

A presença humana calcolítica é indicada por alguns fragmentos de cerâmica, um deles pertencente a taça com característico bordo espessado, interna e externamente. Alguns fragmentos de recipientes de cerâmica e de materiais de construção (ladrilhos, tijolos, alguns de quadrante, telhas, curvas e de pestana) podem ser atribuídos aos tempos romanos, ou tardo-romanos e, ao que parece, procederem de *villa* que terá existido nas proximidades da aldeia alto-medieval, desmantelada, e onde aqueles foram recuperados. Também surgiu em um dos silos (est. 72) fragmento de paleta de pedra, ou *cotícula*, artefacto bem conhecido, sobretudo no Algarve, fazendo parte dos estojos cirúrgicos e podendo ser atribuído aos séculos I-II d.C. (Santos, 1971: 215, 236, 254, 277, 393, 394; Melendro, 1988: 84, 101; Pereira, 2018: 198, 216, 217, 444, fig, 85, 2-4). Arco de fíbula de bronze do tipo Aucissa (séc. I d.C.), com a superfície superior decorada através de incisões paralelas, encontrava-se na estrutura 44 (Ponte, 2006: 359, 360). Pequenos fragmentos de cerâmicas romanas e de outras peças líticas ou metálicas, podem ter sido trazidas com terras ricas em materiais orgânicos e calcário, da área da *villa* e usadas directamente no enriquecimento do solo agrícola ou na composteira (Hamerow, 2002: 140).

No sul de França, onde as vilas de modelo romano desaparecem, entre meados do século V e meados da centúria seguinte, a par dos grandes domínios senhoriais, os latifúndios deixaram de constituir os elementos estruturadores do espaço, para darem esse lugar aos pequenos habitats das comunidades camponesas (Raynaud, 2000-01: 478, 493). E o que se constata, no caso da Casa Branca, é a não ocupação da *villa* romana e a formação de aldeia *ex-nuovo*.

Os testemunhos de estruturas e de espólios arqueológicos exumados correspondem, de facto, à presença de aldeia, entendida não apenas como aglomerado de habitações, mas como espaço de interacção e solidariedade social, possuindo estratégia socioeconómica própria. Aquela situava-se na área suburbana da cidade de *Ebora* e na sua órbita administrativa, dado encontrar-se à distância de cerca de uma hora de percurso pedestre. Ocupando espaço junto de antiga via e parcialmente defendido por paliçada, no seu interior detectaram-se as estruturas latentes de sete casas, dispostas em largo sector de arco de círculo, entre as quais e a paliçada, situada no lado nascente, existiu espaço aberto, com planta ovalada, medindo cerca de 450 m^2 e que pode ter tido utilização colectiva, nomeadamente no processamento de cereais. Conforme referimos, a ocorrência de numerosos silos indica a prática desenvolvida da cerealicultura.

A poente daquelas casas e até à paliçada desse lado, existe tracto de solo, que imaginamos usado, pelos ali residentes, como hortas ou pomares, podendo cada um possuir cerca de 10 m de largura e 25 m ou mais de comprimento.

A arquitectura com postes de madeira, e outros materiais perecíveis, desenvolveu-se no Ocidente Europeu a partir do século V, atribuindo-se a mesma à expansão dos povos germânicos ou aos seus influxos, a par das cabanas com o solo rebaixado (Raynaud, 2000-01: 486; Hamerow, 2002: 35).

O acervo material coevo da aldeia alto-medieval e conforme é comum ocorrer em contextos habitacionais, era sobretudo constituído por algumas peças de cerâmica completas e muitas centenas de fragmentos de outras, nomeadamente pertencentes a recipientes, produzidos com pastas mal depuradas, montados ao torno lento, cozidos em ambiente redutor, muito friáveis, mas a maioria com as superfícies polidas, possuindo cor castanha de tom médio a escuro, cinzenta ou negra. Não se encontraram cerâmicas decoradas através de incisões, impressões, espatulados ou bru-

nidos. Raríssimos fragmentos podem ser atribuídos a produções islâmicas.

Identificaram-se as seguintes formas de recipientes: alguidar, taça, copo, jarro, infusa, panela, pote, queijeira, talha. Foram produzidas em cerâmica fusaiolas, para a fiação da lã e do linho, e marcas de jogo, que reutilizam fragmentos de recipientes e indiciam actividade lúdica. A produção artesanal, além dos têxteis, por certo que também incluiu a cerâmica e o trabalho na madeira e ferro.

Surgiram sete lâminas de facas, de ferro, cinco das quais com lingueta para encabamento, assim como conta e pequenos fragmentos de recipientes de vidro. Apesar do trabalho de carpintaria ter tido primordial relevância na edificação das estruturas da Casa Branca, não se descobriu qualquer artefacto que pudesse ser a ele associado. (Figuras 8 e 9)

A comunidade cristã instalada na Casa Branca, denunciada pelo tipo de ritualização da morte, parece ilustrar aspecto referido pelo geógrafo muçulmano Ibn

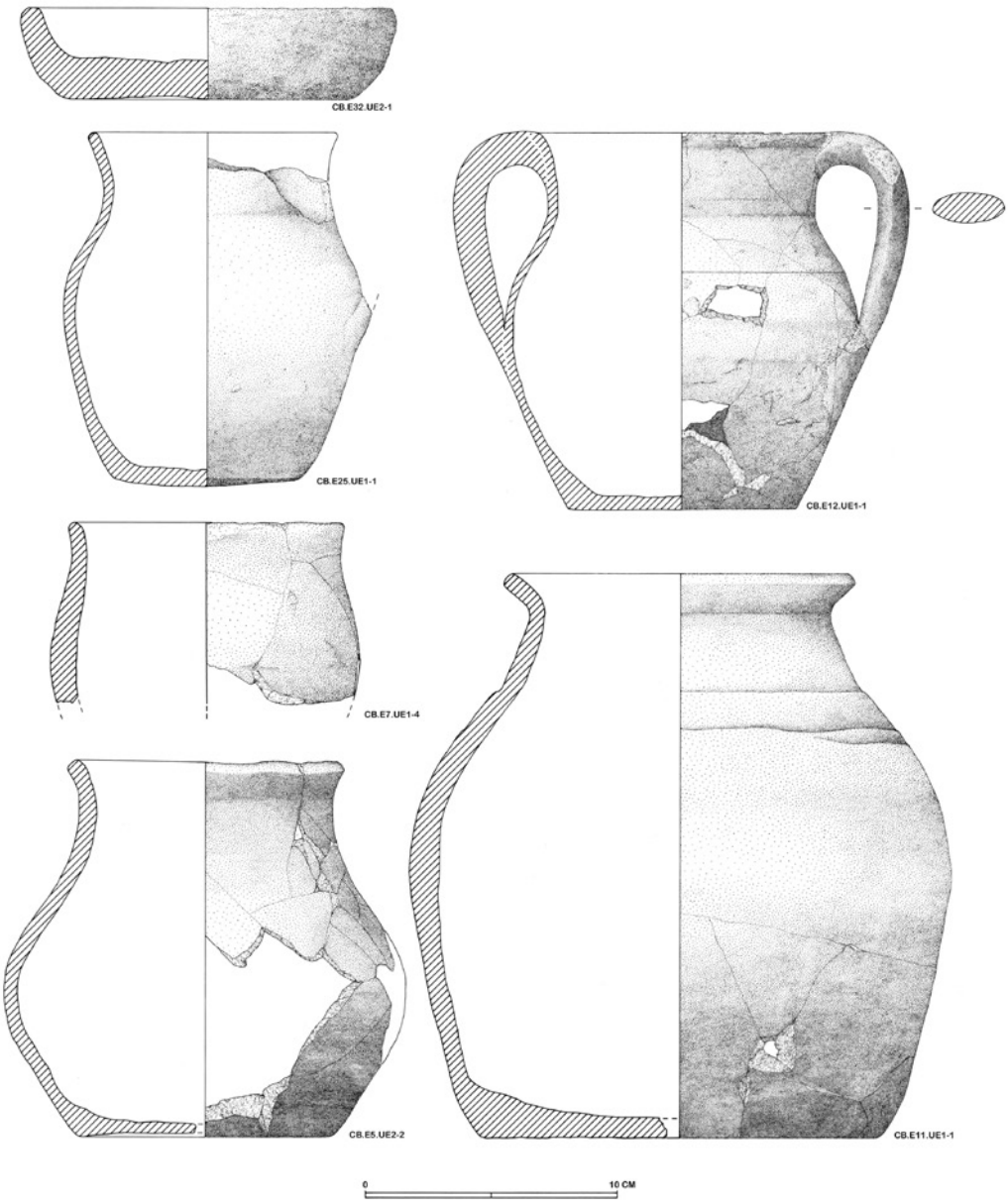


Figura 8 – Taça e panelas. Casa Branca (Évora) (des. J. Gonçalves).

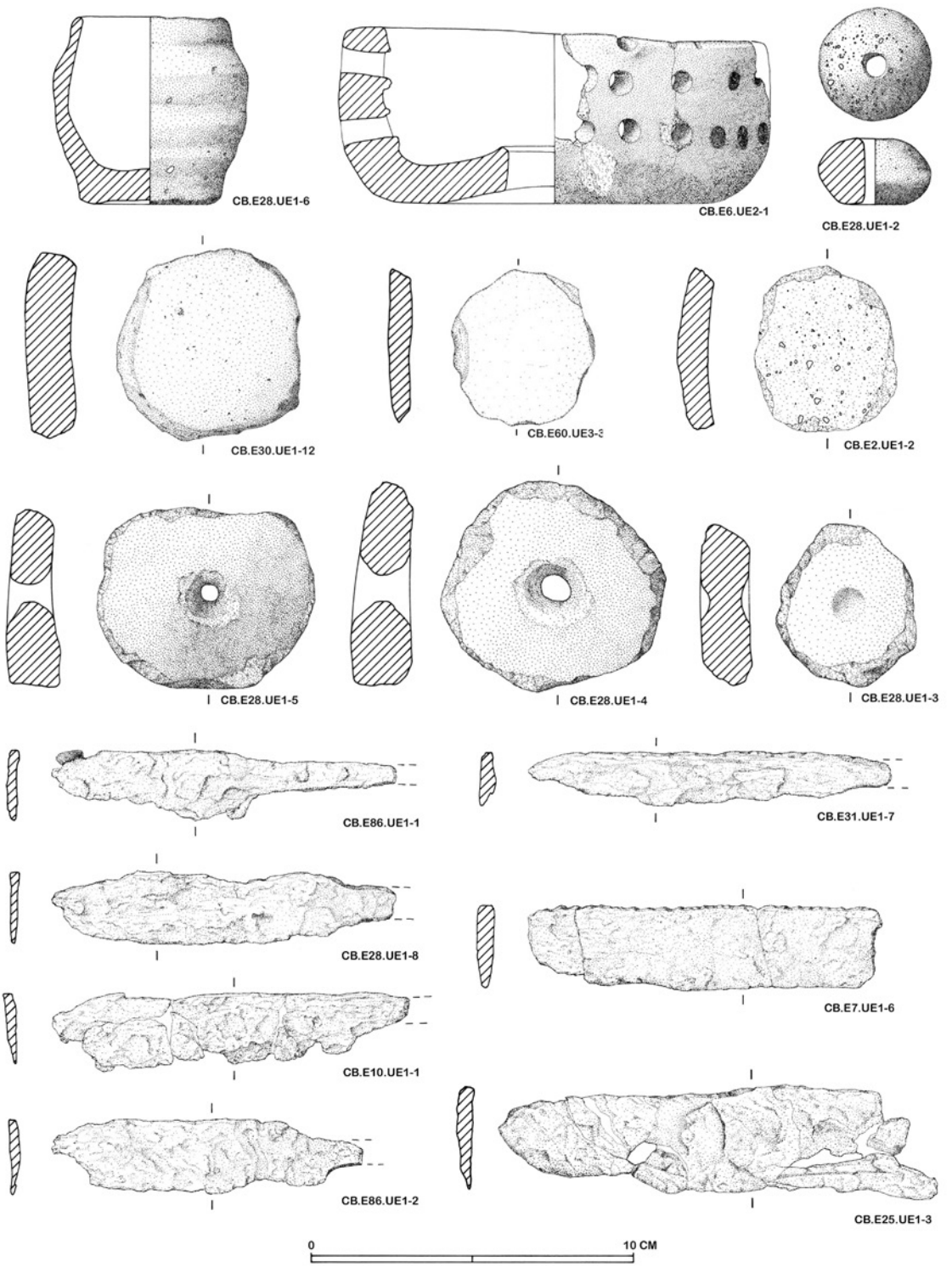


Figura 9 – Copo, queijeira, fusaiolas, marcas de jogo e facas de ferro. Casa Branca (Évora) (des. J. Gonçalves e D. Neves).

Hawqal (*Opus Geographicum*), no século X (Kramers, 1939), dado tratar-se de exploração agrária da responsabilidade de comunidade cristã, sem aparentes desigualdades sociais, que mantinha as suas tradições e forma de vida, economicamente assente na agricultura, pastorícia e exploração da floresta, conservando-se longe das alterações políticas e ideológicas da vivência urbana, embora no presente caso, geograficamente próximos de importante cidade (*Ebora*).

Dada a inexistência de artefactos produzidos em matérias-primas dispendiosas, de ferramentas, e de número pouco significativo de recipientes de cerâmica, inteiros ou completos, podemos aceitar que o abandono da aldeia da Casa Branca, nos finais do século X ou no início do XI, não foi repentino, embora rápido e definitivo. O desmantelamento das estruturas aéreas ali existentes terá ocorrido em um mesmo momento, quando também a maioria dos silos foram preenchidos por entulhos e lixos advindos das habitações. Este abandono pode ter sido provocado por acontecimento, natural ou devido a acção humana, reflectir alterações no relacionamento da comunidade camponesa da aldeia com a administração islâmica, o esgotamento dos solos agrícolas, clima de insegurança económica e política, ou outro qualquer motivo que terá conduzido ao possível reagrupamento da população em Évora. Por exemplo, nos inícios do século X, assistiu-se naquela região a período de grande instabilidade social e política, derivada da tomada e destruição de Évora por Ordonho II, da Galiza e Leão, em 913. Dois anos depois haveria de ocorrer terrível seca originando a fome em quase toda a Península Ibérica.

A informação haurida no acervo arqueológico da Casa Branca e outra oferecida por habitats rurais do Sul de Portugal, permitem avançar com a seguinte hipótese diacrónica de evolução daqueles: fase 1 (séculos IV, V, Baixo Império), ocorrência da desintegração dos centros dominiais e a multiplicação das explorações agro-pastoris, de carácter familiar, beneficiando de boas condições climatéricas, com expressão centrífuga, em quintas e casais agrícolas dispersos, possuindo edificações frágeis, a par de algumas *villae*, herdadas dos *latifundia* esclavagistas da Antiguidade; fase 2 (séculos VI-VII, Antiguidade Tardia), fraccionamento das grandes propriedades, policultivo, existência de pequenas quintas, mas também de habitat agrupado, em pequenas aldeias, e presença de colonos europeus de possível origem germânica; fase 3 (séculos VIII-IX, Alta Idade Média), onde terá acontecido uma nova paisagem, com intensificação das culturas cerealíferas e o reagrupamento em aldeias, situadas entre a cidade e os novos latifúndios, com expressão centrípeta e o surgimento de colonos de origem norte-africana, perdendo aqueles primeiros importância económica e social. Os tempos da Reconquista e consolidação da integração da região de Évora no Reino de Portugal, terão emprestado, apesar das continuidades e pervivências, novo perfil à sua paisagem agrária, nomeadamente através de novos direitos dominiais, decorrentes sobretudo das doações às ordens religiosas (Vasconcelos e Sousa, 1988).

AGRADECIMENTOS

O presente estudo não teria sido possível realizar sem a conjugação de esforços que passou pelo apoio económico da Embraer, a cuja administração cumpre-nos agradecer, designadamente ao Eng. João Taborda, o nosso interlocutor naquela empresa, de bolsa concedida pela The Society for Medieval Archaeology e o suporte da empresa ARPA – Arqueologia e Património Lda., tal como do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa (IAP/NOVA FCSH). O nosso reconhecimento estende-se ainda ao Doutor Virgílio Hipólito Correia, então director do Museu Monográfico de Conimbriga, em cujo laboratório foram graciosamente tratadas as peças de ferro. As fotografias aéreas foram-nos gentilmente cedidas pela Escola e Centro de Paraquedismo – Aeródromo de Évora.

BIBLIOGRAFIA

ANTÓNIO, Jorge; REIS, Marta Pinto (2008) – Necrópole tardo-antiga de Alter do Chão: resultados preliminares, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, pp. 353-366. Faro: Universidade do Algarve.

AZEVEDO, Pedro Augusto de (2003) – *Livro dos Bens de D. João de Portel*. Lisboa: Edições Colibri.

BAUDOUIN, Marcel; BONNEMERE, Lionel (1904) – Les haches polies dans l'histoire jusqu'au XIXe siècle, *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, Ve série, tome 5, pp. 496-548.

BEIRANTE, Maria Ângela (2011) – *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.

BILOU, Francisco (2005) – *Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, 2ª edição. Lisboa: Edições Colibri.

BLINKENBERG, Christian (1911) – *The Thunderweapon in Religion and Folklore. A Study in Comparative Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

CARTAILHAC, Émile (1877) – *L'Age de Pierre dans les Souvenirs et Superstitions Populaires*. Paris: C. Reinwald & Cie, Libraires-Éditeurs.

CARVALHOSA, António Barros e; CARVALHO, António Marcos Galopim de; ALVES, Carlos Alberto de Matos; PINA, Henrique Leonor (1969) – *Carta Geológica de Portugal, Notícia Explicativa da Folha 40-A*, Évora. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2017) – An early medieval village in Portugal, *Medieval Archaeology Newsletter*, no. 57, p. 2.

CASIMIRO, Tânia Manuel; SILVA, Telmo Pinheiro; GOMES, Mário Varela (2012) – Intervenção arqueológica no povoado alto-medieval da Casa Branca (Évora). Primeira notícia, *Al-Madan*, II série, nº 17, pp. 171, 172.

CATTEDDU, Isabelle (2011) – Le monde rural à la lumière des sources archéologiques, *Dossiers d'Archéologie*, nº 344, pp. 6-13.

CUNHA, Eugénia (2001) – Bioarqueologia em Serpa: o caso da necrópole do Alpendre dos Lagares, *Conimbriga*, vol. 40, pp. 319-325.

DELFOLIE, Karine; MOTTE, Virginie; RÉVILLION, Stéphane (2012) – Dossier Nord. Du Moyen Âge à l'époque moderne, *Archéologie*, nº 498, pp. 40-48.

ÉPAUD, Frédéric; GENTILI, François (2011) – Archéologie expérimentale sur les habitats ruraux franciliens, *Dossiers d'Archéologie*, nº 344, pp. 78-83.

FERRO, Sónia (2013) – *Sítio da Casa Branca – Évora. Relatório Antropológico de Campo*. Dactilografado, Évora.

GISSINGER, Bastien (2019) – Saint-Sulpice-de-Royan. Un village entre Dagobert et Charlemagne, *Archéologia*, nº 582, pp. 42-47.

GOMES, Mário Varela (2012) – *Silo Islâmico de Albufeira (Rua Henrique Calado)*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

GOMES, Mário Varela; PAULO, Luís Campos (2011) – A necrópole visigótica do Padrão (Raposeira, Vila do Bispo), *O Arqueólogo Português*, série V, vol. I, pp. 591-656.

HINCKER, Vincent (2018) – Vous avez dit barbares?, *Archéologia*, nº 568, p. 30.

HAMEROW, Helene (2002) – *Early Medieval Settlements. The Archaeology of Rural Communities in North-West Europe 400-900*, Medieval History and Archaeology. Oxford: Oxford University Press.

JONES, Richard (ed.) (2012) – *Manure Matters: Historical, Archaeological and Ethnographic Perspectives*. Ashgate: Farnham & Beulington.

KRAMERS, Johannes Hendrik (1939) – *The Opus Geographicum (Kitab suwar al'-ard), Ibn Hawqal,* Bibliotheca Geographorum Arabicorum. Leiden: E. J. Brill.

LIEGARD, Sophie; FOURVEL, Alain (2010) – L'établissement rural des IXe-Xe siécles des "Jeanrais" à Saint-Prix (Allier), *Revue Archéologique du Centre de la France*, vol. 49, pp. 233-282.

MELENDRO, Enrique Luis Borobia (1988) – *Instrumental Medico-Quirurgico en la Hispania Romana*. Madrid: Impresos Numancia S.A.

PEREIRA, Carlos Samuel Pires (2018) – *As Necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da Lusitânia*, O Arqueólogo Português, Suplemento nº 9. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia – Imprensa Nacional.

PONTE, Salete da (2006) – *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edições e Artes Gráficas, S.A.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (2013) – Introducción. Porqué la arqueología preventiva ha hecho posible la arqueología del campesinado altomedieval?, *El Poblamiento Rural de Época Visigoda en Hispania. Arqueología del Campesinado en el Interior Peninsular*, pp. 29-63, Documentos de Arqueología Medieval 6. Bilbao: Universidad del País Vasco.

RAYNAUD, Claude (2000-01) – Les campagnes en Gaule du Sud-Est dans l'Antiquité tardive et le Haut Moyen Age, *Zephyrus*, vols LIII, LIV, pp. 473-507.

RAYNAUD, Claude (2011) – L´habitat des plaines languedociennes (VIIe-Xe siècles), *Dossiers d'Archéologie*, nº 344, pp. 30, 31.

SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso dos (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*, vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SILVA, Telmo Pinheiro (2011) – *A Necrópole do Sítio da Casa Branca, Évora*, Relatório Dactilografado, Lisboa.

SOARES, António Manuel Monge; SANTOS, Ana Luísa; UMBELINO, Cláudia (1997) – A necrópole paleocristã do Assento do Chico Roupa (Vila Verde de Ficalho, Serpa), *Arqueologia Medieval*, vol. 5, pp. 23-33.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (1988) – Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo Medieval (séculos XII a XV), *Economia e Sociologia*, nºs 45, 46, pp. 21-39.

VIGIL-ESCALERA, Alfonso (2000) – Cabañas de Época Visigoda: Evidencias arqueológicas del sur de Madrid. Tipología, elementos de datacion y discussión, *Archivo Español de Arqveología*, vol. 73 (181, 182), pp. 223-252.

WATTEAUX, Magali (2011) – Le paradigme de la naissance du village, *Dossiers d'Archéologie*, nº 344, pp. 42-45.

OS PRIMEIROS VIDRADOS NO GHARB AL-ANDALUS NO SÉCULO IX-X: ANÁLISES ARQUEOMÉTRICAS E INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

Elena Salinas[1], Carmen Iñiguez[2], Mª. José Gonçalves[3], Susana Gómez[4]

[1] Departamento de Física, Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, Espanha
[2] Universidad de Málaga, Espanha
[3] Município de Silves, Universidade do Algarve, Portugal
[4] Universidade de Évora/CEAACP-Campo Arqueológico de Mértola, Portugal

Resumo
Este artigo objectiva clarificar o início da presença da tecnologia do vidrado no Gharb al-Andalus. A escassez de cerâmicas vidradas nos primeiros séculos da presença islâmica no al-Andalus faz supor que não se trataria de produções locais mas de objetos importados. Foram analisadas cinco amostras de cerâmica, encontradas no Sul do território actualmente português, tendo em vista a determinação da sua proveniência.
Palavras-chave: Cerâmica vidrada, Gharb al-Andalus.

Abstract
This paper is aimed to clarify the beginnings of the glaze technology in the far west Islamic world, the garb al-Andalus. The scarcity of glazed ceramics for the early Islamic period suggests that they were not local productions, but imports. Five glazed ceramics found in the present-day south of Portugal have been analysed in order to determine their provenances.
Keywords: Glazed ceramics, Gharb al-Andalus.

1. INTRODUÇÃO

A identificação no Sudoeste da Península Ibérica (em território actualmente português) de fragmentos cerâmicos produzidos no período emiral é relativamente recente. As primeiras notícias publicadas referentes a fragmentos encontrados em Silves e Mértola datam de 2012 (Catarino *et al.,* 2012: 431; Marques *et al.*, 2012: 444). De facto, no X Congresso Internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, que teve lugar em Silves e Mértola em 2012, ainda os artigos se encontravam no prelo e, por isso, os dados neles contidos, não foram incluídos no poster apresentado por Juan Zozaya e Elena Salinas, que localizava as primeiras cerâmicas vidradas produzidas no al-Andalus (Salinas e Zozaya, 2015). Nesse congresso, o intercâmbio de informação havido entre os investigadores de Espanha e de Portugal permitiu incluir esta informação no artigo que resultou do poster e, igualmente, iniciar uma colaboração em torno do tema, de modo a esclarecer os inícios da produção e da difusão da cerâmica vidrada no Gharb al-Andalus. Juan Zozaya integrou este grupo de trabalho, que após a partida do mestre, decidiu dar continuidade ao projecto, não só pela pertinência do tema, mas também como forma de homenagear a sua memória.

A cerâmica vidrada emiral é muito rara no Portugal islâmico, contudo, durante este período (finais do século IX- Início do século X) laboravam no al-Andalus pelo menos três centros produtores de cerâmica vidrada: Pechina, Córdova e Málaga. Não é conhecido qualquer centro produtor no território do Gharb e, inicialmente, foi atribuída a origem dos fragmentos encontrados em Silves e em Mértola a Pechina (Catarino *et al.,* 2012: 431; Marques *et al.*, 2012: 444), uma vez que o centro produtor de Córdova tinha sido dado a conhecer pouco tempo antes e, as produções de Málaga, ainda não estavam bem definidas.

No presente trabalho, procuramos analisar as cerâmicas do Gharb al-Andalus e compará-las com cerâmicas coevas provenientes dos centros de produção aludidos, por forma a tentar determinar a sua proveniência.

2. A CERÂMICA VIDRADA DE ÉPOCA EMIRAL NO GHARB AL-ANDALUS

Em território português foi identificada cerâmica vidrada de época emiral em onze sítios (ver Figura 1, Gómez *et al.*, no prelo). Embora não conheçamos pormenores (descrição, desenho e/ou fotografia) relativos a todos, o achado situado mais a norte provêm de Lisboa e é um pequeno fragmento de jarrinho com motivos rectangulares em relevo, executados a molde e revestido de vidrado de cor "castanha chocolate" no exterior e melado no interior. (Gómez *et al.*, 2015: 28). Dos achados de Palmela, Alto da Queimada (Palmela) (Cavaco *et al.*, 2013: 358) e Alcácer do Sal (Cavaco *et al.*, 2013: 357), apenas temos notícia da existência de fragmentos vidrados de superfície monocroma em cor melada ou melada esverdeada (Gómez *et al.*, no prelo). No sítio rural de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), foram encontrados dois pequenos fragmentos, pertencentes a duas peças diferentes, uma delas com motivos em relevo sob o vidrado de cor "castanha chocolate" no exterior e melado no interior e, a outra, revestida a vidrado verde (Pereira, 2013: 153). Num outro sítio rural, o Monte Roncanito 10 (Reguengos de Monsaraz, Marques *et al.,* 2013: 167), identificou-se um fragmento de candil revestido de vidrado verde. No Monte dos Pombais, perto da antiga kura de Beja, foi encontrada uma bilha decorada em verde e manganês primitivo, isto é, com vidrado policromo de fundo branco e pingos em verde e negro (Gómez *et al.,* 2018). Em Mértola, foram identificados três fragmentos de cerâmica com motivos retangulares em relevo revestidos de vidrado monocromo de cor "castanha chocolate" em dois dos casos (Gómez, 2014a: 182), e verde num terceiro. Ali, identificámos ainda alguns fragmentos de cerâmica decorada a verde e manganês emiral (Gómez *et al.,* 2018). Já em território algarvio, encontramos um fragmento de jarrinho com motivos rectangulares a molde e vidrado de cor "castanha chocolate" no Castelo das Relíquias e, com algumas dúvidas, no Castelo Velho, ambos em Alcoutim (Catarino, 1997/98). Por último, em Silves (Cavaco *et al.*, 2013: 356-357) encontramos a maior quantidade e diversidade técnica de cerâmicas vidradas emirais: uma peça apresenta verde e manganês primitivo, cujos motivos são consistentes com pingos e escorrências de verde e roxo/preto (Gonçalves, 2015: 355; Gómez *et al.,* 2018: 23). Surgem também fragmentos de pelo menos duas peças, cuja decoração em relevo executada a molde, se traduz em motivos retangulares revestidos de vidrado melado no interior e "castanho chocolate" no exterior. Observam-se ainda alguns objetos que ostentam vidrado bícromo, sendo o fundo melado e a ornamentação consistente com pingos de manganés (Gómez *et al.*, no prelo).

Em suma, trata-se de duas cidades portuárias e capitais de *kura*: Lisboa e Silves; um porto de relevância no rio Guadiana identificado nas fontes como *ḥiṣn* – Mértola –, (Lopes, Gómez e Rafael, 2012: 77); quatro fortificações rurais, duas situadas também no vale do Guadiana - Castelo das Relíquias e Castelo Velho de

Alcoutim - e duas situadas na Serra da Arrábida, Palmela e Alcácer do Sal (Catarino, Covaneiro e Cavaco, 2012); e alguns sítios rurais de pequena dimensão: Alto da Queimada (Palmela) que corresponde a um povoado de altura na Serra da Arrábida, Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Pereira, 2013), Monte Roncanito 10 (Reguengos de Monsaraz, Marques *et al.*, 2012: 444) e Monte dos Pombais nas imediações de Beja.

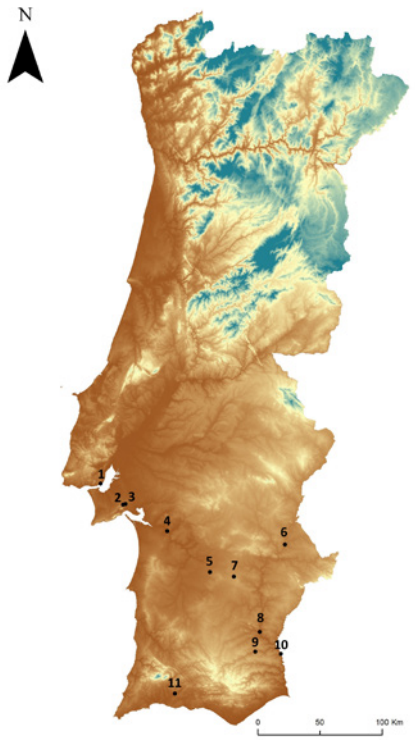


Figura 1 – Mapa de localização dos sítios do território português onde foram encontradas cerâmicas vidradas dos séculos IX e X segundo Gómez *et al.*, no prelo: 1. Lisboa; 2. Alto da Queimada; 3. Palmela; 4. Alcácer do Sal; 5. Porto Torrão; 6. Monte Roncanito 10; 7. Monte dos Pombais; 8. Mértola; 9. Castelo das Relíquias; 10. Castelo Velho de Alcoutim; 11. Silves.

Este mapa mostra uma dispersão algo aleatória de achados, expressando a diversidade geográfica e a heterogeneidade tipológica de sítios onde está presente a cerâmica vidrada de época emiral. Tal permitiu ao grupo de estudo da Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus (CIGA) extrair duas conclusões: em primeiro lugar a posição marginal que o Gharb ocupava nas relações de intercâmbio com outros território do al-Andalus e, por outro lado, a falta de dinamismo dos mercados urbanos que não parecem constituir-se como elementos estruturadores dos mercados inter-regionais, nem servir a sua própria região no que a manufacturas inovadoras diz respeito (Gómez *et al.*, no prelo). Estes sítios oferecem, no total, dezasseis cerâmicas vidradas. Trata-se de pequenos fragmentos cuja observação macroscópica permite identificar um grupo homogéneo de peças de Silves, Mértola e Lisboa, com o mesmo tipo de decoração a molde e vidrado espesso (Figura 2). Os outros exemplares mostram diferentes decorações, devendo corresponder a manufaturas de distintos centros produtores. Foi sobre as amostras do primeiro grupo que foram feitas análises laboratoriais, objectivando esclarecer a sua origem.

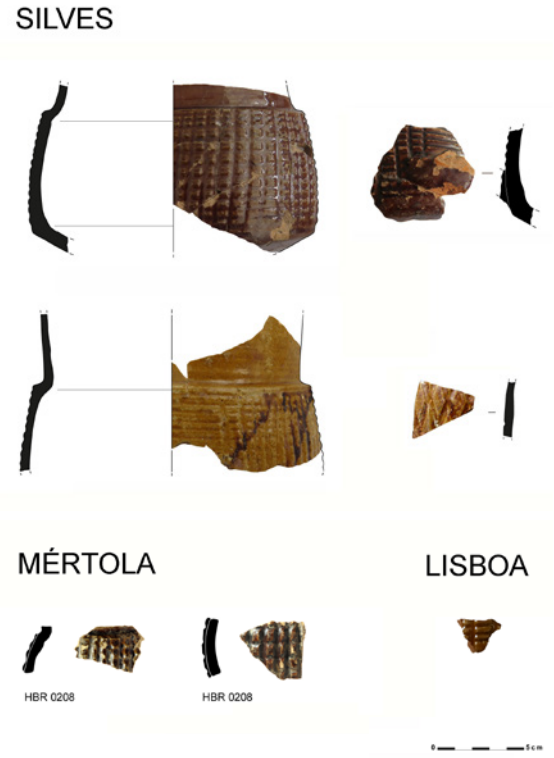


Figura 2 – Cerâmicas de primeira época de Portugal provenientes de Mértola e Silves.

3. ANÁLISES DAS CERÂMICAS VIDRADAS

Foram analisadas cinco amostras com Microscópio Ótico e Scanning Electron Microscopy (SEM) com Energy-dispersive X-ray spectroscopy. Quatro das amostras combinam a cor "castanha chocolate" ou melado no anverso com melado no reverso, sendo a quinta revestida com vidrado verde. Todas elas possuem decoração incisa ou moldada, que materializa motivos geométricos consistentes com rectângulos geminados.

As pastas cerâmicas são predominantemente calcárias com intrusões de sílex, quartzo, partículas fer-

ruginosas e pequenos fragmentos de conchas. Todas são pastas de cor alaranjada e cozedura realizada em atmosfera oxidante (Figura 3).

Duas das amostras detêm baixos níveis de cálcio (4-9.5% CaO) e, outras duas, níveis médios (12-15% CaO), sendo que as quatro contêm altos níveis de sílice (56-70% SiO_2). Contrariamente, a última das amostras (o fragmento de vidrado verde), contem um nível de cálcio maior (20% CaO) e um nível de sílice menor (51% SiO_2) (Tabela 1).

A análise dos vidrados evidencia percentagens de chumbo idênticas. (~38% PbO). Em quatro das amostras foi utilizado óxido de manganês para obter a cor castanha (~1.3% MnO) e óxido de ferro para obter a cor melada (~2.8% FeO). A amostra de Mértola revela-se diferente, dado conter óxido de cobre para a obtenção da cor verde (3.6% CuO) junto com uma pequena percentagem de estanho (~0.7% SnO_2), que poderia atribuir-se à reciclagem de bronze para obter o cobre (Tabela 2).

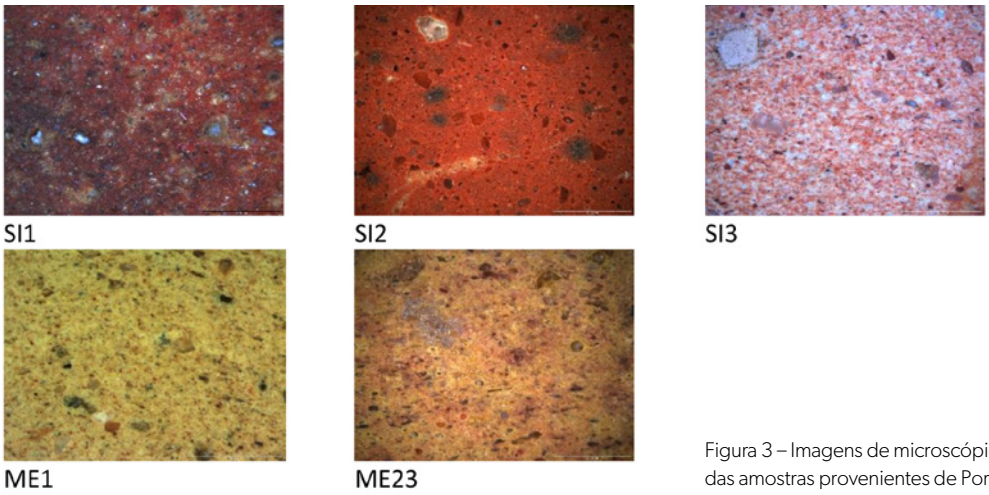


Figura 3 – Imagens de microscópio ótico das pastas das amostras provenientes de Portugal.

sample	Na_2O	MgO	Al_2O_3	SiO_2	K_2O	CaO	TiO_2	FeO	PbO
SI1	1.0	2.3	14.6	61.9	2.9	9.5	0.8	5.4	1.0
SI2	1.2	1.5	13.5	69.7	2.4	4.1	1.0	5.2	1.0
SI3	1.1	2.7	14.0	56.4	2.4	15.1	0.9	6.1	1.0
ME23	0.6	2.7	12.4	60.3	2.8	11.9	0.9	6.3	1.0
ME1	0.7	2.7	14.7	51.0	3.3	20.2	0.6	6.2	0.5

Tabela 1 – Composição química das pastas das amostras de Portugal a partir de análises por SEM-EDS (wt% normalizado a 100 wt%). Os valores correspondem à média obtida a partir de um mínimo de duas análises em áreas diferentes da pasta das amostras.

sample	colour	side	Na_2O	MgO	Al_2O_3	SiO_2	K2O	CaO	TiO_2	MnO	FeO	CuO	SnO_2	BaO	PbO
SI1	honey	o	0.4	0.9	6.9	46.0	2.3	5.9	0.3	0.2	2.9	0.0	0.0	0.7	33.4
	honey	i	0.5	0.9	6.4	41.7	1.9	5.4	0.3	0.9	3.7	0.0	0.0	0.6	37.7
SI2	brown	o	0.4	0.5	4.7	37.1	0.9	3.7	0.3	2.1	3.8	0.0	0.0	0.6	45.8
	honey	i	0.3	0.5	5.3	39.9	0.7	3.8	0.3	0.0	2.0	0.0	0.0	0.6	46.7
SI3	brown	o	0.8	0.8	6.1	41.3	2.2	5.9	0.2	0.4	3.0	0.0	0.0	0.6	38.9
	honey	i	0.8	0.8	6.7	42.8	2.1	6.4	0.3	0.0	2.6	0.0	0.0	0.4	37.2
ME23	brown	o	0.5	1.1	7.2	45.1	2.0	7.0	0.5	1.4	4.3	0.0	0.0	0.3	30.8
	honey	i	0.4	1.0	7.2	47.9	2.5	7.0	0.5	0.2	3.4	0.0	0.0	0.4	29.5
ME1	green	i	0.6	1.0	5.3	38.6	2.4	5.2	0.2	0.0	2.5	3.7	0.6	0.6	39.5
	green	o	0.7	0.8	5.1	38.6	2.2	5.3	0.3	0.0	1.6	3.6	0.8	0.4	40.5

Tabela 2 – Composição química das superfícies de vidrado das amostras de Portugal a partir de análises por SEM-EDS (wt% normalizado a 100 wt%). Os valores correspondem à média obtida a partir de um mínimo de duas análises em áreas diferentes do vidrado das amostras. O desvio standard típico é: 0.3 para Na_2O, MgO, K_2O, FeO e PbO, 0.4 para CuO e Sn_2O, 0.9 para Al_2O_3 e SiO_2, e 1.5 para CaO.

Devido à semelhança formal e estilística destas amostras de cerâmica vidrada com as encontradas no atelier de cerâmica de Málaga, foram realizadas análises a uma selecção de amostras de Málaga, de modo a confirmar se o conjunto selecionado do Gharb al-Andalus foi produzido em Málaga.

4. O CENTRO DE PRODUÇÃO DE MÁLAGA

Málaga é uma cidade mediterrânea situada no sul do antigo al-Andalus, que se transformou num grande centro comercial, especialmente a partir do século X. Foi, de igual modo, um dos primeiros centros de produção de cerâmica vidrada do al-Andalus.

Na Calle Especiarías, em Málaga, foi identificado um tanque romano (*cetarea*) cheio de despejos de cerâmica vidrada (Íñiguez & Mayorga 1993). Este conjunto constituiu a primeira evidência conhecida de produção de cerâmica vidrada em Málaga.

Não foram encontrados outros vestígios de produção oleira, como fornos ou outras estruturas relacionadas com um atelier, motivo pelo qual pensamos que se trata de um depósito secundário. A produção era constituída, essencialmente, por louça de mesa: tigelas, bilhas e jarros (Figura 4) e a característica mais marcada desta produção era o revestimento vítreo de cor "castanha chocolate" e o relevo a formar motivos retangulares geminados realizados por molde.

Assim, procedemos à análise das amostras de Málaga provenientes do contexto supra-referido, de modo a estabelecermos comparação com as amostras provenientes do território português (Figura 5).



Figura 4 – Produções cerâmicas de Málaga provenientes da C/ Especerías.



Figura 5 – Amostras provenientes da C/ (Málaga): tigelas (ES10, ES26, ES77), jarros (ES55, ES57), bilhas (ES36), tripés (ES81) e barras de forno (ES75, ES85).

A pasta das cerâmicas de Málaga evidencia pequena percentagem de calcário (6.7-9% CaO), elevado conteúdo de sílice (61-64% SiO_2) e elementos não plásticos de sílex, quartzo, filito (uma variedade do xisto) e conchas de mar. A cozedura oxidante a que foram submetidas as pastas resultou em cores avermelhadas. (Tabela 3).

A composição química dos vidrados mostra baixas quantidades de chumbo (~42% PbO) e cálcio (~5% CaO). A cor foi obtida mediante uma combinação de óxido de manganês (~ 1,2% MnO) e óxido de ferro (~ 4,3% FeO) para o "castanho chocolate" e óxido de ferro para o melado (~ 2,3% FeO). Para obter a cor "castanha chocolate" foi utilizada maior quantidade de óxido de ferro (misturado com óxido de manganês) do que para a cor melada. Identificaram-se, igualmente, pequenas quantidades de bário (~ 0,5% BaO), provavelmente relacionadas com a galena de onde o chumbo foi obtido (Tabela 4).

Se compararmos as composições químicas das pastas e dos vidrados das cerâmicas de Málaga e de Portugal, encontramos semelhanças nas amostras SI1, SI2, SI3 e ME23, enquanto ME1 mostra pequenas diferenças. Além disso, comparamos estes dados com outros provenientes de amostras previamente analisadas sobre cerâmicas produzidas em Pechina (Salinas *et al*. 2019), em especial, a composição química de chumbo e do silício das cerâmicas de Pechina, Málaga e do Gharb al-Andalus (Figura 6). No gráfico, pode observar-se claramente que a cerâmica vidrada do Gharb al-Andalus analisada não é de Pechina porque o conteúdo de chumbo é diferente. Assim, embora o grupo de Málaga configure uma amostra reduzida, podemos constatar que os esmaltes de Portugal combinam melhor com esta proveniência.

sample	Na_2O	MgO	Al_2O_3	SiO_2	K_2O	CaO	TiO	FeO	PbO
ES10	1.0	2.1	15.9	63.6	3.3	6.7	0.9	6.0	0.4
ES26	1.0	2.4	15.6	61.4	3.2	9.0	0.7	6.4	0.4
ES36	0.9	2.7	15.6	61.7	3.1	8.8	0.8	5.9	0.4
ES55	0.9	2.2	15.7	61.9	3.1	8.1	1.0	5.9	1.0
ES57	0.7	2.3	15.8	61.9	3.0	8.0	1.0	6.0	0.5
ES59	0.8	2.5	15.4	61.6	3.1	8.7	0.7	6.0	1.0
ES75	1.1	2.1	15.5	62.7	3.1	8.2	0.9	5.7	0.7
ES77	0.9	2.4	15.5	62.0	3.0	8.6	0.7	5.8	0.8
ES81	1.0	2.2	15.5	63.4	3.2	7.8	0.9	5.8	0.0
ES85	1.1	2.4	15.7	61.4	3.2	7.6	0.9	6.7	0.4

Tabela 3 – Composição química das pastas das amostras de Málaga a partir de análises por SEM-EDS (wt% normalizado a 100 wt%). Os valores correspondem à média obtida a partir de um mínimo de duas análises em áreas diferentes da pasta das amostras.

sample	colour	Na_2O	MgO	Al_2O_3	SiO_2	K_2O	CaO	TiO	MnO	FeO	PbO	BaO
ES10	brown	0.7	0.7	5.7	37.6	1.4	5.2	0.0	1.3	4.0	42.7	0.7
ES26	brown	0.5	1.1	6.2	41.6	1.5	5.8	0.0	1.1	4.2	37.6	0.5
ES36	brown	0.6	0.6	5.6	38.0	1.6	4.4	0.0	0.9	4.1	43.4	0.8
ES55	honey	0.4	0.6	5.1	38.5	1.4	5.2	0.2	0.0	2.5	45.8	0.5
ES57	honey	0.5	0.6	5.2	40.1	1.5	4.4	0.2	0.0	2.1	45.1	0.5
ES59	brown	0.3	1.0	6.4	41.5	1.5	6.3	0.2	1.4	4.7	36.0	0.7
ES77	brown	0.4	0.9	5.1	35.8	1.3	3.9	0.4	1.7	4.8	45.4	0.4

Tabela 4 – Composição química das superfícies de vidrado das amostras de Málaga a partir de análises por SEM-EDS (wt% normalizado a 100 wt%). Os valores correspondem à média obtida a partir de um mínimo de duas análises em áreas diferentes do vidrado das amostras. O desvio standard típico é: 0.3 para Na_2O, MgO, K_2O, FeO e PbO, 0.4 para CuO e Sn_2O, 0.9 para Al_2O_3 e SiO_2, e 1.5 para CaO.

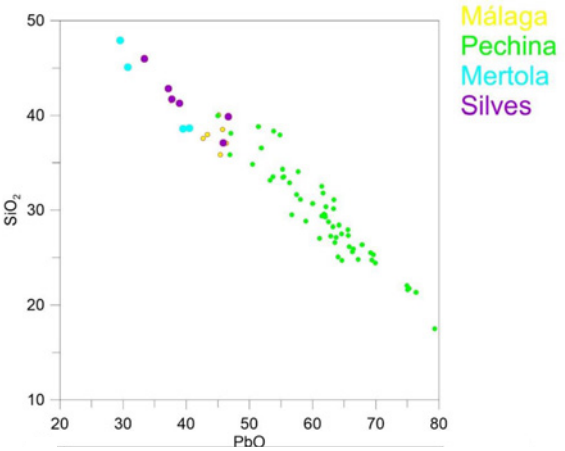


Figura 6 – Composição química dos vidrados: PbO versus SiO2 das cerâmicas de Málaga (C/ Especerías), Silves, Mértola e Pechina.

5. CONCLUSÕES

O estudo do conjunto de amostras analisadas permite confirmar que uma parte da cerâmica vidrada encontrada no Gharb al-Andalus (Sul de Portugal) foi produzida em Málaga, e não em Pechina, como inicialmente se pensava.

Seguramente estes produtos chegavam por via marítima a cidades importantes como Silves e Lisboa, e pelo rio Guadiana a Mértola.

A quantidade, muito reduzida, de exemplares deste tipo de cerâmica encontrada em Portugal, incita a pensar que não se trataria de redes comerciais propriamente ditas, mas de objetos que viajavam individualmente para áreas onde este tipo de cerâmica não era produzido.

A prosperidade económica e a vida urbana terão contribuído para o desenvolvimento da produção de cerâmica vidrada em Málaga, não apenas para o consumo local, mas também para a sua exportação para outros territórios.

Esta produção de vidrados de Málaga teve início no final do século IX e manteve-se durante o século X (períodos emiral e califal). De facto, a difusão da cerâmica vidrada de Málaga para o exterior parece ter-se desenvolvido ao longo do século X, quando Málaga se consolida como potência comercial e marítima, com uma rede de circuitos de intercâmbio que parece ter-se expandido, não apenas para o Norte da África, mas também para o Oceano Atlântico (Sul de Portugal e Lisboa).

AGRADECIMENTOS

Este projeto recebeu financiamento do programa de investigação e inovação "Horizonte 2020" da União Europeia, através da bolsa Marie Skłodowska-Curie IGATO Nº 702019. Também agradecemos a Trinitat Pradell por sua colaboração (UPC, Espanha).

BIBLIOGRAFIA

CATARINO, Helena (1997/1998) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. *al-ʿulyã*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. Nº 6 (1997/1998) 3 vols., 1306 pág.

CATARINO, Helena *et al.* (2012) – La céramique islamique du Ġarb al-Andalus: contextes socio-territoriaux et distribution. *In Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo. Venezia 2009.*Venezia: Edizioni All'Insegna del Giglio, pp. 429-441.

CATARINO, Helena; COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2012) – O Sotavento Algarvio. *Arqueologia Medieval*. Porto. Edições Afrontamento. n.º 12, pp. 147-154.

CAVACO, Sandra *et al.* (2013) – Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Série V, Volume 3, pp. 349-380.

GÓMEZ, Susana (2014) – *Cerámica Islámica de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. 423 p.

GOMÉZ, Susana *et al.* (2015) – A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica. In *Actas X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo/Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, t. 1, pp. 19-50.

GOMÉZ, Susana *et al.* (2018) – El verde y morado en el extremo occidental de al-Andalus (siglos X al XII). In *XIth Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics Proceedings*. Ankara: Koc Universitesi VEKAM, pp. 21-30.

GÓMEZ, Susana *et al.* (no prelo) – El uso del vidriado en el Garb al-Andalus y su lenta difusión. In *Tecnología del vidriado en el Mediterráneo Occidental: tradiciones islámicas y cristianas*. Valencia.

GONÇALVES, Maria José (2015) – Contributo para o estudo dos utensílios do quotidiano de um arrabalde islâmico de Silves. A Cerâmica decorada a verde e manganês", *in Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Silves/Mértola*, pp. 353-356.

ÍÑIGUEZ, Mª. C. e MAYORGA, J. F. (1993) – Un alfar emiral en Málaga. In *I Encuentro de Arqueología y Patrimonio. La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus. Salobreña, 1990*. Granada: Ed. Universidad de Granada. p. 117-138.

MARQUES, João *et al.* (2012) – Cerâmica e povoamento rural medieval no troço médio-inferior do vale do Guadiana (Alentejo, Portugal). *In Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo. Venezia 2009*.Venezia: Edizioni All'Insegna del Giglio, pp. 442-448.

MARQUES, João *et al.* (2013) – *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno). Bloco 14 – Intervenções e estudos no Alqueva*. Beja: EDIA.

PEREIRA. Tiago (2013) – *A Ocupação Alto-Medieval do Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)* [em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/11917.

SALINAS, Elena; PRADELL, T.; MOLERA, J. (2019) – Glaze production at an early Islamic workshop in al-Andalus. *Archaeological and Anthropological Sciences. Nº* 11, pp. 2201-2213.

SALINAS, Elena; ZOZAYA, J. (2016) – Pechina: el antecedente de las cerámicas vidriadas islámicas en al-Andalus. In *Actas X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo/ Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 573-576.

ARTIGOS

LISBOA PELOS OLHOS DE ENDOVÉLICO: O POTENCIAL DE UMA BASE DE DADOS PARA O CONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES PASSADAS

Filipa Neto[1], Cristina Barroso Cruz[2]

[1] Direcção-Geral do Património Cultural / fneto@dgpc.pt

[2] Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Humana Behavior (Universidade do Algarve); CHAM – Centro de Humanidades (Universidade Nova de Lisboa); Escola Superior de Educação de Lisboa (Instituto Politécnico de Lisboa) / cbscruz@gmail.com

Resumo

O conhecimento mais profundo que se tem sobre o modo de vida das populações que no passado habitavam no que hoje é território lisboeta, está directamente relacionado com o crescente número de intervenções de natureza arqueológica. Contudo, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que a informação angariada durante estes momentos é disponibilizada de forma eficaz e acessível à comunidade técnica e científica. Esta é uma questão que tem vindo a ser debatida de forma mais intensa durantes os últimos anos quer pela tutela, quer pelos restantes agentes envolvidos na identificação e valorização do património arqueológico. Tendo em conta o potencial informativo residente nos relatórios técnico-científicos que emergem, em particular, das intervenções bioarqueológicas é feito um ponto da situação sobre a elaboração de procedimentos para recolha de dados bioarqueológicos e a sua articulação com o enquadramento legal. Propõe-se ainda uma reflexão em torno da necessidade de mudança do paradigma associado à forma como estes documentos são produzidos, geridos e acedidos, bem como uma análise sobre os quadros teóricos e metodológicos que poderão promover essa mudança, com o intuito de disponibilizar, preservar e valorizar os patrimónios históricos, sociais e culturais das populações do passado.

Palavras-chave: Bioarqueologia, Antropologia de terreno, Standarização da informação, Base de dados, Património.

Abstract

What is known about the way people lived in the past, in what is now Lisbon territory, is directly related with the increasing number of archaeological interventions. Nevertheless, there is a long way to go to ensure that the information gathered during such interventions is made available in a more accessible and effective manner to the scientific and technical community. This subject is now being debated more intensely not only by the state institutions but also for the other agents involved in preserving, promoting and publishing archaeological heritage data. Bearing in mind the scientific potential of bioarchaeological field reports we present a state of the art on bioarchaeological field procedures in Portugal and their articulation with the legal documents. It is also proposed a reflection on the need of a paradigm shift regarding the production, management and accessibility of these documents, as well as, an analysis on the theoretical and methodological frame work that might promote that change. This approach may be helpful to preservation and valorisation of historical, social and cultural heritage.

Keywords: Bioarchaeology, Field anthropology, Data standardization, Database, Heritage.

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento das populações do passado é, na actualidade, grandemente condicionado pelas novas tecnologias que se podem utilizar, tanto em contexto de escavação, quanto nos processos de gestão de dados resultantes dessas intervenções. Nos últimos anos, em Portugal, tem-se procurado dar passos no sentido de acompanhar essa tendência. Nesse sentido, em 2013, a entidade que tutela as intervenções arqueológicas – Direcção Geral do Património Cultural – elegendo a área da Bioarqueologia, reuniu um grupo de representantes das principais instituições de ensino de Antropologia Física em Portugal no sentido de se desenvolver uma estratégia que permita optimizar o potencial informativo dos restos osteológicos humanos.

A presente comunicação tem por objectivo dar a conhecer a importância da salvaguarda o património osteológico recuperado em intervenções arqueológicas e o seu enquadramento legal, as ferramentas de gestão de informação bioarqueológicas já existentes, o caminho já percorrido para melhor conhecer as populações do passado a partir dos remanescentes esqueléticos. No final apresentam-se considerações que se consideram serem relevantes para a continuidade deste processo de maximização da informação recolhida nas intervenções bioarqueológicas.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) é um órgão da administração central que tem como competências a gestão, salvaguarda, valorização e conservação dos bens culturais que integram o Património Cultural Português.

No prosseguimento das suas atribuições, e de acordo com o Decreto-Lei 115/2012, de 25 de maio, cabe à DGPC a realização e desenvolvimento da inventariação do Património Cultural Português, que assume assim um papel fulcral e determinante como importante ferramenta para o desempenho das políticas de defesa patrimonial, e de divulgação de uma expressão cultural estruturante para a criação de uma memória e identidade nacional.

Como serviço responsável pela identificação, preservação e transmissão do Património Cultural Português, a DGPC mantém e desenvolve várias bases de dados orientadas para diferentes tipos de bens culturais, nomeadamente imóveis, móveis e imateriais que, para além de se constituírem como inventários patrimoniais, funcionam como verdadeiros sistemas de gestão desse mesmo património, ao nível nacional.

O reconhecimento do património arqueológico como importante recurso de informação sobre a evolução histórica das sociedades e comunidades humanas, e dos comportamentos humanos nas suas mais variadas vertentes (culturais, sociais e políticas), bem como a consciência de que esse património se encontra fortemente sujeito aos processos de modernização, urbanização e deterioração, suscitaram a necessidade da criação e implementação de uma legislação específica. Neste sentido foi publicado em 1999 o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho), atualizado recentemente pelo Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, tendo em vista a regulamentação da gestão da atividade arqueológica, dos padrões de qualidade dos registos e da interpretação e divulgação dos resultados da intervenção. Este diploma, considerado à data da sua criação, como uma das legislações mais avançadas no contexto europeu para a gestão do património arqueológico, foi fortalecido com o desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural Português, publicada em 2001, no qual o património arqueológico assume carácter específico. Ambas as conceções seguem recomendações promovidas em diplomas internacionais, dos quais Portugal é membro signatário, sendo uma delas a Convenção de La Valleta (Malta).

Com a publicação da Lei n.º 107/2001, 8 de setembro, o Património Cultural Português, nomeadamente o Arqueológico, é reconhecido como fator de relevância para a compreensão, construção e manutenção da identidade nacional, reforço da coesão social e instrumento de democratização da cultura, cuja responsabilidade de preservação cabe não exclusivamente ao Estado, mas a todos os cidadãos. Refere-se ainda neste diploma que o património cultural não são apenas os bens visíveis, mas também os contextos que enquadram os respetivos bens, nomeadamente expressões, tradições, e no caso arqueológico os contextos sedimentares que nos permitem revelar a história para além dos vestígios materiais e físicos (art.º 74.º). Ou seja, todo o tipo de informação que nos acrescenta a possibilidade de interpretação e de construção histórica sobre o passado.

3. PATRIMÓNIO OSTEOLÓGICO UM BEM DE INTERESSE CULTURAL?

Segundo o artigo 14.º, n.º 1, da Lei de Bases *consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.os 1, 3, e 5 do artigo 2.º,*

representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura.

Para além deste regime geral, a lei de bases prevê ainda uma série indiferenciada de regimes especiais de proteção de bens, no quais se integra o património arqueológico e paleontológico, Artigo 74.º, considerando que se trata de … *todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos:*

A) *Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente;*

B) *Cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.*

Assim, o património arqueológico é entendido enquanto narrativa que permite o estudo da vivência do Homem e da sua adaptação e relação ao meio envolvente, construída com base em trabalhos científicos, e como tal são bens culturais cuja relevância patrimonial deve ser preservada. Neste âmbito, são abrangidos todos os bens ou vestígios que são identificados em trabalhos arqueológicos, nos quais se incluem os vestígios osteológicos humanos.

Pese embora as discussões jurídicas sobre o significado de bens de interesse cultural e o seu valor patrimonial (Alexandrino, 2011), que ultrapassa claramente o âmbito deste artigo, mas cuja pertinência para a compreensão do conceito de património cultural merece ser aqui referida, os ossos humanos são na sua essência vestígios materiais que aportam informações únicas e relevantes não só para a reconstituição do(s) indivíduo(s), mas sobretudo do modo como as sociedades se organizavam no passado. Como tal, são vestígios patrimoniais com elevado interesse histórico e cultural uma vez que permitem refletir muitos dos valores, enunciados na Lei n.º 107/2001, sobre a memória, autenticidade, originalidade e a exemplaridade.

Partindo deste pressuposto, os organismos do Estado que sucessivamente têm tido atribuições em matéria de salvaguarda e preservação do património arqueológico português, têm efetuado um esforço no sentido de assegurarem que todos os vestígios de tecidos ósseos humanos recuperados em trabalhos arqueológicos, são devidamente preservados e valorizados do ponto de vista material, técnico e científico.

4. O ENDOVÉLICO E A INVENTARIAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍGIOS ÓSSEOS HUMANOS

Na Lei n.º 107/2001 definem-se as formas de proteção de bens culturais, entre as quais a inventariação é reconhecida como um dos suportes de proteção do património cultural a exercer pelo Estado Português. Dando cumprimento a este princípio, no seio da tutela do património cultural para os bens arqueológicos, foi desenvolvida, em inícios dos anos 90, uma base de dados especializada para o registo de ocorrências patrimoniais de natureza arqueológica – *Endovélico*[1]. Esta tem sofrido ao longo do tempo várias fases de aperfeiçoamento, em virtude da necessidade de se moldar aos progressos da arqueologia como disciplina de investigação e prática profissional.

O *Endovélico* inclui informações técnicas sobre vestígios arqueológicos e informações administrativas relativas aos trabalhos e projetos arqueológicos, desenvolvidos em Portugal Continental, tornando-se numa ferramenta tecnológica essencial para a gestão dos processos de decisão e de divulgação deste tipo de bens patrimoniais (Gomes *et alii*, 2012).

Das várias otimizações realizadas ao *Endovélico*, foi dada particular relevância aos dados de antropologia biológica e de arqueologia funerária provenientes de trabalhos arqueológicos, tendo sido criado, em 2010, um módulo específico para este tipo de informação patrimonial, que se designou de Bio-Antropologia (Cruz, Neto & Seabra, 2014). As motivações que conduziram este processo deveram-se por um lado, ao grande volume de descobertas de necrópoles, ou contextos funerários, identificadas na sequência de trabalhos arqueológicos de natureza preventiva e científica, e por outro lado, ao facto do património biológico ser um importante recurso para o conhecimento das populações passadas e um bem comum para a humanidade.

Este módulo caracteriza-se pela identificação dos elementos descritivos de aspetos e comportamentos funerários, bem como morfologias e biologia dos esqueletos e/ou ossos humanos exumados no âmbito de contextos arqueológicos e que são registados em relatórios entregues à DGPC de acordo com a legislação e normas vigentes. Para a implementação da estrutura deste módulo procedeu-se a uma análise dos conteúdos dos relatórios, com vista a espelhar na base

[1] Divisão de Inventário do IPA (2002) – Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia,* 5:1, pp. 277-283.

de dados os registos efetuados nos trabalhos de campo e laboratório.

Uma das grandes vantagens da sua implementação deriva do facto dos dados estarem associados aos sítios arqueológicos de onde provém, nomeadamente a ficha de sítio/ocorrência arqueológica que inclui a localização administrativa e georreferenciada, trabalhos e projetos arqueológicos associados, bibliografia, locais de depósito de espólio, medidas de proteção, entre outros, permitindo o tratamento da informação de forma integrada. Por outro lado a atualização da informação arqueológica é feita diariamente, por uma equipa da DGPC especializada para o efeito e com largos anos de experiência, e de poder vir a estar disponível na internet, através do Portal do Arqueólogo.

Passados sete anos após a produção do módulo, a estrutura, os campos e os termos então delineados, carecem de ajustes e de revisões, muito devido ao trabalho desenvolvido pela Tutela para a criação de critérios mais exigentes para a recolha de informação e normalização de procedimentos a adotar pelos antropólogos, responsáveis pelas metodologias de exumação, manuseamento dos vestígios ósseos humanos e produção de relatórios que, com a publicação do Decreto-lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, assumiu forma legal.

O ano de 2014 foi realmente fértil para a disciplina da antropologia biológica realizada no seio de projetos de arqueologia, uma vez que nesse ano foi igualmente divulgada a Circular n.º 1/2014 – "Trabalhos de Antropologia Biológica em contextos arqueológicos", da DGPC, que complementa a legislação em termos de orientação e normalização de procedimentos de campo. A circular foi produzida por um grupo especialmente criado para o efeito, constituído por técnicos dos organismos que fiscalizam a atividade de antropologia biológica (DGPC e Direções Regionais de Cultura), representantes de instituições de ensino superior com leccionam disciplinas de antropologia e centros de investigação em antropologia.

Esta documentação inseriu-se numa tentativa de criar uma estratégia com vista à aplicação de normas e de requisitos nos trabalhos de campo/laboratório de antropologia biológica, com vista à recolha de informação objetiva, concisa e científica, para posteriormente ser registada na base de dados, mas cujos constrangimentos de pessoal e financeiros impediram a sua concretização.

5. A INFORMAÇÃO BIOARQUEOLÓGICA EM PORTUGAL: PONTO DA SITUAÇÃO

Apesar da Arqueologia em Portugal se encontrar já bem estabelecida e legalmente regulamentada desde 1999, a Antropologia, em particular a que se refere aos procedimentos de campo, só começou a dar os primeiros passos no sentido da sua formalização nos anos 90 do século XX (Santos *et alii*, 1991/1992; Duarte, 2003). De facto, só no final da década de 90 passou a estar reservado um papel para o antropólogo em campo, sendo que, até esse momento, a sua participação estava, em grande medida, dependente do critério de actuação do director de escavação. Assim, era comum que o material osteológico, resultante das intervenções arqueológicas, fosse analisado apenas em laboratório, com escassos elementos relativos ao enquadramento arqueológico.

A obrigatoriedade da presença do antropólogo físico em contextos em que se antevisse a existência de material esquelético humano, não surgiu acompanhada de indicações de articulação de procedimentos entre os vários técnicos presentes nessas circunstâncias e esse facto torna-se evidente no divórcio existente, durante anos, entre a produção técnica e científica da Arqueologia e Antropologia em cenários de intervenção urgente (Larsen, 1997).

Para além das questões relacionadas com os processos de intervenção em campo, também a disponibilização da informação se encontrava (e encontra) condicionada, se não pela inexistência, pelo menos pelo incumprimento, de normativos que atribuem um local de depósito do material osteológico. Não é pois de estranhar que, no que diz respeito à componente osteoarqueológica, o recurso ao material osteológico e ao registo técnico-científico, procedente de contextos arqueológicos, esteja longe de ser frequente. Este processo compromete em grande medida um conhecimento mais aprofundado das populações do passado já que a divulgação dos resultados das intervenções está circunscrita aos circuitos de divulgação científica e o acesso à informação além de disperso é, não em teoria, mas na prática, inacessível já que implica uma navegação complicada pelo oceano de relatórios resultantes das intervenções e cuja informação não se encontra sistematizada para consulta. De facto, à excepção das publicações científicas que possam resultar da identificação de algum fenómeno incomum encontrado em campo, o acesso à informação contida nos relatórios antropológicos não se realiza com frequência. Estes

registos, e por consequência as evidências que reportam, ao serem arquivados, caem no esquecimento e na invisibilidade. Esta não é, contudo, uma condição exclusiva da Arqueologia lusa como se depreende da seguinte opinião de Larsen: *Previous generations of bioarchaeologists typically studied archaelogical skeletons without ever having seen the context of recovery. (...) Oftentimes, the results of the investigation of the remains ended up in an obscure archaeological report publication or report as an appendix* (Larsen, 2006).

Numa análise à produção de relatórios antropológicos de campo (Cruz, 2011), foi possível constatar a existência de disparidades significativas relativamente ao conteúdo e à forma destes documentos o que, para além das questões metodológicas de campo, também inviabiliza uma utilização regular e de cariz científico deste material. De facto, estas inconsistências ao criarem problemas de sistematização de dados comprometem uma análise científica sólida, atendendo a que, em causa, se encontram realidades distintas que inviabilizam a comparação dos dados registados. O subaproveitamento deste espólio e das informações, a ele associado, compromete, necessariamente, a caracterização e conhecimento das populações do passado, na medida em que o investimento colocado nas intervenções de campo não se traduz numa produção ou divulgação científica relevante e abrangente. Por outro lado, a não inclusão de uma abordagem multidisciplinar, como é proposto pela Bioarqueologia (Larsen, 1997; 2000; 2002) leva à perda de elementos que apenas quando combinados permitem compreender na plenitude o contexto funerário, devendo este ser entendido como o conjunto dos vestígios osteológicos e arqueológicos, bem como todas as relações que daí se podem inferir (Knudson & Stojanowski, 2008). O caminho, para o reconhecimento deste potencial informativo, passa pela aplicação de metodologias de campo que, além da minúcia de critérios de análise e registo obrigatórios, introduzam também uma perspectiva holística e integradora de todos os elementos que compõe os sítios arqueológicos usados para realizar enterramentos humanos (Knudson & Stojanowski, 2008). Este tipo de abordagem terá, indubitavelmente, o seu reflexo no momento da redacção dos relatórios de intervenção em campo, tornando a sua utilização ulterior mais aliciante.

6. SISTEMAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO BIOANTROPOLÓGICA: O ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Ainda que sem esta designação, mas já com a mesma orientação teórica, a Bioarqueologia surge no final da década de 70 do século passado (Goldstein, 2006). Afastando-se da definição britânica proposta por Grahame Clark em 1972 (Buikstra, 2006a; 2006b; Wright & Yoder, 2003), ela assenta, desde a sua origem norte americana (Buikstra, 2006b), num modelo interdisciplinar (Larsen, 2006) que permite, no seu terreno de análise, a contribuição de uma panóplia de ciências, incluindo: naturais (Biologia; Geologia), ciências exactas (Química; Física) ciências sociais (Sociologia; Antropologia social e cultural) e tecnológicas (Engenharia). O enfoque original desta proposta foi dirigido para a necessidade de haver uma maior proximidade entre os antropólogos físicos e os arqueólogos (Goldstein, 2006; Wright & Yoder, 2003). Como se compreende, não sendo possível conter as vivências humanas, passadas e presentes, em esferas estanques, só uma abordagem multidisciplinar poderá concorrer para a construção de uma noção mais aproximada da realidade das vidas passadas (Larsen, 2000; 2006). O objectivo da Bioarqueologia será o de procurar reproduzir o *modus vivendi* dos nossos antepassados, preservando todas as suas dimensões: demográficas, sociais, culturais e tecnológicas. O cumprimento deste objectivo passa, por um lado, pela necessidade de aproximar as várias ciências envolvidas na recolha e interpretação dos elementos de campo e, por outro, pela sistematização no processo de intervenção e recolha de dados. Constituindo a Bioarqueologia um modelo de abordagem interessante no estudo da Antropologia das populações do passado, importa encontrar uma metodologia que traduza esta abordagem e possa ser aplicada no momento da descoberta dos vestígios osteológicos em contexto arqueológico.

O modelo proposto pela Antropologia de terreno (*Antropologie de terrain*), que tem vindo a ser desenvolvido desde o final da década de 70 do século passado, parece reunir as premissas supra expostas (Duday, 2005a). Isto é, permite uma abordagem, em campo, que salvaguarda e analisa todos os factores que actuam sobre o processo de decomposição do cadáver e a sua relação com o ambiente envolvente: estrutural e natural (Knudson & Stojanowski, 2008). Tendo como principal motivação a frequente ausência de fontes históricas, os mentores desta metodologia

acreditam que as sepulturas constituem um recurso importante, na medida em que permitem inferir sobre a ideologia funerária e estrutura social das populações pretéritas, objectivo fundamental da Arqueologia em contextos funerários (Crubézy *et alii*, 1990). Esta proposta metodológica rompe com a visão de uma Arqueologia mais antiga, que atribuía aos vestígios humanos uma importância menor, concedendo ao cadáver o protagonismo óbvio no conjunto sepulcral, já que é em função dele que todos os elementos existem e se organizam (Duday, 2005a; Williams, 2003).

A designação de Antropologia de terreno não é fortuita. Para Duday e Crubézy (1990) é ao nível da decapagem do terreno que se começam a revelar os dados que irão permitir a clara e completa compreensão do contexto funerário. Esta compreensão passa pela distinção entre as alterações que ocorrem no esqueleto, identificando as que são de carácter pré-deposicional, que dizem respeito à preparação do corpo para o depósito, às práticas que resultam da deposição do esqueleto e aquelas que ocorrem depois deste momento. Estas últimas produzem perturbação dos gestos resultantes do momento ritual, o que pode acontecer por via da ação de agentes tafonómicos ou humanos. Desta forma, será possível controlar as ilações sobre a existência e natureza de práticas rituais de cariz funerário, controlando algumas assunções abusivas que resultam de análise superficiais.

Na aplicação desta metodologia deve merecer uma atenção especial o conhecimento das várias etapas do processo de decomposição e o ambiente em que este ocorre. De facto, as condições em que o processo de decomposição ocorre irão influenciar a configuração das articulações lábeis, que são peça fundamental para a compreensão dos gestos funerários evidenciados com a exposição do esqueleto (Duday & Guillon, 2006). Fundamental é também a identificação dos factores tafonómicos que possam ter atuado sobre o falecido durante o processo de esqueletização. Embora reconhecendo a importância de se aplicar a metodologia adequada para diagnosticar a idade à morte, bem como o sexo, os autores defendem que a avaliação paleopatológica seja feita no laboratório, devendo contar para isso, com os dados provenientes da identificação *in situ*.

A combinação destas duas propostas vai ao encontro daquilo que a tutela, a partir do enquadramento legal que propõe, define para o espólio recolhido.

7. O ENDOVÉLICO E O POTENCIAL INFORMATIVO E CIENTÍFICO DOS DADOS DAS INTERVENÇÕES BIOARQUEOLÓGICAS

Tal como foi referido anteriormente, o registo da informação bioarqueológica em Portugal apresenta fragilidades importantes que comprometem a utilização dos dados recolhidos em contextos de escavação para produção de conhecimento sobre as populações do passado. De acordo com as análises feitas recentemente aos conteúdos contemplados nos relatórios antropológicos de campo (Cruz *et alii*, 2015) parece ser razoável aceitar que os dados dos relatórios antropológicos de campo, ao omitirem um conjunto importante de informação, não cumprem, na totalidade, o seu potencial informativo, limitando, desta forma, a interpretação dos contextos escavados. Só recorrendo a outras informações que possam ter sido produzidas em campo – por exemplo, os dados contidos nos relatórios arqueológicos – será possível reunir os recursos necessários para uma melhor caracterização da realidade observada, durante o processo de escavação. A criação de um modelo de produção técnico-científico, que oriente a forma e os conteúdos destes documentos, poderá resultar numa maior amplitude informativa e beneficiar o desenvolvimento do estudo das populações do passado. Actualmente, a ausência de um tipo de registo uniforme e sistematizado impede a previsão do tipo de informação contida nos relatórios antropológicos de campo, limitando a utilidade destes documentos. Por esse motivo, deverá ser criado um critério que estabeleça um conjunto mínimo de informação que deverá ser mencionada (tanto pela presença quanto pela ausência). De outra forma, a aleatoriedade de conteúdos destes documentos, que são, na realidade, registos únicos sobre os vestígios do passado, permite que se questione o papel deste tipo de documentos.

Contudo, não são conhecidas normativas que rejam os procedimentos antropológicos de campo em Portugal. Apesar disso – ou por isso mesmo – são várias as propostas que têm tentado colmatar este vazio criando, apesar de tudo, ainda mais ruído em torno desta questão já que facilmente se identificam mais de meia dúzia de fichas de recolha de dados de campo publicadas sem que tenha existido um esforço colectivo de sistematização dessa informação[2]. Esta situação

[2] Proposta por Santos e colaboradores (1991/1992), a ficha de campo caracteriza-se pela simplicidade e fácil aplicação, contemplando os elementos considerados fundamentais, à época, no que ao registo diz respeito. Contudo, a sua natureza, restringe

reflecte o interesse e a necessidade de criar um conjunto de procedimentos que possa satisfazer as necessidades de quem trabalha com as populações do passado não só em contexto arqueológico, mas também em laboratório ou em investigação. Desta forma, assegura-se a existência de um conjunto mínimo de informação compilado, mantendo a margem necessária para as considerações e sensibilidade de quem tem que atuar nestes contextos arqueológicos.

É precisamente nesse ponto que o grupo de trabalho em Bioarqueologia constituído em 2013 procura trabalhar. Por um lado, no sentido de identificar os aspectos conceptuais e metodológicos que entretanto amadureceram no âmbito da Bioarqueologia nacional, e por outro, para tirar partido dos recursos já existente e que se encontram sub-aproveitados, como é o caso do Endovélico. A existência de um sistema centralizado de cariz nacional, dedicado à sistematização e gestão da informação bioarqueológica é, com certeza, uma enorme mais-valia para o desenvolvimento das ciências arqueológicas em Portugal, contudo, esbarra nas questões anteriormente identificadas: inexistência de procedimentos estandardizados de recolha e registo de informação. A construção de uma base de dados, que está na base dos programas de gestão de informação, implica a existência de campos de informação que se encontram claramente definidos que permitam aos vários produtores de informação (antropólogos que recolhem a informação em contextos de escavação) inscrever a informação recolhida. Contudo, a ausência de protocolos de campo e de registo de informação técnica têm comprometido esta empresa.

Esta é uma tarefa que implica, ainda e a montante, a elaboração de um léxico próprio da Bioarqueologia nacional. Isto é, só depois de estabilizada a terminologia utilizada para relatar o cenário com que o antropólogo se depara, será possível criar campos de registo de natureza mais fechada. Neste momento, o uso literário e não técnico de terminologia bioarqueológica dificulta também o processo de sistematização da informação. Isto é, não é indiferente falar-se de "sepultura" ou "enterramento". Contudo, são várias as circunstâncias em que esta terminologia é usada como sinónimo, para se dar apenas um exemplo da importância da estabilização de um léxico técnico próprio e clarificado.

Uma vez ultrapassado este desafio – da sistematização da informação durante e após a recolha de informação – e procurando desenvolver esse trabalho apoiado nos pilares conceptuais e metodológicos anteriormente apresentados, será possível optimizar o potencial informativo dos remanescentes osteológicos das populações do passado, o que conduzirá a um melhor e maior conhecimento do *modus vivendi* dos nossos antepassados. Assim, a possibilidade de recurso a informação contida no Endovélico, permitirá, recorrendo a processos de análise estatística simples, combinar dados de natureza paleodemográfica com outros de cariz paleobiológico de modo a traçar perfis biológicos, sociais e culturais em função dos contextos histórico e geográfico gerando-se inúmeras possibilidades de interpretação relativa aos acervos recolhidos em campo. Será da combinação das variáveis que encontramos e registamos durante os processos de escavação, a par com a informação histórica e até etnográfica, combinada que melhor conheceremos as populações do passado.

8. ABORDAGENS PARA O FUTURO

Um novo olhar sobre o passado implica mudanças de paradigmas. Paradigmas de relação nas práticas instituídas associadas ao "saber" e ao "fazer" que tradicionalmente presidem à arqueologia e antropologia de campo, criando outros que acompanhem a realidade

o registo de outras variáveis que se revelam úteis no momento da análise dos dados de campo. Por outro lado, sugere um conjunto de análises osteométricas que, muitas vezes, não são viáveis em campo e não contribuem, de forma determinante, para o estudo preliminar do esqueleto. Também, no Campo Arqueológico de Mértola, foi desenvolvida uma ficha de registo de elementos antropológicos avaliados em campo, fruto da elevada concentração de enterramentos associados a este sítio (Candón Morales, 1999). Uma década mais tarde, e já inserido num cenário de maior clareza no que diz respeito à regulamentação dos trabalhos arqueológicos e antropológicos (Decreto-Lei n.º 270/99), surge em volume dos *Trabalhos de Arqueologia* artigo dedicado à Antropologia Física de campo e de laboratório intitulado "*Bioarqueologia*" (Duarte, 2003). Ao longo daquele são apresentadas algumas contribuições importantes relativas ao papel do antropólogo em contextos arqueológicos, ao enquadramento legal em que se inscrevem as escavações e às boas práticas antropológicas em campo e em laboratório (Duarte, 2003). Em 2005, na sequência de uma maior consciencialização da importância do trabalho antropológico e da sua articulação com os procedimentos arqueológicos foi apresentada ao *IV Congresso Nacional de Arqueologia Peninsular* a comunicação "A escavação de necrópoles e recuperação de vestígios osteológicos humanos em contexto de emergência: questões de método e princípio" (Neves *et alii*, 2005). Da combinação das experiências e da formação de arqueólogos e antropólogos surge esta obra que, além de fazer referência a um conjunto de boas práticas em campo, analisa a sua aplicação em casos práticos. Na senda desta comunicação alguns dos autores (Neves *et alii*, 2010) avançaram anos mais tarde com uma publicação dentro da mesma temática, aprofundando alguns aspectos específicos ao nível da decomposição e dos processos tafonómicos, completando assim a publicação anterior.

da actualidade que passa pela possibilidade de produzir, acumular e aceder a informação numa lógica que não existia há duas décadas. O ritmo de produção de informação, é no dia-a-dia e no mundo da ciência, mais rápido agora do que alguma vez foi e essa é uma realidade que transparece já na Bioarqueologia francófona e anglo-saxónica. Cabe agora a Portugal continuar a avançar nessa frente. A dimensão inovadora introduzida com a criação do Endovélico no início dos anos 2000 precisa agora de ser actualizada tendo em consideração um conjunto de outras premissas: a de estreitamento metodológico entre a arqueologia e antropologia que resultará, necessariamente numa melhor qualidade de registo; numa maior formalização dos protocolos utilizados nos vários momentos associados ao processo de recolha e produção de informação; e criando lugar para pensar as questões éticas que devem presidir a todo o trabalho que possa vir a ser desenvolvido e, que em última análise, estão sempre na base da forma como os vários técnicos envolvidos neste processo se movimentam.

Directamente relacionada com as questões elencadas anteriormente está a que diz respeito ao destino a dar ao material osteológico humano após o seu levantamento e com a forma como os ossos devem ser tratados (Nawrocki, 1998; Smith & Mays, 2007). Nenhum enterramento deverá ser intervencionado sem que haja um bom motivo para que isso aconteça. Após a exumação e estudo do espólio, museus e outras instituições com colecções osteológicas devem ter normas escritas que permitam e regulem o acesso a este material por parte dos investigadores (Mays, 2005). Segundo alguns autores, o tratamento dado ao espólio arqueológico não pode ser o mesmo que é dado ao material osteológico, devendo, por isso, haver um plano de intervenção que salvaguarde o destino a dar a estes restos, depois da intervenção. Para tal, é fundamental que os pressupostos de sistematização da informação, que se procura agora pôr em marcha, sejam acompanhados de estratégias, igualmente protocoladas, de inventariação e depósito deste espólio.

Indubitavelmente, o estudo dos grupos humanos do passado é uma questão melindrosa que poderá interferir com o bem-estar psicológico das pessoas. Não obstante, a ciência depende, muitas vezes, da incursão nestes terrenos mais delicados, para poder evoluir e compreender, de forma mais aprofundada, o modo como elementos relacionados com a demografia, saúde, fisiologia e desenvolvimento, crenças e rituais, se manifestavam entre as populações pretéritas. Por esse motivo, importa usar do bom senso que deverá, a par da formação e experiência dos antropólogos, servir de base na tomada de decisões e na abordagem feita aos contextos e material osteológico humano. O que constitui um tratamento de respeito aos restos humanos varia de acordo com o contexto cultural e histórico, sendo, por isso, importante que os técnicos em osteologia tenham a sensibilidade necessária para compreender esse facto em toda a extensão da sua intervenção.

BIBLIOGRAFIA

Circular 1/2014 (Trabalhos de Antropologia Biológica em contextos arqueológicos). Acessível em *http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_arqueologico/trabalhos-deantropoogia005.pdf* [11.10.2017].

Convenção de La Valleta (Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico). Acessível em *https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/143* [11.10.2017].

Decreto-Lei 115/2012 de 25 de Maio (Lei Orgânica da Direcção-Geral do Património Cultural). Acessível em *https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/05/10200/0277202777.pdf* [11.10.2017]

Decreto-Lei 164/2014 de 4 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Acessível em *https://dre.pt/application/conteudo/58728911* [11.10.2017].

Decreto-Lei 270/99 de 15 de Julho (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Acessível em *https://dre.pt/application/conteudo/58728911* [11.10.2017].

Lei 107/2001 de 8 de setembro (Bases do Património Cultural Português). Acessível em *https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf* [11.10.2017].

Portal do Arqueólogo. Acessível em *http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/* [11.10.2017].

ALEXANDRINO, José A. M. (2011) – "O conceito de bem cultural" *in* GOMES, C. A.; RAMOS, J. L. B. (ed.) *Direito da Cultura e do Património Cultural*. Lisboa: AAFDL, pp. 223-244.

BUIKSTRA, Jane E. (2006) – "Preface" *in* BUIKSTRA, J. E.; BECK, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis if human remains*, pp. xvii-xx.

CANDÓN MORALES, Alicia (1999) – La colección antropológica dela Campo Arqueológico de Mértola (s. II-XVI). *Arqueologia Medieval*, 6, pp. 279-292.

CRUBÉZY, E.; DUDAY, H.; PASCAL, S.; TILLIER, A.-M. COURTAUD, P. (1990) – L'Anthropologie "de terrain": reconnaissance et interprétacion des gestes funéraires. *Bulletins et Mémoire de la Societé d'Anthropologie de Paris*, 2, pp. 29-49.

CRUZ, Cristina Barroso S. (2011) – *Viver a morte em Portugal: análise do potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia. Coimbra: Universidade de Coimbra.

CRUZ, Cristina; CORREIA, M.; NETO, Filipa; SEABRA, Ana (2015) – "By any other name": Procedures for establishing terminology in bioarchaeology. *II Bio Anthropological Meeting* (May 29-30). University of Coimbra.

CRUZ, Cristina B. S.; NETO, Filipa; SEABRA, Ana (2014) – "Piecing together terminology in bioarcheology: defining concepts" *in* BÖRNER, W.; UHLIRZ, S. (edit.) *Proceedings of the 19th International Conference on Cultural Heritage and New Technologies 2014* (CHNT 19, 2014). Vienna: Museen der Stadt Wien – Stadtarchäologie. Acessível em *https://www.chnt.at/wp-content/uploads/eBook_CHNT19_Cruz_etal.pdf* [11.10.2017]

DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO IPA (2002) – Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5:1, pp. 277-283.

DUARTE, Cidália (2003) – Biantropologia. *Trabalhos de Arqueologia*, 29, pp. 263-296.

DUDAY, Henri (2005a) – "L'archaéothanatologie ou l'archéologie de la mort" *in* DUTOUR, O.; HUBLIN, J.-J. VANDERMEERSCH, B. (ed.) *Objets et méthodes en Paleoanthropologie*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, pp. 153-215.

DUDAY, Henri; GUILLON, M. (2006) – Understanding the circumstances of decomposition when the body is skeletonized" *in* SCHMITT, A.; CUNHA, E.; PINHEIRO, J. (ed.) *Forensic Anthropology and Medicine: Complementary Sciences from Recovery to Cause of Death*. Totowa, Humana Press Inc, pp. 117-157.

GOLDSTEIN, Lynne (2006) – "Mortuary analysis and bioarchaeology"*in* BUIKSTRA, J. E. BECK, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis of human remaisn*. London: Elsevier, pp. 375-387.

GOMES, Ana Sofia; LEITE, Sílvia; NETO, Filipa; OLIVEIRA, Catarina; BRAGANÇA, Filipa (2012) – "Inventariação e gestão do património imóvel na Direção-Geral do Património Cultural" *in* MINGUCCI, R.; BARTOLOMEI, C.; BRAVO, L.; GARAGNANI, S. (edit) *DISEGNARECON – DoCo 2012* – Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano, Vol. 5, n.º 10 (Numero Speciale), pp. 3-8.

KNUDSON, K. J.; STOJANOWSKI, C. M. (2008) – New Directions in Bioarchaeology: Recent Contributions to the Study of Human Social Identities. *Journal of Archaeological Research*, 16, pp. 397-432.

LARSEN, Clark S. (1997) – *Bioarchaeology: interpreting behavior from the human skeleton*. Cambridge: Cambridge University Press.

LARSEN, Clark S. (2000) – *Skeletons in our closet: revealing our past through Bioarchaeolgy*. Princeton, Princeton University Press.

LARSEN, Clark S. (2002) – Bioarchaeology: the lives and lifestyles of past people. *Journal of Archaeological Research*, 10, pp. 119-166.

LARSEN, Clark S. (2006) – "The changing face of bioarchaeology: an interdisciplinary science" *in* BUIKSTRA, J. E.; BECK, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis oh human remains*. London: Elsevier, pp. 359-374.

MAYS, S. (2005) – *Guidance for best practice for treatment of human remains escavated from Christian burial grounds in England*. Swindon: English Heritage & Church of England.

NAWROCKI, S. P. (1998) – *Human remains policy for the University of Indianapolis Archeology & Forensic Laboratory*. Indianapolis: University of Indianapolis

NEVES, Maria João; FERREIRA, Maria T.; ALMEIDA, Miguel; PINHEIRO, João (2010) – A importância dos processos de decomposição cadavérica para a interpretação do registo osteoarqueológico. *Almadan*, 17, pp. 30-37.

SANTOS, A. L.; CUNHA, E.; DÂMASO, N. MARRAFA, C. (1991/1992) – Ficha antropológica a utilizar na escavação. *Antropologia Portuguesa*, 9, pp. 10-67.

SMITH, M.; MAYS, S. (2007) – Ancestors of us all. *Museums Journal*, Vol. 107 (1), pp.18-19.

WILLIAMS, H. (2003) – "Introdution: the Archaeology of death, memory and material culture" *in* Williams, H. (ed.) *Archaeologies of remembrance: death and memory in past societies*. New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers, pp. 1-24.

WRIGHT, L. E.; YODER, C. J. (2003) – Recent progress in Bioarchaeology: approaches to the osteological paradox. *Journal of Archaeological Research*, 11, pp. 43-70.

INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS ROMANOS NA QUINTA DE CRESTELOS (MEIRINHOS-MOGADOURO)

Luísa Batalha[1], Aaron Lackinger[2], Enrique Paniagua Vara[3], Sérgio Simões Pereira[4]

[1] Câmara Municipal de Mértola / Associação Cultural de Cascais / Centro de Investigação Cultural de Sesimbra / batalhaluisa5@gmail.com
[2] Universidade de Granada / alackinger@ugr.es
[3] Universidad Nacional de Loja / kikepani84@gmail.com
[4] Arqueólogo / sergiomspereira71@gmail.com

Resumo

O sítio da Quinta de Crestelos localiza-se na freguesia de Meirinhos (Mogadouro-Bragança) e foi alvo de um conjunto de intervenções arqueológicas sistemáticas, no âmbito da construção da barragem do Baixo Sabor.

Os trabalhos de escavação permitiram registar diversos contextos, estruturas e salvaguardar materiais deste sítio importantíssimo, que conheceu ocupação desde a Pré-história à Época Contemporânea. Importa salientar a intensa ocupação na II Idade do Ferro e o processo de romanização do sítio, onde parece ter funcionado uma quinta ou granja, cuja principal base económica seria a agricultura e a criação de gado.

De entre o espólio recolhido, destacamos um conjunto de materiais cirúrgicos de filiação romana, exumados em contextos invulgares, ainda não esclarecidos, onde somente a necessidade de assistência médica permanente justificaria a utilização dos mesmos. O estudo de alguns desses utensílios de precisão, selecionados em contextos seguros, poderá fornecer algumas pistas que nos aproximem aos cenários e contornos em que os mesmos ali foram utilizados.

Palavras-chave: Medicina, Cirurgia, Materiais cirúrgicos.

Abstract

On the scope of Baixo Sabor dam construction, systematic archaeological interventions took place in Quinta de Crestelos site located in Merinhos parish (Mogadouro-Bragança). Excavation works allowed us to register several contexts, structures and safeguard materials from this very important site which has been occupied since Pre-history to present days. To be emphasized the intensive occupation during the Second Iron Age and the site's Romanization, where a farm or a grange seems to have been settled and whose economic base would have been agriculture and cattle raising.

Amongst the archaeological findings, there is a set of Roman chirurgical instruments to be highlighted. These were exhumed in unusual and still not clear contexts, and their handling could only have justified with the need for permanent medical assistance. The study of some of these chirurgical precision tools, selected from clear contexts, may give us some clues that will shed some light on the scenarios and outlines the context under which they were used.

Keywords: Medicine, Surgery, Chirurgical materials.

1. INTRODUÇÃO

A Quinta de Crestelos[1] localiza-se, administrativamente, no limite da freguesia de Meirinhos e do concelho de Mogadouro (Bragança-Portugal). O sítio arqueológico desenvolveu-se numa plataforma sobranceira ao rio Sabor, limitada, a norte, por um esporão ou crista. A altimetria do local é irregular, variando entre os 210m, na crista, e os 180m, na área da plataforma. A área central encontra-se na margem esquerda do rio Sabor, numa zona em que o vale se apresenta mais aberto e onde as condições e recursos naturais são mais propícios à fixação humana.

O sítio da Quinta de Crestelos foi identificado em trabalhos de prospecção arqueológica, por Ricardo Teixeira e Miguel Rodrigues[2], em 1997, sendo classificado como habitat romanizado. As primeiras sondagens de diagnóstico foram iniciadas em agosto de 2011. Em face dos primeiros resultados, foram efectuadas novas sondagens, valas de diagnóstico, sondagens mecânicas e alargamentos em área[3], prolongando-se a intervenção até Janeiro de 2014, numa área intervencionada próxima dos 10.900m^2, onde colaborou uma vasta equipa[4].

As escavações sistemáticas revelaram um sítio excepcional, de longa diacronia de ocupação, um vasto conjunto arquitectónico e uma notável sobreposição de ambientes, estruturas e contextos. Os primeiros vestígios de ocupação do sítio remontam ao Calcolítico Pleno, percorrendo inúmeros períodos cronológicos, com especial enfoque para a II Idade do Ferro, Período Romano e Alta Idade Média.

A própria tipologia do sítio reflecte uma dinâmica invulgar, evoluindo e adaptando-se às diferentes realidades crono-culturais que se foram sucedendo. De povoado fortificado na II Idade do Ferro, a provável granja na Época Romana, passando por uma pequena aldeia ou lugar sazonal, na Alta Idade Média, acabaria por terminar o seu ciclo como quinta, talvez a partir da Baixa Idade Média ou do período Moderno até à sua submersão pela barragem do Sabor.

Das intervenções arqueológicas, ali desenvolvidas, foi recolhido um conjunto artefactual avultado, com destaque para os materiais cerâmicos e metálicos. De entre estes, realçamos neste estudo os instrumentos cirúrgicos, bastante interessantes, ainda que recolhidos em contextos dispersos. Parte dos instrumentos são de ligas de bronze, os restantes de ferro e, muito provavelmente, destinavam-se a tipos de intervenções diferenciadas.

> *A vida é breve, a arte é longa, a ocasião fugaz, o julgamento difícil*
> Hipócrates, *Aforismo 1*

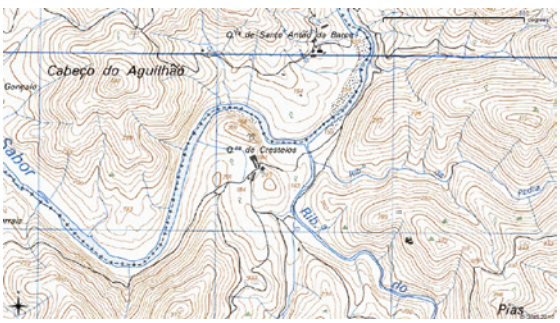


Figura 1 – Localização da Quinta de Crestelos na CMP, folha N.º 119 (Esc. 1:25000).

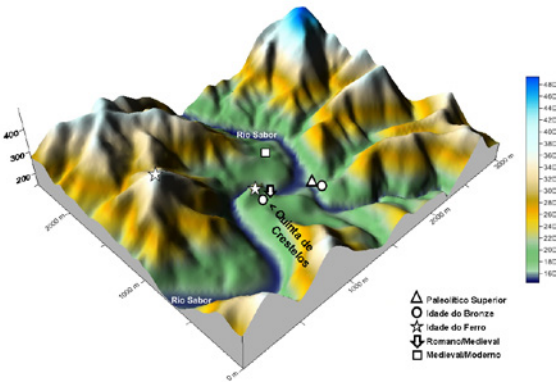


Figura 2 – Enquadramento cronológico da Quinta de Crestelos com outros sítios da envolvência.

[1] As coordenadas WGS84 (UTM – 29T) da Quinta de Crestelos são: X- 677032,55; Y- 4569256,68.

[2] RODRIGUES, Miguel Carlos; TEIXEIRA, Ricardo Jorge (1997) – Estudo de Impacto Ambiental do Empreendimento Hidroeléctrico do Baixo Sabor. Relatório Final (não publicado).

[3] As intervenções arqueológicas realizaram-se ao abrigo do Plano de Salvaguarda do Património do projecto Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor. O promotor da obra foi a EDP, Energias de Portugal S.A. executada pelo consórcio Baixo Sabor ACE – ODEBRECHT/Bento Pedroso Construções S.A. e LENA Engenharia e Construções SA.

[4] As intervenções arqueológicas foram dirigidas por vários arqueólogos, ao serviço de diferentes empresas de arqueologia: Alexandrina Amorim, Ana Roriz, António Ginja, Bruno Silva, César Neves, Cláudia Costa, Filipe Pinto, Gabriel Pereira, Israel Espí, Javier Larrazabal, João Nisa, José António Pereira, Marco Liberato, Rosa Mateos, Rui Couto, Susana Cosme e Teresa Barbosa.

2. MEDICINA NA ANTIGUIDADE – UMA BREVE ABORDAGEM

A História demonstra que o esforço para corrigir o mal-estar físico fruto da doença é invariavelmente o mesmo quer no passado quer nos nossos dias.

Alguns indicadores apontam que no Paleolítico Superior já se praticavam trepanações. Subsistem diversas teorias sobre estas intervenções; algumas apoiadas em paralelos etnográficos que deverão ser analisados objectivamente, tendo em conta a mudança de paradigma, bem como o relevante distanciamento temporal. Mas, são as evidências arqueológicas e outras de carácter antropológico que registam este fenómeno, estas últimas atribuindo-lhe motivações específicas de acordo com as crenças/superstição, ou intervenção em caso de doença. No entanto, observou-se que a técnica funcionou nalguns indivíduos, dado que se deu a regeneração dos bordos da brecha óssea (Vasconcelos, 1898).

De acordo com a sua evolução, nas questões que se relacionam com a preservação da saúde, o homem enfrentou os desafios tendo em conta as suas necessidades, utilizando os métodos disponíveis de acordo com a sua filiação cultural. Assim, toda a problemática relacionada com a saúde estava envolvida por rituais mágicos ou de cariz religioso. Asclépio (Esculápio para os romanos) tem aqui um papel crucial no panteão mitológico grego, a ele recorriam os enfermos junto dos templos que lhe eram dedicados e nos quais se praticava uma assistência com base em rituais subordinados a praticas sobrenaturais.

Quando falamos em história da medicina recuamos até à Grécia antiga onde se elaboraram as primeiras teorias, tendo estas continuidade através da prática em período romano. Mas foi na Índia, 500 anos a.C. que Sushruta descreveu mais de 120 instrumentos cirúrgicos e 300 procedimentos médicos, sendo considerado o mais importante cirurgião na História antiga. Contudo, a medicina ocidental como conceito, tal como o conhecemos hoje, teve origem na antiga Grécia com os pré-socráticos (Riera, 1985: 132). Dada a proliferação de charlatães, os candidatos eram submetidos a rigoroso exame, até que, na era das escolas, a medicina foi sistematizada por Hipócrates (séculos IV-V a.C.) numa abordagem holística, em que o paciente era observado como um todo. Embora não tenha sido o fundador da medicina, criou uma escola e a partir daqui foi-lhe atribuída investigação e prática médica, resultando num trabalho composto por textos vários, (contributo muito provável de seguidores hipocráticos) datados entre os séculos V e VI a.C., *corpus* esse que previveu até ao século XVIII *(Corpus Hipocraticum).*

Em Roma, os cuidados médicos da antiguidade eram de cariz familiar, realizados na intimidade do lar, uma medicina com base em conhecimentos empíricos e praticas religiosas. No século II surgem as primeiras leis para regulamentar a profissão de médico, mais concretamente em 142 d.C. Antonino Pio decretou a criação do médico municipal, *architecter*, o médico público romano. O homem para manter a sua saúde necessitava de estabelecer o equilíbrio entre os humores: sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra. Estes, por sua vez, correspondendo aos quatro elementos primordiais: ar, água, fogo e terra. Esta relação entre os humores e os elementos primordiais conhecia ainda uma outra relação com o quente, o frio, húmido e o seco.

Por sua vez, as práticas médicas obrigavam não raras vezes a intervenções cirúrgicas, sendo que, cirurgia significa literalmente "obra de mão", operação executada pela mão, sendo esta coadjuvada por instrumentos específicos.

Segundo a escola de Alexandria, a medicina dividia-se em três áreas distintas: uma dizia respeito à nutrição, outra aos medicamentos e por fim a que dizia respeito ao emprego da mão, isto é, da medicina; ciência que nos dá a conhecer as doenças, como curá-las, ou através de processos que visem a resistência às doenças ou como preveni-las.

Quanto à cirurgia quase podemos afirmar que é tão antiga como o mundo, dado que era de todo indispensável devolver ao paciente as funções que lhe permitiam retomar a normalidade física, um binómio causa/efeito na base da evolução da medicina.

Para exercer a actividade de cirurgião era fundamental o conhecimento dos órgãos e saber como manuseá-los, o que exigia da sua parte grande conhecimento da anatomia humana. Assim sendo, a ciência cirúrgica da antiguidade, do ponto de vista da prática operativa era muito limitada, na medida em que a dissecação de cadáveres não era permitida. Grande parte do conhecimento médico era resultado das observações efectuadas em animais, vivos ou mortos, daí que muitas ilações carecessem de rigor científico.

Em caso de necessidade, o médico poderia aventurar-se no campo da cirurgia, mas por norma, essa responsabilidade era delegada nos cirurgiões. Estes eram hábeis e destros quando confrontados com a necessidade de intervenção em actos cirúrgicos. Os instrumentos médicos podiam ser usados com "relativa segurança"; de acordo com as situações em que

tinham de intervir e eles próprios teriam um papel determinante no seu fabrico.

A prática cirúrgica exigia do cirurgião certas qualidades, nomeadamente as seguintes:

> *"O cirurgião deve ser jovem."*
> *"Deve ter a mão firme e segura, não tremente, do mesmo modo que deve ser destro, com uma ou com a outra."*
> *"Deve ter boa visão, penetrante e perspicaz e coração ousado."*
> *"A sua sensibilidade deve ser tal, que determinado a curar aqueles que se confiam nas suas mãos, não se deixará emocionar pelos seus queixumes, não perderá mais tempo do que aquele que exige as circunstâncias, ou não perderá menos tempo do que o necessário."*
> (Aurelios Cornelius Celsus, Roma, século I d. C.)

Estas qualidades eram indispensáveis ao exercício de um bom operador, pelo que se compreende que nem todos pudessem aspirar à prática de tal actividade. Mas, para se ser um bom cirurgião era necessário algo mais, dado que grande parte da população resistia aos avanços médicos, tendo em conta os comportamentos arcaicos que muitos praticavam com base no saber empírico.

A cirurgia permitia ao cirurgião ver e tocar as zonas que operava e os problemas que as atingiam e que permitiam ser debeladas de imediato. Era uma "cirurgia de emergência". Assim, generalizou-se a ideia da supremacia da cirurgia em relação à medicina. Sobre o cirurgião incidia grande responsabilidade. A intervenção teria que estar de acordo com o seu diagnóstico, caso contrário poderia colocar em risco a vida do paciente.

Desta problemática advém a ideia de que a medicina é uma arte. Mas, segundo Hipócrates, Platão e Aristóteles, não uma arte qualquer, pois não sendo uma ciência exacta, procura «…reforçar, corrigir e aperfeiçoar a estrutura admirável do corpo humano e suas variações» (Cardoso, 2017: 14).

3. O CONSULTÓRIO

A actividade médica era exercida em espaços abertos para a rua, embora inicialmente fosse praticada em templos dedicados a Asclépio (Grécia) como já foi referido. No entanto, a propagação desta actividade fez com que os médicos, então afectos às escolas médicas – Asclépions – começassem a exercer a sua profissão nas cidades.

Em Roma, segundo Cláudio Galeno (médico de origem grega, Pérgamo, século II d.C.), as cidades que possuíam médicos públicos, estavam obrigadas a colocar à sua disposição um consultório que deveria ser amplo e bem iluminado, munido dos meios materiais necessários à assistência médica, tais como bandas, bandagens, linho para aplicar nas feridas, compressas, esponjas, ventosas, cauterizantes diversos, facas, lancetas e bisturis para todas as situações, sondas variadas, hastes curvas e planas, instrumentos para extrair todo o tipo de projécteis e corpos estranhos escondidos nos tecidos, agulhas, raspadeiras de ossos, ganchos de várias dimensões, bem como várias pinças, talas, instrumentos para reduzir luxações, dilatadores diversos, puas, coroas de trepanação, aparelhos de fumigação e outros para injecções, bem como substâncias anestesiantes. Concretamente, todo o material necessário à prática médico-cirúrgica, bem como à produção de medicamentos (Pereira, 1990: 110)

Grande parte do conhecimento que possuímos sobre práticas médicas na antiguidade advém de obras da especialidade, tais como: *De artibus* de Celso (século I d.C.); sabemos que Galeno produziu cerca de 400 escritos, entre os quais ressaltam *As faculdades naturais, O método terapêutico e O uso (função) das partes do corpo* (Cardoso, 2017: 15). Toda a informação chegou até nós através de outros autores, pois a maior parte das suas pesquisas e produção científica originais desapareceram. Contudo, Hipócrates continua a ser a figura máxima na história da medicina e a sua obra uma referência obrigatória na modernidade, tal como o considerou o médico português do século XVI, Rodrigo de Castro (Cardoso, 2017: 14).

Em relação aos instrumentos cirúrgicos utilizados nas diferentes intervenções, sabemos da sua existência através de várias obras da especialidade, no entanto, devemos ainda considerar o enorme contributo das descobertas arqueológicas efectuadas um pouco por todo o território sob influência de ocupação romana. Ficou conhecido o consultório médico de Pompeia pelo significativo conjunto de instrumentos cirúrgicos aí encontrados. No território Português, várias intervenções arqueológicas ofereceram instrumentos cirúrgicos, sendo mais divulgados os que pertenceram a um estojo médico encontrado em Balsa – Tavira, por Virgílio Correia.

4. A ANESTESIA

A maioria das intervenções cirúrgicas era praticada com anestesias de fraca eficiência e sem anticéptico, apesar

das recomendações hipocráticas para que os materiais cirúrgicos fossem mergulhados em água a ferver.

Se por um lado admiramos as intervenções dos cirurgiões e muitos dos êxitos obtidos, por outro é de salientar a resistência à dor por parte dos pacientes. Administravam-se substâncias anestesiantes de origem vegetal tais como o ópio, o sumo de mandrágora, o sumo de meimendro (Sousa, 1981: 93), mas também: sumo de amoras amargas, sumo de eufórbia, sumo de hera, sementes de bardana, sementes e sumo de alface selvagem e sementes de cicuta (Rezende, 2009: 104).

Pretendia-se adormecer o paciente antes da intervenção, mas na realidade o sono não era muito profundo. Para acalmar o sofrimento usavam também a técnica da compressão da artéria carótida e da veia jugular, atenuando assim a sensibilidade.

5. A CIRURGIA E AS LEGIÕES

A cirurgia que era praticada tinha especial expressão junto das legiões romanas. Os cirurgiões distinguiram-se particularmente na arte de extracção de projécteis e armas de várias formas. Com efeito, estas, sobretudo as flechas, os dardos, as lanças ou outros objectos, dadas as suas características perfurantes, ao penetrarem um corpo, provocavam grande dano nos tecidos e órgãos, sendo a sua extracção dolorosa para o paciente, tendo o cirurgião de agir rápido e com precisão.

No período republicano não existiam serviços médicos junto das legiões em campanha, nem qualquer assistência médica organizada pelo facto de estas não serem permanentes. No entanto, os militares ricos faziam-se acompanhar por médicos escravos que eventualmente poderiam ser cedidos pelos seus donos a quem estes entendessem.

Esta situação altera-se com a chegada de Augusto ao poder, tendo sido ele o responsável pela criação dos corpos de tropas especiais e sedentárias. Tal como aconteceu em relação à guarda pretoriana, à guarda urbana e ao corpo de vigilantes para segurança pessoal e policiamento da cidade, assim também os militares se estabeleceram em campos permanentes.

Este tipo de assistência iria conhecer forte incremento, atingindo grandes proporções com médicos e auxiliares em todas as legiões, dando origem a uma cirurgia especializada em acidentes de guerra. Junto a estes acampamentos militares e também fruto da investigação arqueológica, foram descobertos edifícios hospitalares, tais como o de Baden, na Suiça, na estação arqueológica de *Vicus Aquensis*; Viena de Áustria e Dusseldorf, na Alemanha (Gomes, 2010: 18), o que demonstra o cuidado dispensado aos militares enfermos.

> *"A guerra é a única escola adequada para os cirurgiões".*
> Hipócrates.

6. OS INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS

A cirurgia antiga utilizava instrumentos cirúrgicos eficazes e bem elaborados. Aqueles que chegaram até nós foram fabricados e usados pelos médicos romanos com origem na tradição cirúrgica grega. Aperfeiçoados de forma extraordinária, os objectos cirúrgicos utilizados em época romana primam não só pela funcionalidade, mas também pela vertente estética. Mas, foi na Índia que se registaram os relatos sobre métodos e técnicas de fabrico mais evoluídos da antiguidade.

Como já foi referido, tem sido a Arqueologia a grande responsável pelo muito que hoje conhecemos sobre os instrumentos cirúrgicos, sendo por sua vez as cidades de Pompeia e Herculano a fornecerem grande parte do material cirúrgico que hoje admiramos.

A matéria-prima mais utilizado no seu fabrico foi especialmente o bronze, mas também o ferro, o aço decorado a fio de ouro ou prata e nalguns casos também chegaram até nós instrumentos feitos em osso e marfim, sendo estes mais raros. O bronze permitia que se mantivessem em uso durante mais tempo, devido ao grau de dureza e não oxidação como no caso do ferro.

Alguns instrumentos são peças de luxo, obras de arte damasquinadas a prata e ouro, mas também existiam mais simples, enquanto outros eram muito bem elaborados, no que se refere aos aspectos técnicos e estéticos.

Os instrumentos para cirurgia tinham a particularidade de serem muito idênticos quanto à forma e tamanho, bem como nos pormenores que os caracterizavam artisticamente. A maioria dos instrumentos reunia numa única peça uma dupla funcionalidade. Sendo muito variado era necessário transportá-lo; as extremidades destinavam-se a diferentes tipos de intervenção, como é o caso das espátulas, dos escalpelos e dos bisturis. Geralmente de pequena dimensão variavam entre os 130mm e os 180mm.

Algumas peças apresentam um orifício com argola na parte superior ou na zona mezial (é o caso de alguns exemplares de Quinta de Crestelos), o que permitia ao cirurgião levá-las num anel preso à cintura.

Alguns achados arqueológicos incluem ainda estojos em bronze e caixas cilíndricas que tinham em média 180mm de comprimento e 15mm de diâmetro.

7. TIPOS E FUNÇÕES

Foi um inglês, de seu nome Milne que teve a preocupação de ordenar e classificar os instrumentos cirúrgicos segundo os seus tipos e funções.

Assim, temos:

– Instrumentos para cortar ou lancetar – escalpelos, bisturis, facas e tesouras.
– Instrumentos de penetração e exploração – sondas, espátulas, colheres, agulhas cirúrgicas e ganchos.
– Instrumentos de extracção – pinças ventosas e cautérios.

Os instrumentos dentários e os de osteologia englobavam-se pela sua analogia, o mesmo acontecendo com aqueles que se destinavam ao tratamento ginecológico e de bexiga.

De referir ainda os materiais acessórios que complementavam a actividade cirúrgica:

– esponjas para lavar feridas e estancar hemorragias.
– faixas de tecido (linho) para pensos e ligaduras.
– fios de linho pouco torcidos para as suturas.
– agulhas e fio para fixar as ligaduras.

Do material médico-cirúrgico faziam ainda parte os crivos, almofarizes para esmagar substâncias medicamentosas e as placas de pedra. Também não podemos esquecer as caixas de unguentos e de medicamentos, normalmente em bronze, de pequenas dimensões (Pereira, 1990: 113).

8. OS INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS DA QUINTA DE CRESTELOS

A intervenção arqueológica na Quinta de Crestelos ofereceu abundante espólio metálico do qual faz parte um conjunto relevante de instrumentos cirúrgicos.

As peças, maioritariamente em bronze, coexistem com outras em ferro, estando estas praticamente completas, apesar de afectadas pela oxidação.

O conjunto de materiais aqui apresentado precede de uma pequena introdução explicativa, de acordo com a sua funcionalidade, tendo como base o trabalho de Maria Luísa Veiga Silva Pereira, sobre: "Os Instrumentos Cirúrgicos de Balsa" (Quinta da Torre de Aires).

Sondas – *specillum*

Inserem-se nos chamados instrumentos de penetração e exploração e estão associados a outros objectos cirúrgicos.

Trata-se de uma peça simples de bronze ou prata, com uma longa haste terminada numa protuberância



Figura 3 – Vista aérea da Quinta de Crestelos: áreas de intervenção e localização dos instrumentos cirúrgicos (Arte Fotográfica, Lda).

em forma de azeitona. Na outra extremidade tem uma espátula em forma de remo ou em forma de lâmina não cortante. Na sua origem teve como função aplicar pomadas, podendo ser utilizada como objecto de *toilette*.

As sondas variavam quanto à forma. Podiam terminar em estilete ou em azeitona, podendo ser ligeiramente arredondadas. Quando associada a uma espátula é-lhe atribuída a designação de *cyasthiscomele*, dada a sua parecença com uma colher. Pode estar ainda associada a um gancho ou uma agulha. A sonda era usada para explorar um órgão profundo a fim de aplicar um medicamento.

Com a extremidade olivar o cirurgião mexia e combinava os unguentos e com a espátula aplicava-os na zona a tratar, ou então sobre uma compressa. Os bordos também podiam ser cortantes e aí, a sonda funcionaria como bisturi para dissecação (Pereira, 1990: 116).

Peça n.º 1 – Exemplar com dupla funcionalidade. Uma das extremidades apresenta uma sonda.

Peças n.os 2, 3 e 4 – sondas espátulas.

Peça n.º 5 – sonda lanceolada

Peças n.os 7 e 8 – sondas auriculares

Colher sonda – *cyasthiscomele*

Trata-se de uma variante da anterior mas a lâmina oferece a forma de uma colher. Eram usadas como sondas para misturar, medir e aplicar medicamentos.

Peça n.º 11

Colheres – *ligulae*

É um instrumento vulgar com uma concavidade circular ligada a um cabo pontiagudo. Eram fabricadas em liga de bronze, mas também surgem em prata, algumas em osso, tal como as que foram encontradas no hospital militar romano de Baden. Algumas sofreram uma evolução e apresentam um bico ou goteira com que se vertiam os líquidos. Eram usadas para medir, aquecer medicamentos ou retirá-los dos unguentários.

A sua funcionalidade corresponde ao contexto em que são encontradas. Para além de instrumento cirúrgico, pode assim ser utilizado em contexto doméstico na elaboração de cosméticos (Pereira, 1990: 120).

Peça n.º 10

Ganchos – *erignes* ou *hamulus acutus*

"São instrumentos em forma de haste com secção circular, pontiagudos e terminados em gancho. Os cabos normalmente apresentam decoração muito elaborada.

Eram utilizados em cirurgia de modo a separar os lábios das feridas do abdómen, servindo também como estilete explorador num órgão mais profundo. Eram usados ainda para extrair corpos estranhos e para dissecação de varizes, hemorróidas, ablação de amígdalas, freio da língua e na fístula lacrimal (Pereira, 1990: 121).

Peça n.º 1 – Esta peça apresenta dupla funcionalidade, possuindo um gancho numa extremidade.

Sondas bifurcadas

Estas sondas eram usadas para extracção de pólipos nasais, intervenções na parte posterior da garganta e ainda para retirar projécteis enterrados nos tecidos.

Trata-se de um instrumento com uma extremidade arredondada e na outra um entalhe em forma de sete. Alguns exemplares possuíam extremidades semelhantes a garfos ou forquilhas.

Peça n.º 6.

Vectis – Alavanca para ossos?

Utilizada em intervenções osteológicas. Embora esta peça não configure a mesma tipologia de outros exemplares, consideramos essa possibilidade dada a robustez do cabo e inclinação da lâmina, embora esta se encontre fracturada.

Peça n.º 9.

Agulhas – *Acus*

As agulhas são instrumentos cirúrgicos de penetração. Na antiguidade tal como hoje, estas peças eram utilizadas no processo de suturação e também na intervenção de afecções oculares. Possivelmente existiriam de vários tamanhos, contudo, poucos exemplares chegaram até à actualidade, pois segundo Milne, estes seriam fabricados em aço.

Existem dois modelos de agulhas: de secção triangular quando utilizadas na sutura de tecidos e de secção circular para coser as ligaduras. No caso dos exemplares em análise, todas as agulhas fazem parte deste grupo. Assim, coloca-se a hipótese de utilidade como instrumento cirúrgico, mas do mesmo modo consideramos a sua utilização em contexto doméstico.

Peças n.os 13, 14, 15, 16, 17 e 18.

Pinças – *vulsella* ou *fórceps*

De todos os instrumentos cirúrgicos, as pinças são certamente os que surgem em maior número dadas as suas variadíssimas funções, tratando-se de uma peça com aplicação do ponto de vista cirúrgico, estético, bem como doméstico.

"Em Pompeia e Herculano, as pinças foram encontradas em cozinhas, oficinas, quartos de habitação e ao lado de lucernas para puxar as mechas.

Na cirurgia, usavam-se na depilação pré-operató-

ria, extracção de corpos estranhos, pedras de chumbo, falhas de osso, pólipos nasais e do útero, operação de tumores, levantar pedaços de tegumento mucoso ou cutâneo, etc. Foram também muito usadas em oftalmologia, na terapia das afecções oculares e intervenções cirúrgicas, depilação das pestanas da pálpebra, tratamentos de conjuntivite granulosa, quistos das pálpebras, chalázios, no "oegilops" da catarata, etc.

As pinças comuns possuíam os ramos direitos, inclinados para fora e pontas encurvadas. Por vezes surgem algumas chamadas "dente de rato" ainda em uso na medicina actual. Outras havia, cujas pontas eram em ângulo recto. O seu comprimento variava entre os 80mm e os 140m" (Pereira, 1990: 122-123).

Peças n.os 19 e 20.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos a história da medicina, deparamo-nos com uma perfusão considerável de materiais cirúrgicos de cronologia romana encontrados em todo o Império. Apesar dos pormenores estéticos, boa parte deles não diferem muito dos actuais quanto à funcionalidade.

Em relação ao conjunto de exemplares cirúrgicos aqui apresentados e que resultaram da intervenção arqueológica do sítio de Crestelos, ignoramos a via pela qual eles chegaram a este território. Alguns apresentam características funcionais que nos levam a considerar a hipótese de ali ter sido praticado algum tipo de assistência ou práticas médicas. Que actividades podiam justificar a intervenção médica numa região tão distante dos grandes centros densamente povoados? Estaria relacionada com a actividade da mineração? O espólio metálico é abundante e inclui um lingote de ferro e picaretas para extracção de minério. Que agentes administrativos teriam ao seu serviço um médico que garantisse assistência médica naquele território?

A única certeza prende-se com a existência destes instrumentos, que nalguns casos, para além da utilidade do ponto de vista médico, podiam ainda ser utilizados na preparação de cosméticos. Na verdade não possuímos outros elementos que consideramos necessários à prática cirúrgica, como por exemplo os cabos de bisturi (as lâminas, normalmente em aço, raramente chegam até nós), ou as agulhas de secção triangular. Contudo, a sua ausência não significa que não tenham sido utilizados, dado que nem todos os instrumentos se perdiam. No entanto, existem exemplares que indiscutivelmente faziam parte dos apetrechos cirúrgicos. É o caso dos instrumentos com dispositivo preênsil, nos casos argolas, que os médicos transportavam em conjunto. Do mesmo modo, também as sondas e o estilete confirmam a sua utilização em intervenções médicas.

De realçar ainda o facto de este ter sido o local de maior incidência de achados arqueológicos no âmbito da construção da Barragem do Baixo Sabor. A zona de afectação foi efectivamente a mais extensa, aquela que nos deu mais informação, mas também a que se apresentou com maior potencial interpretativo de um espaço cuja importância ficou demonstrada quer pela localização geográfica quer pelas evidências arqueológicas fundamentadas na ocupação permanente do sítio, desde a pré-história até à actualidade.

10. CATÁLOGO

1 – Gancho – sonda. M-119
Bronze.
Comp. 114mm.
Instrumento cirúrgico com dupla funcionalidade. Numa extremidade o cabo com decoração espiralada termina numa sonda; na outra extremidade um gancho. A zona mesial da peça, de secção quadrangular, apresenta-se perfurada, possuindo uma pequena argola com um gancho de suspensão, possivelmente fazendo parte de um conjunto de instrumentos médicos.
Peça recolhida na zona 7, num nível de circulação medieval u.e. [7032], onde se recolheram também fragmentos de cerâmica comum, *dolium, terra sigillata*, peso de tear e ossos de fauna (Cosme, 2015).

2 – *Spathomele* – sonda espatulada. M-1792
Ferro.
Comp. 108mm.
Cabo oxidado com extremidade em espátula.
Peça exumada na vala de sondagem 48, na u.e. [48132], um derrube de estruturas enquadráveis no Alto Império. Neste contexto observaram-se ainda *tegulae*, cerâmica comum, afiador de xisto, placa de bronze, pregos e escórias.

3 – *Spathomele* – sonda espatulada. M-335
Bronze.
Comp. 116mm.
Cabo de secção circular com extremidade em espátula.
Peça exumada num depósito recente ou contemporâneo, registado na área Z4 – u.e. [4007]. O depósito continha materiais mais antigos e recentes – cerâmica comum, faiança e vidro (Cosme, 2015).

4 – *Spathomele* – sonda espatulada. M-1834
Ferro.
Comp. 71mm.
Cabo oxidado de secção quadrangular com extremidade em espátula circular.
Recolhida na área 40, num depósito homogéneo [u.e. 40075] enquadrável na Fase III – Idade do Ferro (Mateos, Larrazabal & Pereira, 2015).

5 – *Spathomele* – sonda espatulada lanceolada. M-1374
Bronze.
Comp. 116mm.
Instrumento cirúrgico com cabo de secção circular, profusamente decorado com anéis intercalados até à zona mesial. Esta apresenta um orifício onde teria existido uma argola para fixar possivelmente a um outro conjunto de peças cirúrgicas. No topo da haste possui um botão com pequenas nervuras. Na zona distal a sonda espatulada apresenta uma espessura muito fina, podendo ter sido utilizada como utensílio de corte.
Encontrada na área Z7, na u.e. [7294], um depósito provavelmente resultante da limpeza de dois fornos de cerâmica, do Alto Império. Neste contexto recolheram-se fragmentos de cerâmica comum, *terra sigillata*, paredes finas, 2 cossoiros, um com marca estampilhada, *tegulae*, pregos e uma fíbula (Cosme, 2015).

6 – *Specillum* – sonda bifurcada. M-728
Ferro.
Comp. 89mm.
Instrumento com dupla funcionalidade.
Cabo oxidado de secção quadrangular com uma extremidade circular, espatulada. A extremidade oposta apresenta-se bifurcada.
Descoberta em contexto de derrube de estruturas alto medievais, na zona 3 – u.e. [3011]. Na mesma unidade foram recolhidos fragmentos de cerâmica comum, *terra sigillata*, fundo de pote, bordo de *dolium*, bordo com decoração estampilhada, elementos de mó e líticos (Cosme, 2015).

7 – *Specillum vulneratum* – sonda de ouvidos. M-001
Bronze.
Comp. 35mm.
Instrumento de pequena dimensão com sonda na extremidade e cabo de secção circular.
Achada na área 1659, sondagem II, u.e. [202], inserida num depósito de vertente que cobria realidades pré-romanas. Encontra-se em conexão com fragmentos de cerâmica comum, de caixinha ibérica, artefacto lítico, escórias e restos de fauna (Couto *et al*, 2013).

8 – *Auricularium* – *Specillum* – sonda de ouvidos. M-796
Bronze.
Comp. 47mm.
Instrumento com cabo de secção circular, incompleto, constituído por dois fragmentos. Apresenta uma pequena sonda para exploração auricular.
Recolhida num depósito na zona 7, associado à limpeza de fornos cerâmicos – u.e. [7094]. Os restantes materiais recuperados – cerâmica comum, *terra sigillata*, paredes finas, 2 cossoiros, *tegulae*, prego, fíbula, apontam para um contexto Alto Imperial (Cosme, 2015).

9 – *Vectis* – alavanca para ossos ou espátula. M-010
Ferro.
Comp. 113mm.
Cabo robusto de secção quadrangular com depressão junto à zona distal. A espátula encontra-se danificada, mas o seu posicionamento em relação ao cabo funcionaria como alavanca.
Foi recolhida nas sondagens da área 1659/Área 38 (Couto *et al*, 2013).

10 – *Ligulae* – M-1196
Bronze.
Comp. 124mm.
Instrumento cirúrgico com cabo espiralado, terminando numa colher côncava. Na outra extremidade apresenta orifício com argola. Encontra-se ligeiramente deformada.
Identificada na área 40, na u.e. [40027], num contexto de depósito onde se recolheram fragmentos de bordos de perfil em S, bordos facetados e cerâmica fina pintada, enquadráveis nos sécs. III-I a. C. (Mateos, Larrazabal & Pereira, 2015).

11 – *Cyasthicomele* – M-1250
Bronze.
Comp. 78mm.
Instrumento cirúrgico, dobrado, com cabo de secção circular e caneluras ao longo do mesmo. A colher apresenta-se alongada, e ligeiramente côncava.
Exumada na área 18, num depósito – u.e. [18007], onde se observaram, ainda, cerâmicas comuns, barro cozido, líticos, metal, vidro, fauna e escória, enquadráveis no séc. II d. C. (Mateos, Larrazabal & Pereira, 2015).

12 – *Stylus* – estilete. M-045
Bronze.
Comp. 23mm.
Instrumento cirúrgico com ausência de cabo. Muito idêntico a um estilete caligráfico, com pequena lâmina pontiaguda e côncava. Era utilizado em odontologia e sondagem de feridas.
Recolhido em contexto de derrube de estruturas murárias, na zona 2, u.e. [2093]. Apesar de se recolherem também fragmentos de cerâmica comum e *terra sigillata*, a cronologia apontada é o período Medieval (Cosme, 2015).

13 – *Acus* – agulha. M-005
Ferro.
Comp. 73mm.
Instrumento em mau estado de conservação (muito oxidado).
Descoberta na Sondagem I, da área 1659, na u.e. [106], em conjunto com algumas escórias, fragmentos cerâmicos, provavelmente, do final da II Idade do Ferro e início da Romanização (séc. I a. C.-I d. C).

14 – *Acus* – agulha. M-1386
Ferro.
Comp. 145mm.
Instrumento de secção circular, bem conservado, fragmentado ao nível do orifício.
Exumada na zona 7, na u.e. [7094], em contexto idêntico ao da peça n.º 8 – Alto Império (Cosme, 2015).

15 – *Acus* – agulha. M-1653
Bronze
Comp. 84mm
Instrumento de secção circular, apresenta ligeira curvatura.
Recolhida na vala de sondagem 48 – u.e. [48244], num depósito de escorrência, onde foi também identificado um asse de Cláudio I – 41-54 d. C. (Pereira & Pinto, 2015).

16 – *Acus* – agulha. M-1648
Bronze.
Comp. 61mm.
Instrumento de secção circular, incompleto.
Descoberta na vala de sondagem 48, no depósito u.e. [48240]. No mesmo contexto observaram-se também alguns fragmentos escória, peso de rede lítico, marca de jogo, cerâmica comum romana, fragmento de caixinha "celtibérica", fragmento de cadinho e um *imbrex*, enquadráveis no Alto Império (Pereira & Pinto, 2015).

17 – *Acus* – agulha. M-1652
Bronze.
Comp. 87mm.
Instrumento de secção circular, incompleto e deformado.
Encontrada na vala de sondagem 48, num depósito interpretado como nível de circulação – u.e. [48245]. De entre os materiais recolhidos destacam-se também alguns fragmentos de cerâmica comum, que indiciam um contexto do Alto Império (Pereira & Pinto, 2015).

18 – *Acus* – agulha. M-002
Bronze.
Comp. 42mm.
Instrumento de pequena dimensão com secção circular, incompleto e deformado.
Foi recolhida nas sondagens da área 1659 (Couto *et al.*, 2013).

19 – *Vulsella* – pinça. M-1240
Bronze.
Comp. 75mm.
Instrumento cirúrgico constituído por duas hastes unidas numa extremidade. Na extremidade oposta as hastes encontram-se dobradas para o interior.
Exumada na área 18, num depósito terras – u.e. [18007], onde foram também recolhidos fragmentos de cerâmica comum, líticos, vidro, objectos de metal, escória e fauna, sendo o contexto remetido para o séc. II d. C. (Mateos, Larrazabal & Pereira, 2015).

20 – *Vulsella* – pinça. M-251
Bronze.
Comp. 64mm.
Instrumento cirúrgico constituído por duas hastes unidas numa extremidade. Na extremidade oposta encontram-se dobradas para o interior.
Recolhida na área 18, no mesmo contexto e depósito da peça n.º 19.

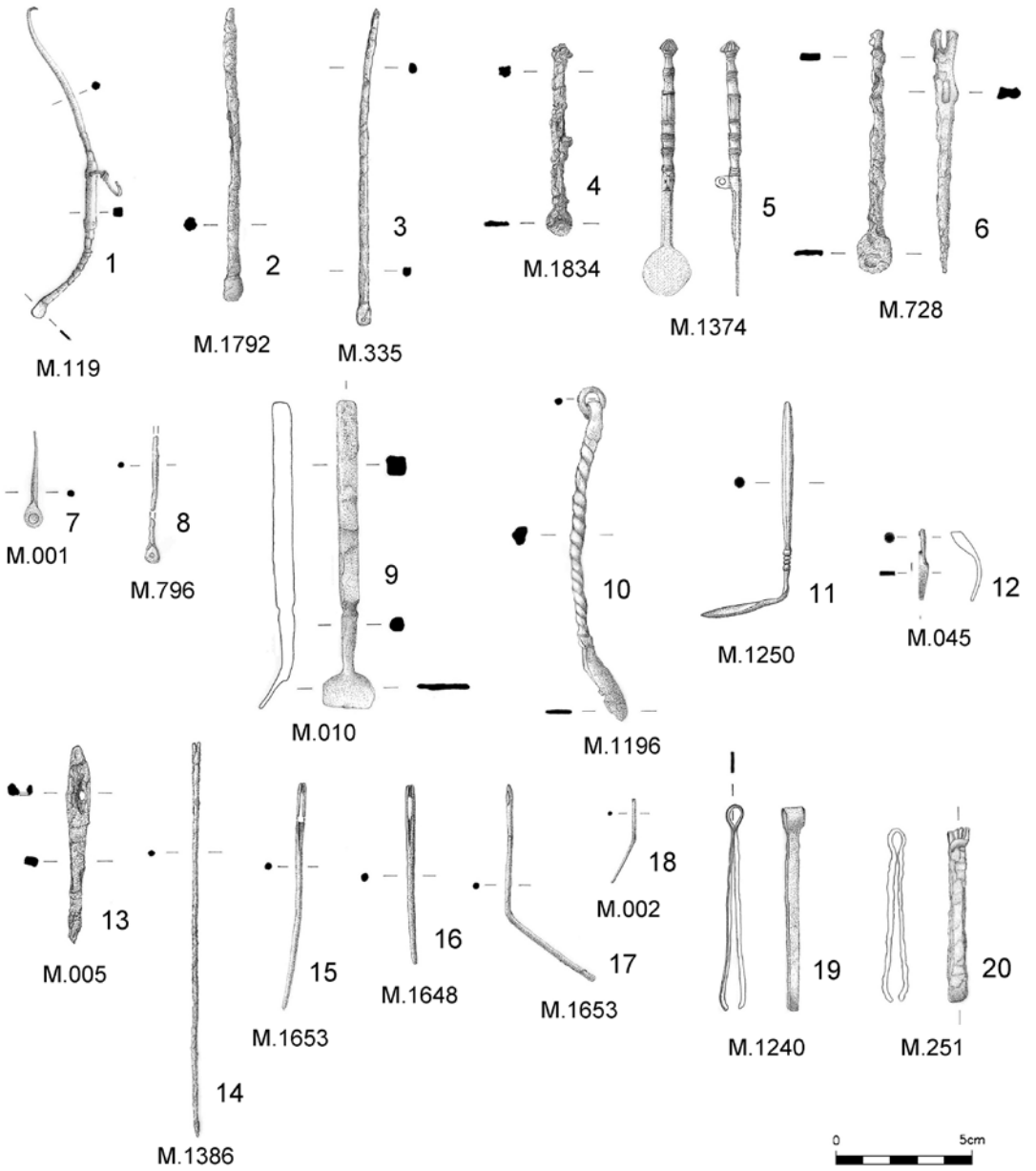


Figura 4 – Objectos cirúrgicos da Quinta de Crestelos.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge; ÉTIENNE, R. (1979) – Les objects de parure et de toilette. Les instruments de chirurgrie. *Fouilles de Conimbriga*, VII. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 144-150.

BARROSO, Maria do Sameiro (2014-2015) – Medicine, surgery, pharmacy, toilet and other health care tools from the Roman city of Balsa (Tavira, Portugal) from the 1st to the 3rd century AD. *O Arqueólogo Português*, 4/5 – Série V. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Imprensa Nacional, pp. 341-373.

BLANCO CORONADO, F. R.; PERAL PACHECO, D. (2004) – Las pinzas quirurgicas del instrumental médico de Augusta Emérita. *Revista de Estudios Extremeños*, 1. Badajoz: Diputacion Provincial, pp. 4-77.

BLIQUEZ, J. Lawrence (2003) – Roman surgical spoon-probes and their ancient names. *Journal of Roman Archaeology*, 16, pp. 322-330.

BOROBIA MALENDO, E. L. (1988) – *Instrumental medico quirurgico en la Hispania romana*. Madrid: Impressos Nunancia.

CANNATARO, Alessandra (2016) – La memoria del *Grand Tour*. Un set di strumenti chirurgici 'pompeiani' in collezione privata a Padova. *West & East*, 1. Trieste: Edizioni Università di Trieste, pp. 96-112.

CARDOSO, Adelino (2017) – Hipócrates, o 'Pai da Medicina'. *Visão História, 40, pp. 10-15.*

CHEVALIER, Raymond (1993) – *Sciences et Techniques a Rome*. Coleccion Que sais-je? Presse Universitaires de France, pp. 26-38.

COSME, Susana (2015) – *EP 189 (Quinta de Crestelos): 2.ª e 3.ª Fases – Escavação Arqueológica – Relatório Final* (policopiado).

COUTO, Rui; PINHEIRO, Helena; IGLESIAS, Alicia Ameijenda ; NETO, Nuno (2013) – *EP 1659 (Plataforma da Quinta de Crestelos) – Escavação Arqueológica – Relatório Final* (policopiado).

DENEFFE (1896) – *Les oculistes gallo-romains au III siècle*. Anvers.

FERREIRA, Octávio da Veiga (1969) – Acerca dos conhecimentos de Medicina e de Cirurgia na Antiguidade. *O Arqueólogo Português*, 3 – Série III. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 119-130.

FONDATION HARDT (1961) – Instruments de Chirurgie Greco-Romain. *Cataloque de vente*. Genève : Nicolas Rauch, pp. 5-32.

FRANÇA, Elsa Ávila (1971) – Objectos de *toilette* de Conímbriga. *Conímbriga*, X. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 1-23.

GHIRETTI, Giulia (2010) – Un ambulatorio medico antico : due libri recenti sul «Chirurgo di Rimini». *Papyrotheke*, 1, pp. 81-96.

GOMES, Joana Farinha (2010) – *Os materiais médico-cirúrgicos de época romana do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol. II. (não publicado).

IBAÑEZ, Máximo Turiel (1995) – Un instrumento quirurgico "specilla" de epoca romana procedente de la Masade de Vallejo (Calamocha). Sep.: *Xiloca 2*. Madrid: Centro de Estudos del Jilca.

JACKON, Ralph (1990) – Roman doctors and their instruments: recent research into ancient practice. *Journal of Roman Archeology,* 3, pp. 6-22.

KÜNZL, Ernest (1982) – Medizinischer Instrumente aus Sepulkralfunden der römischem Kaiserzeit. *Ban*, 182, pp. 1-131.

MATEOS, Rosa Salvador; LARRAZABAL, Javier; PEREIRA, José António (2015) – *EP 189 (Quinta de Crestelos): 6.ª Fase – Escavação Arqueológica – Relatório Final* (policopiado).

MCLAREM, Angus (1997) – *História da Contracepção da Antiguidade à Actualidade*. Terramar.

MICHEL, P. H.; Beaujeu, J.; BLOCH, R.; ITARD, J. (1959) – *A Ciência Antiga e Medieval*, vol. II, S. Paulo, pp. 181-194.

MILNE, J. Stewart (1907) – *Surgical Instruments in Greek and Roman Times*. Oxford.

PEREIRA, Gabriel Rocha; PINTO, Filipe (2015) – *EP 189 (Quinta de Crestelos) – Alargamentos 10W, 34E e Vala 48 – Escavação Arqueológica – Relatório Final* (policopiado).

PEREIRA, Maria Luísa Veiga da Silva (1990) – Instrumentos Cirúrgicos de Balsa (Quinta da Torre d'Ares). *Conímbriga*, XXIX. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 101-127.

PONTE, Salete (1979) – Artefactos romanos e post-romanos de São Cucufate. *Conímbriga*, XXVI. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 133-165.

REZENDE, J. M. (2009) – *À Sombra do Plátano: crônicas da história da Medicina* [online]. São Paulo: Editora Unifesp, pp.103-109.

RIERA, Juan (1985) – *Historia, Medicina y Sociedad*. Madrid: Ediciones Pirâmide.

RODRIGUES, Miguel Carlos; TEIXEIRA, Ricardo Jorge (1997) – *Estudo de Impacto Ambiental do Empreendimento Hidroeléctrico do Baixo Sabor. Relatório Final* (não publicado).

SILVESTRINI, Decio (1938) – Illustrazione di un piccolo bronzo romano della necropoli di Losono. *Band,* 40, pp. 124-128.

SOUSA, E. M.; SEPÚLVEDA, E. (1997) – Materiais Inéditos da Herdade da Barrosinha (Alcácer do Sal) – a colecção dos Comendadores Nunes Correia. *Conímbriga*, XXXVI. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, pp. 103-122.

VASCONCELOS, José Leite de (1897) – *Religiões da Lusitânia*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

VASCONCELOS, José Leite de (1913) – *Religiões da Lusitânia,* vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

APRESENTAÇÃO – COLÓQUIO DE HOMENAGEM AO ARQUEÓLOGO FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

João Marques[1], Teresa Marques[2], Carlos Boavida[3]

[1] Presidente da Secção de História da AAP
[2] Vice-Presidente da Secção de História da AAP
[3] Secretário – Secção de História da AAP
historia@arqueologos.pt

No dia 11 de Outubro de 2016 decorreu no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, um Colóquio de homenagem ao arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916) subordinada ao tema *Carta arqueológica do distrito de Castelo Branco – contributos para uma revisão cem anos depois,* organizado pela Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que contou com a colaboração da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, e o apoio da Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior.

O principal objetivo deste Colóquio foi abordar a vida e obra de um dos pioneiros da arqueologia portuguesa evocando a sua obra de 1910: *Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco*.

As várias comunicações apresentadas procuraram evidenciar, passados cem anos, o avanço no conhecimento arqueológico da região, actualizando-o através de vários trabalhos de investigação, nomeadamente referentes à carta arqueológica da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, e às dos concelhos de Belmonte, Fundão, Covilhã, Penamacor, Idanha-a-Nova e Castelo Branco.

Durante o colóquio teve também lugar uma mesa-redonda sob o tema Acervos arqueológicos: depósitos vivos ou "armazéns" mortos?, no âmbito da qual foram debatidos alguns dos problemas que se têm verificado com o aumento dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos ao longo das últimas duas décadas, maioritariamente devido à chamada arqueologia preventiva e de acompanhamento de projectos e obras. Esta realidade levou à recolha de uma profusão de espólios, que em muitos casos são depositados sem serem objecto de estudo científico, pelo que não existe qualquer contributo para o conhecimento das comunidades humanas que lhe deram origem, nem há qualquer divulgação do mesmo. Procurou-se, assim, reflectir sobre o destino dos bens patrimoniais móveis resultantes das intervenções arqueológicas e dos respectivos registos, questão central necessária ao controlo de qualidade da actividade arqueológica.

No encerramento dos trabalhos foi apresentada pela Sociedade de Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior a edição fac-similada da *Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco de Francisco Tavares Proença Júnior* de 1910.

NOTA BIOGRÁFICA

Francisco Tavares Proença Júnior nasceu em Lisboa a 1 de Junho de 1883, e após ter passado pelo colégio Arreton Vicarage, na ilha de Wight, Inglaterra, ingressou em 1902 na Faculdade de Direito em Coimbra, altura em que surgem as primeiras referências ao seu gosto pela Arqueologia, tendo começado a frequentar o *Instituto de Coimbra,* academia científica, literária e artística.

Em 1903 descobriu a Anta da Urgeira (Perais, em

Vila Velha de Ródão) e fez os primeiros registos topográficos da área Senhora de Mércoles / Santa Ana / São Martinho (Castelo Branco). Em 1905 foi convidado a participar no *Congrès Préhistorique de France*, no qual apresentou duas comunicações, numa das quais deu a conhecer as estelas descobertas no Monte de São Martinho.

Em 1908 propôs à Câmara Municipal de Castelo Branco a criação de um museu, tendo aquela autarquia cedido para o efeito a capela do Convento de Santo António. A 17 de Abril de 1910 foi inaugurado o museu por si financiado e que integrava a sua colecção de Arqueologia. Em Agosto desse ano lançou o n.º 1 da revista *Materiaes para o estudo das antiguidades portuguezas*, da qual, até ao final do ano saíram mais dois volumes.

Tendo aderido à Causa Monárquica, após a implantação da República, acabou por se exilar, não tendo voltado mais a Portugal, tendo falecido a 24 de Setembro de 1916 em La Rosiaz, na Suiça. No mês seguinte a Câmara Municipal de Castelo Branco aprovou por unanimidade a alteração do nome do museu para Museu Municipal Tavares Proença Júnior.

PROGRAMA

10.00 – Abertura
José Morais Arnaud – Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses; João Marques – Secção de História / Associação dos Arqueólogos Portugueses
Ana Cristina Martins – Secção de Arqueologia / Sociedade de Geografia de Lisboa; Fernando Raposo – Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Castelo Branco; Filomena Niza – Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior

10.30 – Francisco Tavares Proença Júnior, Arqueólogo, Archéologue
Documentário de Olga Ramos apresentado por Carlos Fabião – Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa e Ana Ferreira – Museu Municipal Santos Rocha/CM da Figueira da Foz

11.10 – Intervalo

11.30 – Carta Arqueológica da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa 100 anos depois de Francisco Tavares Proença Júnior
Francisco Henriques, João Caninas, Mário Chambino – Associação de Estudos do Alto Tejo

11.50 – Carta arqueológica do Concelho de Belmonte após Francisco Tavares Proença Júnior
Elizabete Robalo – CM de Belmonte

12.10 – Contributos para a carta arqueológica do concelho do Fundão
Joana Bizarro – Museu Arqueológico Municipal do Fundão

12.30 – Tavares Proença Júnior e a Covilhã – Um trabalho por acabar
Carlos Madaleno – Coordenador dos Museus Municipais da Covilhã

12.50 – Debate

13.00 – Almoço

14.40 – Arqueologia do concelho de Penamacor. Do inventário de 1910 ao inventário de 2016
Sara Ferro – Investigadora

15.00 – Carta arqueológica da região egitaniense. De Francisco Tavares Proença Júnior à atualidade
Joaquim Batista – IPCB/Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova [1]

15.20 – Prospectando em redor de Idanha-a-Velha (1991) e novos percursos de investigação, 25 anos depois
José da Silva Ruivo – Museu Monográfico de Conímbriga; Luís da Silva Fernandes – Investigador; Pedro C. Carvalho – Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra; Sofia Lacerda – Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra

15.40 – Francisco Tavares de Proença Júnior o primeiro horizonte: Do triângulo das origens, Mércules, Santa Ana e São Martinho, à emergência da arqueologia periurbana albicastrense
Pedro Salvado – Museu Arqueológico Municipal do Fundão

16.00 – A exposição de arqueologia do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior em 2004
Ana Ferreira – Museu Municipal Santos Rocha / CM da Figueira da Foz

[1] Não apresentou a comunicação.

16.20 – Debate

16.30 – Intervalo

16.50 – Mesa-redonda
Acervos arqueológicos: depósitos vivos ou "armazéns" mortos?
João Carlos Senna-Martínez – Secção de Arqueologia/ Sociedade de Geografia de Lisboa (moderação)
Luís Raposo – MN Arqueologia; Presidente ICOM Europa; Jacinta Bugalhão – DGPC; UNIARQ – FL/UL; CEAACP; Pedro Salvado – Director do Museu Arqueológico Municipal do Fundão; António Marques – Centro de Arqueologia de Lisboa/CM Lisboa

17.50 – Encerramento
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida – Secção de História/Ass. Arqueólogos Portugueses
Ana Cristina Martins, João Senna-Martínez, Ana Ávila – Secção de Arqueologia/Soc. Geografia de Lisboa

Apresentação da edição fac-similada de 1910 da *Carta Arqueológica do Distrito de Castelo Branco* de Francisco Tavares Proença Júnior
Adelaide Salvado – Presidente do conselho director da Sociedade de Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior
Porto de Honra acompanhado de sabores da Beira

ARQUEOLOGIA: COLEÇÕES DE FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

Ana Margarida Ferreira

Conservadora de museus / Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz / ana.ferreira@cm-figfoz.pt

MEMÓRIA DE UMA EXPOSIÇÃO

Coordenação e programa museológico de **Ana Margarida Ferreira**, projeto de arquitetura e equipamento de **Back Gordon Arquitetos**, iluminação de **Astratec-eletricidade e Iluminação técnica** e design gráfico de **Vera Velez**. Filme documentário de **Olga Ramos** intitulado, *Francisco Tavares Proença Júnior, arqueólogo, archeólogue*. Livro-catálogo com introdução explicativa de conceitos e opções expositivas, 14 estudos, 320 tabelas, fotobiografia e catálogo dos documentos manuscritos de Francisco Tavares Proença Júnior (FTPJ). Última fase do programa de requalificação do Museu de FTPJ, promovido pelo Instituto Português de Museus, com financiamento do III Quadro Comunitário de Apoio, através do Programa Operacional da Cultura.

Quando, em 1999, assumi o cargo de diretora do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior (MFTPJ), havia uma grande expetativa de que se voltasse a expor a coleção de arqueologia que tantas memórias deixara na comunidade albicastrense e se encontrava guardada em reserva desde 1993. De facto, o Museu tinha reaberto no ano anterior (1998), com um programa dedicado aos tecidos bordados e focado nas colchas de Castelo Branco. Ora, a arqueologia, para além de ser a disciplina fundadora do Museu (1910), tinha também conhecido um período áureo entre 1980 e 1993, sob consulado do muito carismático diretor Dr. António Salvado. Assim, o contexto era de grande pressão para se mostrar de novo a coleção. Porém, ao analisar o acervo e a história do Museu formei a convicção de que seria conveniente continuar a trabalhar nas três áreas disciplinares que se evidenciavam como linhas vocacionais da instituição: os têxteis, a arqueologia e a arte contemporânea. Enquanto se procedia à rotação dos têxteis (fevereiro de 2001) e se desenrolava o ciclo de exposições da arte portuguesa do século XX a partir das coleções do Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea (2002-2004), ganhava-se tempo para estudar os principais núcleos da coleção arqueológica, envolvendo a equipa residente e mais de uma dezena de investigadores externos. A presença dos têxteis no piso superior do edifício e da arte contemporânea no piso térreo limitavam o espaço disponível. Para obviar esta dificuldade, decidiu-se intervir na área remanescente do piso térreo, no lado nascente do edifício, preparando o espaço para receber exposições temporárias de longa duração, mudando as coleções e o discurso, de acordo com períodos cronológicos, problemáticas científicas ou núcleos de incorporação. Dentro desta lógica, a primeira exposição, intitulada "Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior" foi, naturalmente, dedicada às coleções iniciais e à figura do fundador (Figura 1). Tomando as três salas disponíveis, iniciou-se o discurso expositivo com a apresentação da arqueologia do distrito de Castelo Branco desde o Período

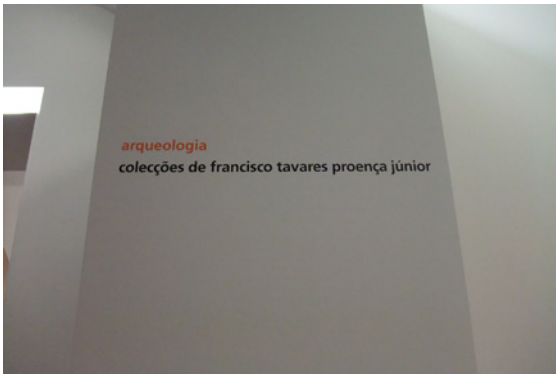


Figura 1 – Nome da exposição à entrada da sala.



Figura 2 – Primeira sala, dedicada à arqueologia do distrito de Castelo Branco.



Figura 3 – Segunda sala, dedicada à projeção do documentário *Francisco Tavares Proença Júnior, arqueólogo, archéologue*.



Figura 4 – Terceira sala, dedicada à arqueologia de outras localidades de Portugal e de França.



Figura 5 – Aspeto da museografia da primeira sala, evidenciando as pré-existências arquitetónicas.

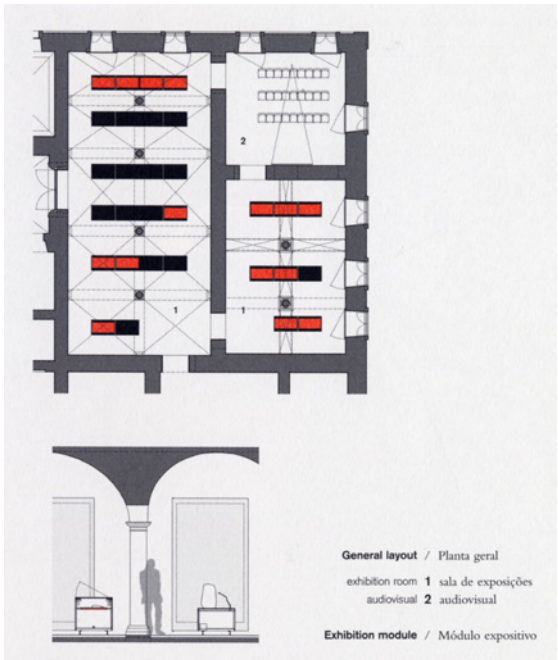


Figura 6 – Desenhos do projeto de arquitetura e museografia (SEABRA, 2005: 171).



Figura 7 – Terceira sala, pormenores da iluminação.



Figura 8 – Aspeto da museografia da primeira sala, evidenciando a iluminação do pavimento.

Neolítico até à Época Romana (Figura 2); na segunda sala instalou-se um pequeno auditório para projeção de um documentário sobre a vida e obra do arqueólogo, cujo propósito era de fornecer informação ao visitante (Figura 3); a terceira, e última sala, apresentava as coleções reunidas fora do distrito, em Portugal e no estrangeiro (Figura 4).

A parte do edifício escolhida mantinha elementos arquitetónicos de grande qualidade construtiva e estética, especialmente as abóbadas e respetivas colunas (Figura 5). Contudo, apresentava também intervenções menos felizes, como, por exemplo, os vãos de comunicação entre as três salas muito largos e baixos, discordando da escala geral do espaço. O projeto de arquitetura deu resposta ao programa e minimizou desconformidades: os vãos foram redimensionados, as paredes finamente revestidas de um reboco acetinado, os pavimentos trabalhados de forma a valorizar a estereotomia original em granito (substituindo uma tijoleira recente e pouco interessante por um pavimento de betonilha afagada) e a luz foi moldada com particular cuidado (Figura 6). Neste capítulo, o desafio era muito grande, porquanto qualquer iluminação aérea iria perturbar a leitura das abóbadas. Em suma, não era admissível, dentro da nossa lógica de valorização do espaço, haver luminárias penduradas e, assumido este pressuposto, o problema da iluminação resolveu-se combinando um conjunto de estratégias de luz geral e pontual. A iluminação geral foi obtida a partir de "caixas de luz" formadas nos vãos das janelas, tirando partido da luz do dia ou de projetores escondidos atrás de telas que funcionavam como ecrãs translúcidos (Figura 7). Para iluminar, pontualmente, as epígrafes, usaram-se mangas articuláveis com terminais de fibra ótica, que permitiam direcionar o foco obtendo uma luz rasante facilitadora da leitura das inscrições.

Preparado o espaço como se de um contentor neutro se tratasse, impunha-se conceber equipamentos expositivos versáteis e polivalentes. O resultado, com assinatura do mesmo gabinete de projetistas, foi um conjunto de módulos paralelepipédicos (plintos e vitrinas) facilmente reorganizáveis e manuseáveis por um único operador munido de um porta-paletes manual. Estes módulos expositivos desempenhavam também um papel importante como fonte de luz, pois no seu interior colocaram-se lâmpadas tubulares que emitiam luz rasante ao pavimento (Figura 8). Esta solução permitiu ainda criar destaques nas peças especiais, ao iluminá-las de forma mais intensa, artifício conseguido através de uma solução inventada no momento: o fundo da vitrina formou-se como uma "sandwich", montada em três camadas: uma chapa de vidro, uma folha de cartolina preta e uma placa de acrílico translúcido cor de laranja. Na cartolina, abriram-se janelas por onde passava a luz que destacava o objeto pousado sobre o acrílico (Figura 9).



Figura 9 – Fundo de uma vitrina mostrando uma peça em destaque por via da iluminação.



Figura 10 – Um exemplo dos elementos gráficos apostos nas faces das vitrinas.

No que respeita à opção cromática, assumiu-se o preto e o laranja, como cores predominantes, a primeira aplicada na pintura das estruturas metálicas: vitrinas, plintos e suportes e a segunda no fundo das vitrinas. Nas faces destas colaram-se apontamentos gráficos (fragmentos de texto manuscrito ou desenhos arqueológicos) impressos a cinza sobre vinil de recorte (Figura 10). A mesma paleta cromática e os mesmos apontamentos gráficos foram utilizados no catálogo, convite e materiais publicitários, conferindo unidade ao conjunto.

Quase vinte anos volvidos sobre a sua inauguração, a 11 de dezembro de 2004, esta exposição cumpriu-se ao proporcionar o estudo do acervo, a publicação do catálogo e a fruição dos objetos através da visitação. Como intervenção integrada de arquitetura e museografia intentámos proporcionar ao visitante uma experiência de verdade, simplicidade e beleza, com a marca do nosso tempo.

A intervenção arquitetónica e o equipamento museográfico parecem-nos perfeitamente atuais mas, infelizmente, a sucessão de exposições a que estas "infraestruturas" deviam ter servido não aconteceu. De acordo com o programa inicial, devíamos ter feito meia dúzia de exposições com a correspondente investigação e publicação do catálogo. Estaríamos agora bem sustentados para fazer uma exposição de síntese da arqueologia albicastrense. Não foi o que aconteceu, nem faz sentido advogar a recuperação da ideia. De qualquer forma, chegaríamos ao mesmo ponto: o Museu de Francisco Tavares Proença Júnior é mais do que a coleção de arqueologia e o edifício do Paço Episcopal é pequeno para conter a arqueologia albicastrense. Um Museu de Arqueologia, que seja um verdadeiro centro de investigação, exige espaços expositivos, reservas amplas e zonas laboratoriais, equipamentos e equipas residentes. O MFTPJ, que já passou por outros edifícios, beneficiaria em cumprir a sua vocação arqueológica num edifício construído de raiz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DGEMN (1966) – Paço episcopal de Castelo Branco: adaptação a Museu. *Boletim da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 124.

FERREIRA, A. M. Coord. (2004) – Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior. Instituto Português de Museus.

SEABRA, N. M. Coord. Edit. (2005) – Bak Gordon. LIBRUS, publicações técnicas.

TAVARES PROENÇA JÚNIOR E A COVILHÃ – UM TRABALHO POR ACABAR...

Carlos Manuel Dias Madaleno

Carlos.madaleno@cm-covilha.pt

Resumo

Com fortes ligações à Covilhã, Francisco Tavares Proença Júnior assume-se como o pioneiro do estudo arqueológico no concelho da Covilhã. Influenciou as elites locais e o seu trabalho estaria indirectamente na origem, em 1929, do segundo museu a ser criado no distrito de Castelo Branco, o Museu Municipal da Covilhã, mais tarde chamado de J. Leite Vasconcelos, de que foi mentor José de Almeida Eusébio. Até hoje muitos dos sítios estudados por F. Tavares Júnior não mais foram alvo de atenção e a Carta Arqueológica do Concelho continua inacabada.

Palavras-chave: Francisco Tavares Proença Júnior, Arqueologia, Covilhã, José de Almeida Eusébio, Museu Municipal da Covilhã, Museu Dr. J. Leite Vasconcelos, Museu Eduardo Malta, Museu Arte e Cultura.

Abstract

With strong connections to Covilhã, Francisco Tavares Proença Júnior assumes himself as the pioneer of the archaeological study in the county of Covilhã. He influenced the local elites and his work would indirectly be the origin in 1929 of the second museum to be created in the district of Castelo Branco, the Municipal Museum of Covilhã, later called J. Leite Vasconcelos, mentored by José de Almeida Eusebio. Many of the sites studied by F. Tavares Júnior were no longer attention targets and the Council's archaeological chart continued unfinished.

Keywords: Francisco Tavares Proença Júnior, Archeology, Covilhã, José de Almeida Eusebio, Covilhã Municipal Museum, Dr. J. Leite Vasconcelos Museum, Eduardo Malta Museum, Art and Culture Museum.

A ligação de Francisco Tavares Proença Júnior à Covilhã, bem como o seu papel e legado no concelho não têm sido alvo da maior atenção para o período pioneiro e simultaneamente um dos mais profícuos no conhecimento da realidade arqueológica do concelho da Covilhã. Pretende-se não só aqui referenciar o papel do agora homenageado mas igualmente daqueles que com ele lidaram e lhe seguiram as pisadas, demonstrando a evolução dos trabalhos arqueológicos na Covilhã, durante o séc. XX.

De facto apesar de Francisco Tavares Proença júnior ter residido temporariamente no concelho, designadamente na *Villa Bárbara,* segundo (Martins, 2016, p.35), no Sanatorium Hotel, pouco se conhece dessas estadias.

De acordo com José Lopes Dias, (1972, p.78) regressado de Davos – Suíça, é depois de 1902 que Tavares Proença Júnior se instala no concelho da Covilhã, estudando a Serra da Estrela e a região.

Os estudos de F. Tavares Proença Júnior revestem-se de um pioneirismo inédito, na Beira Interior, sendo o primeiro não só a estudar os sítios já referenciados,[1] e os por ele identificados, mas a aplicar-lhes um método científico e positivo. Neste campo será de salientar a sua ousadia ao colocar a História como ciência auxiliar da Arqueologia (Martins, 2016, p. 39), questão que ainda hoje divide o mundo académico.

O rigor e método aplicados surpreendem-nos quando, a título de exemplo, comparamos a sua *Arqueologia do Districto de Castelo Branco*, de 1910, com a obra do seu grande mestre J. Leite Vasconcelos, o *Archeologo Português*, de 1916. A última parece-nos, no que concerne à Covilhã, um relato de um viajante do século anterior que se perde pelo carácter demasiado generalista, fascínio pelo mistério da grande montanha e ainda pela descrição da obra do artista plástico Manuel Morais da Silva Ramos, o que em nosso entender não constitui propriamente o objecto da Arqueologia.

(Quadro 1)

Só em 1934, J. Leite Vasconcelos aborda com igual rigor algumas peças que se encontravam nas freguesias de Aldeia do Mato (actual Vale Formoso) e Teixoso, referindo ainda uma importante peça para a História local depositada no museu Municipal da Covilhã, que se iniciara em 1929.

(Quadro 2)

O Museu Municipal da Covilhã começou a ganhar feições em 1929, sendo o seu grande obreiro e mentor José de Almeida Eusébio (1881-1945). Este havia sido nomeado presidente da Comissão Administrativa da Câmara da Covilhã, após o golpe militar de 28 de Maio. Na mesma data começa a desempenhar o cargo de Juiz de Direito substituto da Comarca da Covilhã (Saraiva, Madaleno, Pinheiro, 2013, p.122). É esta função que lhe permite lidar com José Alves Monteiro, Delegado de Procurador da República na Comarca desta cidade, e fundador do primeiro museu do Fundão, com quem decerto terá debatido vários aspectos da arqueologia local.

Almeida Eusébio tê-lo-á convidado a assinar a rubrica intitulada " Num canto da História".[2] no semanário "Noticias da Covilhã", do qual foi director desde 1926 a 14 de Janeiro de 1931. Durante a sua permanência à frente da autarquia, multiplicou as canalizações para o abastecimento de água e a rede de esgotos, criou os serviços municipalizados, procedeu à electrificação dos edifícios fabris, lançou as bases para o lactário. No campo cultural após a criação do Orfeão da Covilhã, da melhoria da biblioteca municipal, percebia-se a lacuna de um museu municipal. O " Notícias da Covilhã" escrevia, em 9 de Junho, de 1929 : *começa de criar ambiente, entre os filhos do nosso concelho a idéa em marcha, já corporisada dum Muzeu nesta cidade. Ha mesmo entusiasmo, podemos afirma-lo em individualidades categorisadas da nossa terra, no sentido que vingue a benéfica iniciativa, digna de aplausos , da Comissão Administrativa Municipal. Não fazia sentida sendo a Covilhã, pátria de heróis e de santos, uma das primeiras cidades do nosso pais, não tivesse o seu Museu onde se arquivassem e exposessem ao publico tantas preciosidades por aí disseminadas*… (Figura 1)

Para a criação deste Museu, Almeida Eusébio socorreu-se da ajuda de conceituados nomes da arqueologia nacional designadamente, J. Leite Vasconcelos, como se constata através de carta a este dirigida em 11-06-1929 (1136 – EUSÉBIO, José de Almeida, 24389, Covilhã).

O inicialmente designado Museu Municipal da Covilhã fica instalado em dependências contíguas às da Biblioteca Municipal, onde actualmente se localiza a sede social da Banda da Covilhã. Semanalmente o jornal dirigido por Almeida Eusébio publicava as ofertas para o designado museu. (Quadro 3)

[1] Alguns dos estudos de Francisco Tavares Proença Júnior incidem sobre locais já referenciados por J. Leite Vasconcelos ou mencionados no relatório da expedição científica à serra da Estrela de 1881.

[2] O primeiro tema a ser tratado por José Alves Monteiro intitulava-se *A viagem da Senhora D. Maria II ao Alemtejo, in Noticias da Covilhã, nº 472, ano IX, 14 de Outubro de 1926*

LOCALIDADES	SITIOS ARQUEOLÓGICOS	OBJETOS	DEPÓSITO
Aldeia do Souto	1 Castro		
Aldeia do Mato (actual Vale Formoso)	2 Castros		
Aldeia de Carvalho (actual Vila do Carvalho)	1 Castro	Cerâmicas	
		2 Machados de bronze	Museu dirigido pelo Conde de Almedina
Boidobra	Elevação com vestígios de antigas construções	1 Machado de bronze alvado de dupla argola	Vendido para Espanha
		5 Machados de pedra polida	Museu de Castelo Branco
Covilhã		Inscrição tumular romana	Museu em Lisboa (não se sabe qual)
		Vários objectos de barro e ferrro, *tegula inteira* e outros objectos romanos	Museu de Castelo Branco
		1 Machado de pedra polida	Museu Etnológico – Lisboa
Dominguiso	Restos de construções romanas 1 Castro	Lança (punhal ?) em bronze	desaparecida
Orjais	Vestígios Romanos junto a N. Srª de Luzes	*Imbrex* Pequeno bronze romano	Museu de Castelo Branco
Ourondo		(são os mesmos objectos do Paul, visto estarem entre as duas localidades)	
Paul	Esconderijo da Idade do Bronze	7 Machados de Bronze 2 Machados de pedra polida	Museu de Castelo Branco
Teixoso	Castro do cabeço do Castelo Castro do cabeço gordo Castro da Vila de Mouros	Vestigios romanos *tegulae*, *imbrex* Vasos doliares Raras moedas de bronze do império	
	Anta do Vale de Mouro	Machado de diorite nº462	Museu de Castelo Branco
Tortosendo	Vestígios romanos entre a localidade e Unhais da Serra 2 Antas 1 Castro		
Unhais da Serra	Inscrição quase apagada a meio caminho da serra Vestígios romanos de balneário Sepulturas abertas na rocha 1 Castro	Alguns machados de pedra polida	Museu de castelo Branco
Verdelhos	2 Castros		

Quadro 1 – Resumo dos estudos arqueológicos de Francisco Tavares Proença Júnior, no concelho da Covilhã, elaborado a partir da sua obra *ARCHEOLOGIA DO DISTRICTO DE C. BRANCO*, 1910.

LOCALIDADE	OBJETOS	DEPÓSITO
Aldeia do Mato (actual Vale Formoso)	Ara a Júpiter	Museu Etnológico - Lisboa
Teixoso	Lápide com inscrição de *duunviro*	Museu Municipal da Covilhã
Teixoso – Sítio do Serrado	Ânfora romana	(?)
Teixoso – Quinta de Sto. António	Colunas, lanças de ferro, pratinho de vidro, tijolos, moedas, anel romano de ouro com pedra roseo-acastanhada com gravura de cena de caça.	(?)
Teixoso – Quinta do Serrado	Lucerna romana, asa de bronze de uma vasilha tipo enecoa e uma espada tipo micenas.	Colecção particular de José Almeida Eusébio
Teixoso – fonte do fundo	Poço tipo *puteum*	Teixoso
Teixoso	Moedas romanas séc. III	(?)

Quadro 2 – Resumo dos objectos e sítios estudados por J. Leite Vasconcellos, elaborado a partir da obra *ANTIGUIDADES DO CONCELHO DA COVILHÃ*, 1934.



Figura 1 – Caricatura de José Almeida Eusébio, enquanto Diretor da Penitenciária de Lisboa. Arquivo Municipal da Covilhã – código de referência da caricatura de JAE. PT/CMC-AH/33JAE/03/01/36.

OFERTA	**OFERTANTE**	**PROVENIÊNCIA**
Um moinho romano e várias pedras da mesma época	Francisco da Silva Ranito	Quinta do Pinhel – Covilhã
Uma pistola de guerra, marca harris – 1802 4 VEIC. R2FII	José Laço Pinto	
Um punhal	Manuel Matias de Figueiredo	
Uma espada	Aurélio Rodrigues Boléo	
Uma pistola com o cano em metal amarelo	Francisco Rodrigues Podão	
Bengala de cana da India com estoque. Polvorinho em metal amarelo	João Pereira da Cruz	
Sombrinha de senhora	Severino Augusto dos Reis	
Punhal com incrustações em prata	Amândio Martinho Tavares	
Uma faca de mato, uma pistola automática sistema americano	Valentim Pires	
Cocharra em buxo com ornatos	Filipe Lopes Água	
Medalha em cobre das campanhas da liberdade 1823-1834	Joaquim Fernandes Duarte	
Espada de oficial da Marinha com os copos em prata, aplicações do mesmo metal e punho em marfim	Francisco Claudino Ferreira	
Medalha de metal amarelo, souvenir de l´Ascencion de la tour	António Ribeiro Aibéo	
Uma cédula francesa de 0,05 francos du chemin de fer les territoires occupés	José B. Cascon Gonzalez	
Moeda brasileira, de 1919, de 50 réis	José Maria dos Santos	
Cinco moedas, de 5 réis, de D. Luis I e cinco moedas, de 5 réis, de D. Carlos I	Francisco de Sá Pereira	
Um revolver	José Maria Terenas Lino	
Sabre francês com a marca R- 173 N 49	M. Tavares Barradas	
Antigo freio em ferro	Alberto Mendes Alçada	
Moeda de 1799 de 10 réis	Conservador do Museu Municipal à data	
Duas chaves da Igreja de S. Paulo, uma Sacra, uma fechadura de um arcaz grande, um peso de 2 arráteis, um peso de um arrátel, um peso de duas onças, 4 fivelas de metal amarelo para chapéu de senhora, 1830, 2 pares de luvas de malha de seda bordadas com punhos em renda de seda, fósseis da Africa portuguesa, 1 par de tacões em metal amarelo de 1850, 2 ambulas da Igreja de S. Paulo, 5 pares de punhos em seda de 1850 para criança, 4 ombreiras bordadas e com vidrilhos (próprias de senhoras – indumentária de 1850), 3 laços de cintura para senhora – 1870.	António Franco	

Quadro 3 – As ofertas das três primeiras semanas após anúncio da criação do Museu Municipal da Covilhã. Estas contribuições foram prolongadas no tempo até ao ano de 1930, sendo muitas delas publicadas em diferentes números do Noticias da Covilhã. Fonte: semanário *Noticias da Covilhã*, ano de 1929.

Em 1931, Almeida Eusébio abandona a presidência da Comissão Administrativa Municipal para desempenhar as funções de Ministro da Justiça e dos Cultos. É já no exercício desse último cargo que enriquece a biblioteca e o museu covilhanenses através da cedência de livros e obras de arte provenientes do extinto Museu das Congregações Religiosas (Madaleno, 2013, p.8).

Desde a criação do museu que muito do espólio se dispersou. Em 1932, a Comissão de festas de Nossa Senhora do Carmo, da freguesia do Teixoso, adquire um retábulo que ali se encontrava pelo valor de 1200 escudos (Madaleno, 2013, p.8).

Dez anos depois, o museu encontrava-se ainda em organização, havia já ganho nova designação, Museu Arqueológico Dr. Leite de Vasconcelos, estando prevista a sua transferência para um edifício maior e com melhores condições, a Casa dos Magistrados, como se constata por uma descrição de Luiz Carvalho Dias, de 1943: *No adro da igreja, num edifício que serviu às Escolas Primárias da freguesia, estão provisoriamente acondicionadas a Biblioteca Municipal Dr. António dos Santos Viegas, com cerca de 15.000 volumes e o Museu Arqueológico Dr. Leite de Vasconcelos (em organização), projectando-se a transferência de ambos para o antigo Palácio dos Ministros, depois de devidamente restaurado…* (http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com/2011/05/covilha-uma-descricao-de-1943_03.html).

Esta transferência nunca se viria a concretizar, o espólio acabou armazenado em diversas dependências do Município.

Após esta data, no concelho da Covilhã, o interesse inicial que se tinha gerado em torno da arqueologia parecia entrar numa letargia, onde pontuaram apenas alguns trabalhos resultado, sobretudo, de descobertas ocasionais. Foi o caso, em 1953, da investigação conduzida por Manuel Heleno Júnior (1953, pp. 1-16), em torno da descoberta ocasional do tesouro da Borralheira, ocorrida no designado local, na freguesia do Teixoso, constituído por 40 *auri*, um colar, 4 anéis, e fragmentos de 4 colheres de prata. Outros achados da mesma natureza nunca chegaram a merecer a atenção dos especialistas, caso da descoberta de uma sepultura aberta na rocha e de vários objectos do período romano encontrados na mesma freguesia numa propriedade designada Vinha de S. Tomé. (Figura 2)

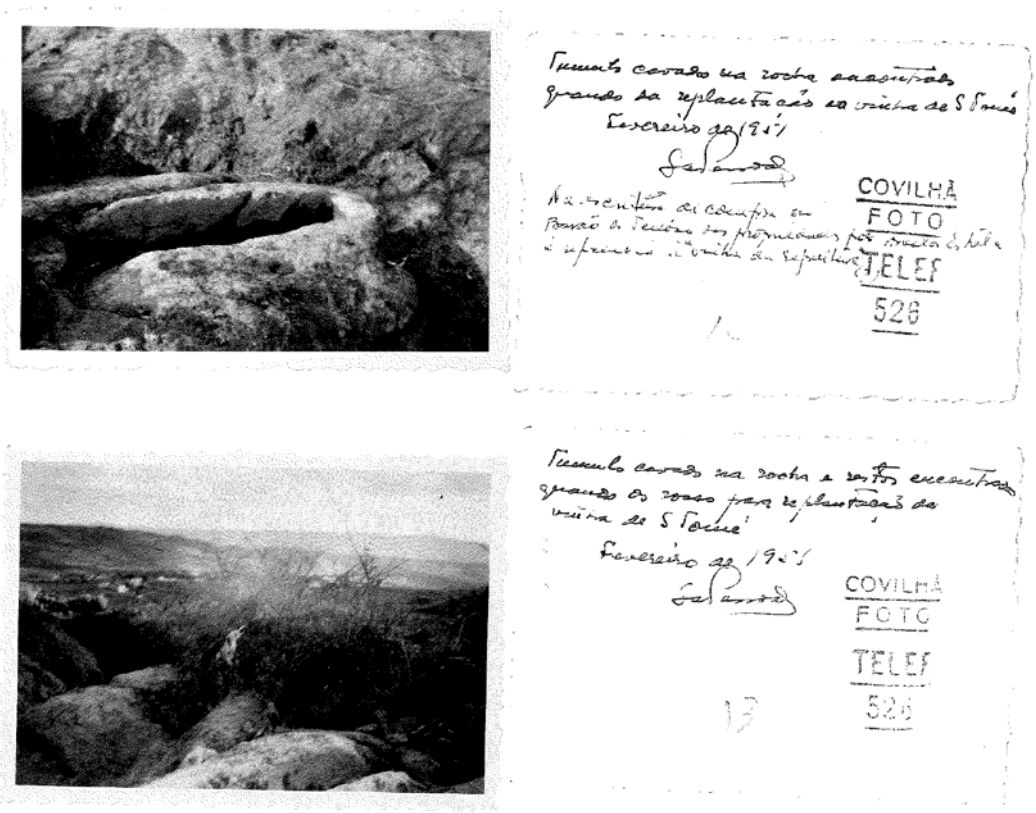


Figura 2 – Sepultura na freguesia de Teixoso.

A única iniciativa de divulgação do património arqueológico no concelho ocorreu em 1969, através de uma exposição organizada pelo Clube de Montanhismo e com o patrocínio da Câmara Municipal.[3] As peças, machados, pontas de alabardo em sílex, facas e punhais, entre outras, haviam sido recolhidas por João de Castro Nunes, não sendo nenhuma delas, originária da Covilhã. Só após a revolução de Abril, se verifica um interesse acrescido pelas ciências do património. Em 26 de Fevereiro de 1976, é criada a Associação Cava Juliana, na Covilhã, cujos estatutos visam desenvolver e apoiar iniciativas de carácter cultural tendentes ao aproveitamento das potencialidades patrimoniais e etnográficas da região, bem como promover e apoiar o incremento turístico da mesma. A ela se deve a realização de inúmeros trabalhos de prospecção arqueológica, ainda que imbuídos de forte carácter amador e realizados à margem de qualquer poder institucional. A realização destes trabalhos resultou na recolha das muitas peças que viriam a estar na origem da criação do Museu Eduardo Malta, na Covilhã, que recuperaria ainda parte do espólio do antigo museu Dr. J. Leite de Vasconcellos.

Em 20 de Outubro de 1979, é inaugurado o "Museu Eduardo Malta", localizado na sua sede provisória, na Rua Pedro Álvares Cabral n.º 3. Estiveram presentes, o Governador Civil do Distrito de Castelo Branco, António Pinto Garcia, e o presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Augusto Lopes Teixeira (Saraiva, Madaleno, Pinheiro, 2013, p.157). Integrava o acervo do museu uma vasta colecção constituída, pelos bens arqueológicos, proveniente do extinto Museu José Leite de Vasconcelos, pinturas de Eduardo Malta, aguarelas de António Lopes, e algumas obras da autoria Manuel de Morais da Silva Ramos, conhecido como Morais do Convento. Após o encerramento deste espaço museológico e da dissolução da associação por ele responsável, parte deste espólio foi integrado no Museu Arte e Cultura, da Câmara Municipal, e o restante em arrecadações da Biblioteca Municipal.

O Museu Arte e Cultura, inaugurado em 01 de Agosto de 2008, encontrava-se instalado no edifício que foi até à década de 80 do século passado, agência local do Banco Nacional Ultramarino. O imóvel foi construído no início do século XX, segundo um projecto da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi, manifestando uma gramática formal de inspiração neoclássica. A fachada apresenta uma decoração simples com elementos clássicos, sendo o piso térreo de aparelho isódomo e os restantes pisos revestidos por um painel de azulejos, apresentando motivos alegóricos da mitologia clássica, Fama e Mercúrio, ligados ao Comércio. Este museu expunha um conjunto de mais de cem obras de arte, escultura, pintura e arqueologia, que faziam parte das colecções dos antigos museus já aqui referidos e que retratavam uma parte da história patrimonial do Concelho. A exposição estava repartida por cinco pisos, com uma extensão temática desde a pré-história à actualidade. Este espaço viria a ser posteriormente encerrado, em 2014, para obras de requalificação.

A partir da década de 80, verifica-se na Covilhã, em consonância com o que se passava no país, um aumento de trabalhos arqueológicos que não abordaremos nesta comunicação, os quais foram já objecto de análises por outros autores (Banha 477, 2016). Não podemos porém deixar de fazer uma referência aos trabalhos de arqueologia industrial por se revestirem de excepcional pioneirismo no contexto nacional. Os trabalhos realizados, no edifício da Real Fabrica de Panos acabam por se traduzir na concretização do Núcleo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, inaugurado, em 30 de Abril de 1992. Desta intervenção resultou a conservação e musealização da área das tinturarias desta manufactura de Estado, instituída em 1764. As metodologias de intervenção nele aplicadas, tanto no âmbito da investigação, como da conservação e do património industrial, podem ser consideradas pioneiras em Portugal, atendendo a ter sido esta a primeira experiência de musealização iniciada e concluída no nosso país, no domínio da arqueologia industrial. O museu de Lanifícios integra a "Rede Portuguesa de Museus", desde 2002, e apresenta-se como um museu polinucleado, constituído pelos núcleos da Real Fábrica de Panos, das Râmolas de Sol e da Real Fábrica Veiga. (Saraiva, Madaleno, Pinheiro, 2013, p. 127).

Em jeito de conclusão, não podemos deixar de referir que muitos dos sítios, visitados e estudados por Francisco Tavares Proença Júnior, não foram mais alvo de novos trabalhos e a Carta Arqueológica do Concelho da Covilhã continua por concluir.

Espera-se que os novos investigadores sejam capazes de alterar o panorama das ciências do património, em particular da Arqueologia, devolvendo ao concelho o dinamismo e pioneirismo presentes em nomes como Francisco Tavares Proença Júnior, Almeida Eusébio ou no da Universidade da Beira Interior que deverá continuar o bom trabalho em prol da cidade e do seu património cultural.

[3] O evento foi noticiado pelo Notícias da Covilhã em 19 de Abril de 1969.

REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos

Arquivo Municipal da Covilhã: Actas da Comissão administrativa Municipal, lv. 58, 1932.

Biblioteca Municipal da Covilhã: Noticias da Covilhã, números de 1 de Janeiro de 1928 a 25 de Janeiro de 1931-

Rede de Museus Municipais da Covilhã: Documentos diversos.

BIBLIOGRAFIA

BANHA, Carlos (2016) – Arqueologia na Beira Interior (distritos de Castelo Branco e da Guarda): Prespetiva da evolução da atividade arqueológica nas duas últimas décadas. *In II Congresso Internacional de Arqueologia Da Região de Castelo Branco*. Castelo Branco: Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, pp. 475-486.

COITO, Lívia Cristina coord. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos / Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

DIAS, José Lopes (1972) – *Francisco Tavares de Proença Júnior: fundador do museu de Castelo Branco: vida e obras*. Castelo Branco: Estudos de Castelo Branco

JÚNIOR, Manuel Domingues Heleno (1953) – *O Tesouro da Borralheira*, Lisboa.

MADALENO, Carlos Manuel Dias (2013) – *Ex – Votos – Nossa Senhora do Carmo, Teixoso*. Teixoso: ed. de autor.

MARTINS, Ana Cristina (2016) – Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916) e a arqueologia em Castelo Branco na viragem para o século XX: Textos, contextos e (des)venturas. *In II Congresso Internacional de Arqueologia Da Região de Castelo Branco*. Castelo Branco: Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, pp. 25-60).

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910) – *Archeologia do Districto de C. Branco*. Leiria: Typographia Leiriense.

SARAIVA, Ana; MADALENO, Carlos; PINHEIRO, Elisa (2013) – *História da Covilhã – datas, figuras e factos*. Covilhã: Câmara Municipal da Covilhã.

VASCONCELLOS, J. Leite. (1934) – *Antiguidades do Concelho da Covilhã*. Coimbra: Of. da Coimbra editora, Lda.

FONTES ELECTRÓNICAS

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho – Covilhã – Uma descrição de 1943 *in Covilhã Subsídios para a sua História*, parágrafo 8. Actual s/d. [consult. 26 set.2016]. Disponível na internet: <URL: http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com/2011/05/covilha-uma-descricao-de-1943_03.html.

CONTRIBUTOS PARA A CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DO FUNDÃO. INVENTÁRIOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DO FUNDÃO: DE FRANCISCO TAVARES DE PROENÇA JÚNIOR A 2016

Joana Bizarro

Arqueóloga, Museu Arqueológico Municipal do Fundão / bizarro.joana@gmail.com

Resumo

Com objectivo de fornecer achegas ao trabalho preconizado por Francisco Tavares de Proença Júnior há mais de cem anos, reflectido na obra *Archeologia do Districto de Castello Branco*, apresentam-se, relativamente ao concelho do Fundão, os resultados dos trabalhos concernentes à elaboração da carta arqueológica do Fundão, desenvolvidos no Museu Arqueológico Municipal e restrospectivam-se os diversos contributos, com carácter de inventários, para a concretização da mesma.

Palavras-chave: Carta arqueológica, Fundão, Inventários, Tavares Proença Júnior.

Abstract

With the aim of providing information to the work preconized by Francisco Tavares de Proença Júnior, at more than a hundred years ago, reflected in the book *Archeologia do Districto de Castello Branco*, about the municipality of Fundão, are presented the results of the works concerning the elaboration of the archaeological chart of the Fundão, developed in the Municipal Archaeological Museum and the various contributions, with the character of inventories are retrospectively analyzed for the accomplishment of the same.

Keywords: Archeological Chart, Fundão, List, Tavares Proença Júnior.

1. INTRODUÇÃO

O desenho da carta arqueológica do concelho do Fundão tem-se feito ao longo dos anos com o contributo de diversos investigadores, que nos seus trabalhos têm produzido inventários e cartografia sobre as realidades patrimoniais existentes. Estas investigações circunscreveram-se quase sempre a períodos cronológicos concretos e muitas vezes a áreas territoriais mais amplas.

Aqui serão abordados apenas os trabalhos circunscritos ao concelho do Fundão. Este corresponde a uma área geográfica de cerca de 700km^2 e 23 freguesias, onde a serra da Gardunha delimita duas áreas morfologicamente distintas, a zona meridional de maior altitude mas que a sul e sudeste desta permite avistar a área de planície e a metade setentrional, designada de Cova da Beira, cujo limite é o curso médio do Rio Zêzere (Figura 1).

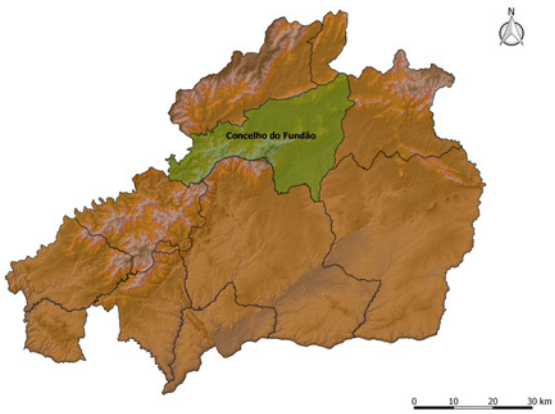


Figura 1 – Localização do Concelho do Fundão no Distrito de Castelo Branco.

2. OS INVENTÁRIOS

Referindo cada um dos contributos para a carta arqueológica do concelho do Fundão, concretamente os que têm carácter de inventário, devemos começar, evidentemente, por Francisco Tavares de Proença Júnior, porque é a ele que devemos a primeira sistematização das estações e achados arqueológicos deste concelho na obra *Archeologia do Districto de Castello Branco* (1910), o primeiro e até hoje único ensaio de realização de uma carta arqueológica desse distrito. O labor que empreendeu entre os anos de 1903 e 1910, em proveito da arqueologia, sobretudo no contexto local e regional, permitiu ao investigador, num espaço temporal tão curto, reunir uma notável colecção de arqueologia, produzir informação científica sobre essa matéria, obter o reconhecimento nacional e internacional pelos seus pares e fundar um museu. Primando pelas técnicas de representação gráfica e métodos de escavação, com especial atenção pelo enquadramento do espaço (Fabião, C., 2004:25).

A sua incursão por algumas povoações do Fundão possibilitou a identificação de estações e materiais arqueológicos, tendo inventariado vinte e três arqueossítios e perto de uma centena de artefactos, alguns dos quais se encontram hoje no Museu Municipal, ao abrigo de um protocolo de cooperação entre as instituições que os respectivos museus representam (Figura 2).

	Artefactos inventariados por F.T.P.J.	Artefactos depositados no Museu do Fundão
Alpedrinha	13 Moedas romanas	–
Atalaia	4 Machados de pedra polida	4 Machados de pedra polida
Capinha	1 Moeda 10 Machados de pedra polida 4 Machados de bronze	5 Machados de pedra polida
Castelo Novo	1 Inscrição	–
Fundão	4 Moedas	–
Orca	8 Machados de pedra polida	3 Machados de pedra polida
Salgueiro	5 Machados de pedra polida	–
Soalheira	1 Moeda	
Vale de Prazeres	14 Moedas	–
Valverde	1 Inscrição	–
Zebras	38 Machados	7 Machados de pedra polida

Figura 2 – Quadro dos artefactos do concelho do Fundão inventariados por F. T. Proença Júnior, que se encontram no Museu Arqueológico Municipal do Fundão.

Da leitura feita dos achados e estações arqueológicas mencionadas por Francisco Tavares Proença Júnior destacam-se as referências inéditas à anta e castro da Fatela, de que actualmente não se encontra registo arqueológico. O mesmo se verifica para a estação neolítica da Capinha e sepulturas escavadas na rocha da Soalheira. Quando indica a estação romana de Castelo Novo, devemos ter em conta que os vestígios a que se refere deverão provir do arqueossítio da Quinta do

Ervedal, relativamente próximo da aldeia histórica[1]. Questiona-se ainda a possibilidade de o povoado que identifica nas proximidades do Fundão poder ser o de Brás (Silva; Rosa; Salvado, 2003). O povoado nas proximidades do Souto da Casa, tratar-se-ia, certamente, com materiais característicos do Bronze Final, localizada junto ao marco geodésico do Picoto (Figura 3).



Figura 3 – O concelho do Fundão na carta Arqueológica de F. T. Proença Júnior.

Em 1978, na obra *Pequena história de um Museu. Fundo e catálogo. Carta Arqueológica do concelho do Fundão*, de José Alves Monteiro, primeiro conservador do Museu Municipal, é elaborado um inventário concernente à carta arqueológica, desta feita com a apresentação de um mapa com a referência à localização dos achados que integravam as colecções do Museu. Esta unidade museal, para além dos vários elementos etnográficos, dispunha de uma importante colecção de epigrafia lusitano-romana, bem como diversos materiais de cronologia proto-histórica e romana, que o próprio havia reunido (Figura 4).

Posteriormente, em 1982, João Luís Inês Vaz viria a apresentar a Carta arqueológica romana da Beira Interior em *Subsídios para o estudo da romanização da região do Fundão*, com contributos no campo da epigrafia e da rede viária (Figura 5).

Em 1986, Candeia da Silva esboçou um inventário das estações arqueológicas da vertente sul da Gardunha, com a localização de dezanove ocorrências arqueológicas, desde Neolítico à Época Romana e que mais tarde viria a complementar num artigo publicado

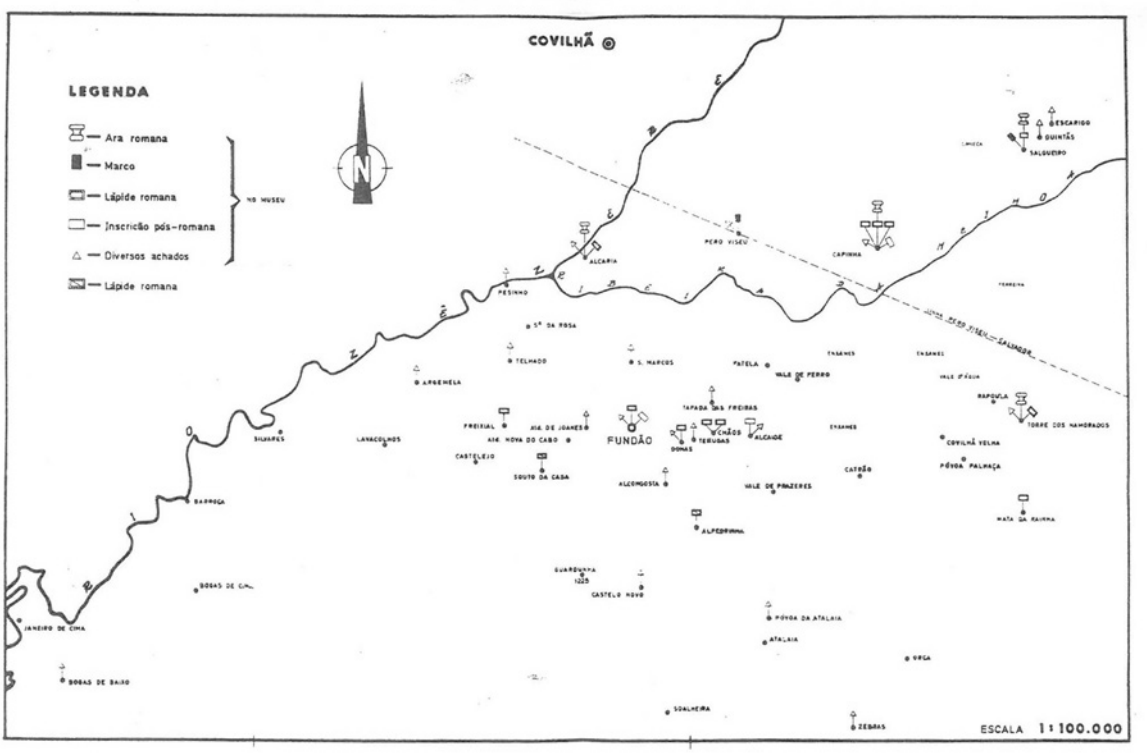


Figura 4 – Carta arqueológica do concelho do Fundão, segundo J. Alves Monteiro (1978).

[1] No local têm sido realizados trabalhos arqueológicos de escavação de termas romanas, co-dirigidos pela signatária.

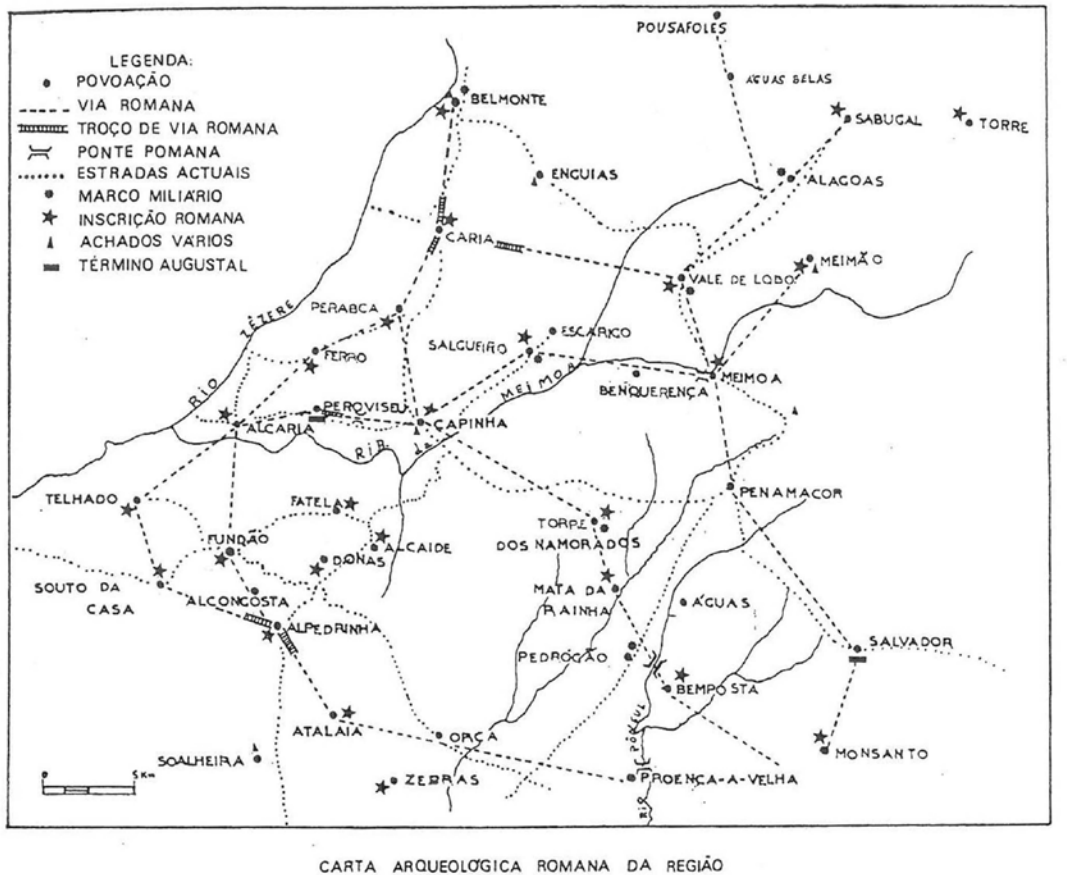


Figura 5– Carta arqueológica romana do concelho do Fundão, segundo L. Inês Vaz (1982).

em 2004 na Revista *Ebvrobriga 1*, onde inventaria vinte e dois sítios romanos nas freguesias de Alpedrinha, Castelo Novo, Orca, Póvoa da Atalaia, Atalaia do Campo e Soalheira, a que chama de "ensaio de inventário das estações romanas".

Em 1988, Jorge de Alarcão publica o inventário das estações romanas de Portugal, com trinta e duas referências ao concelho do Fundão, considerando a área geográfica em que se insere abundante em vestígios, ainda que dispersos (Alarcão, 1988).

Trabalhos académicos de prospecção como o de José Luís Cristovão (1992) e de Maria João Ângelo (2003), resultaram, respetivamente no inventário de estações arqueológicas ao logo do curso médio da Ribeira da Meimoa e das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha. José Luís Cristovão inventariou quinze, sítios inéditos no concelho, Maria João Ângelo registou quarenta arqueossítios.

Raquel Vilaça, em colaboração com André Santos, Eduardo Porfírio, João Nuno Marques, Miguel Correia e Nuno Canas, apresentaria em 2000 um estudo sobre o I milénio a.C. no Concelho do Fundão, caracterizando as estações pré e proto-históricas então conhecidas, no total de vinte e uma referências. Completou o trabalho com um inventário sumário dos achados pré e proto-históricos (Vilaça *et alli,* 2000).

Para este período cronológico, é ainda de referir o inventário produzidos por Ricardo Costeira da Silva, em 2005, na sua tese de mestrado "Génese e transformação das estruturas do Povoamento do I milénio a.C. na Beira interior", onde inventaria doze estações proto-históricas.

Os trabalhos de prospecção intensiva que Pedro Carvalho realizou, primeiro em parceria com Ricardo Silva, Carla Alegria e Sara Almeida, nas freguesias de Peroviseu, Capinha, Salgueiro e Escarigo, e mais tarde na sua tese de doutoramento, alargando a área de incidência à Cova da Beira (2006), foram um importante contributo para a caracterização dos núcleos de povoamento romano e dos padrões de povoamento antigo dessas áreas, contabilizando-se sessenta e seis núcleos de ocupação romanos inéditos.

Constança Santos apresenta em 2005, no seu trabalho de mestrado, um catálogo dos sítios que enquadra no período Tardo-antigo e Medieval entre Peroviseu e Três Povos, tendo registado tinta e seis sítio/achados isolados inéditos, no total de cento e vinte e três núcleos inventariados. Este estudo pretendeu abrir novas perspectivas de trabalho num período cronológico tão pouco conhecido.

Em 2006, sob a égide da Câmara Municipal, iniciámos o projecto de investigação *Arqueologia do Concelho Fundão*[2]. Delineou-se um plano de trabalhos alicerçado na investigação bibliográfica e em prospecções intensivas e extensivas, de modo a coligir-se novos dados sobre os sítios já identificados, partindo também para a identificação de novos locais, de modo a que se pudesse constituir um estudo válido e de referência sobre a arqueologia do concelho. Por outro lado, pretendia-se que a carta arqueológica pudesse integrar os instrumentos de planeamento territorial, urbanístico e sua revisão (no âmbito do P.D.M.), através do diagnóstico de acções conservação e preservação do património, pondo em prática uma metodologia de intervenção prévia e de salvaguarda atempada para o património que se considerasse em risco. Ao mesmo tempo, as prospecções arqueológicas seriam uma mais-valia na perspectiva do reforço das colecções do Museu Arqueológico Municipal que se encontrava, à época, em fase de execução e na valorização e preservação do património enquanto elo da memória colectiva. Este trabalho possibilitou a identificação de quarenta e um novos sítios arqueológicos/achados isolados, integrados no arrolamento de num total de trezentos sítios/achados isolados georreferenciados, no período cronológico que mediou entre a Pré-história e Época Medieval. Não fizeram parte deste inventário sítios cuja informação era dúbia ou que cujo registo arqueológico não se conservara.

3. BREVE RETROSPECTIVA DAS OCORRÊNCIAS MAIS RELEVANTES

Fazendo uso da informação colhida nos trabalhos anteriormente referidos e na restante bibliografia de referência para o concelho do Fundão, bem como na base de dados *Endovélico,* traça-se uma sucinta rectrospectiva das ocorrências mais relevantes na área analisada e o seu mapeamento, tendo em conta os períodos cronológicos considerados.

Os vestígios da presença do homem no concelho do Fundão durante Pré-história Antiga são escassos e referem-se às gravuras rupestres ao ar livre no rio Zêzere (20.000 a 10.000 anos BP), na freguesia da Barroca e artefactos líticos na encosta Norte do Monte de S. Roque (Raposo, 2005).

Sobre a Pré-história Recente os achados reduziam-se, até há bem pouco tempo, a conjuntos de machados de pedra polida (Proença, 1910; Silva, 1984; Motta, 1933) e testemunho bibliográfico de alguns monumentos megalíticos (Proença, 1910; Sarmento, 1833), designadamente antas, das quais se desconhece, na actualidade, a sua localização exacta, bem como o seu contexto arqueológico (exceptuando a anta localizada no Salgueiro (Pereira, F., 1914: 74)). Todavia, a identificação de um menir no sítio de Corgas (Donas), veio acrescer mais informação sobre esse período cronológico. O monumento megalítico foi reaproveitamento durante a Idade do Bronze Pleno, tendo nas faces afeiçoadas a figuração de dois atributos: uma espada e um bi-ancoriforme, com as respectivas correias de suspensão, insculpidos em alto-relevo (Banha; Veiga e Ferro, 2009). Ainda dentro deste horizonte cronológico, identificou-se, no âmbito de um projecto de EIA, um povoado Neo-calcolítico na freguesia de Peroviseu (Chãos da Barroca) (Pernadas P.; Marques, A; 2012) e diversas fossas com materiais neo-calcolíticos (Borges, 2010), no limite Norte do Concelho. Registou-se um arqueossítio a meia encosta da Serra do Gomes (Souto do Senhor, Freixial, Telhado), que tudo indica reporta-se ao Neolítico, tendo sido identificados diversos materiais arqueológicos, designadamente cerâmica manual, machados de pedra polida, percutores, polidores, lâminas, lascas, pontas de seta e diversos elementos de moagem (moventes e dormentes) (Rosa e Bizarro, 2013) (Figura 6).

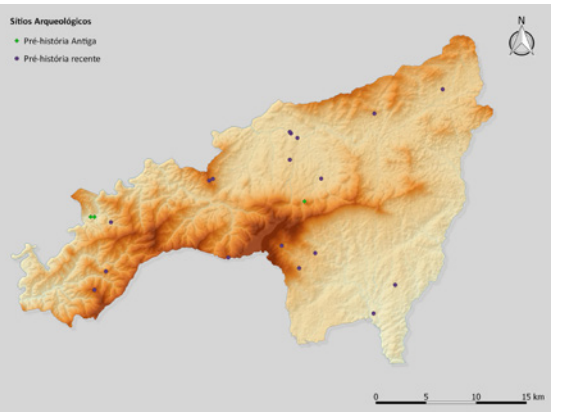


Figura 6 – Dispersão dos sítios arqueológicos da Pré-história.

[2] Dirigido pela signatária e por João Mendes Rosa e integrado em PNTA's que se realizaram entre 2006 e 2014.

A ocupação do Concelho durante a Proto-história está patente nos diversos povoados remontáveis ao Bronze Final, tais como a Senhora da Penha (Castelo Novo) (Sarmento, 1933), Covilhã Velha (Vale de Prazeres) (Almeida, 1945: 423-424; Vilaça *et alli,* 2000), S. Roque (Monteiro, 1978: 17; Vilaça *et alli,* 2000), S. Brás (Fundão) (Proença, 1910: 6; Cardoso, 1897: 281), Argemela (Lavacolhos) (Almeida, 1945; Sarmento, 1933: 133; Vilaça *et alli,* 2000), Cabeça Gorda (Peroviseu) (Sarmento 1933; Vilaça *et alli,* 2000), Vale Feitoso (Peroviseu) (Carvalho, 2007), Tapada das Argolas (Capinha) (Azevedo, 1897: 150; Vilaça *et alli*, 2004) e o castro dos Três Povos (Escarigo) (Almeida, 1945: 424; Proença, 1908: 18-19; Sarmento, 1933: 133; Vilaça *et alli,* 2000) (Figura 7). Exceptuando o Castro da Argemela, onde têm sido realizados trabalhos arqueológicos (Marques; Almeida; Ferreira; Vilaça, 2012), dos restantes povoados apenas conhecemos os materiais de superfície, bem como alguns alinhamentos de estruturas, ignora-se a sua dinâmica interna e igualmente o desenvolvimento do povoamento ao longo do I milénio a.C.. Destaca-se o achado da monumental estela do Bronze Final, onde estão gravadas armas de carácter defensivo (escudo e capacete) e ofensivo (lança e espada) que compartilham o mesmo espaço com objectos de carácter simbólico ou de prestígio, como o pente, espelho e fíbula (Vilaça; Rosa; Bizarro; Pires; Baptista, 2016).

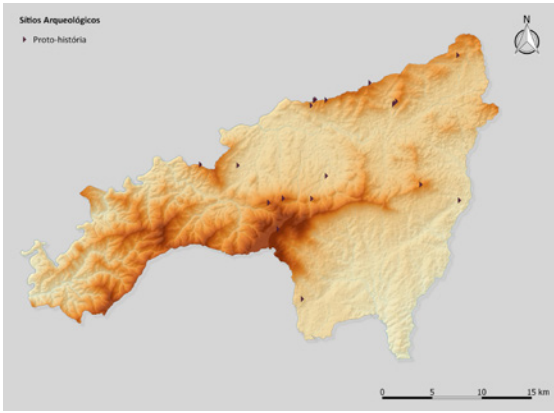


Figura 7 – Dispersão dos sítios arqueológicos da Proto-história.

Quanto aos vestígios da presença romana, estes abundam pelo concelho, correspondendo, sobretudo, a aglomerados de tipo casal e quinta (Figura 8). A bibliografia disponível para este período é rica em elementos para o estudo epigráfico, dos sítios arqueológico e materialidades associadas. Evidenciam-se os trabalhos de escavações arqueológicas para este período, nomeadamente na Quinta da Caverna[3] (Peroviseu), nas Quintas da Torre (Ângelo; Alegria, 2006), nas Termas Romanas da Quinta do Ervedal (Castelo Novo) (Rosa; Bizarro, 2007-2015), no Sítio da Raposa (Peroviseu) (Robalo; Osório, 2012) e na Quinta do Feital[4] (Aldeia de Joanes), sendo que estes dois últimos foram realizados em contexto de emergência.

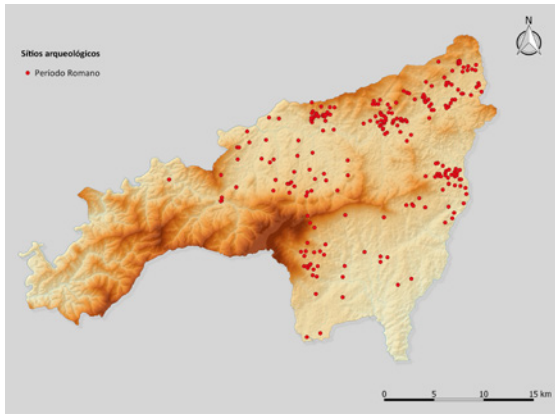


Figura 8 – Dispersão dos sítios arqueológicos na Época Romana.

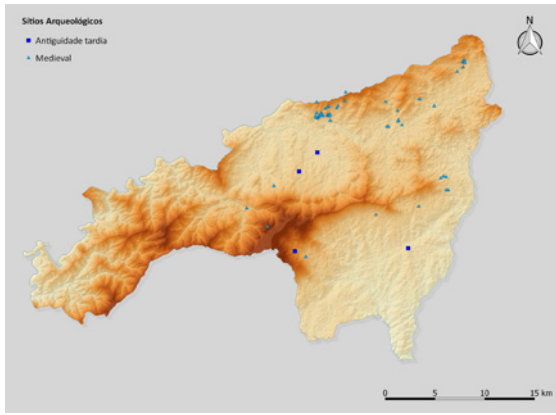


Figura 9 – Dispersão dos sítios arqueológicos da Antiguidade Tardia e Época Medieval.

No referente ao período Tardo-antigo e Medieval destacam-se as escavações da Capela de S. Pedro, na Capinha (Santos e Albuquerque, 2006) e do castelo de Castelo Novo (Silvério e Barros, 2005). São também referidas diversas sepulturas escavadas na rocha, designadamente nas freguesias de Orca (SILVA, 1989 e 2018), Vale de Prazeres, Castelo Novo, Aldeia de

[3] Trabalhos dirigido por Pedro Carvalho, em 2006 (Universidade de Coimbra).

[4] Trabalhos dirigidos por Carlos Batata (Ozecarus).

Joanes, Capinha, Peroviseu, Quintas da Torre, Mata da Rainha e Valverde (Ângelo, 2018; Silva, 1989, 2018; Santos, 2005) (Figura 9). A respeito dos núcleos de ocupação os dados são parcos, seguramente pela falta de trabalhos de investigação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias de hoje, intentar realizar um trabalho como o preconizado por Tavares de Proença Júnior seria de todo impossível para um único arqueólogo. Teriam que estar necessariamente envolvidas diversas entidades e vontades[5].

Contudo, os trabalhos de investigação que têm vindo a ser realizados, alicerçados principalmente em metodologias de prospecção, têm proporcionado um melhor entendimento da realidade patrimonial concelhia.

Ainda que seja evidente a falta de elementos para o estudo de períodos cronológicos, como por exemplo a Pré-história Antiga ou o período Medieval, hoje somos mais conhecedores do riquíssimo património arqueológico do concelho do Fundão.

Pela nossa parte, cabe-nos desenvolver uma acção permanente neste território que permita contribuir para a construção de memória.

É preciso continuar a investigar, a prospectar, a escavar e a divulgar o conhecimento adquirido.

Nota: Em 2021, já após a redacção deste texto, num dos capítulos do relatório de Mestrado em Arqueologia e Território que apresentámos à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, fazemos uma actualização da Carta Arqueológica Municipal(https://eg.uc.pt/handle/10316/96974). A cartografia poderá se consultada na página SIG do Municipio do Fundão, disponibilizada nos inícios de 2022 (https://sig.cm-fundao.pt/).

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1988) – O domínio romano em Portugal, Lisboa: Europa América.

ALARCÃO, Jorge de (2005) – "Ainda sobre a localização dos povos, referidos na inscrição da ponte de Alcântara". *Actas das 2.ªs Jornadas de Património da Beira Interior – Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia*, pp. 119-131. Guarda.

ALMEIDA, J. (1945) – *Roteiro dos monumentos militares portugueses (distritos da Guarda e Castelo Branco).* Vol. I. Lisboa.

ÂNGELO, Maria João (2003) – *Torre dos Namorados. Estudo de prospecção intensiva. Breve análise de arqueologia espacial*. Coimbra. (Trabalho académico apresentado ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) AZEVEDO, P., (1897) "Extractos archeologicos das Memorias Parochiaes de 1758", *O Archeologo Português*, III. 1.ª Série, p. 150.

BANHA, C.; VEIGA, A. M. e FERRO, S. (2009) – A Estátua-Menir de Corgas (Donas, Fundão). Contributo para o Estudo da Idade do Bronze na Beira Interior. *Açafa online, 2*. Associação de Estudos do Alto Tejo.

BAPTISTA, António, M. (2004) – "Arte paleolítica de ar livre no Rio Zêzere (Barroca, Fundão), *Ebvrobriga 1*, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, C. M. Fundão, pp. 9-16.

BIZARRO, Joana (2016) – "As colecções de F. Tavares de Proença Júnior no Museu Arqueológico do Fundão". *Materiaes.* Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior.

CARDOSO, João Luís (1861) – *Quadro da Província da Beira Baixa. Monumentos archeologicos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CARVALHO, Pedro; RIBEIRO, Carla; SILVA, Ricardo; ALMEIDA, Sara (2002) – "O povoamento rural romano ao longo da ribeira da Meimoa – Fundão", *Conimbriga, XLI*, pp. 127-152.

CRISTOVÃO, José L. (1992) – *O povoamento romano da bacia do curso médio da ribeira da Meimoa*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Seminário de Arqueologia).

CURADO, Patrício (1979) – "A viação romana no concelho de Penamacor". *Actas e memórias do 1.º Colóquio de arqueologia e história do concelho de Penamacor*, pp. 81-98.

CURADO, Patrício (2004) – "Uma ara a Quangeius no Museu Arqueológico Municipal José Monteiro". *Ebvrobriga 1*, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, C.M. Fundão, pp. 23-24.

Gabinete do Património Histórico e Arqueológico, (2004) – "A rota dos Castros". C. M. do Fundão (folheto de divulgação).

FABIÃO, Carlos (2004) – "O Arqueológo Francisco Tavares de Proença Júnior". *Arqueologia: colecções de Francisco de Tavares de Proença Júnior.* Instituto Português de Museus. Castelo Branco.

MARQUES, João; ALMEIDA, Sara; FERREIRA, Nuno; VILAÇA, Raquel (2012) – "O Castro do Cabeço da Argemela (Fundão). Trabalhos desenvolvidos entre 2003 e 2009". *Ebvrobriga 7. Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro,* Fundão, pp. 79-99.

MONTEIRO, José Alves (1978) – *Pequena história de um museu. Fundo e catálogo. Carta arqueológica do Concelho do Fundão,* Lisboa.

MOTTA, António J. S. (1933) – *Monografia de Alpedrinha*, Alpedrinha. Ed. Fac-similada da C. M. Fundão.

PEREIRA, Félix Alves (1914) – "Anta na freguesia do Salgueiro, Fundão". *O Arqueólogo Português, XIX*, p. 74.

PROENÇA, Francisco Tavares (1907) – "Inscripções romanas de Castello Branco". *Archeologo Português,* volume XII, 1.ª série, p. 178.

[5] Registamos a iniciativa da Associação de Estudos do Alto Tejo, há alguns anos atrás, da tentativa de reunir esforços para a realização de tal projecto.

PROENÇA, Francisco Tavares (1908) – *Ensaio de Inventário dos castros Portuguezes*. Leiria: Typographia Leiriense.

PROENÇA, Francisco Tavares (1910) – *Archeologia no Distrito de Castello Branco*, Leiria, Typogaphia Leiriense;

PROENÇA Francisco Tavares (1910b) – "Inscrições inéditas". *O Archeologo Português,* volume XV, 1.ª série, p. 53.

RAPOSO, Luís (2005) – "Indícios de uma eventual presença do paleolítico na Serra da Gardunha", *Cadernos do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro* 2, C. M. Fundão.

ROSA, João M. (2004) – "Uma proposta de releitura do epitáfio de Lubaecus", *Ebvrobriga 1*, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro. C.M. Fundão, pp. 25-28.

ROSA, João M.; BIZARRO, Joana (2013) – "Arqueologia do Concelho do Fundão. Contributos para a carta arqueológica". *Ebvrobriga 8*. Museu Arqueológico Municipal José Monteiro. C.M. Fundão.

ROSA, João M.; BIZARRO, Joana (2014) – *A 'urbs'romana da encosta meridional da serra da Gardunha*. Editorial *Capitulum*. Fundão.

SALVADO, Pedro; ROSA, João; GUERRA, Amílcar (2004) – "Monumento votivo a Arância e Arêncio, provenientes do Castelejo", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 7, nº2, pp. 237-242.

SARMENTO, Martins (1833) – "Expedição científica à serra da Estrela em 1881", *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

SILVA, Armando Coelho F.; ROSA, João; SALVADO, Pedro (2003) – "Monte de S. Brás – A persistência do passado na identidade Fundão", *Cadernos do Museu arqueológico José Monteiro, 1*, Câmara Municipal do Fundão, Fundão.

SILVA, João B. P. (2003) – *Fund*ão – Ecos de um passado milenar, Héstia Editores.

SILVA, Joaquim Candeias da (1979) – "Subsídios para o estudo da viação romana no SW do antigo território Penamacorense", *Actas e memórias do 1.º Colóquio de arqueologia e história do Concelho de Penamacor*, pp. 37-50.

SILVA, Joaquim Candeias da (1986) – "Ao Sul da Gardunha – elementos para a carta arqueológica do Fundão". *Actas das Jornadas da Beira Interior* (1984), vol. 2, pp. 77-93.

SILVA, Joaquim Candeias da (1989) – "O problema das sepulturas aberta na rocha – subsídios para o seu estudo, com base numa amostragem colhida na Orca". *Actas do I Colóquio arqueológico de Viseu* (separata).

SILVA, Joaquim Candeias da (2004) – "Alpreada e o seu território ao tempo dos romanos – Problemática, realidades e perspectivas". *Ebvrobriga 1*, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro. C. M. Fundão, pp. 61-92.

SILVA, R. (2005) – *Génese e evolução da estrutura do povoamento do I Milénio a.C. na Beira Interior*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 Vols. (trabalho policopiado).

THADEU, Décio (1951) – "Geologia e jazigos de chumbo e zinco da Beira Baixa". *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. 9 (1-2).

VAZ, João Luís (1977) – "Inscrições romanas do museu do Fundão", *Conimbriga*, XVI, pp. 1-27, Universidade de Coimbra.

VILAÇA, Raquel (1995) – "Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze", *Trabalhos de Arqueologia*, 9, IPPAR, Lisboa, 2 vol.

VILAÇA, Raquel (2005) – "Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a. C.". *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia, Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior, 21 e 22 de Outubro de 2004*, Guarda, p. 13-32.

VILAÇA, Raquel; SANTOS, André; PORFÍRIO, Eduardo; MARQUES, João N.; CORREIA, Miguel; CANAS, Nuno (2000) – "O povoamento do I milénio a.C. na área do concelho do Fundão: pistas de aproximação ao seu conhecimento", *Estudos Pré-históricos*, 8, pp. 187-219.

VILAÇA, Raquel (2003) – "Arqueologia (Pré e Proto-histórica) na área da Gardunha: linhas de diagnóstico e sugestões de terapia", *Estudos de Castelo Branco*, nova série, n.º1, pp. 42 e 44.

VILAÇA, R.; MONTERO-RUIZ, Ignacio M.; RIBEIRO, Carla A.; SILVA, Ricardo; ALMEIDA, Sara – (2004) "Tapada das Argolas (Capinha, Fundão): novos contributos para a sua caracterização", separata dos *Estudo Pré-históricos*, Vol. X-XI, 2002-2003. Câmara Municipal do Fundão, pp. 175-19.

VILAÇA, Raquel (2005) – "Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a. C.". *Actas das 2.as Jornadas de Património da Beira Interior – Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda.

VILAÇA, Raquel (2004) – "O povoamento Proto-histórico na periferia da Gardunha.". *Ebvrobriga 1. Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro,* Fundão, pp. 39-56.

VILAÇA, Raquel; ALMEIDA, Sara; BOTTAINI, Carlo; MARQUES, João Nuno; MONTERO-RUIZ, Ignacio M. (2011) – "Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão): formas, conteúdos, produções e contextos". In Martins, C. M. B.; Bettencourt, A. M. S.; Martins, J. I. F. P.; Carvalho, J. (Eds.), *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental,* pp. 427-450.

VILAÇA, Raquel; SANTOS, André T.; PORFÍRIO, Eduardo; MARQUES, João N.; CORREIA, Miguel; CANAS, Nuno (2000) – "O povoamento do I milénio a.C. na área do concelho do Fundão: pistas de aproximação ao seu conhecimento". *Estudos Pré-históricos*. VIII. 187-219.

VILAÇA, Raquel; ROSA, João M.; BIZARRO, Joana; PIRES, Hugo; BAPTISTA, Pedro (2016) – "Nova estela, nova história. Um referencial do Bronze Final na Cova da Beira (Telhado, Fundão, Portugal)". Simpósio *"Imagens de Pedra na Pré-história e na Proto-história"*, Universidade do Minho, Braga.

ARQUEOLOGIA DO CONCELHO DE PENAMACOR. DO INVENTÁRIO DE 1910 AO INVENTÁRIO DE 2016

Sara Ferro

Arqueóloga / sara.ferro@sapo.pt

Resumo

Apresentam-se os dados mais recentes relativos ao concelho de Penamacor, cem anos depois da publicação da «Carta Arqueológica do distrito de Castelo Branco», por Francisco Tavares Proença Júnior, resultantes do inventário para a «Carta Arqueológica do Concelho de Penamacor» de 2016. Uma vez que não existia um documento síntese relativo ao património arqueológico, por iniciativa da autarquia, foi desenvolvido o projeto da Carta Arqueológica que decorreu entre 2013 e 2015. Identificaram-se 279 ocorrências, das quais 56 inéditas e comprovou-se a ocupação do território que integra o concelho de Penamacor desde a pré-história antiga até à atualidade.

Palavras-chave: Carta arqueológica, Inventario, Património, Penamacor.

Abstract

The most recent data on the municipality of Penamacor are presented one hundred years after the publication of the "Archeological Chart of the District of Castelo Branco" by Francisco Tavares Proença Júnior, resulting from the inventory for the "Archeological Chart of the Municipality of Penamacor" of 2016. Since there was no synthesis document on the archaeological heritage, the project of the Archaeological Chart, which took place between 2013 and 2015, was developed at the initiative of the municipality. It was identified 279 occurrences, of which 56 were unpublished and proved the occupation of the territory that integrates the county of Penamacor from the old prehistory until the present time.

Keywords: Archaeological heritage, Inventory, Penamacor.

Em 1910, aquando da publicação da obra «Archeologia do Districto de Castello Branco (1º contributo para o seu estudo) de Francisco Tavares de Proença Júnior, as ocorrências arqueológicas do inventário no que diz respeito ao concelho de Penamacor eram escassas. Referiam-se apenas as localidades de Meimoa, Penamacor, Pedrogão, Bemposta, Aldeia do Bispo e Salvador, como tendo vestígios arqueológicos. Em Aldeia do Bispo, teriam sido recolhidos oito machados de pedra polida, registando-se também uma estação romana (referia-se ao tesouro funerário da Lameira Larga); na Bemposta, existiria uma estação romana e uma inscrição (que foi levada para o Museu Etnológico Português); na Meimoa, registavam-se quatro antas (quase destruídas, localizadas entre a Meimoa e Penamacor) e uma estação romana; em Penamacor, onde foram recolhidos dez machados de pedra polida, registavam-se também duas estações romanas e uma inscrição; em Pedrogão, existiriam duas antas; e em Salvador, referia-se a existência de uma anta, uma estação romana, tendo sido aí recolhidos também oito machados de pedra polida e um de bronze. Das dezoito ocorrências arqueológicas no total, sete pertenceriam à tipologia de necrópoles (antas), seis a habitats (estações romanas), três a achados isolados (conjuntos de machados de pedra polida ou bronze) e duas a inscrições.

Comparando os dados relativos ao concelho de Penamacor com o total de ocorrências para todo o distrito (ver Quadro 1), Tavares Proença registou 7 antas no concelho de Penamacor, das totais 86; 27 machados de pedra polida de Penamacor, dos 1136 no total; um machado de bronze no concelho de Penamacor (que foi fundido), dos 16 no total no distrito; 6 estações romanas, das 16 totais, e duas inscrições das 20 encontradas no distrito. Quanto a estações neolíticas, túmulos, moedas e sepulturas na rocha, nenhum deste tipo de vestígios é assinalado pelo autor no concelho de Penamacor.

Total de ocorrências	**Distrito de Castelo Branco**	**Concelho de Penamacor**
Estações neolíticas	7	0
Antas	86	7
Túmulos	8	0
Machados de pedra polida	1136	27
Machados de bronze	16	1
Estações romanas	81	6
Inscrições	20	2
Moedas	320	0
Sepulturas na rocha	121	0

Quadro 1 – Inventário de 1910 de Francisco Tavares Proença. Total de ocorrências no distrito/concelho de Penamacor.

Hoje em dia, infelizmente, alguns dos monumentos, sítios e achados inventariados por Tavares Proença, que em termos cronológicos vão até ao século V d.C, não se encontram preservados. Falamos por exemplo das antas, não se observando vestígios de nenhum dos 7 monumentos por ele identificados no concelho de Penamacor. Daí, a importância da obra de Tavares Proença, uma vez que identifica monumentos já desaparecidos e que sem ela desconheceríamos a sua existência. É certo que na sua época a maioria estava já em fase avançada de destruição, contudo é de lamentar que nenhum deles tenha sobrevivido até aos dias de hoje. Vera Leisner e Pheline Kalb no inventário relativo aos monumentos megalíticos regista 6 antas no concelho de Penamacor, dando apenas a localização de 4, que assinala como destruídas, segundo informações locais (1998:89-90). Ainda para a Pré-História recente, pelo inventário de 1910, sabemos que houve ocupações do Neolítico-Calcolítico ou Idade do Bronze, por achados isolados ou em antas, de machados de pedra polida em Aldeia do Bispo, Penamacor e Salvador, registando-se para esta última localidade o achado de um machado de bronze que foi fundido.

Relativamente às estações romanas, os vestígios referidos em Aldeia do Bispo, correspondem ao tesouro funerário da Lameira Larga / Fonte Salgueira encontrado no início do século XX, quando se surribava a terra para vinha. Compunha-se de uma grande urna cineráriа de chumbo que estava dentro de uma escavação praticada na rocha, aberta a pico, coberta com três varas de ferro que sustentavam uma cobertura formada por telhões e tijolos romanos. No seu interior, para além das cinzas estavam peças em prata das quais se salienta uma pátera decorada com cena do mito de Perseu, vidro e cerâmica (Santos Rocha, 1909:44-49). Os objetos apontam para uma cronologia do enterramento do séc. I-II. Estas peças encontram-se hoje no Museu Nacional de Arqueologia tendo sido recentemente publicado um estudo das mesmas (Barata, 2018:49-56). No local ainda hoje são visíveis abundantes vestígios de época romana, constituídos por materiais de construção em pedra, capiteis e silhares rusticados, tesselas em pasta de vidro azul, placas de mármore, *terra sigillata*, cerâmica comum e cerâmica de construção. Na Bemposta, o número de inscrições romanas e vestígios diversos que têm aparecido próximo da povoação, atestam a sua ocupação do período romano, contudo não sabemos exatamente a que local

se referia Tavares Proença Júnior. Nave de Baixo, Represa e Quinta da Meijoana são atualmente os sítios com vestígios mais significativos, podendo corresponder a qualquer um deles o sítio que registou. Já na Meimoa, o local com maior importância ao nível dos vestígios romanos é o Vale da Canadinha, a sul da aldeia. Muito provavelmente seria este o local referido por Tavares Proença Júnior. Em Salvador, a estação romana do inventário de 1910 poderá corresponder a Fonte Salgueira, um dos sítios atualmente com maior significado, atendendo ao tipo de vestígios que apresenta e à área de dispersão de materiais, ou ainda à Quinta do Marquês da Graciosa, localizada na aldeia, nas proximidades da escola primária, apesar de nos dias de hoje os vestígios serem muito ténues. Não podemos esquecer que foi atribuído também ao Salvador um termo augustal entre os *Lancienses Oppidanos* e os *Egeditanos* (Saa, 1963:231). De Penamacor são referidos vestígios romanos em dois locais diferentes. Julgamos que um deles seria certamente Serabeca ou Sarrabeca, uma vez que já na Expedição Científica à Serra da Estrela de 1881 se referia que «… no sítio chamado Tabeiró, houve uma grande cidade, a que dão o nome de Serebeca» (Sarmento,1990:7). Localiza-se próximo da capela da Senhora do Incenso e é uma vasta área com abundantes vestígios de época romana com algumas zonas de maior concentração de materiais, onde aparecem cerâmica, *tegulae*, tijolos, silhares, fragmentos de coluna e troços de muros. O outro local referido poderia corresponder ao sítio dos Aranhões ou Ferrador, já que são também sítios com alguma dimensão ao nível dos vestígios romanos e ficam próximo de Penamacor. No sopé do cabeço granítico do castelo de Penamacor localiza-se o sítio do Olival Queimado, local de onde provém uma inscrição e que corresponderá muito provavelmente a uma *villa*. Também poderá ser uma das hipóteses para o segundo sítio de cronologia romana do inventário de 1910.

Relativamente às inscrições, Tavares Proença refere uma lápide com inscrição proveniente da Bemposta, que levou na altura para o Museu Etnológico Português e uma inscrição de Penamacor, que foi partida pelo «bárbaro achador».

Em termos comparativos e olhando para o inventário de 1910 elaborado por Tavares Proença e o de 2016, nem sempre o número de ocorrências é maior na atualidade (ver Quadro 2). É o caso das antas que em 1910 se registava em número de 7 e em 2016 não sobreviveu nenhuma delas. Dos machados de pedra polida registava-se em 1910, 3 ocorrências (num total de 27 unidades). Atualmente, no inventário de 2016, registam-se 7 ocorrências, não se podendo precisar o número de exemplares. Quanto aos machados de bronze, em 1910 registava-se um que se fundiu e em 2016 o número é de 3 e não é tido em conta o referido anteriormente, uma vez que desapareceu. Tavares Proença inventariava 6 estações romanas. Hoje em dia entre zonas de *habitat*, necrópoles, tesouros, minas etc, excluindo as inscrições, temos um total de 163 ocorrências. E por fim o número de inscrições, em 1910 era de 2 e em 2016, contavam-se 17 ocorrências, num total de 27 inscrições romanas.

Tipologias	**1910**	**2016**
Antas	7	0
Machados de pedra polida	3(27)	7 (?)
Machados de bronze	1	3
Estações romanas	6	163
Inscrições	2	17 (27)

Quadro 2 – Tipologia das ocorrências arqueológicas no inventário de 1910 / inventário de 2016.

Após esta primeira obra de 1910 que fazia o inventário dos vestígios e achados arqueológicos no concelho de Penamacor, inserido no total das ocorrências arqueológicas para todo o distrito de Castelo Branco, os principais contributos para a Carta Arqueológica do concelho viriam a ser dados ainda na primeira metade do século XX com a importante obra de José Manuel Landeiro, fundamental para a divulgação histórica e arqueológica do concelho de Penamacor dos anos 30 aos anos 60 do século passado (1938). Outro marco importante foi o estudo e publicação nos anos 50 desse século, por Adriano Vasco Rodrigues da estela da Idade do Bronze encontrada em Meimão (1958:225-226). Nos anos 60, Mário Pires Bento deu a conhecer a arqueologia e a epigrafia do concelho especialmente na região da Meimoa, participando em congressos nacionais e internacionais (1971: 359-360; 1973; 1975: 951-956; 1978: 80-88; 1989: 431-440). Nos inícios dos anos 80 Joaquim Batista no 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor, apresentava os «Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Penamacor até ao domínio romano» (1982: 73-79). Referia o autor ser a primeira tentativa de inventariação da permanência do Homem em períodos anteriores ao domínio romano no concelho, tratando-se de um trabalho essencialmente apoiado em bibliografia. Joaquim Batista acrescentava assim ao inventário de 1910 alguns achados isolados da Idade do Bronze e povoados pré-históricos em que salientava a importância do povoado da Serra Pedreira ou Ra-

malhão, que viria a ser escavado mais tarde por Raquel Vilaça no final dos anos 80 (1989: 5-32). Esta investigadora viria também a realizar escavações arqueológicas nos anos 90 no importante povoado do Monte do Frade com ocupação desde o Neolítico Final ao Bronze Final, integrado no seu projeto de investigação sobre o Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze (1993:499-511; 1995; 1997: 22-44). Nas últimas décadas, um importante contributo para a carta arqueológica do concelho, relativamente aos sítios e achados de cronologia romana, foi dado por José Luís Cristóvão num trabalho académico no âmbito da sua licenciatura em que abordava o povoamento romano da bacia do curso médio da Ribeira da Meimoa. (1992). É aí que são inventariados a maioria dos sítios romanos do concelho. Ainda na década de 90, na área da Reserva Natural da Serra da Malcata, que ocupa uma parte significativa do concelho de Penamacor procedeu-se também a um levantamento arqueológico (Fernandes, 1994) onde se incluíam os sítios inventariados por José Luís Cristóvão e ainda outros inéditos, na Serra da Malcata. Já neste século um dos principais contributos foi o trabalho de Pedro Carvalho, «Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana», (2007) que englobava as freguesias a norte do concelho, nomeadamente Benquerença, Meimoa, Vale da Senhora da Póvoa e Meimão. Por essa altura, Silvina Silvério realizou alguns trabalhos arqueológicos no concelho (2004:473-540; 2007), dando também um contributo fundamental para a construção do que viria a ser a Carta Arqueológica, bem como de igual importância seria o Levantamento Arqueológico e Patrimonial da freguesia da Bemposta realizado por Cézer Santos e Francisco Robles Henriques (2016: 341-352).

Deste modo, o projeto que culminou no inventário de 2016 (Ferro, 2016) procurou fazer a sistematização de toda a informação já conhecida e completar os trabalhos de campo nas zonas que não tinham sido ainda alvo de prospeções sistemáticas. A Carta Arqueológica do Concelho de Penamacor surgiu por iniciativa da Câmara Municipal, num momento em que se aproximava a revisão do Plano Diretor Municipal, pretendendo-se assim com este levantamento criar um instrumento de gestão para a salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico do concelho. Os seus principais objetivos foram, em primeiro lugar, inventariar o património arqueológico do concelho; relocalizar sítios e monumentos de interesse arqueológico referenciados em bibliografia; identificar e cartografar sítios arqueológicos inéditos; e caracterizar os arqueossítios identificados. Pretendeu-se assim e de um modo mais abrangente, promover a salvaguarda, estudo e divulgação do património arqueológico do concelho de Penamacor.

A metodologia seguida baseou-se na Circular do Instituto Português de Arqueologia de 10 de Setembro de 2004 sobre os «Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental», nomeadamente a Caracterização da Situação de Referência, adaptada ao tipo de projeto. Foi considerado para este inventário apenas o património arqueológico, conforme definido nos n.º 1 e 2 do art.º 74.º da Lei n.º 107/ 2001 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Os trabalhos desenvolveram-se em duas fases, uma primeira de Janeiro a Agosto de 2013, tendo sido feito o levantamento documental e bibliográfico de Janeiro a Abril desse ano. A recolha de informação oral, análise toponímica e fisiográfica da cartografia, bem como as prospeções realizaram-se essencialmente em Maio e Junho desse ano, fazendo-se nos dois meses seguintes a sistematização do trabalho desenvolvido. A segunda fase decorreu de Maio a Outubro de 2015, tendo-se concluído os trabalhos de prospeção previstos, e sistematizado o trabalho desenvolvido.

A pesquisa documental e bibliográfica foi constituída essencialmente pela consulta de bibliografia arqueológica, bibliografia especializada, nomeadamente história local e regional, bases de dados da Direção Geral do Património Cultural, cartografia geológica (Carta Geológica de Portugal), cartografia militar (Carta Militar de Portugal) e sítios na Internet com informação sobre a história e o património locais, nomeadamente o site da Câmara Municipal. A base de dados de património imóvel classificado ou em vias de classificação da DGPC apresenta quatro resultados para o concelho de Penamacor, tendo interesse a nível arqueológico apenas três: Castelo de Penamacor, classificado como Monumento Nacional; Ponte medieval da ribeira da Meimoa, classificada como Imóvel de Interesse Público e Pelourinho da Bemposta, classificado como Imóvel de Interesse Público. A base de dados do mesmo organismo para o património arqueológico (Endovélico) apresenta um número significativo de sítios ou achados, que foram tidos em consideração e sempre que possível, foi feita a sua relocalização.

Atendendo ao tempo disponível para a realização do projeto, foi necessário fazer opções relativamente às zonas a prospetar e nomeadamente às relocalizações. Assim, foram à partida excluídas as áreas já

prospetadas por Silvina Silvério, e grosso modo as freguesias de Meimoa, Benquerença e Vale da Senhora da Póvoa, alvo de trabalhos de prospeção para o período romano por José Luís Cristóvão e mais recentemente por Pedro Carvalho. Foram feitas prospeções nessas freguesias nos casos em que havia informação de possíveis sítios de outras cronologias. Optámos por selecionar as zonas a prospetar em função da informação recolhida, nomeadamente em bibliografia e na documentação do Museu Municipal bem como em informação oral. Foi fundamental a colaboração em termos de informação e disponibilidade do Dr. José Luís Cristóvão, arqueólogo da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, do Dr. Joaquim Nabais, técnico superior da Autarquia na área da História e da Dr.ª Silvina Silvério, arqueóloga que realizou alguns trabalhos no concelho. Sem eles, este inventário ficaria sem dúvida mais incompleto. Assim foram privilegiadas também as relocalizações de sítios referidos em bibliografia, mas ainda não inventariados no Endovélico, e ainda os sítios dessa base de dados sem georreferenciação.

Foram inventariadas 279 ocorrências arqueológicas e visitados com vestígios confirmados ou identificados pela primeira vez, 126 sítios. Para além dos sítios já constantes da base de dados Endovélico da DGCP (142), foram acrescentados 58, referidos em bibliografia e ainda 56 sítios inéditos (Ferro, 2017a:28-45). O número de sítios / achados é considerável, sendo também a sua tipologia e cronologia bastante diversas (ver Gráficos 1 e 2), o que faz antever o enorme potencial do concelho a nível arqueológico. Do total de sítios / achados inventariados há um número bastante elevado de cronologia romana. É seguro que em época romana o povoamento foi intenso no território que corresponde hoje ao concelho de Penamacor, o que se compreende, tendo em conta a proximidade à *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), mas também pela existência de ouro e sua exploração na região (Sánchez-Palencia e Pérez Garcia, 2005: 267-308). Apesar de terem sido escavados apenas cinco sítios (*villae*) desta cronologia (Quinta da Arrochela (Corte Real e Frade, 1985), Cabeço do Lameirão (Corte Real, 1992), Ferrador-*villa* da Saibreira, Sítio do Atalho e Olival Queimado (Ferro, 2017) (Figura 1), todos com escavação de emergência/salvamento, conhecem-se outros, seguramente *villae*, (Figura 2) mas também casais ou quintas ou mesmo possíveis *vicus*. O número de inscrições latinas que têm aparecido no concelho é também significativo.

Os sítios de cronologia pré e proto-histórica deixam vestígios menos visíveis, daí que o número seja

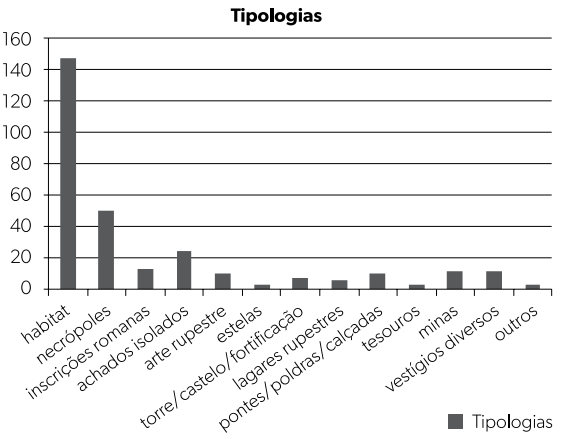


Gráfico 1 – Tipologias das ocorrências da Carta Arqueológica de Penamacor. Inventário de 2016.

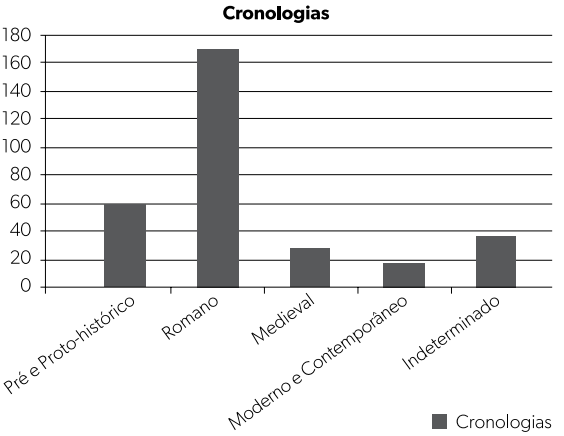


Gráfico 2 – Cronologias das ocorrências da Carta Arqueológica de Penamacor. Inventário de 2016.



Figura 1 – Olival Queimado, Penamacor. Escavação de emergência. Sondagem 2. Plano Final. Contentor poligonal constituído por seis *tegulae*.



Figura 2 – Fonte Drágua, Penamacor. Vestígios diversos de época romana (peso de lagar e mós).



Figura 3 – Pego do Mocho, Penamacor. Povoado pré/proto histórico.



Figura 4 – Dongalinho, Águas. Povoado pré-histórico.

bastante inferior aos de cronologia romana, contudo há importantes sítios, alguns já conhecidos (Ramalhão, Monte do Frade e Cabeço da Malhoeira (Oliveira, 1998:243-257) e outros até agora inéditos, como Pego do Mocho (Figura 3), Sobreiral ou Dongalinho (Figura 4), cujo estudo poderá contribuir para um maior conhecimento dessa época.

Relativamente a épocas mais recentes, como a Idade Média ou Idade Moderna, o número de vestígios arqueológicos é mais reduzido o que tem a ver com a opção de se ter restringido este inventário apenas ao património arqueológico, ficando de fora o património construído, que poderá certamente vir a constituir outro inventário. Contudo é de salientar o número elevado de sepulturas escavadas na rocha (Figura 5) e de lagares rupestres (Figuras 6 e 7).



Figura 5 – Tapada do Cabeço 1, Aldeia de João Pires. Sepultura rupestre antropomórfica de época medieval.



Figura 6 – Brosque/Lajinha, Aldeia de João Pires. Lagar rupestre.



Figura 7 – Tapada do Bragão 1, Penamacor. Lagar rupestre.

Parece-nos ter ficado demonstrada a grande riqueza do concelho de Penamacor ao nível do património arqueológico. O número de sítios identificados é relevante, e a qualidade dos vestígios arqueológicos é também de salientar, bem como a diversidade de contextos (habitats, necrópoles, inscrições, tesouros, lagares, etc.) e a longa diacronia dos mesmos. Como notas finais lembramos que uma carta arqueológica é sempre um documento em construção, incompleto, inacabado, estando já neste momento desatualizado, uma vez que já surgiram entretanto alguns achados e sítios que não constam deste inventário.

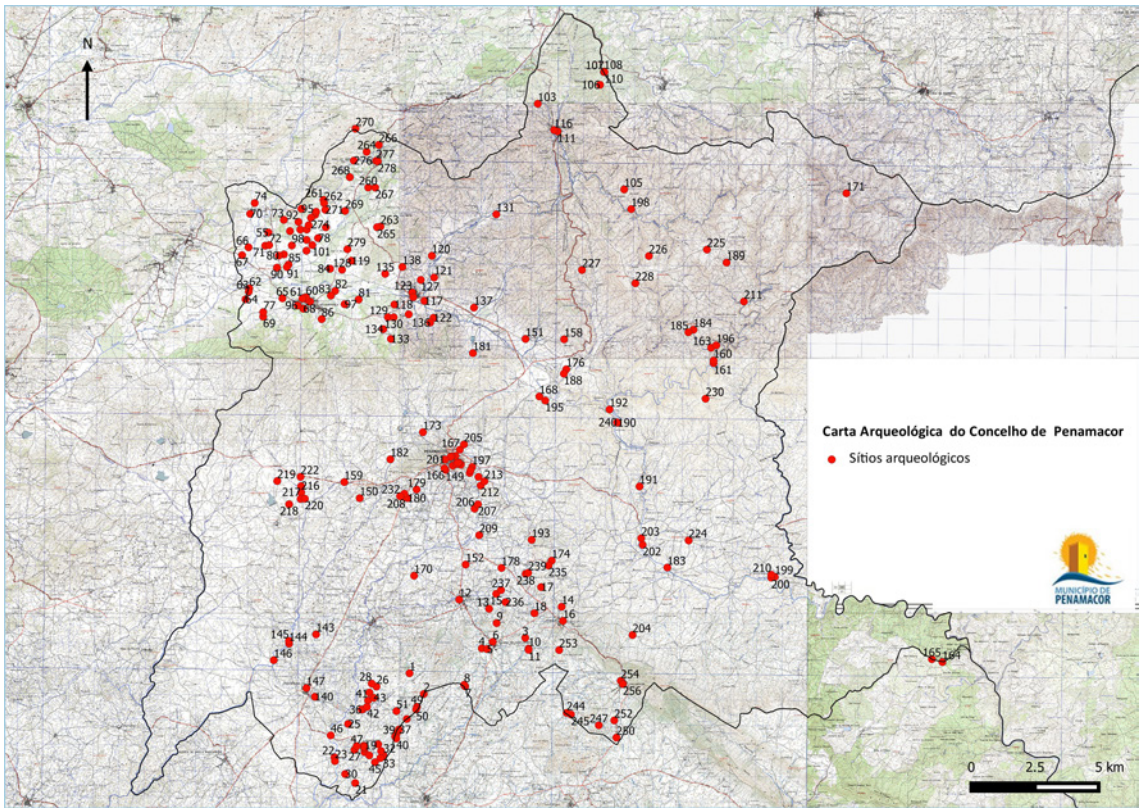


Figura 8 – Mapa geral dos sítios inventariados na Carta Arqueológica de Penamacor.

BIBLIOGRAFIA

BARATA, Filomena (2018) – O tesouro romano de Lameira Larga, Aldeia do Bispo, Penamacor. *Ebvrobriga*. 9. Museu Arqueológico Municipal José Monteiro. Fundão, pp. 49-56.

BATISTA, Joaquim (1982) – Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Penamacor até ao domínio romano. *Actas e Memórias do 1.º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor.* Penamacor, pp. 73-79.

BENTO, Mário Pires (1971) – Lápide Romana encontrada em Meimoa. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia.* Vol. II. Coimbra, pp. 359-360.

BENTO, Mário Pires (1973) – Inscrições Romanas de Meimoa. *Actas del XIII Congresso Nacional de Arqueologia de Huelva*. (Separata).

BENTO, Mário Pires (1975) – Inscrições Romanas de Meimoa (Beira Baixa). *XIII Congresso Nacional de Arqueologia*. Zaragoça, pp. 951-956.

BENTO, Mário Pires (1978) – Escavações Arqueológicas Romanas da Meimoa (Beira Baixa). *Estudos de Castelo Branco.* Nova Série. 3. Castelo Branco, pp. 80-88.

BENTO, Mário Pires (1989) – Novos achados arqueológicos em Meimoa e Benquerença (Penamacor). *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu*. Governo Civil de Viseu. Viseu, pp. 431-440.

CARVALHO, Pedro (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Conimbriga / Anexos 4. Fundão. Coimbra.

CÔRTE-REAL. Artur (1992) – *Intervenção Arqueológica no Alto do Lameirão, Meimoa – Penamacor. Primeira Abordagem*. *Relatório*. I.P.P.A.R.

CÔRTE-REAL, Artur, FRADE, Helena (1985) – *Arrochela 1985*. *Relatório*. Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro. Coimbra. I.P.P.C.

CRISTOVÃO, José Luís (1992) – *O povoamento romano da bacia do curso médio da Ribeira da Meimoa*. Universidade de Coimbra. Coimbra. Trabalho académico policopiado.

FERNANDES, Lídia (1994) – *Levantamento Arqueológico da Reserva Natural da Serra da Malcata*. Relatório policopiado.

FERRO, Sara (2016) – *Carta Arqueológica do concelho de Penamacor. Relatório*.

FERRO, Sara (2017) – *Escavações arqueológicas de emergência no sítio do Olival Queimado, Penamacor. Relatório.*

FERRO, Sara (2017a) – Contribuição para a Carta Arqueológica de Penamacor. Sítios inéditos. *Al-Madan online*. II série. 21. Tomo 3. Julho, pp. 28-45.

HENRIQUES, Fernando e SANTOS, Cézer (2016) – Levantamento Arqueológico e Patrimonial da Freguesia da Bemposta (Penamacor). *II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco*. Sociedade doa Amigos do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, pp. 341-352.

LANDEIRO, José Manuel (1995 – 1ª ed. 1938) – *O Concelho de Penamacor na História na Tradição e na Lenda*. Famalicão.

LEISNER, Vera e KALB, Pheline (1998) *Die Megallithgraber der Iberischen Halbinsel – Der Westen*. Deutsches Archaologisches Institut. Abteilug Madrid. Berlin, pp. 89-90.

OLIVEIRA, Ana Cristina (1998) – O Povoado Pré-histórico do Cabeço da Malhoeira (Benquerença – Penamacor). *Actas do Colóquio A Pré-história da Beira Interior. Estudos Pré-históricos*. Vol. VI, pp. 243-257.

PROENÇA JÚNIOR, Francisco Tavares (1910) – *Archeologia do Distrito de Castelo Branco. 1ª Contribuição para o seu estudo.* Leiria.

RODRIGUES, António Vasco (1958) – A Estela da Idade do Bronze encontrada em Meimão (Penamacor). *Zephyrus*. IX . 2. Salamanca, pp. 225-226.

SAA, Mário (1963) – *As Grandes vias da Lusitânia*. Vol. 3. Lisboa.

SÁNCHEZ-PALENCIA, Francisco Javier e PÉREZ GARCIA, Luis Carlos (2005) – Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges / Erjas y Bazágueda (Lusitânia): la zona minera de Penamacor-Meimoa. *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2.as Jornadas de Património da Beira Interior.* Guarda, pp. 267-308.

SANTOS ROCHA, António dos (1909) – O Tesouro Funerário da Lameira-Larga. Época Luso-Romana. *O Archeologo Português*. vol. XIV. Lisboa, pp. 44-49.

SARMENTO, Francisco Martins (1990 – 1ª ed. 1883) – Expedição Científica à Serra da Estrela. *Revista de Guimarães*. 100. Guimarães, pp. 299-339.

SILVERIO, Silvina; BARROS, Luís de; e TEIXEIRA, André (2004) – Escavações arqueológicas no castelo de Penamacor/Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 7. 2, Lisboa, pp. 473-540.

SILVÉRIO, Silvina e PAIVA, D. (2007) – *Escavações arqueológicas no Vale da Canadinha. Sítio do Atalho – Meimoa. Catálogo da Exposição*. Museu Mário Bento. Arqueonova. Câmara Municipal de Penamacor. Junta de Freguesia de Meimoa.

VILAÇA, Raquel (1989) – O povoado pré-histórico do Ramalhão (Penamacor). Resultados das escavações de 1988-1989. *Conimbriga*. XXVIII. Coimbra, pp. 5-32.

VILAÇA, Raquel (1993) – A ocupação neocalcolítica do Monte do Frade (Penamacor). *Actas da 3.ª Reunião do Quaternário Ibérico*. Coimbra, pp. 499-511.

VILAÇA, Raquel (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. Trabalhos de Arqueologia*. 9. 2 volumes. Lisboa: IPPAR.

VILAÇA, Raquel (1997) – Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor). *Conimbriga*, XXXVI. Coimbra, pp. 22-44.

CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE BELMONTE APÓS FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

Elisabete Martins Robalo

Câmara Municipal de Belmonte / betarobalo@hotmail.com

Resumo

Desde a publicação em 1910, por Francisco Tavares Proença Júnior da "Archeologia do Districto de Castelo Branco", houve já em Belmonte diversos trabalhos de inventário, prospecção e escavações arqueológicas que têm vindo significativamente a engradecer a Carta Arqueológica do Concelho.

As escavações efectuadas em Centum Cellas, na villa romana da Fórnea, no Castelo de Belmonte, na Casa da Torre, no Convento da Esperança, entre outras, aportaram importantes dados para o estudo da ocupação humana no Concelho de Belmonte.

Palavras-chave: Belmonte, Carta arqueológica, Arqueologia.

Abstract

Since the publication in 1910 by Francisco Tavares Proença Júnior of the "Archeology of the District of Castelo Branco", there have already been in Belmonte several works of inventory, prospecting and archaeological excavations that have significantly improved the Archaeological Chart of the Municipality.

Excavations carried out in Centum Cellas, in the Roman villa of Fórnea, in Belmonte Castle, in Casa da Torre, in the Esperança Convent, among others, provided important data for the study of human occupation in the Municipality of Belmonte.

Keywords: Belmonte, Archaeological inventory, Archaeology.

1. LOCALIZAÇÃO

O Concelho de Belmonte localiza-se na extremidade norte do Distrito de Castelo Branco, possuindo uma área concelhia com cerca de 133,24Km^2. Limita a nascente com o concelho do Sabugal, a sul com o concelho do Fundão e da Covilhã, a ocidente também com o da Covilhã e a norte com o concelho da Guarda.

Segundo a tradição, o nome Belmonte provem do lugar onde a Vila está edificada (monte belo ou belo monte) porém, há quem lhe atribua a origem de «belli monte» (monte de guerra). Este monte, «Monte da Atalaia», designação também atribuída aos romanos, com a altitude máxima de 625 metros, forma com os Montes Crestados (Serra da Esperança) o inselbergue que se encontra no prolongamento da Tecla da Gaia, que desce da Guarda para a Cova da Beira (Tavares e Marques, p.1). (Figura 1)

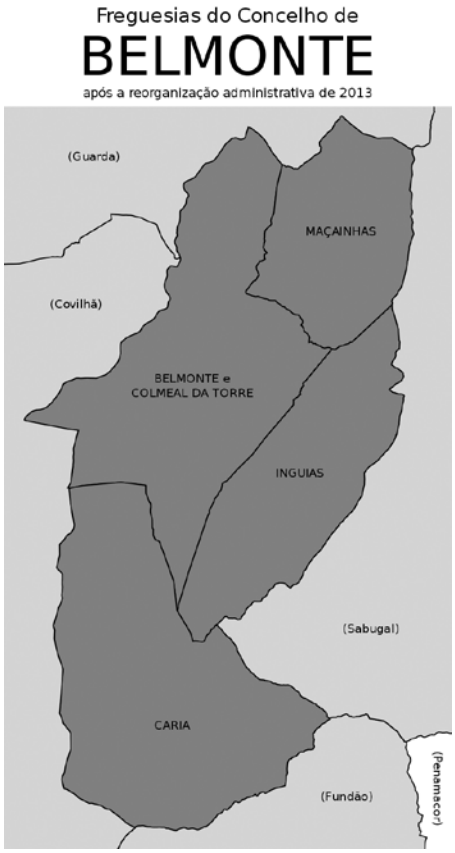


Figura 1 – Localização geográfica de Belmonte (Fonte: Wikipédia).

Do ponto de vista paisagístico, Belmonte domina, para poente, quase toda a encosta oriental da Serra da Estrela e o vale formado pelo curso médio do Zêzere. Para norte, controla ainda parte da Serra da Estrela e do vale encaixado, onde o referido rio deixa o seu percurso de montanha para entrar na Cova da Beira, onde recebe outros cursos de água, depositando ao longo do seu leito ricos aluviões responsáveis pela acentuada fertilidade do seu solo (enorme aptidão agrícola) e pela riqueza mineira aluvial da região (cassiterite e ouro), que na Antiguidade foi marcante para a economia local. Para nascente avista-se o prolongamento do sistema montanhoso da Cordilheira Central.

Geomorfologicamente, Belmonte enquadra-se no complexo da Cordilheira Central, concretamente no extremo norte da denominada Cova da Beira, que resulta da formação de uma bacia tectónica. Do ponto de vista geológico, este monte – ilha pertence a uma zona de rochas eruptivas hercinicas, de granito porfiróide de grão grosseiro, cujos subsolos são ricos em cassiterite (estanho) e urânio.

Os cursos de água mais importantes são o rio Zêzere com os seus afluentes (Ribeira da Vela, Ribeira da Teixeira e Ribeira de Gaia), a Ribeira de Maçainhas, das Inguias e de Caria.

É um município essencialmente agrícola (produção de fruta, centeio, azeite e vinho), no entanto, a pecuária, a indústria de confecções, a pequena metalurgia, a panificação, a metalomecânica, a carpintaria, a serralharia, a produção de queijo e algum comércio, são também algumas actividades desenvolvidas.

A sua excepcional posição estratégica, não só de altura, mas também como ponto de convergência de importantes vias militares, a boa aptidão dos solos, a riqueza mineral, a proximidade de recursos hídricos, terão contribuído para que desde os tempos mais remotos populações se tenham estabelecido em Belmonte.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Há autores que referem que Belmonte teria tido uma primitiva ocupação castreja, referindo que no local onde se implantou o castelo medieval, teria existido um castro. No entanto, escavações feitas no castelo não revelaram quaisquer elementos desse período.

O estudo da ocupação pré-histórica no Concelho é ainda bastante incipiente. O vestígio mais antigo que se conhece actualmente é a anta localizada em Caria. Já o povoado da Chandeirinha e S. Geraldo, são locais que assinalam a presença humana durante a Idade do Bronze / Idade do Ferro.

É da época romana que se encontram, com uma maior expressividade, os sinais de ocupação humana na região; Vale da Senhora da Estrela, Centum Cellas,

Quinta da Fórnea, entre muitos outros, locais ligados à exploração agrícola, mineira, etc. Pela quantidade de materiais importados descobertos (ânforas, lucernas, *terra sigillata*, etc), é notório o dinamismo económico que a região conheceu e que se reflectiu no comércio.

A história de Belmonte começa a ser mais conhecida durante o período medieval. D. Sancho I concede-lhe foral em 1199, análogo ao da Covilhã, com o intuito de promover o desenvolvimento e povoamento da povoação.

Aquando as escavações realizadas no castelo, para além de alguns materiais cerâmicos datáveis do século XII e quatro silos, foi identificado um pequeno alicerce, em pedra granítica vã. Esta estrutura estará relacionada com as casas existentes antes da construção do castelo, acerca das quais se encontram referências em dois documentos existentes na Torre do Tombo. Um dos quais refere que, em 1253 D. Egas Fafe, Bispo de Coimbra, adquire duas casas no interior do castelo (MARQUES, 2000, p.266).

No entanto, é de 1258, reinando D. Afonso III, o primeiro documento que concretamente se refere ao castelo, concedendo neste ao bispo de Coimbra, D. Egas Fafes, a construção em Belmonte de torre e castelo e que o utilize.

Com a assinatura do Tratado de Alcanizes, que determinará o desvio da fronteira luso – castelhana mais para Oriente, a importância estratégico-militar de Belmonte decai, contudo, o castelo de Belmonte continua a assumir as suas funções militares, integrando-se numa segunda linha de defesa da fronteira, que durante as guerras fernandinas se mostrará bastante activa.

D. João I dá-lhe Carta de Vila, dando autonomia ao Concelho de Belmonte e desligando-o do termo e foro da Covilhã, nomeando entre 1397 e 1398, Luís Álvares Cabral como primeiro alcaide do castelo. Começa aqui o poderio da família Cabral em terras de Belmonte. Em 1466, com a doação a título hereditário da vila e castelo a Fernão Cabral, por D. Afonso V, o castelo é transformado em residência da família Cabral.

D. Manuel concede também novo foral a Belmonte em Santarém, a 1 de Julho de 1510.

3. CARTA ARQUEOLÓGICA DE BELMONTE: DE FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR À ACTUALIDADE

Em 1910 é publicada a obra "Archeologia do Districto de Castelo Branco" de Francisco Tavares Proença Júnior onde vêm referenciados sítios arqueológicos localizados no Concelho de Belmonte. (Figura 2)



Figura 2 – Sítios Arqueológicos identificados por Tavares Proença Júnior em Belmonte (In: Archeologia do Districto de Castelo Branco).

Nas Inguias, em local identificado como "Ribeira de Antras", localizado provavelmente junto da ribeira, Proença Júnior identificou uma necrópole constituída por 7 antas, já bastante destruídas. Actualmente, não se conhece a localização exacta das referidas antas. Na altura, foram recolhidos 6 machados de pedra polida, que se encontram no Museu em Castelo Branco.

Tavares Proença Júnior faz também referência à existência na localidade de Caria "de restos muito apagados de construcções romanas, no mesmo local aonde se notam os restos das construcções medievaes", provavelmente alusão ao sítio da Casa da Torre.

Localiza também a Torre de Centum Cellas e refere que em Belmonte há importantes vestígios de explorações metalíferas de cronologia romana, provavelmente alusão às explorações mineiras da Gaia, exploradas ainda no inicio do século XX, assim como a restos de habitações e a um cemitério romano bastante rico, grande parte destruído. Neste caso, desconhecemos o local exacto a que Proença Júnior se refere.

Na obra, Proença Júnior menciona também uma inscrição romana que depois publicará num artigo sobre as inscrições romanas presentes no Museu de Castelo Branco que pertencera ao "amigo" Alves Padez (JÚNIOR, 1910, IV). Trata-se de um cipo de granito, com a inscrição: Proculo. Silvani / f(*ilio*). Procula. filia/ patri. (*hedera*) – Ao pai, Próculo, filho de Silvano. Prócula, sua filha.

Terá sido também Alves Padez que lhe dará conhecimento, em 1910, aquando da demolição da Igreja de S. Francisco (há fontes que referem que foi na Capela de S. Sebastião), de uma lápide com caracteres hebraicos inscritos, com a seguinte legenda: " E Adonai está no seu templo sagrado, emudece perante Ele toda a sua terra" (Livro de Hababuc, 2.20), que possivelmen-

te pertenceria à torça da porta principal da primitiva sinagoga e cuja datação remonta a 1297 (5057 da Era hebraica),. Na altura a inscrição foi depositada no Museu de Castelo Branco, neste momento encontra-se em exposição no Museu Judaico de Belmonte (Jornal: A Serra, 1925, p.22).

Foi a Samuel Schwarz que se deveu o estudo e leitura da inscrição atrás referida. Foi este engenheiro de minas polaco que, nos anos 20 do século XX, detectou a existência de judeus em Belmonte, uma comunidade bastante demarcada da comunidade católica, conservando práticas, usos e costumes. Trabalhava na Gaia e a ele também se deve a recolha de algum espólio arqueológico proveniente das dragagens da Ribeira da Gaia, nomeadamente uma lâmina de sílex, um percutor de quartzito, 4 picos de rocha dura e uma picareta de ferro que entregou posteriormente ao Museu Nacional de Arqueologia.

Também à guarda do Museu Tavares Proença Júnior encontra-se material recolhido em 1958 nas escavações efectuadas por Aurélio Ricardo Belo no sítio também referenciado por Proença Júnior e sobejamente conhecido; o sítio romano da Torre de Centum Cellas.

O sítio de Centum Cellas localiza-se no Colmeal da Torre (Belmonte) é Monumento Nacional e é um dos mais emblemáticos e enigmáticos da Região, em parte devido à sua funcionalidade ainda não estar completamente identificada; atalaia, mutatio, villa, templo, entre outras, são as diversas funções já apontadas para o edifício.

As referidas escavações foram as primeiras a ser realizadas no local e permitiram datar a utilização do edifício, com ocupação do século I ao V d.C, demonstrando que a torre não estaria isolada, mas sim integrada com mais estruturas localizadas ao seu redor. Do espólio arqueológico recolhido destacam-se moedas, alfinetes, conta de colar em ouro, vários fragmentos cerâmicos e metálicos, nomeadamente um mascarão de bronze com a cabeça de Júpiter (NOGUEIRA, 2006, p.29).

O local foi novamente alvo de escavações em 1993 e 1994 por Helena Frade que colocou a descoberto grande parte das estruturas, identificando o local como uma villa construída nos inícios do século I d.C. O seu proprietário seria Lucius Caecilius, conforme inscrição presente em ara recolhida na altura, que se dedicaria à exploração agrícola e mineira. (Figura 3)

Também na mesma época, com campanhas efectuadas entre 1992 e 1995, António Augusto Marques realiza escavações arqueológicas no Castelo de Belmonte. As escavações permitiram uma melhor interpretação da evolução cronológica do edifício, assim como permitirem exumar bastante material arqueológico das diversas fases, do séc. XII ao XVII.



Figura 3 – Centum Cellas.

Ao mesmo autor se deve a Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte, publicada nas Actas das 1.as Jornadas de Património da Beira Interior (2000). Nela o Autor inventaria 35 sítios arqueológicos, sendo 22 deles inéditos (Marques, 2000, p.359). (Figura 4)

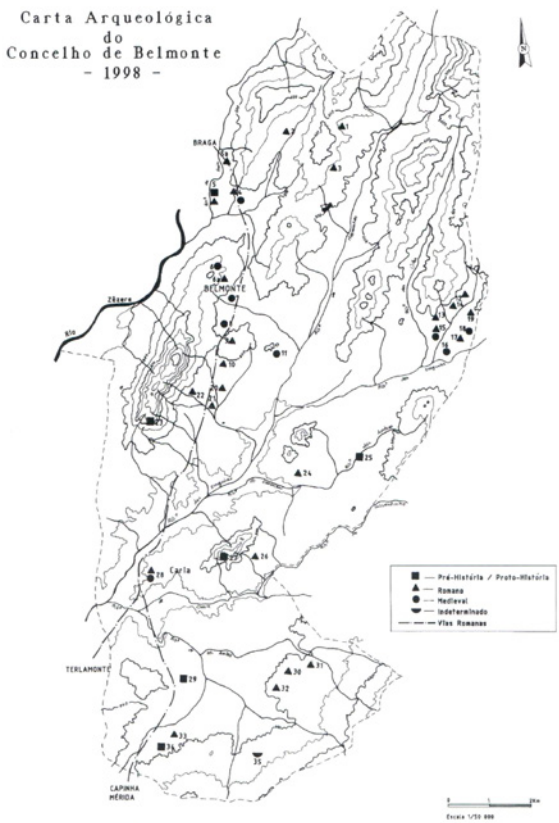


Figura 4 – Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte, 1998 (Marques, 2000, p.359).

Em 1997, António Augusto Marques também realiza escavações no convento Franciscano de Nossa Senhora da Esperança, cujo espólio arqueológico agora em estudo, trará informações bastante importantes para a investigação da época moderna em Belmonte.

Também em 1997, aquando a construção da actual A23 deparou-se com a existência de vestígios cerâmicos romanos no local da Quinta da Fórnea, tornando-se necessária a realização de trabalhos arqueológicos. Daí resultou o conhecimento de um importante sítio arqueológico e a alteração do traçado rodoviário inicialmente previsto, salvaguardando-se assim este elemento patrimonial.

Passados dez anos, o Município de Belmonte promove a execução de um projecto visando a continuidade dos trabalhos arqueológicos, bem como o restauro e valorização das estruturas identificadas na década anterior, assim como a musealização do local. É neste âmbito que se coloca a descoberto a quase totalidade das estruturas ainda preservadas no subsolo, surgindo hoje a Quinta da Fórnea como uma das poucas explorações rurais romanas escavadas, praticamente em toda a extensão, em Portugal.

Embora não se trate de uma villa opulenta, com a total ausência de mosaicos, pisos ladrilhados ou colunas de mármore, manteve-se desde o século II até ao século IV, data provável para o seu abandono, como um exemplo de uma arquitectura civil extremamente funcional, sobressaindo também aqui todo o engenho romano, no qual destacamos a construção no local de umas termas particulares.

Junto à villa da Quinta da Fórnea, talvez relacionado com esta ou outra villa localizada nas proximidades e cujos vestígios são conhecidos, no decorrer dos trabalhos de regadio da Cova da Beira foi identificado um mausoléu, em forma de altar com pulvinos, possivelmente alto-imperiais, destacando-se pela sua singularidade e preservação in situ (Santos e Carvalho, 2008, pp. 127-143). Está previsto um projecto de valorização do local. (Figura 5)

Em 2007, Pedro Carvalho publica a sua tese de doutoramento: Cova da Beira – Ocupação e Exploração do território na época romana, onde faz um levantamento exaustivo dos sítios desta cronologia, referindo 32 locais no Concelho de Belmonte, sendo 3 inéditos (CARVALHO, 2007).

No mesmo ano, na entrada Sul da Vila de Belmonte no decorrer de um projecto de florestação do local, foram identificados à superfície diversos fragmentos de *tegulae* e cerâmica comum de cronologia romana.



Figura 5 – *Villa* romana da Quinta da Fórnea.

O sítio inédito, identificado como "Muro" foi alvo de escavações que permitiram colocar a descoberto um tanque, possivelmente associado a uma villae.

Também referenciada por Tavares Proença Júnior, em Caria, procedem-se a escavações na Casa da Torre, com vista à instalação no local do Centro de Estudos Arqueológicos, local de depósito do material arqueológico recolhido no Concelho, com vista ao seu inventário, preservação e estudo, tendo sido inaugurado em 2013.

A Casa da Torre trata-se de um local de reconhecido valor histórico e antes das obras foram efectuadas escavações arqueológicas que, além de permitirem verificar a existência de estruturas e materiais que pudessem vir a ser danificados no decurso das obras previstas para o espaço, visavam a confirmação das diferentes ocupações humanas que as mais variadas fontes referiam. Identificaram-se até agora duas principais fases de ocupação; séculos XII-XIII e séculos XIV – XVI, ambas representadas por elevado e diversificado material arqueológico, associado a algumas estruturas, que foram de grande importância para o estudo do local.

Em Agosto de 2017, ao local juntou-se também a função de espaço museológico, com a exposição de vários objectos arqueológicos recolhidos no Concelho, abarcando diversas épocas cronológicas. Destaca-se material romano recolhido em Centum Cellas e villa da Quinta da Fórnea, medieval, recolhido no Castelo de Belmonte e Casa da Torre e moderno, essencialmente recolhido no convento N.ª S.ª da Esperança. Intitulado de Museu do Território, pretendeu-se com este fazer uma síntese da ocupação humana no Concelho de Belmonte, assim como a sua evolução cronológica. Foi feita uma síntese dos diversos sítios arqueológicos identificados, tendo sido contabilizados 47 locais de diferentes épocas cronológicas. (Figuras 6 e 7)

4. CONCLUSÕES

Desde a publicação em 1910 da obra "Archeologia do Districto de Castelo Branco", de um total de 3 locais referidos em Belmonte já se conhecem na actualidade um total de 47 sítios de interesse arqueológico.

Alguns desses locais foram já inclusive alvo de trabalhos arqueológicos que contribuíram não só para um melhor conhecimento destes, mas também para um crescente saber da história do Concelho. Tentámos neste artigo fazer uma evolução dos trabalhos arqueológicos promovidos no Concelho de Belmonte nestes mais de 100 anos.

O Município de Belmonte tem apostado no desenvolvimento do seu turismo com base no património cultural e os cerca de 80.000 visitantes registados em 2017 nos seus espaços museológicos (Castelo de Belmonte, Igreja Santiago, Museu Judaico, Ecomuseu do Zêzere, Museu dos Descobrimentos, Museu do Azei-



Figura 6 – Casa da Torre – Museu do Território / Centro de Estudos Arqueológicos.



Figura 7 – Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte (2017).

te, Casa da Torre, Casa da Roda, Casa Etnográfica, Villa da Fórnea e Centum Cellas) prova que tem sido uma aposta ganha.

Muito há a fazer e novos desafios de avizinham! É importante relocalizar todos os lugares, fazer uma prospecção de campo intensiva de modo não só a identificar novos locais, mas também avaliar o estado dos sítios já identificados. É importante valorizar Centum Cellas, a villa e os mausóleus da Fórnea, assim como estudar todo o material arqueológico já identificado.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O domínio romano em Portugal*, Lisboa: Europa-América.

ALMEIDA, João de (1945) – *Roteiro dos Monumentos militares portugueses*, Lisboa: Edição do Autor, Vol.I.

BELO, Aurélio Ricardo (1960) – Nótulas sobre cinco marcos miliários da via militar Mérida – Viseu – Braga, encontrados nas proximidades da Torre de Centum Cellae de Belmonte, *Revista de Guimarães*. Guimarães. 70: 1-2. pp. 27-50.

CARVALHO, Pedro Jorge Cardoso de (2007) – *Cova da Beira : ocupação e exploração do território na época romana*, Fundão/ Coimbra: Câmara Municipal do Fundão / Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

CANELO, David Augusto (2001a) – *Belmonte, Judaísmo e Criptojudaísmo. Estudos de História*, Belmonte: Edição do Autor com patrocínio da Câmara Municipal de Belmonte.

CANELO, David Augusto (2001b) – *Os últimos criptojudeus em Portugal*, Belmonte: Edição do Autor com patrocínio da Câmara Municipal de Belmonte, 2.ª Edição.

FRADE, Helena (1993-94) – A Torre de Centum Cellas (Belmonte): Uma villa romana, *Conimbriga*, Coimbra: 32-33, p.87-106.

FRADE, Helena (2002) – *Centum Cellas: Uma villa romana na Cova da Beira*, Coimbra: Dissertação de mestrado apresentada à Universidade da Beira Interior.

GARCIA, José Manuel (1984) – *Epigrafia Lusitano-Romana do Museu Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco: pp. 93.

GOMES, Rita Costa (1996) – Castelos da Raia, *Colecção Arte e Património*, Lisboa: IPPAR, Volume I.

GUERRA, Amílcar (2007) – Sobre o território e a sede dos Lancienses (Oppidani e Transcudani) e outras questões conexas, *Conimbriga*, Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Volume XLVI , p.161-206.

GUERRA, Amílcar, SCHATTNER, Thomas (2010) – El foro y el templo de Lancia Oppidana: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte), *Ciudad y foro en Lusitania Romana*/ coord. por Trinidad Nogales Basarrate, págs. 333-342.

Jornal: *A Serra* (1925), Belmonte: p. 22.

JÚNIOR, Francisco de Proença (1910) – *Archeologia do Districto de Castello Branco*, Leiria.

JÚNIOR, Francisco Tavares Proença (1910) – *Inscrições Inéditas, O Archeologo Português*, Lisboa: Vol. XV, pp. 39-54.

MARQUES, António Augusto da Cunha (1995) – *Relatório da III Campanha de Escavações no Castelo de Belmonte*, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

MARQUES, António Augusto da Cunha (1998) – *Relatório das Escavações no Convento de Nossa Senhora da Esperança*, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

MARQUES, António Augusto da Cunha (2000a) – Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995)", *Actas das Jornadas da Beira Interior. História e Património*, Guarda: pp. 253-286.

MARQUES, António Augusto da Cunha (2000b) – Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte (Castelo Branco), *Actas das Jornadas da Beira Interior. História e Património,* Guarda*:* pp. 351-360.

MARQUES, Manuel (2001a) – *Belmonte – Terras de Cabral*, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte, 1.ª Edição.

MARQUES, Manuel (2001b) – Concelho *de Belmonte. Memória e História (Estudo Monográfico do Concelho de Belmonte)*, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

NOGUEIRA, Cristina (2006) – Monografia Histórica do Concelho de Belmonte - Novos Contributos, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

ROBALO, Elisabete (2008) – Escavações arqueológicas na Casa da Torre (Caria – Belmonte) – Resultados Preliminares, *Actas das I Jornadas de Património de Belmonte*, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

SANTOS, Filipe João, CARVALHO, Pedro (2008) – Aspectos do mundo funerário romano na Beira Interior: as estruturas funerárias monumentais da Quinta da Fórnea II (Belmonte): uma primeira abordagem, *Conimbriga*, Coimbra: Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume XLVII, pp. 127-143.

SOUSA, Catarina Valença Gonçalves Vilaça (2003) – *As pinturas murais tardo-medievais do Concelho de Belmonte*, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte, 1.ª edição.

TAVARES, Joaquim Cardoso, MARQUES, Manuel – *Subsídios para uma monografia da Vila de Belmonte*, Belmonte: Câmara Municipal de Belmonte.

RELATÓRIOS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DIRECÇÃO – 2021

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

Durante o ano de 2021 o normal funcionamento da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) e do Museu Arqueológico do Carmo (MAC) continuou a ser afectado pelas medidas de minimização decorrentes da pandemia do Covid-19, embora em menor grau do que em 2020. A aplicação do conjunto de normas e procedimentos recomendados pela Direcção-Geral de Saúde e pelo Ministério da Cultura permitiu, no entanto que, após um longo período de encerramento do MAC, de Janeiro a Março, o número de visitantes tenha começado gradualmente a subir, atingindo cerca de 120.000. Este número, embora muito abaixo dos 345.000 de 2019, representa um acréscimo substancial em relação aos 80.000 registados em 2020 e sugere o retomar da tendência para crescimento muito acentuado, que tinha vindo a ser observada desde a profunda remodelação do museu realizada em 2001, e em particular entre 2012 e 2019. (Figura 1). As diversas actividades realizadas em 2021 são reflexo deste lento retomar à normalidade pós-Covid 19.

No domínio da investigação arqueológica, foi realizada durante o mês de Julho mais uma campanha de escavações arqueológicas no povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro. Estas campanhas, realizadas no âmbito do projecto VNSP3000, em estreita colaboração com a UNIARQ-FLUL, têm contado com o imprescindível apoio logístico da Câmara Municipal da Azambuja e da União das Freguesias de Manique do

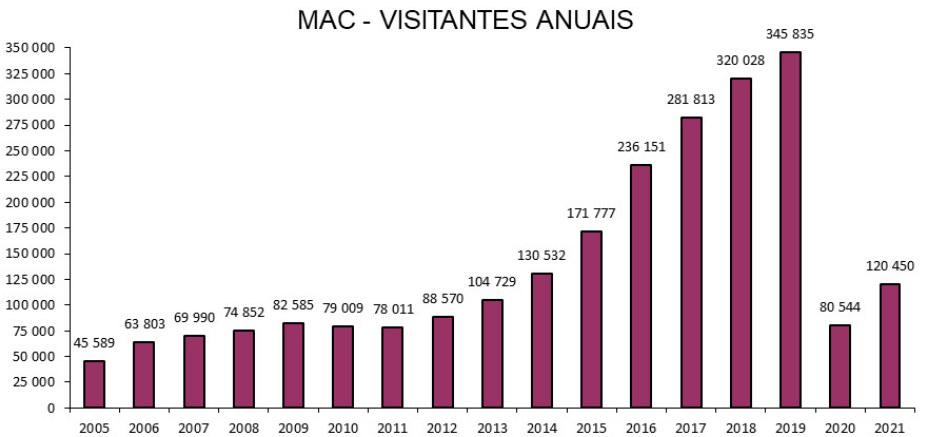


Figura 1 – Evolução do número de visitantes no MAC.

Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa. Os trabalhos realizados em 2021 vêm na continuidade das campanhas anteriores, estando toda a informação do projecto disponível no site elaborado pela AAP – vnsp.arqueologos.pt

No já tradicional Dia Aberto – a 23 de Julho – mais de uma centena de pessoas visitaram o sítio, podendo observar as várias áreas intervencionadas em 2021, bem como visitas integrais ao povoado realizadas pelos alunos do primeiro e segundo ciclos de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e equipa de responsáveis científicos. (Figura 2)



Figura 2 – Trabalhos arqueológicos em VNSP.

No que respeita à actividade das secções e comissões especializadas, em 2021 a mesma foi bastante limitada pelos constrangimentos resultantes da pandemia Covid-19. Estas limitações impulsionaram, tal como já sucedido em 2020, a organização de várias comunicações através de meios digitais, nomeadamente pela plataforma zoom.

A Secção de Pré-História promoveu três comunicações: a 5 de Março, Daniel van Calker, falou sobre a "Lapa da Galinha e a práticas funerárias do 4º e 3º milénio"; César Neves, José Arnaud, Mariana Diniz e Andrea Martins apresentaram a 25 de Maio "VNSP 3000 – Investigação e Divulgação em época de Pandemia", e ainda, Rafael Lima, Gabriel Pereira e José António Pereira, a 8 de Junho, expuseram "Novos Dados do Bloco de Rega de Viana do Alentejo".

De 22 a 24 de Novembro de 2021, numa fase de abrandamento das limitações impostas pela acima referida pandemia, no âmbito das comemorações dos 50 anos da classificação como Monumento Nacional e dos 158 anos da AAP, a Secção de Pré-história e o projecto VNSP3000 conseguiram ainda realizar presencialmente na Faculdade de Letras de Lisboa e no Auditório do MAC o Colóquio Internacional "*VNSP 1971-2021 – Cinquenta anos de Investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular*". (Figura 3) Este encontro foi dedicado também à apresentação dos resultados de cinco anos do Projecto de Investigação *VNSP3000 – De novo no III Milénio*, expondo os principais avanços feitos por esta equipa multidisciplinar. Participaram 81 investigadores que apresentaram 46 comunicações, cujos temas se centraram na investigação sobre o período Calcolítico na Península Ibérica (Figura 4)



Figura 3 – Colóquio *VNSP 1971-2021*.



Figura 4 – Colóquio *VNSP 1971-2021*. Comunicações e debate.

No dia 22 de Novembro a cerimónia de abertura contou com a presença do Director da FLUL – Prof. Doutor Miguel Tamen, do Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses – Dr. José Morais Arnaud, do Director de Área de História da FLUL – Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes, do Director da UNIARQ – Prof. Doutor Carlos Fabião, do Presidente da Câmara Municipal da Azambuja – Silvino Lúcio, do Coronel Mário Jorge Freire da Silva – Director da biblioteca do Exército Português, do Provincial da Companhia de Jesus – P. António Júlio Trigueiros – Director da Revista Brotéria e do Presidente da União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa – José Avelino Correia. A confe-

rência inaugural proferida pela equipa de VNSP3000 iniciou os trabalhos científicos, apresentando um ponto de situação da temática em questão, salientando o papel de Vila Nova de São Pedro na historiografia e nos novos desafios levantados com o projecto VNSP3000.

O congresso teve o seu término no sábado, dia 27 de Novembro, com a visita a Vila Nova de São Pedro, proporcionando a todos os participantes um conhecimento *in loco* da realidade arqueológica, percorrendo os caminhos do povoado calcolítico, das histórias e desafios que este icónico sítio desperta.

No âmbito das comemorações dos 50 anos de classificação como Monumento Nacional do povoado de Vila Nova de São Pedro foi ainda realizada uma exposição na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses – no Museu Arqueológico do Carmo intitulada "*Vila Nova de São Pedro – passado, presente e futuro*" reunindo fotografias das escavações realizadas em Vila Nova de São Pedro nas décadas de 1940-1960, bem como das campanhas efectuadas no âmbito do projecto VNSP3000. (Figura 5)

A Secção de Pré-História, em colaboração com o Museu Arqueológico Provincial de Alicante e com o Museu Nacional de Arqueologia, participou ainda na organização do Colóquio "*Ídolos. Olhares Milenares*", realizado a 16 de Outubro no MAC.

Para a exposição "*Ídolos. Olhares Milenares*", que esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia, foram cedidos a título de empréstimo três ídolos cilíndricos de Vila Nova de São Pedro normalmente expostos na sala 1 do MAC. (Figura 6)



Figura 6 – Ídolos cilíndricos de VNSP expostos no MAC (os três exemplares à direita na imagem).

A Secção de História, além da reunião para eleição da mesa da secção, a 5 de Maio, promoveu ainda uma conferência sobre "*O património arqueológico náutico e subaquático em Portugal – desafios e perspectivas*", da autoria de José António Bettencourt, do CHAM, no dia 8 de Junho. A 9 de Dezembro, realizou-se a conferência sobre "*Vamba: um projecto de valorização do Castelo de Ródão e das Portas de Ródão*" da autoria de João Caninas, Francisco Henriques, Jorge Gouveia e José Manuel Pires, investigadores da Associação de Estudos do Alto Tejo. (Figuras 7 e 8)

A Comissão de Estudos Olissiponenses, além da reunião para eleição de Mesa, a 1 de Junho, promoveu ainda, a 2 de Junho, a conferência "*Da Escavação à Ex-*

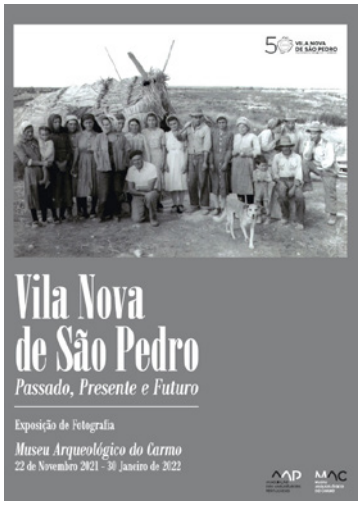


Figura 5 – Exposição sobre as campanhas em VNSP.



Figura 7 – Conferência Secção de História – projecto *VAMBA*.



Figura 8 – Conferência Secção de História – *Património Subaquático*.

posição. 265 Anos de uma casa que veio abaixo com o Terramoto (Rossio, Lisboa)", da autoria de Vanessa Filipe e José Pedro Henriques, ambos da empresa Cota 80.86 e investigadores do Instituto de Arqueologia e Paleociências (FCSH/UNL). (Figura 9)

No que respeita à conservação do edifício histórico do Carmo, concluiu-se em 2021 a primeira fase do Projecto Europeu de Investigação "*Heritage Within*", coordenado pelo Prof. Javier Ortega, do Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho, em que participaram ainda investigadores e laboratórios do CSIC (Madrid), da Universidade Politécnica de Madrid (UPM), do *Italian National Research Council* (CNR), do *Instituto di Scienze del Patrimonio Culturale* (ISPC) e do *Institute of Nanotechnology (Nanotec)*, de Itália, em estreita colaboração com a AAP e o MAC, representados pela conservadora Célia Nunes Pereira, que acompanhou todo o projecto ao longo dos últimos três anos.

Os resultados deste projecto, apresentados num colóquio que decorreu no auditório do MAC no dia 18 de Dezembro, foram recentemente publicados (Ortega, J. *et alii*, *Heritage Within – European Research Project*, Braga 2021), estando disponíveis para consulta a todos os interessados. Entre as várias abordagens integradas neste projecto destaca-se a reconstrução 3D do Convento do Carmo, com base nos dados arquitectónicos e arqueológicos disponíveis, coligidos por Célia Nunes Pereira e José Morais Arnaud, completados por estudos com UAS (*Unmanned Aerial Systems*), câmera digital, SfM (*Structure from Motion*) e software de fotogrametria adequado, realizados por Valentino Vitale e Nicodemo Abate, Reconstrução 3D da estrutura do edifício, usando *Tomografia Computerizada*, por Juan Carlos Liébana e equipa, *Ground Penetrating Radar* (GPR), por Margarita Gonzalez e equipa, permitindo assim, um diagnóstico aprofundado do estado de conservação e uma visão multidisciplinar do património arquitectónico e arqueológico objecto de estudo. Este projecto incluiu a reconstituição 3D do edifício original, que passou a ser acessível a qualquer visitante, através da leitura do *QR code* afixado à entrada do Museu, bem como um "gémeo digital" acessível remotamente. A AAP conseguiu assim, sem qualquer dispêndio, dotar-se de um importante diagnóstico do estado de conservação do edifício, bem como de um atractivo instrumento didático, que responde de forma aliciante à eterna pergunta sobre como seria uma das mais imponentes igrejas góticas portuguesas antes da sua destruição pelo terramoto de 1755. (Figuras 10 e 11)



Figura 9 – Conferência Comissão Estudos Olisiponenses.



Figura 11 – Colóquio *Heritage Within*.



Figura 11 – Reconstituição virtual do Carmo.

Quanto ao MAC, apesar das já referidas limitações resultantes do Covid-19, prosseguiram as actividades normais, durante os períodos em que esteve aberto ao público.

O MAC acolheu, assim, tal como nos anos anteriores, de 6 de Maio a 20 de Julho e de 9 de Setembro a 30 de Outubro, um espectáculo imersivo intitulado *Lisbon Legends*, que porém esteve longe do sucesso do espectáculo anterior, *Lisbon under Stars*, em parte devido às limitações resultantes do Covid-19.

De 28 de Julho a 21 de Agosto o Teatro do Bairro apresentou no Carmo a peça "*Sonho*" de Strindberg, com encenação de António Pires, a qual teve um grande sucesso, esgotando praticamente todas a noites. (Figura 12)

Tal como em anos anteriores, tiveram lugar no MAC várias exposições de Artes Plásticas. Entre estas destacam-se a de José Quaresma, da Faculdade de Belas Artes de Lisboa, que decorreu entre 14 de Maio e 18 de Junho; a de Guilherme Parente – *De Belém ao Carmo*, assinalando o 80º aniversário deste pintor, que esteve patente entre 23 de Julho a 24 de Setembro, e ainda a exposição colectiva *Somnium et Mirabilia*, inaugurada a 14 de Outubro e comissariada por Célia Pereira, conservadora do MAC. (Figuras 13 e 14)



Figura 12 – Peça de teatro *Sonho*.



Figura 13 – Exposição de Guilherme Parente – *De Belém ao Carmo*.



Figura 14 – Exposição colectiva *Somnium et Mirabilia*.

SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA DA AAP
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2021

Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
Direcção

1. INTRODUÇÃO

Durante o ano associativo de 2021, a Secção de Pré-História, mais adaptada às circunstâncias geradas pela pandemia Covid-19 que ainda se alastra pelo Mundo, procurou desenvolver um conjunto de actividades que promova a divulgação da prática arqueológica, quer destinada ao público geral quer orientada para a comunidade académica, nomeadamente através da integração dos estudantes de Arqueologia em actividades desenvolvidas pela Secção. Trata-se do primeiro ano do triénio que se iniciou a 25 de Maio 2021.

Ainda assim, e seguindo a linha de acção que tem caracterizado esta Secção, deu-se continuidade à realização de conferências periódicas (em regime presencial e online) sobre os mais variados temas da Arqueologia Pré-histórica em Portugal. Coorganizou-se, ainda, um Colóquio de temática específica (em regime presencial). No global, os conferencistas corresponderam tanto a investigadores com vasta experiência, como a jovens arqueólogos que apresentaram os principais resultados da sua recente investigação.

Em 2021, e dando continuidade ao que vem sendo preconizado desde 2017, as actividades principais da Secção de Pré-História centraram-se no projecto de investigação "Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio" (VNSP3000), tendo em vista a persecução dos objectivos traçados, recuperando o trabalho de campo que tinha ficado suspenso, em 2020, devido às recomendações da Direcção Geral de Saúde.

Durante este ano, os membros da Secção de Pré-História estiveram directamente empenhados na direcção das comemorações do 50º aniversário da classificação de Vila Nova de São Pedro como Monumento Nacional, com a actividade principal a incidir na organização do Congresso ***Vila Nova de São Pedro – 1971/2021 – Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular***, que se realizou entre 22 e 24 de Novembro de 2021. (Figura 1)



Figura 1 – Conferência inaugural do colóquio *VNSP 1971-2021*.

2. ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2021

2.1. Conferências

As sessões decorreram por via virtual com recurso a videoconferência – plataforma ZOOM, e transmissão para o Canal Youtube da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

VNSP 3000 – Investigação e Divulgação em época de pandemia (2020-2021)

Autores: César Neves, José M. Arnaud, Mariana Diniz e Andrea Martins, a 25 de Maio de 2021. (Figura 2)

Da Pré-História ao Mundo Contemporâneo: Novos Dados do Bloco de Rega de Viana do Alentejo

Autores: Rafael Lima / Gabriel Pereira / José António Pereira, a 8 de Junho 2021. (Figura 3)



Figura 2 – Conferência projecto VNSP3000.



Figura 3 – Conferência sobre os *Novos dados no Bloco de Rega de Viana do Alentejo*.

2.2. Colóquio

Colóquio Ídolos. Olhares Milenares.

Evento que surge no seguimento da exposição ***Ídolos. Olhares Milenares***, que esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia durante o ano de 2021, e onde estiveram expostos três artefactos provenientes de Vila Nova de São Pedro, que integram a exposição permanente do Museu Arqueológico do Carmo.

O colóquio resultou de uma organização conjunta entre a Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Museo Arqueológico Provincial de Alicante, Museu Nacional de Arqueologia e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – UNIARQ – tendo lugar no auditório do Museu Arqueológico do Carmo, no dia 16 de Outubro de 2021. (Figuras 4 e 5)

O evento permitiu reunir a grande maioria dos investigadores que participaram no catálogo da exposição, tendo tido o seu encerramento com uma visita guiada à Sala 1 do MAC.



Figura 4 – Colóquio *Ídolos, Olhares milenares*.



Figura 5 – Sessão de abertura do Colóquio – Ídolos, Olhares milenares.

Programa

14.30 – **Sessão de Abertura**
Presidente da Direcção da AAP – José Arnaud; Presidente da Secção de Pré-História da AAP – Mariana Diniz; Director Museu Nacional de Arqueologia – António Carvalho; Comissária Científica da exposição – Primitiva Bueno Ramírez; Organização Colóquio – Andrea Martins

14.45 – Relatos de imagens solares na Pré-história recente do Ocidente ibérico. Reflexões a partir do projeto científico, expositivo e divulgativo «Ídolos. Olhares Milenares»
Jorge A. Soler Diaz e Primitiva Bueno Ramírez

15.25 – A figurinha antropomórfica do povoado do Neolítico antigo, da Valada do Mato (Évora, Portugal), ou a importância do corpo humano
Mariana Diniz

15.50 – Os «báculos» das sociedades agropastoris do Sul do território português (último quartel do 4.º milénio/inícios do 3.º milénio a. C.)
João Luís Cardoso

16.15 – À sua imagem e semelhança. De deuses, ídolos e representações simbólicas em espaços de matriz habitacional durante os 4.º e 3.º milénios a.n.e. no Sul de Portugal
Marco António Andrade, Catarina Costeira e Rui Mataloto

16.40 – Intervalo

17.00 – Tributos aos deuses: Os ídolos em contextos funerários da Pré-história recente no Sul de Portugal
Leonor Rocha

17.25 – Monólogos entre ídolos-placa e pinturas esquemáticas na serra de S. Mamede (Alentejo,Portugal)
Jorge Oliveira

17.50 – O simbólico em Vila Nova de São Pedro: ídolos, estatuetas e simbologia
Andrea Martins, Mariana Diniz, César Neves, José Morais Arnaud

18.15 – Um legado artístico excecional. Breve apontamento sobre peças singulares da exposição «Ídolos: Olhares Milenares», Museo Arqueológico de Alicante, Museo Arqueológico Regional de Madrid e Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa
Primitiva Bueno Ramírez, Jorge A. Soler Diaz

19.00 – Visita ao Museu Arqueológico do Carmo – sala 1 – Vila Nova de São Pedro
– **Encerramento e Beberete de celebração**

2.3. Colóquio Internacional

Vila Nova de São Pedro – 1971/2021 – Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular.
Organização conjunta entre a AAP/VNSP3000 e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), com o evento a ter lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Museu Arqueológico do Carmo culminando, no dia 27 de Novembro, com uma visita ao sítio de Vila Nova de São Pedro. Toda a informação sobre o congresso – programa e livro de resumos – encontra-se disponível no site do projecto VNSP3000 - https://vnsp.arqueologos.pt/

As apresentações foram feitas de forma presencial e online (ZOOM), facilitando a presença de diversos investigadores estrangeiros. (Figura 6)



Figura 6 – Colóquio *VNSP 1971-2021* – aspecto de uma das sessões realizadas na FLUL.

O colóquio em números:
– Assistentes (presencial) = 95
– Comissão de Honra = 9
– Comissão Científica = 4
– Comissão Executiva = 7
– Secretariado = 7
– Comunicantes = 59
– Comunicações = 46
– Línguas = Português, Inglês, Francês e Castelhano

Programa da sessão que teve lugar no Museu Arqueológico do Carmo, no dia do aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Figura 7):



Figura 7 – Encerramento do Colóquio *VNSP 1971-2021* e celebração do 158º aniversário da AAP.

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – 1971/2021: CINQUENTA ANOS DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O CALCOLÍTICO, NO OCIDENTE PENINSULAR

22 de Novembro	**Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa) – Auditório**
18.30h	**O Calcolítico no Alto Douro. Dinâmicas e usos de um território** João Muralha
18.55h	**Vila Nova de São Pedro – Monumento Nacional** José Morais Arnaud
19.30h	**Beberete e Celebração do Aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses**

3. INVESTIGAÇÃO – VNSP 3000

Relativamente ao Projecto de Investigação "*Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio*", do qual os membros da direcção da Secção de Pré-História fazem parte, os trabalhos desenvolvidos em 2021 abrangeram múltiplas vertentes.

A componente científica encontra-se presente através publicação de cinco artigos científicos e da apresentação de 17 comunicações em distintos eventos nacionais e internacionais.

Durante todo o mês de Julho de 2021, desenvolveu-se a 4ª campanha de escavação arqueológica em Vila Nova de São Pedro onde, ao longo de quatro semanas, onze alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e uma voluntária do programa de voluntariado do Município da Azambuja, participaram em todas as tarefas programadas, nomeadamente na escavação arqueológica, trabalho de laboratório e prospecção geológica. (Figura 8)



Figura 8 – Trabalhos arqueológicos em Vila Nova de São Pedro.

Objectivos da campanha de 2021:

- Continuidade da escavação do alargamento da Sondagem 1 da Área 1 podendo, mesmo, alargá-la;
- Conclusão da Sondagem 2 da Área 3 e, depois de conjugar os resultados desta sondagem com a Sondagem 3, traçar um novo plano que poderá incluir alargamentos das sondagens existentes ou a realização de novas;
- As acções de limpeza, uma vez que são bastante morosas e crendo que VNSP apresenta, agora, um aspecto geral que potencie melhor a sua preservação e valorização, serão, a partir daqui, menos frequentes, apenas abrangendo espaços de futura intervenção arqueológica que possam ajudar a responder a questões relacionadas com a arquitectura do povoado, ou onde as acções de registo ainda não estejam finalizadas.

Entre os resultados obtidos nesta campanha, que incidiu na "2ª" linha de muralha e nas plataformas Sul e Este, destacam-se a recolha de abundantes restos fau-



Figura 9 – Trabalhos arqueológicos em VNSP – visitas no Dia Aberto.

nísticos e de materiais arqueológicos, em contextos estratigráficos seguros, que permitirão uma sequência de datações absolutas fundamentais para reconstituir a cronologia e a sequência construtiva deste povoado fortificado. Foram intervencionadas áreas exteriores ao Reduto Central sendo os resultados bastante promissores, revelando a complexidade deste icónico sítio do calcolítico da Estremadura Portuguesa.

No âmbito da Arqueologia Pública e a Preservação da Memória – importantes linhas de acção do projecto *VNSP3000,* dada a proximidade estreita com os públicos visitantes e em particular com os habitantes de Torre Penalva e Vila Nova de São Pedro – foram realizadas em diversos dias visitas guiadas, orientadas também pelos alunos, destacando-se, a 23 de Julho, o Dia Aberto. Neste dia, o sítio arqueológico recebeu a visita de duas centenas de pessoas tendo sido possível reunir mais informações sobre as escavações da década de 1950 e 1960, transmitidas pelos próprios intervenientes, bem como transmitir a todos os resultados da investigação em curso. (Figura 9)

Deu-se continuidade ao tratamento e estudo dos materiais arqueológicos provenientes de Vila Nova de São Pedro que se encontram depositados nas reservadas do Museu Arqueológico do Carmo e, também, resultantes das intervenções arqueológicas aí realizadas pelo projecto *VNSP3000.* Estes trabalhos têm contado com a colaboração de alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como de outros investigadores do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. (Figuras 10 e 11)



Figura 10 – Trabalhos de inventariação do material arqueológico de VNSP.



Figura 11 – Registo gráfico de artefactos de VNSP.

Todas as tarefas são desenvolvidas no Depósito MAC, situado na Rua Ferreira Lapa:

- Arrumação, lavagem e separação dos artefactos recolhidos na escavação;
- Desenho dos principais artefactos arqueológicos;
- Tratamento, acondicionamento, lavagem e registo da colecção de VNSP, proveniente de Alenquer, no âmbito de um protocolo celebrado entre a AAP e a Câmara Municipal de Alenquer. A colecção foi entregue em Julho de 2021.

4. OUTRAS ACTIVIDADES

Em 2021, deu-se continuidade à manutenção dos canais de comunicação associados à AAP, nomeadamente do perfil do *facebook* da Secção de Pré-História onde, além da divulgação de todas as actividades realizadas no seio da AAP, promoveu-se a difusão e debate de diversos temas e problemáticas relacionadas com a Pré-História e Arqueologia em geral, quer no nosso território, quer em outros países.

Como parte integrante da AAP e assumindo a importância e peso que actividade associativa tem para o crescimento da instituição, a Secção de Pré-História manteve como objectivo para 2021 a angariação de novos sócios para a AAP.

SECÇÃO DE HISTÓRIA DA AAP
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2021 PLANO DE ACTIVIDADES PARA O ANO 2022

João Marques[1], Teresa Marques[2], Carlos Boavida[3]

[1] Presidente
[2] Vice-Presidente
[3] Secretário
historia@arqueologos.pt

Ao longo do ano de 2021, tal como no ano anterior, as actividades da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses foram muito afectadas pelos condicionalismos provocados pela situação pandémica que ainda se mantem. A secção reuniu assim por três ocasiões, duas delas presencialmente.

Os trabalhos iniciaram-se no dia cinco de Maio, tendo em vista a eleição da mesa da Secção. Foi sujeita àquele sufrágio uma única lista, apresentada pela mesa cessante, que foi reeleita por unanimidade.

A reunião seguinte teve lugar no dia oito de Junho, no âmbito da qual foi apresentada a comunicação "*O Património Arqueológico Náutico e Subaquático em Portugal. Desafios e perspectivas*", proferida por José António Bettencourt, investigador do CHAM – Centro de Humanidades das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores. Estiveram presentes cerca de duas dezenas de pessoas, que participaram no breve debate que se seguiu.

A actividade foi retomada no dia nove de Dezembro, numa reunião através da plataforma Zoom, durante a qual João Caninas, Francisco Henriques, Jorge Gouveia e José Manuel Pires, investigadores da Associação de Estudos do Alto Tejo, apresentaram a confe-

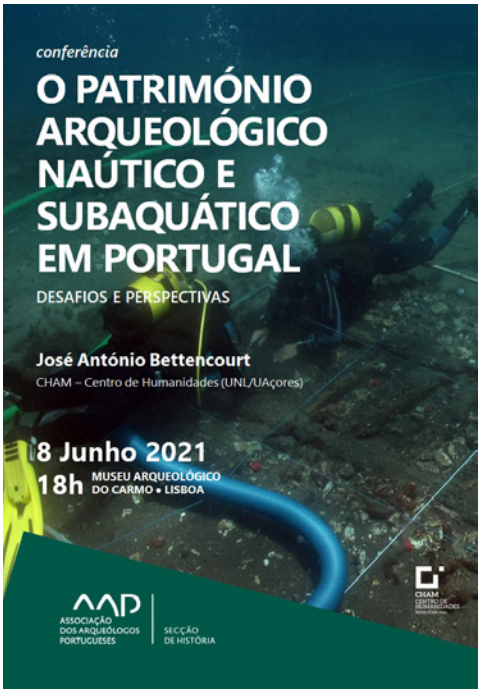


Figura 1 – Cartaz alusivo à conferência apresentada no dia 8 de Junho de 2021.

rência "Vamba. Um projecto de valorização do Castelo de Ródão e das Portas de Ródão". Seguiu-se um curto debate entre os cerca de quinze participantes na sessão.

A Secção de História continuou a reunir e a organizar os artigos correspondentes a comunicações e conferências ocorridos em anos anteriores, nomeadamente no Encontro Internacional sobre a Antiguidade Tardia, realizado em 2019.

Mantém-se igualmente em funcionamento os emails, assim como a página no Facebook, que continua a ser seguida por cerca de 4200 internautas.

A mesa da Secção de História não quer deixar de agradecer uma vez mais aos funcionários da AAP e do Museu Arqueológico do Carmo, pelo seu apoio nas iniciativas organizadas.

Em relação ao ano de 2022, a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses pretende continuar a promover sessões ordinárias dedicadas a diversos temas (presencialmente ou por via digital) nomeadamente sobre a valorização e conservação de sítios e colecções arqueológicas, assim o permita a actual situação epidemiológica. Entre outros, encontra-se a ser organizado, em colaboração com Direcção Regional de Cultura do Alentejo, um colóquio de homenagem à arqueóloga e colega Susana Correia, que terá lugar no próximo mês de Outubro.

Lisboa, 29 Março de 2022



Figura 2 – Conferência de José António Bettencourt (8 de Junho). Foto Carlos Boavida.



Figura 3 – Cartaz alusivo à conferência apresentada no dia 9 de Dezembro de 2021.

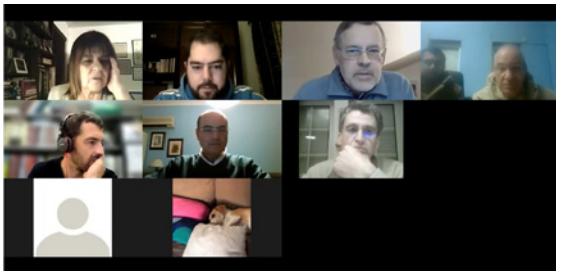


Figura 4 – Aspecto da sessão Zoom da conferência apresentada no dia 9 de Dezembro de 2021.

COMISSÃO DE ESTUDOS OLISIPONENSES — AAP
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2021

Tânia Manuel Casimiro[1], Guilherme Cardoso[2], Carlos Boavida[3]

[1] Presidente
[2] Vice-Presidente
[3] Secretário

Tal como sucedeu no ano anterior, as actividades da Comissão de Estudos Olisiponenses foram muito afectadas durante o ano de 2021 devido à situação pandémica que ainda se verifica. A mesa da comissão reuniu assim apenas em duas ocasiões.

A primeira reunião teve lugar presencialmente no dia 2 de Junho de 2021, tendo nesse âmbito decorrido a eleição dos membros da mesa para o triénio 2021-2023. Àquela votação sujeitou-se apenas uma lista integrado os actuais membros que foi reeleita por unanimidade.

No dia seguinte, através da plataforma Zoom, ocorreu uma outra reunião, na qual foi apresentada a conferência "*Da Escavação à Exposição. 265 anos de uma casa que veio abaixo com o Terramoto (Lisboa Rossio)*", sobre como desta descoberta arqueológica se organizou a exposição patente na Biblioteca Municipal Central/Palácio Galveias entre Novembro de 2020 e Setembro de 2021. Foram oradores Vanessa Filipe e José Pedro Henriques, arqueólogos da empresa Cota 80'86' e investigadores do Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.

Ao longo do ano de 2021, foi também preocupação da mesa da Comissão de Estudos Olisiponenses a recolha e posterior edição e formatação dos artigos correspondentes às conferências e comunicações apresentadas no âmbito das reuniões e colóquios organizados nos últimos anos, tendo em vista a sua publicação, nomeadamente os do ciclo de conferências "*Lisboa não é só subterrânea – 25 anos depois de uma exposição*", ocorrido em 2019.



Figura 1 – Cartaz da conferência apresentada no dia 2 de Junho de 2021 por Vanessa Filipe e José Pedro Henriques.

Como tem sido hábito, a Comissão manteve actividade na sua página do Facebook, onde é seguida por mais 1600 internautas, divulgando assim iniciativas promovidas naquela rede social por outras instituições que mantêm a sua presença naquela. Foram partilhadas notícias sobre arqueologia, história e património da cidade de Lisboa, bem como eventos e publicações temáticas da responsabilidade de várias empresas de arqueologia, museus, arquivos e bibliotecas.

Na mesma plataforma foram sendo também dadas a conhecer edições publicadas ao longo de 2021 sobre a História e Património da cidade de Lisboa e do seu termo, presentes no álbum "*Registos de Lisboa*". Entre periódicos, actas de colóquios ou congressos, catálogos de exposições e estudos monográficos, contam-se um total de quarenta e duas publicações, das quais se anexa a informação bibliográfica.

ANTUNES, Ana Sofia; NOZES, Cristina; CARVALHINHOS, Marina; LEITÃO, Vasco (coord.) (2021) – *II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em meio urbano (Teatro Aberto, 22 a 24 de Março de 2018)*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa/CML – disponível em *https://issuu.com/cal_centro_de_arqueologia_de_lisboa/docs/atas_iiencontroarqueologia*.

ARAÚJO, Daniela; NASCIMENTO, Mário (2021) – *Hortas de Lisboa. Da Idade Média ao século XXI*. Catálogo da exposição. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML (edição no âmbito do programa Lisboa, Capital Verde Europeia 2020).

BARATA, Filomena; RAMOS, Leonardo Rosa (2021) – *Glossário de Termos Latinos para a Arqueologia (A- L)*. Lisboa: Lema d'Origem.

BLAUFUKS, Daniel (2021) – *Lisboa Clichê*. Lisboa: Tinta da China.

BRANCO, Ricardo Lucas (2021) – *Baltazar Álvares. Grandíssimo arquitecto e traçador*. Lisboa: Canto Redondo.

BUGALHÃO, Jacinta (coord. edit.) (2021) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Catálogo da exposição permanente. Lisboa: Fundação Millennium BCP (edição bilíngue).

CAMARA, Teresa Bettencourt da (2021) – *Espaço público de Lisboa. Plano, projecto e obra da primeira geração de arquitectos paisagistas (1950-1970)*. Lisboa: Câmara Municipal ((edição no âmbito do programa Lisboa, Capital Verde Europeia 2020) – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/espaco_publico_lisboa*.

CARDOSO, Guilherme; NOZES, Cristina (coord.) (2021) – *O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Col. Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo, 5. Lisboa: Câmara Municipal; Caleidoscópio.

CARDOSO, João Luís (coord.) (2021) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 28. Oeiras: Câmara Municipal.

CARVALHO, José Silva (2021) – *A ermida que há dentro deste lugar de Carnide*. Lisboa: Caleidoscópio.

CASANOVA, Conceição; ROMEIRAS, Maria Manuel (edit.) (2021) – *Lisboa guardiã de saber tropical*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia (edição no âmbito do programa Lisboa, Capital Verde Europeia 2020) – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/lisboa_guardia_saber_tropical*.

CORTE-REAL, Manuel (2021) – *Palácio das Necessidades*. Lisboa: By the Book; Ministério dos Negócios Estrangeiros (edição bilíngue).

COSTA, Maria José (2020) – *Estuário do Tejo. Onde o rio encontra o mar*. Lisboa: Câmara Municipal; Edições Afrontamento (edição no âmbito do programa Lisboa, Capital Verde Europeia 2020) – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/estuario_tejo_onde_o_rio_encontra_o_mar*.

EUSÉBIO, Joaquim (2021) – *Santo António em azul e branco*. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML; Centro de Estudos de Investigação de Santo António.

FABIÃO, Carlos; NOZES, Cristina; CARDOSO, Guilherme (coord.) (2021) – *A cidade produtora (e consumidora)*. Col. Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo, 6. Lisboa: Câmara Municipal; Caleidoscópio.

FALCÃO, Isabel (2021) – *Diogo de Macedo e o Museu de Arte Contemporânea. Pioneirismo e herança na redefinição do museu de arte*. Lisboa: Caleidoscópio; Direcção-Geral do Património Cultural.

FERNANDES, Lídia (coord. edit.) (2021) – *Actas do colóquio "Irisalva Moita – vida e obra"*. *Scaena*, 2. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML.

FERNANDES; Lídia (coord.) (2021) – *Guia do Museu de Lisboa / Teatro Romano*. Lisboa: Museu de Lisboa – EGEAC/CML.

HENRIQUES, Isabel Castro (2021) – *Roteiro histórico de uma Lisboa Africana. Séculos XV-XXI*. Lisboa: Edições Colibri (versão portuguesa e inglesa).

HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa Galiza (2020) – *O dia em que a casa veio abaixo*. Catálogo da exposição na Biblioteca Palácio Galveias. Lisboa: Dep. Património Cultural/CML.

LINHARES, Mário; LINHARES, Ketta (2021) – *Lisboa Moderna Júlio de Castilho*. Lisboa: Caleidoscópio.

LOCHERY, Neill (2021) – *Lisboa. A guerra nas Sombras da Cidade da Luz 1939-1945*. Lisboa: Casa das Letras.

MAGALHÃES, Paula Gomes (2021) – *Os Loucos Anos 20 – Diário da Lisboa Boémia*. Lisboa: Planeta Editora.

NEVES, Helena (dir.) (2021) – "Materiais de interesse histórico que constroem o património edificado: correlações, usos, paisagens" – vol. I. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 16 – Série II. Lisboa: Arquivo Municipal / Câmara Municipal – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cam16*.



Figura 2 – Publicações Lisboa 2021.

PEREIRA, Ana Cristina (2021) – *Lisboa em Festa*. Lisboa: Livros Horizonte.

PIRES, Eva (2021) – *O quotidiano em Vila Franca de Xira nos séculos XV e XVI*. Cira Arqueologia, 8. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal – disponível em *https://issuu.com/cmvfx/docs/ciraarqueologia8*.

RAGGI, Giuseppina (2021) – *O projecto de D. João V. Lisboa Ocidental, Mafra e o urbanismo cenográfico de Filippo Juvarra*. Lisboa: Caleidoscópio.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2021) – *Al-Madan Online*, 24.1. Almada: Centro de Arqueologia de Almada – disponível em *https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline24_1*.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2021) – *Al-Madan Online*, 24.2. Almada: Centro de Arqueologia de Almada – disponível em *https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline24_2*.

RAPOSO, Jorge (dir.) (2021) – *Al-Madan*, 24. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

RAPOSO, Luís (2021) – *Arqueologia, Património e Museus. Meio século de intervenção cívica e cultural*. Lisboa. Edições Colibri.

SANTO, Dalila Espírito (2021) – *Jardins Botânicos Portugueses. O Antes e o depois de 2020*. Lisboa: Câmara Municipal (edição bilíngue no âmbito do programa Lisboa, Capital Verde Europeia 2020) – disponível *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/jardins_botanicos_portugueses*.

SARRAZOLA, Alexandre (2021) – *O lugar de Sarrazola. Arqueologia de Salvaguarda e crónicas de contracultura*. Colecção Ensaios, 4 Lisboa: Mazu Press.

SEIXAS, João (2021) – *Lisboa em metamorfose*. Col. Ensaios da Fundação. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SERAFIM, Paula (textos) (2021) – *Crónicas do Socorro*, vol. III. Lisboa: Regimento de Sapadores Bombeiros, Câmara Municipal – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/iii_cronicas_de_socorro_web*.

SERAFIM, Paula (textos) (202o) – *Do Convento da Esperança a Quartel de Bombeiros. A transformação de um edifício emblemático*. Lisboa: Câmara Municipal; Regimento de Sapadores Bombeiros – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/rsb__esperanca_a_quartel*.

SILVA, Rodrigo Banha da (coord.) (2021) – *Para além desta vida. A memória funerária da cidade*. Col. Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo, 7. Lisboa: Câmara Municipal; Caleidoscópio.

SOARES, Ana Luísa (coord.) (2021) – *O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755-1965). Três séculos de património botânico paisagístico e cultural*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia (edição no âmbito do programa Lisboa, Capital Verde Europeia 2020) – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/arvoredo_jardins_parques_publicos_lisboa*.

SUBTIL, José (coord. editorial) (2020) – "A Revolução Liberal e a Monarquia Constitucional (1820-1910) – vol. II". *Cadernos do Arquivo Municipal*, 15 – Série II. Lisboa: Arquivo Municipal / CML – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cam15*.

TOSTÕES, Ana (2021) – *Lisboa Moderna*. Lisboa: Circo das Ideias.

VALDALISO, Covadonga (2021) – *Museus de Lisboa*. Col. Ensaios da Fundação. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

VALENTE, Anabela; MELO, Ana Homem de; MARQUES, António; SOUTO, Vanda (2020) – Ajuda: o Espaço, o Tempo e a Sociedade. Actas do colóquio. Lisboa: Dep. Património Cultural/CML – disponível em *https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/atas_coloquio_ajuda*.

Como em anos anteriores, têm sido também divulgados alguns dos artigos apresentados no âmbito dos congressos e colóquios organizados pela AAP, disponíveis através do seu sítio na internet.

Por último, os membros da mesa desta comissão agradecem aos funcionários e colaboradores do Museu Arqueológico do Carmo e da Associação dos Arqueólogos Portugueses pelo seu apoio no desenvolvimento das actividades realizadas ao longo do ano de 2021. Estes agradecimentos estendem-se também a todos os participantes naquelas actividades, tanto oradores como assistentes, pois sem eles nada teria sido possível.

Lisboa, 25 Março 2022

COMISSÃO DE ARQUEOLOGIA PROFISSIONAL DA AAP
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2021

Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva

Em 2021, as actividades da CAP foram extraordinariamente reduzidas, essencialmente devido à situação pandémica. Neste ano, a CAP desenvolveu as seguintes actividades:

1. "Sistema de qualificação de peritos competentes em Avaliação de Impacte Ambiental" – Durante 2021 não houve qualquer iniciativa no âmbito deste processo. Os trabalhos do "Conselho Consultivo de Qualificação" foram acompanhados pelo representante da AAP, Doutor João Marques, em articulação com a CAP.
2. "Grupo Trabalho para elaboração de documento de Recomendações de Boas Práticas em Arqueologia de meios húmidos" (GTAH) – Infelizmente, o GTAH não registou qualquer actividade. Assim sendo, não foi concluído o documento "Recomendações de Boas Práticas em Arqueologia de meios húmidos", nem iniciado o processo da sua discussão pública.
3. Foi preparado para publicação na revista Arqueologia e História o artigo "Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de actividades do ano 2020".
4. Participação e apoio na intervenção cívica e pública desenvolvida pela Direcção da AAP, no movimento de defesa das ruínas da mesquita *aljama* de *al-Uxbuna*, conservadas no Claustro da Sé de Lisboa. Esta acção da AAP, pela mão da sua Direcção, tem-se consubstanciado na principal iniciativa associativa e cívica pela salvaguarda deste valioso Património, na interpelação activa junto da DGPC, de divulgação de posições públicas e na presença mediática.
5. Reuniões da CAP: Comissão Profissional de Arqueólogos reuniu a 20 de Maio de 2021, para eleger a Mesa para o triénio de 2021/2023. A Mesa em funções foi reeleita: Presidente – Jacinta Bugalhão, Vice-Presidente – Miguel Lago e Secretário – Rodrigo Banha da Silva.

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – DE NOVO NO 3º MILÉNIO (VNSP3000)
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO 2021

Andrea Martins[1], Mariana Diniz[2], José Morais Arnaud[3], César Neves[4]

[1] Fundação para a Ciência e Tecnologia / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses
[2] UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses
[3] Associação dos Arqueólogos Portugueses
[4] Associação dos Arqueólogos Portugueses / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

No âmbito do Projecto de Investigação intitulado *Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP 3000)*, as actividades desenvolvidas no ano de 2021 organizaram-se entre as seguintes temáticas:

1. Intervenção arqueológica – 4ª campanha
2. 50º Aniversário da classificação de VNSP como Monumento Nacional
3. Publicações científicas;
4. Apresentações científicas;
5. Arqueologia Experimental;
6. Arqueologia pública e disseminação do conhecimento;
7. Espólio Arqueológico – Colecção VNSP do Museu Arqueológico do Carmo
8. Espólio Arqueológico – Colecção VNSP do Museu Municipal Hipólito Cabaço

1. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA – 4ª CAMPANHA

Ao longo do projecto *VNSP3000*, os trabalhos de campo terão como principal objectivo a valorização e conservação do espaço do povoado, desenvolvendo-se em duas vertentes: a Pública e a Científica. Em estreita colaboração e parceria com as entidades locais serão efectuados os trabalhos de limpeza do sítio, sinalização e conservação de estruturas, levando também a uma consciencialização da comunidade para a importância da protecção do sítio arqueológico. A vertente científica será desenvolvida através de prospecção intensiva em redor do povoado e realização de sondagens de diagnóstico para confirmação de propostas interpretativas e recolha de amostras para datações absolutas e outros estudos complementares.

Durante todo o mês de Julho de 2021, desenvolveu-se a 4ª campanha de escavação arqueológica em Vila Nova de São Pedro onde, ao longo de quatro semanas, onze alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e uma voluntária do programa de voluntariado do Município da Azambuja, participaram em todas as tarefas programadas, nomeadamente na escavação arqueológica, trabalho de laboratório e prospecção geológica. Agradecemos assim a participação e empenho dos alunos: Alexandre Gomes, Ana Carolina Cruces, Carlota Sousa, Diogo Oliveira, Francisco Dias, Liliana Amado, Lucas Barrozo, Kecia Costa, Nuno Faria, Pedro Barreiros, Pedro Correia e Vinicius Dentzien. (Figura 1)



Figura 1 – Equipa VNSP – campanha 2021.

Objectivos da campanha de 2021:

- Continuidade da escavação do alargamento da Sondagem 1 da Área 1 podendo, mesmo, alargá-la;
- Conclusão da Sondagem 2 da Área 3 e, depois de conjugar os resultados desta sondagem com a Sondagem 3, traçar um novo plano que poderá incluir alargamentos das sondagens existentes ou a realização de novas;
- As acções de limpeza, uma vez que são bastante morosas e crendo que VNSP apresenta, agora, um aspecto geral que potencie melhor a sua preservação e valorização, serão, a partir daqui, menos frequentes, apenas abrangendo espaços de futura intervenção arqueológica que possam ajudar a responder a questões relacionadas com a arquitectura do povoado, ou onde as acções de registo ainda não estejam finalizadas.

Entre os resultados obtidos nesta campanha, que incidiu na "2ª" linha de muralhas e nas plataformas Sul e Este, destacam-se a recolha de abundantes restos faunísticos e de materiais arqueológicos, em contextos estratigráficos seguros, que permitirão uma sequência de datações absolutas fundamentais para reconstituir a cronologia e a sequência construtiva deste povoado fortificado. Foram intervencionadas áreas exteriores ao "Reduto Central", sendo os resultados bastante promissores, revelando a complexidade deste icónico sítio do calcolítico da Estremadura Portuguesa. (Figuras 2 e 3)

Paralelamente aos trabalhos de escavação foram limpas várias áreas em redor do povoado Calcolítico, numa acção conjunta entre a equipa de Arqueologia, um veículo trator cedido pela Junta de Freguesia e a equipa de Sapadores da Câmara Municipal da Azambuja.



Figura 2 – VNSP – escavação da sondagem 1 da área 1.



Figura 3 – VNSP – escavação da sondagem 4 da área 3.

No dia 23 de Julho decorreu o, já tradicional, Dia Aberto, em que mais de uma centena de pessoas puderam visitar as diversas áreas intervencionadas, bem como uma visita integral ao povoado. Estas visitas são realizadas também pelos alunos, potenciando assim competências de transmissão do conhecimento para diversos tipos de público, bem como uma integração dos jovens na comunidade de Vila Nova de São Pedro e Torre de Penalva. (Figuras 4 e 5)

Os resultados desta campanha serão publicados num próximo número da Arqueologia e História, revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, dando sequência ao trabalho desenvolvido para as campanhas de 2017 e 2018 (vol. 69), e 2019 (vol. 71-72).

Os dados referentes à intervenção arqueológica realizada em VNSP encontram-se descritos no Relatório do PATA, entregue e aprovado pela DGPC.



Figura 4 – Dia Aberto em VNSP 2021.



Figura 5 – Equipa VNSP – Dia Aberto 2021.

2. 50º ANIVERSÁRIO DA CLASSIFICAÇÃO DE VNSP COMO MONUMENTO NACIONAL

Categoria: MN – Monumento Nacional, Decreto n.º 516/71, DG, 1.ª série, n.º 274 de 22 novembro 1971

A 22 de Novembro de 2021, assinalaram-se os 50 anos da classificação do povoado de Vila Nova de São Pedro como Monumento Nacional. (Figura 6)

Durante o ano de 2021, desenvolveram-se um conjunto de actividades em torno de VNSP, dando a conhecer o trabalho de investigação em torno deste icónico sítio arqueológico. As acções tiveram lugar em distintos lugares, entre os quais o próprio sítio arqueológico, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa), e o Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque (Azambuja). As celebrações tiveram o seu culminar, no final



Figura 6 – Imagem das comemorações VNSP.

do mês de Novembro, com a realização do Encontro *Vila Nova de São Pedro – 1971-2021: cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular.* Este congresso teve como principal objectivo reunir muitos dos arqueólogos que nestas últimas décadas contribuíram com o seu trabalho de investigação para o conhecimento de Vila Nova de São Pedro e das Sociedades Calcolíticas do Ocidente Peninsular. (Figura 7)



Figura 7 – Poster de divulgação do colóquio VNSP 1971-2021.

2.1. *Vila Nova de São Pedro – 1971/2021 – Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular*

Tratou-se de uma organização conjunta entre a AAP/VNSP3000 e o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) [Comissão Científica: *VNSP3000*], com o evento a ter lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Museu Arqueológico do Carmo culminando, no dia 27 de Novembro, com uma visita ao sítio de Vila Nova de São Pedro. Toda a informação sobre o congresso – programa e livro de resumos – encontra-se disponível no site do projecto VNSP3000 – https://vnsp.arqueologos.pt/.

As apresentações foram feitas de forma presencial e online (ZOOM), facilitando a presença de diversos investigadores estrangeiros. (Figuras 8 e 9)



Figura 8 – Aspecto de uma das sessões – FLUL.



Figura 9 – Sessão no Museu Arqueológico do Carmo.

O congresso em números:

- Assistentes (presencial) = 95
- Comissão de Honra = 9
- Comissão Científica = 4
- Comissão Executiva = 7
- Secretariado = 7
- Comunicantes = 59
- Comunicações = 46
- Línguas = Português, Inglês, Francês e Castelhano

No dia 22 de Novembro a cerimónia de abertura contou com a presença do Director da FLUL – Prof. Doutor Miguel Tamen, do Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses – Dr. José Morais Arnaud, do Director de Área de História da FLUL – Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes, do Director da UNIARQ – Prof. Doutor Carlos Fabião, do Presidente da Câmara Municipal da Azambuja – Silvino Lúcio, do Coronel Mário Jorge Freire da Silva – Director da biblioteca do Exército Português, do Provincial da Companhia de Jesus – P. António Júlio Trigueiros – Director da Revista Brotéria e do Presidente da União de Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa – José Avelino. (Figura 10)

A conferência inaugural proferida pela equipa de VNSP3000 iniciou os trabalhos científicos, apresentando um ponto de situação da temática em questão, salientando o papel de Vila Nova de São Pedro na historiografia e nos novos desafios levantados com o projecto VNSP3000. Foram também apresentados os principais resultados dos trabalhos efectuados pela equipa multidisciplinar do projecto, abarcando áreas diversificadas como análise de isótopos ambientais, proveniências de matérias-primas ou arqueologia experimental.

Está prevista para 2023 a publicação deste colóquio, numa edição conjunta da UNIARQ e AAP.



Figura 10 – Sessão inaugural na FLUL.

2.1.1. Programa

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – 1971/2021: CINQUENTA ANOS DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O CALCOLÍTICO, NO OCIDENTE PENINSULAR	
22 de Novembro	**Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa**
9.30h	Abertura dos trabalhos – Mesa de Honra
10.15h	*Vila Nova de São Pedro: antes e depois de 2021* Mariana Diniz / José M. Arnaud / César Neves / Andrea Martins
10.45h	*Coffee break*
11.05h	*Novas reflexões sobre aspectos das chamadas "Arquiteturas" Pré-Históricas* Vítor Oliveira Jorge
11.30h	*Habitar a Arquitetura. O caso de Castanheiro do Vento no contexto dos recintos murados calcolíticos* Ana Vale
11.55h	*Serão os recintos de fossos pré-históricos construções planificadas?* Filipa Rodrigues
12.20h	*Ditched and walled Enclosures of Late Prehistory in South Portugal: a comparative approach* António Carlos Valera
12.45h	*O Alentejo entre recintos: uma breve reflexão sobre o povoamento Calcolítico* Leonor Rocha / Gertrudes Branco
13.05h	*Debate*
14.00h	*Almoço*
15.25h	*The Chalcolithic mega-site of Valencina de la Concepción (Seville, Spain). New investigations in the Northern sector* Thomas Schuhmacher
15.50h	*Valencina and Antequera: A Comparison of Two Major Copper Age Central Places in Southern Spain* Leonardo García Sanjuán
16.15h	*Nuevas aportaciones al estudio de los recintos fortificados y con fosos en la provincia de Badajoz, España* Víctor Hurtado
16.40h	*Una aproximación espacial a los recintos de fosos de la Edad del Cobre: Los Melgarejos (Getafe, Madrid) como caso de estúdio* Pedro Díaz-del-Río / Jess Beck, Nuria Castañeda / Susana Consuegra / Rosa M. Domínguez / Marcos García / Luis Hernández / Diego Herrero / Isabel Martínez-Navarrete / Marta Moreno / Antonio Uriarte / Juan M. Vicent
17.05h	*Debate*
22 de Novembro	**Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa)**
18.30h	*O Calcolítico no Alto Douro. Dinâmicas e usos de um território* João Muralha
18.55h	*Cerimónia MAC – Classificação Monumento Nacional / Aniversário AAP* Intervenções da DGPC e Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses
19.30h	*Beberete e Celebração do Aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses*

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – 1971/2021: CINQUENTA ANOS DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O CALCOLÍTICO, NO OCIDENTE PENINSULAR	
23 de Novembro	**Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa**
9.20h	*Pastores, camponeses e arquitetos no Calcolítico do Médio Tejo Português* Luiz Oosterbeek / Sara Garcês / Cristiana Ferreira / Adewumi Opeyemi
9.45h	*O hipogeu do Convento do Carmo (Torres Novas). Estudo multidisciplinar de uma população campaniforme da Estremadura Portuguesa* António Faustino Carvalho
10.10h	*Novas "luzes", novos problemas: os sítios do 3º milénio a.C. da região Oeste (Portugal)* André Texugo Lopes
10.35h	*Zambujal: O método de escavação com "complexos"* Michael Kunst
11.00h	*Coffee break*
11.20h	*No 3º milénio a.n.e., na margem esquerda da Lezíria do Tejo (olhando também para a margem direita)* Victor S. Gonçalves / Ana Catarina Sousa
11.45h	*Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): novos dados sobre estruturas, materiais e cronologias* Andrea Martins / César Neves / Mariana Diniz / José M. Arnaud
12.10h	*Leceia, Moita da Ladra e Outeiro Redondo: semelhanças e diferenças de três sítios muralhados da Estremadura Portuguesa* João Luís Cardoso
12.35h	*Debate*
13.30h	*Almoço*
15.00h	*A colaboração científica no feminino: Maria de Lourdes Costa Arthur e VNSP* Ana Cristina Martins
15.25h	*O espólio metálico de Vila Nova de São Pedro - investigações arqueometalúrgicas* António Monge Soares
15.50h	*O território de Vila Nova de São Pedro no 3º milénio a.n.e.: Análise de proveniência das matérias--primas líticas a partir de novos dados (2017-2018)* Patrícia Jordão / Andrea Martins / Pedro Cura / Mariana Diniz / César Neves / José M. Arnaud
16.15h	*Entre domésticos e selvagens: novos dados sobre a fauna de Vila Nova de São Pedro* Cleia Detry / Mariana Diniz / César Neves / Andrea Martins / José M. Arnaud
16.40h	*Investigating the economic integration of coastal and interior settlements in Late Prehistoric Portugal: New Isotopic Data from Vila Nova de São Pedro* Anna Waterman / Cleia Detry / Mariana Diniz / César Neves /Andrea Martins / J. M Arnaud / David Peate
17.05h	*Coffee break*
17.25h	*SYMBOLART – abordagem metodológica não invasiva para a caracterização de artefactos simbólicos de VNSP* Ana Luísa Rodrigues / Rosa Marques / M. Isabel Dias / M. Isabel Prudêncio / Andrea Martins / Mariana Diniz / César Neves / José M. Arnaud
17.35h	*Cerâmica Calcolítica de Vila Nova de São Pedro: Caracterização textural, química e mineralógica* Rute Chaves
17.45h	*Produtos secundários em Vila Nova de São Pedro: as "queijeiras"* Lucas Barrozo / Mariana Diniz / Andrea Martins / César Neves / José M. Arnaud
17.55h	*Alfinetes em Osso de Vila Nova de São Pedro: colecção do Museu Arqueológico do Carmo* Manuel Navas / Mariana Diniz / César Neves / Andrea Martins / José M. Arnaud
18.05h	*Novas imagens de Vila Nova de São Pedro: a fotogrametria* Elena Cabrera / Mariana Diniz / César Neves / José M. Arnaud / Andrea Martins
18.15h	*A tecelagem em Vila Nova de São Pedro: os pesos e placas de tear* César Neves / José M. Arnaud / Mariana Diniz / Andrea Martins

18.25h	*Experimentar, testar, executar: o programa de Arqueologia Experimental em torno dos artefactos de Vila Nova de São Pedro* Pedro Cura / Andrea Martins / César Neves / Joana Carrondo / Mariana Diniz / José M. Arnaud
18.35h	*Conhecimento e Memória: O Museu de Azambuja e a sala do Povoado Fortificado de Vila Nova de São Pedro* Nuno Nobre
18.45h	*A colaboração do antigo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra com as escavações de Vila Nova de S. Pedro: algumas notas históricas* Ana Maria Silva
18.55h	*Debate*
19.45h	*Fim dos Trabalhos*

VILA NOVA DE SÃO PEDRO – 1971/2021: CINQUENTA ANOS DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O CALCOLÍTICO, NO OCIDENTE PENINSULAR

24 de Novembro	**Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa**
9.20h	*O Norte de Portugal entre o 4º e o 3º milénio AC: problemáticas em 2021* Susana Lopes
9.45h	*From PEABAM to Neomega 2: 40 years of research in the Center and North of Portugal (1982-2021)* João Carlos de Senna-Martinez / José Manuel Quintã Ventura
10.10h	*Ring of Fire: intervenções nos fossos de Montoito 2 (Redondo)* Rui Mataloto / Gonçalo Bispo / Hugo Morais
10.35h	*The dawn of a new world? Apontamentos sobre a transição entre o 3º e 2º milénios a.C. no sul de Portugal* Ana Catarina Basílio
11.00h	*Coffee break*
11.20h	*Comparando morfologia e depósitos de estruturas em negativo de tipo fossa do Calcolítico e da Idade do Bronze do Interior Alentejano* Lídia Baptista
11.45h	*Reflexões sobre o instrumental têxtil na Estremadura Portuguesa no final do 4º e no 3º milénio a.n.e.* Catarina Costeira
12.10h	*La evolución de la cerámica campaniforme en el yacimiento de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería)* Juan A. Cámara Serrano / Alberto D. Alejos / Liliana Spanedda / Fernando Molina González
12.35h	*Debate*
13.30h	*Almoço*
15.00h	*Caminos de agua: el río Tajo entre el atlántico y el Ebro durante el Neolítico Final y el Calcolítico* Primitiva Bueno Ramírez / R. Barroso Bermejo / Rodrigo de Balbín Behrmann
15.25h	*Encerrar, condenar e incinerar nos "monumentos" do 4º e 3º mil. AC da Bacia do Douro. Entre a tangibilidade dos atos e a intangibilidade das relações sociais* Maria de Jesus Sanches / Maria Helena Barbosa
15.50h	*O lugar da arte no estudo das dinâmicas sócio-culturais da Pré-história Recente no Ocidente Peninsular* Lara Bacelar
16.15h	*Escoural – O povoado calcolítico e o santuário tardo-neolítico. Informação empírica, problemáticas e as interpretações possíveis* Mário Varela Gomes
16.40h	*Entre o profano e sagrado: iconografia simbólica do 3º milénio a.C. no Oc. Peninsular* Andrea Martins
17.05h	*Coffee break*
17.25h	*Debate*
18.15h	*Conferência de Encerramento* *La Péninsule Ibérique et le Chalcolithique de la Méditerranée occidentale: analogies et contrastes* Jean Guilaine, Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa

2.2. Sala do Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque – Azambuja

Após convite da Câmara Municipal da Azambuja, a equipa de VNSP3000 passou a fazer consultoria científica na museografia da exposição sobre Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque (a inaugurar em Setembro de 2022).

Diversas tarefas foram realizadas: produção de conteúdos (textos, desenhos de artefactos, fotografias de escavação arqueológica, informação paleo-ambiental, entre outros); Inventário, registo fotográfico e gráfico de materiais arqueológicos (Ídolos cilíndricos e Ídolo pinha em calcário, assim como de Placas de Tear em cerâmica), depositados neste Museu. (Figura 11)

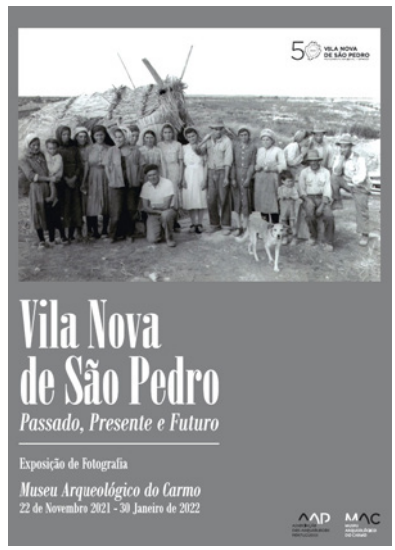
Parte dos materiais arqueológicos expostos na nova exposição tinham sido cedidos anteriormente pela AAP-MAC ao Museu da Azambuja, aos quais se adicionaram materiais arqueológicos que se encontravam numa colecção privada de um munícipe do concelho. Esta nova sala do Museu Sebastião Mateus Arenque, dedicada exclusivamente a VNSP, permitirá a disponibilização de conteúdos áudio-visuais, a par de diversos artefactos encontrados no povoado calcolítico, relacionando-os com as distintas actividades e funcionalidades.



Figura 11 – Trabalhos de inventariação do material arqueológico depositado no Museu da Azambuja.

2.3. Exposição "Vila Nova de São Pedro: Passado, Presente e Futuro"

Este evento organizado por José Morais Arnaud e César Neves, esteve patente na Sala 3 do Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa) entre 22 Novembro e 31 de Dezembro, e consistiu numa apresentação de fotografias em torno do sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro. Imagens das escavações realizadas por Afonso do Paço nas décadas de 50 e 60 do século XX, juntamente com retratos actuais daqueles jovens, hoje já séniores, que continuam a percorrer as muralhas de VNSP. A esta recolha de memórias juntam-se as que agora se constroem, com fotografias da equipa que desde 2017 voltou a trabalhar no povoado calcolítico de VNSP. (Figuras 12 e 13)





Figuras 12 e 13 – Exposição de fotografia – Vila Nova de São Pedro –Passado, Presente e Futuro.

3. PUBLICAÇÕES

Foram publicados cinco trabalhos científicos durante o ano de 2021 cumprindo, deste modo, as normativas do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, disponibilizando a toda a comunidade os resultados dos trabalhos efectuados até ao momento.

Fruto do convite e participação na Exposição *Ídolos. Olhares Milenares,* que esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia entre 9 de Abril e 17 de Outubro de 2021, os trabalhos publicados tiveram uma

maior incidência nesse evento. Entre os materiais arqueológicos expostos no Museu Nacional de Arqueologia estiveram três ídolos cilíndricos de Vila Nova de São Pedro cedidos temporariamente pelo Museu Arqueológico do Carmo.

MARTINS, Andrea; DINIZ, Mariana; NEVES, César; ARNAUD, José M. (2021)– The symbolic in Vila Nova de São Pedro: Idols, statues and symbology. Bueno Ramírez, P. e Soler Diaz, J. (eds.), *Mobile images of Ancestral Bodies: a Millennium-long perspective from Iberia to Europe – Zona Arqueológica*, nº 23, Vol. II. Museu Arqueológico Regional: pp. 121-138.

MARTINS, Andrea; DINIZ, Mariana; NEVES, César; ARNAUD, José M. (2021) – O simbólico em Vila Nova de São Pedro: ídolos, estatuetas e simbologia. Bueno Ramirez, P. y Soler Díaz, J. (Coord.) – *Ídolos. Olhares Milenares – O Estado da Arte em Portugal*. Lisboa, Portugal: MNA e Imprensa Nacional: pp. 103-121.

MARTINS, Andrea (2021) – Iconography of the third millennium BC in Western Iberia: the representations of deer. *Adoraten*, 51 – edition 2020, Scandinavian Society for Prehistoric Art, pp. 24-40.

MARTINS, Andrea, DINIZ, Mariana, NEVES, César, & ARNAUD, José Morais (2021) – Povoados e Necrópoles no Estuário do Tejo. Primitiva Bueno Ramírez & Jorge A. Soler Díaz (Eds.), *Ídolos. Olhares Milenares. Guia da Exposição*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Museo Arqueológico de Alicante / Museo Arqueológico Regional, pp. 152-155.

ARNAUD, José Morais, DINIZ, Mariana, MARTINS, Andrea & NEVES, César (2021) – Vila Nova de São Pedro: cinco anos de um projecto de investigação. *Al-madan*, 24 (IIª Série), Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 159-163.

4. APRESENTAÇÕES CIENTÍFICAS

Durante o ano de 2021 efectuaram-se 23 apresentações públicas, relativas aos trabalhos desenvolvidos pela equipa do projecto VNSP3000. As apresentações decorreram em encontros científicos, mas, também, em eventos para um público não especializado (quer em modo presencial como online), destacando-se a 2ª participação num Festival de Arqueologia organizado pelo Museu de Arqueologia em Yeoncheon - Coreia do Sul – assim como no Colóquio organizado pelo projecto VNSP3000, *Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular,* que decorreu entre 22 e 24 de Novembro na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa). (Figura 14)

Algumas destas comunicações encontram-se disponíveis online, em canais Youtube, Instagram ou Facebook das diversas instituições, contribuindo assim



Figura 14 – Membros do projecto VNSP no colóquio VNSP 1971-2021.

para os pressupostos da Ciência Cidadã e disponibilização de toda a informação à comunidade.

– "Investigação Arqueológica e o Museu Arqueológico do Carmo: o exemplo de Vila Nova de São Pedro"
Autor: César Neves
Encontros Ensinar com Património
Live Facebook da Escola Profissional de Arqueologia / Canal Youtube "Ensinar com Património". 7 de Janeiro 2021.

– "Entre a Serra e o Tejo: o povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro"
Autores: César Neves, Andrea Martins, Mariana Diniz e José M. Arnaud
Ciclo temático 5. Ocupação do território do vale do Tejo. Uni Olisipo – 1º Semestre de 2020/2021. 12 de Janeiro 2021.

– "Weaving in the 3rd millennium BC: the loom plates from Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal)."
Autores: Pedro Cura, Andrea Martins, César Neves e Joana Carrondo
EAC12 – Experimental Archaeology Conference, EXARC. 31 Março 2021.
(Disponível Canal Youtube EXARC)

– "Do Calcário ao Ídolo – os artefactos cilíndricos de Vila Nova de São Pedro
Autora: Andrea Martins"
Ciclo – Archaeology at Work 7. UNIARQ – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 14 de Abril de 2021.

– "Weaving in the Chalcolithic: archaeological evidence from Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal)"
Autores: César Neves, José M. Arnaud, Andrea Martins, Mariana Diniz, Pedro Cura, Joana Carrondo
Fiar, Tecer, Tingir e Coser. Perspectivas interdisciplinares sobre os têxteis históricos em Portugal. Mesa-Redonda Digital. EuroWeb. 15-17 Abril 2021.

– "Back to VNSP – society, archaeology and memory"
Autores: Andrea Martins, César Neves, Mariana Diniz e José M. Arnaud
#pubarchMEDfin – Final Virtual Conferences – 16-18 Abril 2021 – INSTAGRAM essay. @vnsp3000 @ bluemunda.

– "The limestone cylindrical artefacts of the Carmo Archaeological Museum (Lisbon, Portugal) – Knowledge and Cultural Transmission".
Autores: César Neves, Pedro Cura, Andrea Martins, Joana Carrondo, José M. Arnaud e Mariana Diniz
Jeongok Festival – Yeoncheon (South Korea), Maio 2021.

– "VNSP 3000 – Investigação e Divulgação em época de pandemia (2020-2021)".
Autores: César Neves, José M. Arnaud, Mariana Diniz e Andrea Martins.
Associação dos Arqueólogos Portugueses, Secção de Pré-História. 25 de Maio 2021.

– "Where there is Power, there is Fear. Debating Chalcolithic stone walls in western Iberia as new mechanism of power and fear display"
Autores: Mariana Diniz; Andrea Martins; César Neves; José Arnaud
Colóquio Internacional ROMPER FRONTEIRAS, ATRAVESSAR TERRITÓRIOS
Identidades e intercâmbios durante a Pré-história recente no interior norte da Península Ibérica. CITCEM. Porto, 23 e 24 de Setembro 2021.

– "O simbólico em Vila Nova de São Pedro: ídolos, estatuetas e simbologia"
Autores: Andrea Martins, Mariana Diniz, César Neves e José M. Arnaud
Ídolos. Colóquio no âmbito da exposição *Ídolos. Olhares Milenares*. Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. 16 de Outubro 2021.

– "As "queijeiras" no Sul de Portugal durante o 3 milénio A.C.: evidências de uma intensificação económica através de um estudo comparativo"
Autores: Lucas Barrozo, Mariana Diniz, Andrea Martins, César Neves e José M. Arnaud
XI Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Loulé. 21-23 de Outubro 2021.

– "Vila Nova de São Pedro: antes e depois de 2021"
Autores: Mariana Diniz, José M. Arnaud, César Neves e Andrea Martins
Conferência Inaugural
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): novos dados sobre estruturas, materiais e cronologias"
Autores: Andrea Martins, César Neves, Mariana Diniz e José M. Arnaud
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "O território de Vila Nova de São Pedro no 3º milénio a.n.e.: Análise de proveniência das matérias-primas líticas a partir de novos dados (2017-2018)"
Autores: Patrícia Jordão, Andrea Martins, Pedro Cura, Mariana Diniz, César Neves e José M. Arnaud
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "Entre domésticos e selvagens: novos dados sobre a fauna de Vila Nova de São Pedro"
Autores: Cleia Detry, Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins e José M. Arnaud
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "Investigating the economic integration of coastal and interior settlements in Late Prehistoric Portugal:

New Isotopic Data from Vila Nova de São Pedro"
Autores: Anna Waterman, Cleia Detry, Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins, J. M. Arnaud and David Peate
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "SYMBOLART – abordagem metodológica não invasiva para a caracterização de artefactos simbólicos de VNSP"
Autores: Ana Luísa Rodrigues, Rosa Marques, M. Isabel Dias, M. Isabel Prudêncio, Andrea Martins, Mariana Diniz, César Neves e José M. Arnaud
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "Produtos secundários em Vila Nova de São Pedro: as "queijeiras"
Autores: Lucas Barrozo, Mariana Diniz, Andrea Martins, César Neves e José M. Arnaud
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "Alfinetes em Osso de Vila Nova de São Pedro: colecção do Museu Arqueológico do Carmo"
Autores: Manuel Navas, Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins e José M. Arnaud
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "Novas imagens de Vila Nova de São Pedro: a fotogrametria"
Autores: Elena Cabrera, Mariana Diniz, César Neves, José M. Arnaud e Andrea Martins
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "A tecelagem em Vila Nova de São Pedro: os pesos e placas de tear"
Autores: César Neves, José M. Arnaud, Mariana Diniz e Andrea Martins
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

– "Experimentar, testar, executar: o programa de Arqueologia Experimental em torno dos artefactos de Vila Nova de São Pedro"
Autores: Pedro Cura, Andrea Martins, César Neves, Joana Carrondo, Mariana Diniz e José M. Arnaud
Vila Nova de São Pedro – 1971/2021: Cinquenta anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular. UNIARQ – FLUL e Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 22-24 de Novembro 2021.

5. ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL

Dando continuidade às diversas actividades relacionadas com o programa de Arqueologia Experimental, cujo objectivo se prende com questões científicas que nos encontramos a trabalhar, 2021 fica marcado com trabalhos, ainda, iniciais em torno da produção metalúrgica (cobre, bronze e ouro).

No início do ano, realizaram-se actividade de experimentação em torno dos objectos Pesos de Tear, comummente associados à Tecelagem. Desta forma, reconstituiram-se todas as acções da Cadeia Operatória destes artefactos, colocando-se em prática algumas propostas funcionais. (da recolha de argila em barreiros em torno de VNSP, sua transformação em barro, modelagem [seguindo os padrões métricos médios das 517 placas já inventariadas de VNSP], decoração, cozedura e, por fim, utilização em três propostas de tear). (Figuras 15 e 16)

Estas acções têm vindo a ser feitas em estreita e decisiva colaboração com os colegas e membros do projecto Pedro Cura e Joana Carrondo (Prehistoric Skills), permitindo a produção de conteúdos científicos que são, posteriormente, igualmente transferidos para diversos tipos de público através de actividades de Arqueologia Pública realizadas no Museu Arqueológico do Carmo, em Vila Nova de São Pedro ou em outros locais.

Integrada nesta cooperação entre a Prehistoric Skills, AAP e MAC, o projecto VNSP 3000 participou



Figura 15 – Arqueologia experimental – modelação dos pesos de tear.



Figura 16 – Arqueologia Experimental – cozedura dos pesos de tear.

no *EAC12 – Experimental Archaeology Conference,* na Mesa-Redonda Digital *Fiar, Tecer, Tingir e Coser. Perspectivas interdisciplinares sobre os têxteis históricos em Portugal* e no *2021 Yeoncheon Palaeolithic Festival* – a convite particular do director do Institute of East Asian Archaeology (todos em modo online). Nos dois primeiros eventos, apresentaram-se os principais resultados em torno dos objectos relacionados com a Tecelagem, no último discutiram-se alguns dos dados obtidos durante o protocolo de registo aplicado a blocos de calcário recolhidos nas imediações de VNSP, com o objectivo de reconstruir a cadeia operatória e processo de produção associado aos ídolos cilíndricos, identificados no povoado, numa tarefa que se iniciou em 2019.

6. ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

No âmbito da Arqueologia Pública e a Preservação da Memória – importantes linhas de acção do projecto *VNSP3000* – as principais acções tiveram lugar durante o período de escavação em Vila Nova de São Pedro.

Dada a proximidade estreita com os públicos visitantes e em particular com os habitantes de Torre Penalva e Vila Nova de São Pedro – realizaram-se visitas guiadas destacando-se, a 23 de Julho, o Dia Aberto.

Com o objectivo de continuar a reunir e a recuperar as memórias locais, retomou-se a recolha de novos depoimentos orais de alguns dos trabalhadores das campanhas realizadas no século XX, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay, bem como a outros habitantes de Vila Nova de São Pedro. Esta recolha tem sido interligada com o registo fotográfico existente, procurando criar um "museu vivo", com som e imagem, dos intervenientes nas antigas escavações.

Directamente relacionado com a Arqueologia da Memória destacamos a reportagem da RTP online, realizada por Carla Quirino – aluna do mestrado em Arqueologia da FLUL – com depoimentos de antigas trabalhadoras nas escavações de Vila Nova de São Pedro. Disponível na RTP play: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/arqueologia-resgata-memorias-de-ex-trabalhadores-da-escavacao-de-castro-com-cinco-mil-anos_n1361733.

Enquadrado nos pressupostos da Ciência Aberta, promoveu-se a constante actualização do *site* de Vila Nova de São Pedro. Este instrumento científico encontra-se organizado de forma a disponibilizar a tod@s a informação actualmente disponível sobre Vila Nova de São Pedro, não apenas sobre o projecto VNSP3000, mas funcionando como um repositório de outros trabalhos que incidam sobre o sítio.

Encontra-se em constante reformulação, com adição de novos conteúdos, sendo um local onde estão depositados todos os dados do projecto VNSP3000, desde as referências bibliográficas, conteúdos da escavação, bem como os vídeos produzidos no âmbito da "Recuperação das Memórias de VNSP". (Figura 17)

Pode ser consultado em: https://vnsp.arqueologos.pt/.

As acções do projecto VNSP 3000 têm continuado a ser, igualmente, partilhadas através das plataformas digitais próprias das instituições que participam no projecto (AAP/MAC, UNIARQ e CM Azambuja), com particular destaque na página oficial de Facebook e Instagram de VNSP 3000:

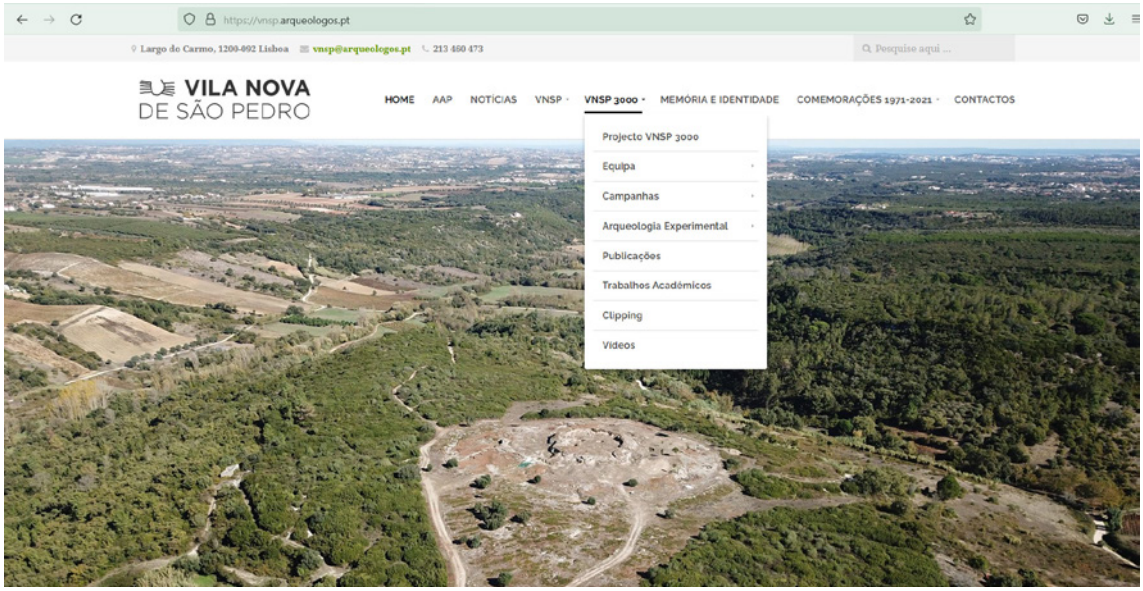


Figura 17 – Site do projecto VNSP3000.

– https://www.facebook.com/vnsp3000
– https://www.instagram.com/vnsp3000/

A divulgação e a comunicação com outros públicos foram igualmente produzidas através de entrevistas e reportagens dadas a meios de comunicação de tiragem Regional e Nacional.

Tejo Rádio Jornal
Congresso e Visita guiada a VNSP
18 Novembro 2021
https://www.tejoradiojornal.pt/2021/11/18/visita-guiada-ao-castro-de-vila-nova-de-sao-pedro/

Fundamental – Jornal Online
Congresso e Visita guiada a VNSP
15 Novembro 2021
https://www.fundamental-diario.pt/2021/11/15/castro-de-vila-nova-de-sao-pedro-50-anos-de-monumento-nacional-debatidos-em-congresso/

CM Azambuja
Visita guiada a VNSP
Novembro 2021
Visita guiada ao "Castro" de Vila Nova de São Pedro – inscrições abertas – Câmara Municipal de Azambuja (cm-azambuja.pt)

CM Azambuja
Congresso VNSP 1971-2021
Novembro 2021
Congresso Vila Nova de S.Pedro: "50 anos de investigação sobre o Calcolítico, no Ocidente Peninsular" – Câmara Municipal de Azambuja (cm-azambuja.pt)

O Mirante
Escavação VNSP3000 – Dia Aberto
23 Julho 2021
https://omirante.pt/sociedade/2021-07-23-Dia-aberto-no-Castro-de-Vila-Nova-de-Sao-Pedro-42a3e307

Mais Ribatejo
Escavação VNSP3000 – Dia Aberto
20 Julho 2021
https://maisribatejo.sapo.pt/2021/07/20/dia-aberto-no-castro-de-vila-nova-de-sao-pedro/

Calendários.Info
Dia Aberto
Julho 2021
https://www.calendarios.info/dia-aberto-no-castro-de-vila-nova-de-sao-pedro/

Notícias do Ribatejo
Dia Aberto
21 Julho 2021
https://noticiasdoribatejo.blogs.sapo.pt/azambuja-dia-aberto-no-castro-de-vila-6024944

CM Azambuja
Escavação VNSP3000 – Dia Aberto
20 Julho 2021
'Dia Aberto' no Castro de Vila Nova de São Pedro – Câmara Municipal de Azambuja (cm-azambuja.pt)

Mais Ribatejo
Escavação VNSP3000
10 Julho 2021
https://maisribatejo.sapo.pt/2021/07/10/vila-nova-de-s-pedro-em-curso-nova-campanha-arqueologica-de-exploracao-e-conservacao-do-castro/

CM Azambuja
Escavação VNSP3000
9 Julho 2021
Vila Nova de S. Pedro: em curso nova campanha de exploração e conservação do "Castro" – Câmara Municipal de Azambuja (cm-azambuja.pt)

CM Azambuja
Caminhada
Junho 2021
Caminhada/Corrida "Rota do Castro" é a próxima atividade PAFT – Câmara Municipal de Azambuja (cm-azambuja.pt)

Valor Local
Escavação VNSP3000
30 Abril 2021
https://www.jornalvalorlocal.com/dia-aberto-no-castro-de-vila-nova-de-satildeo-pedro.html

Paralelamente, e recorrendo a uma plataforma de Divulgação a cargo da UNIARQ, elaboraram-se cinco textos para cinco edições distintas (nº 52, 53, 54, 55 e 58 – Junho a Setembro e Dezembro), da *Uniarq Digital*, abordando temas como: estudos artefactuais; workshop de fotogrametria com a investigadora do projecto Elena Cabrera; campanha de escavação em VNSP; colóquio dos 50 anos de VNSP como Monumento Nacional;

https://www.uniarq.net/uniarqdigital52.html
https://www.uniarq.net/uniarqdigital53.html
https://www.uniarq.net/uniarqdigital54.html
https://www.uniarq.net/uniarqdigital55.html
https://www.uniarq.net/uniarqdigital58.html

No âmbito do projecto *Comuniarq Science Videos 2021*, promovido pelo departamento de comunicação e divulgação da UNIARQ, foram realizados diversos vídeos aos alunos e aos responsáveis científicos do projecto VNSP3000, durante a campanha de campo. Os vídeos encontram-se disponíveis em https://www.youtube.com/playlist?list=PLj2nKAhlUa9x5N4ZSxTsfti9OSERWaGLB

7. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO – COLECÇÃO VNSP NO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO (MAC)

Em 2021, deu-se continuidade ao tratamento e estudo dos materiais arqueológicos provenientes de Vila Nova de São Pedro que se encontram depositados nas reservadas do Museu Arqueológico do Carmo e, também, resultantes das intervenções arqueológicas aí realizadas pelo projecto *VNSP3000.* Estes trabalhos têm contado com a colaboração de alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como de outros investigadores do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Ao nível de inventário e estudo, deu-se particular atenção aos "objectos do simbólico", nomeadamente os artefactos ideotécnicos, como as pequenas estatuetas antropomórficas em cerâmica e osso.

O retorno aos trabalhos de campo em 2021, fez com parte do tempo tivesse destinado a:

- Arrumação, lavagem e separação dos artefactos recolhidos na escavação;
- Desenho dos principais artefactos arqueológicos;
- Tratamento gráfico dos registos efectuados na campanha de 2021.

Todas as tarefas são desenvolvidas no Depósito MAC. (Figuras 18 e 19)



Figura 18 – Trabalhos de inventário de materiais arqueológicos.

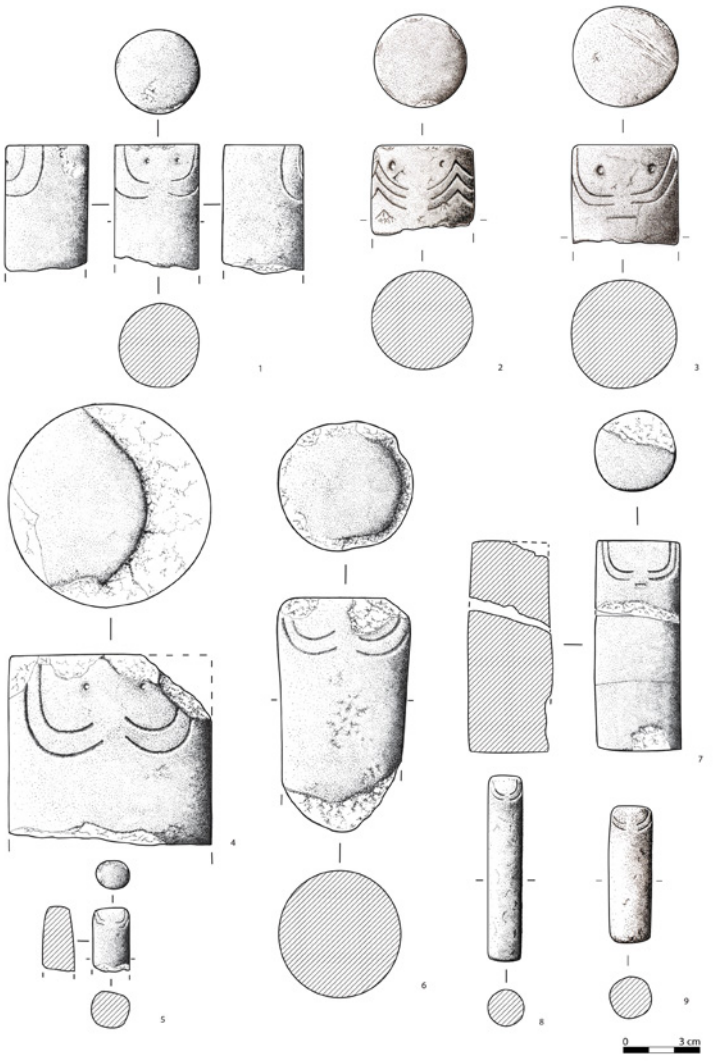


Figura 19 – Registo gráfico dos ídolos cilíndricos de VNSP.

Trabalhos Académicos

Realizados por alunos de Licenciatura e Mestrado em Arqueologia da FLUL e concluídos em 2021:

Tema: *Alfinetes em Osso de VNSP (Campanhas de Afonso do Paço)*
Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Autor: Manuel Navas
Orientação: Mariana Diniz e Cleia Detry
Ano lectivo: 2018/2021

Tema: *A coleção do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro no Museu Arqueológico do Carmo: uma proposta de exposição*
Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Autor: Carine Silva de Souza
Orientação: Mariana Diniz e César Neves
Ano lectivo: 2020/2021

Trabalho em preparação:

Tema: *As queijeiras do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro: perspectivas de uma intensificação e diversificação económica durante o 3º milénio AC no sul de Portugal*
Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Autor: Lucas Barrozo
Orientação: Mariana Diniz e Andrea Martins
Ano lectivo: 2021/2022

Tema: *Parque Arqueológico de Vila Nova de São Pedro: uma viagem pelo Calcolítico*
Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Autor: Carlota Sousa
Orientação: Mariana Diniz e Andrea Martins
Ano lectivo: 2021/2022

Tema: *Recursos digitais aplicados à componente artefactual de Vila Nova de São Pedro – os modelos 3D*
Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Seminário de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Autor: Catarina Gomes
Orientação: Mariana Diniz
Ano lectivo: 2020/2022

Tema: *Comunicação e Ciência: A página da Wikipédia de Vila Nova de São Pedro*
Trabalho de conclusão de Licenciatura – Seminário de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Autor: Kécia de Sousa Costa
Orientação: Mariana Diniz e Andrea Martins
Ano lectivo: 2021/2022

Tema: Pedra polida em Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): os machados da colecção do Museu Hipólito Cabaço (Alenquer)
Trabalho de conclusão de Licenciatura – Seminário de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Autor: Diogo Oliveira
Orientação: Mariana Diniz
Ano lectivo: 2021/2022

8. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO – COLECÇÃO VNSP NO MUSEU MUNICIPAL HIPÓLITO CABAÇO (ALENQUER)

2021 fica, igualmente, marcado pela assinatura de um protocolo entre a Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Câmara Municipal de Alenquer que, entre variadas temáticas de cooperação mútua, permitiu a entrega à AAP, por parte da CM Alenquer, do espólio de Vila Nova de São Pedro que se encontrava à guarda deste município.

A AAP, através da equipa de VNSP3000, irá realizar proceder ao tratamento, inventário pormenorizado e estudo da referida colecção. A colecção foi entregue em Julho de 2021.

Este conjunto artefactual corresponde a uma parte significativa das recolhas realizadas nas escavações em VNSP, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay. À imagem do que vem sendo realizado com o MAC, o estudo e conhecimento destas colecções apresenta-se como um dos pontos essenciais do projecto, uma vez que o espólio é bastante numeroso e a sua análise será fundamental para caracterizar as comunidades calcolíticas que residiram neste sítio, bem como para perceber as distintas fases de ocupação que espaço teve. Uma vez que a metodologia adoptada nas antigas escavações apresenta limitações ao nível do correcto conhecimento da proveniência estratigráfica dos artefactos, a caracterização dos mesmos poderá ajudar a reconhecer os distintos espaços crono-culturais que o sítio terá presenciado.

Nesta fase ainda muito preliminar deste trabalho, o tratamento do espólio arqueológico envolveu a sua lavagem, conservação, manutenção e acondicionamento de diferentes categorias artefactuais, tendo-se igualmente iniciado o registo gráfico de alguns elementos, como os ídolos em calcário e cerâmica.

9. PALAVRAS FINAIS E FUTURO

2021 foi um ano em que, apesar de todas as contrariedades decorrentes das medidas de minimização da pandemia Covid-19, foram realizadas numerosas actividades no projecto VNSP3000. Na campanha de campo foram adoptadas medidas específicas de segurança que possibilitaram o bom andamento dos trabalhos e a realização dos objectivos propostos. Num ano de celebração – os 50 anos de classificação como Monumento Nacional – as diversas actividades programadas – congresso, visitas, exposição – foram realizadas, mostrando a capacidade de organização e resiliência da equipa. A par da componente científica, com a publicação e apresentação de resultados do projecto, diversas vertentes continuaram a ter lugar como as recolhas de memórias orais da população de Vila Nova de São Pedro e Torre de Penalva, e a participação em eventos para um público em geral.

VNSP3000 apresenta-se assim como um projecto cuja estrutura permite várias abordagens, congregando um significativo número de investigadores e de estudantes de arqueologia, que, tendo em conta o objectivo comum de estudo e valorização de VNSP, mostram que a colaboração é o caminho desejado.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863–2022

www.arqueologos.pt